



Trilhos

MEMÓRIAS.
POR VEZES,
QUASE UM DIÁRIO.

Luís Valente de Oliveira

VOLUME

6

12

ÍNDICE

VOLUME

6

CAPÍTULO XXIV

NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

– 5 –

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

– 428 –

PLANO GERAL DA OBRA

– 430 –



Um dia de reflexão

CAVACO OUVIU SUGESTÕES DA COMUNIDADE CIENTÍFICA

Cerca de meia centena de cientistas estiveram ontem reunidos, no Instituto Nacional de Administração, em Oeiras, para uma reflexão subordinada ao tema: «Os desafios e o futuro da ciência e tecnologia em Portugal». Tratou-se de uma iniciativa do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, à qual o primeiro-ministro fez questão de assistir.

A sessão da manhã teve início às dez horas e só terminou pelas 14 horas, para almoço. No decorrer deste período de tempo, alguns dos cientistas, de vez em quando saíam da sala, mas, fechavam-se num total mutismo ao serem abordados pelos jornalistas que os questionavam. Apenas o prof. Alberto Amaral, reitor da Universidade do Porto, nos

parar os anos 90 e o futuro. Ultimamente, têm-se feito grandes esforços nesse sentido, negociaram-se pela primeira vez na CEE, apoios importantes para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, em Portugal. Há um «Projecto Ciência» que vai ajudar a mudar o panorama da investigação científica no nosso país e que vai movimentar muito dinheiro para três

ambição de contribuir para o desenvolvimento do país.

• Os meios e os projectos

Tratando-se de um problema de tanta importância, Valente de Oliveira, disse que é natural que o Governo «queira ouvir a comunidade científica sobre o que ela pensa sobre tudo o que se está a passar. Deste modo, para além de reuniões de gabinete e noutros departamentos, resolvemos reunir um número significativo daqueles elementos, líderes de projectos e bem enquadrados no meio científico e, devo salientar que, a reunião está a ser extremamente útil, não só pela

insistência na internacionalização, nós não podemos ficar isolados cá dentro e lá fora». Reportando-se às verbas disponibilizadas, Valente de Oliveira disse por último, que estavam no Orçamento do Estado e que o programa ciência que está a ser objecto de análise e de referência constante é de 53 milhões de contos até 1993, e todos insistem que tem de haver um «Programa de Ciência Dois». Este é, por exemplo, um ponto interessante discutido nesta reunião. Isto porque há com certeza algumas virtualidades no primeiro, caso contrário não se perdia um segundo.

CLUDA

CAPÍTULO XXIV

NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

No dia 24 de Outubro o Primeiro-Ministro convidou-me para integrar o Governo com a mesma pasta que me tinha sido confiada ao longo dos últimos seis anos. Aceitei, naturalmente e passámos logo ao despacho.

Ele queria que o novo Governo desse uma grande atenção à questão da qualidade, em todos os actos da governação. Eu não poderia concordar mais. Para isso era fundamental dar-se um cuidado particular à formação dos agentes da Administração Pública. Para esse fim é que, há quase década e meia atrás, eu me tinha aplicado na criação do Instituto Nacional da Administração (INA) e, uns anos depois, na do Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA). Deveríamos dar mais atenção aos sistemas de compras nas Autarquias; havia rumores pouco lisonjeiros e a Inspeção-Geral da Administração Autárquica estava alerta. Dever-se-ia promover uma discussão continuada acerca da tomada de decisões e da sua avaliação; as Autarquias eram, obviamente, autónomas a esse respeito, mas sabíamos que nem sempre se tomavam as melhores deliberações; eu tinha e tenho uma particular sensibilidade em relação à qualidade arquitectónica dos edifícios construídos, mas o problema era mais geral, apesar de os órgãos executivos serem colectivos e de haver Assembleias Municipais. Há coisas em que o tempo e a formação contam muito; a intervenção não poderia ser autoritária; tinha de se seguir uma via persuasiva, algo que eu adoptava por sistema.

Ele achava que as Comissões de Coordenação eram muito gastadoras, mas não é que ele tivesse visto os orçamentos e apreciado em pormenor o que elas faziam. Era, obviamente, o resultado do que lhe diziam. Há, sempre, grandes ciúmeiras entre os órgãos da Administração. E as Comissões estavam muito em evidência, particularmente porque faziam parte da estrutura que distribuía os fundos estruturais. Isso era o suficiente para os descontentes insinuarem

coisas, logo absorvidas por um ou outro colega meu para sugerirem que “elas faziam mas custavam caro”!... Não referiam que não tinham horários de trabalho nem que lhes eram confiadas responsabilidades especiais. As queixas costumavam chegar ao topo por via dos chamados “ministros políticos”... que suportavam mal que os benefícios não chegassem às suas “clientelas” através deles. Havia alguns governadores civis que gostariam de desempenhar algumas das funções das comissões, particularmente a de afectação de meios em relação à qual eles tinham uma perspectiva particularmente político-partidária. Um Governo não é um coro polifónico de anjos; lá polifónico tem de ser; mas, tal como na corte celestial, alguns anjos transformam-se facilmente em demónios!... As tentações é que fazem isso...

Seria preciso dar a maior atenção ao ordenamento do território. Era reconhecido o esforço que havia sido feito com os PDM já quase todos ratificados, mas tornava-se necessário acompanhar o sector mais de perto. Particularmente nas franjas periurbanas das áreas metropolitanas, terreno propício à especulação e à construção sem regras de promotores gananciosos. Era difícil acompanhar, a partir de Lisboa, o que se fazia no terreno; por isso havia PDM, Planos de Pormenor e Planos de Urbanização, todos eles de incumbência camarária que representavam a única forma possível de proximidade perante as situações a orientar.

O Alentejo merecia-lhe muita preocupação. Referi-lhe que o projecto do Alqueva estava muito perto de ser lançado e que já tinha havido um grande avanço na agricultura (especialmente na vinha) e nas rochas ornamentais.

A Ciência era outra das áreas em que se deveria apostar. O esforço de concentração da gestão aconselhava a extinguir rapidamente o INIC e a lubrificar o funcionamento da JNICT. Era o que estava em curso.

Queria que se reduzisse o número de Direcções-gerais, racionalizando a Administração, nomeadamente por maior mobilização do Quadro de Excedentes Interdepartamentais (QEI). Ele teria lá, seguramente, muitos elementos para ocupar novas funções. A verdade é que não tinha; estava “parqueado” no dito Quadro especialmente quem já tinha exibido poucas qualidades de trabalho e fraca capacidade de adaptação. Exactamente quem não era capaz de contribuir, eficazmente, para a grande modernização administrativa que se queria fazer.

Impunha-se fomentar mais a investigação feita ou encomendada pelas empresas, nomeadamente pelas PME. Tratava-se de um campo em que eu estava a fazer os maiores esforços, tal como todos os meus colegas europeus. Não era fácil! Só hoje (2016) está generalizada essa preocupação que, aliás, está a ser resolvida ao contrário: não são as PME que encomendam investigação; são, especialmente, os grupos de investigação que resolvem constituir-se em empresas... As grandes, como já disse noutro lado, costumam tratar bem de si, em matéria de inovação e, por conseguinte, em investigação também.

Reconhecia a importância do Instituto de Investigação Científica Tropical como centro do saber e, por via disso, como instrumento para a cooperação com os PALOP.

Gostaria de ver o ITQB, em Oeiras, absorver a secção do LNETI que tratava da bioquímica e da biotecnologia. O problema não estava na capacidade e na vontade do primeiro; residia na resistência do segundo que tinha à frente uma personalidade com grande prestígio académico e peso político.

Entendia que os critérios de distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro pelas Autarquias deveriam ser revistos. Não seria fácil! Acompanhados eram eles, continuamente, sugerindo-se melhorias sempre que a experiência indicasse terem sido encontrados parâmetros mais ajustados. Mas qualquer modificação levantava logo um coro de protestos cujo esclarecimento levava muito tempo e consumia muita energia. Por isso, eu incentivava o CEFA a desenvolver mais a sua componente de estudos, apresentando os seus resultados, no seu próprio âmbito, do qual fazia parte a ANMP.

Gostaria que eu fomentasse maior selectividade nos projectos a incluir no PIDDAC. Para os pequenos projectos, cada um era apreciado por três entidades diferentes; o resultado das três perspetivas, quando concordantes, não deveria conduzir a grandes erros. Quanto aos projectos maiores, eles vinham dos outros ministérios; já estava a acabar a fase de construir “o óbvio”; impunha-se, agora, que cada um dos projectos viesse acompanhado de um estudo de viabilidade socio-económica que assegurasse que os dinheiros eram bem aplicados. Eu não podia estar mais de acordo.

Dever-se-ia começar o XII.^o Governo como se fosse tudo de novo; sem nenhuma acomodação nem prisões ao passado; tirando, naturalmente, benefício da

experiência adquirida, mas sem nenhuma limitação para introduzir as modificações que fossem aconselháveis.

Preocupava-o muito a fuga de informação relativamente a diplomas em preparação. O meu ministério não era muito achacado a essa moléstia que se concentrava mais nos que tratavam de matérias politicamente mais “palpitantes”. De qualquer modo, a ocorrência frequente desse tipo de deslizes desprestigiava muito o Governo e o exercício do poder. Havia que assegurar a confidencialidade da preparação dos assuntos até ser julgado oportuno o momento de as comunicar. Sabia-se, aliás, que as fugas que se verificavam eram o resultado de “promiscuidades” que nunca se sabia de que forma eram compensadas... Não era nada bom, nem para os membros do Governo, nem para os seus gabinetes, nem para a Administração. O Segundo Quadro Comunitário de Apoio já estava em discussão. A nossa proposta de Plano de Desenvolvimento Regional era conhecida e a Comissão Europeia sabia bem as nossas intenções. Era preciso dar muita atenção às negociações. Gostaria muito que fosse possível mobilizar alguns meios para a reabilitação de habitações no centro das cidades. Não era fácil abrir mais um campo de elegibilidade dos nossos projectos.

Ficaram assim enunciadas as suas recomendações, com as quais eu não podia, aliás, estar mais de acordo. Elas tinham resultado de numerosas conversas que ambos havíamos mantido ao longo dos últimos seis anos. Por isso, a sintonia era natural. Perguntou-me se eu queria fazer alguma alteração no elenco dos meus Secretários de Estado. Disse-lhe que gostaria de manter dois e dispensar o da Ciência e Tecnologia por causa das dificuldades de que eu me vinha apercebendo nas suas relações com a comunidade científica. Esta não é nada fácil, reclamando sempre muita atenção e mais meios do que aqueles de que nós dispúnhamos para os contentar a todos; suponho que ele foi mostrando alguma impaciência que era frequentemente usada em seu desfavor.

Entretanto, tinha sido escolhido pelo então presidente da JNICT para seu vice-presidente o Prof. Henrique Diz, da Universidade de Aveiro, que se revelou um administrador excelente, conhecedor das regras de Bruxelas e das nossas, extremamente diligente e muito bem aceite pelos investigadores que o escolhiam, sistematicamente, como seu interlocutor. Ele foi aparecendo nas reuniões que eu fazia

periodicamente com a JNICT. Pude comprovar, pessoalmente, aquilo que ouvia dizer: era sabedor e dinâmico. Como ele tinha a família em Aveiro, costumava jantar, frequentes vezes, com um outro “exilado político” em Lisboa, que pertencia ao PSD e a quem eu perguntei como é que ele era em termos de simpatias partidárias. A resposta foi que era um social-democrata convicto. Obviamente não perguntei se estava inscrito no partido e se tinha as quotas em dia... Assim, depois da conversa que relatei com o Primeiro-Ministro, tive autorização para o convidar para o lugar de Secretário de Estado. Foi, por isso, com a maior surpresa que, na manhã da posse dos Secretários de Estado (5 de Novembro de 1991), quando cheguei ao ministério me disseram das notícias da rádio nessa manhã: o Prof. Henrique Diz era membro do Partido Socialista!... Ainda não havia telemóveis, de modo que tentei falar-lhe para o seu gabinete. Tinha saído para ir buscar a mulher a Santa Apolónia, que chegava de Aveiro para assistir à posse. Não foi possível encontrá-lo senão na Ajuda, onde ele já estava alinhado para a posse. Chamei-o, imediatamente, a outra sala para ouvir a explicação: já não era efectivamente membro do Partido Socialista, mas tinha-se esquecido de solicitar a sua demissão. Por isso, alguém do PS de Aveiro esperou pelo momento azado para lhe desferir o golpe que teve, naturalmente, as maiores consequências. Eu fui explicar ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro o que se havia passado e conviemos que ele não tinha condições para tomar posse. Posteriormente, informaram-me que a sua carreira partidária havia começado no PRD que tinha trocado pelo PS... A causa de toda esta trapalhada esteve no meu informador que, na sua vontade de agradar, deu a informação que pensava que mais me satisfaria. Há gente com esta propensão. É preciso ter cautela! Ou, então, foi ele próprio convencido pelo interessado de que este estava inteiramente com o partido do Governo, tendo nascido para ele sem ter passado por nenhum outro!... De qualquer forma, a responsabilidade era inteiramente minha... Como se compreende, não fui tirar satisfações e ele não sentiu necessidade de mas dar. Procurei outro Secretário de Estado, o qual trabalhou comigo os quatro anos do mandato e com quem me entendi muito bem. Foi o Prof. Manuel Fernandes Thomaz, professor de Física da Universidade de Aveiro, um modelo de académico que realizou trabalho do maior mérito. Encaixou-se rapidamente no espírito do nosso pequeno grupo, mantendo todos, até hoje, relações de estima mútua.

No dia 30 de Outubro, antes da posse, o nosso Governo reuniu na Residência de S. Bento para afinar os pormenores do trabalho que viria a seguir, nomeadamente em relação à elaboração do programa do Governo que teria como base o nosso programa eleitoral e deveria ser entregue na manhã do dia 11 de Novembro. A sua discussão na Assembleia seria nos dias 11, 12 e 13. Para ultimar a redacção haveria no sábado, dia 9 de Novembro, uma reunião do Conselho de Ministros durante todo o dia; foi designada uma comissão de redacção a quem os ministros deveriam enviar os seus contributos.

No dia 31 de Outubro, depois da posse, houve outra reunião do Conselho de Ministros para fixar as rotinas para os Conselhos de Ministros para os Assuntos Económicos e para os Assuntos Comunitários. O regimento do Conselho de Ministros anterior foi objecto de análise, tendo em vista a sua melhoria face à experiência anteriormente adquirida. A presidência da Comissão governamental para os Fundos Estruturais foi-me, de novo, confiada. Havia um Ministério novo – o do Mar – que absorvia funções de outros ministérios. Foi, então, decidido que a coordenação da formação da função pública passaria para a Presidência do Conselho de Ministros, que a Guarda Fiscal ficaria sob a tutela do Ministro da Administração Interna, bem como a Direcção-geral de Viação, a qual sairia do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Nessa mesma reunião fiquei com a tutela do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) com vista à sua extinção e os 120 centros de investigação que operavam no seu âmbito passariam para as universidades; operações estas que teriam de ser feitas em coordenação com o Ministério da Educação. O ICALP (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa) seria extinto, sendo criado, em sua vez, o Instituto Camões, com funções semelhantes ao British Council, à Alliance Française ou ao Instituto Cervantes. A Escola Nacional de Saúde Pública seria integrada numa universidade. Também foi decidido que as fusões, reestruturações e extinções de serviços teriam de ocorrer nos seis meses seguintes.

Houve uma chamada de atenção para os princípios básicos que haviam norteado a acção dos dois governos anteriores: solidariedade, coesão da equipa, cooperação mútua e confidencialidade. E recordou-se, ainda, que o programa do Governo era um único e não um por ministério (eu recordava-me de que, no tempo do



FIG. Na tomada de posse do XII.º Governo Constitucional com Dr. Mário Soares, Presidente da República e Professor Aníbal Cavaco Silva, Primeiro Ministro.

Doutor Salazar, quando havia a posse de um novo ministro era de regra que ele fizesse, à chegada ao seu ministério, um discurso a explicitar as linhas gerais da acção que entendia vir a seguir).

Como era costume, a apresentação do programa do Governo na Assembleia da República competia ao Primeiro-Ministro. Mas havia outras apresentações; foram para elas escalados os Ministros da Defesa Nacional, das Finanças, do Planeamento e Administração do Território, da Justiça e dos Negócios Estrangeiros. Foram dadas instruções para a elaboração do Orçamento do Estado que teria de ficar pronto em 90 dias, mas cujo arranque deveria aguardar pelas orientações do Ministro das Finanças. O PIDDAC já estava em andamento; continuaria.

Foram, ainda, feitas considerações acerca do estilo de governação que deveríamos adoptar: governar para resolver os problemas das pessoas; preocupação com a qualidade em todas as instituições e nos serviços que eram prestados; aposta na acção da sociedade civil; abertura ao diálogo; transparência em relação aos problemas difíceis que se avizinhavam; moderação nas expectativas criadas; intolerância em relação às irregularidades, etc.

Constituía um imperativo a gestão da informação; haveria um grupo coordenador a funcionar junto do gabinete do Primeiro-Ministro; os assessores de imprensa de todos os ministérios deveriam concertar-se com ele todas as semanas.

Não chegavam as medidas que tomávamos, por muito acertadas que fossem. Era preciso acompanhar a sua execução. Por outro lado, o apoio jurídico dentro de cada ministério era de importância fulcral; não somente os juristas deveriam ser competentes como havia vantagem em que se articulassem com os colegas da Presidência do Conselho de Ministros; sendo o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros quem tinha a tutela dessa coordenação. O próprio gabinete do Primeiro-Ministro estava estruturado por núcleos; cada responsável deveria estar informado acerca do que se passava nos ministérios. A coordenação tem de ser sempre redundante!...

Em relação à presidência portuguesa da Comunidade Europeia, somente o Primeiro-Ministro falaria, por então. Haveria muito tempo para elaborar sobre o que iria fazer cada sector.

E, assim, partimos para a acção!

*

No dia 1 de Novembro recebi o Dr. Adérito Serrão para me informar acerca do estudo de viabilidade do aproveitamento do Alqueva. O contrato havia sido aprovado em Bruxelas, em reunião de 28 de Outubro. O consórcio executante era formado pelas empresas Hidrotécnica e SEIA; tinha-se realizado uma reunião formal para analisar a inclusão da SEIA. A adjudicação do contrato poderia ser feita durante o mês de Novembro. A entrega do estudo deveria ocorrer seis meses após a formalização do contrato. Haveria uma comissão de acompanhamento do estudo, presidido pelo próprio Adérito Serrão com mais um representante do MAPT, dois do Ministério da Agricultura, um da Direcção-geral dos Recursos Naturais e um da Secretaria de Estado da Energia. Estaríamos, assim, em posição de tomar decisões, devidamente fundamentadas, em Junho de 1992.

*

O Comissário para a Concorrência é sempre uma das personalidades que fica mais em evidência e com mais poder na Comissão Europeia. Em 1991 o lugar era desempenhado por Leon Brittan, mais tarde feito Barão Brittan of Spennithorne. Desempenhava, também, as funções de Vice-presidente da Comissão e estava a colher informações para propor novos arranjos institucionais na estrutura da Comissão e sua administração. Alguém lhe disse que poderia ser útil uma conversa comigo e ele, que veio a Lisboa tratar de matérias do seu pelouro, aproveitou para ir ao meu gabinete. Foi no dia 4 de Novembro e como eu sabia que ele tinha publicado um livro recentemente, mandei-o vir e quando lhe pedi para mo assinar ele verificou que ele estava sublinhado nas frases mais impressivas e ficou lisonjeado. Isso deu logo um outro ambiente à conversa que durou bem mais de uma hora. Tinha ideias sobre a reorganização que queria impulsar e, muito britanicamente, propunha-se fazer um “green paper”, analisando o problema, antes de se abalancar a produzir um “white paper”. Esta é uma velha prática do governo do Reino Unido. Quando se pretende suscitar a discussão sobre um determinado tema elabora-se um documento – o “green paper” – que refere duas ou mais alternativas, dando três a seis meses, durante os quais está aberto a receber sugestões que se analisa cuidadosamente antes de pender para

um dado caminho. Quando este está claro nas suas intenções, produz-se um “white paper” que é um documento sobre o tema em causa e indica a solução que o governo preconiza com medidas legislativas e de outra índole, devidamente fundamentadas. Era este o procedimento que ele se propunha seguir. Conversámos animadamente sobre o futuro da Europa, os desafios que ela tinha de enfrentar e os melhores arranjos institucionais para lhes responder. A conversa comigo centrou-se sobre os problemas do desenvolvimento. O futuro Lord Brittan foi, depois, Comissário para o Comércio e para as Relações Exteriores, prolongando até Setembro de 1999 a sua presença na Comissão em Bruxelas.

*

Os braços regionais do Ministério eram as Comissões de Coordenação Regional. Por isso, logo após a tomada de posse, me reuni com os Secretários de Estado e com os Presidentes das Comissões.

Comecei por lhes pedir uma atenção particular para todos os programas operacionais e, especialmente, para os das áreas metropolitanas. Era preciso reavaliar e actualizar a estratégia de desenvolvimento de cada região. Mas deveria dar-se atenção à charneira com os Autarcas e com o público em geral, cuidando da imagem das Comissões. Solicitei a atenção deles para o sector das estradas que era tão invocado quando eu fazia visitas pelo país; ao contrário da imagem criada, posteriormente, nessa ocasião não estavam em curso muitas obras rodoviárias; no Alentejo não se havia feito nenhuma estrada nova havia cinco anos! Pedi-lhes, ainda, para refletirem sobre a sua estrutura interna que era preciso adequar a mais solicitações, sem admissão de novos funcionários. Sobre esta reunião, não referirei quem disse o quê; mencionarei somente os temas das intervenções:

Era rigorosamente falso que as Comissões tivessem dinheiro a mais; naquele ano, não havia meios para pagar o 13.^o mês; eu teria de procurar uma solução. O que havia era serviços a mais na função pública. Havia mesmo algumas comissões que não tinham os seus quadros todos preenchidos. A desburocratização era importante, mas reclamava tempo para reflectir e não tomar decisões precipitadas. Nessa ocasião, algumas Câmaras Municipais iam recrutar quadros às CCR oferecendo-lhes melhores condições. Havia, realmente, necessidade de dar

prioridade à formação de técnicos de ordenamento do território. Na desburocratização tinha que se olhar com particular atenção para os sectores em que havia ocorrido descentralização de funções, mas que ainda viam o escalão central desempenhá-las, gerando confusão e impondo custos acrescidos. Havia queixas em relação à hipertrofia central dos Ministérios da Educação e da Agricultura; era coisa antiga que deveria começar a ser resolvida por via da desconcentração de competências, sempre relutantemente aceite (Lembrava-me de, nos anos 70, ter assistido em Vila Real às felicitações dadas a um engenheiro agrónomo, funcionário do Ministério da Agricultura, que tinha acabado de comprar casa; quando lhe perguntei em que parte da cidade se localizava ela, respondeu-me que era em Almada!... Devo ter arregalado os olhos, porque ele acrescentou logo: dentro de um ano ou dois serei colocado em Lisboa!... Só os que tinham propriedades na periferia, admitiam fazer carreiras até ao topo, na província...). As Autarquias Locais estavam a guarnecer-se progressivamente de quadros técnicos; punha-se a questão de continuar ou não com os GAT que tão bons serviços haviam prestado ao longo dos 15 anos anteriores. Nessa ocasião, os vencimentos dos GAT pesavam em 50% nos orçamentos das Comissões; manifestamente, tinha de se contar com a evolução entretanto operada e aceitar uma transformação das funções dos GAT ou, mesmo, a sua extinção.

As relações com o sector do Ambiente não eram fáceis; como todas as funções novas, elas lutavam por um lugar ao sol; era preciso compreender os seus agentes que, aliás, tinham pertencido ao Ministério até há pouco mais de um ano atrás. Em muitos Municípios os PDM já estavam prontos e ratificados; estava-se a entrar na fase da implementação; ela punha problemas novos; tornava-se importante reforçar a capacidade inspectiva das Comissões e regulamentá-la. Era preciso o reforço das competências técnicas; havia meios para o suportar no quadro dos programas operacionais; tornava-se importante aproveitar essa possibilidade e ser imaginativo na forma de conceber as acções formativas. Assim como tinha havido incentivos para a elaboração do PDM, aconselhavam-me a criá-los em relação à dos planos municipais de âmbito mais pormenorizado. O litoral representava um domínio novo a que se deveria dar a maior atenção. Dever-se-ia ser ainda mais crítico em relação

ao apoio a conceder ao equipamento urbano que era sugerido, de baixo para cima; dever-se-ia, também, sugerir de cima para baixo, para ver se alguém tomava essas sugestões como suas. A REN (Reserva Ecológica Nacional) punha muitos problemas de gestão e era preciso clarificá-los. Os programas operacionais reclamavam uma avaliação a meio do percurso (mid-term review), porque alguns dos seus pressupostos se haviam alterado. Os programas operacionais deveriam conter uma componente de infraestruturas e outra de incentivo à actividade produtiva. Os sistemas de incentivos também precisavam de uma reavaliação.

Todos se sintonizaram com as prioridades definidas.

*

No dia 8 de Novembro reuni-me com o Presidente do INE para fazermos um balanço acerca dos resultados dos Censos e suas repercussões. Em primeiro lugar, eles refletir-se-iam sobre a aplicação da Lei das Finanças Locais no Orçamento do Estado, nomeadamente em relação à distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Mas ainda não se dispunha da população “fixada”. Era urgente fazê-lo, porque a preparação do Orçamento já estava em curso. Em segundo lugar, eles afectavam os cadernos eleitorais; estava acertada uma colaboração entre o INE e o STAPE no que respeitava à elaboração dos novos cadernos. Soube que o valor máximo da divergência encontrado em ensaios de amostragem para verificação da qualidade do Censo era somente de 1,5%; por conseguinte, ela era boa.

Voltámos à questão da inflação. O seu cálculo deveria ser o mais desagregado possível de modo a poder criticar-se cada componente.

A abertura do ano lectivo do ISEGI seria no dia 11 de Outubro seguinte, mas a inauguração solene só estava prevista para daí a uns meses. De qualquer modo, as instalações tinham ficado muito bem.

Estava em preparação o inquérito aos orçamentos familiares que tanta importância apresentava em relação ao cálculo do índice de preços no consumidor. O novo inquérito ao emprego que iria ter lugar em 1992 só seria feito no sentido restrito. Ele havia sido alterado somente nesta ocasião, porque a Comunidade Europeia também tinha actualizado o seu e nós tivemos de esperar. Agora ele assumia a

forma de um regulamento-comunitário. Decidimos que deveria haver no ISEGI um seminário sobre sondagens. Estas começavam, então, a ser correntes.

Havia um projecto para cooperação com a Roménia no domínio da estatística. Eles tinham-nos escolhido para parceiros na sequência de uma recomendação do EUROSTAT. As despesas seriam pagas pelo programa PHARE. No mesmo domínio, tinham sido acertados os termos de referência de uma parceria com o Centro de Munich para a cooperação com os países da Europa de Leste, na área da formação; seria mesmo Portugal a representar a Europa (a 12). Finalmente, tinha ficado definido quem pagaria o apoio do INE à elaboração do censo demográfico e do censo eleitoral em Angola; seriam a Direcção-geral VIII da Comunidade e as Nações Unidas (FED) a pagá-los.

Deu-me a notícia de que havia sido eleito para o lugar de Vice-presidente da Conferência dos Estaticistas Europeus: uma distinção bem merecida!

*

Em 9 de Novembro soube que o recenseamento eleitoral custaria 1,5 milhões de contos e apresentava “dificuldades constitucionais”, porque a Constituição dizia que ele era permanente. Eu compreendo a intenção política dessa afirmação, mas os constitucionalistas deveriam ter-se informado acerca das “technicalities” da operação. Não se dispunha de meios para manter actualizado o recenseamento em permanência com o ajustamento automático dos que saíam por óbito, emigração ou outra causa, ou dos que entravam por atingirem a idade de votar, por imigração, por naturalização ou outra razão qualquer, ou dos que mudavam de circunscrição eleitoral. Tinha mesmo de se proceder a um recenseamento, por muito caro que ele fosse. Soube, também, que um aumento de mil escudos nas pensões determinaria um crescimento de 30 milhões de contos no seu valor agregado!...

*

Já referi várias vezes a minha preocupação em aproximar as comunidades científicas portuguesa e alemã. Hoje a língua não constitui nenhuma barreira: todos falam inglês. Mas, além dos centros de investigação havia as empresas, as Câmaras de Comércio, as instituições culturais e os governos, o federal e

os de alguns “länder” com os quais eu tinha vindo a cultivar relações. Por isso me encontrava algumas vezes com os sucessivos Embaixadores da Alemanha em Lisboa. Assim aconteceu no dia 11 de Novembro. O Embaixador manifestou a vontade de se estimular a geminação de algumas cidades portuguesas com outras do Baden-Wurttemberg. Ele sabia das minhas boas relações com o Ministro-presidente e, por isso, queria aproveitar o momento. O presidente da associação das municipalidades era Herr Hauser com quem ele já tinha falado. Fiquei de preparar uma lista de candidatos.

O Ministro-Presidente de Saxen-Anhalt tinha feito um convite para que fossem cientistas nossos estabelecer relações de cooperação com instituições de investigação lá sediadas. Manifestou preferência por investigadores que se interessassem por domínios próximos da fase competitiva. Iriam dois responsáveis cuja visita seria retribuída por outros dois alemães. Gostariam que eu visitasse a Alemanha. Aceitei com gosto.

Finalmente, manifestou o interesse do seu país em estabelecer um esquema triangular de cooperação com Angola, no domínio da formação profissional mas, muito realisticamente, disse que estavam particularmente interessados no “training of trainers” que é a única maneira de abordar esta questão num país do tamanho de Angola.

Transmiti tudo isto ao meu colega dos Negócios Estrangeiros.

*

Na 2ª feira, dia 11 de Novembro, começou na Assembleia da República a discussão de apresentação do Programa do Governo. Quem a iniciou foi, naturalmente, o Primeiro-Ministro. A intervenção que ele fez está no Diário das Sessões da Assembleia e tem um largo âmbito de cobertura. Mas referiu-se a alguns temas cujo acompanhamento era feito por mim: a regionalização; a lei eleitoral e o respectivo recenseamento; o ordenamento do território, as cidades e suas periferias; os projectos de desenvolvimento, a justiça social, a atenuação dos desequilíbrios existentes e o desenvolvimento humanizado.

Houve pedidos de esclarecimento que respeitavam a matérias que eram da minha tutela ou que se cruzavam com elas.

A Deputada Isabel de Castro, dos Verdes, interessou-se, como era costume, por questões ambientais: a participação dos Cidadãos e suas associações na definição da política do Ambiente, o tratamento de resíduos tóxicos e perigosos; a derrogação de normas comunitárias e a razão de ser de elas serem feitas; o crescimento anárquico das nossas cidades e vilas; o fosso progressivamente maior entre o litoral e o interior; e a ausência de uma política de ordenamento florestal que agravava o problema dos fogos florestais.

O Deputado Adriano Moreira (CDS) interessou-se pela investigação científica na área da Defesa Nacional e, especialmente pelas relações entre a investigação militar e a investigação universitária.

O Deputado Nogueira de Brito (CDS) perguntou quais eram as grandes opções?

O Deputado Jorge Lacão (PS) teceu considerações acerca do PIDDAC, das relações entre o novo Plano de Desenvolvimento Regional e o Quadro Comunitário de Apoio e a ligação de tudo isso à regionalização. Queria uma reflexão estratégica sobre o conjunto. Falou nas relações entre o mapa das futuras regiões administrativas e a possível modificação dos círculos eleitorais. Queria uma programação estratégica das acções. Debruçou-se, particularmente, sobre a nova lei eleitoral e sobre a nova lei autárquica. Deveria haver coerência entre elas.

O meu antigo colega Álvaro Barreto era agora Deputado. Quis saber se no quadro da revisão dos fundos estruturais se privilegiaria, particularmente, o fundo de coesão económica e social ou se se procederia à reformulação dos fundos, flexibilizando-os e orientando-os preferencialmente para os países mais necessitados. Eram as duas que se impunham: nós precisávamos do apoio especial do fundo de coesão para iniciativas que os fundos estruturais não apoiavam em tão boas condições e, por outro lado, era urgente verter o resultado da prática nas formas de operar dos segundos que beneficiariam de algumas modificações que sabíamos bem quais elas eram.

Um outro meu antigo colega, o João Maria Oliveira Martins, quis saber como seriam financiadas as redes transeuropeias em que ele, muito justamente, estava tão interessado. Isso, como já disse, só iria a estar definido em 2013 (Connecting Europe Facility).

O Deputado Passos Coelho (PSD) interessou-se pelas relações entre o ordenamento do território e o ambiente.

*

Na continuação da discussão sobre o Programa do Governo, em 13 de Novembro, o Dr. Jorge Sampaio elaborou sobre a distinção entre crescimento e desenvolvimento, dizendo, muito acertadamente que o objectivo deveria ser o segundo; o primeiro era um passo, aliás, indispensável.

*

Dessa vez a discussão do Programa de Governo na Assembleia durou imenso tempo: três tardes e duas manhãs! Havia alguns colegas meus que estavam dispensados de lá estar, salvo na abertura e no encerramento. Mas eu tinha de passar todo o tempo no plenário, por causa da natureza “transversal” da minha pasta. Em 13 de Dezembro, o Deputado Luís Sá (PCP), no seu discurso, tocou matérias da Administração Local. Ele preparava-se sempre muito bem e era diferente dos outros comunistas: não fazia intervenções abrasivas nem coléricas; dizia sempre o que achava que deveria transmitir, mas fazia-o com ar sereno e cortês. Morreu muito novo; tive real pesar com o seu desaparecimento. Ele fez muita falta à Assembleia e ao Poder Local. Era um “regionalista” convicto; queria a constituição das regiões administrativas para breve e não era para fazer no Alentejo um bastião comunista. Ele era um minhoto enraizado na sua terra e sabia bem dos malefícios da centralização tradicional no nosso país. Queria que o Governo lhes dissesse qual o calendário que propunha para a sua regionalização. Propunha que a revisão da lei das finanças locais fosse feita no seio da Assembleia da República, com a participação da ANMP e da Associação Nacional de Freguesias. Isso seria um exercício perigosíssimo no qual as reivindicações das duas últimas apoiadas por alguns Deputados, teriam livre campo para se libertarem. Mas ele estava no seu papel ao reclamar a revisão e o modo de a fazer... queria que houvesse eleitos a tempo inteiro nas freguesias. Era a preocupação do PCP de criar emprego para os seus, nas zonas em que eles tinham preponderância. Seria um sinal contrário àquilo que nós queríamos que era o reforço do voluntariado nessas funções

cívicas muito locais. Somente algumas freguesias muito grandes justificariam o seu guarnecimento com funcionários preparados para o desempenho de funções muito desconcentradas.

No dia 14 voltou-se ao Poder Local. Não direi quem disse o quê, mas apontarei os temas aflorados:

Era preciso dignificar o papel dos eleitos locais. A revisão da Lei das Finanças Locais deveria propor critérios de distribuição do FEF que discriminassem positivamente os Municípios mais pobres. Era urgente definir novas funções para as Freguesias. E legislar sobre os baldios. A produção de energia era, obviamente, necessária; as chamadas “mini-hídricas” estavam a revelar muito interesse; mas a sua construção deveria ser feita em diálogo com as Autarquias. O artesanato tinha de ser apoiado. A elaboração dos PDM estava a representar “uma revolução tranquila”; deveria aproveitar-se a ocasião para corrigir situações de desequilíbrio gritantes, por intervenção do Governo (central). O novo Plano de Desenvolvimento Regional seria elaborado com a participação das Autarquias Locais? O montante do FEF deveria ser aumentado e os critérios da sua distribuição aperfeiçoados. As derramas não deveriam ser transferidas dos Concelhos onde eram cobradas.

O Deputado Reis Leite (PSD – Açores) a propósito da solidariedade nacional disse uma coisa que, há muitos anos, era, para mim, uma certeza: “Ninguém desenvolve os outros!” São efectivamente aqueles que querem aproximar-se dos mais desenvolvidos que têm de arcar com a maior parte do esforço. Poderão vir de fora meios financeiros e até consultoria técnica. Mas o real desenvolvimento dos locais tem de repousar no seu esforço para se promoverem, pessoal e colectivamente. Por isso, a parte substancial do empenhamento tem de vir do seu lado. Os exemplos abundam de que isto é verdade e de que o contrário é improvável.

*

Quando se constitui um novo Governo tem de se produzir a sua lei orgânica. É uma tarefa que consome muitas energias e tempo e cria muitas fricções, especialmente se houver mudanças nas tutelas e nos órgãos da Administração. Eu, como tive de participar em cinco dessas estruturações, recomendo que as mudanças se reduzam ao mínimo, porque o importante é começar a governar e não consumir tempo

a fazer arranjos e re-arranjos institucionais. A simples alteração do nome do Ministério ou das Secretarias de Estado leva a alterações na lei orgânica. Então quando se fundem ministérios é que as complicações atingem o máximo. Quando foi da constituição do X Governo Constitucional eu fiquei com três Secretarias-gerais!... Com o XII.º Governo as alterações, no que me dizia respeito, eram mínimas. Havia sido decidido extinguir o INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica). Tudo seria feito em articulação com o Ministério da Educação, mas seríamos nós a conduzir o processo. Ele transitava para o Ministério do Planeamento e Administração do Território, mas logo com a referência de que seria para extinguir. Pode parecer que se tratava de uma questão simples. Mas não foi! Reclamou muitas horas de reuniões e custou-me alguns amigos que ficaram zangados ou frios. Em todos os casos eram professores universitários responsáveis por pequenos centros quase autónomos que se tinham habituado a viver com mais alguns meios que lhes vinham do INIC e que pagavam pequenas publicações ou a realização de encontros científicos e seminários ou a ida a congressos ou a aquisição de revistas e livros... Era evidente que tudo isso passava a ter de ser feito no quadro de projectos que concorriam a subsídios e que seriam aprovados ou não. Para aquela rotina de apoio deveriam negociar com a própria universidade a sua manutenção. Mas eles sabiam que isso seria difícil de conseguir, mormente quando teriam de solicitar o apoio das reitorias e estas não abundavam em meios. O corte de privilégios, mesmo pequenos, é sempre penoso para quem deles tem de prescindir. Manter-se-ia o Conselho de Secretários de Estado, a que eu presidia, para a coordenação dos fundos comunitários. Face à experiência muito positiva que ele representava, o Ministro das Finanças propôs a criação de um semelhante, presidido por ele, para analisar as implicações macro-económicas da gestão do orçamento; tinha pedido que dele fizessem parte a Secretária de Estado do Planeamento e o Secretário de Estado da Administração Local. Todos os Secretários de Estado representariam o que o Ministro chamava as grandes componentes da Despesa. Suponho que não reuniu tantas vezes como se esperava. Nas conversas sobre a Lei Orgânica, e para as quais eu tinha delegado a representação do Ministério no Secretário de Estado da Administração Local, foram dadas muitas informações laterais. Foi assim que eu soube que o IVA iria duplicar e que

as transferências para as Autarquias teriam de compensar a mudança de sistema. Antecipei logo o acréscimo de explicações que eu teria de dar à direcção da ANMP... Soube também que o Primeiro-Ministro iria confirmar a concretização da regionalização e que as fronteiras regionais seriam “muito provavelmente” as das Comissões de Coordenação Regional. Corresponhia à minha opinião.

*

Estava em discussão a segunda travessia do Tejo em Lisboa.

Para mim fazia sentido que ela fosse uma ponte mista com um tabuleiro rodoviário e outro ferroviário por baixo e no qual circulassem comboios de longo-curso e o metropolitano. Na minha opinião, na Área Metropolitana de Lisboa deveria haver uma espécie de “circle line”, passando na ponte que já existia e na nova ponte e integrando, no mesmo sistema urbano, as duas margens do Tejo. Assim, na Ponte 25 de Abril, poderia ser instalado o metro, passando o comboio a usar a nova ponte. Pelo que comecei a falar com especialistas de pontes acerca das dificuldades das pontes mistas. Uma ponte mista é mais barata do que duas pontes; havia, naturalmente, problemas de deformabilidade do tabuleiro em vãos grandes. Mas a Dinamarca estava a terminar uma grande ponte mista para vencer o Sund, assegurando uma ligação com a Suécia e, especialmente, estabelecendo uma conexão frequentíssima entre Copenhaga e Malmö. Já lá passei algumas vezes, confirmando que o metro facilita a ligação para muitos dinamarqueses que vivem na Suécia por ser a habitação mais barata. O Tejo não é mais difícil do que Öresund!

*

No final de Novembro de 1991 havia muitos “dossiers” em curso em matéria comunitária. Os da União Económica e Monetária e da União Política eram, seguramente, os mais abrangentes. A nós convinha-nos, em todas as circunstâncias, insistir na coesão económica e social; mostrávamos que estávamos a utilizar bem as ajudas que nos eram concedidas e, dessa forma, justificávamos a razão de ser da nossa insistência. Soubemos que, na definição do chamado Pacote Delors II, as nossas pretensões estavam a ser contempladas. Mas, nessa altura, ainda havia várias questões em aberto; uma delas era a indicação dos domínios em que

deveria haver co-decisão com o Parlamento Europeu; já me referi à situação em que este insistia em ser envolvido na apreciação e decisão de matérias ligadas ao Programa-quadro da Ciência e Tecnologia. O mesmo se passava em muitos outros sectores. Nós gostaríamos de que o novo tratado mencionasse explicitamente os sectores da habitação, da saúde, da educação, etc.; mas havia alguma hesitação em ser tão explícito; preferia-se a designação geral “domínio social”, pois era menos afirmativa e, sobretudo, estava sujeita a muitas interpretações diversas; de qualquer forma, a expressão usada não era condicionante para nós. Havia propostas para que ficasse mencionado com grande ênfase o sector do ambiente; nessa ocasião nós tínhamos uma extensão da área protegida proporcionalmente maior do que grande parte dos outros países europeus; éramos favoráveis a que ficasse incluída uma referência à constituição de um fundo destinado a apoiar os países que não suportassem encargos demasiadamente grandes nesse domínio. Quanto à política externa de segurança e defesa ficariam consagrados, no novo tratado, os termos progressividade e proporcionalidade do esforço a fazer por todos os países. Os Britânicos opunham-se a que ficasse consagrado no tratado qualquer referência a uma vocação ou tendência federalista da Comunidade. Mas havia aspectos particulares em relação aos quais nós deveríamos estar atentos. Por exemplo, em relação ao Fundo Social; a nova versão do tratado mencionava somente a formação profissional. Ora nós estávamos a beneficiar dele para a educação e para a formação de investigadores (bolseiros); era preciso esclarecer se perderíamos ou não essa ajuda. Não podíamos! Tudo tinha que ser analisado por nós com bastante pressa, porque o Conselho de Maastricht iria decorrer já nos dias 9 e 10 de Dezembro seguinte.

Estava prevista uma nova taxa sobre os combustíveis que assustava muito o Ministro da Indústria e Energia. As limitações da produção de CO₂ já tinham muito a ver com a Conferência do Rio. Preocupava-nos o arrastamento do Uruguay Round que não atava nem desatava...

Deveríamos analisar bem quais os sectores em que deveríamos insistir e que, para se ser bem-sucedido, deveriam ser poucos; havia uns tantos em que a discussão se passaria fundamentalmente entre a Comissão e a Alemanha, a França e o Reino Unido. Nomeadamente era o que deveria ficar no tratado em matéria de

moeda e de uma coisa de que se falava, então, e que era o “opting-out” em matéria de moeda única; deveríamos seguir atentamente a discussão e intervir se as propostas não nos conviessem, mas o “grande desenho” do sistema seria pouco influenciada por nós, naturalmente.

Estávamos preocupados com uma eventual não renovação do PEDIP que terminaria em 1992 e nós precisávamos muito de manter uma linha orçamental específica naquele domínio. O RETEX não resolvia o problema do sector têxtil. Nós já tínhamos apresentado um programa para a modernização dos têxteis, mas o que realmente nos convinha era a continuação do PEDIP.

Estava iminente a presidência portuguesa (1.º semestre de 1992). Ela era a nossa grande oportunidade em matéria de política externa. Para isso nos havíamos preparado. Era preciso fazer salientar a nossa vocação atlântica e a nossa capacidade de relacionamento. Tínhamos a consciência de que iríamos exercer a presidência num período muito complexo, imprevisível e incerto. E, obviamente, estávamos muito condicionados pelo sucesso ou insucesso de Maastricht que iria ter lugar daí a poucos dias. Já havíamos definido o nosso estilo: serenidade e sobriedade. A conciliação mais difícil seria assegurar a arbitragem entre os interesses de todos e a defesa dos nossos próprios interesses.

Foi anunciado nos fins de Novembro que a Comissão viria toda a Lisboa no dia 8 de Janeiro para uma reunião com o Governo Português. Antes disso deveria ser feita a apresentação, pelo Primeiro-Ministro, do programa da presidência.

*

No dia 29 de Novembro participei numa reunião do World Economic Forum que se reuniu em Lisboa. Nos encontros comigo gostavam sempre de me pedir informação ou comentários sobre temas comunitários e, especialmente, sobre os fundos que vinham para Portugal e a sua aplicação. Dessa vez, talvez porque a primeira intervenção da plateia fosse sobre portos, quase todas as outras glosaram o mesmo tema.

Diziam que não se estava a investir suficientemente nos portos: seus equipamentos, áreas de armazenagem de retaguarda, ligações intermodais, exploração dos trechos navegáveis das vias fluviais, etc. Participaram no encontro representan-

tes do sector e da Ford-Wolkswagen que estavam particularmente interessados no porto de Setúbal e que sabiam do meu envolvimento na reabilitação da economia da Península respectiva. Mas até o Dr. Ferraz de Carvalho, que era um jornalista de nível excepcional, quis saber o que o Governo pensava acerca da ampliação do porto de Lisboa e dos outros portos.

O representante da Sandoz insistiu muito na protecção da actividade de investigação científica através de patentes e da criação de um ambiente favorável ao investimento no sector. E o presidente do INESC protestou contra os cortes anunciados para o PRODEP e para o CIENCIA.

Respondi a todos como sabia, embora não fosse eu, então, o responsável pelos portos e pelo transporte marítimo. Obviamente que estava de acordo com a importância que Portugal devia atribuir ao sector. Com o “atrito” que a travessia de Espanha e França para nós implica, não pode ser de outra forma. A menos que se valorize muito a ligação porta-a-porta rodoviária e os motoristas de pesados continuem a aceitar atravessar a Europa em condições duras.

*

No dia 1 de Dezembro o Presidente de Xunta da Galícia, D. Manuel Fraga Iribarne veio a Lisboa, à frente de uma delegação enorme de entidades galegas: governo regional, empresários, universidades, associações culturais e todas as forças vivas. Dava-se início, nesse dia, à Semana da Galiza em Lisboa e ele não se tinha poupado a esforços para mostrar na capital portuguesa o melhor que a sua região tinha. Eu sabia, por experiência, que os Espanhóis neste tipo de coisas fazem tudo superlativamente. Mas devo confessar que não esperava que fosse tanto. Tudo começou com um “cocktail” de boas-vindas num hotel de Lisboa ao qual se seguiu uma semana frenética que, tal como era o objectivo, deixou em todos a melhor impressão. Foi então que eu conheci o Presidente Fraga, o início de uma convivência de vinte anos, ao longo dos quais pude apreciar as suas altas qualidades como político e como académico. Ensinou-me a ver a Galiza de uma outra forma, mais ligada à sua cultura e ao carácter das suas gentes. Sempre com um bom-humor sereno...



FIG. Visita do goberno da Galícia a Lisboa
com Dr.^a Maria Cavaco Silva
e D. Manuel Fraga Iribarne, Presidente da Xunta da Galícia.

*

Em 2 de Dezembro soube como estava a evoluir o trabalho sobre o Arco Atlântico. Este era constituído por 23 regiões que tinham costa atlântica, desde a Andaluzia até às mais nórdicas das regiões escocesas, passando pelas portuguesas, as espanholas, as francesas, as irlandesas e algumas inglesas. O objectivo do Arco era o desenvolvimento das suas regiões através da mobilização dos seus recursos específicos; eram membros todas as regiões portuguesas. A sua acção centrava-se na eliminação dos “missing links” rodoviários, ferroviários e marítimos. Interessavam-lhe, especialmente: as ligações marítimas e algumas aéreas; os financiamentos às suas empresas (na maioria PME); os investimentos estruturantes; a formação profissional; a aquacultura e a revitalização do espaço rural. Tinha encomendado um estudo do desenvolvimento do conjunto a um consultor francês que vivia em Bruxelas e que eu conhecia. Era um agregador competente das sugestões que ouvia dos seus consulentes, mas que, quando postas da forma como a sua formação cartesiana permitia, causavam sempre boa impressão. Eu fui avisando que nem os países-membros nem a Comissão aceitariam patrocinar qualquer programa que não passasse por eles. O mesmo lhes havia dito o Comissário Millan, o qual já tinham visitado. Queriam fazer uma reunião em Portugal. Eu prometi que lá iria ouvi-los.

No mesmo dia soube que, em Estrasburgo, se tinha reunido a 2ª Conferência das Regiões da Europa com o patrocínio do Parlamento Europeu. Havia sido constituído, então, o Comité Consultivo dos Poderes Locais e Regionais da Europa. Tinha participado também o Conselho da Europa que anunciara a organização de uma conferência sobre o estado do processo de regionalização na Europa. Nessa Conferência tinham participado 173 regiões europeias. A Comissão havia confiado a sua representação ao Director-geral Eneko Landaburu (Política Regional) que, na sua intervenção, encorajara as regiões presentes a cooperarem no domínio do ordenamento do território, complementando, desse modo, a acção das instâncias comunitárias e dos governos nas acções em prol do desenvolvimento. O ordenamento figurava, aliás, no rol dos quatro propósitos que os organizadores da Conferência tinham enunciado; os outros eram: a coesão económica e social, a representação institucional das regiões e a cooperação inter-regional.

Havia, ainda, um outro conjunto regional: a Conferência das Regiões do Sul da Europa Atlântica. Tinham fixado um núcleo mais pequeno de objectivos: a formação profissional, a promoção da Ciência e Tecnologia e as grandes redes que as poderiam servir. Eles não estavam mal definidos; correspondiam às prioridades na resolução das questões mais ingentes: preparação dos recursos humanos, modernização da economia e melhoria da acessibilidade. Queriam celebrar no Porto, em meados de Janeiro de 1992, um grande encontro com 250 participantes. Convidaram-me para estar presente.

Como se vê, não era por falta de conferências que as regiões não se desenvolviam. O segredo do funcionamento deste tipo de associações depende sempre muito de quem assegura a presidência da conferência e, especialmente, da qualidade do trabalho do seu secretariado. É este que garante o trabalho diário, quer dizer o que se faz entre as reuniões gerais ou temáticas. Estas são sempre “grandes ou pequenas missas” em que se juntam os responsáveis para se verem uns aos outros, mas que não fazem senão declarações mais ou menos eloquentes. O verdadeiro trabalho tem de ser assegurado por quem se dedica a ele de modo permanente, discutindo com os actores políticos as grandes orientações que devem seguir. Não se pode esperar de uma reunião curta de duas centenas de pessoas outra coisa que não seja o enunciado de caminhos gerais que têm de ser transformados em instrumentos operacionais por quem, sabendo dos primeiros, também conhece as formas práticas de os percorrer.

*

No dia 2 de Dezembro estava de visita a Portugal a Primeira-Ministra norueguesa, Gro Brundtland, que eu conhecia dos tempos em que tinha tido a tutela do Ambiente. Como é sabido, ela é um grande nome nesse domínio, por ter coordenado um grupo na Organização das Nações Unidas e produzido um relatório que tem o seu nome acerca da protecção do Ambiente, a nível planetário. Tínhamo-nos encontrado várias vezes, de modo que, ao entrar para o jantar que lhe foi oferecido no Palácio de Queluz, ela fez-me um acolhimento particularmente caloroso, o que deixou o Primeiro-Ministro português um pouco intrigado. Foi-lhe explicada a razão. Ela veio com o marido e o principal foco da visita era assegurar que o

grande cliente de bacalhau que Portugal era e continuaria a sê-lo. De modo que o jantar tinha de ser bacalhau. Mas, para o tornar mais leve serviram uma receita semelhante ao bacalhau à Brás, mas em que as batatas eram substituídas por espinafres. Manifestamente ela não apreciou e teve de iludir o facto espalhando o pouco de que se serviu em todo o prato. Pelo contrário, o marido gostou muito e repetiu com visível satisfação. Isso não impediu que a conversa fosse animadíssima e que ela tivesse partido segura de que aqueles bárbaros do sul continuariam a ser seus grandes clientes.

*

A 3ª Conferência Europeia de Economia Social era muito importante para o sector cooperativo. Por isso eu lhe dava uma atenção especial. Ela realizar-se-ia entre 1 e 3 de Abril. Mas o presidente do INSCOOP, responsável pela sua realização, queria que tudo estivesse assente antes de o ano findar. Por isso recebi-o em 4 de Dezembro para analisar problemas de organização, temas, presidência das sessões, actos sociais, etc. A abertura deveria ser presidida pelo Primeiro-Ministro e o encerramento pelo Presidente da República; era preciso assegurar que eles tinham as datas disponíveis nas suas agendas. Viria também o Comissário Europeu do sector e deveriam participar na sessão de abertura os Ministros das Finanças e da Agricultura. Mas haveria intervenções do Ministro do Emprego e da Segurança Social e dos Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros, da Integração Europeia e da Segurança Social. Era preciso assegurar que eles estivessem presentes. Por outro lado, havia numerosos convites a fazer a entidades estrangeiras: o Presidente do Comité Económico e Social, o Secretário-geral do Conselho da Europa, os ministros da tutela da economia social nos outros países da Comunidade Europeia, o Secretário-geral da Organização Internacional do Trabalho, o Presidente da Aliança Cooperativa Internacional, numerosos Embaixadores acreditados em Lisboa dos países com quem nós tínhamos relações na esfera da economia social... E, depois, havia os problemas orçamentais. Era preciso que o ministro fizesse diligências várias, porque o sector não era rico e, portanto, não se podia contar com ele para apoiar mesmo uma pequena publicação.

Quando se vai a uma conferência destas parece que tudo flui sem atritos. Para que isso aconteça é preciso ocupar muitas horas em trabalho de preparação.

*

Em 5 de Dezembro de 1991 foi publicada no Diário da República a nova lei orgânica do Governo. Qualquer ajustamento deveria ser feito com rapidez, para estabelecer um quadro de referência que tem de ser sempre estável.

Tinha sido constituída na Assembleia da República uma Comissão para Timor. Havia consonância sobre o caso entre os diferentes órgãos de soberania. Um vídeo sobre a situação que tinha sido produzido fez despertar muitas consciências que, até aí, estavam indiferentes. A Indonésia fora condenada na véspera, mas ligava pouco a isso; ainda ligava menos ao que se passava em Portugal; existia o comportamento típico das ditaduras militares. O próprio Conselho de Ministros da Comunidade Europeia fizera uma declaração após conhecer um inquérito, que era muito credível, aos massacres realizados em Dili; estava em curso um reexame do apoio concedido à Indonésia pela Comunidade Europeia. Tinha havido, também, uma boa declaração do Parlamento Europeu, a respeito do assunto. As coisas estavam a caminhar como nós queríamos: dar à questão a dimensão internacional que tinha e não reduzi-la a um problema bi-lateral. Era evidente que preferíamos uma solução pacífica a uma outra pelas armas. Além do mais, nós sabíamos que não teríamos capacidade para apoiar militarmente a guerrilha; aliás, com excepção dos Estados-Unidos, ninguém a tinha... O que poderíamos accionar era o apoio humanitário através da Cruz Vermelha Internacional, o que já estávamos a fazer.

Nessa altura, os partidos da Oposição estavam a atravessar uma fase de grande instabilidade. É vulgar que isso suceda quando se perdem eleições. O PCP mostrava algum apagamento; já nem o Dr. Álvaro Cunhal conseguia dinamizá-lo! No PS sabíamos que havia uma luta, não muito surda, entre várias facções; ainda demoraria a encontrar o seu rumo. No CDS havia anúncios públicos de saída. Não é bom que a Oposição não faça o seu papel; alguém o fará por ela. E, naquela ocasião, estava a ficar claro que quem assumiria esse papel seria a Imprensa. Parece que aprendeu e gostou e, por isso, nunca mais deixou de o fazer. Nem sempre

com elevação!... Sentindo essa ausência, o Dr. Mário Soares, já no seu segundo mandato como Presidente da República, passou a dar uma ajudinha que ocorria, sistematicamente, todos os dias... Assisti de perto à mudança de estilo entre o primeiro e o segundo mandatos.

Havia falta de propostas de lei na Assembleia da República. Tínhamos feito um grande esforço antes do Verão para, entre propostas substantivas e pedidos de autorização legislativa, conseguir cobrir todos os campos de que precisávamos. Durante os primeiros dois meses as prioridades tinham ido para a organização do Governo e para a “arrumação” dos ministérios. Era chegada, agora, a hora de entrar no fluxo normal de produção legislativa e ocupar os Deputados no trabalho das Comissões. De outra forma tudo seria “politiquice”...

*

Já me referi à intenção do Governo de lançar uma segunda ponte sobre o Tejo, na área de Lisboa. A saturação da ponte 25 de Abril era um facto. Por outro lado, impunha-se assegurar uma ligação ferroviária. Eu era de opinião de que se deveria fazer também uma ligação para o metropolitano, permitindo integrar na Área Metropolitana os principais núcleos urbanos da margem sul, a saber, Almada, Seixal e Barreiro; era especialmente nessa mancha que residia a maior parte dos que, todos os dias, vinham trabalhar para Lisboa e que ou iam de barco ou congestionavam a única ponte existente com tráfego de automóveis privados; deveria facultar-se um transporte público que se inserisse numa rede que assegurasse o acesso a uma grande variedade de destinos no tecido urbano da margem direita, porque os moradores da margem esquerda se dispersavam nos seus locais de trabalho, isto é, por todo ele.

O tabuleiro da ponte 25 de Abril estava preparado para um aumento de carga que permitiria a circulação ferroviária (metro ou comboio normal) no seu interior. Mas, para isso era preciso, naturalmente, reforçar a sua capacidade resistente. Sopesados todos os factores, eu entendia que a solução que melhor servia todas as necessidades era a construção de uma ponte mista entre Olivais e Barreiro que alojasse no tabuleiro superior a circulação rodoviária (3 + 3 faixas) e no tabuleiro inferior quatro faixas para circulação ferroviária, duas para o comboio e duas para o metro.

A adaptação do tabuleiro inferior da ponte 25 de Abril seria para o metro; este teria um traçado em arco na margem sul, unindo os principais núcleos urbanizados nos dois sentidos, de modo a otimizar as condições de acesso de todos a qualquer parte da rede no lado norte, onde deveriam ser construídos os lanços necessários à concretização de uma espécie de “circle line”, a que já fiz menção. Esta minha ideia tinha sido debatida com especialistas de ordenamento do território e de pontes e não somente era possível concretizá-la como representava a melhor resposta às necessidades de mobilidade de passageiros na Área Metropolitana de Lisboa. Era a que ligava mais directamente as origens com os destinos das viagens, especialmente das ligações casa-trabalho. Por outro lado, assegurava também as ligações de longo-curso, tanto rodoviárias como ferroviárias, entre as duas margens. Em relação à ligação ferroviária, eu era de opinião que ela se fizesse logo com carris de dupla bitola, de modo a assegurar a passagem de comboios de bitola ibérica e de bitola “standard” (para o TGV); a dupla bitola não é muito aconselhável para grandes trajectos, mas é perfeitamente tolerável num lanço curto como é o de uma ponte, onde se tem de circular a velocidade moderada.

Um especialista de transportes, que também ouvi, disse que a solução do corredor central correspondia à vontade de preencher e melhorar um tecido urbano já existente e em mau estado, na margem sul; a infra-estruturação urbana que reclamaria seria mais barata. Pelo contrário, a solução de Sacavém - Montijo correspondia à abertura de uma nova frente urbana. No corredor central (Barreiro-Chelas) a solução ferroviária teria fácil amarração à rede ferroviária em ambas as margens. Considerava, ainda, como grave, escolher a solução do corredor central sem a ferrovia incorporada.

Para conciliar os pontos de vista quer de quem tinha a tutela das obras públicas e, portanto, de construção de pontes com a do responsável pelo ordenamento do território tive, em 6 de Dezembro, uma reunião com o meu colega das Obras Públicas. Percorremos as alternativas possíveis que, com a exclusão da localizada junto da barra, se limitava a duas, a de Sacavém/Montijo e a do Beato/Barreiro. Disse-me que a segunda passava por cima da doca, mas que, se fosse somente rodoviária seria mais barata e mais aceitável debaixo do ponto de vista ambiental; teria inconvenientes para a EXPO' 98 que não especificou. Mostrou-se contrário

à construção de uma ponte mista, porque seria complexa, de concretização longa e com dificuldades de coordenação inter-modal. Preferia uma ponte rodoviária, porque teria de lidar com um só sector. Trazer dois ou três (o caminho-de-ferro e o metro) para a operação era aumentar o seu grau de complexidade e, portanto, de imprevisibilidade da sua data de entrada ao serviço. Queria tomar a decisão o mais rapidamente possível. A decisão da passagem do caminho-de-ferro na ponte 25 de Abril era irreversível e só seria para comboio; estava arredada a passagem de eléctricos rápidos, o que eu também não defendia. A minha proposta era mesmo do metro para se inserir na rede da margem direita. O projecto da travessia do comboio já havia sido encomendado e custaria 850.000 contos; já estavam a elaborar o contrato para a execução.

Insistia muito na dificuldade da construção de uma solução rodo-ferroviário. Eu disse-lhe do resultado da minha conversa com os projectistas de pontes e invoquei a que estava a ser construída entre Copenhaga e Malmö, aliás com um substancial apoio europeu; pertencia ao conjunto de dezanove grandes projectos do Vice-presidente Christorphersen, que representou o primeiro passo das grandes infraestruturas transeuropeias. Invocava, para não ir para a solução da ponte mista, a grande mobilização de capital que ela implicaria. Acrescentava: “nenhuma entidade privada irá fazer uma ponte rodo-ferroviária!”. As negociações entre um concessionário privado e o Estado que seria o representante do explorador ferroviário revelar-se-iam da maior complexidade. Repeti o exemplo sueco-dinamarquês. Acrescentou que nem sabia se seria possível fazer um projecto de tal ponte. Assegurei-lhe que isso era possível. E concluiu que, não sendo possível a solução rodo-ferroviária, não fazia sentido uma ponte rodoviária Beato-Barreiro e, portanto a ligação seria somente rodoviária e, nesse caso, a localização adequada seria Olivais (ou Sacavém) Montijo. A ponte no corredor central (Beato-Barreiro) teria de ter dois vãos suspensos; o que encareceria a solução; concordava que esse corredor representava a melhor possibilidade de inserção ferroviária; mas como isso lhe parecia inconveniente, nem atendia à inclusão do modo ferroviário.

Estimava que a solução rodo-ferroviária custaria 150 milhões de contos enquanto que a solução rodoviária ficaria por 100 milhões. Acrescentava que o Estado

não tinha capacidade para construir a ponte; ela teria de ser realizada por um consórcio privado. Sabia que, em termos de ordenamento do território e de ambiente, a solução Beato-Barreiro era a melhor, mas todas as outras considerações faziam pender a resposta para o corredor Sacavém/Montijo. Eu insisti na minha maneira de olhar para a questão: uma ponte faz-se para assegurar uma ligação que responda a um certo número de exigências e não no local onde é mais fácil ou mais barato contruí-la. Nessa ocasião, (1991) a ligação Sul-Norte, na ponta da manhã, era feita por 27.000 passageiros/hora (15.000 nos barcos e 12.000 na rodovia). Sabia-se que, a qualquer hora do dia, menos de 5% das viagens tinham uma extremidade fora da Área Metropolitana de Lisboa. Em relação às viagens de automóvel particular: 59% a 63% eram geradas no concelho de Almada; 25% a 30% na parte ocidental do concelho do Seixal; 6% a 8% nos restantes concelhos. Esta reunião foi preliminar de um encontro com os representantes do GATTEL (Gabinete de Apoio à Travessia do Tejo em Lisboa) presidido pelo Eng.^o Vístulo de Abreu, um técnico e gestor muito distinto, com provas dadas à frente de numerosos empreendimentos industriais; uma excelente escolha para levar qualquer grande empreendimento por diante. A sua exposição foi claríssima. Na ponte 25 de Abril o tráfico atingia nessa altura (1991) 100.000 veículos por dia. Estava saturada. Era preciso duplicar a travessia do Tejo. Havia que escolher, para a sua localização, entre três corredores: um a poente, cerca da foz, outro central no Beato-Barreiro e outro nascente entre Sacavém e Montijo. Como pressuposto, estava já decidida a travessia ferroviária através da ponte 25 de Abril. A construção da ponte não deveria durar mais de quatro a cinco anos.

A solução a poente era a menos vultuosa e a que captaria mais tráfego. Seria a mais recomendável se não fosse “assimétrica”. O terciário de Lisboa localizava-se na sua parte central. Em termos ambientais a solução era desaconselhável.

De qualquer modo entendia que, na ligação entre as margens, três corredores iriam ser necessários e justificar-se-iam ao longo do tempo. Portanto, contando com a ponte 25 de Abril, haveria o corredor central e o corredor nascente que acabariam por ser necessários a longo-prazo. O corredor central tinha aptidão ferroviária, mas o corredor nascente não era muito adequado à inclusão do caminho-de-ferro. Entendia que a solução ferroviária no corredor central deveria

ser contemplada a longo-prazo. Mas duas soluções ferroviárias ao mesmo tempo não se justificavam. Aconselhava a não inviabilizar no corredor central a solução ferroviária. O sobrecusto do reforço da estrutura para incluir o modo ferroviário era da ordem dos 52 milhões de contos (o diferencial que o ministro havia referido: 100 versus 150). A solução mista seria uma ponte atirantada tripla e, se fosse no corredor central teria de ser a cota mais elevada, por razões de inserção na margem direita. Esclareceu que os 52 milhões de contos eram só o sobrecusto da estrutura que preparasse a ponte para o caminho-de-ferro. Referiu como exemplo a ponte de Dartford sobre o Tamisa, com 450 metros de vão e atirantada. A solução nascente (Sacavém-Barreiro) teria somente um vão atirantado. Referiu que todas as soluções estavam fora da Reserva Natural do Tejo, o que não era rigoroso. A solução nascente acabou por atravessar as salinas de Samouco, reclamando proteções especiais.

Disse que o corredor central permitia um acesso mais directo à zona dos serviços terciários de Lisboa, pelo seu lado nascente e contribuiria para a recuperação das zonas do Barreiro e de Chelas, a poente, não implicando a criação de nenhuma nova frente urbanística. O corredor nascente, na margem norte teria implicações semelhantes ao corredor central; na margem sul e na faixa entre Montijo e Alcochete teriam de ser tomadas medidas de salvaguarda adequadas, porque o risco seria grande de haver especulação fundiária e de se abrir uma nova frente urbanística desregrada. Concordava que o corredor central aliviaria mais a pressão do tráfego sobre a ponte 25 de Abril. Justificou por que deveria ser uma concessão privada, afirmando que quanto mais complicada fosse a solução, mais complexa seria a concessão e, portanto, mais difícil de negociar.

O corredor central, por causa da sua amarração em território do Município de Lisboa reclamaria uma colaboração grande por parte da Câmara Municipal e a construção de vários túneis, especialmente na zona das Avenidas João XXI e dos Estados Unidos da América. Tudo isso acarretaria investimentos acrescidos e tinha de ser feito com brevidade, porque se teria de garantir fluidez de tráfego ao concessionário, na parte urbana à volta do encontro norte da ponte.

Em relação aos documentos de pré-qualificação, eles estariam prontos em Janeiro de 1992 para a solução exclusivamente rodoviária do corredor nascente.

Se fosse a ponte mista do corredor central estariam disponíveis somente em Março. O caderno de encargos, para o corredor nascente, levaria três meses a preparar; para o central seriam seis. Para a elaboração das propostas estimavam-se cinco meses e para a negociação e celebração do contrato um máximo de um ano. A concessão tinha duas fases: i) a primeira de estudos e projectos e ii) a segunda de construção. Admitia-se que a entrada em exploração levaria quatro a cinco anos para o corredor leste e seis para a solução central. Os concessionários em vista seriam firmas europeias (inglesas, francesas, italianas, espanholas e dinamarquesas). Não havia entraves técnicos da parte dos caminhos-de-ferro à solução central, mas esta era menos interessante quanto ao cone de aproximação à pista da base do Montijo.

Da minha parte pus numerosas questões no âmbito do sector pelo qual tinha obrigação de zelar: o ordenamento do território. Com a maior honestidade, o Eng.^o Vístulo de Abreu disse que não haviam olhado com profundidade para esse aspecto. Por outro lado, dei informação acerca das diligências que tinha feito junto dos projectistas de pontes. Em relação aos prazos referidos, reafirmei a minha posição: isso interessava pouco quando comparado com a vida provável da infra-estrutura e com as consequências enormes que teria sobre o território a escolha de um ou de outro corredor. Ficou clara a minha posição e os seus fundamentos. Mas o Ministro das Obras Públicas tinha pressa e dava muito peso às dificuldades acrescidas das negociações para o caso de se optar por uma ponte mista (concessionários, Câmaras Municipais de Lisboa e Barreiro, etc.).

Não foi por mim que fui sozinho à reunião, mas transpirou para a Imprensa que havia divergência de opinião entre os dois ministros. Como se sabe, isto é o melhor que se pode dar aos jornalistas!... Aí passou o assunto a merecer honras de primeira página em jornais de referência, incluindo semanários. E o tom era, sistematicamente, negativo para mim, sem nunca me terem ouvido. Aguentei, estoicamente, a campanha, mas um dia considerei que se estavam a ultrapassar as marcas. Estava perfeitamente identificada a fonte das notícias; era aquilo que os jornalistas costumam designar como fidedigna. Telefonei ao seu chefe dizendo que sabia de onde vinham as coisas e que achava lamentável o que se estava a passar, até porque não havia nenhuma decisão ainda tomada e a campanha pode-

ria comprometer a escolha da melhor solução, fosse ela qual fosse; e que era essa que interessava ao país. Suponho que deve ter sido por me ouvir tão zangado que durante algumas semanas deixaram de aparecer notícias sobre o tema.

É evidente que eu expunha as razões da minha preferência ao Primeiro-Ministro, que as ouvia com muita atenção, mas sem se manifestar. De uma das vezes perguntou-me se eu achava plausível que, alguma vez, fosse construída uma obra pública contra a opinião favorável do Ministro das Obras Públicas? ... Eu percebi, nessa ocasião, o caminho que as coisas iriam tomar. Não me atrevi a solicitar-lhe uma reunião a três. Por isso, o trílogo não adiantaria nada ... Ele não subscreveria outra solução que não fosse a proposta pelo seu ministro do sector. E os outros ministros ou o apoiariam ou abster-se-iam; não era a “guerra” deles... Foi isso que aconteceu. No final do Conselho em que se decidiu, houve alguns que me vieram manifestar a sua simpatia. Um deles disse-me mesmo: “ele venceu mas foi você quem convenceu!”... Um outro disse-me, depois, que este mesmo colega tinha ido felicitar o outro vivamente!... Delícias da corte... Este foi um dos muitos sapos que eu tive que engolir. Os jornais, nos dias seguintes, não se preocuparam nada em analisar a bondade da decisão. Só se interessaram por anunciar aos quatro ventos que eu tinha perdido e que o meu colega ganhara... Tudo isto muito estimulado, ainda, pela tal fonte fidedigna de origem das notícias durante a fase preparatória. A inauguração da ponte Vasco da Gama foi no dia 29 de Março de 1998. O Ministro João Cravinho, então em funções, teve a atenção de me telefonar a convidar-me para a cerimónia. Agradei-lhe a atenção, mas disse-lhe que não ia. A ponte era uma belíssima obra de engenharia, na qual haviam colaborado muitos técnicos portugueses e isso dava-me muita satisfação. Mas o processo que havia levado à decisão da sua localização tinha más recordações para mim. Por outro lado, a minha presença na cerimónia poderia ser lida como um passar de esponja por tudo o que se tinha passado e esse não era o meu estilo. Lamentou não me ir ver na cerimónia, mas não mandou tirar a cadeira que me estava reservada, exactamente ao lado da do Ministro as Obras Públicas que tinha imposto aquela localização. Na véspera um jornalista durante uma entrevista, perguntou a este se ainda se punha alguma dúvida acerca do acerto da sua decisão: “Que não, que tudo estava ultrapassado como ele veria no dia seguinte”... Eu já havia tomado e comunicado

a decisão de não ir há uma semana atrás. Vi no noticiário da televisão um apontamento da cerimónia em que o focaram, com a minha cadeira vazia ao lado. Nenhum jornalista quis saber a quem se destinava uma cadeira tão em evidência e nunca mais se fez referência ao caso.

Uns anos depois, o meu antigo colega foi presidir à concessionária. Vi, nos jornais, uma sua declaração, propondo a construção de uma ponte rodoviária entre o Barreiro e o encontro da ponte no Montijo, como forma de fazer crescer o tráfego rodoviário na ponte Vasco da Gama, aproveitando melhor a sua grande capacidade. No fundo ele queria ir buscar o tráfego ao local em que este tinha a sua origem, exactamente aquele que eu havia proposto em 1991... Ninguém, nos jornais, comentou a proposta. País distraído?...

Sempre me intrigou o facto de a localização de uma obra como a ponte Vasco da Gama não ter merecido uma discussão aprofundada no seio de associações profissionais, universidades, centros de estudos, institutos ligados aos partidos, departamentos interessados na discussão de políticas públicas... Eu era estudante em Londres quando se estava a discutir a localização do seu terceiro aeroporto que acabou por não ser construído nos moldes em que havia sido proposto. O processo preparatório da decisão tinha custado 1 milhão de libras, o que, na ocasião, era muitíssimo. O relatório produzido vendeu-se como costuma acontecer a uma obra literária que gera controvérsia. E gerava!... Muita gente o estudou e todos os jornais lhe dedicaram análises frequentes e aprofundadas. Por outro lado, ele contribuiu muito para o avanço das práticas de avaliação de projectos, nomeadamente na valorização dos intangíveis ou dos muito difíceis de qualificar como as grandes igrejas normandas ou os gansos de Brent!... Em Portugal nada disso aconteceu.

Como se compreende não seria eu quem deveria tomar a iniciativa de uma tal discussão. Mesmo que me tivesse demitido, isso soaria sempre a despeito... A iniciativa de uma discussão dessas deve ser natural e os seus resultados aproveitados para a decisão. É por isso que eu gosto muito dos “green papers”... Mas vai demorar, ainda, muito tempo até a sociedade portuguesa considerar que deve envolver-se nessas discussões, tornando visível uma participação mobilizadora da aplicação dos conhecimentos existentes ou estimuladora da procura de outros

novos, quando se achar que não se sabe o suficiente para tornar fundamentada a escolha de uma dada solução. Naquele caso, até nem havia praticamente, elementos intangíveis! Eram todos muito quantificáveis...

*

No sábado, dia 7 de Dezembro acompanhei o Primeiro-Ministro numa visita a Beja. Começámos por ter um encontro com os Presidentes das Câmaras e com representantes de associações económicas do distrito. O Primeiro-Ministro começou por explicitar as razões daquele encontro: diminuição da população da área, desertificação... Perguntava a opinião de todos acerca das formas de a reabilitar. Falaram todos, começando o presidente do NERBA (Núcleo Empresarial Regional de Beja). Referirei o que disseram, sem mencionar quem disse o quê:

Estavam preocupados com o futuro da região. Observava-se uma paragem nas intenções de investimento. Davam o seu acordo à elaboração de planos estratégicos para o desenvolvimento da zona; já estavam em curso os programas operacionais de Entre-Mira-e-Guadiana, Litoral Alentejano e Centro e Baixo Alentejo; esperavam muito deles. Salientavam a importância do turismo para o desenvolvimento da área; mas Beja não tinha um hotel decente e o SIFIT privilegiava as povoações localizadas nos eixos de atravessamento do território. As empresas tinham baixo poder de negociação e a taxa de intermediação da banca era muito alta. Achavam que a PAC tinha que ser reformulada. O Alentejo representava uma reserva estratégica da produção agrícola nacional; mas tinha de se reduzir os custos de produção. Na comercialização dos cereais, estavam a dar os primeiros passos depois de terminar a tutela da EPAC. Entendiam que o PEDAP também tinha de ser reformulado. E era preciso água! Sem ela não haveria vida (Isto era para sublinhar a importância da construção do Alqueva). As grandes empresas de distribuição estavam a instalar-se na zona; o SIMC representou qualquer coisa, mas os que se endividavam tinham de pagar os empréstimos e o comércio de retalho estava de rastos. Queixaram-se de que a aprovação de um hotel demorava quatro anos (já me referi a isto anteriormente). Havia uma associação de Municípios que congregava os catorze concelhos do Distrito. Queriam a criação das regiões administrativas e mais

incentivos ao desenvolvimento económico. Os Municípios é que apanhavam com o primeiro choque das carências, mas não dispunham de meios suficientes para lhes dar resposta. Tinham dificuldades em matéria de pessoal, mas a legislação não auxiliava a resolvê-las (Era o velho problema de não terem os candidatos as habilitações necessárias e eles quererem satisfazer clientelas locais ou, no pior dos casos, partidárias). Apoiavam a realização dos PDM, mas estes estavam atrasados e queriam mais um ano de prorrogação do prazo (eu não era a favor...). Queriam a utilização da Base de Beja para outros fins que criassem emprego e animação económica. Estavam a morrer muitos sobreiros; era preciso estudar por quê. Entendiam que era preciso preservar a abetarda e fomentar a agricultura ambiental ou ecológica, mas isso reclamava auxílios financeiros especiais, além de estudos em que apoiar a acção. As minas, todas, deveriam ser estimuladas; foi sublinhada, em especial, a importância da metalurgia do estanho. A falta de emprego era particularmente notória nas mulheres. A Educação e a Saúde eram os sectores prioritários; era importante dar uma atenção especial aos transportes escolares à conta das Câmaras, mas para os quais elas não dispunham de meios suficientes; havia crianças a fazer 120 km por dia para ir à escola e voltar a casa. Os acamados eram uma dor-de-cabeça; as famílias não os podiam ter em casa e não havia lares de terceira idade para tratar deles. No âmbito do RECITE tinham concorrido 600 projectos, tendo sido aprovados somente 60 (As candidaturas eram muito mal instruídas.). De tarde fomos visitar as Minas de S. Domingos, para cujo bairro dos mineiros havia um projecto de aproveitamento para fins turísticos.

*

A preservação da abetarda ocupou-me muitas horas. Os ecologistas eram particularmente insistentes no tema. A abetarda, que tem a corpulência de um pequeno peru, é uma ave típica das regiões de sequeiro e reclama extensões enormes para os seus jogos nupciais. Havia muitas abetardas em França e Espanha, mas elas foram descendo em latitude, porque tinham sido ocupadas as suas zonas de nidificação por construções diversas ou por perímetros regados. Se fizessemos muito regadio, corríamos o risco de empurrar as abetardas para Marrocos, onde

elas ainda eram abundantes. Foram conversas complicadas com os ecologistas, aquando dos estudos preparatórios do Alqueva que tiveram lugar ao longo desses meses dos fins de 1991 e princípios de 1991.

Na Páscoa desse ano eu resolvi ir passar uns quatro dias a Marrocos, nas minhas andanças pelos locais onde os Portugueses estiveram e construíram fortes. Numa das noites, o pequeno grupo com quem eu estava foi jantar a um restaurante modesto, no qual era melhor perguntar o que tinham do que consultar uma ementa a que não correspondia grande coisa. Fui eu que perguntei o que é que o dono que nos atendia recomendava. Como de costume a resposta foi: Tudo! Mas eu insisti em saber o que é que, nessa noite, ele achava melhor. A resposta foi: “Ah! Monsieur! Ce que je vous recommande c’est un abétard roti délicieux!”. E que não estava no cardápio... A gargalhada automática, simultânea e divertida dos meus amigos, assustou o pobre do homem. Eu não queria entrar em explicações e ele ficou desconfiado e insatisfeito com a justificação de um dos meus amigos que disse que eu era alérgico às abetardas... E lá comemos uma “tajine” qualquer...

*

Em 1991 Portugal foi o País a organizar a Europália na Bélgica. Ela teve lugar especialmente em Bruxelas, mas também realizou duas magníficas exposições fora, uma em Antuérpia e outra em Charleroi. Houve, ainda, sessões especiais para mostrar como era o Portugal de então. Numa delas eu participei activamente. Ela realizou-se na Academia de Ciências e visava transmitir o que se estava a fazer no campo da investigação científica e tecnológica. A minha intervenção está publicada (Discursos VII). Por isso não a reproduzo. Teve lugar no dia 10 de Dezembro. Por uma circunstância feliz decorria nessa data uma apresentação de Macau organizada sob o patrocínio do Governador Vasco Rocha Vieira. Não pude participar senão no jantar de encerramento. Foi uma festa muito especial: era o Oriente, mas também era Portugal. A representante da Bélgica era a Princesa de Liège, mais tarde Rainha Paola. Tive ocasião de trocar impressões com ela; estava fascinada pela conjugação de tanto exotismo com a maior elegância europeia. Deveria ser sempre assim a nossa promoção no estrangeiro: surpreender pela qualidade e pela imaginação.

*

Começámos Dezembro de 1991 com os últimos arranjos para a presidência portuguesa da Comunidade Europeia que iria arrancar no dia 1 de Janeiro de 1992. O respectivo programa fechava no dia 13 de Dezembro, porque no dia 18 teria de ser comunicado em Bruxelas. Cada ministro era responsável pelo seu sector. Quando houvesse uma dimensão internacional nas realizações ou trabalhos a desenvolver, ela passaria para a esfera do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Para assegurar que a coordenação era feita em permanência, todos os ministros designaram um elemento dos seus gabinetes para estar em disponibilidade todo o tempo, de modo a receber ou transmitir as informações julgadas como necessárias. Não poderia haver hiatos nas comunicações. Foi recomendada a máxima contenção, em matéria de viagens e, também, no tamanho das comitivas.

Tivemos, no dia 12, informação acerca do Conselho Europeu de Maastricht que havia tido lugar nos dias 9 e 10. A impressão generalizada era de que tinha sido um grande sucesso para a Europa. Foi, então, que a designação Comunidade Económica Europeia cedeu lugar à de Comunidade Europeia. Não tinha ficado consagrada a sua vocação federal que muitos queriam, mas que alguns rejeitavam (com o Reino Unido à frente!...).

Foi dada, então, como irreversível a criação da moeda única. Em matéria de política externa da própria Comunidade foram dados passos importantes. Em relação à política de segurança ficou decidido evoluir a termo para uma política de defesa comum; a decisão obteve unanimidade de votos. Resolveu-se deixar para o Conselho Europeu de Lisboa (Junho de 1992) a análise das áreas em que deveria haver decisões por maioria ou por unanimidade. Em matéria de defesa ficou esclarecido que não se tratava de substituir a NATO nem a União da Europa Ocidental (UEO); esta permaneceria com autonomia; mas era preciso criar, no seu seio, forças de reacção rápidas.

Em Maastricht foi muito alargado o âmbito das competências comunitárias: na defesa do consumidor, energia, protecção civil, redes transeuropeias, indústria, ambiente... Foi, desde logo, entendido que na área da investigação científica as decisões deveriam ser tomadas por unanimidade; mas que, em relação às redes transeuropeias, poderia ser por maioria; no entanto, as redes do próprio país

deveriam ser objecto de uma decisão privilegiada. Na cultura deveria ser usada a unanimidade (muito por causa dos novos “länder” da Alemanha).

A co-decisão com o Parlamento iria ser aumentada. Deveria, para o futuro, haver coincidência entre os mandatos dos comissários e dos parlamentares, ambos de cinco anos; mostrava-se, assim, que se queria reforçar a ligação entre os dois organismos. A decisão sobre o número máximo de deputados seria decidida em 1992; desde logo ficou assente a redução do número de comissários (que viria a crescer mormente com a adesão de novos países-membros). Mas ambas as decisões seriam apreciadas já no quadro do alargamento.

Surgiram problemas em relação à Política Social. O Primeiro-Ministro britânico, John Major, colocou muitos entraves à ambição de todos os outros. Mas o Reino Unido concordou em que estes fossem avançando, sem ele.

Já nessa ocasião se admitia que haveria, em breve, mais onze países novos para entrar. Como éramos doze e três novos já estavam decididos, haveria oito a negociar; isso faria alargar para 23 o número de países-membros. Hoje (2015) somos 28!

A União Monetária foi aprovada sem grandes dificuldades. Até 1994, que correspondia à primeira fase, todos os países deveriam ficar na chamada “banda estreita” das moedas. Após 1994, o Instituto Monetário Europeu coordenaria as políticas definindo e observando o cumprimento das condições de convergência. A vigilância multi-lateral iniciar-se-ia logo, sendo cada país julgado pelo Colégio de Comissários. Até 1996 deveria ficar tudo preparado para se entrar na 3ª fase. Em 1997 seria tomada a decisão de passar à moeda única. Em 1988 decidiria-se quem estaria ou não em condições de passar à 3ª fase e em 1 de Janeiro de 1999 seria adoptada a moeda única. Os que não entrassem perderiam o direito de eleger o presidente do Banco Central Europeu e os governadores dos seus próprios bancos centrais não teriam assento no respectivo conselho. De dois em dois anos seria re-apreciada a situação.

Em relação à inflação ficou decidido que ninguém poderia ter mais do que 1,5% acima da média dos três melhores países. Foi, então, fixado em 3% do PIB o limite do défice de cada país; acima disso seria considerado como excessivo (Temos, nos últimos anos ouvido falar muito acerca deste tecto ...). De qualquer modo, haveria

um Conselho Geral em que se sentariam todos os países. Entre as sanções aplicáveis figurava o acesso ao crédito do Banco Europeu de Investimento (BEI).

No campo da coesão económica e social, Portugal tinha conseguido tudo aquilo a que se havia proposto. Por isso, o Conselho de Maastricht também foi bom para o nosso país. Conseguimos que a Coesão fosse considerada como um grande pilar da união europeia, que fosse aprovado o princípio da suficiência dos meios e que o fundo de coesão estivesse consagrado no tratado para financiar projectos no domínio do Ambiente e das Redes Transeuropeias nos países com menos de 90% do rendimento médio *per capita* da Comunidade. As médias de rendimento não eram regionais, mas nacionais; por isso, a Alemanha e a Itália ficavam de fora do fundo de coesão, a ele só pertencendo Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia.

Foram dadas instruções para que o BEI consagrasse a maior parte dos seus recursos à construção da Coesão.

O Conselho mostrou abertura ao financiamento de outras áreas como os transportes, as telecomunicações, o gás... E aceitou o aumento da taxa de co-financiamento; isto para nós era excelente.

Foi decidido, também que, durante a presidência portuguesa, fosse analisada uma base para a revisão das perspectivas das receitas comunitárias que, como se sabe, eram (e são ...) muito baixas.

No campo dos fundos estruturais foram alargadas as áreas elegíveis: educação formal e habitação.

O Tribunal de Contas Europeu passou a ser uma instituição comunitária.

Os Départements d'Outre-Mer, os Açores, a Madeira e as Canárias passaram a ser consideradas como casos específicos de desenvolvimento, merecendo por isso um apoio especial.

A estratégia do alargamento da Comunidade viria a ser discutida em Lisboa.

Em matéria de dinheiros para apoio ao desenvolvimento, o novo montante dos fundos estruturais para as regiões de objectivo 1 somado com o fundo de coesão seria duplo do, então, disponível. Para a realização de estudos, todos os países poderiam beneficiar de apoio.

Era evidente que, para aderirem, os novos países tinham que aceitar o chamado “*acquis communautaire*”, tal como havia acontecido connosco.

Em Maastricht foi criado o Comité das Regiões, com carácter consultivo; eu havia estado nas reuniões em que, nos primeiros anos da década de 80, se tinha tratado da constituição de uma instituição com fins similares. Já referi as circunstâncias em que isso aconteceu. Para não tornar a instituição pesada, ficou decidido que o Comité das Regiões teria a mesma estrutura de apoio do Comité Económico e Social. Ao longo dos anos tenho vindo a participar em alguns encontros temáticos da nova instituição; acho que deveriam curar de ser mais objectivos; há uns tantos representantes regionais que falam muito sem fazer propostas concretas e consequentes; ora é destas que nós precisamos; de outra forma, a instituição passará a ser tida como irrelevante, por muito eloquentes que sejam “lá para a casa deles” as intervenções dos respectivos representantes regionais.

A experiência dos anos anteriores (nós tínhamos aderido em 1 de Janeiro de 1986) mostrava que Portugal tirava sempre benefício quando conseguia levar as coisas até ao Conselho. Por isso nos interessava reforçar o papel do Conselho Europeu. Como se pode ver, o Conselho de Maastricht foi mesmo importante.

*

Em épocas de aperto todos gemem com razão.

Em 16 de Dezembro tive uma reunião com o Secretário-geral, por causa do orçamento do Ministério. Tinha-me sido fixado um tecto de 14,3 milhões de contos e o somatório dos orçamentos apresentados pelos serviços era de 18.8 milhões. Como cortar 4,5 milhões? Só as despesas com pessoal variavam entre 70% e 80% nos diversos serviços. E havia subidas que correspondiam à adopção de medidas de políticas inovadoras. O gabinete do Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia subia 36,5%, mas a responsável era a quota do CERN (Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire), um clube caro, porém, a que era importantíssimo pertencer. A Auditoria Jurídica subia 47,4% (uma verba pequena, era certo), mas isso correspondia a um aumento do rigor por mim determinado. A Inspeção-geral da Administração do Território subia 74,3%, tendo isso a ver com instruções para acompanhar de perto a gestão autárquica. O CNIG representava a inovação de processos de planeamento nas autarquias e o acompanhamento da execução de planos; subia o seu orçamento 34,4%. O INE era cada vez mais solicitado, para aprofundar estatísticas;

subia 30,4%! O IICT era o braço instrumental para a nossa cooperação inteligente com os países tropicais; tinha sido eu a incentivá-los a serem ambiciosos; o respectivo orçamento subia 27,7%!... Era eu que tinha de impor os cortes, porque seria difícil obter, de cada um dos Secretários de Estado, o sacrifício voluntário dos serviços que tutelavam. Por outro lado, eu tinha que encontrar uma justificação lógica para os cortes a que iria proceder. Para dar o exemplo, o que maior redução sofreu foi o meu próprio gabinete. O pior era que as reduções correspondiam a um sinal político transmitido aos responsáveis da Administração.

Ensaiei algumas “transfusões” entre serviços. E, munido com as informações que o Secretário-geral me havia fornecido, predispus-me a ter uma primeira conversa com o Secretário de Estado do Orçamento, antes de ir falar com o Ministro das Finanças. É que esta reunião seria final; a partir daí já não haveria mais falas com ninguém a não ser em Conselho de Ministros, onde a concorrência seria enorme. E eu sabia, por experiência adquirida, que o Primeiro-Ministro ouviria as minhas razões, mas não decidiria nada se não em Conselho. De qualquer forma, eu comunicar-lhe-ia as minhas angústias, antes da reunião, na esperança de que ele não inviabilizasse qualquer “transusão” a meu favor.

Esta fase final em que é o ministro quem tem que decidir sozinho, sob o olhar impávido do Secretário-geral e sabendo que vai desagradar a muitos (se não a todos!...) representa, seguramente, a experiência anual mais desagradável de um governante. Mas há que fazê-la com consciência e justificação, seguindo adiante.

*

Em finais de Dezembro, a preocupação maior de todos nós tinha a ver com o arranque da presidência portuguesa da Comunidade Europeia que haveria de acontecer no dia 1 de Janeiro seguinte.

O programa da presidência estava concluído e deveria ser divulgado em Lisboa e em Bruxelas exactamente à mesma hora (12 horas de Lisboa; 13h de Bruxelas). Havia matérias a que se deveria dar prioridade: a livre circulação das pessoas; a constituição da chamada “sociedade europeia”; o dossier das redes transeuropeias; os serviços de investimento; as directivas sobre o capital, sobre os grandes riscos dos bancos, sobre os seguros não-vida, sobre as pensões e sobre as garan-

tias dos depósitos. Na parte fiscal, havia que fazer avançar o dossier sobre o IVA e outros impostos sobre o consumo. A dupla tributação das empresas era tema que se impunha regular com brevidade. O domínio da energia merecia preocupações particulares; urgia a elaboração de uma “carta europeia da energia”; tinham de ser estabelecidos protocolos, neste domínio, com os países de leste; e havia que aprofundar a coordenação entre as áreas da Energia e do Ambiente, especialmente no que tocava à redução das emissões. Havia programas de convergência em discussão: com a Irlanda, com o Reino Unido e com a Alemanha. Era preciso re-examinar a situação da Grécia, já nessa altura criando preocupações a todos os restantes e às instâncias comunitárias. Havia previsões de que o crescimento do produto não iria ser tão alto como tinha sido previsto seis meses atrás. Na parte social, a Comissão grega, aliás muito dinâmica, pretendia avançar em muitas frentes; era preciso ter cuidado com os gastos que isso determinaria. A reforma da PAC deveria ter um novo impulso antes de Março, ultrapassadas que estavam algumas dificuldades com os Espanhóis. No meu campo, havia o arranque do 4.º Programa-quadro de Ciência e Tecnologia, tendo de se proceder à avaliação do 2.º e do 3.º, tal como tinha sido combinado; eu já estava a contar com a necessidade de dinamizar todas essas operações. No domínio dos transportes marítimos era importante legislar sobre o “short-sea”, sector que reclama uma actuação em muitas frentes e não somente a elaboração de uma directiva sobre transportes. A defesa dos consumidores estava a adquirir peso cada vez maior; havia alguns abusos, um ou outro tendo conduzido a situações complexas.

Havia grandes expectativas em relação ao chamado “Paquet Delors II”. Sabia-se que ele seria apresentado em princípios de Fevereiro seguinte e que não consistia somente em facultar mais meios. Ele tocava, também, em domínios sensíveis: as novas perspectivas de Política Agrícola Comum; os recursos próprios da Comunidade e a celebração de um protocolo sobre a coesão.

Havia, já nessa ocasião, a proposta de se tratar da imigração para a Comunidade Europeia; importava definir as condições de asilo e os direitos dos imigrantes. Não se imaginava, então, que 25 anos depois a situação, neste domínio, seria explosiva. É por isso que convém estar sempre a elaborar cenários, a discutir as suas implicações e não improvisar em cima das crises...

Em matéria de ambiente, estava-se sob a influência da Conferência do Rio. Era urgente estabelecer uma plataforma para as negociações, especialmente em tudo que tivesse a ver com as alterações climáticas e as emissões de CO2 (Já referi como é que Mrs. Thatcher tinha preferido abordar o problema da camada de ozono, mais rápido no encontro de soluções de que o muito complexo domínio das emissões de CO2 ...). Era preciso, em particular, desenvolver uma acção diplomática intensa, junto dos governos norte-americanos e japonês, muito pouco sensíveis a este tema por causa das imposições enormes que isso haveria de determinar sobre as suas indústrias e, também, sobre o seu estilo de vida, com recurso ao uso intensíssimo dos transportes rodoviários. À margem das matérias próprias da Comunidade figuravam as negociações do Uruguay Round do GATT que tantas preocupações nos causavam, especialmente pelas implicações que tinham no nosso sector têxtil.

Durante a cimeira com Espanha haviam-se limado algumas diferenças de pontos de vista. Nessa ocasião, estávamos seguros de que os teríamos ao nosso lado, especialmente em relação ao Fundo de Coesão que, em boa verdade, tinha sido desenhado prestando muita atenção aos problemas que enfrentavam os dois países. Indo exercer a presidência da Comunidade, nós não poderíamos deixar de estar atentos à transposição das directivas comunitárias, dado consistir num indicador que traduzia, de certo modo, o empenhamento de um dado país na construção europeia. Em fins de Dezembro de 1991, o país mais “cumpridor” era a Dinamarca, com maior número de directivas transpostas; a seguir e “ex-aequo” estavam Portugal e o Reino Unido. Em último lugar figurava a Itália; dizia-se que era por ter um governo de coligação entre cinco partidos!... Isso complicava a tomada de decisões mesmo que fosse só a adopção de diplomas em cuja aprovação o país já havia participado. Eu suponho que tinha mais a ver com a determinação com que se (não) davam instruções à Administração para fazer avançar a transposição.

*

Nos finais de 1991 nós estávamos preocupados com a dimensão que ainda tinha o sector empresarial do Estado e os resultados sofríveis que ele, em globo, apresentava. Havia, sistematicamente, que prover meios para assegurar “indemnizações

compensatórias” em alguns sectores. Tínhamos em vista algumas reprivatizações e, especialmente, a desgovernamentalização de umas tantas empresas, procurando proceder a um ajustamento estrutural, dando, através disso, um sinal ao sector privado. O nosso propósito era retirar o Estado das actividades em que o sector privado assegurasse o serviço público com maior qualidade e menor custo. Nessa ocasião (1991), 16% do PIB era atribuível ao sector empresarial do Estado, sendo este responsável por 6% do emprego. Todavia, 44% do investimento feito no país vinha desse sector. Em 67 empresas públicas o Estado era maioritário; em 59 era minoritário (!). Havia, por outro lado, uma série de empresas na dependência directa do Estado (1% do PIB).

O processo de privatização estava em curso. Estimava-se que ele viesse a render 320 milhões de contos ao Estado, em 1993, devendo manter-se nessa ordem de grandeza em 1993 e 1994.

Nessa ocasião, julgava-se que se deveriam manter no Estado a Caixa Geral dos Depósitos e a CP. O Metro (Lisboa; porque ainda não existia o metro ligeiro do Porto) a Carris e os STCP talvez devessem passar para a esfera da Administração Local. Analisando todo o universo (126 empresas) talvez houvesse razões para manter 53 no sector público, mas, neste caso, com maioria do Estado; com minoria, entendíamos que não devia haver nenhuma. Entre as primeiras estavam a TAP, os CTT/TLP, a Marconi, a Teledifusão, a Portucel, a Soporcel, a EDP, a EPAL, a Docapesca ... Depois havia umas especiais que ou saíam ou teriam de ser objecto de decisões muito imaginativas: a COMETNA, a FEIS, o Complexo do Cachão, a INDEP, o Teatro S. Carlos, Cahora Bassa...

Em nosso entender, a privatização deveria ser mais do que uma simples desnacionalização. Privatizar por privatizar poderia ser inconveniente se conduzisse a um regime de monopólio privado. Já tínhamos liberalizado a EDP sem a ter privatizado. Tratava-se agora de fazer privatizações liberalizando, nos casos em que isso fosse possível e adequado. Havia casos, como o da PETROGAL, em que somente a privatização representava o modo de viabilizar a empresa. Subsistiam ainda alguns casos em que a convicção era de que somente na esfera do Estado sobreviveriam. Não era isso que nós queríamos sustentar.

A Siderurgia Nacional iria passar para o sector privado no primeiro semestre de 1992; o seu programa de privatização já havia sido apresentado. Pressupunha a existência de uma “golden share” do Estado. Na Setenave, a reparação naval estava a andar razoavelmente; a construção de navios novos não ocorria facilmente; a banca pública já lá tinha injectado 98 milhões de contos; haviam sido dispensados 2.000 trabalhadores. Os Estaleiros Navais de Viana do Castelo estavam sem encomendas; elas vinham, sobretudo, da União Soviética; mas a “perestroika” tinha acabado com esse mercado; a única solução viável seria a privatização; só teve lugar mais de vinte anos depois com muitos milhões lá injectados em pura perda!... A FEIS (que eu havia visitado numa deslocação minha à Marinha Grande) estava a ser difícil de privatizar; era uma empresa com um museu associado ... Já o Marquês de Pombal tinha pretendido que ela fosse totalmente privada!... A Quimigal estava falida, mas constituiu um parque industrial no Barreiro que criou emprego e se tinha revelado um sucesso, através da venda de património. A Portucel tinha unidades em Setúbal, Cacia, Viana do Castelo e Vila Velha de Ródão; havia a ideia de a transformar numa “holding” que garantisse a coerência do grupo; mas, nessa ocasião, estava em desequilíbrio financeiro. No Complexo Petroquímico de Sines, a CNP tinha arrendado as suas instalações à NESTE e com isso ia sobrevivendo; mas não era solução. Em relação à Petrogal iria, brevemente, a Conselho de Ministros uma proposta para a sua privatização. A EDP tinha sido um caso de sucesso em matéria de recuperação financeira; haviam sido normalizadas as suas relações com os consumidores, nomeadamente através da cativação de verbas do FEF, quando as Câmaras recalcitrantes recusavam pagar as suas dívidas; eu sabia bem as dificuldades que tinha tido com essa operação; estava em curso uma reestruturação das tarifas, da qual muito se esperava; tardava, no entanto, a sua reestruturação empresarial. O que se propunha, nessa ocasião, era separar as actividades de produção, do transporte e da distribuição; criar-se-iam empresas regionais para a distribuição, com uma “holding” coordenadora das empresas associadas; dever-se-ia começar por abrir o capital das empresas associadas; a rede de transportes deveria ser considerada como um serviço público; na produção poderiam entrar interesses privados e autárquicos.

A GDP concentrava a sua actividade no gás natural. Deveria ser privatizada, desde logo; não havia razões para a manter nas mãos do Estado.

Em relação à EDM e à ENU contemplava-se a passagem da ENU para a “holding” do Estado do sector mineiro; o problema era que não havia vendas de urânio, o que determinava uma falta de vontade do sector privado para tomar conta dela. Quanto à EDM havia um controlo maioritário pelo Estado da SOMINCOR que, nessa altura, brilhava através da ocorrência de Neves Corvo; uma bola de cobre, de zinco e de outros minerais que fazia as delícias de quem visitava a mina; o pior era a variação dos preços dos minerais sobre a qual uma tão pequena operação (à escala mundial) não tinha qualquer forma de comando.

No sector dos transportes, a ANA e a CP constituíam um grupo à parte. Em relação à Carris, aos STCP e ao Metro a ideia era tentar passá-las para a esfera autárquica. A Transtejo correspondia a uma solução monopolista que havia que regular com urgência.

A Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau vinha dos anos 40! Era preciso privatizá-la rapidamente.

Tínhamos a certeza de que a privatização da SILOPOR iria ser complicada. Ocorrera recentemente um incêndio com arrombamento nas suas instalações. Isso só complicava o problema.

Em relação à SOCARMAR iria avançar rapidamente a privatização.

A Sociedade Nacional de Armadores de Bacalhau dispunha de um terreno enorme (>30 ha) em Lavadores; estimava-se, nomeadamente por isso, que não fosse difícil a sua privatização.

A Dragapor, empresa de dragagens, não fazia sentido que fosse pública. Mas era a única entidade a fazer aquelas operações em Portugal. A sua privatização súbita, sem concorrente, poderia traduzir-se num aumento descontrolado do preço das dragagens. Havia, naturalmente, os concorrentes estrangeiros que são numerosos. Mas aquela circunstância aconselhava a proceder à privatização com particulares cuidados; não seria um monopólio privado, porque os outros europeus, pelo menos, teriam acesso ao mercado; mas que iria haver aumento do preço dos serviços era certo ...

Sob a tutela do Ministro do Comércio e Turismo, havia duas empresas públicas: a AGA e a ENATUR. A primeira só empregava 60 elementos e dispunha de um conjunto imobiliário vasto; além disso nunca havia sido nacionalizada. A ENATUR já se tinha aberto a novos aumentos de capital; o pior é que havia muito património público afecto à empresa, o que complicava a sua privatização. Recomendava-se a concessão de algumas pousadas, particularmente as que estivessem instaladas em edifícios do património do Estado. Em relação a hotéis como o de Santa Luzia (Viana do Castelo), o Eva (Faro) e o das Águas de Monchi-que a recomendação era para vender.

Na tutela do Ministro da Agricultura estavam a Companhia das Lezírias, a EPAC e o IROMA. A primeira possuía 20.000 hectares de boa terra agrícola e colhia 60.000 arrobas de cortiça anualmente; mas estava com 1,2 milhões de contos de passivo. A EPAC era, nessa altura (1991), uma empresa lucrativa e importante como instrumento de intervenção; havia dado lucro em 1990; estava prevista a sua privatização parcial (40%) para 1992. O IROMA ocupava-se de matadouros! Percebia-se mal que isso tivesse de ser um serviço público. Custava ao erário nacional mais de 4 milhões de contos por ano e os matadouros funcionavam a 50% da sua capacidade. Era urgente privatizar o serviço. O INDEP operava sob a tutela do Ministro da Defesa. Apresentava, nessa altura, um passivo de 13 milhões de contos. Preconizava-se uma redução do seu pessoal e uma acção sustentada para aumento da facturação. Estava já aprovada a sua transformação numa sociedade anónima. Contavam muito com que eu estimulasse a sua associação a projectos de investigação científica e tecnológica para os quais tinham capacidade ou, pelo menos, apetência.

O Complexo do Cachão estava “parqueado” no IPE (Investimentos e Participações do Estado) que iria ser, ele próprio, privatizado. Eu conhecia bem as suas funções e as circunstâncias em que ele havia nascido. Punha-se a hipótese de fazer concessões do espaço disponível para certos sectores interessados. Eu apoiava uma solução dessas; Já não fazia sentido a sua exploração nos termos em que tinha sido concebido.

Havia, ainda, a EPAL que eu conhecia muito bem por ter tido a sua tutela durante seis anos. A partir de 1988 ela tinha começado a recuperar. Em 1991 já era uma sociedade anónima. Preconizava-se a diversificação do seu mercado, incluindo Luanda, Maputo e o Algarve. De qualquer modo, a sua privatização não estava em causa por causa da lei de delimitação dos sectores que impunha que o saneamento básico fosse do sector público. Por outro lado, a EPAL dispunha de um património arquitectónico e histórico muito importante.

Havia, ainda, as empresas públicas de comunicação social. Era um outro mundo diverso do anterior.

Por esta breve descrição pode-se ajuizar da complexidade da resolução da questão. Especialmente quando comparada com a operação inversa, a nacionalização, que ocorreu em poucos dias (... horas!...).

*

No dia 8 de Janeiro, a Comissão viria em peso a Lisboa para uma reunião com o Governo Português. Ela teria lugar no Palácio de Queluz.

Em 27 de Dezembro ficou estabelecido que toda a manhã se passaria numa sessão plenária e que, durante a tarde, haveria sessões bilaterais com os comissários que tratassem das matérias de cada Ministro. No meu caso eram o Vice-presidente Filippo Pandolfi (Ciência) e o Comissário Bruce Millan (Desenvolvimento Regional). Foram passadas em revista as instruções sobre as quais já havíamos falado algumas vezes; era preciso assegurar a coesão na frente interna e na frente externa; cada reunião do Conselho deveria ser muito objectiva, cada ministro português que a ela presidisse devendo esforçar-se por tirar conclusões práticas; não era natural que, ao fim de uma só ronda, se pudessem extrair orientações; por isso, deveríamos estar preparados para outras voltas à mesa ou, mesmo, para a prática do chamado “confessionário” para poder ir formulando novas propostas mais aceitáveis por todos; deveria dar-se muita atenção aos “briefings” com os membros da REPER e com os funcionários, tanto do Conselho como da própria Comissão; não era para ficar agarrados às suas propostas, mas para tomarmos em conta o que eles sabiam; em quase todos os domínios estavam a ser dados os primeiros passos da co-decisão com o Parlamento, através das suas comissões

especializadas; eu já sabia o que era isso no campo da Ciência, porque já lá tinha ido, no âmbito da “troika”; deveríamos ter próximo de nós alguém que fosse preparando as conclusões relativamente a cada ponto tratado; os “dossiers” previstos para Janeiro não eram fáceis, pois correspondiam aos que a Holanda não tinha conseguido levar até ao fim, durante a sua presidência.

Já se sabia, em termos globais, quais eram eles: i) O caso da Jugoslávia que estava a chegar a uma fase crucial, porque se previa que a 15 de Janeiro fossem reconhecidas quatro novas repúblicas; ii) O caso da ex-União Soviética tinha suscitado a convocatória de uma conferência especial pelos norte-americanos; iii) Uma conferência sobre o Médio-Oriente, sempre complexa e que se estimava tivesse longa duração; iv) E o Uruguay Round, em situação “pastosa”, porque havia muitos interesses antagónicos a compatibilizar; trabalhava-se sobre o chamado documento Dunkel (800 páginas) que se referia a todos os sectores, incluindo a agricultura que era para a Comunidade Europeia, um dos mais complexos; para nós, o que mais interessava era o sector têxtil; mas a atitude dos signatários do documento era “mais vale não ter acordo do que chegar a um mau acordo”... Por isso, nós tínhamos de esperar e fazer diligências persistentes para justificar as nossas pretensões.

Eu relatei o que se estava a passar com os fundos estruturais que todos os meus colegas conheciam bem e o que, no domínio da Ciência e Tecnologia, estava a ocorrer (e que eles conheciam menos bem...).

Em relação à Carta dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores havia de escolher entre os projectos de directivas que, não indo contra os interesses portugueses, tivessem uma alta probabilidade de concitar o acordo de todos.

As negociações sobre a Política Agrícola Comum sabia-se que iriam ter um desfecho imprevisível, tal era a divergência dos interesses em jogo. Nós tínhamos a sorte de ter um Ministro da Agricultura – Dr. Arlindo Cunha – que possuía um conhecimento muito aprofundado do sector; acabou por vir a fazer a sua tese de doutoramento dentro da área e, anos mais tarde, como membro do Parlamento Europeu, foi o relator de uma nova avaliação do PAC. Não é nada indiferente dispor de ministros sabedores acerca daquilo que se discute e com capacidade para ser um interlocutor competente de todos os seus colegas no Conselho Europeu.

Era esse o caso.

Os “dossiers” que estavam em cima da mesa nos domínios dos transportes e telecomunicações eram daqueles que demoravam anos a discutir: a harmonização fiscal no domínio dos transportes; o chamado “pacote aéreo”; a cabotagem; a televisão de alta definição... Era natural que não se avançasse de forma espetacular. A questão da convergência dominava as preocupações, nomeadamente com o surgimento de novos países de nível de prosperidade muito baixo a rodear a Comunidade a leste, a sul e a nordeste.

No domínio do Ambiente era a Conferência do Rio (ECO-1992-3 a 14 de Junho) que polarizava todas as atenções, uma vez que ela teria lugar durante a nossa presidência, cabendo-nos o papel de representar o Conselho; sabia-se que ela iria devotar muita atenção às alterações climáticas e às emissões de CO₂ e fixação das respectivas taxas.

Como iria realizar-se, em Lisboa, a 3.^a Conferência da Economia Social eu fiquei de falar com o Comissário Português, Eng.^o António Cardoso e Cunha, para ver questões protocolares e a maneira de lhe dar a devida projecção.

Nesse Conselho distribuímos as tarefas e fixámos os tempos dos que iriam intervir na parte da manhã do dia 8 de Janeiro, em que estaríamos todos presentes, dos dois lados, Comissão e Governo Português.

*

Eu dei instruções para que fossem ouvidos os Autarcas da Área Metropolitana de Lisboa, no quadro da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo a respeito da nova travessia do Tejo. Não fui, eu próprio, moderar essa reunião para não se dizer que eu estava a “angariar votos” a favor da minha própria posição. O presidente da Comissão conduziu os trabalhos, tendo vindo comunicar-me o resultado no dia 2 de Janeiro de 1992. Haviam-se pronunciado a favor do corredor central por três grupos de razões: (a) as ligadas ao ordenamento do território; (b) as relacionadas com os transportes e (c) as ambientais. Em relação às primeiras, os argumentos eram os seguintes: a solução central promovia a concentração urbana, a nuclearização demográfica e o reforço do tecido urbano numa região poli-nucleada. Reforçava os núcleos existentes, fomentando a

complementaridade nas suas funções. A Área Metropolitana de Lisboa era muito extensa e com grandes zonas rurais no seu interior. Parecia não ser nada conveniente a sua expansão, impondo-se a preservação das próprias extensões rurais existentes. A ocupação da margem sul era urbanamente débil, não devendo isso ser acentuado. Não conviria, por essa razão, estimular a criação de mais um polo urbano em Alcochete, sem consolidar todo o restante tecido urbano. O corredor central, por outro lado, forçaria a urbanização de uma vasta zona desordenada. Ele iria servir uma população da ordem dos 400.000 habitantes (170.000 de Almada; 100.000 do Barreiro; 110.000 do Seixal). Nessa ocasião, Alcochete e Montijo juntos teriam à volta de 60.000 habitantes. O corredor nascente era, para os Autarcas, periférico à zona mais densa da Área Metropolitana, fornecendo a criação de novas frentes urbanas, quando importava ordenar e consolidar as muitas já existentes. Se a decisão era abrir novas frentes, por isso ser mais barato, corria-se o risco de ver “gangrenar” muitas zonas em declínio situadas no território já ocupado. O próprio estudo do GATTEL, no seu Documento 6 (pág. 4), fazia a avaliação dos corredores central e nascente avançando argumentos que apoiavam, em termos urbanísticos, a solução central.

Em matéria de transportes, parecia inconveniente trazer o tráfego de atravessamento para a coroa periférica tangencial a Lisboa; isso deveria fazer-se numa coroa exterior, por exemplo entre o Carregado e a Marateca; nunca através de um eixo tão próximo do núcleo; o que estava em causa era uma ponte urbana. A circular CRIL passaria a ser o distribuidor geral dos passageiros que vinham do Norte mais os que vinham do Sul e, ainda, os que pretendiam atravessar o território da Área Metropolitana; isso conduziria a uma sobrecarga insuportável do trecho da auto-estrada entre Vila Franca de Xira e Lisboa, mesmo com as três faixas para cada lado. A ponte do Carregado era inevitável e urgente para que o tráfego de atravessamento pudesse passar ao largo. Esta ponte veio a ser construída, mas concorrendo com a actual ponte Vasco da Gama no campo do tráfego de atravessamento, deixando o tráfego puramente urbano largamente a descoberto. Sabia-se que na ponte 25 de Abril o tráfego de atravessamento era menor do que 5% do total. Mas verificava-se, também, que na recta do Cabo passava um dos maiores fluxos de tráfego do país, denunciando, assim, a existência de

uma carga potencial muito expressiva para a nova ponte do Carregado; o tráfego médio diário Porto Alto / Vila Franca era, nessa altura, de 10250 veículos por dia, um dos 12 maiores fluxos da Área Metropolitana de Lisboa. Por outro lado, era urgente construir o IC 11 para quebrar o isolamento do Oeste e, como complemento, a ponte do Carregado facilitaria as ligações de Torres Vedras com o sul do país. O corredor nascente reclamava conexões vastas a sul; o corredor central tinha uma inserção imediata na chamada via rápida do Barreiro. Em matéria de ligações ferroviárias, a ligação central inseria-se imediatamente na ligação a sul e poderia constituir parte do “ring” ferroviário que se deveria fazer na Área Metropolitana, como era explicitamente referido no documento do GATTEL (Documento 6 – Pág. 9). Uma travessia unicamente rodoviária fomentaria, naturalmente, o crescimento do tráfego rodoviário; uma travessia somente rodoviária e excêntrica alongaria desnecessariamente os percursos rodoviários, não facultando nenhuma alternativa ao transporte privado.

Quanto ao Ambiente, e como se viu posteriormente, a solução nascente punha problemas e exigiria adaptações várias.

Todos estes argumentos foram reduzidos a escrito e enviados ao Ministro das Obras Públicas. Eu próprio tive ocasião de os referir na reunião do Conselho de Ministros a que já fiz menção. Não foram analisados pelos ministros nem pesaram na decisão final. Não se podia fazer uma obra pública contra a opinião do Ministro das Obras Públicas! E se ele estivesse equivocado? ...

*

Não se querendo envolver directamente na divergência das posições dos Ministro do Planeamento e das Obras Públicas, o Primeiro-Ministro incumbiu o Ministro da Presidência, Dr. Fernando Nogueira, de fazer uma reunião com os dois e com o Ministro do Ambiente. Ela teve lugar na tarde do dia 2 de Janeiro.

O Ministro das Obras Públicas expôs a questão: Havia necessidade de construir mais duas ou três travessias do Tejo, na sua parte final. Já estava tomada a decisão de fazer a ligação ferroviária na ponte 25 de Abril, mas ela seria mesmo para comboios e não para eléctricos rápidos que considerava uma “ideia peregrina”. Devo lembrar já ter referido que também eu não a apoiava; numa área metropolitana

como Lisboa o que se deve construir é “metro” e comboios suburbanos para zonas mais afastadas, onde a rede daquele não chegue. Aí estávamos os dois de acordo. Ele considerava que o que estava em causa era uma ponte rodoviária. A solução ferroviária estava fora do horizonte da década. A solução mista era, para ele, uma péssima solução, porque não se encontraria investimento privado para a realizar e o Estado não dispunha dos meios necessários. Disse que a complicação seria imensa e que não conseguiríamos montar a operação; não haveria forma de concretizar o esquema financeiro que reclamava a ponte mista. No Barreiro poderia contemplar-se a construção de uma ligação ferroviária única, excluindo qualquer ligação rodoviária. Portanto, a solução mista estaria fora de causa. Importava-nos fazer o desvio dos pesados e a solução do corredor central não respondia adequadamente a essa necessidade. A solução do corredor central apresentava algumas dificuldades construtivas, nomeadamente porque a amarração seria complicada e a ponte mais alta. Acrescentou que ela, no entanto, seria “as delícias dos engenheiros”... como se eles não existissem para resolver problemas... O rearranjo da zona do Areeiro seria da conta da Câmara Municipal e representava mais uma complicação que afastaria os agentes privados. Por isso, a solução era o corredor nascente ou não se fazer ponte nenhuma! A construção teria de ser muito firmemente comandada. E se o problema do ordenamento do território não fosse solúvel então não haveria ponte. Finalizou dizendo que a sua proposta era a única factível e, se não fosse adoptada, “o Governo não se desembrulharia da solução”. Eu relembrei que, naquele momento, a Dinamarca e a Suécia estavam, a construir sobre o Öresund uma ponte como eu propunha, já tendo sido realizada outra ainda maior sobre o Belt. Havia tecnologia disponível e firmas que já a tinham aplicado. Quanto ao esquema financeiro, não me parecia que a coexistência de mais do que um modo de transporte na mesma infra-estrutura pudesse tornar as dificuldades inultrapassáveis, desde que se acertasse a parcela que corresponderia a cada um dos modos suportar financeiramente. Para afastar o tráfego pesado de Lisboa deveria pensar-se numa nova ponte no Carregado, porque, de outra forma, o trecho Vila Franca-Lisboa ficaria de tal modo congestionado que se tornaria intransitável. O Ministro do Ambiente disse que a solução central não punha qualquer problema debaixo do ponto de vista do seu sector. O corredor nascente, pelo contrário,

traria implicações e, por isso, teria de haver um estudo de impacto ambiental que, já agora, deveria ser elaborado para as três alternativas em presença.

O Ministro das Obras Públicas disse que não se deveria pôr a ponte “a referendium”. O Ministro da Presidência sugeriu que se fizesse uma lista de perguntas ao GAT-TEL que trabalhava, aliás, sob a tutela do Ministro das Obras Públicas. Elas eram as seguintes: i) exequibilidade física e financeira das duas soluções: ponte rodoviária no corredor nascente e ponte mista no corredor central; ii) quantificação de custos de investimento e aferição da parcela a ser suportada por dinheiros públicos para se encaixar o caminho-de-ferro, logo desde o início ou mais tarde, por se admitir que aos investidores privados só interessaria a parte rodoviária; iii) avaliação do anúncio público da tomada de decisão de fazer uma outra rodoviária já publicitada, quando se sabia que haveria uma travessia ferroviária na ponte 25 de Abril; iv) avaliação da probabilidade de se encontrarem operadores privados interessados na concessão de uma solução mista.

Considerou como cumprida a sua missão de ter contribuído para uma aproximação das posições divergentes dos dois ministros. Nunca houve respostas às perguntas e foi tal como estávamos que fomos para Conselho de Ministros. Não posso dizer se houve ou não diligências para as obter...

*

Em 6 de Janeiro tive uma reunião com representantes das empresas de celuloses e com os meus colegas da Administração Interna e do Ambiente. O objectivo era colher sugestões para melhorar a luta contra os fogos florestais e para contribuir para o peso da floresta na nossa economia.

Começámos por falar no aproveitamento dos resíduos de papel e na contribuição que as Autarquias poderiam dar nesse domínio. Tinham analisado alguns dos planos para combate aos fogos elaborados pelos Municípios e estavam de acordo com o seu conteúdo; era preciso generalizá-los. O produtor florestal moderno fazia, nos nossos dias, matas muito diferentes das florestas velhas. Eram estas que mais necessitavam de dispor de planos de prevenção, porque elas eram, generalizadamente, muito desordenadas. Os instrumentos de acção que recomendavam para traduzir esses planos eram os habituais: aceiros, es-

tradões, postos de vigia, reservatórios ou pontos de água, limpeza das matas e a formação de sapadores florestais. Atribuía muita importância à limpeza das florestas. Como prioridade recomendavam uma atenção especial às florestas velhas, para as quais sugeriam que se desenhasse um novo esquema de participações incentivadoras da acção. O grande causador dos fogos florestais era o homem; por isso era ele que deveria ser objecto de uma atenção especial. Mas havia, generalizadamente, uma grande falta de cultura da protecção da floresta; era, antes de mais, preciso formar cidadãos responsáveis, começando pela sensibilização dos professores. Nessa altura, estavam constituídas 127 CEFF (Comissões Especiais de Fogos Florestais). Havia, pelo menos, outros tantos Presidentes de Câmara que deveriam ser sensibilizados.

O Ministro da Administração Interna disse da sua intenção de lançar, desde logo, uma campanha pública vasta, no sentido de fomentar o respeito pela floresta. O Ministro do Ambiente referiu a sua grande preocupação em relação às áreas protegidas que, realmente, o estavam pouco.

Constatava-se que as matas das empresas de celulose praticamente não sofriam incêndios. Quando isso acontecia limitava-se sempre a zona ardida a franjas que eram imediatamente apagadas. Por isso, queríamos saber se eles poderiam facultar os seus técnicos para actuarem como peritos na elaboração dos planos municipais de protecção da floresta. Poderiam, evidentemente, fazê-lo não só em eucaliptais, mas em matas com outras espécies (pinheiros, nogueiras, castanheiros, etc.). Nessa ocasião, estavam a introduzir uma nova espécie de eucalipto que permitia cortes com 8 a 10 anos, o que tornava a exploração florestal ainda mais interessante. Estimavam que 70% dos incêndios ocorressem por negligência; mas isso não os espantava, porque o nível de preparação dos proprietários florestais era muito modesto. Dos 600.000 proprietários florestais que eles estimavam que existissem, 500.000 tinham somente a 4.^a classe. Recomendaram um ajustamento do decreto-lei que regulamentava a RAN.

Ainda hoje este é um problema nacional. O tempo não tem ajudado a resolvê-lo. Tem-no complicado.

*

Em 6 de Janeiro trabalhei com o Secretário-geral do Ministério. Entre muitas coisas tratámos da aplicação do Regulamento da Higiene e Segurança no Trabalho no âmbito do MPAT. Pedi-lhe para ele elaborar um plano de acção, devidamente quantificando e abarcando os domínios de segurança, ruído, da ventilação e da iluminação. Depois de se saber a quanto montaria a execução do plano, dividiríamos a verba por um número razoável de anos e iríamos concretizando conforme as disponibilidades. Recomendei-lhe o aconselhamento de um técnico experiente, porque muitas soluções, neste domínio, não costumam ser exorbitantes. Não se tratava de construir instalações novas, mas de adaptar às exigências do nosso tempo aquelas de que dispúnhamos.

*

No dia 8 de Janeiro teve lugar o grande encontro do Governo Português com a Comissão Europeia, para assinalar o começo da presidência portuguesa da Comunidade. Ele teve lugar no Palácio de Queluz.

O Primeiro-Ministro referiu-se aos principais pontos: dar sequência ao trabalho de Maastricht; tínhamos uma visão política comum acerca do alargamento da Comunidade Europeia e sobre a realização do mercado interno. Havíamos olhado com expectativa o “Paquet Delors” e a evolução dos fundos estruturais. A Política Agrícola Comum merecia-nos reparos. Apoiaríamos a elaboração de um Pacto Social da Europa e um revigoração da política social. Estávamos a preparar-nos para a Conferência do Rio e reafirmávamos a nossa preocupação com a política ambiental. O Uruguay Round do GATT estava a arrastar-se, sem decisões, o que nos estava a prejudicar. Por fim, abordou o tema das relações externas da Comunidade.

O Presidente Jacques Delors referiu-se ao contexto em que iria decorrer o ano de 1992. Haveria a ratificação dos tratados em todos os países-membros. A actividade económica da Comunidade estava a abrandar; a Comunidade Europeia ainda não tinha atingido o estágio de “motor da Economia Mundial”. Mas, entre 1985 e 1991, haviam sido criados na Europa, cinco milhões de empregos. Já havíamos conseguido um grau de integração tal que poderíamos aspirar a ser, em conjunto,

o tal motor, desde que houvesse uma convergência progressiva. A União Política seria o fruto de um tal compromisso. A coesão económica e social era apoiada por dois terços dos recursos disponíveis.

O Primeiro-Ministro referiu-se à situação internacional turbulenta que colocava mais responsabilidades em relação aos avanços para a União Política. Em Fevereiro tínhamos a assinatura das alterações ao Tratado. Estávamos, por isso, em posição de passar à prática o espírito de Maastricht, realizando o Mercado Interno, ainda durante 1992. Dever-se ia tentar recuperar em certas áreas que ficaram um tanto para trás, como era o caso da livre circulação das pessoas.

O Secretário de Estado da Integração Europeia, Dr. Vítor Martins referiu-se às medidas contidas no Livro Branco: a realização do espaço sem fronteiras (livre circulação de pessoas); a cooperação no domínio da droga, da política de asilo e das migrações; a supressão dos controlos nas fronteiras internas da Comunidade, suas implicações técnicas e políticas; a harmonização de procedimentos em áreas sensíveis (raiva na Irlanda, metais preciosos, etc.); a instalação de uma rede telemática entre as administrações dos Doze e a Comissão. Falou, ainda, das redes transeuropeias e sua importância, do regulamento da “sociedade europeia”, da patente comunitária, dos seguros de vida, dos mercados públicos, da livre circulação das obras de arte e da confidencialidade dos dados pessoais.

O Presidente Delors sublinhou a importância da livre circulação das pessoas, da realização de um grande espaço interior e das políticas de imigração que considerava serem uma questão prioritária.

O Vice-Presidente Bangeman referiu-se à eliminação dos controlos nas fronteiras mencionando que ainda os havia para os pombos-correios!... O Mercado Interno não constituía somente uma tarefa jurídica; representava uma tarefa “de facto”. Era preciso ter uma ideia concreta acerca das infraestruturas do mercado interno e realizá-las. Apoiava a criação de uma rede telemática entre as administrações (dos países-membros e da Comunidade Europeia).

O Primeiro-Ministro sublinhou o facto de o “dossier” do Mercado Interno reclamar grande cooperação entre a presidência (neste caso portuguesa) e a Comissão. Disse, ainda, da importância que dava à PAC e à necessidade de se proceder à sua reforma. O rendimento dos agricultores e o equilíbrio do mercado constituíam, a

par do controlo orçamental, os pontos a que se deveria atender prioritariamente. O Ministro da Agricultura manifestou-se a favor de uma reforma que ajudasse a preparar o mundo rural europeu para os anos seguintes. O essencial da discussão técnica e sectorial estava feito; havia chegado a hora de enfrentar a fase da negociação política. A proposta feita pela Comissão era uma boa base de partida para a discussão.

O Primeiro-Ministro voltou às decisões de Maastricht e à sua entrada em vigor no tempo apropriado. Para isso, as perspectivas financeiras deveriam ser aprovadas durante o primeiro semestre de 1992. Chamou a atenção para os inconvenientes causados pelos “interregnos” dos Quadros Comunitários de Apoio e para a excessiva complicação dos regulamentos respectivos. Sublinhou a nova expressão da coesão, após a cimeira de Maastricht.

O Presidente Delors manifestou o desejo de que todos continuássemos a aplicar-nos no objectivo da coesão. Recomendou a combinação dos diversos fundos existentes. Considerava que o ambiente estava mais favorável à competitividade das empresas europeias, mas que se impunha uma re-estruturação industrial. Mas insistiu na disciplina orçamental.

O Comissário Bruce Millan referiu-se aos fundos estruturais e à necessidade de se ter sempre presente o objectivo da coesão. Recomendou a concentração das ajudas em instrumentos ou obras que, de facto, fizessem “mover a máquina”. Era a favor do planeamento multi-anual e da celebração de parcerias entre vários agentes cujas vistas fossem convergentes. A reforma estava a prosseguir na boa direcção; os compromissos, em 1991, tinham sido alcançados a 100%! Achava que deveria haver mais recursos, maior flexibilidade e maiores taxas de participação. Apoiou a concessão de subsídios aos sectores da educação e da saúde (que havia começado conosco...). Gostaria que houvesse menos burocracia. Achava que o fundo de coesão poderia ter um lugar importante, mas os fundos estruturais permaneciam como o instrumento principal da convergência. A prioridade, para ele, estava na definição dos recursos (que deveriam ser mais) e na formação de redes.

Eu intervim a seguir, fundamentalmente para reforçar tudo quanto o comissário havia afirmado e para acrescentar a importância dos exercícios integrados em que nós havíamos adquirido grande prática.

O Primeiro-Ministro voltou à política social e à elaboração da Carta Social como instrumento para recuperar atrasos. O meu colega do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda, referiu-se ao vasto conjunto de propostas de que já se disputava para a concretização da Carta; havia quatro directivas já em fase de segunda leitura. O Presidente Delors incitou a que se avançasse. Mas a Comissão grega, Vaso Papandreou, foi logo avisando de que se teria de fazer o máximo no primeiro semestre (presidência portuguesa), porque no segundo é que não se avançaria nada ... (presidência britânica).

O Ministro do Ambiente sublinhou a importância da Conferência do Rio (Ambiente) na qual esperava que a Comissão desempenhasse um papel de charneira determinante. Preocupava-o muito o movimento transfronteiriço de resíduos. E pediu que se avançasse com o 5.º Programa de Acção, no domínio do Ambiente que já deveria ter sido apresentado pela Comissão, mas que estava atrasado.

A manhã terminou à volta do Uruguay Round e da conveniência em que se chegasse brevemente a um acordo. Éramos contra um bloqueamento das negociações. Como já havia um relatório (relatório Dunkell) dever-se-ia aceitá-lo como base do trabalho e avançar na discussão; o que para nós era insuportável consistia na paralisia em que se estava, particularmente em relação ao sector têxtil.

Na parte da tarde tive as apazadas reuniões com o Comissário Millan e com o Vice-presidente Filippo Pandolfi. Foi um pouco a reafirmação do que já havíamos dito de manhã. A minha identidade de pontos de vista com o comissário Millan era muito extensa. Combinámos o que seria a nossa próxima reunião. Ele achava que deveríamos identificar as áreas que não podiam ser abordadas com os fundos estruturais na sua formulação de então; o objectivo era encontrar novas formas de resolver os problemas. Achava que se deveria passar a uma fase mais política da acção, porque em matéria de regulamentos não havia muito mais para avançar. Gostava que se refletisse sobre os problemas urbanos e formas de os atacar; ele sabia que teria de haver uma modificação do Tratado para os poder abordar directamente; tal como as coisas estavam, teríamos de recorrer aos fundos estruturais, como já vínhamos fazendo. Solicitou que preparássemos uma sugestão para o que deveria ser o campo de acção do Fundo de Coesão; fiquei com a impressão de que ele não gostava muito de um fundo que só seria aplicado em qua-

tro países (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda). De qualquer modo, gostei de que ele me solicitasse um documento sobre o que o fundo deveria ser; recomendou-me que andasse depressa. Gostaria de o ter antes do meio de Fevereiro seguinte.

*

No dia seguinte, 9 de Janeiro, na reunião do Conselho de Ministros começou-se por fazer a avaliação da reunião da véspera, com a Comissão Europeia. Começámos por relatar, cada um de nós, como haviam decorrido os encontros bilaterais dos ministros com os comissários. O Ministro das Obras Públicas relatou que o Comissário Van Miert (Transportes) havia dito da sua intenção de propor uma rede transeuropeia de transportes; uma vez ela aprovada, os dinheiros comunitários só apoiariam a construção de trechos dessa rede. Como já disse, a rede só viria a ser aprovada em 2013; esperemos que as intenções se cumpram e que haja, periodicamente, uma revisão da própria rede, porque na fase final da sua definição, houve muitas pressões políticas para traduzir os princípios definidos em mais eixos multi-modais.

Eu referi o encargo que tinha recebido para apresentar uma sugestão relativamente aos objectivos, campos de aplicação e instrumentos do novo fundo de coesão. O Primeiro-Ministro sabia que o Presidente Delors queria chamar a si próprio a condução do “Paquet” que tinha o seu nome. Eu deveria acertar internamente a minha proposta antes de a enviar para o Comissário Millan e seria bom fazer, também, um contacto com os Espanhóis com quem tínhamos relações muito correctas. Era preciso avançar na questão das redes comunitárias que, naturalmente e neste extremo ocidental, deveriam coincidir com as que mais convenientes nos fossem. A minha proposta deveria estar pronta dentro de duas semanas, para poder ser discutida internamente com detença. Tínhamos a certeza de que a discussão política iria ser grande.

As GOP estavam praticamente concluídas. Mas deveriam ser coordenadas com o Orçamento de Estado e com ele juntamente apresentadas. Tínhamos, todos, uma semana para concluir os trabalhos.

Nessa ocasião soubemos que as tarifas do correio eram cerca de um terço do valor que custavam! Um serviço excelente que estava a ser largamente subsidiado. Era

preciso corrigir a situação levando a que ele fosse pago totalmente pelos utentes e não largamente apoiado pelos contribuintes.

*

No dia 15 de Janeiro comecei o meu dia no Porto, participando no encontro organizado pela Conferência das Regiões do Sul da Europa Atlântica. Ela teve lugar na Exponor e a minha comunicação estava subordinada ao título “As regiões do Sul da Europa Atlântica: Parceiros da Construção Europeia” que, como está publicada em “Discursos VII”, não transcrevo. Às 15 horas apresentei-me na Assembleia da República para a habitual sessão de apresentação prévia das propostas das Grandes Opções do Plano e de Orçamento de Estado para 1992. Isso era feito, como se dizia, ao abrigo do estatuto da Oposição.

O Ministro das Finanças fez uma curtíssima intervenção em que sublinhou particularmente o crescimento de 8% dos salários que seria o referencial económico para a apreciação das propostas no Conselho da Concertação Social. Posto isso eu fiz a minha apresentação.

A primeira delegação a ser ouvida foi a do Partido Socialista que era formada pelo Dr. Jaime Gama, pelo Dr. Ferro Rodrigues e pelo Dr. Manuel dos Santos que usaram da palavra, pela ordem indicada. O primeiro disse que estavam conscientes da importância do novo Orçamento de Estado. Ele era o primeiro a ser apresentado fora das perspectivas eleitorais e dentro da perspectiva da construção da União Económica e Monetária. Queixou-se de que o Governo estava a demorar muito a apresentar a sua proposta de Orçamento (isto era meramente perfunctório, porquanto ele sabia que nós dispúnhamos de muito mais tempo para o fazer...). Os parâmetros de referência eram exigentes para um Orçamento que seria o primeiro de uma nova série de quatro. O Dr. Ferro Rodrigues começou pela mesma queixa: a nossa reunião estava a ser tardia! Queriam mais informação e a afirmação da nossa disponibilidade para não utilizar, na sua totalidade, o prazo destinado à discussão da proposta de Orçamento; isso, naturalmente, sem prejudicar o debate político. Sublinhou a importância de nós conseguirmos a convergência real com a Comunidade Europeia; queria, por isso, que lhes disséssemos quais eram os objectivos precisos que nos propúnhamos alcançar, no quadro das

GOP. Achava que estas eram demasiado gerais. Ele não se satisfazia com a fixação de um valor para a taxa de crescimento económico; reclamava muitos outros indicadores específicos cuja evolução pudessem acompanhar ao longo do tempo. Pretendia que lhe fornecêssemos um balanço do que o Governo tinha feito em matéria da estrutura produtiva do país, e qual a especialização da internacionalização da economia portuguesa que pretendíamos! Entendia que as nossas vantagens comparativas continuavam a assentar em factores que iriam perder importância no futuro próximo. Em relação ao Orçamento do Estado, queria mais informação sobre o aumento das remunerações na função pública, sobre o IVA, sobre os escalões do IRS e sobre o imposto sobre os produtos petrolíferos. O Dr. Manuel dos Santos queria conhecer qual era o calendário das privatizações que nos propúnhamos fazer. Como o Conselho Nacional do Plano iria ceder o seu lugar ao Conselho Económico e Social, ele pretendia que eu estabelecesse uma lista das diferenças entre as competências. Insistiu na necessidade de se ser mais solidário, nomeadamente em termos espaciais, reduzindo as assimetrias que persistiam. Protestou por ainda não termos as regiões administrativas instaladas no terreno. Quis que eu elaborasse mais sobre os critérios de distribuição do FEF e mostrou a sua discordância em relação à concessão do subsídio à FORD-VOLKSWAGEN por considerar que, com o montante atribuído, se poderia ter apoiado muitas pequenas empresas.

O PCP enviou para a sessão os Deputados Carlos Carvalhas e Octávio Teixeira. O primeiro concentrou-se em críticas ao Orçamento de Estado, tendo-se escandalizado pelo facto de representarem os juros da dívida pública 10% do PIB. O segundo ocupou-se, especialmente, do PIDDAC; achava que 310 milhões de contos era um valor muito elevado; deveria haver mais contenção! Queria saber: se o FEF sempre acompanharia a evolução do IVA (ele sabia muito bem que não...); como seria tratada a questão da habitação social e se se faria ou não um debate no Parlamento acerca da flexibilização dos fundos comunitários (o que nunca se tinha posto). O Dr. Carlos Carvalhas queria acompanhar a execução das GOP, mas não via instrumentos para o fazer; pretendia também que fosse produzido um documento sobre os passos dados e a dar para a construção do mercado único, na indústria, na banca, nos seguros, etc. Gostaria que eu

avaliasse, em termos de receitas, a quanto montariam as propinas no sector da Educação (como se sabe, eles eram a favor de uma Educação gratuita).

O CDS destacou os Deputados Manuel Queiró e Nogueira de Brito. Só se interessaram pela execução do Quadro Comunitário de Apoio e pelas consequências potenciais de já termos esgotado as verbas que nos haviam sido concedidas.

Os Verdes interessavam-se pela execução de infraestruturas e suas consequências ambientais, pelas PME do sector têxtil, pela promoção de ajustamentos tecnológicos, pela redução das assimetrias regionais para a qual, em seu entender, a aplicação dos fundos estruturais não havia contribuído muito e pela aposta na qualidade. Como tópicos recorrentes estavam o Ambiente e a Educação. Queriam, ainda, saber o que é que iria fazer o novo Ministério do Mar.

Por fim, veio o Deputado Manuel Sérgio do Partido da Solidariedade Nacional (PSN) que começou por esclarecer que estava ali ao abrigo do estatuto da “Oposição”, mas que o seu partido não o era, de facto, porque insistia especialmente na tomada de uma “Posição” e que esta tinha a ver com a melhoria da situação dos aposentados. Por isso só estava interessado em deixar claro que, do lado deles, não aceitariam que as pensões da função pública crescessem menos de 12%.

Como se vê, por esta descrição, não é com contributos destes que se melhoram propostas nem de GOP nem de OE. Isto acontece sistematicamente; estávamos no início de uma legislatura na qual o Governo havia obtido uma maioria absoluta confortável, não se vislumbrando nenhuma circunstância que o derrubasse ao longo dos próximos quatro anos. Por isso adiantava pouco um empenhamento determinado da Oposição. Esta só renasceria com vigor lá para o fim da legislatura e, seguramente, na discussão do último Orçamento; mas aí já se poderia dizer que era o início da campanha eleitoral. Como se compreende, não estou nada de acordo com esta modulação da intensidade da Oposição; ela deveria ser constante logo desde o primeiro dia. Mas isto talvez sejam exigências pouco justificadas...

*

No dia 16 de Janeiro o primeiro ponto que se tratou no Conselho de Ministros foi a condecoração de funcionários públicos que se tivessem salientado pela qualidade dos seus serviços ou pela sua dedicação. Eu sempre atribuí grande importân-

cia a estas distinções; mas isso não é geral. As longo dos últimos três anos (estou a escrever em 2016) eu fui o Chanceler das Ordens de Mérito Civil; para preparar a cerimónia do 10 de Junho telefonei, recorrentemente, a vários ministros que chefiavam grandes administrações, seguramente com possibilidades múltiplas para escolher dois ou três funcionários que se tivessem destacado ao longo de uma carreira. Não tive nenhuma proposta que tivesse ultrapassado o crivo do Conselho das Ordens a que eu presidia. Em meu entender, não por não haver ninguém com mérito, mas por não estarem a funcionar os mecanismos de selecção e, na realidade, por não se atribuir muita importância ao mérito. Há países, na Europa e no Oriente, onde os Cidadãos que foram distinguidos pela atribuição de uma condecoração, exibem as respectivas insígnias com grande orgulho. Talvez tenhamos de fazer algo mais expressivo para suscitar a admiração da grei por aqueles que a serviram com maior distinção.

Nesse Conselho foram feitos os ajustamentos quase finais às GOP e ao Orçamento. As versões verdadeiramente definitivas iriam ser apreciadas e aprovadas num Conselho, com esse único ponto, a realizar no dia seguinte às seis da tarde.

*

Ocupávamo-nos com frequência a discutir os problemas da economia real, sectorial ou espacial. Já referi alguns casos específicos. Em 21 de Janeiro a análise foi sobre a globalidade da economia, tendo o Ministro da Indústria feito a exposição de arranque. A estrutura sectorial da indústria portuguesa em 1987 e em volume era a seguinte: (a) têxtil – 20,8%; (b) máquinas eléctricas – 2,7%; (c) máquinas eléctricas – 5,5 % e (d) automação – 2,7%. Ele tinha fixado como objetivos para 2010 respectivamente: 14,0%; 5,5%; 11,0% e 4,5%. Isso correspondia a uma aproximação aos países mais desenvolvidos. Era certo que se estava já a assistir a um crescimento da produção de bens de equipamento. Referiu-se, pormenorizadamente, aos resultados que estavam a ser obtidos por aplicação do PEDIP. Passou em revista a estrutura sectorial dos projectos aprovados, tendo salientado as acções estruturais que estavam a ser conduzidas no sector do calçado; as causas do seu sucesso têm, assim, de ser procuradas muito atrás! Ele insistia na qualidade, no “design” e na tecnologia e confiava nos resultados de uma acção

pedagógica no terreno que ele dinamizava de facto. Deu relevo à importância dos factores intangíveis da competitividade e da educação e formação profissional. Manifestou-se a favor da ampliação dos fundos de capital de risco geridos pelas respectivas sociedades, em que já tínhamos experiência. Passou em revista os sistemas de incentivos que estavam disponíveis: o grau de selectividade dos projectos tinha aumentado, o investimento também e, de igual modo, o emprego tinha sido criado. Mas era óbvio que as empresas muito pequenas não tinham capacidade para ter acesso aos sistemas de incentivos; quando se aumentava a selectividade, excluía-se, sistematicamente, as pequenas. Considerava que estava a haver uma boa utilização dos fundos, porque a produtividade das empresas havia aumentado. Mas não estávamos a conseguir uma mudança expressiva da composição estrutural e sectorial da indústria. O apoio das infraestruturas tecnológicas tinha aumentado muito, mas não chegava; deveríamos continuar a fazê-lo. Entendia que o investimento em equipamentos havia sido suficiente para o salto que estávamos a dar; deveríamos ser mais incisivos quanto aos recursos humanos, à mão-de-obra qualificada, à sua formação e ao apoio às empresas em matéria de Ciência e Tecnologia.

Eu sublinhei as implicações espaciais do que se havia feito, através das OID e do SIBR que estava a contribuir para uma mudança, naturalmente lenta, do perfil produtivo das diferentes zonas. Disse da importância do papel dos centros tecnológicos que estavam a contribuir para a diversificação da produção. Falei das formas de apoio às pequenas e médias empresas, às acções de cooperação, concentração e especialização. Referi a importância da animação das associações empresariais para o aumento das oportunidades de novos negócios. Manifestei a minha concordância com o papel fundamental da formação dos recursos humanos e com a selectividade progressiva dos sistemas de incentivos.

O Ministro do Comércio disse que a competitividade das indústrias portuguesas estava, naturalmente, ligada ao quadro macro-económico, mas dependia muito da micro-economia. As empresas industriais não eram fortes, não havia um sector exportador devidamente organizado nem canais de comercialização. A Holanda e a Bélgica dispunham de grandes grupos empresariais que subcontratavam essas funções; a Itália tinha uma componente comercial muito elaborada. Todavia,

nós estávamos a atravessar uma conjuntura política interna invulgarmente favorável, algo que induzia grande confiança nos agentes económicos. Pelo contrário, a conjuntura externa era extremamente volátil. Os objectivos do nosso segundo Quadro Comunitário de Apoio não seriam atingidos sem uma contribuição expressiva da economia real e esta dependia muito da modernização do aparelho produtivo; ora, esta reclamava o fortalecimento do tecido empresarial. Eram determinantes o aumento da qualidade dos produtos portugueses e a internacionalização das empresas portuguesas. Era evidente que a Indústria e o Comércio estavam muito ligados. Os nossos empresários precisavam de estímulos para se aventurarem em novas áreas; daí a importância dos sistemas de incentivos que tínhamos estabelecido e também da existência dos casos-piloto que os pudessem inspirar. As medidas voluntaristas eram necessárias, porque a determinação não se mostrava grande e a debilidade financeira dos nossos grupos era manifesta. A capacidade financeira vinha, sobretudo, dos grupos estrangeiros. Mas a internacionalização era vital para nós, porque o mercado interno não tinha escala. Deveríamos dar prioridade ao apoio do sector financeiro à internacionalização das empresas, nomeadamente na criação de linhas de crédito na moeda dos países de destino dos investidores. Ao contrário do que costumavam solicitar os empresários, o Ministro não era a favor dos incentivos fiscais (tal como não o são, habitualmente, os Ministros das Finanças...); dizia que eles criavam distorções e eram difíceis de gerir; era, todavia, necessário fazer despertar os empresários e talvez o crédito fiscal ao investimento constituísse uma forma de os fazer arrancar.

O Secretário de Estado do Comércio Externo invocou a análise de Michael Porter. Não havíamos demonstrado capacidade para nos apropriarmos das melhores partes da cadeia de valor; estávamos, cada vez mais, a ficar na posição de subcontratados e isso fazia-nos ganhar menos do que podíamos. Para dar a volta, a internacionalização era essencial: para isso, a informação e o convencimento das pessoas revelavam-se fundamentais. Tínhamos que superar os desincentivos existentes, através de um aumento de produtividade. A atenção maior deveria ser dada aos mecanismos financeiros, dado que era a área em que estávamos pior. Isso deveria ser feito em conjugação com vários bancos nacionais e com as agências pertinentes (COSEC, ICEP, etc.). Tinha que se dar atenção ao capital de risco e

às sociedades que dele tratavam. Deveríamos olhar para os problemas das nossas empresas no exterior, nomeadamente no que respeitava às suas delegações físicas. O capital de risco deveria ser particularmente orientado para a internacionalização das empresas.

O Ministro das Finanças sublinhou a interpretação entre a economia real e a finança, entre o micro e o macro. Deveríamos evitar tanto a postura do “Portugal dos pequeninos” como a ilusão das grandezas. Era evidente que o seu ministério tinha que zelar pelo dinheiro dos contribuintes e, por conseguinte, não poderia meter-se em aventuras. Manifestou-se a favor da agilização do processo falimentar que era pouco transparente e lento; deveria conjugar esforços com o Ministério da Justiça. Por outro lado, achava que se poderia alargar o âmbito do Estatuto dos Benefícios Fiscais (Art.º 49) no que respeitava aos contratos que tinham que ver com os investimentos estrangeiros, fazendo dissipar a imagem de que ele só se aplicaria aos estrangeiros; isso reclamava um pedido de autorização legislativa.

O Ministro da Indústria falou numa coisa que me era cara: a Sociedade Portuguesa não estava habituada a ter “doutores” na Indústria e tinha de passar a fazê-lo para dar o salto qualitativo que se impunha. Os 4.000 bolseiros que já estavam doutorados, ou em vias de o ser, deveriam ir maioritariamente para o tecido produtivo. Eu estava de acordo, porque sempre favoreci a qualificação dos recursos humanos. A experiência mostrava que os projectos apresentados a candidaturas dos sistemas de incentivos eram bons na parte tecnológica, mas sofríveis no que respeitava aos recursos humanos correspondentes e, especialmente, ao mercado. Disse do seu acordo com o Ministro das Finanças em matéria falimentar: “há falências em atraso e não salários em atraso”...

O Primeiro-Ministro ouviu atentíssimo todas as intervenções e resumiu os pontos a que se deveria dar prioridade: i) O papel dos centros tecnológicos e a sua efectiva ligação à Indústria. ii) Os recursos humanos e sua formação. iii) A orientação de bolseiros do programa CIENCIA para a Indústria. iv) A constituição de redes de PME. v) A magna questão da qualidade e a utilização da “marca portuguesa”. vi) Os novos factores da competitividade. vii) A internacionalização. viii) A obtenção de uma melhor articulação entre as empresas e as instituições financeiras. ix) O papel dos fundos de investimento imobiliários a criar ou a dar, como nova com-

petência, a instituições já existentes. x) O capital de risco, as sociedades de capital de risco e a internacionalização da economia. xi) A revisão do regime falimentar. xii) A alteração do regime de benefícios fiscais. xiii) A consolidação das contas.

Cada um ficou a saber as iniciativas a que deveria dar seguimento. E, depois desta discussão, na generalidade sobre os problemas das empresas industriais, fez-se um “zoom” sobre a indústria têxtil, que era a nossa preocupação maior, pelo emprego que criava e pelo seu peso nas nossas exportações.

Fez a apresentação inicial o Ministro da Indústria que havia preparado um programa de modernização da indústria têxtil. Entendia que o investimento de expansão deveria ser feito nos PALOP com os equipamentos que já não tinham justificação em Portugal. Deveríamos dar particular atenção à internacionalização da frente europeia. Favorecia o apoio aos trabalhadores, mas impacientavam-no os “pseudo-empresários” pouco sabedores e focados no curtíssimo prazo. Referiu-se aos centros de competências credenciados pelo Ministério da Indústria. Embirrava com a lógica de “o cliente encomenda o estudo e encomenda o resultado” que estava tão espalhada mesmo nos meios onde circulavam instituições e consultores internacionais. Queria um papel mais activo das associações empresariais na divulgação de informação. Nessa ocasião já tinham sido investidos no sector têxtil 45 milhões de contos, através dos sistemas de incentivos; além dos, então, existentes iria haver o RETEX a partir de 1993, mas com experiências – piloto a partir de 1992 (eu não acreditava muito que ele viesse a ter um real impacto; era muito pequeno ...); e também, o PMIT como “programa – chapéu”. Os incentivos financeiros a fundo perdido tinham de ser muito vigiados, selectivos e rigorosos. Era muito a favor do recurso ao capital de risco. Naquela altura (Janeiro de 1992) estavam praticamente esgotados os fundos para incentivos financeiros; tinha que se inventar qualquer instrumento de natureza intercalar: incentivos fiscais ou para-fiscais. Isso até termos acesso a um novo Quadro Comunitário de Apoio. A OID do Vale do Ave estava em operação; os Presidentes das Câmaras Municipais estavam a fazer com ela um bom “marketing político” a seu favor... (Para mim o importante era que estivesse a resultar, como parecia ser o caso...).

Havia muito investimento estrangeiro a ser colocado no Vale do Ave. Alguns dos presentes insistiram muito na “lubrificação” do regime falimentar que ajudaria



**FIG. Com o Ministro de Cabo Verde em Lisboa
no âmbito da Cooperação PALOP.**

a “limpar” muitas situações penosas que subsistiam na zona. A pior das soluções seria o recurso ao regime de reformas antecipadas; mais correcto seria o das indemnizações para os contratos que se rescindissem de forma amigável. Todos reagíamos contra o que foi apelidado de “padrão calabrês” dos subsídios. Houve quem sugerisse o aproveitamento do FSE para pagamento das indemnizações, a exemplo do que fazia o fundo CECA e os programas RESIDER e RENAVAL. Deveríamos ir à Irlanda buscar informação acerca da forma habilidosa como eles faziam isso. Mas, para nós, era certo que teriam de ser os próprios empresários a resolver os problemas do Vale do Ave; o Governo só poderia contribuir para criar uma envolvente favorável, o que, aliás, estava a fazer. Era muito importante diversificar a composição do tecido produtivo, como estava a acontecer através do SINDAVE. Dever-se-ia alargar a celebração de contratos-programa como era nossa prática habitual, fazendo convergir obrigações e dinheiros para a consecução de um objectivo comum. Passados uns anos, verificou-se que a estratégia havia resultado. Os problemas que hoje vemos têm origem muito diversa.

*

No seguimento desta reunião foi decidido atacar a reformulação do código de Direito das Falências, ainda dentro da sessão legislativa em curso (foi dado o prazo de 80 dias para o fazer). Também se deveria rever o domínio dos registos e notariado. A situação dos credores e sua segurança deveria também ser abordada.

*

Como estávamos a cerca de duas semanas da discussão, em plenário, das propostas de GOP e de OE na Assembleia da República, resolvi reunir-me com os Deputados do partido do Governo para os ouvir acerca do que pensavam sobre a forma como ela iria decorrer. Referirei a linha geral do que disseram, sem referir os nomes de quem disse o quê:

A Oposição costumava centrar o debate em três ou quatro linhas de força; era preciso adivinhá-las... O ligeiro agravamento fiscal iria, seguramente, levantar polémica; e já se sabia em que sentido iriam as observações da direita e da esquerda. A alteração dos critérios de distribuição do FEF reclamaria novas explicações. Era

preciso contar com propostas adicionais para o PIDDAC, porque nunca ninguém está satisfeito com o que lhe é atribuído. Mas disseram muito mais!

Este era o primeiro de quatro orçamentos muito importantes; por isso o partido tinha que ser solidário com a proposta. Havia preocupações com a micro-economia; o custo da energia era o mais caro da Europa, o mesmo se passando com os custos do dinheiro e da burocracia; pelo contrário, o custo de mão-de-obra era o mais barato... Alguma coisa teria de ser feita. Havia subcapitalização das empresas, em matéria de capitais próprios; o acesso ao capital era difícil. Deveria haver incentivos à dinamização do mercado de capitais e ao investimento externo; não lhes chocaria que nós também investíssemos no estrangeiro. O programa de privatizações deveria prosseguir; estimava-se que montasse a 350 milhões de contos. As relações entre as áreas das Finanças e da Justiça deveriam ser muito mais intensas; não era somente a questão do instituto da falência; as conservatórias comerciais tinham de ser reformadas de cima a baixo.

A redução das assimetrias internas era um imperativo. Nas alterações aos critérios de distribuição do FEF, eu deveria preparar-me para responder claramente por que é que se propunha as alterações concretas que se indicavam, a desindexação da evolução do FEF em relação à do IVA e a utilização dos dados dos Censos 91 que denunciavam tantas alterações demográficas no país e, portanto, tanta variação do FEF, especialmente nos Concelhos mais pobres, mais periféricos e menos dinâmicos (estava tudo ligado!...). Houve quem propusesse que eu abordasse a questão dos custos da capitalidade e, por isso, do reforço das verbas orientadas para a Área Metropolitana de Lisboa. O subsídio da renda de casa aos jovens era um assunto muito falado. Tinha de se enfrentar e explicar porque havia da parte do Governo um estado de optimismo em relação ao desenvolvimento em contraposição ao pessimismo empresarial. Dever-se-ia tirar vantagem do aumento dos salários reais e do não-aumento do desemprego; eram dois factores positivos para o Governo.

Achavam que a proposta da OE era altamente positiva e mobilizadora. Mas queriam que fosse explicado por que razão a moeda única, que se discutia, era uma garantia contra a inflação. Alguns eram a favor de um maior envolvimento das autarquias, o que significava maior transferência de competências para elas. Recomendaram maior disciplina e rigor em relação às empresas públicas; o seu mau

serviço e altos custos representavam um “imposto oculto” sobre os Cidadãos. Alguns achavam que o aparelho bancário, sobretudo o que ainda tinha participação do Estado, não se havia inovado e estava demasiadamente marcado pelo parasitismo de muitos dos seus funcionários. Houve quem quisesse um aumento mais expressivo das verbas orientadas para a Junta Autónoma das Estradas, dada a importância da rede viária em construção. A convergência não deveria ser somente económica, mas também social. Devíamos travar a “fúria consumista”!... (Mas se era isso que as pessoas queriam...) Isso teria de ser feito não à custa dos salários, mas pela disponibilidade de mecanismos geradores de poupança, nomeadamente a aquisição de habitação própria.

*

No dia 23 de Janeiro houve nova reunião no Ministério da Presidência acerca da segunda travessia do Tejo em Lisboa. Estavam, como na outra, os Ministros das Obras Públicas e do Ambiente e eu próprio.

Eu tinha pedido ao GEPAT para calcular a valia ferroviária da nova ponte mista, servindo-nos dos elementos fornecidos pelo GATTEL. Estimando uma travessia de 150 a 200 composições por dia e admitindo uma portagem mínima de 60 contos por comboio chegámos a um valor de mais de cinco milhões de contos por ano para a contribuição da tarifa ferroviária. Portanto, o “presente” feito da ponte 25 de Abril ao sector ferroviário poderia ser avaliado em, pelo menos, 70 milhões de contos. Soubemos que na travessia de Severn (Inglaterra/Gales) se havia vendido a velha ponte aos novos concessionários por 150 milhões de libras. Ora o Ministro das Obras Públicas sustentava que a passagem ferroviária na ponte mista nunca seria rentável. Isto ia contra a evidência dos factos. Estava muito preocupado com os riscos dos imponderáveis. Dizia que os privados iriam pôr custos mais elevados na ponte por ela ser maior, de maior complexidade e por ser mista. Mas isso era natural, porque ela passaria a acomodar três modos (o rodoviário, o ferroviário e o metro) em vez de um só. Por outro lado, a avaliação económica da solução mista não havia sido feita. Então como é que estava a compará-la com a solução simplesmente rodoviária?

Eu estava a ver as coisas a andar para trás. Não me enganei.

*

Na tarde do dia 28 de Janeiro fui para a Assembleia da República para ser ouvido em duas Comissões Parlamentares: a da Economia e Finanças e a da Administração Territorial, Poder Local e Ambiente.

O tema era, naturalmente, as GOP e o Orçamento de Estado. No dia seguinte voltei ao Parlamento para ir à Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus e no dia 30 para ir à de Educação, Ciência e Cultura.

O presidente da primeira sessão começou por dizer que já se tinha chegado a um nível de informação satisfatório, mas que não havia encontrado nenhuma projecção sobre o desemprego esperado em 1992 (estava lá, obviamente). Queria, todavia, um balanço mais desenvolvido acerca do aproveitamento das verbas do Quadro Comunitário de Apoio, o que eu me dispus logo a esclarecer.

Intervieram muito Deputados. Destacarei a do Deputado Ferro Rodrigues (É hoje – 2016 – o Presidente da Assembleia da República) juntando todas as outras sem nomear quem as fez:

O Deputado Ferro Rodrigues queixou-se em relação à demasiada generalidade com que estavam formuladas as propostas; queria muito mais especificação em tudo. Deveria haver uma referência explícita às verbas afectas a cada Grande Opção e, simultaneamente, um indicador sintético mostrando a importância do investimento público no total do investimento previsto para 1992. Queria que o PIDDAC, além da referência fornecida, fosse complementado por quadros com a sua regionalização. Quanto aos apoios estruturais, a entrega dos fundos às Autarquias processavam-se sempre com atraso; porquê? (Eram as regras gerais impostas pela Comissão Europeia; para obviar aos intervenientes eu tinha conseguido estabelecer uma linha de crédito junto da Caixa Geral de Depósitos que, aliás, era pouco utilizada); queria que eu lhe dissesse para quando é que estimava a alteração das regras (Era evidente que eu não tinha comando sobre as regras estabelecidas em Bruxelas). As verbas consignadas à Habitação no PIDDAC eram, na sua opinião, insuficientes (serão sempre!). Em relação às GOP de médio-prazo queria uma avaliação *ex-ante* das suas consequências potenciais. Pretendia mais informação acerca das estruturas produtivas que preconizávamos, das medidas propostas para estimular o comércio externo e para qualificar

os trabalhadores. Gostaria que eu antecipasse as consequências esperadas da aplicação dos três fundos estruturais. E, finalmente, encorajava-me a passar dos grandes conceitos à análise de questões concretas com referência explícita às verbas que cada uma merecia.

Como se vê, uma intervenção típica de uma Oposição que sabia que somente daí a quatro anos teria oportunidade de vir a ser poder, como, de facto, aconteceu. Depois vieram outras intervenções:

Quais os níveis de execução dos programas operacionais e como iria eu resolver o problema daqueles que já tinham esgotado as suas verbas? Em 1993 iria haver um novo Quadro Comunitário de Apoio; o que antecipava eu que ele seria? Falta a regionalização do PIDDAC. Faltavam indicadores precisos acerca da evolução dos diferentes programas operacionais. Falta pormenorizar um pouco mais o PIDDAC regional. Estavam de acordo com a alteração dos critérios da transferência da derrama. Não percebiam porque havia sido a evolução do FEF desligada da do IVA (quando a lei foi definida, num governo PS), não se esperava que a deste fosse tão expressiva quanto veio a ser; se não tivesse havido a decisão política de separar as duas evoluções, seríamos conduzidos a uma situação de abundância exagerada nas Autarquias confrontada com uma penúria absoluta na Administração Central). Queriam uma participação maior dos fundos estruturais nas iniciativas locais. Havia um crescimento forte da Formação Bruta de Capital Fixo, o que era um elemento importante para a convergência real; mas a quanto montavam as transferências orçamentais para apoiar programas comunitários e para a Educação e Formação Profissional? Constatavam que estava explicitamente referida como linha orientadora das GOP a integração na Comunidade Europeia; mas nada se dizia em relação ao esforço específico para melhorar o nível de vida dos Portugueses; não estávamos preocupados com isso? Tanto mais que tínhamos impostos a nível europeu e níveis de vida próprios do terceiro mundo! O espírito da cobrança das derramas era ressarcir as Autarquias dos desgastes que a localização de indústrias lhes causavam; na autorização legislativa que havíamos solicitado tínhamos proposto uma indexação da cobrança das derramas aos impostos locais; ora isso não estava certo! A fórmula de cálculo do FEF também não estava certa; estávamos ou não dis-

postos a alterá-la em sede de Parlamento? Quais eram os apoios previstos para a actividade produtiva em 1992? (Estavam nos documentos). Haveria modificação nos condicionalismos de acesso, nomeadamente quanto à relevância industrial das propostas? Iria haver programas de reestruturação industrial para os sectores do têxtil e do calçado? Em 1993 ir-se-ia preparar e negociar o QCA de 1994-1998; quais eram as perspectivas que eu poderia adiantar em relação às actividades produtivas nesse quadro? Um Deputado do PS acusou-me de ter copiado para as GOP o próprio programa do PS!... Queria saber como ia a preparação dos PDM e se faríamos ou não um plano de intervenção para ordenamento do litoral, tão ameaçado pela actividade turística. E se insistiríamos ou não na transferência para a EDP das Câmaras Municipais que não haviam chegado a acordo com a companhia.

Fiquei com a sensação desconfortável de que não se haviam preparado com devida atenção para intervir. As perguntas ou tinham resposta nos documentos distribuídos, ou eram irrespondíveis (e quem as fez sabia isso...) ou eram muito “*pro domus propria*”... Respondi como pude e como era minha obrigação. Saímos todos em bons termos.

Fui de seguida para a Comissão do Poder Local. Agora darei destaque à intervenção do Dr. António Costa, actual (2016) Primeiro-Ministro. Referiu-se à política especial para as grandes cidades; não tinha visto no Orçamento nenhuma tradução tangível da mesma, em nenhum ministério; lastimava isso. Em relação à alteração da Lei das Finanças Locais e no que tocava à cobrança das derramas pelas Autarquias onde era gerada a riqueza que as justificava, chamou-me a atenção para o facto de isso ir prejudicar Lisboa e Porto. Só em Lisboa a redução seria muito significativa. O desordenamento de Lisboa havia sido feito pelos outros; por isso seria Lisboa a lucrar com a descentralização de competências e de actividade. Iria ou não haver uma reforma de fundo da Lei das Finanças Locais que tivesse em linha de conta os “custos da capitalidade”? Quanto à criação das áreas metropolitanas a lei não era esclarecedora; só mencionava as verbas destinadas à sua instalação; e depois? ...

Eu não destaquei estes pontos para vir a “cobrar” nada. Pessoalmente, eu até simpatizo com o Dr. António Costa e tenho a certeza de que, na altura em que

estas memórias forem publicadas, ele já não será Primeiro-Ministro. Suponho é que o Leitor terá curiosidade em saber quais eram, 24 anos antes, as preocupações de alguém que chegou ao alto posto que ele tem hoje!

Em relação às intervenções dos outros parlamentares registo o seguinte:

Deveríamos ter introduzido a extensão da rede de esgotos como critério para a distribuição do FEF. Deveriam ser transferidas mais competências para as Autarquias Locais. Estávamos em fase de conclusão do PDR e do QCA; deveríamos estar já a discutir os novos regulamentos. A regionalização viria aí; teríamos de contar com a colaboração dos novos órgãos na preparação da nossa proposta de PDR. Era preciso uma Lei-quadro para proceder à descentralização; de outra forma ela sairia sem nexos. As alterações à Lei das Finanças Locais não se deveriam processar em sede de Orçamento de Estado, mas antes numa lei que a revisse de alto a baixo. Lamentava um Deputado que tivéssemos chegado a uma situação de quase-ruptura nas nossas relações com a ANMP (o que não era verdade!). O mesmo dizia que o regime de contratos-programa não era transparente; queria que houvesse, por lei, a definição de instrumentos específicos e de regiões específicas; e queria que eles fossem sistematicamente da iniciativa dos Municípios. Um dos Deputados descobriu um imposto indirecto novo: a harmonização fiscal! Outro perguntou-me quais eram os mecanismos de incentivo à racionalização de funções. Houve um dos intervenientes que disse serem injustas as acusações feitas por alguns às Autarquias Locais, uma vez que elas não dispunham de assessorias técnicas à altura das importantes tarefas que desempenhavam. Havia falta de acompanhamento por quem pagava impostos das funções desempenhadas pelas Autarquias. Houve quem afirmasse que elas não dispunham de meios para participar na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional (eu achava o contrário e tinha-o praticado, exactamente a nível regional). Um Deputado da Oposição, a respeito dos critérios de distribuição do FEF disse que os desse ano eram melhores do que no ano transacto, mas que não tinha a certeza de que fossem os melhores. Era na procura destes que eu me deveria aplicar.

Um grande número deles, tanto do PSD como da Oposição, reclamaram com veemência a regionalização, como inadiável. Onde é que se meteram, nos anos seguintes?

No dia 29 de Janeiro fui fazer o mesmo exercício com a Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus. No que estavam interessados, especialmente, era nos fundos estruturais, seu presente e futuro e na hipótese de haver fundos novos. A presença da Comunidade Europeia nas GOP era tão visível que se perguntavam se haveria futuro sem os fundos estruturais. É possível tomar grandes opções sem atender à Europa ou só temos que fazer o que ela indicar? Tinham apreciado as curvas de evolução dos compromissos e dos pagamentos; queriam saber se, no final de 1993, os segundos alcançariam os primeiros? Era nisso que eu me aplicava, seguindo de perto o que se ia realizando. Deveria haver uma mudança dos regulamentos vigentes ou estávamos contentes com eles? Não estávamos em alguns pontos; muito diferentes eram eles em relação a 1986, quando começámos a aplicá-los; nomeadamente em relação aos sectores que eram apoiados. A multiplicidade de parceiros que tínhamos conseguido era, seguramente, uma vantagem; mas conseguir encontrar os fundos de contrapartida deveria revelar-se uma dificuldade; era, de facto, e, por isso, não podia deixar de ser acompanhado todo o processo; a constituição de uma linha especial de crédito junto da Caixa Geral de Depósitos era um dos instrumentos, no campo das Autarquias Locais. Perguntaram-me por que é que a construção civil e os transportes se estavam sempre a queixar nos jornais se nunca tinham tido tanto apoio? Por que queriam sempre mais!... Havia muitas modalidades de acção: programas operacionais, operações integradas de desenvolvimento, subvenções globais, sistemas de incentivos diversíssimos... Era precisa toda essa parafernália? Para o observador de fora parecia complicado todo o sistema. Expliquei porque não o era: estávamos a atacar os sectores que precisavam de ser incentivados, mas queríamos assegurar que não haveria estrangulamentos determinados por factores exógenos; daí a necessidade de olhar para um determinado programa de forma integrada. Queriam saber se havia atrasos em alguns programas. Quais? E que tencionava eu fazer para os anular ou, pelo menos, contrariar? O programa transfronteiriço estava a correr bem? Nessa ocasião havia 70% executado e ainda tínhamos quase dois anos para o acabar. Havia atrasos substanciais nas transferências; quais eram as entidades mais afectadas pelos mesmos? Até então era, especialmente, o próprio Estado. Ha-

veria hipóteses de alargamento do âmbito dos fundos estruturais no “Paquet Delors II”, especialmente para os sectores da habitação, de apoio à terceira idade e ao desporto? Talvez houvesse em relação à primeira; seria difícil para os últimos sectores. Mas respondi que estava tudo em aberto, o que era rigorosamente verdade. Em relação ao fundo de coesão, quais seriam os sectores a apoiar? Já se sabia que seriam os transportes e o ambiente os prioritários. E a modernização dos transportes ferroviários seria possível? Incluindo o TGV? E em relação a este qual o traçado das linhas? Um Deputado achava que tanto a Educação como a Ciência haviam beneficiado bastante dos fundos estruturais no ano transacto, mas entendia que se tinha sido pouco ambicioso em relação aos dois sectores, nas GOP apresentadas; queria que delas constasse o alargamento da educação obrigatória. Uma Deputada sabia que o Governo estava a negociar o aumento das taxas de comparticipação; que reflexos financeiros teria isso para 1991 e 1992? Para o passado, nenhum; para o futuro, ver-se-ia ao que conduziria a negociação. Haveria ganhos para o Estado resultantes desse aumento? Haveria sobretudo para os beneficiários que veriam algo reduzida a sua contrapartida; nos projectos promovidos pelo Estado que vissem as suas taxas de comparticipação aumentadas era evidente que ele também beneficiaria. Em relação ao QCA uma das críticas que mais se ouvia respeitava à participação regional. Afinal, iria haver regionalização ou não? Aproveitar-se-ia a presidência portuguesa da Comunidade Europeia para “dar uma machadada” na excessiva burocracia de Bruxelas? Especialmente no domínio dos fundos estruturais? Não era essa a função do Presidente do Conselho de Ministros. Uma Deputada pelo distrito de Beja que é o de maior extensão, no país, queria que ele beneficiasse de uma operação semelhante à da Península de Setúbal; estava eu em posição de assegurar que ela viria? Tive de recordar que a índole dos problemas de uma área e de outra era muito diversa; poderia fazer-se muita coisa no Baixo Alentejo e estava a ser feita alguma mas não seria possível conduzir uma operação tão complexa como a de Setúbal. Outra Deputada lamentou que o sector da habitação não beneficiasse dos fundos estruturais; eram as regras destes. Também deveriam ter o seu apoio a recuperação do património habitacional e as situações de pobreza e marginalidade. Algumas Câmaras Municipais haviam sido

obrigadas a vender terrenos para poder realizar as suas contrapartidas; com isso fizeram aumentar o preço dos mesmos; isso era inconveniente. Faltavam programas mais ligados à terceira idade e à infância; a adesão à Europa não se havia feito sentir neste particular. Queria saber se havia alguma coisa prevista no domínio da habitação e equipamento sociais.

Que algumas destas perguntas fossem feitas pelo Cidadão pouco familiarizado com as regras de acesso aos fundos estruturais, eu compreenderia. Agora que tenham sido postas por Deputados que haviam passado ou iriam passar pelo próprio Governo é que eu só posso entender como um exercício de demagogia! Chegar ao ponto de querer dinheiro europeu para tratar da marginalidade exhibe uma falta de senso que é imperdoável!

A quarta audição foi com a Comissão Parlamentar da Educação, Ciência e Cultura. Ela teve lugar no dia 30 de Janeiro. Tal como fiz anteriormente, destaquei aqui a intervenção do Deputado Pedro Passos Coelho, posteriormente Primeiro-Ministro. Quis saber quantas bolsas de mestrado e de doutoramento estavam previstas no programa CIENCIA. Quando seriam lançadas novas bolsas? E se seriam mais do que no passado? E para as ciências humanas, haveria apoio? E com que verbas?

Houve um ou outro que elaborou sobre a distinção entre investigação fundamental e aplicada para acabar solicitando informação acerca das verbas orientadas para uma e para outra (Estava tudo explicitado nos documentos apresentados). Quais eram as consequências para a investigação da extinção do INIC? E o que se passaria quanto ao apoio da investigação no domínio das ciências sociais e humanas? Constatava um deles que o suporte de investigação nas empresas era reduzido; o que é que estava a falhar? As ligações universidade/empresa? E o que estava eu a fazer para as reforçar? A comunidade científica em Portugal era débil; o que se deveria fazer para robustecê-la? Alargá-la através da formação avançada, internacionalizá-la e estimulá-la para que apresentasse projectos de investigação escorreitos cujos resultados se pudessem estender ao tecido produtivo ou suscitassem novas interrogações que fizessem aprofundar os conhecimentos já obtidos. Um Deputado, que havia sido Secretário Regional, sublinhou o papel importante da investigação para o desenvolvimento, apoiou o aproveitamento eco-

nómico dos novos conhecimentos adquiridos, recomendou a constituição de um organismo encarregado de o fazer (a Agência de Inovação estava já em vias de constituição e ele devia saber isso...) e recomendou que a lei do mecenato também contemplasse a investigação e as universidades. Achava eu que o LNETI deveria ser privatizado? Como estava a decorrer a constituição do novo Parque de Ciência e Tecnologia de Lisboa? Haveria outros no país? Seria possível criar nos parques industriais tradicionais pequenos polos de Ciência e Tecnologia? Era evidente que não! Para dar resultados visíveis há um limiar para a dimensão de um Parque de Ciência e Tecnologia; os investigadores que lá trabalham devem ter a possibilidade de resolver muitos problemas recorrendo a colegas que trabalham na sua vizinhança. Uma pequena “antena”, colocada sem enquadramento, rapidamente feneceirá. Que acção propunha eu para a harmonização do nosso sistema científico com os outros países europeus? Integrando redes europeias, participando em projectos comuns, fazendo estágios em centros de pesquisa prestigiados... Há coisas que só passam “por osmose”... Haveria verbas para apoiar a investigação da nossa História, da nossa Cultura, do nosso Património? ... Tive que dizer que, realmente, não eram esses os domínios prioritários, por muito que eu os achasse importantes e fosse um consumidor dos seus produtos. As regras do apoio comunitário neste domínio estavam fixadas e privilegiavam a chamada investigação pré-competitiva. Foi-me dada conta de muitas “angústias”: da comunidade científica em geral e dos matemáticos em especial. Perguntaram-me se eu havia feito a comparação entre a importância da tecnologia e o apoio à investigação científica e tecnológica. Tive que recordar as vezes que já tínhamos falhado no encontro com várias revoluções industriais. Era evidente que eu não defendia a importação de tecnologia, feita com o fruto do trabalho remunerado com salários baixos em sectores tradicionais. O que se iria passar no Complexo I? E no Complexo II? Tinha havido protestos de alguns investigadores por atrasos verificados no pagamento de bolsas; o que tinha eu a dizer a esse respeito? A verdade! A mudança de escala das operações feitas na JNICT haviam determinado alguns atrasos que já estavam recuperados; ninguém os lamentava mais do que eu! Haveria apoio para mestrados e doutoramentos de técnicos oriundos dos PALOP? Não era esse o objectivo explícito dos fundos europeus.

Tenho-me referido já a este ponto. Os diversos grupos parlamentares devem reunir-se mais vezes com vista a definirem a sua linha de intervenção em todos os assuntos que tenham de tratar, nomeadamente durante o “ponto alto” que representa a discussão das propostas das Grandes Opções e do Orçamento do Estado. Não se deve deixar cada Deputado sem orientação, confiando na sua capacidade de improvisação ou de inserção natural nas linhas de política dos respectivos partidos. O trabalho parlamentar não deve ser individual, mas de grupo; de outro modo, corre-se o risco de não ser eficaz, tornando-se muitas discussões meros rituais com poucas consequências positivas. Deixar que cada Deputado ponha as perguntas que mais o sensibilizaram pode não contribuir muito para a formulação da posição do grupo parlamentar a que pertence. Ora deve ser isto que tem de orientar os trabalhos.

*

O primeiro mês da nossa presidência da Comunidade Europeia foi muito dominado por questões políticas. Estava-se numa fase aguda do chamado “dossier” Jugoslávia; mas tinha-se conseguido manter a coesão dos doze em relação ao assunto. A Croácia e a Eslovénia haviam sido reconhecidas; não havia, ainda, condições para fazer o mesmo em relação à Bósnia e à Macedónia. Apesar do fervilhar da situação, ela quase não tinha expressão na televisão; porventura, por se estar a cumprir o cessar-fogo numa grande extensão... Estava em processamento o auxílio humanitário a algumas repúblicas da ex-União Soviética. Tinha havido, para o efeito, uma conferência em Washington. Também aí, se havia assegurado uma posição comum dos doze países que, nessa ocasião, integravam a Comunidade Europeia. E tinha-se conseguido uma participação expressiva do conjunto naquela ajuda. A reunião de Washington era entendida como um ensaio; a grande conferência estava prevista para Lisboa e teria a participação dos países beneficiários.

Em relação ao Médio Oriente, a nossa preocupação era que houvesse coordenação da posição comunitária nas negociações. Seria um mau indicador que cada um começasse a estabelecer contactos sem estar acertado com todos os outros.

Houve uma reunião em Genève sobre os Direitos do Homem. Pela primeira

vez a Comunidade Europeia aceitou que se mencionasse a situação de Timor. Também o foram as circunstâncias da Birmânia, dos territórios ocupados por Israel e da Jugoslávia.

A situação na Argélia também merecia acção da nossa diplomacia. Estava em causa dar sinais de apoio aos movimentos para a democracia que esboçavam alguma acção no terreno, mas rejeitar em absoluto qualquer atitude que não fosse de repúdio ao fundamentalismo.

Continuavam as nossas angústias em relação às negociações do GATT e, em menor grau, em relação à Política Agrícola Comum. A nossa proposta, a este respeito, tinha tido um razoável acolhimento, atendendo a que eram os interesses dos grandes membros fundadores que estavam em causa. O “Paquet Delors II” estava em ultimação; esperava-se que viesse a ser apresentado ao longo de Fevereiro.

Nós vínhamos a demonstrar uma grande disponibilidade para o diálogo e para a procura de consensos. Por isso se notava uma grande simpatia em relação à presidência portuguesa. O resultado e o estilo deveu-se, em grande parte, à acção do Ministro João de Deus Pinheiro. Ninguém que negociasse, fosse em que sector fosse, se punha em bicos de pés ou fazia declarações bombásticas ou intempestivas. Mostrava-se uma grande aplicação ao trabalho, mas sempre com serenidade. A imprensa estrangeira reconhecia-o e a nossa, por arrastamento, estava na expectativa.

No que me dizia respeito, eu seguia com muita atenção o que se passava no “Paquet Delors” e já tinha preparado a minha ida à Comissão Parlamentar (Europeia) da Ciência e Tecnologia (CERT) por causa do Programa-quadro. Estava a haver atrasos nas transferências dos fundos estruturais (100 MECU do FEDER e 40 do FSE); isso fazia-me desdobrar em diligências através da REPER, para não ter de levar o caso aos Comissários. Viria a Lisboa o Ministro da Ciência alemão, Riesenhuber, a quem já me referi várias vezes e com quem eu mantinha as mais cordiais relações. Viriam a Lisboa, também, alguns ministros franceses.

O Ministro da Agricultura é que conduzia as negociações sobre a PAC: Pretendia-se que tivesse lugar uma baixa de preços dos produtos agrícolas, mas isso implicava compensações aos agricultores (era a moda, ao tempo, na sequência daquilo a que estavam habituados ...). Ele tinha preparado e avançado com um

documento de orientação, ainda sem números ... mas era preciso pô-los ... porque aí é que as dificuldades se revelariam.

O Ministro do Comércio acompanhava as negociações do Uruguay Round. Estimava-se que elas não tivessem grande repercussão nas eleições americanas, apesar da campanha “Buy American” muito nacionalista e, obviamente, contra as negociações do GATT. Mas, finalmente, parecia que os Americanos haviam entendido que, em relação a esse assunto, a posição da Comunidade era firme. Nessa ocasião, não era a Comunidade Europeia que inspirava grandes receios aos Estados-Unidos; era o Japão!... Que invadia numerosos campos, nomeadamente a electrónica. Observava-se nos industriais europeus uma grande impaciência em relação à lentidão das negociações. Como já referi, em Portugal, eram os empresários têxteis que seguiam com mais preocupação o processo.

O Ministro da Saúde estava a braços com a transferência das orientações europeias sobre a publicidade e rotulagem do tabaco. Elas eram novas em Portugal e causavam alguma irritação entre os consumidores.

O Ministro da Indústria seguia com preocupação os trabalhos do Uruguay Round (ou melhor a sua quase ausência...).

O Ministro do Ambiente já estava preocupado com a Conferência do Rio e com as taxas sobre a produção do CO₂ que teriam de ser discutidas (e pagas...) na sequência do que viesse a ser estabelecido.

O Ministro da Administração Interna estava muito ocupado com os grupos de TREVI I (terrorismo) e TREVI III (Europa). Como pano de fundo estava a imigração e os pedidos de asilo que tinham experimentado uma subida insuspeitada; estes já eram mais de 300.000 por ano; a situação na Bélgica e na Holanda era tida como insustentável (o que seria hoje, 2016, ...?). Estava em discussão uma convenção de passagem das fronteiras externas da comunidade, para posteriormente se pensar num eventual desmantelamento das fronteiras internas.

Continuávamos a falar sobre as redes transeuropeias de transportes e eu particularmente ocupado nas conversas com os ministros espanhóis tão pouco abertos à ideia.

No plano interno, estava em discussão o SINDAVE, um sistema de incentivos para apoio à actividade industrial no Vale do Ave (diversificação e moderni-

zação) e a possibilidade de prorrogação do PEDIP no Quadro Comunitário de Apoio seguinte; devo dizer que a nossa pretensão era olhada com simpatia por Bruxelas, especialmente por causa dos bons resultados obtidos até então.

*

O Comércio Externo e o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) representavam para nós temas importantes, até porque dependíamos muito de ambos. Em relação ao primeiro, os sectores de têxtil e vestuário, o calçado, a cortiça e a madeira (especialmente a pasta de papel) eram os que avultavam e com peso grande. No que respeitava às importações, a estrutura portuguesa era semelhante à da própria Comunidade. Tanto as nossas exportações como importações estavam muito concentradas na própria Comunidade Europeia e, nessa altura, também nos países da EFTA. Mas, no que tocava às exportações, tinha sido a Espanha que havia absorvido o maior peso da nossa expansão, entre 1985 e 1991. Com a EFTA as trocas haviam estabilizado. Todavia, a nossa balança com a Alemanha tinha-se deteriorado; eram os automóveis e as máquinas os principais responsáveis. Mas, em relação a Espanha, as exportações estavam a andar bem. Pensava-se que Angola poderia abrir boas perspectivas, mas elas tardavam a concretizar-se. E, para agravar a situação, o preço das exportações estava a degradar-se: verificava-se uma diminuição das margens em relação às mesmas quantidades. Para quem as coisas estavam a correr bem era para as empresas alemãs que se haviam deslocizado para o nosso país; também o aumento das exportações para a Finlândia tinha a ver com a instalação, em Portugal, de empresas finlandesas. Por isso preocupava-nos o decréscimo do valor das exportações. Os nossos produtos tradicionais não aumentavam de peso. Faziam-no as exportações das empresas estrangeiras fixadas em Portugal. Daí que se nos impusesse como evidência a necessidade de modernização das nossas próprias empresas. A situação, temíamos, viria a ser agravada com um acréscimo da concorrência que nos seria imposto por países terceiros. Era evidente a falta de capacidade de distribuição dos nossos exportadores e, também, a sua relutância em inovar. Falava-se muito em investir na marca “Portugal”, à custa do erário público, obviamente... O indicador mais expressivo era o aumento da importação de veículos automóveis; tinham

crescido quatro vezes! Por isso, quando eu ia a países não comunitários ficava admirado quando comparava o nosso parque automóvel com o deles; aquele era moderníssimo!... O pior era o resto... que não se mostrava tão moderno como seria desejável. Tínhamos que mudar muito em matéria de técnica de penetração nos mercados externos!... Manifestamente, deveria haver uma atenção acrescida em relação à cadeia de valor. E o contacto directo com os consumidores tinha de ser mais cultivado, não nos devendo deixar ficar pelos intermediários. Havíamos-nos focado muito em países grandes como a França e o Reino Unido; deveríamos avançar mais destemidamente para os muitos pequenos países que, agregados, poderiam ter pesos semelhantes aos daqueles mercados. Havia dificuldades quanto aos seguros de crédito, nomeadamente em relação aos países da África Austral e, em particular, a Angola que poderia absorver muita da nossa produção, mas que seria imprudente abordar sem esse mecanismo de apoio (já tinha havido más experiências...). Nessa altura, considerava-se como tendo boas potencialidades o Irão (pagava bem), o Koweit (construção e equipamentos) e Marrocos. Os Estados- Unidos dependeriam muito do que acabasse por acontecer no âmbito das negociações do GATT; o Uruguay Round prosseguia com fim incerto; a nossa preocupação respeitava, neste domínio, especialmente ao sector têxtil.

O comportamento dos empresários, em relação à exportação, impunha-se que mudasse. Mas a mudança estava a ser lenta! Eram as próprias gerações mais novas que se manifestavam intranquilas em relação à falta de dinamismo das antecessoras. No que me dizia respeito, a aplicação do SIBR (Sistema de Incentivos de Base Regional), com fundos do FEDER, estava a reproduzir modelos antigos sem inovar nos processos. Eu falava muito dessa mudança com o meu colega da Indústria que estava de acordo comigo e tentava, obviamente, fazer o seu melhor. Este é um tópico a que, muitas vezes, não se dá o devido valor: a inércia da mudança de atitudes! É que ela depende de muitos factores sobre os quais é difícil ter comando. Por isso, em vez da acção directa, promovíamos a participação em feiras ou o financiamento à exportação para países de fora da Comunidade Europeia ou facilitando a fixação em Portugal de empresários estrangeiros que representassem novos modelos de comportamento. O investimento estrangeiro estava, aliás, a contribuir para a alteração do quadro do tecido produtivo na-

cional, mas havia o perigo de isso conduzir a uma situação dual, se os nossos empresários não se deixassem contagiar pelas novas práticas de gestão.

Eu insistia muito no fortalecimento do papel da tecnologia através de centros tecnológicos e dos Parques de Ciência e Tecnologia que eu próprio impulsionava. Mas compreendia quem formulava a estratégia em termos mais genéricos, assentando no acrescentamento de valor, como propósito geral, englobando na acção a melhoria da gestão, do “marketing” e da informação. Nós teríamos de fazer um esforço especial para manter os nossos mercados, mas era certo que eles também iriam ser objecto de cobiça e “ataque” por outros que eram muito dinâmicos. Eu entendia que as nossas empresas de construção civil e obras públicas estavam em boa posição para concorrer nos mercados externos, porque eram competentes e tinham preços muito interessantes para aquilo que faziam; a prática que haviam adquirido internamente colocava-as em muito boa posição no mercado externo. E isso viu-se na ocasião e continuava, ainda, a ver-se hoje. Elas representam uma grande potencialidade nossa. Os Portugueses são grandes construtores que não se limitam às pequenas empresas do mercado parisiense. Sabem estar em todo o lado e com competência afirmada. Falta-nos a componente financeira. Por isso, desde há mais de quarenta anos que eu defendo a frequência de instâncias como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco Inter-Americano e outros grandes financiadores que têm de conhecer de perto as nossas boas qualidades. Nós não podemos ser repetidamente “boas surpresas”; temos de representar sempre certezas, assentes numa competência técnica comprovada e num rigor de execução reconhecido.

A expansão que, nessa ocasião (1992), teve lugar das grandes superfícies de distribuição punha problemas acrescidos em relação ao seu abastecimento. A produção agrícola estava assente em pequenas empresas com pouca organização e, portanto, sem grandes capacidades de resposta. Ainda hoje isso se verifica. Por isso não devemos ficar surpreendidos quando as vemos preferir fornecedores estrangeiros que lhes garantem preços, quantidades e qualidade. Mas, felizmente, temos alguns subsectores do sector agrícola que estão em posição de exportar. Devem ser seguidos de perto não para lhes dar subsídios, mas para lhes facultar os apoios que só o Estado tem dimensão para assegurar.

Havia quem se queixasse em relação aos custos portuários e à insegurança que o respectivo ambiente laboral determinava. Felizmente a situação melhorou muito (2016).

Mas, então como hoje, verificava-se uma orientação preferencial do investimento para os serviços financeiros e para o imobiliário, preterindo a indústria. Ora era esta que deveria representar o motor da modernização. Mas isso não se pode fazer por decreto!...

O investimento estrangeiro contratual estava a ser muito orientado para o sector agro-alimentar. Havia alguma indústria incluída, mas nós gostaríamos que houvesse maior expressão das empresas industriais. O que o investimento produtivo estrangeiro nos trazia, especialmente, era tecnologia e mercados; pelo meio vinha também inovação gestonária e tudo era importante para assegurar a produção, a exportação e a mudança de atitudes e comportamentos que tão importante e urgente se estava a revelar. Gostaríamos que as PME fossem menos individualistas e formassem redes onde as complementaridades de especialização se afirmassem ao mesmo tempo que a escala de produção do conjunto.

Alguns dos ministros insistiam na introdução progressiva de incentivos fiscais em substituição dos incentivos financeiros que não poderiam ser eternos. Mas o Ministro das Finanças deixava passar essa insistência sem comentários!... Não há nenhum Ministro das Finanças que, algum dia e em qualquer parte, seja favorável aos incentivos fiscais! É que eles diminuem sempre a receita!...

Eu insistia no papel que entendia como relevante, dos centros tecnológicos. Sem eles seria difícil proceder a mudanças tecnológicas generalizadas e, para assegurar altos níveis de qualidade, elas eram indispensáveis.

*

A discussão do Orçamento do Estado iria decorrer nos dias 11, 12 e 13 de Fevereiro. No Conselho de Ministros do dia 6 foi feita a distribuição dos intervenientes. A mim coube-me a tarde do primeiro dia; o Ministro das Finanças falaria de manhã. Soubemos que, em relação à Conferência do Rio, que se aproximava, havia uma manobra demasiadamente explicita dos ingleses para a “comandarem”, de acordo naturalmente com os seus próprios interesses... Os outros membros

da Comunidade deveriam velar para que esta falasse a uma só voz e reflectindo a posição geral da Europa.

Estava em revisão a lei orgânica do Ministério Público. Havia muitos aspectos que não me interessavam directamente, mas estava em causa um que me tocava e que respeitava à designação do auditor jurídico do ministério; era aventada a hipótese de ele deixar de ser nomeado pelo Procurador-geral da República. Não estava em causa a existência de uma auditoria; o anacronismo, para mim, era ele poder ser nomeado fora da hierarquia; eu queria ter a quem recorrer se, por acaso, houvesse uma falha de disciplinar qualquer. Disse da minha justiça...

Nessa reunião estive em discussão a atribuição de canais de televisão privados. Tinha-nos sido distribuído um volumoso relatório que fazia a apreciação da proposta segundo quatro vectores: a qualidade técnica; a viabilidade económica; o tempo, o horário e a programação; a diversidade de interesses do público. A apresentação do tema foi confiada ao Ministro-adjunto. Quase todos interviemos. Eu achava que o dito relatório era “muita parra e pouca uva”, o que era, mais ou menos, a impressão generalizada. Mas foram levantados muitos problemas.

Haveria possibilidades de verificar os compromissos assumidos, ao longo da vigência do contrato? Parecia que os compromissos apresentados não eram susceptíveis de se verificar, por estarem formulados de modo subjectivo. O papel estava bem redigido, mas poderia ser feito um outro dizendo tudo ao contrário; por isso deveríamos louvar-nos na proposta do ministro proponente. Haveria possibilidade de assegurar o respeito pelos compromissos assumidos? Havia quem pusesse dúvidas em relação às projecções apresentadas; pareciam excessivamente optimistas. Como evitar a tendência perniciosa das empresas públicas para o excesso de pessoal? Houve quem achasse o relatório sem mácula! Mas também houve quem não concordasse com os critérios adoptados para fazer a avaliação. Chegou mesmo a haver quem dissesse não ser capaz de decidir com base no parecer apresentado. Todos concordavam com a dificuldade do assunto. Houve um colega que disse ter sido a apresentação do ministro mais elucidativa do que o conteúdo do relatório. Um propôs que o documento fosse recolhido face à subjectividade dos critérios a que recorria. Outro chamou a atenção para o facto de se estar a apreciar estratégias e não acções e, por isso, não ser tão inconveniente a falta de

parâmetros objectivos. O pior era a avaliação “in itinere”... Mas tinha sido assegurada a concorrência e não se deveria atrasar a decisão. Ficou decidido aprovar o ordenamento proposto pelo ministro que apresentou o assunto, mas não aprovar o documento em que ele se apoiava.

É preciso ter muito cuidado em relação aos termos de referência dos relatórios que se encomendam. Devem ser limitados em extensão e não se perderem em “arabescos laterais” que distraem a atenção, não contribuindo para fundamentar decisões que se querem esclarecidas. É evidente que se torna indispensável que eles sejam bem redigidos; mas isso não chega; devem responder aos propósitos para que foram elaborados. E, neste caso, era para fundamentar uma decisão importante.

Ao mesmo Conselho eu havia apresentado uma proposta para a criação de um Gabinete de Heráldica Autárquica. Estava a haver uma imaginação crescente nesse domínio e eu tinha recebido queixas fundamentadas por parte de quem sabia do assunto. Pareceu-me que a melhor maneira de assegurar que não haveria “fantasias” era dispor de um órgão composto por poucos elementos especializados, sem funcionários destacados para o efeito, mas com o apoio dado por alguém de uma Direcção-geral. Os ditos especialistas seriam remunerados por senhas de presença. Não tive sorte nenhuma! A proposta foi chumbada e eu aconselhado a resolver as situações caso a caso, consultando quem eu quisesse, mas sem atribuição de nenhuma senha. A criação de um gabinete ia no sentido contrário ao da política definida pelo Governo; a função em causa era meramente acessória; já havia uma lei de enquadramento do assunto (mas ninguém encarregado de assegurar a sua aplicação...): talvez uma comissão de voluntários fosse o suficiente; eu deveria fazer tudo por despacho, sem criar os vínculos próprios de um decreto-lei...

Talvez fosse a minha propensão para atribuir valor aos símbolos que me punha tão susceptível em relação às tais “fantasias”... A verdade é que prevaleceu o princípio de não se criar mais nenhuma estrutura formal. Como me disse um colega bem-disposto: “Lá terá você de dar um almoço de vez em quando aos especialistas que convidar!”...

*

A preparação da grande conferência sobre Economia Social prosseguia. Em 10 de Fevereiro vi a minuta do convite a enviar aos ministros da tutela nos governos dos países da Comunidade Europeia e da EFTA (eram 19) ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social, à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à Aliança Cooperativa Internacional. Era preciso fazer uma nota para que o Primeiro-Ministro convidasse o Presidente da República para presidir à sessão de encerramento. Continuou-se a linha geral da comunicação à imprensa. E escolhi a recordação a dar a todos os participantes: uma pequena caixa de estanho com as armas de Portugal, feita por uma pequena unidade cooperativa.

Como se vê, na organização de uma conferência como esta, tem de se ir a todos os pormenores.

*

No dia 11 de Fevereiro e no âmbito da discussão do Orçamento de Estado, apresentei à Assembleia da República as “Grandes Opções do Plano para 1992”. O discurso que, então, proferi está publicado (Discursos VII). Por isso não me refiro aqui ao que disse nessa altura. Intervieram poucos Deputados na sua discussão. Tinham que guardar tempo para o Orçamento... Saliento somente duas das intervenções: A do Deputado Lino de Carvalho (PCP) que começou por afirmar que, no seu partido, liam as GOP com atenção e, mesmo, com carinho... Mas havia falta de coerência entre o que nelas se afirmava e o OE: as verbas atribuídas não correspondiam às prioridades enunciadas. Propunha um reforço de meios para apoio à acção social escolar, ao desenvolvimento da formação contínua dos professores e ao incremento da educação pré-escolar. Queria também mais apoio para a aquacultura.

E a do Deputado Jorge Lacão, o qual achava que o Plano de Desenvolvimento Regional estava a escapar ao controlo parlamentar (Mas havia relatórios frequentes sobre o que se estava a passar, tanto na fase de preparação como na da avaliação...). Subsistiam enormes estrangulamentos à vida autárquica: subiam os impostos e desciam as transferências. O Estado estava a mostrar-se autoritário (como isto era dito em relação às Autarquias, seria seguramente a mim que ele estava a atribuir o qualificativo...). Grassava, por todo o País, a indignação dos Autarcas (não

era verdade...). Deveríamos criar prontamente as regiões e definir a sua forma de participação na elaboração do novo PDR. Queria que fossem explicitados os critérios para a elaboração dos contratos-programa. Deveríamos tratar, simultaneamente, das grandes cidades e do mundo rural. Protestava contra a ausência de uma estratégia clara de descentralização.

Como se vê, as GOP não foram discutidas. Ou se pediu mais dinheiro para apoiar sectores incontestados ou se protestou sem uma linha de argumentação clara sobre temas que poderiam constituir “caixas” nos jornais do dia seguinte. Repito aquilo que já disse algumas vezes: não chega aos partidos designar os oradores para intervirem nas discussões; é preciso combinar com eles o que interessa ao partido que seja dito, mostrando que há uma linha de coerência na argumentação. De outra forma são só: “words, words...”.

*

Na reunião do Conselho de Ministros de 13 de Fevereiro fomos informados de que, se estimava haver em Portugal, 800.000 imigrantes com a sua situação não regularizada. Como tinha isso sido possível? Hoje deve haver mais!

*

No dia 17 de Fevereiro foi a minha vez de ir à Comissão Parlamentar de Economia e Finanças para discutir a proposta de Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano. Como sempre, foi uma sessão animada. Relatarei o que se disse sem mencionar nomes dos intervenientes:

Já me referi à suspensão da associação da evolução do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) ao IVA, por este ter disparado e não ser comportável orientar um montante tão elevado para as Autarquias Locais. Isso gerou numerosos protestos; aplicaram-se a demonstrar que tinham sido feridos vários princípios constitucionais; não me parecia que fosse tão grave; a lei original é que tinha sido produzida sem fazer grandes estudos de projecção das variáveis, impondo-se a sua revisão logo que possível. A maior parte concordava que o IVA tinha assumido um montante muito significativo que não estava na cabeça do legislador. Era evidente que limitar as transferências afectava a previsibilidade dos recursos. Grande parte

dos argumentos que usavam já eu tinha invocado nas minhas conversas com os sucessivos Ministros das Finanças; o que acontecia era que estes demonstravam que os equilíbrios macro-económicos por que tinham de zelar seriam afectados gravemente por uma transferência que tornaria ricas as Autarquias Locais num país pobre. Mas a revisão da Lei das finanças Locais era considerada inoportuna, politicamente... Eu preferia resolver de vez a questão, mas eram as Autarquias do próprio partido que apoiava o Governo que não estavam disponíveis para aceitar uma mudança de critério.

Houve quem defendesse, particularmente, as áreas metropolitanas e as grandes cidades que tinham problemas numerosos a resolver, não chegando os meios para o fazer. Um deputado socialista preconizou o aprofundamento da via dos impostos directos sobre os prédios urbanos e os rústicos; deveria ser possível ir aí buscar mais impostos para as Autarquias; para o fazer recomendou a elaboração de um novo Código de Avaliações que permitiria fixar as taxas a cobrar em níveis mais adequados. Ou, então, atribuir uma percentagem de valor tanto do IRS como do IRC cobrados na área, aos cofres das Autarquias em que eram gerados.

Recomendaram uma transferência de atribuições e competências mais expressiva para as Autarquias; deveriam ser negociados conjuntos coerentes. Eu estava de acordo com as propostas. Mas sabia que alguns Municípios não se mostravam muito abertos a aceitá-las. Mais do que a falta de dinheiro, estes temiam a falta de quadros aptos a gerirem funções novas. Queriam participar na elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Regional. Alguns lamentavam que ainda não houvesse regiões administrativas, porque entendiam que os objectivos a alcançar em cada uma delas deveriam ser definidos pelas próprias instâncias regionais. Eu concordava, no meu íntimo, mas não estava na minha mão comandar o processo que, como se veio a verificar, estava nessa ocasião bem minado. Mas quando houve alternância da maioria, não vi quem então estava tão zeloso mostrar um empenhamento muito perceptível...

Os critérios de distribuição do FEF haviam sido negociados com a ANMP e objecto de actualizações estatísticas várias. Mas isso foi tema para reparos, naturalmente no quadro mais vasto do montante do FEF. Pretendiam verbas para a instalação das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e achavam que as que

estavam previstas para as Freguesias eram muito insuficientes (eram iguais às do ano anterior); iriam propor que fosse o dobro. Com o OE já aprovado na generalidade só haveria possibilidade de tirar de um lado para pôr no outro. Mas alguns insistiam em ter mais, em termos absolutos.

Houve quem chamasse a atenção para a necessidade de haver muito mais investimento no interior do país. Grosso modo, no litoral, em 1/4 do território, estavam fixados 2/3 da população, indo-se nele gastar 3/4 do PIDDAC... Não era rigorosamente assim, mas a tendência ia nesse sentido. Era nessa faixa que se punham os maiores problemas. Mas, em matéria do FEDER, 70% aplicaram-se no interior. Tínhamos, compreensivelmente, muitas insistências para investir onde as necessidades ocorriam. Mas lançávamos mão das operações integradas de desenvolvimento para ir adiante dos acontecimentos e não a reboque; por isso tínhamos tantas a decorrer e lhes dávamos muita atenção.

Em matéria de receitas das Autarquias Locais, os Deputados do partido do Governo não atendiam às razões invocadas para limitar as transferências. Alinhavam com convicção com os da Oposição. Quando muito, ficavam calados... Houve quem solicitasse uma nova reunião, para debater com mais profundidade toda a questão das receitas municipais e interligá-las com as ajudas comunitárias. Mas houve, como de costume, algumas intervenções regionalistas: o hospital daqui, a estrada de acolá... Houve, também, quem quisesse saber em que pé é que estavam as coisas quanto à nova travessia do Tejo.

O Conselho Superior de Estatística, naturalmente encorajado pela nova capacidade de realização do Instituto Nacional de Estatística, havia sugerido que ele fizesse muitas mais coisas do que o habitual. E todas seriam, seguramente, utilíssimas. Mas nós já vínhamos a afectar uma verba crescente à instituição, reconhecendo que ele tinha ganho esporas para se lançar em novos campos e com maior solidez. Mas não era possível proceder a uma mudança radical da situação, num só ano. O pior foi ter aparecido uma verba associada às recomendações do Conselho. Passou a ser o ponto de referência. Ninguém viu o crescimento da dotação em relação aos anos anteriores mas sim o diferencial que nos separava do montante indicado como desejável!... Devia-se ter imposto uma limitação ao Conselho: fazer recomendações mas não as quantificar... Era evidente que as recomendações faziam sentido e deveríamos ela-

borar um plano para ir incorporando no trabalho do INE algumas das propostas que haviam sido feitas. Como se compreende, estava fora de causa multiplicar por dois, num ano, a actividade do INE e os seus gastos. Foi uma sessão difícil!

Quando, por razões ligadas à data em que ocorrem as eleições legislativas (Outubro), desfasadas no tempo, das eleições municipais, se arrasta para o início do ano seguinte a discussão e aprovação do OE, pode dar-se o caso de as Câmaras terem elaborado orçamentos expansionistas baseados em tendências de evolução do passado; quando, por razões macro-económicas ou de envolvente internacional, o OE se vê condicionado a fixar as transferências em níveis mais baixos do que os esperados, há grande probabilidade de se criar embaraços não desejados a quem tem que se acomodar em orçamentos mais restritos. É por isso que eu sou muito a favor de que as eleições legislativas se realizem em Junho de modo a que as datas fixadas para a elaboração do OE sejam cumpridas e se chegue a Dezembro com os orçamentos (nacional e locais) todos aprovados, dando-se início ao novo ano com tudo definido e em vigor.

*

Como já referi, desde 1985 que vivíamos a controlar o valor da inflação que era, então, muito elevado. Em 1992 foi introduzido um novo índice, de acordo com os inquéritos efectuados ao consumo; ele mostrava, de modo claro, a tendência decrescente da inflação. Fui muito cumprimentado por isso!... mas eu não tinha feito nada para que ele descesse... Haviam sido os Portugueses a fazê-lo!...

No dia 15 de Fevereiro tinha sido assinado um Acordo de Concertação Social. Foram dadas instruções para que, em todos os ministérios e naquilo que lhes dissesse respeito, se zelasse pelo cumprimento escrupuloso do que havia sido estabelecido. Por outro lado, tinha havido a descida do IVA para algumas empresas que forneciam serviços. As tarifas respectivas deveriam descer do mesmo valor percentual e no mesmo dia em que se operasse a primeira, quer dizer, no dia 1 de Abril, quando o Orçamento de Estado entrasse em vigor. Em Fevereiro nós tínhamos a consciência de que se jogaria nos seis meses seguintes o que iriam ser os quatro anos de legislatura em matéria de aproximação ao Sistema Monetário Europeu. Não podíamos, por isso, abrandar a atenção.

*

No dia 21 de Fevereiro recebi o Ministro francês Paul Quilès, do Equipamento, Alojamento, Transportes e Espaço.

Não há nenhum país na Europa que tenha tanta imaginação como a França para compor os nomes dos seus ministérios. Este é apenas um entre muitos outros onde a criatividade se une à política para fazer sentir ao Cidadão que o seu governo vela por todos os aspectos da sua vida e se preocupa com tudo!

*

No dia 25 de Fevereiro fui a Madrid para me encontrar com dois colegas, o Ministro Josep Borrell e o Ministro Javier Solana, o primeiro das Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente e o segundo da Educação e Ciência.

Comecei com Borrell. Achava importante que definíssemos em conjunto as nossas políticas territoriais. Estavam a trabalhar num plano de ordenamento do território, vias de comunicação e meio ambiente a que atribuía muita importância. Teriam um plano geral de infraestruturas pronto até ao verão e para entrar em operação no período de 1993-2007. Queria verificar connosco algumas delas antes de as propor ao governo, por causa das implicações que pudessem ter no nosso território. Como problemas principais com que se debatia tinha o que chamou o “problema brutal da água” e a desertificação, nomeadamente a perda de equilíbrio natural das costas que só uma florestação poderia resolver. Ao problema integrado da água estava a dar a maior atenção. Aí se cruzavam alguns problemas com a nossa situação, nas bacias do Douro, Tejo e do Guadiana. Levantou o sensível problema dos “transvases” entre bacias. Dizia que os rios mediterrânicos em Espanha não dispunham sequer do caudal ecológico. Sabia que aquele tópico era sensível para os Portugueses; por isso, queria que os discutíssemos entre nós os dois, evitando que o tema passasse extemporaneamente para a esfera pública. Em relação às infraestruturas de transportes estaria, daí a um mês, em posição de ter uma reunião. O TGV Madrid-Sevilha era um eixo importante, mas tinha de se inserir numa rede que viesse a cobrir todo o território Espanhol; os passos seguintes seriam em direcção à Catalunha e ao País Basco. Estavam dispostos a jogar a “cartada” dos caminhos-de-ferro como prioridade. Gostariam de tornar a rede mais rentável por via do seu prolonga-

mento para Portugal. As auto-estradas prosseguiam, mas o território espanhol era muito extenso e, por isso, ficar-se-ia sempre aquém das necessidades. Queriam vir a dispor de 3.500 km de auto-estrada sem portagem. Enumerou uma longa série de eixos que já estavam a andar ou pelo menos decididos.

Em relação aos regulamentos comunitários respeitantes ao fundo de coesão não queria divisões entre transportes e ambiente (eu imaginaria que, com tão tantas iniciativas nos transportes, seria bom que os dinheiros viessem sem distinção... o ambiente é que seria diferido ...) já existia “un borrador” na Direcção-geral da Política Regional mas, pelo que sabia, ele não lhe agradava muito... Por alguma razão a Comissão queria fixar em 50% para os transportes e 50% para o ambiente as verbas da Coesão.

Falámos depois sobre o montante total dos fundos que havia que tentar maximizar. E fixámos um calendário para os nossos próximos encontros.

Depois, a conversa foi com Javier Solana, uma personalidade muito diferente da do meu interlocutor da manhã. Sempre bem-disposto, de uma cultura fora de comum, este professor de Física, doutorado na Universidade de Virgínia, tornou-se, depois, muito conhecido por ter tido o encargo da política externa da União Europeia. Naquela altura ainda não se sabia que teria tão altos voos. Mas era sempre agradável “praticar” com ele.

A aprovação do 3.º Programa-quadro de Ciência e Tecnologia tinha sido difícil. Nós deveríamos ter muita atenção para que a política de I&D em vez de ser de convergência passasse a ser de divergência. Isso aconteceria se só fossem apoiados os países mais avançados nos seus projectos muito à frente dos outros. Não se tratava de travá-los, mas de não nos deixarmos atrasar. A política de I&D na Comunidade já era a terceira, em termos financeiros, o que significava muito. Deveria atender-se a outros sectores, além da indústria; tinha que se olhar por domínios como a Saúde e as Pescas que tão carecidos estavam em matéria de conhecimentos. Na dupla “I más D” dever-se-ia dar uma atenção especial às ligações do D às PME. Ele estava contente com o programa BRITE-EURAM que se interligava bem com o tecido empresarial espanhol.

A coesão não se resolvia somente com fundos especiais. Tinha que haver uma política transversal que atravessasse todas as políticas, assegurando a coesão nos

diversos sectores. Era uma questão de método de abordagem: em todas elas se punha a questão da coesão e coesão, para ele, significava apoio nas áreas em que houvesse aproximação potencial. Achava que o “documento Pandolfi” era muito orientado para grandes projectos ligados à Indústria. E nós não éramos beneficiados por essa grande escala. Deveríamos reclamar mais atenção para as PME. Teria de haver maior articulação entre os muitos programas existentes, nomeadamente entre o Programa-quadro e o EUREKA. Eram distintos, mas deveriam coordenar-se entre si.

Deveríamos lutar para conseguir mais recursos para o 3.^o Programa-quadro, em 1993 e 1994, porque a revisão a efectuar brevemente já deveria contar com eles. Tal como eu, ele era a favor de um “rolling program” em que se mantivesse o horizonte, mas se introduzisse, frequentemente, novas informações e, num sector em expansão como este, novos recursos também.

O Secretário de Estado, Rojo, também estava presente e era muito activo. Lembrou que os programas da DG XII estavam a evoluir de forma mais lenta do que os da DG XIII; isso também traduzia alguma diferença de apoio material; era a última que beneficiava, sistematicamente, dos aumentos dos recursos. Era preciso assegurar que os grandes projectos finalistas não fossem muito frequentemente os da Siemens e os da Philips. Havia muitos outros a merecer apoio; os regulamentos não deveriam fazer afunilar a escolha sempre para os grandes “gigantes”... Nenhum de nós era a favor do estabelecimento de quotas; insistíamos que era preciso salvaguardar, em todas as circunstâncias, a qualidade dos projectos que eram apoiados. Os países da EEE eram, naturalmente, bem-vindos, mas deveriam pagar a sua contribuição para os programas ou projectos em que quisessem entrar.

Os três partilhávamos do interesse pela Bioética. Havíamos participado em reuniões variadas dos ministros europeus. Entendíamos que tinha chegado a altura de se aprofundar mais os temas antes de fixar orientações políticas; por isso iríamos recomendar que houvesse novas reuniões de peritos que desenvolvessem os assuntos que haviam tratado e apresentassem sugestões acerca do modo de os traduzir em regulamentos ou de apoiar certos desenvolvimentos propostos. Estas coisas tinham repercussões em muitos lados, nomeadamente no conteúdo do Có-

digo Penal; havia um novo em Espanha em preparação e já atenderia aos delitos informáticos e do domínio bioético.

Javier Solana sempre deu mostras de ser um espírito construtivo e um negociador infatigável, como se viu depois em Bruxelas. Era um colega com quem sempre tive gosto em estar.

*

Em finais de Fevereiro de 1992 a situação da Jugoslávia estava explosiva. Os “capacetes azuis” das Nações Unidas iriam para a Bósnia-Herzegovina. Lord Carrington, um prestigiado político britânico, foi designado para encabeçar uma missão de paz que não teria grande sucesso. Em relação ao Médio-Oriente, decorria uma conferência que se desmultiplicava em reuniões bilaterais e multilaterais; com poucos ou nenhuns avanços... Em relação à antiga União Soviética, a situação seria discutida numa conferência em Lisboa; analisavam-se as competências da Comissão e do Conselho em relação à posição a adoptar; mas, para nós, as coisas estavam claras: seria a Comissão a preparar o dossier e o Conselho, assumindo as suas responsabilidades e a tomar a decisão. Especialmente os países do Sul (Portugal, Espanha e França) estimavam muito as suas relações com o Magreb; nós tínhamos laços históricos especialmente com Marrocos com quem estava em negociação um acordo de pescas, essencial para os nossos empresários do sector; havia em afinação um acordo para a definição de uma zona de comércio livre entre a Comunidade Europeia e Marrocos; e isso era fundamental para nós, porque, sem ela, seria difícil chegar a um acordo em relação às pescas; Marrocos considerava-se como uma espécie de fronteira sul da Comunidade Europeia; não deveriam ser frustrados nessa ambição; socorrer-se-iam de todos os argumentos (ou “instrumentos”) que tivessem ao seu alcance e as pescas constituíam um dos poucos que eles poderiam usar; todavia, para nós era muito importante, pois havia cerca de 1.300 pescadores do sul do país a depender dos pesqueiros da costa marroquina. Na Argélia as coisas já se anunciavam más por causa dos fundamentalistas; além do gás que eles nos forneciam havia uma grande variedade de empresas com negócios no país; não nos interessava nada que ele entrasse em agitação. Iria ter lugar em breve uma reunião com representantes da Tunísia,

tendo em vista a cooperação entre os dois países. Tinha havido uma reunião da chamada conferência de S. José, com países da América Latina; segundo nos foi transmitido, o trabalho dos nossos peritos havia sido considerado como excepcional. Tinham-se iniciado as reuniões pós-Maastricht, para dar seguimento ao muito que havia sido decidido. Nós estimávamos a ideia da criação do Espaço Económico Europeu, integrando os países da EFTA; mas o Tribunal de Justiça Europeu, no seu parecer, disse que algumas das disposições propostas para o fazer eram inaceitáveis; voltou o assunto ao ponto de partida, tendo-se realizado, posteriormente, nova consulta ao Tribunal, depois de ajustados os pontos que tinham merecido reparos. Em relação ao “Paquet Delors II” havia algumas opções que se exerciam, particularmente através de alguns ministros; foi tomada a decisão de centrar a discussão exclusivamente ao nível político; especialmente, deveria evitar-se falar em números, porque era isso que estava a estragar tudo; dever-se-ia chegar a acordo em termos de princípios e só depois quantificar as acções, conservando a disponibilidade para promover situações de equilíbrio; nada mais prejudicial do que definir montantes e, pior ainda, estabelecer chaves de repartição... O Presidente Delors tinha-se empenhado pessoalmente no assunto; mas a Alemanha, a braços com uma reconstrução interna, não era favorável ao aumento de gastos, mesmo em domínios relativamente aos quais quase ninguém discordava; o pior eram os números ... Por outro lado, tínhamos informações de que havia alguns Ministros das Finanças da Comunidade que olhavam “gulosamente” para os fundos correspondentes; gostariam de ter uma “mãozinha” sobre eles... por isso, havia alguns que propunham que a discussão se fizesse no ECOFIN... Deveria insistir-se em que o “Paquet” era uma mera consequência do que tinha sido resolvido em Maastricht. Falava-se já muito na supressão dos controlos nas fronteiras; mas isso punha muitos problemas ao Reino Unido, nomeadamente porque os seus cidadãos não dispõem de nenhum documento de identificação; têm os passaportes, mas isso é para atravessar fronteiras...; mantinha-se, todavia, o objectivo de eliminar os controlos nas fronteiras em 1 de Janeiro de 1993. O Vice-presidente Bangeman tinha anunciado recentemente que estavam a trabalhar afanosamente nos esquemas directores das redes transeuropeias dos transportes, energia e telecomunicações; só vieram a ser aprovadas em 2013! Mas estava, des-

de então, definido que, em relação às que fossem aprovadas, haveria condições de financiamento preferenciais. Havia a chamada European Round Table onde se discutiam muitos temas comunitários; parecia-nos que ela poderia desempenhar as funções de observatório dessas redes. Muita gente na Comunidade queria ver definida a chamada “patente europeia” mais barata do que a patente universal; mas o tema tinha sido objecto de um bloqueamento que não se entendia; talvez fosse interessante retomar o tema, durante a presidência portuguesa.

As negociações do Uruguay Round não estavam a conduzir a nada de positivo. Como elas eram feitas no âmbito do GATT, adaptaram as últimas letras a uma graçola, passando a chamar-lhe o General Agreement for Talks and Talks; quem estava a dificultar muito as discussões eram os Estados- Unidos; mas, especialmente a nossa indústria têxtil penava com as delongas. Havia já a Convenção de Dublin sobre o asilo, mas subsistiam interpretações imprecisas sobre os conceitos; era necessário desfazer ambiguidades; nós iríamos ratificá-la, todavia, também queríamos que tudo fosse esclarecido.

O alargamento da Comunidade era um tópico sobre a mesa. Quem mais insistia nele eram a Alemanha, o Reino Unido e a Holanda, todos países exportadores com vontade de alargar a sua área de influência. Também eram os que mais se opunham ao “Paquet Delors II”. O compromisso teria de ser obtido jogando com esses dois factores.

*

Em 4 de Março recebi o Encarregado de Negócios do Irão que me vinha solicitar apoio para contactos com empresas de construção civil e de obras públicas, com estaleiros navais, com agro-indústrias, com empresas de produtos farmacêuticos e de exploração de hotéis, com empresas de ar condicionado e com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil. O Irão era um país aberto à actividade de todas elas e ele queria que soubessem as muitas oportunidades que lá as aguardavam... Logo estabeleci alguns contactos com as associações respectivas com as quais ele poderia combinar reuniões tendo em vista a organização de missões ou o acesso a concursos que viessem a ser feitos.

Como eu tratava com simpatia os chefes de missões que encontrava em actos oficiais, alguns deles vinham solicitar-me contactos que não conseguiam fazer através das vias previstas para o efeito. Os Embaixadores do Irão eram um desses casos. Houve um deles que queria mesmo que eu visitasse o seu país com vista ao estabelecimento de laços de cooperação que trariam benefícios enormes às duas partes. Eu agradeci, mas nunca fui, obviamente. Essa função estava reservada a outros Colegas meus. Mas, de vez em quando, lá pedia ele a sua audiência que decorria sempre com o maior rigor formal e, devo dizer, com grande simpatia mútua. Eu imaginava que ele se deveria aborrecer imensamente em Lisboa, onde não procurava qualquer forma de encaixe; suspeito que também não insistia muito em compreender quem nós éramos. Cumpria as suas funções com grande dignidade. De uma das vezes, o meu Chefe de Gabinete, por qualquer razão não pode ir acolhê-lo à porta do Ministério e encarregou dessa função uma minha adjunta, jurista muito bonita e segura dos seus dotes. Estendeu a mão ao visitante que, sorrindo-se com benevolência, lha recusou dizendo: “We respect ladies, but we do not touch them”. Lá subiram as escadas com ela em estado de choque! Depois de eu me ter despedido dele, quando regresssei ao gabinete, uma das minhas secretárias veio em pânico avisar-me de que a doutora não tinha conseguido deixar de chorar convulsivamente depois de ter sido tratada daquela maneira e estava num estado de nervos que só eu poderia sossegar. Lá tive que passar uma boa meia-hora a dissertar sobre as diferenças culturais e de costumes. Mas não a convenci! A solidariedade entre senhoras que trabalhavam nas imediações operou milagres, mas ela insistiu em vir pedir-me que nunca mais a designasse para funções tão penosas. Sem necessidade de nenhum despacho escrito, a orientação passou a NEP (norma de execução permanente): só o Chefe de Gabinete poderia ir acolher os Embaixadores, fossem eles de onde fossem...

*

Em princípios de março já estavam aprovados o Orçamento de Estado e as Grandes Opções do Plano e haviam passado pouco mais de cem dias sobre a tomada de posse do Governo. Era, assim, uma boa ocasião para avaliar como tinha decorrido esse período. Eu não sei de onde é que vem este hábito, porque os “Cent

Jours” de Napoleão, regressado da ilha de Elba e antes de perder definitivamente o trono em Waterloo, têm uma natureza totalmente diversa!... Mas ganhou-se o costume de fazer uma avaliação aos cem dias, o que só permite aferir o tom geral e não apreciar nenhuma acção específica em particular. Mas o Primeiro-Ministro pôs-nos a todos nós uma série de perguntas retóricas mais para reflectir do que para responder à letra:

Tinha sido bem utilizado o nosso tempo? Que medidas de fundo haviam sido lançadas? Ou que já estavam preparadas? Qual o calendário para as executar? Era cada um de nós que estava a conduzir a nossa agenda ou estávamos a ser levados pelos outros ou pelas circunstâncias? Quais tinham sido os erros e as omissões detectados? Como se processava a articulação interna entre o Ministro, os Secretários de Estado e os Directores-gerais? E como se processavam as relações com os outros ministérios? E como se tomavam as decisões dentro de cada ministério: por iniciativa do Ministro ou por empurrão dos Directores-gerais? Já tinha o Governo adquirido a velocidade de cruzeiro ou ainda estava em fase de preparação? Como é que era feita a gestão pública, dentro de cada ministério? Tinha sido possível antecipar os acontecimentos? Ou só se estava a reagir a eles posteriormente? Estava a mostrar-se capacidade de iniciativa e de comando das situações? E como estava a passar-se a relação com a comunicação social? E com as elites sectoriais? Estaríamos a experimentar dificuldades de comunicação? Porque as mensagens eram rebuscadas por ignorância, subestimação das situações ou por outros erros?

As perguntas eram muitas mais! O que é que o levou a fazê-las? Envolver todos para poder enviar recados a alguns ou porque sentia que estava a haver dificuldades de afinamento de tom?

É evidente que, no que me dizia respeito, eu tomei a lista de perguntas muito a sério e procurei ver, na apreciação implícita que estava a ser feita, se o carapuço se enfiava expressamente na minha cabeça... Mas constatei que estava de acordo com ele no método. É preciso estar sempre a interrogarmo-nos acerca da nossa maneira de actuar, porque a rotina do dia-a-dia faz abrandar a atenção com que devemos tratar de tudo. Há riscos de manifestação de impaciência que têm de ser combatidos todos os dias. Conservamos, naturalmente, o nosso direito de perder a paciência, mas nessas circunstâncias, o melhor é pedir escusa e ir-se embora.

Eu fi-lo uma vez. Mas, se o balanço for no sentido de ficar, então não pode haver meias-posições; a atenção tem de ser total, devendo o ministro ser o foco de propulsão do ministério; todos devem saber que assim é.

A lista de perguntas que conservo era, afinal, um instrumento de “monitoring” para nos levar a reflectir tanto sobre o que estávamos a fazer como sobre o estilo com que o fazíamos. O acompanhamento da acção tem de ser permanente, nos resultados obtidos, na forma de fazer as coisas e na imagem que de tudo se projecta para fora. Porque o destinatário da acção é o público. Ele é que deve receber uma imagem correcta do que fazemos. Mas somos nós que determinamos o que é feito.

*

A reforma administrativa era um assunto recorrente nas reuniões do Conselho de Ministros. Ninguém acreditava nos méritos de uma reforma global. Ela já havia sido tentada, para desespero dos ministros que assumiram a pasta, quando ela existia. O melhor era ir resolvendo casos concretos de inovação administrativa, tal como vinha sendo prática da Secretária de Estado Isabel Corte-Real, um modelo de atenção aos problemas e sua resolução; ela era firme e persistente; mas era evidente que tinha de ter a “cumplicidade” de cada ministro para actuar na área de cada ministério. O tema subia com frequência ao Conselho; o Primeiro-Ministro mostrava uma grande preocupação com a falta de modernização da Administração Pública. Queria que, nos diversos sectores, se pusesse alguém de fora a olhar para dentro dela e produzisse sugestões para a sua modernização que fossem apreciadas pelo público. Incitava-nos a conservarmos a nossa insatisfação com a Administração, porque ela reclamava uma enorme adaptação de processos às necessidades que se iam manifestando. O contingente de funcionários públicos era, então (1992), de 450.000! Quase meio milhão! Não era só o que ela custava. Era sobretudo o que não resolvia, tardava a resolver ou resolvia mal. A modernização administrativa deveria constituir uma preocupação permanente.

*

O Governo era social-democrata, mas havia dentro dele uma corrente mais conservadora e outra mais progressiva. Eu penso que me encaixava na segunda.

Por isso fazia algumas propostas que eram impiedosamente sovadas por alguns membros da primeira.

Em 5 de Março de 1992 voltou à baila a questão da hora, em relação à qual eu recebia queixas frequentes dos exportadores e experimentava, todos os dias, as dificuldades dos desajustamentos dos novos horários e hábitos com os da Administração Comunitária. Nesse dia o Primeiro-Ministro resolveu discutir o assunto em Conselho, pedindo-me para apresentar o tema. Quando acabei veio o bombardeio dos oponentes: que havia grandes Estados federais com vários fusos horários no seu território e ninguém morria por isso; iríamos passar a ter um desfaseamento de 2 horas com os Açores, o que era insuportável (argumento contraditório com o primeiro...); não existia nenhuma hora europeia, mas antes uma hora dos países do centro da Europa que abrangia somente 66% da população da Comunidade; que a mudança induziria a “espanholização” da nossa vida; que a nossa hora já representava uma hora de avanço em relação à hora solar; que a mudança correspondia a uma interpretação forçada da nossa vontade de integração na Comunidade; que estavam mais em causa os hábitos do que as horas; que iríamos desafectar-nos da nossa posição geográfica; que havia que aprofundar estudos de longitude e latitude...

Devo dizer que, depois da rajada de críticas, fiquei na dúvida relativamente à minha própria exposição!... A “espanholização” potencial dos nossos hábitos ultrapassava-me absolutamente... Alguns vieram em meu auxílio: os exportadores queriam, realmente, a mudança da hora; ela contribuiria para uma poupança de energia da ordem de 1%; a segurança das crianças lucraria com mais tempo de luz do dia à tarde do que de manhã, porque os pais habitualmente os levavam à escola... O Primeiro-Ministro, estou convencido, queria a mudança da hora, mas não estava disponível para suportar uma campanha na imprensa a exagerar as diferenças de pontos de vista dentro do Governo. Por isso encarregou-me de fazer um inquérito junto das entidades como: as associações de pais; as associações empresariais; os partidos políticos; a CIP, a CAP e a CCP; as duas Associações Industriais, a UGT e a CGTP; e a ANMP. Com esta incumbência se pode dizer verdadeiramente que “chutou para canto”, como agora se ouve muito na televisão, mesmo quando se discutem assuntos não futebolísticos. Os inquéritos nunca fo-

ram feitos e nós mantemos a “hora velha”... e, patrioticamente, lutamos, com vigor, contra a “espanholização” dos nossos hábitos...

Um dos atributos que um candidato a ministro tem que ver se tem é “pachorra”... Porque vai precisar muito dela...

*

Em sempre convivi com colecionadores. São uma “raça” interessante! Os que tomam a sua “inclinação” a sério costumam desenvolver conhecimentos muito profundos acerca do “ramo” que lhes interessa e são, correntemente, pessoas com quem é agradável falar e com quem se aprende coisas que não vêm nos livros.

Eu conhecia, desde há muito, o Arq. Luís Pádua Ramos, sabendo das suas múltiplas colecções; desde móveis e marfins indo-portugueses até vidros Lalique, Gallé e Baum, passando por bonecos de barro da Rosa Ramalho, ele colecionava tudo! Como não dispunha de uma grande fortuna, embora fosse um profissional com muito sucesso, um dia, atrevidamente, perguntei-lhe como era possível sustentar uma tão grande e variada actividade colecionista. Respondeu-me com a maior naturalidade: começando a colecionar as coisas antes dos outros e de o ramo se ter tornado moda. Por isso, foi acumulando colecções inestimáveis. Numa exposição de pratas do século XX do Porto que organizei em S. Paulo, beneficiei desse poder de antecipação que o fez acumular vários serviços de chá Art Déco e outras peças da época numa ocasião em que, quem as tinha as mandava derreter para fazer outra coisa qualquer. As peças sobressaíam na exposição pela qualidade do “design” e da execução. Na véspera da minha partida para o Brasil e logo que me chegou a primeira remessa dos catálogos mandei entregar-lhe em casa um exemplar. Já muito débil, soube que ele o folheou sorrindo. Morreria daí a dois ou três dias. Mas, muito antes, ele veio ver-me, no dia 7 de Março de 1992, porque queria organizar uma exposição de que já tinha o título – “As Artes do Fogo” – composta por peças da sua colecção, de vidro, faiança e porcelana. Objectos antigos, mas também contemporâneos, da mais alta qualidade estética e perfeitíssimos, sem fissuras, nem “craquelé”, nem esbotenadas. Ele era, além do mais, um perfeccionista; peça “ferida” era peça afastada ... A exposição estava já toda organizada, não só na cabeça dele, mas em papéis e fotografias que trazia consigo. Mostrou os elementos que estavam

numa pastinha com a maior modéstia, quase pedindo desculpa por ser tão insignificante. Eu, que ando há muitas décadas neste meio e tenho um conhecimento mínimo destas coisas, fiquei boquiaberto com o que vi. Queria mostrá-la em Lisboa, mas não sabia onde seria mais adequado. Sugeri-lhe o Museu do Azulejo. O azulejo é, também, uma “arte do fogo” e o seu museu está alojado num edifício belíssimo, nessa ocasião (1992) ainda pouco conhecido. Hoje é frequentadíssimo por nacionais e estrangeiros e justifica bem uma expansão, porque é o maior museu do azulejo do mundo. O Museu Nacional da Cerâmica holandês, em Leeuwarden, é exaustivo e muito pedagógico, mas nem está alojado numa construção tão impressionante nem é só de azulejo. O nosso impõe-se, naturalmente.

Ficou contentíssimo! As exposições tiveram lugar em Lisboa e no Porto. Como eu não queria ferir susceptibilidades protocolares disse-lhe que não iria à inauguração, mas só no dia seguinte. Ficou tristíssimo! Propus-lhe ir vê-la na véspera, ao fim da tarde, depois de o museu ter fechado. Foi um privilégio! Durante mais de duas horas percorri todas as estantes, ouvindo a história individual de cada peça e as razões por que ela figurava naquela posição e não noutra. A exposição, além de ser esteticamente insuperável era, também, muito didáctica. Ao ouvi-lo estava-se a acompanhar a evolução da tecnologia do vidro e da cerâmica (faiança e porcelana) ao longo dos últimos séculos e através de peças escolhidíssimas. A exposição teve um enorme sucesso como se pode adivinhar pela leitura do seu catálogo.

Os colecionadores são “animais especiais”!... Eu só sou “arraçado” de colecionador mas, talvez por isso, sinto-me bem na sua companhia. O Arq. Luís Pádua Ramos, além de um profissional distintíssimo, era essencialmente, um colecionador compulsivo e informado. Ainda hoje me sinto satisfeito por ter contribuído para a sua realização como colecionador e, afinal, para a felicidade dos muitos que tiveram a oportunidade de ver as suas peças e de aprender com o ordenamento que ele delas fez e com o saber que generosamente insistia em partilhar.

*

Em meados de Março de 1992 estávamos particularmente preocupados com os níveis anormalmente baixos das reservas hídricas. Não tinha chovido suficientemente durante o Inverno, de modo que o nível das águas nas albufeiras era menos

de metade do habitual para a época do ano. Por outro lado, a humidade no solo apresentava-se com níveis baixíssimos: menos de um terço da média considerada como normal para o mês de Março. Se não chovesse nas próximas duas semanas seria um desastre enorme. No sector animal, com as pastagens queimadas ou secas, não haveria alimentação e, por isso, tudo teria de ser feito à base de rações; subsistia ainda a questão da própria água que escasseava a olhos vistos. As culturas de inverno estavam comprometidas por as plantas secarem à míngua de água. As culturas de regadio, como o milho, o girassol e o tomate corriam o risco de não se poderem fazer; ora elas eram estratégicas para nós. A situação tinha passado de preocupante a alarmante. Tratava-se de uma das maiores secas dos últimos cem anos. O lindo céu azul de Portugal estava a comprometer a vida de muitos Portugueses. Havia algumas respostas mitigadoras dos efeitos. Mas tudo custava muito dinheiro. E era evidente que nada estava seguro; os lavradores não tinham esse hábito; as companhias de seguros fugiam do sector quanto podiam... a nossa propensão para a imprevidência fazia-nos ter de arcar com as consequências na totalidade da sua dimensão.

*

Sabendo das sensibilidades que se despertam quando, no exercício da presidência do Conselho de Ministros da Comunidade não se visitam os nossos homólogos, eu decidi tirar cinco dias para fazer um “périple” europeu. Fui no domingo para Roma, começando na 2^a feira de manhã, dia 16 de Março, a conversa com o Ministro Pier Luigi Romita, com quem já me havia reunido algumas vezes. Ele era, nessa ocasião, Ministro per il Coordinamento delle Politiche Comunitarie”, no VII Governo Andreotti. Antes disso, tinha sido ministro de várias outras pastas, com Andreotti, Forlani e Craxi. Era uma grande figura da política italiana e um modelo de afabilidade. Fiz a minha exposição introdutória e depois deixei-o falar; era para isso que eu lá tinha ido.

Disse que eu havia referido coisas que ele já conhecia e outras novas que ele entendia deverem passar a figurar na agenda do Conselho. Deveríamos clarificar o Fundo de Coesão, nos seus objectivos, regras de funcionamento, financiamento, articulação entre países beneficiários e outros que o não são. Preocupava-o a

regulação dos efeitos dos fundos nos países vizinhos. O ordenamento do território havia sido a questão fundamental dos nossos encontros anteriores; ele achava que o tema deveria permanecer nas nossas preocupações, na perspectiva da construção do Mercado Interno. A questão dos fundos estruturais era mais geral. Recomendava a constituição de uma rede de observatórios do ordenamento do território que permitisse a sua coordenação. Era preciso proceder à recolha de dados e comunicá-los aos outros (Hoje, tudo isto é fácil; mas, naquela ocasião, o uso da “net” não estava generalizado...). Queria que se associassem os países vizinhos não pertencentes à Comunidade. A rede das grandes cidades europeias era fundamental para se estruturar o espaço comunitário; deveríamos tê-las sempre presentes. O Sul da Europa representava uma ponta de lança sobre o Magreb; deveríamos olhar com atenção para a bacia mediterrânica. Ao mesmo tempo e face aos acontecimentos recentes, impunha-se que se olhasse, também, em termos idênticos para os países da Europa de Leste vizinhos da Comunidade. Deveria procurar-se um equilíbrio entre o Sul e o Leste. Tinham reflectido já sobre este tema; mandar-me-ia uma versão, em italiano, das suas reflexões. Em relação aos objectivos tradicionais da integração europeia, achava que o 3 e o 4 poderiam ser unificados, o 1 deveria manter a sua individualidade, bem como o 5a), quanto ao 5b) poderia desvanecer-se um tanto. Em relação às formas de proceder (“procédures”) entendia que todos nos deveríamos concertar para limitar o poder da Comissão e, por conseguinte, da sua Administração; as decisões unilaterais tinham provado estar muito desligadas das políticas dos Estados-membros; as negociações deveriam passar-se no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio; uma vez este aprovado, não deveria haver mais interferências. Gostaria que as “iniciativas comunitárias” fossem reduzidas; levaria mais tempo, mas as parcerias com os Estados-membros davam maiores garantias de segurança. Defendia o “euro-partenariat”, particularmente no campo das empresas; a política industrial havia sido abordada em Maastricht; deveríamos explorar as virtualidades da associação entre empresas europeias. Mas o facto de querer menos iniciativas comunitárias não queria dizer que as que fossem avante não estivessem bem dotadas com meios expressivos; achava que elas deveriam ser poucas mas importantes, debaixo do ponto de vista dos meios a elas afectos. Não

gostaria de que todos os parâmetros fossem remetidos ou ligados ao PIB ou ao PIB/capita; achava que o desemprego deveria contar muito para a definição dos indicadores na base dos quais se estabeleciam as ajudas a conceder. Em relação aos observatórios a que se tinha referido, estavam a concluir um estudo de “exequibilidade” (feasibility) que me enviaria. Apostava muito nas redes de cidades complementares, apreciada essa complementaridade do domínio da informação, da investigação científica e dos transportes; era nestes três domínios que deveríamos concentrar a nossa atenção. Citou o exemplo de Ancona, nas suas virtualidades de ligação à Jugoslávia, nos campos das universidades e da cultura e o da iniciativa francesa de Mulhouse que se estendia para o outro lado da fronteira. Para ele era muito importante a ligação entre os fundos estruturais e o ordenamento do território. Deveríamos aperfeiçoar o documento Europe 2000 que, no seu entender, ia no caminho certo.

Depois fui ver o Ministro António Ruberti, antigo reitor da Universidade de Roma (“La Sapienza”), a maior universidade da Europa e Ministro da Ciência. Estava de acordo em que se fizesse logo uma discussão aprofundada do 4.º Programa-quadro de Ciência e Tecnologia, insistindo em que se ocupasse bastante tempo a definir os objectivos; estes deveriam ser poucos, mas concentrar meios importantes; se optássemos por fazer muitas coisas, fá-las-íamos mal. Estava de acordo com a prioridade a conferir à investigação pré-competitiva. Os projectos a apoiar deveriam ter objectivos muito claros. Seria bom que estabelecêssemos relações com o Programa EUREKA, porque isso nos conduziria mais depressa a resultados tangíveis; não deveríamos, por isso, criar um novo quadro de referência, diferente do EUREKA. A política europeia de desenvolvimento era outra coisa e ele compreendia que déssemos apoio à pesquisa científica como ajuda ao desenvolvimento; mas aí, a sede deveria ser outra que não a investigação científica; seriam os sectores respectivos a definir qual seria a investigação de que precisavam (agricultura, geologia, etc.). Deveria distinguir-se o programa-quadro focado na pesquisa pré-competitiva da política industrial que era outra fase do processo produtivo. Deveríamos estar preparados para atacar as dificuldades postas pela coordenação das políticas nacionais com a comunitária, no sector da Ciência e Tecnologia. Dever-se-ia, em primeiro lugar, coordenar as

próprias políticas nacionais e depois avançar para aquelas que já eram comuns (CERN, ESA, ESO, EMBO, EUREKA, etc.) A coordenação das políticas nacionais era um problema político e não administrativo. Era favorável a um aumento dos meios destinados à C&T, mas queria que isso acontecesse gradualmente, de modo a não haver desperdício. Mostrava-se favorável à cooperação do Norte com o Sul e com o Leste. Achava que eu deveria levantar, no nosso próximo encontro, no Luxemburgo, a questão da cooperação com os países da Europa de Leste. Achava que a Comunidade Europeia não se estava a mostrar à altura do grande desafio que lhe estava a ser feito. Observava que a iniciativa estava a vir dos Estados-Unidos e isso deixava mal a Europa. Achava que a situação da Ciência na Rússia era de catástrofe; não deveríamos deixar que isso acontecesse. Entendia que o nosso Conselho se deveria debruçar sobre o tema; dizia que a Comunidade Europeia estava a ser pouco generosa e pouco inteligente. A Academia Russa estava a atravessar uma crise de dimensões nunca vistas, necessitando, por isso, de um programa de emergência; não era uma situação do Terceiro Mundo!... mas antes a de uma comunidade científica muito avançada, em certos domínios. Não deveríamos perder a oportunidade para ser generosos. No que tocava às relações Norte/Sul, dizia que a política da Comunidade era a soma de doze políticas (tantas quantos os países-membros de então – 1992) e não a integração de doze políticas; ora, era esta que interessava! Julgava a burocracia de Bruxelas como muito afirmativa, não deixando margem para as nossas “recomendações”; mesmo assim deveríamos fazê-las. Queria um grande apoio para a biotecnologia, por causa da sua influência sobre a agricultura e sobre a saúde. O Ambiente merecia-lhe a maior atenção, numa perspectiva de prevenção e de terapia. Não se deveria considerar como investigação (“ricerca”) nem as redes de cálculo nem as de telemática; estas representavam meras estruturas de serviço. Eu não consigo transmitir para o papel a vivacidade com que tudo isto foi dito. Ruberti era um homem de pequena estatura e bem fornido de carnes; mas, quando se conversava com ele, só os olhos interessavam, porque tinham um brilho e uma profundidade inesquecíveis. Tudo isto a juntar a um sentido de humor invulgar. Ficava-se fascinado com a sua conversa. Por alguma razão havia sido reitor da maior universidade europeia!...

Fui ver, depois, o Ministro Calogero Mannino, “Per il interventi Straordinari del Mezzogiorno”. Já havia sido ministro quatro vezes no governo Gorla, Fanfani, de Mita, Spadolini e, nessa ocasião, no de Andreotti. Exibia uma energia extraordinária. Estimou saber que eu conhecia razoavelmente o Mezzogiorno e os seus problemas. Não podia ser mais italiano!... Se a Itália fosse excluída do Fundo de Coesão, teria de ser compensada nos fundos estruturais que deveriam ser objecto de uma nova chave de repartição. Para ele, mantinha-se a aplicação dos princípios de subsidiariedade e do partenariado. Havia, nessa ocasião, em Itália, um problema de finanças públicas que induzia menor disponibilidade para a formação das contrapartidas nacionais e, mesmo, para as intervenções directas. Chamou-me a atenção para o facto de existirem algumas regiões com problemas sérios de atraso no seu desenvolvimento; por isso olhava para o Quadro Comunitário de Apoio como uma estrutura adequada para uma intervenção extraordinária, mas muito necessária. Por isso as dotações para Itália não poderiam ser reduzidas. Queria concentrar o esforço em menos regiões. Não apreciava nada as iniciativas comunitárias; achava exagerada a fatia de 15% que a Comissão tirava aos fundos estruturais para as chamadas iniciativas comunitárias; via nelas pouco sentido. As regiões italianas que não conseguiam formar as suas contrapartidas vinham procurá-las junto das instâncias centrais (tal como em Portugal...). Disse-me que as autoridades regionais gostavam muito de ir a Bruxelas, na perspectiva de obter maiores participações; vinham sempre desiludidas; mas ele não queria, de maneira nenhuma, impedi-las de ir à Comissão expor os seus problemas; sabia, no entanto, que isso não levava à resolução do problema. Olhava mal para as tentativas de reforço dos poderes da Comissão; achava que, para isso, se deveriam definir critérios aprovados no Conselho de Ministros. Lamentou que o “Paquet Delors II” não referisse explicitamente a Política Regional, tal como fazia em relação à Energia e ao Ambiente (eu referi-lhe que estas me bastavam, porque eu conseguia meter muitas iniciativas neste âmbito que, afinal, eram de Política Regional; mas ele preferia que esta tivesse sido individualizada expressamente...). Atribuía grande importância às redes, mas via que elas não chegavam ao sul da Itália e isto não era bom para o seu país; não queria o isolamento do Mezzogiorno!... Não entendia que a Grécia pudesse ter

acesso ao fundo de coesão e a Itália não. Sublinhou a dimensão dos problemas postos pelos vales que compartimentavam o espaço de modo tão inconveniente ou, pelo menos, exigente pelos custos das infraestruturas necessárias para os vencer. Mostrou, sem equívocos, a sua decepção relativamente ao “Paquet” por não ver a Itália explicitamente beneficiada. Evidentemente, não referiu que o seu país era a quarta economia da comunidade e que as suas disparidades eram especialmente entre o norte e o sul e não entre médias nacionais e as dos outros países da Comunidade.

Fiquei a saber que a exclusão da Itália do Fundo de Coesão teria que ser contrabalançada com muitas outras ajudas, se não fosse possível, como me parecia, alterar a chave de distribuição do FEDER. De Roma passei para Bonn. No dia 18 de março comecei o meu dia com uma conversa com o Prof. Dr. Johann Eckhoff, Secretário de Estado no Ministério Federal da Economia e Tecnologia. Expliquei o meu título académico porque os Alemães são muito rigorosos a esse respeito (Um dia conheci um homem que tinha feito dois doutoramentos e que usava, sem qualquer hesitação, o título de Prof. Dr. Dr. ...). Ele era o membro do Governo Federal que seguia a questão dos fundos estruturais. Começou por dizer que o “Paquet Delors II” era “very inspiring”; havia ironia óbvia, na sua afirmação... A Alemanha pagaria uma parte da factura... Mas depois, mais formalmente, disse que a subsidiariedade era muito importante, debaixo do ponto de vista político. A sua aplicação tinha a ver com a própria estrutura política da Comunidade Europeia. Perguntava-se se o “Paquet” implicaria ou não mais poder para a Comissão, o que ele patentemente não aprovava. Para a sua aplicação seriam definidos critérios de elegibilidade ou listas de projectos? Entendia que se deveria começar por chegar a acordo em relação aos critérios e só depois passar à elaboração de listas. Seria difícil nós conseguirmos incluir todos os critérios relevantes; mas dever-se-ia reter o potencial de crescimento para remover os estrangulamentos. Se os países-membros entendessem mudar as regiões para as quais queriam apoio, deveriam poder fazê-lo (Já estava a pensar nos cinco novos Länder de Leste!...). A subsidiariedade, afinal, era uma decisão política. Apoiava o que eu lhe havia dito sobre a recuperação urbana (Novamente, o Leste na sua cabeça...); mas isso era função das cidades e não da Comissão Europeia.

Por isso, queria escolher os locais a reabilitar, mas não achava que a Comissão se devesse meter nem na selecção das cidades nem no que elas poderiam fazer. Estava de acordo com a proposta de calendário que eu lhe havia apresentado. Queria apreciar com detença as novas regras para os fundos e o seu novo enquadramento, em termos de União Monetária. Concordava que mais união monetária implicava mais Política Regional para reduzir disparidades internas. Deveria haver flexibilidade, tanto em matéria de preços como de salários. Em relação à União Monetária entendia que as taxas de câmbio não poderiam ser alteradas; donde a necessidade de flexibilidade no que respeitava aos preços e aos salários. Isso também se aplicava ao fundo de coesão. Havia uma área comum a que era muito sensível: a melhoria dos portos, através dos quais a Comunidade se relacionava com o resto do Mundo. Queria que passássemos a discutir, desde logo, a questão das redes transeuropeias, nas quais deveriam ser incluídas as telecomunicações. Mas privilegiava a integração das redes nacionais já existentes; achava mesmo que a maior parte da responsabilidade financeira para construir as redes deveria competir aos Estados-membros. Entendia que se deveria dar uma grande atenção aos problemas ambientais, particularmente nos sectores em que a poluição atravessava fronteiras, como era o caso do CO₂. Mas a questão tinha que ser atacada ao nível europeu e, simultaneamente, por via da cooperação entre Estados. Tinha a consciência de que seria muito difícil fazer programação no domínio do planeamento físico; dever-se-ia atender aos aspectos económicos da formação das cidades, nomeadamente no que tocava à construção de infraestruturas; mas, alertou, “não é possível fazer planeamento físico contra o mercado!”. Impacientava-o a hesitação na tomada de decisões a que se assistia muitas vezes; achava que ela se prolongava demasiadamente. Elogiou o sistema urbano alemão, bastante desconcentrado, o que era rigorosamente verdade. Aproveitei para sublinhar as suas causas históricas, o que lhe agradou por ver que ao seu interlocutor não era alheia a história do seu país. Punha dúvidas em relação ao acerto da concentração potencial de dinheiro público em Berlim, o que parecia, já nessa altura, ser inevitável. Como era comum, constatei que ele estava muito dentro dos assuntos, embora não frequentasse os Conselhos de Ministros em Bruxelas.

Fui, depois, encontrar-me com um outro membro do Governo, von Loewenich, mais ligado ao planeamento do desenvolvimento regional. Começou por dizer que apoiava o calendário que eu lhe tinha enviado, mas que gostaria de receber um papel com as perguntas que eu lhe tinha feito. Queria que fossem definidos critérios para estabelecer as regiões a apoiar (Era evidente que se havia concertado com o seu colega que eu tinha acabado de visitar...). Queria ver uma redução das iniciativas comunitárias para os assuntos em que a acção europeia fosse realmente relevante. Estava muito relutante em ver a renovação urbana passar a ter apoio (e intervenção potencial ...) comunitário. Achava que isso era matéria para os Länder, quanto muito para o nível federal; nunca para o europeu! Apoiava a ideia das redes transeuropeias, porque elas eram fundamentais e deveriam ser, oportunamente, estendidas para o Leste. A sua definição não deveria, contudo, ser feita com base no tráfico existente ou previsto mas em critérios de política regional. Recomendou-me que eu fosse visitar o Ministro Federal do Ambiente, Klaus Töpfer, porque achava que esta era uma área que merecia muita atenção; disse-lhe que o conhecia bem e que era um meu interlocutor habitual. Conhecia o documento Europe 2000 e o comité que havíamos criado para levar a bom termo as suas propostas; achava que ele era um bom instrumento de acção. A situação nos Länder de Leste foi obviamente focada; entendia que mais do que dinheiro deveria ser-lhes dado “software”; mas recomendou-me que não deixasse de falar deles no meu papel da presidência.

Fui, seguidamente, visitar o meu estimado Prof. Riesenhuber, Ministro Federal da Ciência, com quem passei em revista os temas que, habitualmente, tratávamos no Conselho de Ministros da Ciência. Tinha sido ele a colocar a nossa conversa no final da manhã de modo a irmos almoçar juntos; queria que eu lhe desse a minha impressão acerca de um vinho do Reno muito da sua preferência... Começámos pela questão das relações entre as PME e a investigação científica e a inovação dela decorrente. Propôs que defendêssemos uma avaliação do 2.º Programa-quadro, neste domínio; sabíamos o que havia sido gasto, mas não tínhamos os resultados práticos dessas aplicações. Era um tema difícil, deveríamos aprofundar o nosso conhecimento da situação. Achava que os procedimentos da Administração Comunitária eram demasiadamente complexos, nomeadamente

tendo em vista uma acção que, por natureza, deveria ser muito descentralizada. Achava que os empresários das PME eram “the most interesting people”. Mereciam por isso a nossa atenção. A coisa de que menos precisávamos era de mais administração em Bruxelas. Comparámos, de seguida, as vantagens e as debilidades dos programas horizontais e dos programas orientados. Queria que víssemos se poderíamos ou não definir meios de fomentar o “networking” dentro dos pequenos países. Não deveriam ser apoiados os projectos que, em qualquer caso, seriam executados. Entendia que havia um défice de projectos estratégicos (“flagship projects”). Achava que os diferentes países deveriam eleger as áreas em que poderiam ser fortes; cada país deveria ser tão forte quanto pudesse! Isso seria bom para ele e para os outros. Achava que deveríamos estar muito atentos aos Japoneses que não tinham grande reбуço em copiar os nossos avanços tecnológicos e lançá-los no mercado, miniaturizados ou de outra forma qualquer. Entendia que deveríamos fazer esforços para definir projectos estratégicos, verdadeiramente capazes de desbravar caminho. Achava que o JESSI era importante. Atribuía grande relevo potencial ao EUREKA, por ele corresponder a um “bottom-up approach” e lamentava que, nos últimos anos, não tivessem surgido grandes projectos EUREKA. Sobretudo, haveria que zelar para que não aparecessem propostas de origem política. Propôs-me que nos aplicássemos a definir as premissas nas quais devíamos basear os “flagship projects”. Sabia que isso não seria simples, mas acrescentava: “os problemas complexos reclamam estratégias complexas”. Deveríamos tornar a Europa, o mais forte que pudéssemos. E procurar a coesão, nomeadamente entre os países maiores e os mais pequenos. Falámos acerca das negociações do GATT e das consequências da investigação pré-competitiva. Deveria haver um maior entrosamento entre as políticas nacionais e as políticas comunitárias, de modo a ser possível tirar-se benefício dessa convergência. Era evidente que nós não poderíamos deixar de respeitar os Tratados, mas era nossa obrigação melhorar as condições da sua aplicação na prática. A coordenação era indispensável e a melhor forma de a fazer era complementar ou adaptar as políticas nacionais aos programas comunitários que aprovássemos. O resultado final seria, então, uma verdadeira política comunitária. A Comunidade Europeia não deveria representar somente uma fonte

de fundos, mas a via mais adequada para tornar a situação da Europa mais forte e competitiva. Achava que deveríamos fortalecer a cooperação com os países da EFTA, sem reservas. Seria bom, também, que cooperássemos com a Rússia, mas sem adoptar uma estratégia de “brain-sucking” que constituía, seguramente, uma tentação fácil porque os “cérebros” viriam a correr, mas desguarneceriam uma comunidade científica que, em certos domínios, era realmente muito avançada. Preferia que adoptássemos uma estratégia de constituição de redes, com a Europa de Leste e a Rússia, “enquanto a capacidade lá estivesse”... Achava que Portugal e a Espanha estavam em boa posição para estabelecer laços de “networking” com a América Latina. Falei-lhe na nossa vontade de reforçar em certos domínios a nossa cooperação com África (agricultura, saúde, recursos minerais...), mas não vi da sua parte, nenhum entusiasmo... Falámos muito na interligação entre os 3.º e 4.º Programas-quadro. Estava de acordo com a minha proposta de “cavalgamento” dos dois, devido ao atraso do primeiro e à necessidade de se avançar com o segundo. Queria que fosse feita uma avaliação financeira do 3.º Programa-quadro. Finalmente, abordámos a situação do JESSI que ele achava que estava sub-financiado, tinha potencialidades e não envolvia, adequadamente, os pequenos países.

De Bonn passei para o Luxemburgo, onde fui recebido por dois ministros no dia 19 de Março. O primeiro foi René Steichen, com a pasta do Desenvolvimento Rural e encarregado da gestão dos fundos estruturais; era evidente que, para eles, o mais importante era o FEOGA mas ele, aparentemente, coordenava todos.

Começámos pela situação das PME. Elas tinham grande dificuldade em chegar aos fundos porque a apresentação de candidaturas custava caro. Por isso a informação era tão importante. Apoiava o reforço da investigação, nomeadamente de base. Era a favor da coesão e defendia, com entusiasmo, a aplicação do princípio da subsidiariedade; não queria que fossem atribuídas mais competências à Comissão! A coordenação entre as políticas nacionais e comunitária revelava-se difícil; deveríamos aplicar-nos a promover a sua articulação. Iria haver aumento de fundos, mas recomendava que nos aplicássemos mais a definir projectos relevantes e verdadeiramente necessários antes de começarmos a discutir a “chave” de repartição desses fundos. Se esta precedesse

aquela corríamos o risco de acolher projectos sem interesse ou mesmo de não ter projectos. Nas relações com os países de Leste deveríamos ser afirmativos e protagonizar um esforço de aproximação; não poderíamos quedar-nos numa posição expectante. A respeito das relações entre o EUREKA e os Programas-Quadro não favorecia nenhum esforço de entrosamento; pelo contrário achava que se deveriam manter as distâncias, embora fomentando os dois; eram de natureza diferente e, por isso, deveriam manter-se separados; mas deveríamos procurar fórmulas para tirar benefício da rede do primeiro e dos fundos dos segundos. Todavia, seria aconselhável mudar as regras do EUREKA porque as actuais favoreciam, especialmente, as grandes empresas dos grandes países. Admitia que discutíssemos a estrutura do 4.º Programa-quadro, mas não achava que isso fosse uma prioridade porque ainda tínhamos muito do terceiro por executar. Atribuía a maior importância à difusão dos programas de investigação; queria, mesmo, que fosse fixada uma pequena percentagem (3% a 4%) de cada programa à sua divulgação; sem um conhecimento muito amplo, estaríamos a limitar a apresentação de candidaturas.

Pouco depois deste encontro, René Steichen foi nomeado Comissário Europeu para a Agricultura e Desenvolvimento Rural. Era um político muito respeitado no seu país e na Comunidade Europeia. Fui, depois, falar com o Ministro Brody. Começou por dizer que havia algumas reuniões informais dos ministros europeus que deveriam passar a formais, face à importância dos temas que tratavam. Tal era o caso do ordenamento do território e dos fundos estruturais. Era destes que ele se ocupava, especialmente. Incitou-me a que preparasse um documento com as conclusões da presidência, a respeito daqueles fundos e do fundo de coesão. Achava que o ministério que deveria “capitanear” o tema era o da Economia, ao qual, obviamente, ele pertencia. Passámos a analisar o “Paquet Delors II”; achava que ele deveria ser simplificado em matéria de procedimentos; para isso, o próprio “Paquet” deveria ser muito mais pormenorizado. Ao Luxemburgo interessavam especialmente os objectivos 2 e 5b); os outros, como eu imaginava, não tinham grande campo de aplicação. Era a favor de algumas iniciativas comunitárias como, por exemplo, o INTEREG; mas elas deveriam ser muito mais racionalizadas do que eram. Achava, por exemplo, que o Ambiente deveria ser

objecto de uma iniciativa comunitária vigorosa somente com um fundo para apoio. O Luxemburgo estaria, eventualmente interessado numa iniciativa que tivesse por objecto o desenvolvimento urbano e a recuperação de zonas em declínio. Em relação ao Fundo Social Europeu, ele queria que fosse aberta a possibilidade de o FSE apoiar a formação de trabalhadores imigrantes que fossem recambiados de volta para os seus países... Lamentou o atraso com que eram produzidos alguns regulamentos comunitários, criando delongas escusadas na aplicação de muitas decisões relevantes. Perguntou-me qual era o Conselho de Ministros que iria tratar desse assunto. Obviamente que teria de ser o dos Assuntos Gerais, além de cada conselho especializado tratar dos regulamentos sobre os quais tivesse acção. Era a favor de que o termo ordenamento do território fosse reforçado e autonomizado; até então, só havia surgido no quadro do ambiente e, aí, mais como causador de malefícios do que como instrumento de resolução de problemas. Recomendava mesmo que houvesse um Conselho de Ministros para o Ordenamento do Território. Queria que eles abordassem coisas “mais activas” do que a elaboração de planos de ordenamento físico. Achava interessante a ideia de uma “malha de cidades”, mas considerava a actuação bilateral como mais pragmática do que a comunitária. Achou interessante a ideia de se dispor de um observatório para este domínio, mas logo recomendou que ele fosse uma “célula muito reduzida”. Não queria intromissões no sector, mas gostaria de saber como estavam as coisas a evoluir. Todavia, disse-me que não tivesse grandes ilusões a respeito das virtualidades do ordenamento do território como competência comunitária ou mesmo central, nos diferentes Estados-membros, porque estes, quanto mais populosos e extensos fossem, mais depressa remeteriam para o nível local as responsabilidades pelo ordenamento do território. Evocou as conferências que sobre o tema tinha havido no passado: a de Viena sobre o mundo rural; a de França sobre o mundo urbano e a de Torremolinos sobre as costas e ilhas da Europa. Considerou que, em todas elas, tinham sido apresentadas ideias interessantes que poderiam constituir a base para uma visão integrada do problema e para uma acção futura. Recomendou, todavia, prudência e “muita imaginação”; portanto, abertura de espírito. Mas alertou para a duplicação de esforços que estava a acontecer, nomeadamente

com o Conselho da Europa; seria bom concertarmo-nos para evitar perdas de tempo e de energias. Para terminar, recomendou muito que fosse aprofundada a reflexão institucional, nomeadamente a questão que tínhamos abordado da passagem ao grupo dos conselhos formais de alguns informais que, afinal, tinham interesse permanente.

Eu estava de acordo com muito do que ele disse. Mas, o segredo do sucesso de toda esta “grande máquina” repousa, particularmente, na coordenação. Sem ela dificilmente se chega a sínteses e são estas que importam. Sem elas, assistir-se-á a um “esbracejar” seguramente bem-intencionado, mas pouco eficaz. Depois fui para Haia. Quando lá vou nunca me sinto fora de casa. Não pude passear nas ruas e ao longo dos canais porque chovia quase torrencialmente, de forma nada típica na Holanda. No dia 20 de Março encontrei-me com o “Jo” Ritzen, Ministro da Educação e Ciências no Governo de Ruud Lubbers e que eu conhecia, de há mais de dois anos, dos Conselhos de Ministros da Ciência. Era vivíssimo. Tinha feito uma tese sobre educação e crescimento económico que havia ganhado um prémio. Era uma pessoa que valia a pena ouvir. Eu disse-lhe que estava a fazer uma volta pelos meus homólogos, no âmbito da presidência portuguesa e pedi-lhe para que ele elaborasse sobre o que entendia que se devia fazer, no âmbito dos sectores que conhecia. Começou logo por afirmar: “We need leadership!”. Achou o desafio que eu lhe punha interessante e disse-me que iria ocupar algum tempo e escrever-me uma longa carta com as suas reflexões... Mas ela nunca chegou! O tempo de um ministro não permite cumprir este género de promessas... Favorecia que se dispusessem as coisas de modo a assegurar que houvesse um grande esforço de investigação científica europeu. Mas deveríamos contar com a competição entre cientistas. Os fundos tinham de crescer e a burocracia tinha de descer. Achava que deveríamos reforçar o papel da European Science Foundation que lhe parecia estar um tanto à margem da acção da Comissão. Entendia que o “Paquet Delors II” era uma boa contribuição para a coesão da Comunidade, mas recomendava que a Ciência também participasse do esforço geral. Dizia que isso tinha que ser feito com gestos ousados (“jumps”) que tinham riscos, naturalmente, mas sem os quais se avançaria pouco. Recomendava a descentralização da actuação e o envolvimento deliberado de instituições pri-

vadas. Apoiava que se avançasse com a elaboração do 4.º Programa-quadro, mas queria que ele fosse muito mais estruturado do que o terceiro. Não queria que o seu conteúdo fosse determinado pelo programa EUREKA, embora não devesse ignorá-lo. Eram duas coisas distintas. Voltou a referir um facto que já me havia sido apontado: a concorrência (sempre “sorradeira”) dos Japoneses. Apoiou-me na minha preocupação de “networking” entre cientistas e entre instituições de investigação. Alertou-me para a dimensão habitual das solicitações das grandes empresas (“great industrialists tend to have big mouths”...). Recomendou-me o desenvolvimento da assistência aos países terceiros que dela precisavam. Em relação à Bioética sobre a qual eu lhe havia falado, achava que o grande impulso seria dado se se reunissem os Ministros da Justiça, da Saúde e da Investigação Científica; eu era mais moderado nessa expectativa.

Na tarde do dia 20 regresssei a Portugal. Quando vinha a fazer, mentalmente, a minha apreciação pessoal acerca dos contactos que havia tido não pude deixar de reflectir sobre a importância da marca cultural que cada um dos meus interlocutores exibia, desde os italianos até ao holandês. Quase se poderiam prever os tópicos a que eles dariam mais relevo e as formas que propunham para os abordar. A grande diversidade da Europa tinha podido ser apreciada através de uma dúzia de conversas tidas ao longo de quatro dias! Era assombroso!

Relatei o conteúdo de todos estes contactos ao meu Colega dos Negócios Estrangeiros e, nas minhas conversas com os Comissários em Bruxelas, comuniquei-lhes quais as prioridades de atenção que me haviam sido comunicadas. Estes felicitaram-me pelo esforço que tinha feito em prol do avanço das nossas agendas e eu próprio senti, nos Conselhos seguintes a que tive de presidir, que o meu esforço não havia sido inconsequente nem o meu tempo perdido. Ficou-me uma certeza: exercer a presidência é um grande “fardo”, cujo sucesso repousa, fundamentalmente, no grau de atenção de quem o exerce e que também está na medida que dá aos seus interlocutores. A presidência tem que ser exercida em cima das obrigações nacionais; representa, por isso, um esforço suplementar. Mas o que está em causa é, sobretudo, a imagem do país que a exerce. Não se pode deixar que os outros digam que só nos encontraram em Bruxelas, no quadro de encontros muito formais. Eles devem ter sentido que

contaram, em termos nacionais e em termos pessoais, para a afinação de posições comuns em cuja formulação acabaram por ver atendidas ou, pelo menos, reflectidas algumas das suas especificidades.

*

Nessa ocasião os Governadores Cívicos desempenhavam um papel importante, tanto na representação do Governo nos seus distritos, como de apoio à acção dos seus diferentes membros. Pela minha parte lucrei sempre com as longas conversas que com eles mantinha, quer no meu gabinete quer nos deles, quando eu ia tratar de problemas nas suas circunscrições. Lembro-me de muitos deles com grande simpatia, porque contribuíram, com genuíno interesse, para o desenvolvimento do país. Havia um ou outro que presumia de grande peso político junto do Primeiro-Ministro e isso, por via de regra, tornava as relações menos fluídas, porque achavam que a sua colaboração e lealdade eram com o “topo”, condescendendo em trocar algumas informações e dar algumas “pérolas” a um simples ministro. A regra era serem gente civilizada e muito bem preparada para fazer face a toda a sorte de situações, com quem se lucrava muito em conversar. Mas as duas ou três excepções eram provincianos convencidos da sua importância e, por isso, difíceis de aturar. Felizmente eram tão poucos!

O Primeiro-Ministro reunia com eles de tempos a tempos para lhes traçar uma panorâmica geral do estado do país e para os ouvir. Teve sempre a atenção de me convidar para todos esses encontros que, para mim, constituíam sempre uma fonte de informação importante. Um desses encontros teve lugar em S. Bento, no dia 23 de Março de 1992. O Primeiro-Ministro começou por se referir à complexa situação internacional que estávamos a atravessar. Referiu-se à importância da criação da União Económica e Monetária e à necessidade que tínhamos de, para isso, equilibrarmos as nossas contas. Daí a necessidade de limitar as transferências do FEF em relação ao qual, seguramente, eles tinham numerosas queixas. Enalteceu o papel da Concertação Social. E tranquilizou-os em relação à estabilidade do valor do escudo; se houvesse alguma mudança, seria mesmo no sentido da sua apreciação. A nossa preocupação maior era na satisfação das condições de convergência, tendo em vista estar em posição de receber as ajudas comunitárias.

O valor da taxa de desemprego era, então, de 4,4% e o da taxa de inflação 8%, mas eles eram aplicadamente escondidos pela comunicação social. O semestre ia decorrer sob combate político animado: primeiro tendo o Orçamento de Estado como tema, segundo, as leis eleitorais; mas o debate sobre estas últimas tinha de se generalizar. Deveríamos esperar uma acção muito activa, mesmo violenta, por parte da Oposição; especialmente, o PS ir-se-ia radicalizar tendo em vista as eleições daí a três anos. Mas nós deveríamos manter um espírito de diálogo, fazendo tudo para evitar a instalação de um clima de crise e, por consequência, de crispação. Falaram todos os Governadores Cívicos. Os temas foram variados:

O Código de Falências previsto era muito pesado; precisava de ser aligeirado. As baixas fraudulentas eram um verdadeiro escândalo; precisavam de ser mais condicionadas. Os fogos florestais eram uma chaga. A desburocratização tinha que avançar; seria possível utilizar para o efeito os fundos comunitários? Era preciso olhar mais de perto para a questão da segurança. Seria conveniente valorizar mais a nossa acção no campo dos fundos estruturais. A seca que estávamos a atravessar (em Março!...) iria ter sérias repercussões durante o verão. Dever-se-ia impulsionar a construção do Alqueva. Estava a haver a saída de muitas pessoas do Interior. As OIDs prestavam um bom serviço, mas nas áreas onde decorriam dominavam os idosos; os novos tinham partido. A acessibilidade continuava a ser um problema na maior parte do país. A crise dos têxteis era perigosa por causa das suas consequências potenciais sobre o desemprego. O problema do consumo de drogas nas escolas estava a assumir proporções insustentáveis. A rede de hospitais e de centros de saúde deveria ser acelerada na sua construção. O ordenamento do litoral era urgente; havia zonas em que a costa estava a ser corroída. A questão dos baldios arrastava-se, sem benefício para ninguém. O problema da segurança foi retomado por muitos deles. Mas foi a construção de auto-estradas e estradas o tema mais invocado; era isso que as populações queriam com urgência!

*

Nos dias 1 a 3 de Abril teve lugar, em Lisboa, a 3.^a Conferência Europeia de Economia Social. Participei nas sessões de abertura e de encerramento. Os meus

dois discursos estão publicados (Discursos VII). Quem veio da Comissão manifestar o seu interesse pelo sector foi o Comissário António Cardoso e Cunha, que presidiu ao primeiro painel de discussões, ao qual eu assisti. Como é hábito, entre nós, a Conferência correu bem, tendo eu recebido numerosas manifestações de apreciação. Tudo se ficou a dever à dedicação do Dr. Canaveira de Campos, ao tempo presidente do INSCOOP que se aplicou com dedicação, granjeando o respeito dos seus pares europeus e de fora da Europa, porque vieram bastantes de África e da América Latina.

*

Em princípios de Abril de 1992, a situação na Europa não era simples. Vinte anos depois ficou pior, mas, naquela altura, exercendo Portugal a presidência da Comunidade Europeia, as coisas não estavam nada fáceis. Tinha havido eleições em vários Estados-membros. No nosso caso, o partido do Governo e o Primeiro-Ministro mantiveram-se os mesmos, mas houve cinco outros países em que ambos mudaram. Por isso, não estando muito enfronhados, nem nos assuntos nem nos procedimentos, eram cautelosos, não arriscando muito. Isso fazia com que tivesse de ser a presidência a tomar algumas iniciativas e a ser firme, inculcando nas reuniões o espírito de iniciativa necessário para se avançar nas diferentes áreas. Cada uma era importante para os seus protagonistas. No meu caso havia a discussão do IV Programa-quadro de Ciência e Tecnologia, a sua eventual aprovação “en chevauchement” com o III que estava muito atrasado, as relações com as comunidades científicas dos países da Europa de Leste em estado de desespero, as relações com o EUREKA e muitos outros temas que demonstravam que o sector estava vivo e que, por isso, era preciso tratar dele. Havia, também, a questão dos fundos estruturais e de coesão que tanto preocupavam quem tinha a responsabilidade pela sua aplicação. Mas, na generalidade, os quatro temas pesados para os quais havia que insistir na procura de saídas operacionais eram: a Política Agrícola Comum, as negociações do Uruguay Round, a construção do Mercado Interno e a aplicação do “Paquet Delors II”, no qual alguns tinham dúvidas e outros nem queriam ouvir falar...

A situação na Europa em termos de segurança não se podia comparar com a de hoje (2016). Nos nossos dias vive-se com o pânico do terrorismo dos fundamentalistas islâmicos. Naquele tempo não havia nada disso. As pessoas preocupavam-se com os pequenos crimes muito ligados ao tráfico de droga. Recomendava-se a prevenção, investindo na formação das forças de segurança e na modernização das suas instalações. Estimava-se, em Portugal, que fossem precisos cerca de 40 milhões de contos para o fazer. Era muito dinheiro! Pretendia-se fazer uma revisão completa do dispositivo, libertando a PSP de algumas tarefas que poderiam ser desempenhadas por outros e analisar as condições em que se poderia integrar a Guarda Fiscal na Guarda Nacional Republicana, fazendo poupanças. A articulação da PSP com a Polícia Judiciária deveria ser mais eficaz. Punha-se a questão de atribuir competências, nesta área, às Autarquias Locais; lá teria eu de negociar uma nova área que não seria nada fácil. A situação das empresas privadas de segurança era muito insatisfatória para não dizer anárquica. Impunha-se tratar do assunto, disciplinando-o. Nesse tempo e depois de alguns assaltos a balcões de bancos, foram destacados agentes da PSP para permanecerem nas instalações, durante as horas de expediente. Mas isso representava um peso enorme sobre os agentes e as corporações; seria bom que as instituições de crédito tratassem da sua própria segurança. Outra área que reclamava muitos agentes era o policiamento desportivo; a federação de futebol, especialmente (mas as outras também), não estava a cumprir com o combinado, pagando as contribuições acordadas; invocava não dispor de meios... Depois, havia a área de segurança rodoviária que reclamava (e ainda reclama hoje) uma atenção grande e uma actuação competente. Os acidentes continuavam a aumentar; as causas principais eram a velocidade excessiva, o consumo do álcool e as manobras perigosas. Estimava-se que os custos directos e indirectos de tanta sinistralidade eram de mais de 400 milhões de contos! Tinha que se fazer algo! Morria-se e ficava-se estropiado, em demasia, nas estradas portuguesas. A melhoria dos traçados e dos pavimentos não havia contribuído para a atenuação do número e da gravidade dos sinistros. Dava ideia de que até a havia estimulado... No fundo, era uma questão de educação cívica e de adopção de comportamento socialmente aceitáveis; mas esta via é longa! Por isso havia que recorrer a outros métodos. Os Espanhóis tinham aumentado radicalmente as penalizações e eram

de uma inflexibilidade que se tornou famosa; os prevaricadores nacionais quando atravessavam a fronteira passavam a ter muito “juizinho”, porque os agentes espanhóis não hesitavam em tirar a carta ou em aplicar multas consideradas como “astronómicas”. Nós preferíamos recorrer a métodos menos radicais, insistindo em operações de fiscalização mais numerosas e muito anunciadas, especialmente durante as épocas de maior intensidade de deslocações. O Código da Estrada, vigente nessa altura, já tinha 38 anos! Era de 1954!... Deveria ser actualizado, incorporando a legislação transitória entretanto produzida. Pretendia-se pôr, pelo menos, mais meio milhar de agentes na estrada e melhorar muito a sinalização. Pessoalmente acho que, em Portugal, nós não somos muito bons em sinalética; e, todavia, é um ramo fácil de praticar desde que o projectista se ponha na pele do utilizador. Digo isto em relação à sinalética em geral: desde a segurança rodoviária, à da que deve garantir um hospital, um parque, uma repartição, um tribunal, seja o que for. Devo dizer que tive ocasião de estimular a actividade por várias vezes e em domínios diversos; não estou seguro de ter sido sempre muito bem-sucedido!... Lembro-me que, nessa ocasião, alguém me disse que a inflexão do crescimento da curva das mortes na estrada, no Reino Unido, havia demorado 20 anos a ocorrer! Nós não poderíamos esperar tanto tempo.

Nós hoje (2016) estamos muito preocupados com os refugiados que fogem da Síria, do Iraque, do Afeganistão e do Paquistão. Nessa altura, na Comunidade Europeia ocupávamo-nos das condições em que poderíamos conceder asilo político. Para isso, era preciso harmonizar as respectivas políticas e assegurar um controlo eficaz das fronteiras externas da Comunidade. Ao tempo, a área de origem dos migrantes que mais nos preocupava era a África do Norte. A população do Mahgreb duplicava de vinte em vinte anos. Tratava-se de uma população jovem; 50% tinha menos de 15 anos e não havia emprego se não para uma minoria. Lembro-me de uma conversa “pós-prandium”, com um francês, num hotel de Tunes, na qual ele me dizia que nenhum dos circunstantes tinha emprego permanente no seu país; o sonho de todos eles era ir para França, onde estavam os irmãos e os primos; fariam tudo para se juntar a eles; passei a inquirir os empregados de mesa ou de lojas a esse respeito; não houve um que infirmasse a afirmação do francês! Portugal não era um destino específico dessa emigração, porque não tinha fama de rico nem de grande cria-

dor de emprego; pelo contrário, era considerado, também (e justamente) um país de emigração. Mas eu não era a favor do estabelecimento de linhas de “ferry-boat” entre o Algarve e Marrocos; passaríamos a estar incluídos em trajectos de viagem para França, com tudo o que isso significava de instabilidade.

A Protecção Civil, em Portugal, não dispõe, tradicionalmente, de meios próprios. Concentra a sua acção no planeamento e na coordenação dos meios disponíveis. Por isso era tão importante levar as preocupações da Protecção Civil até aos Municípios. Nessa ocasião (1992) só 34 Concelhos dispunham de serviços de Protecção Civil. Eles têm-se ampliado, porque quando há fogos florestais ou acidentes, surge sempre na televisão o vereador encarregado dessa área, o que significa que ela passou a representar uma preocupação local generalizada. Foi em princípios de Abril de 1992 que se tomou a decisão de incentivar a formação de quadros municipais que pudessem encarregar-se da tarefa de tornar o País mais seguro a partir do escalão local. Entre os domínios em que se deveria actuar, figuravam os fogos florestais a que tanto já me referi nestas memórias, nos seus vectores habituais: prevenir, detectar e combater. A mim preocupava-me, acima de tudo, a conformação que parecia existir a este respeito; chegado o verão, o País assistia placidamente à ocorrência de fogos em quase todo o território. Era o sentimento de derrota generalizado que me apoquentava. Ou de fatalismo!... Parecia-me que estávamos diante do inevitável ou de uma praga vinda do fundo dos tempos. Isso era, obviamente, aproveitado pelos incendiários, pirómanos ou simplesmente malfetores, que se entretinham a atear fogos, algumas vezes com requintes de planeamento de modo a que eles fizessem os maiores estragos e causassem os maiores transtornos... Havia, nessa ocasião, 650.000 proprietários de matas velhas e não-ordenadas. Eu havia apoiado a criação das Comissões Especializadas de Fogos Florestais (CEFF); era preciso criar mais. Hoje, passados 20 anos de falhanços na luta contra os fogos florestais, eu defendo que se deve olhar mais para a ocupação do território com florestas ordenadas. As empresas de celulose e os montados de sobro não sofrem, praticamente, incêndios, porque os proprietários tratam das suas florestas. Temos de insistir, particularmente, na prevenção.

A verdade é que os fogos florestais contribuem para a formação de um sentimento de insegurança no país. Eu próprio, que gosto tanto de matas, não invisto na sua

plantação, porque não disponho de meios suficientes para arcar com o elevadíssimo risco que a sua exploração implica. De um momento para o outro podemos ficar sem nada do que um dia investimos. E, todavia, o País dispõe de condições de temperatura, humidade e solos que justificam uma exploração económica intensiva do sector florestal. Estamos, assim, a desperdiçar um recurso importante, quando deveríamos fazer tudo para o aproveitar. Como o microfúndio impera, as pessoas deixaram de viver da floresta e, por isso, não a protegem. É preciso encontrar fórmulas para agregação da exploração, sem bulir com a titularidade da propriedade. Para o emparcelamento fundiário ainda é cedo; torna-se necessário perder a memória da propriedade da terra; nessa ocasião será mais fácil associar a exploração e a posse da terra.

Mas, nessa ocasião, era a droga, o seu consumo e o seu tráfico que davam insegurança às pessoas. Especialmente nas suas ligações com as escolas a questão justificava as preocupações; os traficantes actuavam à vista de todos, procurando aliciar para o consumo adolescentes cada vez mais novos; actuavam em cafés, bares, casas de jogo e outros estabelecimentos a poucas centenas de metros das escolas. Ora, havia no País 11.000 escolas; estava fora de causa assegurar a presença de um agente à porta de cada uma delas. Cada escola tinha de cuidar da sua própria segurança, a começar pela solução construtiva que deveria responder a exigências de segurança específicas. Este assunto constituía um tema de abordagem frequente nas minhas reuniões com os Autarcas.

*

Em princípios de Abril de 1992 falava-se muito da nossa adesão ao Sistema Monetário Europeu. Deveríamos aproveitar o abrandamento da taxa de inflação para aderirmos em melhores condições. Nessa ocasião só havia o dracma e o escudo fora do Sistema Monetário Europeu, além da libra, obviamente. Estava fixado em 180 escudos o valor do ECU que, depois, veio a equiparar-se ao EURO. A entrada poderia ser na banda larga, com um desvio de 6% para cima e para baixo (como a peseta) ou na banda estreita em que aquela faixa era reduzida a 2,5% para um lado ou para o outro. O valor da taxa de inflação que tanto me havia apoucado todos os meses, sete anos antes, deixava, então, de ser um desejo, passando a

constituir um imperativo. Nós admitíamos que num ano ou em ano e meio conseguiríamos passar para a banda estreita. Esperávamos também que o valor da taxa de juro descesse acentuadamente, uma vez que o factor risco se reduziria bastante. Nós olhávamos para o S.M.E. como uma espécie de contrato de solidariedade entre moedas. Por isso estimávamos que a descida da taxa de juro fosse da ordem dos 2 ou 3 por cento em seis meses se conseguíssemos, como era nossa vontade, segurar o valor da taxa de inflação. Foi nessa ocasião que tomei a consciência de que perderíamos o recurso à política monetária. O comando da evolução da inflação passaria a repousar somente no Orçamento. Era uma dificuldade acrescida e uma situação nova!

*

Em Abril de 1992 estávamos a analisar as consequências potenciais da adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu (SME). As consequências sobre o Orçamento de Estado seriam as mais gravosas; na preparação do OE 93 seria o ECOFIN a fixar o tecto das despesas nominais, estimando-se que ele viesse a ser de 3.000 milhões de contos. Imporia (como nós hoje sabemos bem) uma redução do défice, fixando-o em 3% do PIB. O investimento, em 1993, teria de ser conseguido dentro das despesas correntes. Só poderia haver um aumento de 1% no investimento e o Sistema imporia uma diminuição de 0,4% nas despesas correntes. Teria de se proceder a uma redução de 30.000 funcionários, a maior parte dos quais pertencentes à Administração Local. E o investimento no sector público teria de vir das poupanças na massa salarial.

A adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu seria, assim, de grande impacto nacional e internacional. Implicava, naturalmente, um controlo muito firme da inflação. E iria significar um controlo apertado do OE e, simultaneamente, da produtividade e dos salários. Também das despesas das empresas públicas e, por via disso, da sua gestão. Em matéria de greves a folga seria nula; não se poderiam fazer concessões. Do lado das vantagens estava a pertença a uma moeda forte e estável com todos os benefícios decorrentes dessa estabilidade. Quando avançamos sabíamos para onde íamos.

*

No dia 6 de Abril fui ao Instituto de Altos Estudos Militares, em Pedrouços, fazer uma exposição sobre o “O Ordenamento do Território e a Defesa Nacional”. Fiquei muito bem impressionado pela qualidade das questões que me puseram. Manifestamente tinham ouvido com atenção tudo quanto eu havia dito, mostrando que já vinham pensando e discutindo o tema, desde há muito.

*

A política da Justiça, em 1992, merecia-nos muita insatisfação. Havia uma vaga sensação de que o sistema tinha propensões “autistas”; o Cidadão estava ausente do sistema e nutria por ele um grau enorme de desconfiança. Sentíamos que não havia uma acção eficaz e moderna; prolongavam-se práticas antigas que eram, generalizadamente, consideradas como insatisfatórias. Por outro lado, era patente que não havia uma grande preocupação com a gestão do sistema; esta não se havia profissionalizado ao longo do tempo. Ora, por todo o lado, via-se que estava a ter lugar uma grande mudança no sector. O Cidadão estava a passar a ocupar o centro do sistema, em lugar do próprio sistema. Estava-se a passar de uma Justiça abstracta para uma Justiça concreta, muito enformada pelo próprio Cidadão.

Naquela ocasião, em Portugal, o consumo e tráfico de droga e a pequena criminalidade estavam muito interligados. Entre amigos, a despenalização das drogas leves era um tema muitas vezes abordado como sendo adequada. Mas o aumento da pequena criminalidade aliado a um sentimento difuso de que havia uma corrupção generalizada, geravam insegurança e um sentimento de impunidade muito deletério. O Governo estava apostado em combater a corrupção e, por isso, contemplava a hipótese de incumbir a Polícia Judiciária de conduzir esta luta. O problema da droga era de natureza diversa; reclamava uma concertação de meios e uma cooperação inter-institucional muito robustas. A impressão que havia era de que a Polícia Judiciária tinha qualidade no seu trabalho e estava garantida com elementos competentes, mas desenvolvia um trabalho muito especial; não poderia, por isso, ser uma Direcção-geral igual às outras. Mas não era somente nessa área que sentíamos necessidade de uma mudança radical. Quem falasse

com empresários ou com as suas associações, sabia como eles se queixavam dos serviços de registos e notariado. Tinham que levar uma volta completa!

Em 1994 iria haver uma Revisão Constitucional. Teríamos de começar a ver quais os temas que nela deveriam figurar. Porém, a gestão do Sistema de Justiça não reclamava alterações constitucionais, mas, antes, grandes mudanças na sua prática; impunham-se outras soluções para a gestão das oficinas, o fornecimento de refeições, a assistência no domínio da saúde e em mais de não sei quantos sectores. Por outro lado, a informatização de todos os serviços e operações era um imperativo de curto-prazo. Surpreendia sabermos que 40% dos reclusos havia tido ou tinha problemas de contacto com a droga ou, mesmo, de toxicodependência. Só o constatá-lo assustava!

O campo da medicina legal estava em situação muito insatisfatória. Por outro lado, ainda, havia um problema de ordem material muito complexo: o Sistema dispunha de mais de 1.500 instalações dispersas por todo o País, com idades muito diversas e condições físicas algumas vezes muito degradadas. Impunham-se, simultaneamente, uma racionalização das instalações e um programa de reabilitação dos edifícios existentes, antes de se avançar, eventualmente, para a construção de novas construções ou ampliações. Haviam-se construído muitos Palácios da Justiça! O movimento vinha muito de trás, mas eu ainda assisti a muitas expressões da vontade de numerosas Autarquias de possuir o seu próprio edifício. O País está coberto por Palácios da Justiça, habitualmente bem construídos e com dignidade para o desempenho das altas funções que lhes estão atribuídas, mas alguns deles erguidos segundo programas construtivos ultrapassados, reclamando uma actualização dos espaços e suas inter-relações consonante com a mudança de funções e do estilo do seu exercício que foram surgindo ao longo do tempo. A grande reforma que teve lugar recentemente (2012-2014) era, há muito, ansiada. As próprias condições de povoamento do país mudaram; por isso, os equipamentos que o guarnecem devem estar em reavaliação permanente. Este era um tema que nos preocupava a todos.

*

A maior parte das minhas sextas-feiras eram passadas fora do gabinete, em visita a Câmaras Municipais ou a Operações Integradas de Desenvolvimento que reclamavam acompanhamento próximo; muitas vezes, essas deslocações prolongavam-se pelo sábado seguinte, quando o local visitado era longe de Lisboa e ainda não havia as chamadas “auto-estradas do Cavaquismo” que tornaram tudo tão próximo. Mas, quando ficava em Lisboa, as sextas-feiras eram dias de audiências. Em Portugal, os ministros têm sempre numerosas solicitações para se encontrarem com pessoas que sentem problemas e que pensam que só um membro do Governo lhes pode dar resposta. Eu não escapava à regra, de modo que as concentrava o mais possível nesse dia, começando logo pela manhã. Não fazia como Andreotti, que marcava às 6h00 quem gostava menos até às 10h00, que correspondia a um sinal de deferência... Eu começava às nove e meia, marcando os encontros de meia em meia hora, tendo as secretárias a incumbência de avisar que era esse o tempo de que dispunham para tratar do seu assunto. Tinham, assim, que ir “straight to the point”! Eu adoptei este princípio porque um dia recebi um simpático Cidadão que, ao fim de uma hora, ainda estava nos prolegómenos, muito à portuguesa, passando em revista os nossos conhecimentos comuns, prodigalizando elogios aos que, sabia, serem mais próximos do ministro; quando o avisei de que o seu tempo estava a terminar, ficou quase ofendido, dizendo mesmo que pensava que a audiência se prolongaria pela tarde fora, como correspondia à importância do assunto que o trazia e à deferência que imaginava que eu deveria ter para com o importante personagem que o havia aconselhado a encontrar-se comigo. Acabou por se atralhar nos minutos restantes, mas isso não teve importância nenhuma, porque o “imbróglio” que me trazia não estava nas minhas mãos resolver. Por isso, passei a ser radical. Em meia hora expunham e ouviam a resposta.

No dia 10 de Abril, sexta-feira, comecei às nove e meia e acabei às oito da tarde. A primeira visita foi do presidente do Instituto de Soldadura e Qualidade que foi a primeira instituição a instalar-se no Taguspark. O investimento era grande; tinham do PEDIP uma contribuição de 3,11 milhões de contos; faltavam-lhes 400.000 contos. Já estavam a contratar contribuições com algumas empresas.

Mas também tinham instalações na Feiteira (Gaia), Palmela (por causa da Ford-VW) e em Viseu, Castelo-Branco e Coimbra, por causa das inspecções automóveis. Estas eram apetecidas porque geravam meios de que necessitavam para os gastos correntes. Mas já haviam feito investimentos de centenas de milhares de contos! Queriam participar em projectos EUREKA e tinham concorrido ao CIENCIA, mas, neste caso, talvez por tê-lo feito sem parceiros, não haviam visto a candidatura aprovada. O Instituto pagava vencimento aos seus técnicos e, por isso, impunha-se que gerasse receitas que permitissem arcar com as suas despesas mensais. Gostariam de diversificar as suas áreas de actividade. Eles eram, muito justamente, tidos em alta conta e, por isso, sentia que eu poderia abrir-lhes novas portas para aumentarem os seus proveitos e, dessa forma, conseguirem as verbas necessárias para assegurar a contrapartida nacional das ajudas comunitárias de que já beneficiavam. Para que eu tivesse uma ideia fundamentada acerca do que faziam, convidou-me para fazer uma visita que aceitei imediatamente. Eu sabia que ele esperava que ela não fosse materialmente inconsequente. Eu só poderia lá ir com algumas sugestões no bolso. Foi o que aconteceu poucos meses depois. A seguir veio um Presidente de Câmara tratar de assuntos do seu Concelho. A rede de abastecimento de água tinha-lhe levado o que dispunha para compor a contrapartida nacional do FEDER, mas ainda faltava construir o mercado municipal, um parque industrial, uma casa da cultura, todos já com projectos. Queria, ainda, aceder ao SIFIT, porque uma barragem construída no seu Município tinha permitido criar uma vasta zona paisagisticamente privilegiada onde ficaria bem um golf, um hotel e um clube de hipismo. Tudo lhe parecia fazer o maior sentido no contexto do novo Quadro Comunitário de Apoio. Felicitei-o pela sua ambição e pelo conhecimento que tinha mostrado relativamente aos fundos estruturais e seu uso. Pedi-lhe para escalonar no tempo um tão rico programa de iniciativas. Depois veio o presidente da Fundação da Casa de Bragança que estava a fazer uma obra excelente. O FEDER tinha contribuído para a constituição de um museu de armaria no Paço de D. Jaime, em Vila Viçosa. Com a maior deferência, queria convidar-me para ver o resultado, o que eu fiz, com satisfação e proveito, daí a umas semanas. Trata-se, efectivamente, de uma realização notável, levada a efeito com grandes cuidados museológicos. Mas a Fundação tinha, nas suas pro-

priedades em Vendas-Novas, uma escola profissional no domínio da agricultura cujos resultados justificavam uma expansão; era preciso apoio do FEDER e a candidatura já estava em andamento. O que achava eu? No mesmo dia que fui a Vila Viçosa fui ver a escola em Vendas Novas. O trabalho que desenvolvia era excelente, mas tornava-se necessário articulá-lo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional para tudo se encaixar nas regras estabelecidas. Assim foi feito para bem de numerosos jovens agricultores que adquiriram a formação e o modo de vida que queriam.

A seguir recebi o responsável pelo Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa que queria ouvir “from the horse’s mouth” (ele não disse assim, obviamente!...) quais eram as orientações que havia, em matéria de ordenamento do território, para a zona. Disse-lhe o que estava já consolidado e aquilo que ainda deveria esperar por decisão.

Veio, depois, um grupo de dois professores da Universidade Técnica de Lisboa e dois alunos que se interessavam pela construção de residências universitárias e por um clube de rugby. Já tinham acertado algumas coisas com a Câmara Municipal de Lisboa, mas esbarraram na falta de meios, uma vez que a própria universidade havia definido outras prioridades. Recomendéi-lhes que insistissem com o seu Reitor que, por sua vez, o deveria fazer junto do Ministro da Educação. Eu não podia subverter as decisões sectoriais.

A seguir, foi a vez de um famoso arquitecto que tinha sido consultado para a elaboração de um projecto para uma instituição pública que estava sob a minha tutela. Ele tinha sonhado em grande; quando fez as contas, constatou que era muito dinheiro. Queria saber a minha opinião. Eu disse-lhe que não haveria, seguramente, meios tão avultados para investir num só edifício. Ele não acrescentou: “Bem me queria parecer!...”, mas tirou as consequências óbvias. Ainda hoje, nem a grande construção está feita nem qualquer outra mais pequena que a substitua. Poupei trabalho em vão ao arquitecto e, na oportunidade seguinte, disse ao Director-geral que teria de ser mais comedido nas suas ambições...

O visitante a seguir foi um outro Presidente de Câmara, um velho conhecido com quem eu mantinha as mais cordiais relações. Era de um Concelho próximo do Porto, em linha recta, mas longe por estrada por lhe faltar uma ponte sobre o

Rio Douro que encurtaria mais essa distância. Ele seguia a evolução de todo o processo com ansiedade. Veio dizer-me que o projecto estaria concluído no mês seguinte e que se poderia lançar o concurso internacional em Junho/Julho; com dois meses para a análise das propostas, a própria obra poderia arrancar, o mais tardar, em Novembro. Mas a obra com acessos custaria 2,3 milhões de contos e a Câmara não dispunha dos 10% (230.000 contos) para formar a contrapartida nacional. Era preciso dar à obra um carácter intermunicipal envolvendo municípios vizinhos; mas estes também tinham necessidades específicas, embora beneficiassem obviamente com a construção da ponte. Mas ele não possuía os instrumentos de “convicção” que achava que eu dispunha; leia-se, a celebração de contratos-programa relativos a equipamentos de que os outros necessitavam para poderem orientar alguns meios para a dita contrapartida. Era isso que ele queria que eu fizesse. Tudo se arranjou! A ponte é belíssima e tem confirmado, há um quarto de século, a sua enorme utilidade.

A seguir vieram três inspectores da Inspeção-geral da Administração do Território. Eram problemas internos que os preocupavam, nomeadamente questões de formação.

Depois veio um outro Presidente de Câmara Municipal. Como de costume, vinha tratar de estradas e da celebração de um contrato-programa que lhe permitisse fazê-las. Fico sempre impressionado como atacam o governo de então chamando-lhe “fontista,” por ter feito muitas estradas!... Mas era o que todos os Autarcas interpretavam que as populações queriam!... E no que se aplicavam com todos os meios que podiam orientar para esse efeito. Ele também se interessava pela construção de uma escola (C+S) e pela possibilidade de fazer formação profissional no seu Concelho. Queria beneficiar do programa comunitário RECHAR e tinha ideias para fomentar a criação de emprego.

Seguiu-se um outro Presidente de Câmara. Este interessava-se pela construção de um quartel de bombeiros numa freguesia distante da sede do Concelho. Preocupava-o, especialmente, o abastecimento de água ao Município; só 5% da população tinha abastecimento domiciliário; queria uma orientação para atacar o problema. Gastava 7.000 contos por mês em transportes escolares; o Concelho era montanhoso e com a população dispersa em pequenos núcleos; por isso, as crianças ti-

nham de ir para escolas que, para terem as dimensões adequadas, ficavam longe da maior parte das suas casas; era um problema de ordenamento que se transferia para o equipamento e deste para os transportes escolares. O tema levou-nos directamente ao valor FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) e à necessidade imperiosa que tinha de o ver aumentado. Novamente as estradas: neste caso eram somente seis lanços que precisavam de reformulação profunda!... No fundo ele queria que eu lhe dissesse quais seriam as melhores vias para resolver os inúmeros problemas que tinha. A vida de um Autarca de um Concelho rural, montanhoso e com poucos meios e muitas necessidades não era fácil. Reclamava muita dedicação e, também, alguma imaginação. Eu não podia deixar de ter por eles grande admiração.

A audiência seguinte era de uma cooperativa agrícola. Vinham ver-me na minha capacidade de tutela das unidades de economia social. A direcção que eu recebia havia sido eleita para gerir uma cooperativa com um enorme passivo (não era rara essa situação...). Havia dívidas que tinham conduzido à execução da penhora; o saneamento financeiro estava por fazer. O pior desta situação era que a gestão anterior da cooperativa tinha sido do Estado (na sequência do PREC). Mas afirmavam que a unidade era perfeitamente viável, não fosse o caso da gestão ruínosa que havia sido praticada. Queriam um acordo com o Estado que, obviamente, teria ser feito através do Ministério da Agricultura. Fiz os contactos necessários para saber a quem eles se deveriam dirigir.

Veio depois uma Vice-reitora da Universidade Aberta que queria criar um Conselho Consultivo que funcionasse como apoio à instituição e no qual gostaria de ter um representante do Ministro da Ciência (que, neste caso, era o do Planeamento). Eu lembrava-me bem das conversas que tinha tido com o que veio a ser o primeiro Reitor da Universidade, o Prof. Rocha Trindade, ao qual, quando trabalhou comigo, estava atribuída a responsabilidade pelo ano propedêutico e pelo acesso ao ensino superior, onde demonstrou grande competência e dinamismo.

A tarde de audiências terminou com um engenheiro-geógrafo, professor numa Faculdade de Ciências que, sabendo do meu interesse pela elaboração de uma carta-base para suporte da informação geográfica que estava a ser recolhida, gostaria de me dizer das suas ideias acerca da reorganização dos Serviços de Cartografia e Cadastro do país. Ouviu-o com atenção e proveito.

Ao contrário do que se pode supor, eu não chegava cansado ao fim de mais de uma dúzia de audiências. Elas eram variadas e, por isso, não havia monotonia. Mas eu tinha de tomar notas para manter a atenção. Foram elas que me permitiram reconstituir o que se passou ao longo desse dia, aliás entrecortado por um almoço no Palácio da Vila de Sintra, oferecido ao Presidente do Egipto pelo Primeiro-Ministro.

*

Em 15 de Abril de 1992, em reunião com os Secretários de Estado do Ministério, concluímos que estávamos no momento adequado para dar um novo impulso à criação das Regiões Administrativas, com a sua delimitação, enunciado de competências e fixação do quadro financeiro respectivo. Para nós, a estrutura de funcionários e técnicos das Comissões de Coordenação deveria transitar para os órgãos próprios das Regiões. Os representantes do Governo nas Regiões a quem caberia a coordenação das instâncias desconcentradas dos Ministérios deveriam ter um “staff” mínimo, suficiente para assegurar as suas funções de representação e secretariado; mas não poderiam entrar em competição com os órgãos regionais. Estes é que desempenhariam as competências descentralizadas. De qualquer forma, o chamado Governador Regional, deveria ter muito poucas funções. Daí a meses começaria a campanha para as eleições autárquicas. Era desajustado estar a fazer as duas coisas ao mesmo tempo: instalar as regiões e preparar as eleições locais. Só daí a dois anos voltaríamos a ter uma oportunidade semelhante. E, nessa ocasião, seria o Governador que estaria a aproximar-se do seu termo. Fiquei de transmitir esta recomendação ao Primeiro-Ministro, o que fiz no meu despacho seguinte.

*

A descentralização merecia sempre aceitação quer das instâncias centrais quer das locais, com duas condições associadas: que as primeiras não ficassem despossadas de instrumentos de actuação que considerassem fundamentais e que as segundas fossem sempre compensadas, com largueza, dos gastos em que se envolvessem por vir a desempenhar novas competências. Aliás, as dificuldades estavam sempre associadas à execução, porque, em matéria de princípios todos



FIG. Equipa do Ministério do Planeamento e Administração do Território em 1992.
Com os Secretários de Estado:
Nunes Liberato, Isabel Mota e Manuel Fernandes Thomaz.

eram “campeões da descentralização”. Em 16 de Abril houve uma nova discussão acerca do tema. Havia, nessa ocasião, 2.500 instituições da Segurança Social que estimavam todas ter acesso directo aos centros de decisão; ora, como este era praticamente único (o central) o resultado era o seu congestionamento inevitável, devido ao número de solicitações.

O Ministério do Emprego e da Segurança Social queria, por isso, transferir responsabilidades, tanto na parte das despesas correntes como no que respeitava ao investimento. Em termos globais e somando as verbas oriundas daquele Ministério com as vindas do Ministério das Finanças, tratava-se de cerca de 41 milhões de contos; era dinheiro! Foram levantadas dúvidas acerca da constitucionalidade da transferência das despesas de investimento (e, também, dúvidas políticas, uma vez que se estava em vésperas de eleições autárquicas; isso iria levantar suspeições...). O Ministério da Educação estava desejoso de transferir mais competências. A “grande máquina” central acusava muitos emperramentos; impunha-se a descentralização. Era evidente que a capacidade técnico-normativa, em muitos domínios, tinha que ficar com o Governo com vista a assegurar condições mínimas uniformes a toda a população. O máximo poderia corresponder a critérios de outros; o mínimo teria de ser assegurado a todos. Por isso, nunca se pensou em descentralizar, por exemplo, as funções de Inspeção; estas teriam de ser, em todos os casos, da responsabilidade da instância central.

Havia, como sempre, o grave problema do pessoal. Os Centros Regionais da Segurança Social estavam recheados de funcionários que as Autarquias não queriam. Isso representava uma dificuldade: o que é que se iria fazer com eles, tanto mais que muitos tinham sido admitidos por simpatia política numa ocasião em que isso era corrente?

Havia quem tivesse a opinião de que as Autarquias Locais gastavam os meios que lhes estavam atribuídos de modo pouco criterioso. Não era a minha opinião! Seguramente que se deveria fazer esforços variados, tanto em relação aos políticos como aos técnicos administrativos municipais, para que tudo fosse sempre muito rigoroso debaixo do ponto de vista formal; as escolhas teriam de ser, naturalmente, políticas e o julgamento do seu acerto seria feito nas urnas. O que se impunha era evitar o desperdício e, obviamente, cumprir os preceitos legais.

*

Nas minhas funções ligadas à presidência portuguesa do Conselho de Ministros da Comunidade Europeia, na semana que começou a 20 de Abril eu fui visitar alguns dos que ainda não tinha visto nos seus gabinetes, como era praxe fazer. Comecei por Atenas, onde visitei o Sub-secretário de Estado Aristidis Tsiplakos da Economia. Queria menos iniciativas da Comissão; os países-membros sabiam onde aplicar melhor os dinheiros que lhes eram atribuídos. Entendia que a estrutura dos fundos devia permanecer como estava: FEDER, FSE e FEOGA. Propunha que houvesse maior flexibilidade em relação ao seu uso e que o contrato comunitário fosse menos “sufocante” (sic). Como seria de esperar, o fundo que eles mais estimavam era o FEDER. Mas achava que não se tornava praticável pedir a autorização da Comissão para cada obra que se fizesse. Sentiam que deveriam dar mais atenção aos sectores da Saúde e da Educação, o que não tinha acontecido até então. E gostariam de ver os custos de exploração dos equipamentos construídos incluídos nos subsídios. Mantinha os princípios que estruturavam o acesso aos fundos: programação, subsidiação e parceria; mas queria alterar o calendário. Estavam a experimentar grandes atrasos nos pagamentos (não disse porquê). A avaliação deveria processar-se de forma global, no Quadro Comunitário de Apoio e não relativamente a cada programa operacional. Uma vez aquele aprovado tudo se deveria passar dentro de cada país-membro, sem ter de ir a Bruxelas para aprovação de cada programa; ainda por cima com negociações com entidades diferentes. Queixou-se relativamente a certas iniciativas comunitárias sobre as quais não sabiam nada! Nem na altura da sua formulação, nem naquele momento. Queixou-se da “peregrinação a Meca” (Bruxelas) que abominava. Disse que experimentavam imensas dificuldades em acabar os programas que estavam em curso. Não queria que se misturasse o 1.º Quadro Comunitário de Apoio com o 2.º, porque temia que isso lhes fizesse perder meios financeiros; queria que fossem os dois objecto dos prolongamentos necessários até serem concluídos. Falei-lhe no Fundo de Coesão. Dava mais importância aos fundos estruturais. O primeiro era, particularmente, orientado para os transportes e o ambiente; ora, ele queria maior versatilidade, nomeadamente para a subsidiação da aquisição de “ferry-boats” e para a melhoria dos portos. Em relação ao INTEREG, ele inte-

ressava-lhe, especialmente, em relação à Macedónia. Voltou a manifestar a sua pouca convicção acerca do interesse do Fundo de Coesão; afirmou, peremptoriamente, que o grosso desse fundo iria parar a Espanha. Terminámos a nossa conversa à volta da poluição atmosférica da Grande Atenas; tinham que fazer algo, mas a solução custava muito dinheiro...

Quando se percorrem estas notas entende-se melhor o que veio a suceder vinte anos mais tarde. Eles queriam apoio financeiro em abundância, mas abominavam qualquer forma de submissão a regras com o financiador e tinham, manifestamente, dificuldade na organização das contas que deveriam prestar em relação aos subsídios que haviam recebido (e que eu imagino estarem na origem do atraso dos pagamentos).

Fui, a seguir, ver o Ministro Achilleas Karamanlis, do Ambiente, Planeamento Físico e Obras Públicas. Começámos por abordar o uso do FEDER nas áreas do Ambiente e do Planeamento do Território. Atribuía muita importância à luta contra a poluição atmosférica, à protecção das águas marinhas e ao conhecimento dos biótopos. Estavam a impulsionar a modernização dos portos de Pátras e de Igoumenitsa (este último eu visitei-o trinta anos depois; ainda precisava de muitas obras!...). Queriam fazer um grande eixo W-E no norte; era a “Via Ignatia”, onde já fiz mais de uma centena de quilómetros e outro N-S. Deveria haver um outro horizontal a latitude inferior ligando Atenas a Patras (também já o fiz na sua totalidade). Estavam previstos mais três eixos N-S: um para a Bulgária e dois em direcção à Jugoslávia. Sublinhou que tudo quanto estavam a fazer, facilitaria a integração da Turquia na Comunidade!... (Isto, vindo de um grego, era magnífico!...). Disse-me que iriam propor o apoio à aquisição de numerosos “ferry-boats”. Os fundos do INTEREG haviam sido praticamente todos aplicados na Via Ignatia, que vai de Igoumenitsa até Thessaloniki; curiosamente sobre uma estrada romana! Em 2013, quando percorri parte dela, já estava toda construída. Queria que, nas iniciativas comunitárias, se incluísse a rede ferroviária e corroborou o que o seu Colega já me havia dito: propunham que houvesse menos intervenção da Comissão e muito mais dos Estados-membros. As taxas de intervenção da Comunidade deveriam ser maiores, porque a Grécia estava com graves problemas económicos e tinha grandes dificuldades na formação das contrapartidas nacionais. Já nessa ocasião

estavam a enfrentar problemas com os refugiados dos países de leste; estes, aliás, viam-se abundantemente em Atenas. Concordava com os calendários propostos, mas lamentava não conseguir financiamentos para os biótopos e era fundamental defini-los.

Em relação ao Comité das Regiões, em formação, não tinham ainda definido a sua posição. Era o Ministro da Economia, quem estava com o assunto entre mãos. Não havia ainda as regiões definidas; estavam a analisar os critérios que deveriam seguir para o fazer; trocámos longas impressões acerca do tema. Não aceitavam intromissões de Bruxelas na definição dos seus objectivos de desenvolvimento. Eram eles que deveriam dizer para onde iriam os fundos para eles orientados. Já nessa ocasião, a Área Metropolitana de Atenas era um problema grave; concentrava mais de 40% da população da Grécia; era onde deveria ser aplicada uma boa parte dos fundos... mas a Comissão, com as suas regras, queria que fosse noutros lados...

Fui, depois, ver o Ministro da Ciência, Andreas Andrianopoulos. Queria que fossem atribuídos mais fundos à investigação pré-competitiva e menos aos projectos orientados. Disse da sua preferência pelo apoio à investigação marinha, saúde, agricultura, energias renováveis (eólica, solar e biomassa) e às matérias-primas. Lamentou que o “draft” do quarto Programa-quadro tivesse seguido tão de perto o memorandum alemão; deveriam ter sido incluídas muitas outras áreas que, manifestamente, não interessavam tanto aos nossos amigos alemães. Deveria haver mais meios no novo programa do que no anterior, do qual aquele tinha que assegurar a continuidade. Defendia uma interconecção grande com o EUREKA, para isso devendo haver uma verba especificamente consignada. Tinha a consciência de que o EUREKA estava orientado especialmente para os grandes projectos, “crowding out” os pequenos; ora as candidaturas da periferia eram, predominantemente, pequenas; por isso recomendava um esforço especial para que os projectos EUREKA também envolvessem a periferia; era essa a razão porque se justificava que o dinheiro comunitário fosse nisso aplicado. Defendeu, com empenhamento, o princípio da subsidiariedade, também no domínio da Ciência. Gostaria de ver assegurado que a Grécia participasse em todas as sub-áreas do Programa-quadro (o que não seria fácil, por falta de investigadores para todas elas...). Pretendia que houvesse uma distribuição mais alargada dos programas

SPRINT e VALUE e interpretava o princípio da coesão como implicando a participação de todas as regiões, mesmo das mais débeis. Apoiava a cooperação com os países da EFTA, da Europa Central e de Leste, acrescentando-lhes os Balcãs. Chamou a atenção para os perigos dos reactores nucleares localizados na Bulgária, sem grande inspecção permanente. Queria apoio para a assistência técnica na modernização da “maquinaria”. Achava que os projectos de “Big Science” só interessavam aos grandes; temia que isso prejudicasse os pequenos e os mais fracos. Como se pode ver pela “toada” geral dos três ministros gregos, o importante era haver meios postos à sua disposição e pouca interferência de Bruxelas em relação ao seu uso. O que veio a acontecer em 2013 e 2014, há muito que se vinha anunciando. Depois de Atenas fui a Bruxelas para ter uma reunião com o Comissário Bruce Millan. Falámos do nosso próximo encontro com os ministros europeus responsáveis pelos fundos. Como era inevitável, o “Paquet Delors II” veio à baila, bem como as condições em que se deveria fazer a “mid-term review”. Ele achava que era cedo para discutir números (mas era sobre estes que os ministros queriam ouvir...). Referimos a prática da avaliação e o documento que ele havia acabado de enviar para todos os representantes permanentes a respeito do “monitoring and evaluation”; considerava-o um bom relatório que punha em evidência a prática das duas no que ao uso dos fundos estruturais respeitava. Analisámos, com detença, a forma de alcançar os diferentes objectivos; ele estava, ainda, insatisfeito em relação à programação e à apresentação de um plano para o sector da Investigação Científica e Tecnológica; mas eu era o único ministro europeu responsável pelas duas áreas (R&D e fundos estruturais). Ele não achava somente que isso seria oportuno, como lhe deveríamos acrescentar todos os programas operacionais; dessa forma teríamos uma visão completa acerca do esforço de desenvolvimento e de inovação que nos propúnhamos fazer. As iniciativas comunitárias não estavam referidas no papel que ele havia preparado. Tinha dúvidas acerca da oportunidade de ser discutido tudo ao mesmo tempo. Elaborou muito sobre a importância do partenariado; deveria ser um princípio de aplicação generalizada. Alertou-me para os problemas a que tinha de fazer face junto da DG IV relativamente às ajudas de Estado; aquela Direcção-geral escrutinava tudo com grande pormenor; por isso deveríamos discutir pormenorizadamente a questão da elegi-

bilidade dos candidatos aos apoios. Ele achava, também como muitos outros, que as iniciativas comunitárias estavam a ser demasiado numerosas; referiu que, no Parlamento Europeu, se gostava muito delas por se estar convencido de que elas ajudariam a “construir a Europa” com mais vigor e rapidez. Confessou que já não dispunha de recursos para lançar mais dessas iniciativas e recomendou que se procurasse ter mais lógica nas propostas para as lançar. Falámos, também, acerca do fundo de coesão, especialmente orientado para as redes transeuropeias e o ambiente; queria que o tema fosse discutido com os ministros; mas dava uma importância especial às opiniões dos países destinatários (Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia). É evidente que eu não lhe disse a opinião com que tinha saído da Grécia; isso só agravaria as condições do acesso ao novo fundo de coesão, o que nos prejudicaria por contágio. Ele haveria de chegar lá por ele, se é que já não estava devidamente prevenido...

De Bruxelas fui para Dublin, onde visitei, em 22 de Abril, o meu colega Michael Smith, Ministro do Ambiente. Saudou a realização do próximo encontro dos ministros responsáveis pelos fundos. Daria apoio à nossa presidência, durante a discussão. Referiu-se ao interesse com que olhava quer para os fundos estruturais quer para o fundo de coesão; sublinhava o enorme impacto que haviam tido os primeiros no desenvolvimento dos diferentes países. A área dos transportes era crucial para eles; privilegiava os acessos aos portos e aeroportos e as estradas principais. Considerava que os custos de transporte estavam a ser demasiado elevados para a economia europeia; por isso, havia que baixá-los. Sublinhou a importância da área do Ambiente. Não considerava as iniciativas comunitárias como “espasmódicas”, mas como componentes de uma acção coerente; os pequenos países deveriam ter mais para dizer acerca delas. De qualquer modo, achava que elas eram demasiadas. Achava que estes países dispunham, no Conselho de Ministros, de uma possibilidade menor de ver reflectidos e tratados os seus problemas do que no Parlamento Europeu, onde se deveria fazer um esforço especial para ver debatido o tema do desenvolvimento. Falámos sobre “monitoring”; disse que um só comité para tudo corria o risco de se ver paralisado; por isso preconizava a existência de vários. Recomendou que se não fosse demasiadamente pormenorizado nessa função; deveria ser a eficácia a guiar-nos.

Fui, depois, encontrar-me com o Ministro de Estado, Tom Kitt. Achava que o encontro dos ministros responsáveis pela política regional era muito oportuno. Mas recomendava que se insistisse muito na avaliação dos esforços feitos em matéria de desenvolvimento. Achava que todo o processo era muito lento; deveríamos aprender a ser mais lesto nesta matéria. Se havia necessidade de novos regulamentos, a Comissão deveria prepará-los com rapidez. Entendia que afectar 15% dos recursos dos fundos estruturais para iniciativas comunitárias era excessivo; deveria ser muito menos. Privilegiava o transporte marítimo e o apoio a todas as componentes do sector.

Encontrei-me com o Noel Treacy, Ministro de Estado no Departamento das Finanças, que começou por elogiar o dinamismo que estávamos a imprimir ao processo. Manifestou-se contra o excesso de regulamentos e de burocracia. Também protestou contra os 15% afectados a iniciativas comunitárias; os britânicos, disse ele, não eram “over-enthusiastic” em relação às mesmas. Achava que a Europa deveria ter um peso maior do que o que estava a ter na condução dos negócios mundiais. Concordava com a rede transeuropeia de transportes. Recomendou que se olhasse para as implicações macro-económicas das acções que eram propostas e que não se pormenorizasse demasiadamente os regulamentos, porque isso seria inconveniente.

Na tarde do dia 23 voei para Londres e encontrei-me, no dia 24, com o Ministro da Indústria, Sir Timothy Sainsbury, um político da riquíssima família dona dos supermercados com o mesmo nome, filho e irmão dos chefes da empresa e grandes mecenas de numerosas iniciativas, nomeadamente no campo da saúde e da nova extensão da National Gallery, um lugar alto da pintura, em Londres. Também este mostrou reservas em relação às iniciativas comunitárias, recomendando uma reforma profunda do sistema de programação utilizado que considerava antiquado. Gostaria que houvesse uma mudança radical do sistema em vigor, de modo a conseguir-se maior operacionalidade na actuação. Queria uma definição mais clara dos papéis dos diferentes intervenientes, nomeadamente no que respeitava à criação de emprego. Entendia que a simplificação era um imperativo (“a must”). Depois de tantas conversas regressei a Lisboa, preparado para enfrentar os desafios da condução da reunião que estava a chegar!

*

No dia 27 de Abril recebi o presidente do INSCOOP para fazer o balanço da 3ª Conferência Europeia de Economia Social. Era preciso publicar as conclusões. Uma das recomendações feitas havia sido a criação de um Instituto de Economia Social que nos parecia dever ficar sob a tutela do Ministério do Emprego e da Segurança Social. Contudo, ele próprio estava entusiasmado com a hipótese de tal ficar na esfera do INSCOOP; era preciso ver as vantagens e inconvenientes de uma e de outra solução. O novo Estatuto da Cooperativa Europeia deveria avançar, pelo que foi preparada uma nota para o Primeiro-Ministro decidir sobre quem a apresentaria em Bruxelas. Havia sido sugerida a criação de um conselho científico, no quadro do INSCOOP, para supervisionar a produção de uma Revista de Estudos de Economia Social; decidimos então elaborar uma lista de seis nomes para o integrar, cobrindo diversas áreas: a histórico-cultural, a económica, a social e a institucional-organizativa; depois far-se-iam os convites; aconselhei a que fosse elaborado um “livro de estilo” para a dita publicação.

Iria haver um encontro dos PALOP no domínio da Economia Social. Nesse dia soube que o Brasil já estava a organizar um segundo encontro, porque queria levar por diante uma acção de cooperação com países africanos. Seria bom, do nosso ponto de vista, editar um boletim neste domínio para esses países, elaborado em conjunto com eles e com o Brasil, não deixando este país ocupar todo o espaço sozinho.

O Presidente sugeriu que se aproveitasse a Conferência do Rio, sobre o Ambiente, para fazer a apresentação de um opúsculo introdutório. Animei-o a fazê-lo. Propôs-me lançar um programa de cooperação entre cooperativas agrícolas portuguesas e brasileiras. Disse-lhe que a ideia era interessante, mas que não alimentasse muitas ambições relativamente a ela. Para alguém se abalançar e cooperar com outro é preciso estar forte e seguro na sua posição; ora, esse não era o caso das cooperativas agrícolas portuguesas, em cujo seio havia um ou outro sector menos fraco sendo, no entanto, o conjunto pouco robusto e muito desigual. Eu não sabia nada acerca das cooperativas agrícolas brasileiras, mas admitia que elas não possuíssem também uma estrutura de conjunto forte com a qual pudéssemos dialogar. Pedi-lhe para se informar.

Propôs-me que se elaborasse um programa de formação para gestores cooperativos. Eu disse-lhe para avançar. Tudo o que é formação se revela útil, mais tarde ou mais cedo; além do mais, durante a Conferência, ele tinha falado com os representantes espanhóis e italianos a esse respeito e eles ofereceram-lhes colaboração em matéria de programas e de formadores; era terreno mais seguro do que a sugestão anterior. Disse-me, também, que tinha sido abordado pelos delegados de Marrocos que gostariam de colaborar connosco no sector cooperativo. Fiquei de falar com o Ministro dos Negócios Estrangeiros para saber da oportunidade de o fazermos.

Impunha-se uma revisão da legislação então em vigor. Recomendei-lhe que avançasse com sugestões sempre elaboradas em colaboração com a CONFAGRI e com a CONFECOOP cujos associados iriam ser afectados pelas mudanças que fossem feitas. Era bom começar pela detecção dos estrangulamentos sentidos que pudessem ser ultrapassados por via de decretos-lei. A elaboração de um Código Cooperativo reclamava a acumulação de todo o material legislativo existente e um estudo crítico sobre o mesmo. Parecia-me que ainda não estávamos maduros para o fazer. Sugeri que se abrisse o campo à polivalência das cooperativas que talvez contribuísse para uma difusão do modelo cooperativo. Uma coisa era possível, desde logo: a alteração do número de cooperadores e o aligeiramento dos seus órgãos; em alguns casos, estava a observar-se que não havia cooperadores para guarnecimento de tantos órgãos; era por aí que se deveria avançar. Por outro lado, tinha de se estar atento aos capitais mínimos exigidos; se fossem altos não haveria cooperativas; se fossem demasiadamente baixos não teriam braços para fazer nada e rapidamente cairiam na mão dos credores ou, então, iriam à falência. Interessavam-me mais os aspectos práticos: organização, guarnecimento dos órgãos e seu funcionamento, capital, etc.; o ideal cooperativo já estava bem documentado entre nós, através dos trabalhos de António Sérgio e do seu discípulo, o Prof. Ferreira da Costa, que tinham escrito abundantemente e em excelente Português.

Por isso recomendei que se desse especial relevo aos aspectos financeiros (capital, em primeiro lugar), procurando uma cooperação com o Montepio e com a Caixa Central, os quais possuíam conhecimentos e uma vasta experiência prática no sector.

*

Os fundos estruturais mereciam-me grande cuidado, porque eu tinha o encargo de assegurar a sua coordenação, mas eles despertavam o interesse de todos, dado que para fazer obra, a maior parte dos meus colegas contava com contributos que poderiam ir de 50% a 85% das iniciativas que se propunham levar a cabo. Também interessavam ao Ministro das Finanças, porque aliviavam o Tesouro e estimulavam a Economia e, por via desta, criavam mais receitas para o Estado. Por isso é que eu digo que era um tema que mobilizava todos.

Em 28 de Abril houve uma reflexão geral sobre o tema. As taxas de execução não estavam mal em globo, mas eram um tanto diferentes consoante os sectores. Era preciso que fossem todas boas!... Estava a haver algumas dificuldades na transferência de verbas; em Bruxelas diziam-me que era devido à incorrecção da “papitada” que é sempre superabundante; os visados, ao contrário, protestavam que tudo estava a ser feito de acordo com as instruções recebidas. Eram verdadeiras as duas situações!...

Mas punham-se as perguntas: estaria a ser a distribuição regional a mais adequada? E os eixos escolhidos seriam eles os mais eficazes instrumentos de desenvolvimento? Estávamos a ser avaliados dentro e fora do país! Eu costumava dizer que nos ocupávamos a fazer o óbvio, tal tinha sido a dieta de iniciativas durante tantos anos. Mas a verdade é que se revelava sempre como salutar criticar as decisões tomadas anteriormente, nomeadamente porque, em relação a algumas delas, já havia resultados e, portanto, poderia aferir-se o acerto do que havíamos decidido. Era evidente que, em alguns sectores, se sabia que as realizações eram mais fáceis do que noutros. Mas a iminência da chegada do “Paquet Delors II” justificava amplamente que levantássemos todas as dúvidas e discutíssemos o assunto; em alguns sectores havia mesmo atrasos e eles não tinham a ver com a inexistência de contrapartida interna; correspondiam, mesmo, a dificuldades de organização.

Mas 1992 era um ano crucial porque serviria de referência para muito do que se passaria a seguir. Quais os sectores em que deveríamos apostar mais: Nos Transportes? Na Ciência? No Turismo? ... Não era em relação ao FEDER que se levantavam mais dúvidas, porque a execução das obras é fácil de assegurar e de controlar. As nossas preocupações maiores iam para o FSE e para o FEOGA (orientação),

onde havia um peso grande de acções imateriais, por isso mais difíceis de “agarrar”. Por outro lado, havia a repercussão das despesas de investimento em despesas correntes e estas pesavam quase todas sobre o Orçamento de Estado; ora, raras vezes, os proponentes das primeiras explicitavam as segundas e isso determinava embaraços quase certos sobre as finanças públicas.

A Administração Comunitária não estava isenta de culpas. Alguns funcionários gostavam muito de ter protagonismo. Era preciso contê-los sem suscitar a sua animosidade. Já o disse várias vezes ao longo destas memórias: é preciso tê-la sob controlo e isso não se passa nem sempre nem em todos os sectores. Mas suponho que quem estuda “Burocracia” sabe muito bem destas derivas e da necessidade de as conter.

Devo repetir o que já disse muitas vezes: eu tive a sorte de coordenar uma equipa admirável e entusiasmada, à frente da qual estava a Secretária de Estado Isabel Mota. Ela conhecia a engrenagem de Bruxelas e sabia motivar os seus colaboradores directos. O que mais nos irritava era a ingerência da Administração Comunitária feita através de firmas por ela contratadas para “acompanhar” programas ou projectos; a sua “lealdade” dirigia-se, obviamente, para quem lhes pagava; mas isso não poderia ser feito à custa de “fabricar” incidentes só para se valorizarem. É certo que a Administração Comunitária não tinha nem tem meios para fazer directamente o acompanhamento e a avaliação de não sei quantos Quadros Comunitários de Apoio. Mas não deve pôr-se como propósito controlar tudo, pagando a alguém que interpreta a sua função na esperança de vir a ser mais vezes contratado se levantar muitas objecções e mostrar um zelo invulgar.

O nosso propósito maior era estimular a Economia e, ao mesmo tempo, procurar a harmonização regional. Mas sabíamos que havia iniciativas que não poderiam mesmo vingar em locais remotos, longe dos grandes centros. Pretendíamos assegurar que houvesse recursos humanos preparados para as mais exigentes tarefas. Ao contrário de uma boa parte de outros países periféricos, a área de comercialização era para nós muito importante. Lamentávamos que houvesse empresas que não estavam suficientemente capitalizadas para levar a cabo iniciativas que estavam na sua mente; mas elas próprias não conseguiam convencer a Banca e a função do Estado não era assegurar a cobertura de todos os riscos. A verdade é

que o País não era rico, nem o são as suas empresas; falta-nos capital para arriscar; neste caso para formar as contrapartidas nacionais. Em relação aos pequenos projectos era sentimento geral de que poderíamos ser menos exigentes em termos processuais. Aliás nós queríamos ir abandonando a lógica dos subsídios a fundo perdido, passando a utilizar mais os fundos de capital de risco; mas isso teria de ser feito através da Banca e esta não estava acostumada a “trabalhar sem rede”, avaliando o risco inerente a cada projecto apresentado. Aborreciam-nos os projectos desgarrados, mesmo que dentro de uma única empresa; queríamos que houvesse uma concentração de acção que revelassem a existência de uma estratégia. Esta minha obsessão não era só em relação às Autarquias ou aos espaços regionais; era também para as empresas. E aqui, eu e o Ministro da Indústria pensávamos do mesmo modo. Conviemos em que seria bom descativar as verbas de projectos que não estivessem a ser executados. Daríamos um sinal aos negligentes e iríamos em apoio dos diligentes. Para isso teríamos de incentivar a verificação física da execução dos projectos.

Havia, além disso, a questão da qualidade. A sua verificação não era difícil em relação às obras, porque dispúnhamos de competência generalizada tanto a fazê-las como a fiscalizá-las. A área mais sensível, a este respeito, era a da formação profissional, onde haviam sido detectados alguns “espertos”. Por outro lado, subsistiam algumas lacunas importantes como era o caso da formação dos quadros intermédios e dos pequenos gestores.

Há muito que estava fora de causa fazer a compensação das despesas correntes através do PIDDAC. Mas havia sempre casos aflitivos em que a tentação era grande. Posso assegurar que nunca me deixei comover nessa matéria que estava, aliás, claramente estabelecida. Os sectores em que essa tentação mais ocorria eram os que tinham construído edifícios e comprado equipamentos que reclamavam pessoal novo e preparado para com eles operar. Não se pode furar a regra, porque isso significa empurrar para a frente, no tempo, a resolução de um problema que só pode vir a agravar-se.

Para estas sessões de análise eu preparava quadros com a informação disponível. Era natural que os ministros responsáveis por programas com piores resultados se sentissem desconfortáveis. Por isso eu mandava os papéis com antecedência e

telefonava solicitando que reunissem informação explicativa complementar. Em muitos casos não estava na mão deles conseguir bons resultados; mas era preciso que soubessem as causas do sucedido. Por outro lado, havia sectores ou programas que tinham conseguido níveis excelentes de execução; todos estes exibiam em comum um acompanhamento incansável dos órgãos responsáveis por o fazer. Mas, sem citar exemplos, posso referir que se foram alterando muitos comportamentos no bom sentido, ao longo do tempo.

*

Em princípios de Maio de 1992 foi anunciada uma greve no Metropolitano de Lisboa. No sector dos transportes quem domina, tradicionalmente, o movimento sindical é o Partido Comunista, através da CGTP e esta através da FESTRU. Mas havia, também, alguns sindicatos independentes. Por isso não era fácil identificar um interlocutor que assegurasse um diálogo eficaz. Era preciso definir serviços mínimos de três horas de manhã e outras três horas da parte da tarde e fazer a respectiva requisição. Fazia muito tempo que não havia uma greve dos transportes em Lisboa!

*

A política de emprego era um tema recorrente no período antes da agenda nas reuniões do Conselho de Ministros. Assim foi em 7 de Maio.

Era importante assegurar uma boa coordenação das políticas económica e social e dar prioridade às acções que visassem a preparação dos recursos humanos. No âmbito europeu havia a chamada MISEP – Mutual Information System of Employment Policy – que referia a existência de 62 instrumentos de acção praticáveis; todos nós os líamos e não somente o Ministro do Emprego que se empenhava, continuamente, na sua divulgação. A preocupação com a produtividade era generalizada; mas ela passava pela valorização dos recursos humanos e pela educação profissional. A panóplia de instrumentos era variada, mas eles custavam dinheiro e o orçamento da Segurança Social não suportava toda a sorte de encargos em que poderíamos estar envolvidos. Daí a necessidade de diversificar as fontes de recursos.

Preocupavam-nos, especialmente, os jovens e, dentro destes, aqueles que não conseguiam alcançar a escolaridade obrigatória; isso por sabermos que o seu grau de empregabilidade dependia muito do seu nível de preparação. Curiosamente, nessa altura, as profissões onde havia mais falta de formação eram as ligadas à hotelaria e restauração; não é o caso hoje (2016). Foi nessa ocasião que se lançou um sistema de informação profissional, para divulgar as oportunidades existentes, se criaram as bolsas de formação de iniciativa do trabalhador e se estabeleceu um observatório permanente da situação do emprego, no seio do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP); com este último pretendia-se ser capaz de antecipar as medidas adequadas.

*

A situação de seca, em Maio de 1992, era muito séria. O ano tinha já a classificação de “muito seco ou extremamente seco”. Em Abril desse ano, as albufeiras a norte do Tejo estavam a 55% da sua capacidade e as situadas ao sul a 57%, quando deveriam estar bem acima dos 90%! A captação de águas subterrâneas não poderia ser feita de qualquer maneira. As Autarquias que a quisessem fazer tinham de ter aconselhamento técnico. Nessa altura, já o Ministério do Ambiente havia realizado furos no valor de 1,5 milhões de contos. Mas ouviam-se protestos veiculados, especialmente, pela ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses). Assim, foi decidido elaborar, com urgência, um plano para actuação imediata. Nele se deveria incluir uma campanha de informação generalizada para poupança de água; na preparação do plano deveria ser envolvida a ANMP. Aquilo que teria de figurar como instrumento seriam: a perfuração de furos para captação de águas subterrâneas; o transporte de emergência de água e um esquema de incentivos à poupança de água.

A mim preocupava-me, particularmente, a situação de alguns Municípios que não iriam dispor de água no Verão, mas que ainda não se tinham dado conta da ameaça que sobre eles pesava. Era evidente que na linha da frente da actuação estavam as Autarquias, junto de quem as populações começariam por procurar remédio. Mas era fatal que acabaria por ser o Governo a ter de facultar às Autarquias quer aconselhamento, quer dinheiro, se não mesmo meios para actuar directamente.

A elaboração do plano seria coordenada pelo Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais com envolvimento directo dos Ministérios da Administração Interna, do Planeamento e Administração do Território, da Agricultura e da Indústria e Energia. Admitia-se a colaboração activa das Forças Armadas. Teria de se estar atento à evolução do preço da água. Em situações de penúria todos os absurdos surgem.

*

Em fins de Maio fizemos o balanço do que nós chamávamos os assuntos comunitários. O número de realizações da programação feita para a nossa presidência era muito elevado, sobressaindo em comparação com as últimas presidências. A estratégia a seguir devia ser aquela que nós adoptámos: fazer o máximo nos primeiros meses; se se deixar muita coisa para o fim, haverá seguramente atrapalhamentos e, mesmo que não haja, quem beneficia do esforço é a presidência seguinte. Mas ainda havia muito a fazer: só em Junho realizar-se-iam treze Conselhos de Ministros, além do Conselho Europeu.

Nós tínhamo-nos aplicado não só em assuntos internos da Comunidade, mas também no aprofundamento das relações da Europa com muitas partes do mundo com as quais mantínhamos contactos fluídos. Havíamos: celebrado um acordo euro-magrebino; tido uma reunião para cooperação com os países do Golfo; assinado acordos de cooperação com a Bulgária e a Roménia, com o Mercosul e outro, dito de 3.^a geração, com o Brasil; outros com Macau, com os três Estados Bálticos e com a Albânia. Havia sido assinado no Porto o acordo do Espaço Económico Europeu (EEE – países da EFTA) e do (CEI), em Lisboa.

No que respeitava ao Mercado Interno, havia-se celebrado um acordo sobre a 3.^a Directiva Vida; outro sobre o reforço dos direitos de autor; um outro que procedia à chamada “harmonização” dos metais preciosos. Tinha-se produzido o Código Aduaneiro e procedido à abolição das fronteiras internas pós-1992.

Tinha-se assegurado o “follow-up” do Conselho de Maastricht no que tocava às estruturas institucionais, à manutenção da unidade do Conselho, aos coordenadores da livre circulação de pessoas e à ratificação do próprio Acordo de Maastricht.

Em relação ao Uruguay Round, que tanto nos preocupava, tinha-se alcançado um acordo sobre a Política Agrícola Comum, o que tinha incutido um novo ânimo à

organização, contribuindo para fazer avançar as negociações (Para nós o verdadeiramente importante era o têxtil e o chamado acordo multi-fibras).

Na sequência da aprovação do “Paquet Delors II”, tínhamos estimulado uma série de reuniões do COREPER, permitindo passar-se de uma fase de carácter técnico para uma outra, de natureza política, que era o que interessava mais.

Estava-se a assistir a um movimento, por parte de alguns países, insistindo na contracção das despesas. Ora isso ia contra a realização da coesão económica e social. Os sectores em que mais se exprimia essa pressão respeitavam à Indústria e à Investigação Científica e, naturalmente, à Política Agrícola Comum, ainda com níveis “absurdos” no que respeitava à garantia dos preços.

Todos os Estados da EFTA iriam apresentar a sua candidatura à Comunidade Europeia até ao fim desse ano. A Suíça queria ligações especiais, nomeadamente no campo da Investigação Científica.

O Primeiro-Ministro Cavaco Silva tinha, na cimeira de Rhodes, tomado a iniciativa de propor a criação de um programa especial para as ilhas europeias que designou como regiões ultra-periféricas. O programa veio a chamar-se POSEIMA e acabou por ser formalmente aprovado em 27 de Maio.

Haviam sido aprovadas sanções à Sérvia e ao Montenegro, por acontecimentos que tinham ocorrido no território da antiga Jugoslávia; tínhamos a sensação de que a região estava a ser o palco de uma luta entre interesses que não eram os deles. Haveria de passar muito tempo antes do assunto se esclarecer e de muitas mortes que enlutaram todo o processo.

Em matéria de transposição de directivas – um indicador que em Bruxelas continua a ser olhado de perto – tínhamos conseguido um nível considerado como excelente e que era importante assegurar pelo país que desempenhava as funções de presidente da Comunidade Europeia.

Em relação ao acordo de Schengen assistia-se a uma grande pressão para andar depressa, por parte da França, da Alemanha e da Espanha; queriam que o tratado entrasse rapidamente em vigor. Mas havia que afinar o funcionamento das fronteiras nos aeroportos e testar processos seguros de proceder à triagem entre voos externos e internos (Hoje tudo isto está generalizado e ninguém tem dúvidas, nos aeroportos europeus, em relação ao caminho por onde há-de seguir). Mas nós

precisávamos de cerca de 17 milhões de contos para assegurar a preparação de todas as nossas fronteiras; só a ANA, para a adaptação dos aeroportos, precisava de 10 milhões; o resto era para as fronteiras marítimas e terrestres. Mas já havia alguns países que tinham manifestado a sua impossibilidade de cumprir com as regras estabelecidas, a solução tendo sido a derrogação do tratado para alguns aeroportos, até estarem nas devidas condições.

Nós estávamos muito empenhados na elaboração de uma Carta Europeia da Energia, na sequência da celebração de um acordo em Lisboa. Éramos os dinamizadores do processo. Nessa ocasião, Portugal era o país da Comunidade que menos CO₂ produzia (0,9 ton/hab/ano). Queríamos reduzir ainda mais; mas havia alguns que produziam 2,6 ton/hab/ano! A dimensão do esforço que tinham de fazer era muito maior.

O Ministro do Ambiente só pensava na Conferência do Rio que iria ter lugar brevemente. Temia-se que ela fosse somente um “show” mediático. A verdade é que representou um marco de que muitos ainda hoje (2016) falam. A posição mais generalizada em relação ao CO₂ era a cobrança de uma taxa; mas havia alguns que reagiam. A Comissão Europeia havia tomado a decisão de não se fazer representar na Conferência; havia, realmente, poucas expectativas em relação aos resultados prováveis, mas também ocorria alguma parte de “fita”.

Em relação ao fundo de coesão, nessa ocasião, tanto a Irlanda como a Grécia já tinham manifestado a sua opinião de que deveria ser 50% para infra-estruturas e 50% para o ambiente. Portugal e Espanha preferiam que não ficasse consignada nenhuma posição. No Governo só o Ministro do Ambiente é que citava muito o exemplo daqueles dois países; os outros não queriam ficar presos a nenhum compromisso que poderia revelar-se inconveniente.

A Política Agrícola Comum não poderia ficar na mesma. A Itália invocava ameaçar o “interesse vital” para manter certos apoios. Havia já nessa ocasião uma chamada “guideline” que ninguém queria ultrapassar. Em relação à dupla PAC/GATT, a iniciativa portuguesa no âmbito do Uruguay Round tinha feito “passar a bola” da Comunidade para os Estados Unidos, mas nestes decorriam eleições...

No âmbito das Finanças, o que suscitava mais discussão era a supervisão multilateral; estava, no entanto, a avançar. Também se discutia a convergência e

os seus aspectos estruturais. Este tema passava-me por perto. Mas no domínio das fronteiras fiscais, a Comunidade tinha de lidar com a recusa do Reino Unido em cooperar.

Mas havia muitos mais “dossiers” a avançar.

O Conselho Europeu a realizar em Lisboa teria enorme importância, porque muitos deles só teriam o seu epílogo nesse mesmo encontro, como era hábito, aliás. Nessa ocasião, avultava a questão da localização das sedes dos organismos europeus: eram dezassete que estavam em causa! Uma delas, a do Banco Central, que acabou por ir para Frankfurt.

*

Em princípios de Junho de 1992, tínhamos razões para estar satisfeitos com o modo como decorria a nossa presidência da Comunidade Europeia. Iria haver um “referendum” na Dinamarca, em matérias europeias. Os outros países já haviam concordado entre si que o resultado dessa consulta não iria impedi-los de caminhar no sentido da constituição de uma União Europeia. Estava fora de causa que houvesse qualquer negociação para satisfazer a vontade da Dinamarca. Nem se iriam alterar os processos de ratificação em curso para a adesão de novos membros. Por maioria de razão, o nosso programa de acção da presidência não seria modificado em nada.

Havia “dossiers” em curso de apreciação a que nós atribuíamos grande importância: quatro no domínio da política industrial e de energia; neste último domínio preocupava-nos a diversificação das fontes de energia primária; também as energias renováveis e a conservação da energia mereciam a nossa atenção. Contemplava-se a criação de um conselho permanente da conservação da energia que seria coordenado pelo Secretário de Estado do sector. Ainda estava por resolver o caso das dívidas das Câmaras Municipais à EDP; e a que mais cuidados nos dava era a do Porto; havia quem propusesse a cativação de 10% das verbas do FEF; mas nem essa medida contundente resolveria a situação nas cinco Câmaras mais devedoras. Foi, então, que se começou a analisar a reestruturação da EDP, separando as funções da produção, do transporte e da distribuição. Tínhamos que concordar que, nessa altura, a qualidade do serviço de relações

com os consumidores era péssima (coisas ligadas à “herança” de uma companhia majestática, com funcionários pouco preparados para assegurar essa charneira, em termos civilizados...).

Nessa ocasião foi-me comunicado que o sector da energia estava preparado para começar a analisar com o MPAT as suas contribuições para o PDR que deveriam ter uma tradução tangível no QCA. Foram logo avisando de que queriam ter um equivalente ao projecto REGEN que fosse uma sua sequência ampliada... Coisa semelhante se passava em relação à Indústria. Era manifesto que o PEDIP havia sido um sucesso. Tive ocasião para recomendar que se procurasse uma articulação visível com a política industrial comunitária; isso facilitaria a minha negociação do QCA. Sublinhei que era importante não se perder a grande coordenação interna que tinha havido até então. Já me referi ao papel notável do Eng.º Albertino Santana. É justo que sublinhe, também, o acompanhamento permanente quer da preparação quer da concretização do programa pelo Ministro Luís Mira Amaral e pelo Secretário de Estado Luís Alves Monteiro. Mas nós queríamos mudar um tanto a orientação do programa. Em vez de repousarmos na concessão de subsídios pretendíamos passar a mobilizar mais o recurso aos fundos de capital de risco, de modo a criar mecanismos que perdurassem no tempo, sem se esgotarem de uma feita, nos investimentos realizados.

Como nos competia, insisti em que houvesse uma acção mais expressiva no campo das ligações das empresas aos centros de investigação. Havia uma insatisfação patente em relação ao papel desempenhado pelo LNETI. Este era, aliás, um domínio em que se manifestavam queixas generalizadas por toda a Europa. Compreende-se, por isso, o meu contentamento quando, hoje, (2016), visito empresas pequenas, por critérios europeus (menos de 500 trabalhadores) e que referem, com a maior naturalidade a colaboração que mantêm com a *universidade A* ou com o *laboratório B*. Progrediu-se muito neste campo.

Eu sempre defendi a existência de uma indústria forte (e de uma agricultura moderna...). Nunca embarquei nos entusiasmos infundados de uma economia totalmente terciarizada! A Europa que se antecipou nesse movimento, porque essa era a moda de então, hoje torce a orelha por ter perdido empregos e tradições que não se retomam facilmente. O frenesim das modas é sempre negativo.

A serenidade aliada à confiança de fazer bem contém muitas virtualidades. Não nos parecia que pudesse haver um país desenvolvido sem uma indústria competitiva; era nesta que se deveria apostar.

*

Em França há personalidades muito especiais a desempenhar altos cargos electivos regionais. Uma das mais coloridas era, seguramente, Jacques Blanc, médico de profissão e presidente do Conselho Regional do Languedoc- Roussillon. Raramente se vê alguém tão empenhado no exercício do seu cargo e com uma ambição tão patente de “mudar o mundo”!... Encontrou-me em alguns acontecimentos internacionais e fez-me a distinção de considerar que talvez eu o pudesse ajudar na sua notabilíssima tarefa. Tomou um avião e veio a Lisboa só para me expor o que tencionava promover na sua região para a arrancar à modesta posição que ela ocupava, em termos de desenvolvimento, na escala das regiões francesas. Queria o meu auxílio em Bruxelas. Expôs-me o seu programa com tanta convicção que, ainda hoje (2016), me lembro da hora a que ele passou pelo meu gabinete a justificar todas as medidas de um vasto rol que traduzia, antes de tudo o mais, uma dedicação imensa à sua terra!

*

Em 12 de Junho fui a Vila Viçosa, a convite do presidente da Fundação da Casa de Bragança, para inaugurar a nova armaria cuja montagem havia sido subsidiada por fundos comunitários. Tratava-se de uma nova secção de exposições do imenso espólio do palácio que ajudaria a atrair e a reter visitantes e a estimular o gosto pelo nosso património. A colecção é, de facto, magnífica e as modernas técnicas de apresentação deste tipo de artefactos, acompanhadas de uma investigação rigorosa acerca de cada peça exibida, tornam a visita inesquecível. Felicitei os responsáveis que tiveram a atenção de estar presente.

Dali parti para Elvas, onde, na Estação Nacional de Melhoramento de Plantas, tive uma reunião, agora com o responsável pelo pelouro da investigação científica e tecnológica. Já o disse noutro lado: a Estação, pelo menos nessa altura, era um centro de excelência que devia o seu estatuto à dedicação de uns poucos cien-

tistas que viviam para a experimentação e produziam conhecimentos valiosos para a agricultura. Fiquei, sempre, com a impressão de que os resultados do seu trabalho não eram objecto da “extensão” que mereciam. Mas isso já não era do foro deles, nem do meu.

*

No dia 17 de Junho tive uma audição da Comissão para o Controlo Orçamental do Parlamento Europeu. O seu interesse era especialmente relativo à forma como nós havíamos aplicado as ajudas comunitárias no nosso desenvolvimento. Comecei por fazer uma circunstanciada exposição sobre os domínios que haviam sido apoiados, justificando as escolhas e a estrutura administrativa que tínhamos montado para fazer a selecção dos projectos a apoiar e para acompanhar a sua execução.

O chefe da missão era um italiano, Calogero Lo Giudice, que referiu que a sua comissão se havia pronunciado positivamente em relação à forma como nós tínhamos aplicado os fundos em Portugal. Isso havia sido feito com base nas informações que a Comissão Europeia lhes tinha fornecido. Mas estava grato que eu tivesse feito uma exposição que considerava como muito esclarecedora. Apesar de o ter sido, subsistiam algumas questões: qual era o resultado dos apoios de pré-adesão? E do PEDAP? Parecia-lhes que a regulamentação comunitária não estava completa (uma “mordidela” na Comissão...) e que a coordenação e o controlo não eram satisfatórios; quanto a este último, considerava-o puramente formal. Pretendia ver um maior enquadramento dos fundos estruturais na política macro-económica; isso transparecia nos relatórios da Comissão.

O Senhor Tomlinson considerou útil ter ouvido a exposição de um membro do Governo Português. Depositava muita esperança no “Paquet Delors II” para a promoção da coesão. Em relação ao Fundo Social Europeu lamentava o número de irregularidades observado em todos os países: entre 1986 e 1989 haviam sido 328 casos, sobretudo no domínio dos pagamentos. Queria que eu me referisse à situação em Portugal, nesse sector e ao que havíamos feito em relação aos casos que tínhamos detectado. Perguntou-me, directamente, se eu achava que estava a ser dada uma boa aplicação aos dinheiros comunitários.

O Senhor Goedmakers referiu que, em 1989, o Tribunal de Contas havia detectado alguns problemas em relação à notificação dos fundos. Parecia-lhe que havia uma coordenação insuficiente entre a Comissão Europeia e o Governo Português; na resposta referi-lhes o número de reuniões havidas entre membros do Governo e a Comissão ou a Administração Comunitária, e entre as duas Administrações. O Parlamento Europeu tinha feito recomendações para a melhor utilização dos fundos; achava eu que se estavam a verificar progressos nesse domínio? Tinha-lhe chegado aos ouvidos que as autoridades portuguesas não teriam sido particularmente exigentes quanto à aplicação das regras! Tive que repetir as funções das diversas instâncias que, em Portugal, eram responsáveis pelo acompanhamento dos projectos. Queria que fossem explicitados os objectivos a alcançar por cada programa ou projecto para, no final, se poder aferir os resultados face aos propósitos previamente enunciados. Havia alguns investimentos cujas consequências só se poderiam apreciar alguns anos depois; isso era particularmente importante no domínio do ambiente; perguntou se essa avaliação era feita e se nela participavam os sindicatos e os grupos ecologistas. Recomendou a distribuição de informação abundante à população. Pela descrição acabada de fazer pode adivinhar-se o grupo parlamentar a que pertencia o interpelante.

O Procurador-geral da República também estava presente e esclareceu que tanto ele como os serviços que chefiava eram autónomos em relação ao poder político. Esclareceu que havia sido o Governo a lançar o primeiro alerta em relação às irregularidades de que se tinha falado.

A sessão teve lugar na Assembleia da República. Por isso estiveram presentes e entrevistaram Deputados portugueses. Um deles foi o Eng.º João Cravinho que quis que eu elaborasse sobre as relações de colaboração entre as autoridades nacionais e as comunitárias, o que eu fiz com gosto, por elas serem exemplares. Referiu-se a um relatório da UCLAF (Unité de Coordination de Lutte Anti-Fraude) que já havia sido enviado à Comissão. Entendia como prioritária a existência de um programa de combate à fraude, matéria a que, também eu, atribuía a maior importância.

O representante da Comissão Europeia que participava na audição referiu-se à excelente colaboração que lhes era dada por Portugal, nomeadamente pela

Inspecção-geral de Finanças que tinha responsabilidades especiais na matéria que estava a ser analisada.

A Senhora Theato recomendou o lançamento de cursos e acções de formação no domínio da Inspecção. O Eng.º João Cravinho recomendou que fossem reforçados os meios dos corpos do Estado que tinham a seu cargo a Inspecção e que se aproveitasse a auditoria que estava a ser feita para se proceder a uma reorganização do sistema, incluindo uma revisão dos regulamentos dos fundos estruturais. O Senhor Tomlinson voltou à liça para dizer que as fraudes “de colarinho branco” eram muito difíceis de detectar; os agentes da fraude, acrescentou, eram mais “espertos” do que as autoridades...

Ficou claro que nós, em Portugal, acompanhávamos de perto a execução dos projectos e os respectivos pagamentos. A imprensa não mostrou interesse pela audição. Separámo-nos todos em bons termos.

Eu apreciei, particularmente, a intervenção do Procurador-geral da República.

*

Em 25 de Junho, a nossa presidência da Comunidade Europeia estava quase a terminar. Tínhamos razões para estar satisfeitos pelo modo como tudo havia corrido. O Conselho Europeu estava para breve. As perspectivas financeiras deveriam constar da agenda. O “Paquet Delors II” estava praticamente discutido; havia demorado quatro meses a fazê-lo; o primeiro tinha levado dezoito meses a afinar! Não se falava, formalmente, no alargamento da Comunidade. Havia sete pedidos de adesão que eram discutidos em muitas reuniões, mas ainda não de modo a serem tomadas decisões definitivas. Estavam na lista os países da EFTA, Chipre, Malta e a Turquia. Ainda não se falava em nenhum dos outros, nomeadamente dos da Europa do Centro e do Leste.

Preocupava-nos a política externa de segurança comum (e ainda não havia qualquer esboço dos “sarilhos” que desabaram nos anos seguintes...). Era óbvio que todos seguíamos com atenção a evolução da situação nos países do Centro e do Leste da Europa. Já relatei, noutro lado, o que foi a minha reunião em Budapeste, com os representantes das comunidades científicas desses países.

Havia uma questão com contornos políticos sérios; era a definição das quotas leiteiras da Itália; tratava-se de iniciar a travagem da absurda Política Agrícola Europeia que tinha gerado, em alguns sectores, excedentes a que não se sabia o destino a dar. O Uruguay Round ainda estava num impasse. Suspeitávamos que, enquanto não houvesse eleições nos Estados Unidos, não iria haver grande progresso...

Esperava-se que, para o Conselho Europeu de Lisboa, viessem cerca de 1.500 jornalistas para cobrir o acontecimento. Era preciso que tudo decorresse sem sobressaltos, de modo a transmitir uma imagem de confiança para dentro e para fora. Essa confiança respeitava, obviamente, à recuperação económica da Europa e do Mundo que era o que interessava às pessoas.

Nessa ocasião, o índice da transposição das directivas, que é muito observado em Bruxelas, punha a Dinamarca em primeiro lugar e Portugal em segundo. Era muito bom para o País que estava a exercer a presidência da Comunidade.

*

A inflação era um tema que nunca deixou de nos preocupar porque estava, sistematicamente, acima do que nós queríamos. Nesse tempo nem se imaginava que, algum dia, pudéssemos vir a estar com cuidados por causa de valores negativos do dito índice. Para tentar ver como se poderia baixar o seu valor, por via da informação, reuni-me, em 6 de Julho, com os Ministros da Agricultura e do Comércio e Turismo e com o Secretário de Estado da Distribuição e Concorrência; este era, nessa ocasião, o Dr. Luís Palha da Silva, recentemente empossado no cargo e que logo mostrou os seus conhecimentos e inteligência.

Era preciso gizar um programa de ataque, assente em informações, recomendações e acções. Tratava-se de divulgar, amplamente, o que em cada momento era mais barato. Conviria que as pessoas soubessem os preços dos diferentes produtos e das diferentes marcas do mesmo produto. Também conviria levar os consumidores a pensar nas melhores relações qualidade-preço; não há nenhum holandês ou inglês que não o faça, sistematicamente. Pensámos que talvez a DECO estivesse em posição de dar indicações nesse sentido. Queríamos definir um cabaz ideal, para cada semana, difundindo-o através da televisão e de folhetos escritos e amplamente divulgados. Dessa maneira poderia haver a substituição

imediate de produtos mais caros por outros que, naquela altura, tivessem melhores preços. Tratava-se de ajudar o consumidor a fazer as suas escolhas. Em relação aos produtos agrícolas havia o Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas que poderia colaborar. Face ao que sabíamos, os melhores dias para anunciar na televisão eram a terça e sexta-feira. Parece uma tarefa que não merece a ocupação do tempo de quatro membros do Governo. Pois não é assim! Tratava-se, na realidade, de tentar induzir uma mudança de comportamento dos consumidores, levando-os à procura permanente do “best value for money”... que não constituiu uma preocupação generalizada dos Portugueses.

*

No Instituto Nacional de Estatística tinha-se adoptado uma nova metodologia para medir a situação do emprego. Ela havia sido aprovada pelo Conselho Superior de Estatística e pressupunha uma amostra de tamanho superior ao da antiga... No princípio de Julho soubemos que a nossa população activa no sector primário era de 11,5%; estávamo-nos a aproximar da média comunitária. A amostra usada no inquérito ao emprego estruturado era de 10.000 empresas, o que melhorava bastante a fiabilidade dos resultados. Um progresso enorme havia-se verificado no número de jovens à procura do primeiro emprego. Em 1987 eles eram 150.000; em 1992, 30.000, um quinto do valor anterior!

*

Em princípios de Julho já dispúnhamos das bases para elaboração do Orçamento de Estado de 1993. Foi decidido que ele deveria ser elaborado no quadro de uma perspectiva plurianual, explicitando um plano de convergência em relação à média europeia. E estabelecido, de modo assertivo, que não haveria, durante 1993, nenhum aumento de impostos. A preocupação do médio-prazo era para evitar o sistema de “stop and go” que, durante tanto tempo, tinha caracterizado a evolução da economia portuguesa. A nossa pretensão era de que o escudo integrasse a moeda única em 1 de Janeiro de 1994, quando avançasse a segunda fase da União Económica e Monetária. Para isso o défice, em 1993, deveria ser menor do que em 1991 e, portanto, inferior a 4%. O enquadramento internacio-

nal não era famoso; havia uma falta de dinamismo patente. Como tenho dito, várias vezes, a inflação, para nós, representava uma preocupação constante; queríamos trazê-la para cerca de 6% em 1993. Estava fora de causa que a despesa do Estado subisse. Foi definido um nível de poupanças da ordem dos 10%, excluindo o PIDDAC e os aumentos de vencimentos previstos.

Fixado o tecto do PIDDAC, eu havia feito alguns cenários de distribuição que tinha submetido ao Primeiro-Ministro. Analisámos as implicações das diversas alternativas e optámos por uma que eu deveria negociar com os sectores. Era evidente que ninguém se revia nela! Protestaram, porque, se era certo que a proposta de Orçamento de Estado respeitava o plano de convergência, ela não atendia ao programa eleitoral do Governo, nem sequer ao próprio Programa do Governo!... Deveríamos dar prioridade a este último e considerar o plano de convergência um mero condicionamento orientativo! Os valores elevados das taxas de juro não iriam favorecer a reconversão da economia real. A proposta feita era muito ambiciosa e, por isso, seguramente difícil de realizar. Estavam a ser os ministérios da economia real os mais sacrificados (redução de cerca de 10%). Na proposta de OE 93 via-se que, em conjunto, os Ministérios da Defesa, da Administração Interna e da Educação representavam cerca de 80% das despesas; era aí que era preciso economizar! Queixava-se um que ao Ministro das Finanças só importava o défice e a convergência, mas as preocupações do plenário eram diversas. Se comparássemos Portugal, em matéria de infra-estruturas com outros países europeus, poderíamos ver como estávamos longe deles! O que era baixa, em Portugal era a poupança. E muito elevado o peso da dívida pública. Deveríamos fazer um grande corte em organismos pouco produtivos que só existiam para pagar aos funcionários... Tinha que haver mudanças de estrutura, na despesa e não apenas reduções homotéticas. Era certo que o nosso “ratio” de funcionários públicos era inferior à média europeia; mas a verdade é que, se precisássemos de responder a algo de novo, não dispúnhamos de pessoal adequado. O aumento previsto para as Autarquias Locais era considerado como absurdo, por todos os outros menos por mim que era quem teria de aguentar a discussão com elas! Na Saúde havia défices acumulados; a dívida em relação aos fornecedores e aos laboratórios era de mais de um ano! Por isso com a verba prevista seria impossível gerir o Minis-

tério! Como é que havia contradição entre o Programa do Governo e o programa de convergência? O investimento tinha um efeito de arrastamento nas despesas correntes e a isso não se havia atendido. Existiam ministérios em que a estrutura era muito rígida e não poderia ser radicalmente alterada de um ano para o outro. Não queriam acreditar que aquela proposta fosse a definitiva... devia ser, apenas, um primeiro borrão!... Pior do que o “stop and go” era o “stop and stop” que estava a ser proposto. Não se haviam feito, no passado, as melhorias necessárias na qualidade dos funcionários; agora não tínhamos braços para responder aos desafios do futuro. O plano de convergência era feito em nome de uma política de desenvolvimento ou tinha outra intenção? Houve quem dissesse que a situação era desesperada, mas não devia ser grave, porque todos os anos era assim... Por que é que estávamos só a falar em despesas e não abordávamos as receitas? Era nestas que deveríamos ir procurar as respostas às nossas angústias! Uma das respostas possíveis seria tentar obter mais fundos estruturais.

Era verdade o que dizia o meu colega quando lembrava que todos os anos era assim! A primeira reacção gerava sempre protestos, não fosse ficar a ideia de que alguém se contentava com o que lhe era atribuído. Começava, então, uma longa ronda por todos eles, em matéria de PIDDAC que implicava o diferimento de um ou outro projecto para o ano seguinte. Em relação ao orçamento propriamente dito as coisas eram mais difíceis. Envolviam grandes tratos com o Ministro das Finanças que, habitualmente, começavam por conversas dos Secretários de Estado com o Colega do Orçamento. Mas tudo acabaria por passar por um diálogo tri-partido que também envolveria o Primeiro-Ministro. Em resumo, as coisas acomodar-se-iam sempre com ranger de dentes, mas havia que avançar...

*

Em 14 de Julho visitou-nos o Ministro Josep Borrell que, nessa ocasião, era o Ministro de Obras Públicas, Transportes y Médio Ambiente de Espanha. Que-ria falar comigo e com o Ministro português das Obras Públicas. Era, manifestamente, um homem muito inteligente, mas algo temperamental; os seus colaboradores admiravam-no, mas não estavam muito seguros acerca das suas reacções... O tema era o da articulação das redes de transportes entre Portugal

e Espanha que já havia sido objecto de anteriores encontros. O meu Colega não tinha uma relação fluída com o Comissário Van Miert com quem eu me entendia bem. Ele pretendia que houvesse uma proposta comum a Portugal e Espanha; mas esta tinha que ser concertada entre os dois países, cada um aprovando a do outro. Era neste sentido que ele me havia solicitado que conduzisse a conversa. Depois da apresentação do tema, Borrell fez uma longa exposição. Parecia-lhe bem que se desenhasse em conjunto as duas redes; uma proposta em conjunto era melhor; nós andamos mais depressa do que Bruxelas. Em Espanha falava-se muito da ligação de TGV, entre Madrid e Lisboa, mas ele estava convencido que esse sonho seria para os nossos netos concretizarem (Como tinha razão!...). Propunha que tivéssemos, como horizonte, o ano de 2007 e, mesmo assim, dividido em dois períodos: 1993/2000 e 2000/2007. A ligação Ayamonte-Huelva, em auto-estrada estaria concluída no primeiro período. Mas, queixou-se, o orçamento de 1993 seria todo dedicado a pagar os excessos de 1992. Não apoiava, de todo, a existência de 3.500 km de auto-estradas, sem portagem; era “un error”! Contava com o Fundo de Coesão para concluir aquele pequeno trecho. Elaborou sobre todos os traçados espanhóis com ligação a Portugal. Queria enviar um mapa com o nosso acordo aos Comissários Millan e Van Miert, até ao fim de Setembro. No sector dos caminhos-de-ferro, estavam em fase de estudo. Admitia que a ponte metálica entre Valença-Tuy, como iria ser libertada da sua grande carga rodoviária, talvez proporcionasse oportunidade para se olhar para a conexão ferroviária com outra ambição. Separámo-nos com grandes promessas de colaboração, como sempre. Anos depois, quando tive responsabilidades no sector, não havia grandes diferenças, nem na situação que encontrei, nem nas conversas que tive com o seu sucessor.

*

Com tantas recomendações para cortar nas despesas correntes e para confinar o PIDDAC 93 àquilo que fosse estritamente necessário, reuni-me, em 15 de Julho, com os meus Secretários de Estado para ver onde é que poderíamos fazer poupanças. Tínhamos que reduzir o pessoal em 10%. Isto era geral para todos os ministérios! Havia um diploma, em circulação, designado como “dos disponíveis”

que, se fosse cumprido à risca, nos pouparia o exercício sempre penoso de ter de escolher quem seria dispensado. Mas, se aquele diploma não passasse, teríamos grandes complicações. Ficou decidido encarregar o Secretário-geral de percorrer todas as Direcções-gerais para ver se haveria alguma possibilidade, fazendo-o com a informação prévia de que a redução seria geral e obrigatória. Em relação ao PIDDAC do próprio Ministério, as condicionantes impostas faziam com que não se pudesse lançar nenhuma obra nova. Os meios disponíveis dariam para concluir as que estavam em curso. Mas o aperto obrigou-nos a analisar a situação de cada Direcção-geral. O corte não foi uniforme. Conseguimos dar nexos à afectação das verbas que nos cabiam.

Aproveitámos para ver quais os diplomas legais que estavam em preparação e que deveriam ir a Conselho de Ministros, o mais tardar até à 2ª quinzena de Setembro. Havia numerosos PDM em fase de ultimação; era preciso homologá-los a todos com brevidade. A revisão do Decreto-Lei 73/73, sobre a qualificação dos técnicos e actos que poderiam praticar tinha de ser acelerada; havia muitas hesitações por parte do Ministério das Obras Públicas; mas eu queria clarificar a situação; apesar do empenhamento do Secretário de Estado e do meu próprio não foi possível revê-lo até ao fim da legislatura; um dos Governos seguintes acabou por o fazer, tendo o “pêndulo” ido muito para o outro lado...; eu pretendo que a nossa proposta era mais equilibrada. Havia a Lei dos Solos, mas, novamente, as dificuldades residiam no seio do próprio Governo; especialmente por causa das expropriações. Admitíamos que a Lei dos Baldios também ficasse “enterrada” nas comissões do Parlamento. Os diplomas sobre a regionalização estariam prontos até ao final do ano. A Lei de Bases da Investigação Científica lucraria com uma actualização, face à evolução recente; os Laboratórios do Estado precisavam de uma reformulação; um fundo para apoio da investigação científica promovida ou subsidiada pelas empresas tinha de ser criado; os projectos apoiados pelo STRIDE entrariam nesse lote; o fundo calhava bem que fosse gerido pela Agência de Inovação. Os indicadores quantitativos que haviam sido fornecidos aos examinadores da nossa Política Científica, pela OCDE, precisavam de ser actualizados de modo a figurar no relatório a informação mais recente; isso teria de estar concluído durante o

mês de Agosto. Era preciso definir a nossa rede de sistemas de informação científica (o equivalente da National Lending Library); mas isto custaria à volta de 500 mil contos; onde ir buscá-los?

O urgente decreto-lei sobre os despachantes teria de estar aprovado antes de férias. Estimava-se uma ruptura de caixa no QCA, porque havíamos executado muito e a Comissão Europeia tinha transferido menos do que era preciso. Os Programas Operacionais, se não viessem fundos, iriam parar mais ou menos todos; decidiu-se que a Secretária de Estado fosse, “en catastrophe”, a Bruxelas. Tínhamos de preparar uma exposição à Assembleia da Republica sobre a execução do QCA; isso aconteceria logo a seguir às férias. Tomámos a decisão de transferir verbas dos projectos que se estavam a “arrastar” para aqueles que mostravam diligência e empenhamento.

Decidimos ter uma longa conversa com o Presidente do Conselho Económico e Social, para o sensibilizar para as nossas dificuldades. Fizemos o ponto de situação do PIDDAC92, antes de começar a afinar o de 1993. Havia alguns sectores que não executavam como deviam; decidimos propor a sua penalização; isso não iria ser muito popular...

As discussões sectoriais sobre o PDR e o QCA tinham de ocorrer durante a segunda quinzena de Setembro. Mas seria melhor marcá-las ainda em Julho para os diferentes ministérios trabalharem sobre o assunto durante as oito semanas seguintes. A marcação tinha de ser feita durante aquela semana.

O segredo do que fazíamos estava na coordenação apertada de acções e de calendários. Por isso era tão importante dispor da informação mais actualizada possível acerca do que corria...

*

Eu insistia em manter uma relação próxima com os Deputados eleitos pelo círculo de Vila Real, dos quais eu era o “cabeça-de-lista”. Encontrei-me com eles em 15 de Julho, antes das férias parlamentares. Passámos em revista alguns assuntos. O PDM de Chaves estava a tardar; seria bom que um deles fizesse pressão local para o terminar. O projecto de Lei dos Baldios, que tanto interessava ao distrito, tinha visto ultrapassada a fase de aprovação na generalidade das propostas do PSD e do

PS; era preciso que os Deputados dos dois partidos designados para a redacção de uma versão final acelerassem o seu trabalho; parecia que a chave da questão estava na criação de um conselho fiscal. Com isso, poderia estimar-se que o diploma fosse a plenário entre Outubro e Dezembro. A Casa do Douro continuava a merecer reparos; havia um acordo generalizado em que seria necessária uma alteração dos seus estatutos, como associação de produtores; localmente, entender-se-ia bem a realização de uma auditoria; não poderia ser eu a propô-la, obviamente, mas a insatisfação era generalizada. Queriam que houvesse apoios para o turismo de habitação e para a instalação de novas produções agrícolas em Trás-os-Montes e incentivos para os novos empresários. Em relação à segunda eu lembrei-lhes o sucesso que tinha tido e continuava a ter a plantação de novas vinhas no Douro.

*

No Conselho de Ministros de 16 de Julho ficou definida a composição do Conselho Económico e Social no que tocava ao Governo e aos seus representantes. Em matéria de ministros, faziam parte dele seis membros do Governo. Os Ministros das Finanças, do Planeamento e Administração do Território, do Emprego e Segurança Social, da Agricultura, da Indústria e Energia e do Comércio e Turismo. Haveria mais oito representantes efectivos e igual número de suplentes dos primeiros três daqueles ministros e mais cinco representantes efectivos dos Ministros da Agricultura, Indústria, Comércio, Negócios Estrangeiros e Obras Públicas que teriam como suplentes, respectivamente, representantes dos Ministros da Juventude, da Saúde, da Educação, do Ambiente e do Mar. Estes representantes deveriam ser institucionais e do mais alto nível, porque a intenção era prestigiar ao máximo o Conselho.

*

No dia 16 de Julho, o Conselho de Ministros analisou a proposta de PIDDAC 93. Era sempre uma sessão complexa; o documento em análise tinha sido elaborado com as achegas de cada um dos Ministros; eu havia analisado, pessoalmente, com cada um deles, os empreendimentos que poderiam entrar, uns subsidiados por fundos comunitários, outros totalmente à nossa conta; e sabiam, também, que a proposta apareceria em Conselho sem a anuência do Primeiro-Ministro. Mas

todos tentavam melhorar a sua posição, sempre com argumentos consistentes e invariavelmente bem expostos. O problema era o “tamanho da manta”; não dava para cobrir todas as ambições...

Farei um resumo de alguns dos argumentos usados, sem referir quem os usou:

O ano de 1993 deveria ser um ano de crescimento visível. Havia imensas expectativas para satisfazer. Mas, era forçoso constatar: estávamos a governar condicionados por limitações diversas sem poder tomar todas as opções que queríamos; os constrangimentos vinham das obras que estavam em execução e era preciso acabar, dos fundos estruturais e de outras limitações. Em poucos casos poderiam ser feitas obras novas. Era preciso proceder a escolhas muito difíceis. Em alguns sectores contava-se com os contributos do chamado PIDDAC-apoios que tentava responder a necessidades conjunturais, mas constatavam que só se havia atendido a investimentos. Ora estes, consoante fossem de curto, médio ou longo prazos tinham reflexos diversos nas despesas de funcionamento. Havia sectores que tendiam a estabilizar ou a decrescer; mas outros só se via que pudessem crescer; era para estes que deveria ser orientada a atenção. Seria possível transferir alguns dos investimentos para o QCA II? Aqueles que estivessem a ter dificuldades no QCA I. Tinha de se ser moderado em relação às obras que induzissem despesas correntes mais expressivas. Em qualquer caso, a fundamentação da sua necessidade tinha de ser muito consistente. Deveria haver mais informação relativa aos programas de apoio que estavam disponíveis para o futuro próximo, porque, em alguns casos, havia empreendimentos que já se sabia que teriam de deslizar. Um problema corrente em ministérios transversais, era que as verbas destinadas a empreendimentos que apoiavam as suas acções estavam dispersas por outros; tinham de ser eles a negociá-las e a coordená-las. Havia um sector ou outro em que a verba atribuída não chegava para satisfazer os encargos assumidos; deveria ter havido mais prudência; não se poderia premiar os “ousados” sem fundamento. Deveria dar-se muita atenção à classificação funcional das diferentes despesas. Tínhamos que passar a construir mais barato. Tinha que se ver o que cada sector poderia alienar para conseguir mais fundos para investimento.

Afinal, acabou por ficar quase tudo na mesma, porque já se havia assegurado um bom grau de convergência nas decisões tomadas. Muitas das intervenções foram feitas para marcar posição. Nestas circunstâncias ninguém se dá nunca por satisfeito. Seguiu-se uma nova ronda relativamente ao orçamento corrente. Ainda não era a final, obviamente, mas mais um passo antes da formalização da proposta a apresentar à Assembleia da República.

Estimava-se que a receita do IVA não subisse mais do que 10-11%; mas ainda não se conhecia o crescimento estimado para as outras receitas. Sabia-se que não haveria aumento de impostos; por isso o crescimento repousaria, fundamentalmente, na melhor cobrança dos impostos. Admitia-se que os juros da dívida pública descessem, acompanhando a descida do mercado financeiro. O ano de 1993 seria crucial quanto à evolução da economia real; o pior era que estávamos a viver um abrandamento dessa economia e a ver diminuir a competitividade da economia portuguesa. Foi dada a informação que, naquela altura, não era possível prever que as receitas aumentassem mais do que um intervalo entre 250 e 350 milhões de contos; não era muito para satisfazer as pretensões já enunciadas. O aumento de 1% nas pensões custava 7,3 milhões de contos; haveria, por isso, de ter cuidado. Era preciso dar muita atenção às questões da segurança; o mundo não estava tranquilo! Era necessário continuar com o esforço de uma mudança estrutural da Administração Pública. As reestruturações eram indispensáveis. A inflação estava a descer; mas o défice também tinha de o fazer. Não poderíamos deixar de acelerar os processos de reestruturação.

*

Na tarde de 16 de Julho acompanhei o Primeiro-Ministro numa viagem à Madeira, onde passámos dois dias de visitas a empreendimentos dos mais diversos sectores. Tudo começou, naturalmente, com uma reunião com o Governo Regional, na qual o seu Presidente expôs, com entusiasmo, o programa que queria levar a cabo. O Dr. Alberto João Jardim é um anfitrião de excepção e a estadia na Madeira não poderia ter sido mais informativa. Como seria de esperar, a construção da nova pista do aeroporto ocupou um lugar central nas nossas conversas. Mas também se falou de temas mais ásperos, como a dívida da Região. Sempre em termos correctos.

*

De tempos a tempos, o Primeiro-Ministro fazia reuniões alargadas do Governo, envolvendo todos os Ministros e Secretários de Estado. Não havia agenda. Cada um falava do que entendia ser politicamente mais importante. Não eram encontros voltados para fora; tratava-se de reuniões destinadas a reforçar a coesão do grupo, o que implicava ouvir todos. Alguns começariam a ir brevemente para férias; importava que fossem cheios de ânimo, porque a “rentrée” não ia ser fácil; a situação económica da Europa não estava a ser brilhante e isso reflectia-se em Portugal, a vários títulos. Por outro lado, tinha acabado, há poucos dias, a presidência portuguesa da Comunidade Europeia que havia decorrido de modo que unanimemente tinha sido considerado como fora do comum; havia que agradecer aos ministros que tinham colaborado e, naturalmente, tirar da circunstância um novo factor de reforço interno do grupo. A reunião teve lugar no dia 20 de Julho, no Forte de S. Julião da Barra. O Primeiro-Ministro fez a introdução que resumirei:

Estávamos a entrar numa nova fase exigente; era preciso termos um quadro claro para a nossa acção nos meses seguintes. Agradeceu a colaboração dos Secretários de Estado que se reuniam, semanalmente, num Conselho presidido pelo Ministro da Presidência, uma fórmula de organização que tinha dado muitos e bons resultados. Tínhamos exercido bem a presidência da Comunidade e mostrado a nossa capacidade em relação ao exterior; chegava o momento de fazer ver aos nossos Conciudadãos que também sabíamos olhar para dentro. Deveríamos, para isso, reler o programa do Governo que era, naturalmente, uma referência a que estávamos vinculados. Importava-nos a modernização do país, começando com a sua dinamização económica; a estagnação era inaceitável. Deveríamos preparar-nos para o quadro exigente do Mercado Interno e de um outro ainda mais difícil que era o da União Económica e Monetária. Deveríamos procurar fazer com que o Estado se retirasse de muitas actividades em que permanecia, dando espaço à iniciativa privada. A internacionalização da nossa economia representava um imperativo, bem como o crescimento do investimento. Havia sectores vulneráveis; deveriam ser os primeiros a ser reestruturados. Um deles era o da agricultura que teria, ainda, que enfrentar a reforma em curso da Política Agrícola Comum. Impunha-se a reestruturação e racionalização da Administração Pública, apro-

ximando-a dos Cidadãos e procurando alcançar padrões de qualidade elevados. A reforma da Segurança Social constituía um imperativo; a sua dimensão social não poderia ser esquecida. No novo Orçamento de Estado estava previsto algum investimento novo, mas não iria haver nenhum agravamento da carga fiscal; por isso teria de haver restrições nas despesas correntes; e, ao mesmo tempo, maior rigor em relação aos investimentos propostos. Contávamos transferir algumas competências para as Autarquias Locais. O acompanhamento da nossa própria acção era muito importante; não nos deveríamos satisfazer com a aprovação de um qualquer diploma legal; era preciso seguir a implementação de cada um deles. Além da seriedade, a postura do Governo deveria também, ser de humildade; abertos ao diálogo e de boa-fé; mas não poderíamos ficar paralisados na nossa acção, por entraves decorrentes desse diálogo. Nós não estávamos acomodados no Governo; mantínhamo-nos insatisfeitos e sempre ao serviço dos Portugueses. Deveríamos cuidar do “discurso”; ele não poderia inculcar a existência de facilidades, que não havia, mas antes ser realista. Contávamos com o dinamismo da Sociedade Portuguesa. Deveríamos dar relevo a sectores como o ambiente, o ordenamento do território, a defesa dos consumidores, a luta contra a burocracia... Importava inculcar a preocupação com a qualidade. O discurso deveria ser positivo, forte e construtivo, sem repousar em facilidades nem iludir as dificuldades. Deveríamos cuidar das relações com a comunicação social, procurando informar com antecipação e evitando o recurso aos desmentidos. Em caso nenhum se deveria alimentar a especulação. Para isso teria sempre de se falar claro. Iria haver eleições autárquicas; seria um erro imiscuirmo-nos demasiadamente no processo, mas teríamos de nos reservar para não sermos instrumentalizados pela Oposição. Nós queríamos a estabilidade política e, por isso, a harmonia institucional. Nós não estávamos a tomar medidas fáceis ou populares; fazíamo-lo porque elas eram decisivas para o futuro do país; tínhamos a consciência de que estávamos a tocar nos interesses de grupos importantes; mas não poderíamos iludir as dificuldades; o futuro do país era o que mais nos importava. Não deveríamos contar com grande colaboração dos parceiros sociais; de nenhum deles! Iria revelar-se difícil a celebração de um novo acordo de concertação social; as razões políticas estavam a assumir uma presença muito visível em todos os sectores. A inflacção

deveria continuar a merecer-nos a maior atenção; a inflacção real era, nessa altura, de 7%; o resto consistia num reflexo dos impostos; havia que explicar isso às empresas, aos investidores e aos Cidadãos, em geral. Era certo que a Oposição iria atacar com força; o PS precisava de recuperar muito do que havia perdido depois da realização do seu congresso; deveríamos, por isso, esperar por uma reactivação forte da sua intervenção. Não era aquela a ocasião para fazer balanços. Importava mais olhar para o futuro e para a acção que iríamos levar a cabo. Como era costume, falaram todos os Ministros e muitos Secretários de Estado. Alguns haviam preparado cuidadosamente as suas intervenções. Não irei referir quem disse o quê; percorrerei os principais temas abordados:

A conjuntura era de alguma tensão institucional; mas as pessoas sentiam que a estabilidade era um bem que deveria ser estimado. As centrais sindicais queriam afirmar-se, exactamente nos campos em que o PS havia falhado. O PS era, naturalmente, quem poderia fazer uma Oposição mais activa, até porque tinha de se afirmar perante o País, perante o Governo e também face ao Presidente da República (que gostava muito de desempenhar as funções da Oposição perante o Governo...). Os Portugueses estavam a revelar-se cada vez mais exigentes, o que era natural como consequência do que se havia conseguido ao longo dos últimos seis anos. A instabilidade externa não era boa para nós. Havia reformas importantes, mas difíceis na área da Defesa, da Justiça, das Forças de Segurança, dos portos, das Autarquias... A ANMP iria assumir-se cada vez mais como força de oposição. O lançamento de novas cadeias de televisão privadas tornariam mais complexas as nossas relações com a comunicação social. Os atributos que deveríamos fazer passar eram a seriedade, a credibilidade e a competência... E isso teria de ser feito através de um discurso simples, facilmente apreensível, sóbrio e confiante; deveríamos contar com um discurso muito pessimista por parte da Oposição. Tínhamos de escolher alguns projectos que fossem emblemáticos e reflectissem a nossa acção. Em Portugal, quando há maioria absoluta, toda a gente gosta de fazer oposição; deveríamos esperá-la de políticos e de não-políticos; era mais fácil fazê-la!... A luta ideológica era, naquela altura, um vazio; deveria ser vencida pela acção; só esta mereceria credibilidade. Dever-se-ia utilizar a realização da EXPO' 98 para mobilizar as pessoas em torno de uma iniciativa posi-

tiva. Tinha de se dar muita atenção ao conhecimento da actividade governativa; as fugas de informação, muito correntes, representavam uma forma de pressão inadmissível. Não era possível pensar em gerir sempre com mais dinheiro; havia limites e parecia que estes estavam a tornar-se cada vez mais visíveis. A corrupção começava a mostrar que o Governo estava do lado activo no seu combate. Até ali, o Governo tinha surgido como o único agente de resolução dos problemas da Sociedade Portuguesa; seria possível continuar a fazê-lo? (Mas este é um vício secular! A Sociedade Civil tem grandes dificuldades em organizar-se ...). A cooperação inter-governamental deveria mostrar um maior vigor. Havia novos domínios, como o Ambiente, cuja importância teria de ser mais projectada; da Conferência do Rio havia decisões importantes que tinham sido tomadas; era preciso mostrar que Portugal não iria ficar parado nesse domínio. As eleições autárquicas que se aproximavam não iriam facilitar a nossa vida; os candidatos da Oposição atirariam para o Governo as culpas daquilo que não haviam conseguido realizar. Os sinais de recuperação económica nos Estados- Unidos e no Japão não eram muito encorajadores para a Europa; deveríamos tornar clara essa dimensão dos nossos problemas que se reflectia, em primeiro lugar, no valor das taxas de juro praticadas. A questão era séria porque, algumas vezes, o crédito não era pedido para investimento, mas para manter as empresas em funcionamento; e isso não é bom. Muitos exprimiram as suas grandes esperanças num “excelente QCA II” (Eu não gostava nada disso e não era só pelas responsabilidades que transferiam para mim; qualquer pequena diferença entre a expectativa e a realidade seria usada como desculpa para a não-realização do prometido!). O comportamento do Dr. Mário Soares, no seu segundo mandato, estava a ser muito diferente do do primeiro; ele fazia oposição sem grandes complexos; mas alguns temiam que decidisse escolher um “protagonista sem rosto”, que seria muito mais difícil de enfrentar. Temia-se que o próximo congresso do PSD fosse o palco de grandes divisões (Veio a sê-lo!); por isso houve quem recomendasse a maior contenção em atitudes individuais que prejudicassem o conjunto. Estávamos a viver uma situação política anómala; a principal oposição não vinha dos partidos da Oposição, mas de outros lados; isso não tinha paralelo na Europa. Deveríamos ter muita atenção para não cometer erros, debaixo do ponto de vista jurídico; tudo o

que tivesse de subir ao Tribunal Constitucional não se sabia que resposta teria... Dever-se-ia pôr o acento na modernização do país. A base, para isso, tinha de ser o crescimento da procura externa; mas o sector exportador português não estava a mostrar a agressividade necessária. Houve quem contrapusesse o modelo holandês, com um número limitado de grandes empresas a animar um tecido empresarial muito extenso, ao modelo italiano, assente no sector do “marketing” para liderar a economia; nós, era proposto, deveríamos ser uma mistura dos dois modelos; mas talvez fosse mais simples adoptar o segundo. Dever-se-ia procurar melhorar muito a interface com o sistema financeiro que, manifestamente, não estava muito lubrificada. Havia também os optimistas que diziam que o Governo estava a acabar o primeiro ano da legislatura sem grande desgaste; isso deveria encorajar-nos. Tínhamos tido sucesso nas questões políticas essenciais; havíamos conseguido conciliar o discurso com a acção e isso era muito positivo. Não havia nenhuma política de informação que fosse boa se a própria política não o fosse; era nesta que nos deveríamos concentrar. Tínhamos de nos aplicar na definição de objectivos estratégicos claros, porque os Portugueses mobilizam-se sempre que sabem o caminho por onde ir. O vazio partidário era grande; daí vinha o desespero político que se sentia. Havia grande insatisfação com o Tribunal de Contas e com o Tribunal Constitucional; dizia-se que o primeiro queria governar e o segundo fazer de Assembleia da República; a verdade é que ambos se pronunciavam frequentemente contra as acções do Governo; deixava dúvidas a sua interpretação da independência; alguns mais fustigados pelas suas decisões diziam que não poderia haver arbitrariedade nas decisões de quem deveria insistir em mostrar-se acima de todas as suspeitas. Houve quem criticasse muito o consumismo em que a Sociedade Portuguesa havia caído (Eu era um deles!); seria conveniente gizar um conjunto de medidas que o contrariasse (O pior era que o mesmo se verificava em quase todos os países da Europa!...).

O Primeiro-Ministro agradeceu as contribuições de todos e apontou umas tantas recomendações:

Deveríamos dar muita atenção às próximas eleições autárquicas, não nos envolvendo nelas. Havia uma série de propostas de lei, de que deu exemplos, que deveriam ser apresentadas rapidamente. Havia uma, a chamada “dos disponíveis”,

era particularmente sensível. Impunha-se dar atenção às recomendações da Conferência do Rio Eco-92, sobre o Ambiente. A negociação salarial iria ter lugar; era preciso tratar do assunto com empenhamento e muita cautela. Deveríamos olhar com serenidade a intromissão constante dos dois Tribunais (o de Contas e o Constitucional) nas tarefas da governação. Os nossos Concidadãos tinham de se aperceber da determinação com que estávamos a realizar aquilo que havíamos prometido no programa do Governo; era importante que vissem que não nos acomodávamos. Não se deveria governar a pensar somente nos votos, porque isso era a forma mais segura de perder as eleições. Antecipava tempos difíceis e, por isso, pedia a aplicação de todos na concretização do nosso programa.

*

Em 28 de Julho de 1992, eu ainda me ocupava com a extinção da Empresa Pública dos Parques Industriais! Era a prova de que, em Portugal, leva muito mais tempo e é mais complicado extinguir do que criar.

Recebi nesse dia o Dr. António Nabais que estava a assegurar que tudo terminasse bem e em breve. Em Évora e em Guimarães já estava tudo arrumado. Em Braga e na Covilhã sucedia quase o mesmo; a excepção eram os pavilhões ocupados pela Direcção-geral das Alfândegas que deveriam ser comprados pela Direcção-geral do Património. Esta pretextava que não tinha meios. Os dois pavilhões custavam 39.810 contos; deveríamos diligenciar para que eles fizessem parte do Orçamento de 1993. Num Concelho havia um lote cujo preço fixado era de 1.000 contos; o Presidente da Câmara queria-o por 500; mas ele valia muito mais. Dei instruções para não ceder... Em Beja estava tudo vendido, mas faltava celebrar três escrituras. E quanto a vendas de bens estava tudo acabado. Mas havia alguns pleitos pendentes em tribunal: questões ligadas a contribuições autárquicas não pagas; acções relacionadas com reclamações de antigos membros do Conselho de Gerência, nas quais se dirimiam aspectos materiais e morais, etc. Havia, ainda, um Relatório e Contas que não tinha sido aprovado; era preciso fazer uma série de actos administrativos para o tornar susceptível de ser apreciado e votado para envio posterior ao Ministro das Finanças com pedido de auditoria pela Inspeccção-geral de Finanças...

Referi isto para se ficar com uma ideia de como se ocupava o tempo de um ministro com pormenores administrativos que deveriam ser resolvidos muito abaixo. Mas as regras não o permitiam! Devo dizer que, neste despacho, a maior parte do tempo foi devotada aos casos pessoais que são sempre os mais sensíveis; eu não podia tolerar reclamações não justificadas, mas também não queria prolongar o prazo para fazer esta extinção. Tinham assim, de procurar uma situação de equilíbrio.

*

Tinha acabado a presidência portuguesa da Comunidade Europeia e começado a britânica. Era natural que houvesse uma alteração de prioridades. Para nós o “dossier” mais importante continuava a ser o dos Fundos Estruturais, Quadro Comunitário de Apoio e Fundo de Coesão. Mas o Reino Unido que, não tinha grande interesse no assunto, tentou transferi-lo para o ECOFIN. Ora nós tínhamo-nos habituado a que ele fosse tratado, pelo Conselho de Ministros (Assuntos Gerais) e muito acompanhado pelo próprio Presidente Delors. Isso reclamava um acompanhamento muito cuidadoso do assunto e uma articulação sem falhas entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Ministro das Finanças, comigo a seguir os resultados e as consequências sobre o que queríamos fazer. Mas a nossa posição mantinha-se: duplicação dos fundos estruturais e dez mil MECU para o fundo de coesão. Em relação ao “Paquet Delors II”, o Reino Unido queria inverter a estratégia portuguesa... Tínhamos de estar atentos. Todavia, a presidência britânica havia começado mal. Surgiam conflitos de todos os lados... Mas era esse o estilo da Primeira-Ministra... Não era a procura de acordos o seu forte. Ela gostava do confronto!

*

No dia 29 de Julho recebi o Ministro Iraniano das Obras Públicas que veio a Lisboa para estabelecer laços com empresas portuguesas e reforçar a ligação com o Governo Português e a sua Administração. Tomei nota das intenções do Governo Iraniano para as divulgar pelas associações portuguesas do sector. Iriam construir dois milhões de novos fogos, 168 hospitais novos com um total de 25.000 camas,

30 estádios e numerosos edifícios desportivos. O seu país não tinha possibilidades de realizar todas as infra-estruturas necessárias. As empresas portuguesas seriam muito bem-vindas. Na realidade era um trabalho imenso! Tratava-se de erguer quinze cidades completamente novas para alojar 300.000 habitantes cada uma. A população do Irão, nos vinte anos seguintes iria passar de 55 milhões para 110 milhões, apesar da taxa de natalidade ter descido de 3,4% para 2,9%.

Queria, especialmente, estabelecer o intercâmbio de peritos e criar um centro de investigação em construção civil. Lembrei-lhe que já havia relações com o nosso Laboratório Nacional de Engenharia Civil a quem eu iria passar a expressão da sua vontade. Queria os nossos regulamentos para a construção, o que lhe seria entregue nesse dia (em Português, naturalmente). Estimava que o trabalho que tinham pela frente correspondia a três vezes a capacidade dos técnicos do seu país. Afirmei-lhe o interesse certo de algumas empresas portuguesas, habituadas a trabalhar em áreas semelhantes ao Irão.

Pouco depois, a situação internacional do país complicou-se muito e não houve possibilidade de dar sequência a tão apetecível colaboração. Até hoje (2016), as coisas não se desanuviam suficientemente.

*

Nas minhas diligências para conduzir o projecto do Alqueva a bons termos recebi em 10 de Agosto um especialista que me vinha alertar para a sensibilidade do assunto. Em matéria da vida natural havia a questão das garças do Moinho da Abóbada que inviabilizavam qualquer acção. Elas nidificavam em salgueiros existentes na margem do Guadiana. Eu propus que se plantassem salgueiros a cotas e em locais que se situassem fora da albufeira, mas ele contrapôs que criar um novo “habitat” poderia resultar ou não; ninguém sabia.

Por outro lado havia o caso da abetarda, espécie em vias de extinção; 80% das existentes nidificavam na Península, das quais 65% em Portugal. Eu deveria estudar os mecanismos administrativos adequados para manutenção das searas extensivas de maneira a preservar a grande ave.

No campo da arqueologia, chamou-me a atenção de que havia 183 sítios de interesse na zona inundável pela barragem. Talvez se pudesse estabelecer, em dez

anos, um programa adequado para o seu estudo exaustivo. Havia alguns megálitos com interesse.

Estou a escrever em Maio de 2016. Há três semanas fiz uma longa volta pelo perímetro regado do Alqueva. Num centro de comando do sistema da rega, na Cuba vi que o lançamento dos tubos desse sistema havia permitido o levantamento de material arqueológico imenso que estava em estudo, mas já havia permitido alterar completamente as ideias que se tinha acerca do povoamento proto-histórico do Alentejo. O meu interlocutor era tido como um grande especialista da conservação da natureza e do património.

*

Eu sei que os assuntos de administração do pessoal são importantíssimos para o bom andamento da actividade de um determinado organismo. Mas devo confessar que foi sempre com esforço que dei atenção aos problemas desse foro. Em 10 de Agosto tive de ouvir uma longa exposição acerca das promoções por mérito num determinado organismo que estava sob a minha tutela. Tinha havido, num caso, a preterição de formalidades e isso havia induzido, segundo o meu interlocutor, uma desmotivação de todo o pessoal; não era o chefe desse serviço que expunha o caso; tinham aproveitado uma mudança de responsável para vir falar comigo sobre o tema. Depois da exposição desse motivo veio uma torrente de queixas pessoais que eu ouvi com serenidade, mas que deram a medida da mesquinhez e inveja com que tudo era visto, nesse serviço. Coisas de país pobre! Ou será que nos ricos também é assim?

*

Em 6 de Agosto o Presidente do INSCOOP veio propor-me realizar uma acção intensiva de formação de gestores para as cooperativas, em articulação com o Ministério da Agricultura. Ele sabia que eu apoiaria todas as iniciativas para melhoria das capacidades das pessoas. O INSCOOP seria responsável pela definição de cada programa; as acções seriam realizadas através de protocolos com universidades ou com institutos politécnicos. Propôs também uma acção sobre for-

mação e qualidade. Recomendei-lhe que envolvesse o Instituto para a Defesa do Consumidor. Estava pronto o Relatório e Contas da III Conferência de Economia Social. Não havia déficit. Felicitei-o, mas disse-lhe que essa deveria ser a situação normal. As actas da Conferência iriam ocupar seis volumes! Solicitou-me que escrevesse a introdução.

Tinha ido uma delegação a Angola, na sequência de um pedido de colaboração. Havia um apoio financeiro da Direcção Geral da Cooperação, em Bruxelas. Era com isso que se iria fazer um projecto de formação e um programa para criação de cooperativas. Viria nos próximos dias uma delegação de S. Tomé para exprimir idêntica vontade. A fórmula de apoio financeiro seria a mesma. Falou-me na incentivação da colaboração com o Brasil neste domínio; eu sou um grande admirador do Brasil e gosto muito de lá ir e de estabelecer contacto com académicos ou políticos brasileiros; as coisas começam sempre com grandes esperanças, mas acabam por morrer perto e, sem nós sabermos porquê, a atenção é desviada para outro lado. Por isso recomendei-lhe “wait and see”; como eu temia, nada de consistente surgiu... Foi estabelecido que o INSCOOP formasse 150 bibliotecas de 25 livros cada sobre temas de cooperativismo para distribuir por escolas de zonas onde o tema pudessem ter interesse. Mas recomendei que se fizesse, simultaneamente, um encontro com os professores. Não adianta nada enviar livros sem estimular a vontade de os ler e sem explicar por que razão o seu conteúdo pode contribuir para o desenvolvimento da área para onde eles vão.

*

Já o disse, algumas vezes: extinguir um organismo é mais complicado do que constituí-lo! Em 12 de Agosto recebi o General João Almeida Viana, a quem eu havia encarregado de chefiar a equipa de extinção do Gabinete da Área de Sines, para ver como estavam a decorrer os últimos passos. Ele havia enviado para a Torre do Tombo uma colecção completa de toda a documentação que possuía no Gabinete, desde os tempos da sua constituição e funcionamento até à sua extinção. Não me surpreendeu o seu cuidado. Era assim que as coisas se deveriam passar sempre. Tínhamos que conciliar as posições dos Ministérios da Agricultura e do Ambiente em torno de uma troca de terrenos atribuídos à Portucel; a

troca fazia-se entre Sines e a Serra da Marateca! Era boa para as duas partes, mas o interessado era o órgão de extinção do GAS! Havia casas em Stº André a atribuir ao Ministério da Justiça e a outras instituições. Era preciso fechar o processo Finalmente, a situação da conta de gerência tinha que ser apreciada. Devo dizer que não me tivesse eu lembrado do meu velho camarada de Tancos, cuja carreira eu tinha obviamente acompanhado, o processo de extinção do Gabinete teria sido muito mais longo e penoso. O País ficou a dever à sua inteligência, aplicação e rigor a conclusão de um processo que é, em todas as circunstâncias, penoso e desgastante. Reclamava-se, para isso, sentido de serviço. Era o que ele tinha!

*

De tempos a tempos analisava-se, com algum pormenor, a situação de um serviço ou de uma empresa pública. A CP preocupava-nos por causa da sua degradação progressiva. Antes de 1974 ela tinha sido monopolista. Em 1992 era um desastre que importava remodelar com urgência. Dizia-se, então, que ao longo dos últimos trinta anos ela se havia preparado para morrer, mas que havia sempre alguém a dar-lhe um novo sopro... Não possuía nenhuma capacidade estratégica para definir o seu caminho. Mas tinha que pôr a circular 1.800 comboios, todos os dias. Haviam contratado um grupo de peritos para auxiliar a definir a solução mais adequada ao seu relançamento. Possuía imensos terrenos, por esse país fora, mas não queria alienar nenhuma parcela do seu grande património fundiário. Todavia precisava de o fazer por não se vislumbrar outra forma de satisfazer as suas necessidades de financiamento. Estimava-se que a alienação de um terço desses terrenos cobrisse seis anos dessas necessidades. Mas o programa de vendas deveria ser da responsabilidade da própria empresa. Todavia, alguns de nós pensavam que a CP não era uma empresa igual às outras, nem os seus terrenos constituíam uma reserva posta de lado; na maior parte dos casos faziam parte da natureza da própria empresa. A definição da solução coube a outro Governo. Foi muito decalcada do modelo inglês que, em meu entender, não deu grandes resultados. Aqui também não, mas não me coube nenhuma quota-parte de responsabilidade em relação às opções feitas.

*

O chamado diploma dos “transitários” deu-me que fazer! Tudo decorria da extinção de fronteiras e da redução radical da actividade de alguns profissionais que tinham nelas a razão de ser do que faziam. A proposta que eu havia apresentado falava em Municípios onde estavam localizadas as fronteiras. Havia um colega meu que preferia que fosse referenciada uma distância; mas isso não tinha significado em termos administrativos. Além do mais havia fronteiras em povoações marítimas e os Concelhos respectivos deveriam ser mencionados, não fazendo qualquer sentido estabelecer uma faixa costeira com determinada profundidade. Houve outros que queriam incluir profissões além das “aduaneiras”, aproveitando a existência de alguns dinheiros... Mas estes eram só uns “trocós”. Impunha-se confinar muito o universo de aplicação desses meios que tudo indicava iriam sair do INTEREG. A minha preocupação era delimitar muito o âmbito espacial e sectorial de aplicação do sistema, nomeadamente para não criar expectativas infundadas em alguns que gostariam de aproveitar a ocasião para se aposentarem mais confortavelmente. Feitas umas estimativas, o diploma só se aplicaria a uns 400 trabalhadores, mas nas fronteiras trabalhavam muitos mais; a sua função, contudo, não seria afectada pela eliminação dos postos fronteiriços. O que nos interessava era limitar o âmbito de aplicação do diploma aos “despachantes”. Uma coisa que deveria ser relativamente simples deu imensa discussão, porque se temiam os oportunismos. Mas também não se queria dizer que era só para os despachantes. Ora eu propendia para que as coisas fossem muito directas e se dissesse a quem ele se dirigia, porquê e como seriam compensados. Sem mais!

*

Tudo quanto dissesse respeito à Agricultura me interessava, porque teria repercussões nos numerosos programas operacionais de desenvolvimento que eu coordenava. Por isso eu acompanhava a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) que, de vez em quando, voltava à baila. Voltou em 1992. Nessa altura queria-se que a inversão fosse a favor da agricultura extensiva. O problema da Europa era dominado pela produtividade e, por isso, respeitava sobretudo à agricultura intensiva. Não queria dizer que a extensiva tivesse que ser ligada sistemática-

mente ao sequeiro como era nossa tendência, por isso suceder, entre nós. Para um agricultor moderno a rega não era novidade nenhuma; o milho, o girassol, o tomate e mesmo o trigo regado estavam ao alcance de qualquer agricultor medianamente preparado. O mesmo não se passava com os hortícolas, por causa da atenção que se tinha de dar ao seu mercado; por isso, eles só eram adequados para uma elite de produtores. A filosofia da PAC era criar quotas para tudo: intensivas e extensivas. Esta propensão vinha dos tempos iniciais da PAC: quotas de superfícies, quotas de efectivos animais, quotas para tudo...

Eu estava em plena preparação do projecto do Alqueva. Só a perspectiva de ter de envolver a DG VI, baluarte do PAC, nos assustava! E, no entanto, por se prever aumentar a área de regadio e diminuir a de sequeiro, isso, em rigor, deveria ser feito. Porque as extensões dedicadas ao milho e ao girassol, que eram designadas como “culturas estratégicas” iriam aumentar, bem como os efectivos pecuários... Para tudo era preciso definir e obedecer a quotas!... Teria de se definir um cronograma das execuções do projecto, para se poder saber quando iria ocorrer o aumento das produções. O que me diziam era que deveria ser negociada uma declaração geral acerca das quotas de superfície, para os cereais e de produção para o resto. Eu gostaria de saber como tudo iria ser controlado no terreno. A Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, nessa altura tinha 1.800 funcionários! Mas eles não iam ao serviço todos ao mesmo tempo... Em relação a muitos, nem se sabia onde paravam; tinham sido contratados durante a época da reforma agrária...

Era preciso promover a constituição de associações de regantes que fossem usar a água posta à sua disposição pela aplicação de dinheiros públicos. Os que tinham construído as suas próprias pequenas barragens não a pagavam. Enfim, problemas adicionais a que era preciso atender.

A evolução mudou tudo! Em vez de cereais hoje (2016) rega-se, no Alentejo, as oliveiras e as vinhas, as amendoeiras, a papoila... E a modernização dos sistemas de rega tornou todas as operações muito facilmente geridas... Não é nada fácil introduzir na prospectiva os efeitos da evolução tecnológica e das alterações dos mercados! Havia muita gente a tentar dissuadir-me de avançar o empreendimento do Alqueva. Quando hoje vejo como o Alentejo se transformou pelo facto de dispor de água não posso deixar de ficar contente por ter posto os interesses regionais à frente de qualquer outra consideração.

No dia 13 de Agosto recebi um grande profissional que eu bem conhecia, mas que me veio com um discurso a que eu não dei seguimento:

Que a tendência mundial era para a baixa contínua dos produtos alimentares; que isso iria ainda ser acelerado pela abertura do comércio internacional; que o preço da caloria alimentar se reduziria a olhos vistos; que, na Europa, o regime da garantia se iria desvanecendo, progressivamente... E que, por causa disso tudo, seria um erro crasso investir quinhentos milhões de contos no sector primário! O custo de oportunidade desse dinheiro era terrível. O sector primário era um sector em perda que nunca seria capaz de pagar de volta qualquer investimento, nem dinamizar outros sectores, nem criar empregos. E quem iria gerir o empreendimento? Nós não tínhamos gente para o fazer. Não havia em Portugal quem soubesse comandar uma rede de rega. Se eu, teimosamente, insistisse na minha ideia de ir com o empreendimento para a frente, deveria procurar fazer uma associação com israelitas; eles é que sabiam gerir este tipo de empreendimentos!... E, com aquele dinheiro, o que é que se poderia fazer sem ser o Alqueva?! E sem alterar a fertilidade daquele solo?

Eu dei muita atenção ao que foi dito, tomando as notas que me permitiram fazer a reconstituição rigorosa da conversa. Insisto em dizer que o meu interlocutor era um homem inteligente e muito informado. Mas tinha, também, alguns “partis pris”!... Será que todos temos? Ainda bem que o ouvi, mas mantive a minha capacidade crítica!

*

Em 17 de Agosto, ainda antes de partir para férias, reuni-me com os Secretários de Estado para estabelecer o que deveríamos encarregar alguns membros da Administração de elaborar durante esse período. Uma área em que havia urgência de legislar respeitava aos condomínios. Chegavam-nos muitas queixas em relação à falta de cumprimento das suas obrigações por condóminos pouco diligentes. A moléstia era transversal: tanto envolvia prédios de luxo como económicos. Era preciso actualizar a lei, então, vigente.

No próximo Plano de Desenvolvimento Regional deveriam ser previstas sanções para os agentes que se haviam comprometido a fazer uma obra ou uma acção

apoiada com fundos comunitários e não cumpriram o que prometeram, impedindo outros de terem acesso aos mesmos.

No PDR deveria haver uma linha de financiamento para obras de prevenção de fogos florestais (pequenas barragens, aceiros, estradões, etc.).

Tinha-nos sido solicitado apoio para um estudo de saneamento no Rio das Pérolas. Não vimos outra entidade que melhor apoio pudesse dar do que o Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Mas ele deveria ter lugar ao abrigo de um convénio já celebrado entre a JNICT e a Universidade de Macau, no âmbito da transferência de tecnologia.

Havia que enviar para a OCDE as correcção que tinham sido acordadas com a organização para figurar no seu relatório sobre o exame ao nosso Sistema de Ciência e Tecnologia. Tratava-se, quase exclusivamente, de actualizar dados estatísticos.

O Taguspark estava a avançar. Nele se iria localizar uma unidade do Instituto Superior Técnico. Era preciso definir as condições em que tudo se iria passar, com o Ministério da Educação.

Havíamos obtido um financiamento para um estudo de cartografia e cadastro. Impunha-se definir urgentemente os termos de referência do respectivo concurso público.

Deveria fazer-se uma diligência para incluir os Açores numa rede do “Global Change”, tal como era vontade da Região e como nos parecia ser de grande valia para o próximo sistema.

Tinham sido detectadas pegadas de dinossauros na abertura da CREL (Circular Regional Exterior de Lisboa). Impunha-se protegê-las! Os dinossauros estavam na moda e o que poderia ser somente um interesse científico passou a adquirir dimensões populares e, portanto, políticas. Era na zona de Carenque, onde foi feito um túnel que encareceu muito a obra, mas o “sítio” foi protegido e, pelo menos nos primeiros tempos, muito visitado.

Como se pode ver, no Ministério caía de tudo!...

*

Em meados de Setembro de 1992 vivia-se, na Europa, um grande frenesim nos mercados cambiais. A libra tinha “reventado”! O governo britânico havia-a reti-

rado do Sistema Monetário Europeu, por uma decisão unilateral, portanto, fora das regras. A lira e a peseta não tinham, também, aguentado a pressão dos mercados. Pelo contrário, o escudo havia suportado a carga em muito bons termos e, portanto, não houve necessidade de o desvalorizar. Ao contrário da peseta que reclamou uma desvalorização de 5%. Não se viam razões de fundo para que tudo isto acontecesse. Os especialistas do meio chamavam-lhe um “turbilhão”... Surpreendeu muita gente o facto de o escudo não acompanhar a libra; era a primeira vez que isso acontecia. Quem se havia aguentado melhor era, naturalmente, o marco alemão; mas, além dele, só o franco, o escudo e a libra irlandesa não haviam tremido. Para nós, esse facto foi politicamente muito positivo. Mas os exportadores criticavam por causa dos mercados espanhol e britânico. A agitação não tinha nada de racional. Talvez acalmasse a seguir ao *referendum* em França... O Banco de Portugal tinha, nessa ocasião, 25 biliões de dólares de reservas. Isso dava-nos alguma tranquilidade. Mas preocupava-nos muito a situação em dois mercados para nós muito importantes: a Espanha e o Reino Unido. A balança de pagamentos estava equilibrada, mas não era o caso da de Espanha que teria um saldo nulo ou, mesmo, negativo. Começava a haver sinais de instabilidade, aliás difíceis de explicar. Ainda não havia a moda de atribuir tudo à pressão dos mercados.

*

Depois dos contactos bilaterais, em 17 de Outubro teve lugar a primeira discussão geral sobre as Grandes Opções do Plano para 1993. Elas haviam sido preparadas em ligação próxima com todos os meus Colegas. Mas subsistiam questões de equilíbrio a analisar. Percorrerei as observações feitas sem dizer quem as fez: As GOP elaboravam bastante sobre a situação internacional, o que era bom. A inserção de diversos aspectos da integração europeia e das ligações às Comunidades Portuguesas era muito positiva. Estávamos a adoptar uma postura de governo catalisador e não de governo motor; mostrávamos estar a ser mais um governo observador do que um governo protagonista. Mas era mesmo isso que se queria? O relevo dado à questão da qualidade, em sentido genérico, merecia aplauso; não deveríamos, contudo, descer ao nível do enunciado dos instrumentos para a sua



FIG. Primeira Sessão do Conselho Económico e Social (CES), com o Primeiro Ministro, o Presidente do CES, o Ministro das Finanças e o Ministro do Emprego e da Segurança Social. (Setembro, 1992).

promoção. Como havia preocupações comuns a diversos ministérios, repetia-se a referência aos mesmos pontos; fiquei com o encargo de proceder a uma revisão da redacção, passando as referências repetidas para uma só que se percebesse que era de carácter geral.

Houve uma recomendação para evitar alguns empolamentos que jogariam contra o Governo; isto era muito português: modéstia e contenção! Se fosse em Espanha a indicação teria sido a oposta!...

Fui incentivado a destacar a presença, que começava a ser uma realidade, de cientistas portugueses no espaço científico europeu. Não me fiz rogado.

Era preciso destacar mais o apoio financeiro e os incentivos que estávamos a dar à exportação.

Não deveríamos ser muito minuciosos em matéria de obras públicas, mas referir somente as linhas gerais

Conviria dar mais destaque ao que se estava a fazer em matéria de redimensionamento da Administração Pública.

Com estas observações estava praticamente concluída a proposta que seria apresentada ao Parlamento.

*

Em fins de Setembro de 1992 fomos informados sobre a situação na ex-Jugoslávia. Já estavam no teatro de operações efectivos dos diferentes países da UEO (União da Europa Ocidental) e da NATO. Portugal havia sido sondado para contribuir com um hospital militar de campanha. Estimava-se que o seu custo fosse de 100 mil contos por mês, além do investimento que deveria ser feito por nós.

*

O Tratado de Maastricht deveria ser ratificado nos diversos países. Em França tinha havido um referendo, mas isso não significava o fim da turbulência; as verdadeiras causas eram outras. Os problemas, em fins de Setembro, eram mais no Reino Unido. Não se sabia como se iria passar a ratificação. Os conservadores e os trabalhistas estavam divididos, internamente, nesta matéria. O Primeiro-Ministro John Major não iria promover nenhum referendo, porque, se o fizes-

se, perdê-lo-ia. Tudo se iria passar no âmbito do Parlamento. Mas era certo que nada aconteceria enquanto não se soubesse o que iriam fazer os Dinamarqueses. Sabia-se que a Itália, a Espanha e a Holanda iriam ratificar o tratado brevemente. Era bom lembrar o que nós próprios havíamos dito na ocasião adequada: gradualismo, avanço sem rupturas, subsidiariedade, recusa de federalismo, respeito pela identidade nacional e pelos seus valores... Mas deveríamos constatar que o Tratado de Maastricht representava um compromisso que até tinha muito em conta as posições portuguesas que haviam sido explicitadas ao longo do tempo. Todavia, em França, uma sondagem de um dos canais de televisão (TUS) tinha verificado que 40% das pessoas havia votado por razões internas, não tendo ligado nada ao Tratado... Nós não nos poderíamos deixar para o fim nessa ratificação; até porque tínhamos de proceder a uma adaptação constitucional.

Estava fora de causa qualquer renegociação do Tratado. O Conselho Europeu de Lisboa tinha produzido declarações importantes que havia que retomar para não se voltar atrás. Era claro que os Britânicos estavam cada vez mais isolados na cena europeia (como habitualmente...). Mas não havia nenhum entendimento com os Dinamarqueses. Nós, em Portugal, deveríamos fazer uma ampla divulgação do texto do Tratado, chamando a atenção para as vantagens que ele traria para nós: circulação dos trabalhadores, Conselho Económico e Social, subsidiariedade, etc. ...

Um tema que, em alguns países, causava alguma impaciência respeitava ao poder de iniciativa da Comissão. Mas nós havíamos-nos dado bem com ele. Suponho, aliás, que isso era verdade em relação a todos os pequenos países. Seria inconveniente que, no Conselho, houvesse posições prévias (concertadas entre os grandes, obviamente) que cortassem essa iniciativa.

O “Paquet Delors II” estava numa fase de debate crucial. E ele era muito importante para nós. Mas a Grã-Bretanha, embora já sem Mrs. Thatcher, como Primeira-Ministra, opunha resistências; havia apresentado um longo questionário com 89 perguntas a respeito do seu conteúdo. O Reino Unido, que exercia a presidência da Comunidade, queria colocar o centro de gravidade do funcionamento da Comunidade em torno do ECOFIN e não do Conselho de Assuntos Gerais, como a maior parte dos outros pretendia. Por outro lado, gostaria de ver consagrado um

limite de 1,2% do PIB para as receitas da comunidade; nós e outros como nós não tínhamos nenhum interesse em ver fixado um tecto dessa natureza. O Fundo de Coesão merecia dos Britânicos algumas reticências; mas ele tinha sido decidido no Conselho Europeu de Lisboa e os quatro países potencialmente beneficiários (Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia) estavam já a contar com a sua entrada em vigor em princípios de 1993; por isso, qualquer hesitação de última hora nos impacientava. Os Britânicos pretendiam, mesmo, que fosse estabelecida uma relação de condicionalidade entre o Fundo de Coesão e o programa de convergência... Nós achávamos que isso era uma intromissão na soberania dos Estados-membros.

Em relação à fixação dos critérios para a distribuição do Fundo de Coesão, os que estavam a ser discutidos eram a população, a superfície e o produto/capita. Mas os Espanhóis queriam introduzir a taxa de desemprego como quarto critério; há muito que eles sofriam e ainda sofrem de altos valores desse indicador. Nós preferíamos começar por ver fixado o montante global do “Paquet Delors II” e só depois proceder à distribuição; e aconselhávamos a que esta fosse feita por consenso entre os quatro. O que nos parecia completamente inconveniente era arranjar querelas quanto à distribuição sem se saber ainda quanto havia para distribuir... Os controlos nas fronteiras internas (Schengen) seriam eliminados no dia 31 de Dezembro desse ano. Tínhamos cerca de 100 dias para preparar tudo. Apesar de uma cuidadosa montagem de toda a operação ainda houve algumas manifestações de excesso de zelo das quais eu fui uma das vítimas; quando contei ao meu Colega da Administração Interna como havia sido a minha primeira experiência pós-Schengen, ele teve uma verdadeira fúria; em vez de ter havido uma simplificação do processo tinha ocorrido a operação contrária!... Atribuí isso ao fascínio burocrático a que muitos funcionários são propensos...

Em fins de Setembro já se estava a ver que a presidência britânica não estava a ser muito empenhada. Era o caso, por exemplo, da construção do Mercado Interno, na qual se estava a avançar muito moderadamente; o contrário do que havia acontecido no semestre anterior, sob a presidência portuguesa.

Nessa ocasião, o nosso PEDIP era apontado como um bom exemplo, a servir de modelo para replicar nas ligações que então começavam com os países do Leste Europeu. Mas, no sector da Indústria, a presidência britânica não estava, de

facto, a promover nada que se visse. Surpreendia, por exemplo, que se constataste que, no sector siderúrgico, houvesse na Comunidade uma capacidade de produção dupla da do consumo e não se estivesse a fazer nada para assegurar o escoamento do excedente.

*

O Governo estava preocupado com a situação do Ambiente em Portugal. Havia-se feito muito em matéria de abastecimento de água e de tratamento de esgotos e resíduos sólidos, mas o sector tinha adquirido uma visibilidade grande e isso reclamava novos meios. Ora, não havia sido possível fazer crescer a sua quota-parte no PIDDAC e o ministro mostrava grande preocupação com isso. Observava-se uma grande dispersão das fontes de financiamento, o que obrigava o ministério à correspondente dispersão de obras e de acções. Pretendia celebrar um Pacto Ambiental, envolvendo Autarquias, Associações Empresariais e a Administração Central. Dava muita importância às soluções integradas e pretendia regulamentar a aplicação prática do poluidor-pagador. A empresarialização do sector da água impunha-se e estava a andar. Mais difícil era a valorização dos espaços naturais e a recuperação do património natural degradado. A nossa área de costa ocupada era 30% do total, o que representava um valor muito superior à média comunitária. Queria meios para assegurar um grande apoio às associações de defesa do ambiente.

Havia um colega nosso que manifestou as suas dúvidas em relação às acções de prevenção; não sabia onde fazê-lo; preferia, por isso, concentrar os meios na recuperação do que tivesse sido estragado. Eu participei na discussão, sublinhando a importância da educação para o ambiente, da educação cívica em geral e os estudos de impacto ambiental devidamente quantificados e justificados nas exigências feitas. Chamei a atenção para a falta de capacidade técnica das Autarquias neste domínio e illustrei uma forma de actuação possível, baseada em casos práticos que eu havia tratado.

A questão do ambiente era abordada muitas vezes, tanto a nível nacional como internacional, baseada em casos muito mediatizados. Ora, do que nós precisávamos era de uma política equilibrada, assente em normas de todos conhecidas. O

campo estava muito politizado pela esquerda; os que queriam atacar a economia das empresas faziam-no correntemente através do sector do ambiente. Ora isso fazia despertar grandes irritações que não facilitavam o tratamento sereno dos problemas que era do que nós precisávamos. Tornava-se evidente que os industriais deveriam investir na área do ambiente; mas tinham de fazê-lo através de uma acção assente em normas bem justificadas. Era preciso atender à concorrência com outros países; muitos deles não ligavam nada ao ambiente; por isso, a nossa actuação também deveria ser exercida através das instâncias europeias que tanta importância estavam já a dar ao sector. A informação do Cidadão era, naturalmente, muito importante, a este respeito.

O eucalipto era, nessa altura, a “bête noire” dos ambientalistas. Com pouca razão, aliás, porque havia muitos eucaliptais bem plantados e bem tratados que não punham problemas a este respeito. Vá-se lá saber porque deixou o tema de ser objecto de insistência diária na imprensa e de despertar tão grande eco junto da juventude! Quem se desinteressou de manter a chama acesa?..

As Autarquias não estavam particularmente atentas às questões ambientais. Diziam, frequentemente, que tinham outras prioridades. Era, por isso, que eu insistia na atenção a dar à educação ambiental. Há muitos casos em que o interesse dos pais é determinado pelas preocupações dos filhos ... Este era, seguramente, um deles.

Devia-se concentrar mais a acção. Havia-se atendido a muitas situações inconvenientes, mas elas eram dispersas; por isso não se tinha a verdadeira dimensão daquilo que havia já sido realizado.

*

Portugal é, em geral, considerado como um país seguro. Isso tem a ver com a nossa natureza pacífica e, também, com a nossa posição geográfica periférica que não nos coloca no cruzamento das grandes correntes da criminalidade internacional. Mas também se deve à actuação discreta e eficaz de forças de segurança competentes e preparadas. Deve-se, aliás, à sua formação as melhorias que se vêm observando na sua actuação; costumam fazer o seu papel com serenidade e eficácia que é uma outra forma de dizer profissionalismo. Mas as

forças de segurança não podem ser desatendidas. E isso reclama o recurso a instrumentos muito variados.

Em 1992 nós tínhamos um valor de efectivos das forças de segurança por habitante muito elevado, o que significava uma parcela grande do orçamento devotada a esse sector. Mas sentíamos que não havia consonância entre as áreas de maior risco e as de localização dos efectivos; isso queria dizer que não era possível estabelecer uma relação de racionalidade da adequação do policiamento ao risco. Nessa altura, havia 442 agentes por 100.000 habitantes! O que representava muitíssimo. Era preciso proceder a uma reforma de fundo. A começar pela Guarda Fiscal, cuja extinção se contemplava pelo apagamento progressivo das funções que desempenhava. Como a Guarda Nacional Republicana tinha a seu cargo todo o território, uma das hipóteses contempladas foi a integração da G.F. na GNR, por via da criação de uma Brigada Fiscal.

Eram correntes as duplicações de funções. Por isso, tudo deveria ser passado em revista para as anular e para fazer com que às forças de segurança estivessem atribuídas somente missões de segurança. Havia muitas outras que eram correntes e, em alguns casos, até muito estimadas. Tinha que se mexer no dispositivo e acabar com tudo o que não estivesse ligado à função específica da segurança. Foram analisadas alternativas: fazer reservar para a PSP as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e as capitais de distrito, ficando todo o resto do território confiado à GNR ou pôr a PSP responsável pelas capitais de distrito e núcleos urbanos com mais de 20.000 habitantes ou Concelhos com mais de 100.000?

Havia soluções diversas que deveriam ser sopesadas, mas que, na essência, eram variações daquela alternativa. Uma vez definida a arquitectura geral, teria de se adequar a presença ao risco. Aquele tipo de arranjo conduzia a uma GNR maior e a uma PSP menor; mas isso punha outras ordens de problemas. Se, somando a PSP à GNR e à GF, nós ficássemos com 350 a 360 efectivos por 100.000 habitantes seríamos o quarto país na classificação europeia, o que era muito para um país com níveis de risco pouco elevados e pobre. Havia, depois, problemas com as instalações. Alguns dos efectivos estavam, realmente, mal instalados.

Em resumo, uma vez reformado o quadro geral das forças de segurança havia que atender às instalações, às viaturas, às telecomunicações, etc. E aqui é que

tudo vinha bater ao PIDDAC que tinha de ser muito expressivamente aumentado. Era nessa ocasião que olhavam para mim para ver se eu tinha alguma ideia luminosa!... Sobre o Orçamento de Estado as coisas não tinham repercussões tão dramáticas, porque se estimava que fossem licenciados cerca de 8.000 homens, o que assegurava um grande alívio nas despesas correntes criando problemas, naturalmente, nos fundos de pensões respectivos. O pior eram as necessidades de investimento; elas teriam de ser cobertas por transferência de outros sectores e escalonadas no tempo de maneira a ir atendendo às situações mais urgentes. Para isso era preciso estabelecer um plano de actuação a vários anos e conhecido dos responsáveis ou, melhor, elaborado com eles. Foi isso que se fez.

*

No dia 14 de Outubro de 1992 fui à Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus para começar a tratar das negociações sobre o II Quadro Comunitário de Apoio. Comecei por fazer uma exposição sobre o modo como estava a ser concluído o I Quadro e da forma como o Governo tencionava conduzir a discussão do segundo, baseada no Plano de Desenvolvimento Regional que se encontrava em fase muito avançada de preparação. Nessa altura, este tema suscitava grande interesse; por isso, falaram muitos Deputados: Menezes Ferreira, Lino de Carvalho, Ângelo Correia, José Manuel dos Santos, Jorge Lacão, Fialho Anastácio, Ferro Rodrigues e Gameiro dos Santos. Não direi quem disse o quê, mas referirei os principais pontos das suas intervenções:

Ainda bem que iríamos encetar um diálogo sobre o futuro QCA; era uma forma de ultrapassar a frustração de 1989 que havia deixado a Oposição muito insatisfeita. Iria ou não haver uma discussão sobre a ratificação do Tratado de Maastricht? E sobre os regulamentos do “Paquet DelorsII”? O Fundo de Coesão representava uma “interrogativa” interessante; deveria ter flexibilidade, modulações diversas e ser objecto de parcerias. Os programas operacionais só deveriam ser aprovados internamente sem intervenção de Bruxelas. Os projectos de ordem estratégica para o País – como o do Alqueva – deveriam constar do PDR e ser objecto de intervenção por parte daquela Comissão Parlamentar ou mesmo de uma participação mais alargada. Qual seria a probabilidade de aprovação do “Paquet Delors

II”? Os portos deveriam merecer muita atenção; as obras que neles se haviam feito, ao longo dos últimos anos, tinham sido “paroquiais”. Tínhamos que disputar, através deles, a entrada de mercadorias na Península Ibérica; por isso, era importante olhar para eles! Impunha-se avaliar a capacidade de sobrevivência dos portos em Portugal; para o Deputado em causa só havia três portos em Portugal: Lisboa, Setúbal e Sines; nos outros não se devia apostar, porque não tinham fundos adequados. Os portos deveriam ser considerados como focos inter-modais; o porto de Lisboa estava cada vez mais afastado do seu “hinterland”; a realização da EXPO’ 98 só iria agravar a situação. Em Espanha havia cinco portos grandes com os quais nós tínhamos de concorrer. Em Portugal os portos tinham regras que visavam o seu não-funcionamento; por quê? Como contrariar a grande concorrência de Algeciras? Lisboa não dispunha de zonas de armazenamento suficientes, nem infraestruturas rodoviárias ou ferroviárias adequadas para desembarçar o seu porto. Um Deputado queria saber como se deveria forçar a pressão política sobre Bruxelas para se conseguir a duplicação dos fundos a atribuir a Portugal! Lamentou só ter conhecimento das grandes escolhas do Governo, através dos jornais. Qual era o impacto do novo QCA sobre a economia portuguesa? E haveria ou não apoio ao sector da Habitação? E ao metropolitano de superfície do Porto? E à operação integrada de desenvolvimento do Douro? Um outro queria uma nova reunião para analisar o impacto do QCA I ao nível das NUT II; estaria o governo disponível para a fazer? Haveria uma revisão dos regulamentos dos diferentes fundos? Quando os houvesse o Governo deveria ir a esta comissão discutir o seu conteúdo. E haveria novos meios para a Educação, para a Formação Profissional e para a Ciência e Tecnologia? O que é que eu já sabia a esse respeito? Qual era o caderno de prioridades portuguesas em matéria ambiental? Era preciso dar atenção aos recursos hídricos e ao saneamento básico; haveria, de novo, protocolos de cooperação com as Autarquias Locais? E que tipo de contratos-programa tinha eu em mente? E quais seriam os reflexos do “Paquet Delors II” em matéria de recursos para as Autarquias Locais? Aumentariam? Um Deputado tinha dúvidas acerca do empenhamento do Governo na aplicação do princípio da subsidiariedade; esclareceu que consulta-prévia não era participação; esta implicava intervenção ao nível da decisão. As subvenções globais novas seriam geridas pe-

las mesmas entidades ou por outras? E em relação à participação portuguesa no Comité das Regiões, o Governo já tinha tomado decisões sobre quem seriam os representantes? O calendário dos passos seguintes deveria ser analisado naquela comissão parlamentar: o que estava em jogo era muito importante; o QCA II poderia, muito bem, ser o último! Um deles queria uma discussão aprofundada, “sobre papéis”, ainda antes de Fevereiro! Os itinerários regionais que figuravam no PDR determinavam o esvaziamento do país, porque reforçavam a sua “litoralização”; era preciso contrariar isso. As Autarquias Locais estavam a ter problemas graves com a execução dos Planos Directores Municipais; o que estava eu a fazer para os apoiar? (A discussão era sobre o futuro QCA!...). E as ligações ao Algarve seriam construídas? E como se justificava que, nos últimos dois anos, tivesse havido uma queda da produção agrícola e industrial! Que lição tirava eu desse facto? O empreendimento do Alqueva iria ou não ser incluído no próximo QCA? E a regularização do Vale do Tejo?

Depois deste relato, suponho que fica claro por que é que eu insisto na realização de sessões de preparação de todos os grupos parlamentares em torno de cada tópico que é discutido. Não chega destacar Deputados para as Comissões Parlamentares e deixá-los à inspiração de cada um e do momento, no que toca às suas intervenções. A maior parte destas são irrelevantes, oscilando entre as estritamente paroquiais e as poéticas, porque não há uma estratégia por detrás delas. Ora para que esta exista é preciso informação, reflexão e coordenação. Em suma, mais trabalho de casa!...

Hoje (2016), quando se fala muito da qualidade da democracia que temos, vale a pena olhar bem para a preparação dos candidatos a Deputados, mas, depois de eles entrarem em funções, tem de se instituir mecanismos de prestação de contas em permanência. Quem frequentar o hemiciclo, durante doze anos, está em posição de dizer que poucas coisas devem ser mais melancólicas do que figurar no rol dos chamados “Deputados de contingente”: votar como alguém lhes diz que devem fazer!...

*

Em meados de Outubro fizemos o balanço das eleições nas Regiões Autónomas. Tinha havido uma derrota muito expressiva do Partido Socialista nos Açores; e o

CDS quase desaparecido. Era visível e, por isso, preocupante, a grande crise que o PS estava a atravessar. Só veio a sair dela três anos depois.

Nessa ocasião, a imprensa, por falta de assunto, insistia muito em exhibir as declarações do IRS dos políticos. Tomámos a decisão de o fazer no caso de a Assembleia da República levantar a menor dúvida acerca delas. De outra forma, seria, somente, ceder a pressões para vender mais jornais...

*

Para mim, a variedade na oferta de soluções é que corresponde a um estágio de desenvolvimento avançado. Nas sociedades atrasadas ela não existe e as pessoas têm poucas escolhas para resolver os seus problemas...

No campo da Habitação o crédito fácil levou, nos anos noventa, muitos jovens casais a optar por contrair empréstimos para a compra de habitação quando a solução mais conveniente, para eles, teria sido o arrendamento. Mas, a oferta, neste campo, também se havia reduzido muito; quem tinha poupanças aplicava-as noutros produtos e o mercado do arrendamento era caro e pouco atraente. Mas havia a necessidade de casas para arrendar para quem não tinha certezas em relação à localização do seu emprego e a outras variáveis que afectam a escolha de habitação. A compra era uma resposta muito rígida. Por isso, algumas cooperativas se aproximaram do INSCOOP para ver da possibilidade das próprias cooperativas de habitação acederem à compra de habitações para arrendamento. Este foi um dos temas da minha conversa com o Presidente do Instituto no dia 16 de Outubro. Ele estava a estudar um esquema de aplicação de meios das contas “poupança-habitação” na aquisição de imóveis ou de parcelas de imóveis que pudessem ser adquiridos para colocar no mercado de arrendamento. Mas havia complicações infundáveis. Encorajei-o a não esmorecer. Tinha saído uma portaria a definir o estatuto das cooperativas de habitação para jovens. O movimento cooperativo não havia sido auscultado e, portanto, o ministro da tutela da área não tinha assinado o respectivo diploma. Isso estava a causar um grande mal-estar porque as cooperativas de habitação entendiam ter alguma coisa a dizer e a sua opinião não fora tida em linha de conta. Corrigir a situação não era nada fácil. Isso decorria de um excesso de voluntarismo...

Uma área complicada era a das universidades privadas que haviam assumido a forma de cooperativas. Chegou-se ao ponto de querer transformar algumas cooperativas com sucesso em sociedades comerciais, propondo fazer isso por decreto!... Mas eu fui inflexível: uma coisa era a universidade, outra era a cooperativa que a sustentava; e esta tinha regras de funcionamento, constantes do Código Cooperativo. Mas tornava-se necessário rever a legislação relativa às cooperativas de ensino porque ela havia sido elaborada quando não existiam universidades-cooperativas; para isso deveria começar-se por fazer uma reflexão em parceria com o Ministério da Educação. A legislação francesa vigente na altura tinha mecanismos de transformação de cooperativas em sociedades comerciais; mas não a nossa. A dissolução das cooperativas estava bem definida e previa a absorção do património de uma cooperativa que fosse dissolvida por outra cooperativa. Ora não era isso que pretendiam os responsáveis pelas ditas universidades. Decidimos organizar um seminário sobre a revisão da legislação existente, aproveitando para levantar todas as questões que a evolução suscitara relativamente a um quadro legislativo que, manifestamente, havia sido transferido para a nossa situação, com muito entusiasmo mas sem grande reflexão.

*

No dia 23 de Outubro fui à Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano para analisar com os seus membros a proposta das Grandes Opções do Plano para 1993.

Começaram logo por dizer que queriam uma versão do PIDDAC regionalizado, quer dizer, com os investimentos referidos por distritos, as suas circunscrições, para tornar mais fácil a sua consulta. Também achavam que o Relatório do Ordenamento do Território e do Ambiente era indispensável para fazerem a sua análise. Entrevieram, sucessivamente, os Deputados Ferro Rodrigues, Lino de Carvalho, Guilherme d'Oliveira Martins, Rui Rio, Paulo Casaca, Duarte Pacheco, Rui Carp e Manuel dos Santos, alguns mais do que uma vez.

Um deles achava que seria difícil não concordar com as GOP, porque elas estavam redigidas em termos demasiadamente consensuais. O pior seriam as medidas de política que nós lhes associaríamos. Havia uma contradição patente entre

a incerteza que afirmávamos em relação à situação político-económica internacional e o relativo optimismo com que nos referíamos à economia portuguesa; em que ficávamos? Havia incerteza ou confiança? Queria saber como fazíamos o balanço sobre a afirmação de Portugal no Mundo, em termos geoestratégicos; e como tinha a situação evoluído nos últimos tempos? Tinha dúvidas relativas à convergência real e dos valores do crescimento e da produtividade; achava que a situação era pior do que nós dizíamos. Tinha havido uma Exposição importante na República Dominicana; porque não havíamos estado presentes? Isso alimentava-lhe as dúvidas que tinha em matéria de projecção internacional do país. As empresas estavam a sentir as dificuldades da convergência; não defendia a desvalorização sistemática do escudo para assegurar a nossa competitividade externa; mas estava a ir-se longe de mais na falta dela. Ficava abismado quando me ouvia dizer que havia sinais de uma evolução positiva na agricultura. (O mais interessante é que havia mesmo, como se pode constatar hoje, nomeadamente no Alentejo!...) Era evidente que ninguém podia ser contra a coesão social e o bem-estar; mas quais eram os reflexos disso no Orçamento, nomeadamente nos sectores da Educação, da Habitação e da Segurança Social? Achava que havia contradição entre a vontade enunciada e os meios materiais afectos à concretização dos propósitos explicitados. Entendia que havia irrealismo nas previsões económicas feitas. Estava certo de que, brevemente, a OCDE iria informar as nossas projecções relativamente à formação bruta de capital fixo; deveria o seu valor ser de 1,8% em vez do que nós havíamos avançado. O PIDDAC era medíocre! Descontando a chamada reserva de convergência ele cresceria abaixo dos 9% (Achava pouco!); isso significava que não seria um verdadeiro orçamento de investimento. Em suma, as GOP eram um documento estimável nas intenções mas desajustado em relação às políticas.

Para um outro, as GOP eram “o filho menor” deste debate (“lesser children” constava do título de um filme, em voga nessa ocasião, sobre crianças surdas). Quando deveria ser o contrário! Mas a verdade é que existia um desajustamento entre os projectos enunciados nas GOP e o conteúdo do próprio Orçamento de Estado. Reconhecia a importância da referência às Pequenas e Médias Empresas de que tanto dependíamos (não éramos só nós!...). Deveríamos estar atentos às al-

tas margens de intermediação dos bancos; elas retiravam capacidade de competitividade às empresas. Tinha dúvidas sobre o cumprimento dos indicadores que mencionávamos nas GOP; afirmou, mesmo, que eles não seriam cumpridos. Deveríamos ter sido mais exaustivos em relação às medidas para correcção das assimetrias regionais; queria que fossem adoptadas medidas para fixar pessoas nas povoações do Interior; este não deveria ser um mero local de passagem de camiões TIR idos do litoral para a Europa...

Outro achava que se deveria dar muita importância ao debate sobre as GOP (Eu estava lá para isso!). Isso representava uma “falha institucional” que deveria ser colmatada; as GOP teriam de aparecer como o “parente rico” e não como o “parente pobre” da nossa discussão. Deveria dar-se mais importância ao debate estratégico: O texto apresentado continha pistas de grande interesse mas que não eram desenvolvidas no O.E. 93. Sublinhou a importância do PIDDAC regionalizado; era, contudo, uma pena que este não tivesse valor legal e que pudessem ser feitas trocas entre empreendimentos. A Educação tinha de constituir uma aposta explícita; em matéria de percentagem de verbas afectadas ao sector, Portugal só estava acima da Grécia e abaixo dos outros dez (A Comunidade Europeia tinha, então, 12 membros). Para outro deveria haver um apoio mais explícito aos jovens empresários.

O Mapa XI – com a descrição de todos os empreendimentos apoiados – deveria ser fornecido em “disquette”, para poder ser mais facilmente trabalhado. Em matéria de redes transeuropeias elas chegariam à Madeira e aos Açores? O REGIS havia sido transformado num programa de infraestruturas e isso não chegava. As Regiões Autónomas precisavam de muito mais!

Afinal, numa ocasião em que todos os ministérios haviam sofrido cortes o da Educação não os tinha tido; isso era um indicativo de prioridade. A Juventude deveria estar presente em todos os ministérios e em todos os actos de gestão.

Houve um Deputado do partido do Governo que disse que, no quadro das GOP, a Oposição havia revelado ser um grande deserto de ideias. Não tinha, até ali, havido um debate da política económica; ora isso fazia muita falta! Não se tinha visto menção às prioridades a manter em caso de redução das verbas dos apoios comunitários; afinal, em que é que a Oposição insistia?

Um outro, da Oposição, disse que, em relação ao Quadro Comunitário de Apoio II, deveria haver um certo optimismo; não deveríamos ser nós, os Portugueses, a admitir que as coisas iriam correr mal, durante a negociação. Mas queria mais informações. Insistia na criação das regiões, imediatamente e na sua intervenção activa no Comité das Regiões em Bruxelas, naturalmente, em defesa das nossas posições. Via que nós ambicionávamos integrar o “núcleo duro” da construção comunitária; o que é que isso significava e implicava?

Esta intervenção levou um outro a querer saber mais sobre a concretização do Tratado da União Europeia. Quais eram as perspectivas do Governo a esse respeito? Pretendia que se ligasse a ratificação do Tratado ao reforço dos fundos estruturais (Eu não pensava nada assim; eram duas coisas distintas!).

Um Deputado pelos Açores comparou a situação dos transportes com a da Madeira: um habitante do Porto Santo tinha ligações diárias a Santa Catarina pagando 6.000 escudos; um da Graciosa para ir à Terceira pagava três vezes mais e tinha três vezes menos ligações. Aconselhou-me a comparar os produtos que estavam apoiados no âmbito do POSEIMA; seria surpreendido por disparidades entre as duas Regiões Autónomas; os Açores eram sistematicamente desfavorecidos.

Estavam em discussão as Grandes Opções nacionais e eu já tinha verificado que todas as ocasiões eram boas para chamar a atenção para os problemas específicos de um determinado distrito ou mesmo de certo Concelho de onde era oriundo o parlamentar. Continuo a achar que deveria haver mais cautela para não misturar coisas e para focar a atenção naquilo que se está a discutir e que merece ser aprofundado.

Um Deputado concordava com a ênfase que eu havia posto nos grandes projectos. Mas recomendou-me cautela para não criar mais disparidades. O discurso “economicista” não deveria imperar (Eu embirrava com o adjectivo que começou a ser comum nos Deputados da esquerda, mas que depois se generalizou; habitualmente queria dizer: “Ignorem os resultados de qualquer avaliação de benefícios-custos e foquem-se nos objectivos políticos; estes é que interessam!”).

Descrevi com algum pormenor a discussão para justificar uma recomendação que tenho repetido: os grupos parlamentares devem ter o apoio de gabinetes de estudo que, na retaguarda, preparem notas que traduzam as contribuições que o

partido em causa entender dar; não chega designar os Deputados que irão intervir e deixar ao seu alvedrio o conteúdo das intervenções que fazem; quando não há preparação uns vão por um lado e outros vão por outro; a eficácia do trabalho é muito pequena para não dizer nula; cumpre-se, obviamente, um ritual, algumas vezes com exibição de grande erudição; mas sem qualquer espécie de resultado tangível. Nada dispensa o trabalho de casa!...

*

No domingo 25 de Outubro parti com o Primeiro-Ministro para uma visita de dois dias a Israel. Integramos o grupo os meus Colegas da Indústria e do Comércio. Foi, para mim, uma viagem inesquecível! Ela havia sido preparada pela minha amiga Colette Avital e representava o seu último acto como Embaixadora em Portugal. Em Jerusalém foi-nos apresentado o novo Embaixador, que já tinha o seu “agrément”, mas que só viria para Portugal daí a um mês. Cada um de nós tinha o seu programa separado, só nos encontrando para os jantares formais e para a homenagem que, em conjunto, prestámos às vítimas do Holocausto. A minha parte da visita estava especialmente orientada para a cooperação no campo da Ciência e Tecnologia. Quem tinha o “portfólio” do tema, em Israel, era a Ministra da Educação, Cultura e Ciência que, durante todo o tempo da visita, estava a ser objecto da maior contestação por causa de umas declarações que havia feito e que tinham suscitado a maior reacção por parte dos judeus ortodoxos. Não sou capaz de reproduzir exactamente o que ela disse, mas recordo o que me foi dito, em linhas gerais: estavam em causa os programas escolares dos primeiros anos e ela pronunciara em público as suas intenções, tendo afirmado que uma das coisas que iria promover era “tirar as teias de aranha da cabeça dos seus jovens compatriotas acerca da história de Adão e Eva, nomeadamente desta ter sido gerada a partir de uma costela daquele!”... Foi o fim do mundo e eu assisti a várias manifestações dessa irritação. Em primeiro lugar ela não me pôde receber no seu gabinete, porque este estava rodeado de cidadãos ululantes que partiam tudo quanto estava à sua volta. Fui, por isso, recebido num hotel em Tel Aviv no qual prepararam uma sala e uma varanda sobre o mar onde a conversa decorreu com ela, os seus directores-gerais e o novo embaixador em Lisboa. Ela não parecia nada impressiona-

da com tanta vociferação. Eu tinha ido antes ao Knesset (Parlamento) apresentar cumprimentos ao presidente da comissão parlamentar de Ciência e Tecnologia e havia podido sentar-me uns minutos na bancada dos convidados. De lá pude assistir à forma como uma centena de barbudos vestidos de preto, com chapéu e caracóis ameaçava o decorrer dos trabalhos. Perguntei se os parlamentares estavam em segurança; apontaram-me uma barreira de vidro que me disseram ser à prova de tiros e que os protegia. Mas o barulho era infernal! Eu não queria ter tido nunca uma daquelas manifestações contra mim... Era, realmente, intimidatório. A preocupação maior da ministra não era a Ciência, mas a Cultura. Havia assinado uns dias antes um protocolo com o Ministro Jack Lang, para a realização de um filme sobre a história de Israel e estava fascinada com a película e com a personalidade do ministro francês. Era evidente que eu lhe estava a propor temas muito menos estimulantes que não lhe captavam a atenção. Perguntou-me se eu iria ter contacto com alguns directores de instituições científicas; foram-lhe ditos os nomes deles e ela limitou-se a dizer-me que eu não podia ter melhores interlocutores. Tudo o que eu combinasse com eles ela subscreveria.

Não esqueço o pôr-do-sol na varanda sobre o Mediterrâneo que eu tive que abandonar cedo porque o Presidente Yitzhak Rabin oferecia um jantar em honra da missão portuguesa. Este teve lugar no hotel de Jerusalém onde estávamos instalados. Quando lá cheguei, vindo de Tel Aviv, a multidão em frente da entrada era imensa, mas não era para nos aplaudir... Quando o Presidente chegou, com a maior bonomia disse logo que estivéssemos descansados porque a manifestação era contra ele e não contra nós. Podíamos jantar descansados. Deixou-nos a todos uma grande impressão. Quando soubemos do seu assassinato, uns tempos depois, deplorámos o acto a vários títulos, nomeadamente porque sabíamos a obra de paciência que estava a realizar, fazendo-o com grande inteligência e dedicação. Eu abomino qualquer forma de fanatismo.

O Primeiro-Ministro tinha tido antes do jantar, uma conversa com o Ministro Shimon Peres, dos Negócios Estrangeiros. Comunicou-nos a profunda impressão com que havia ficado em relação à clarividência com que a situação internacional e, especialmente, a do Médio Oriente, tinha sido analisada. Durante horas, o “brouhaha” continuava diante do Hotel King David. Só terminou quando o Presidente saiu.

A ministra tinha razão quando enalteceu as capacidades dos meus interlocutores. Tive uma reunião com seis directores de institutos de investigação e com o Director-geral com quem haveriam de prosseguir os contactos. Surpreendeu-me o conhecimento que todos tinham acerca da política comunitária do sector e o empenhamento com que defenderam a necessidade de estabelecerem laços de cooperação com instituições europeias. Disseram-me o que se fazia em cada uma das suas casas. Uma delas – o Weizmann Institute of Science – seria visitado por mim no dia seguinte. Mas insistiram todos em como acolheriam com satisfação o estabelecimento de laços com instituições de investigação portuguesas.

Eu havia solicitado um encontro com responsáveis pela gestão dos recursos hídricos não só por ter sido, anos antes, o Ministro do Ambiente, mas, especialmente, por saber que eles comandavam efectivamente os conhecimentos mais modernos disponíveis no sector. Não irei agora reproduzir o muito que aprendi no encontro que tive com membros da administração do sector e da Universidade Ben Gurion, especialista em tudo quanto respeita ao uso da água, à agricultura com pouca água e a domínios correlativos. A fonte principal e praticamente única de água em Israel é o rio Jordão e o reservatório do Lago de Tiberíades; os aquíferos do litoral, entre Haifa e Tel Aviv são considerados como reservas estratégicas e, por isso, mobilizáveis somente em caso da maior penúria. Mas todo o sistema de distribuição do recurso, a nível nacional, é um modelo de engenharia que mobiliza toda a sorte de maquinaria e aparelhagem desenvolvida no país por investigadores e tecnólogos que estão, verdadeiramente, na ponta dos conhecimentos. Durante a reunião lembrei-me muito da minha teimosia na defesa dos aquíferos do Algarve e da necessidade de os considerar como reserva estratégica. É evidente que a situação de escassez de água não atinge, entre nós, níveis tão severos como em Israel. Mas a nossa obrigação é não comprometer o futuro em relação a um recurso que irá ser cada vez mais raro. Já está escrito, por várias vezes, nestas memórias que as tentativas para ocupar as bacias que as abasteciam, quer através da impermeabilização dos terrenos quer através da sua mobilização abusiva com fertilizantes ou outras formas de alteração da qualidade da água (como na Holanda...) tiveram sempre uma oposição tenaz da minha parte. Os Israelitas compreendiam bem a minha teimosia!

Passei uma boa parte de um dia na visita ao Weizmann Institute. É um centro de investigação admirável que presta serviços para toda a parte do mundo, com os Estados- Unidos em primeiro lugar. Os seus convénios de colaboração foram assinados com as melhores universidades norte-americanas e europeias. É evidente que não me mostraram nada que fosse confidencial, mas, para mim, era certo que uma boa parte da investigação respeitava às áreas da Defesa. Todavia, a Indústria e as suas solicitações mereciam um lugar à parte nas suas preocupações. Depois de uma conversa com o director e mais dois ou três responsáveis por departamentos, visitei uns tantos projectos em curso. No final dessa volta houve uma sessão de “de-briefing” durante um almoço austero numa zona do refeitório geral.

A parte de angariação de contratos de investigação era para eles muito importante. Perguntei quem a fazia. Foi então que me disseram sem rodeios: os investigadores, depois dos quarenta, já não têm criatividade; mas sabem muito! Não é, portanto, necessário investir na sua preparação para funcionarem como agentes “comerciais”... eles são capazes de manter conversas ao mais alto nível científico e tecnológico, para definir os termos de referência das encomendas. Ao mesmo tempo conhecem bem as potencialidades do próprio Instituto. Quer dizer, na sua fase madura, os investigadores continuavam a estar activos e com grande produtividade, porque eram os melhores elos de ligação com os utilizadores dos novos conhecimentos ou com aqueles que os procuravam. Como os meus interlocutores, à volta da mesa, tinham todos passado os cinquenta, perguntei se podia concluir que eles já estavam “arrumados na prateleira comercial”... Divertiram-se com a pergunta, mas confirmaram a resposta.

Elaboraram sobre os seus métodos de trabalho. Passavam a maior parte do tempo fora de casa, como qualquer agente comercial. Viajavam por todo o mundo. Era óbvio que a diáspora ajudava muito. Devo dizer que o que mais me espantou foi a coincidência de vários mundos: o da investigação que reclamava estudo, reflexão e recolhimento, portanto sossego; o comercial que os levava num frenesim por esse mundo fora; e o das manifestações irascíveis que pairava por perto mas não parecia afectar a sua actividade. Além disso, havia também a sua vida familiar... Em 1992 ainda não existiam as manifestações de terrorismo ou de guerra

permanente! De qualquer modo, eles conciliavam todas aquelas dimensões sem angústias aparentes!... Admirável!

*

Em fins de Outubro já estávamos em posição para ver que a presidência britânica da Comunidade Europeia tinha decorrido sem grande aplicação. Talvez nos dois meses finais as coisas adquirissem outro ritmo... Mas seria preciso acelerar muito para que ela tivesse expressão. Nessa ocasião estava em plena fase de concretização a supressão dos controlos nas fronteiras; havia algumas resistências inúteis face às decisões já tomadas; elas só tinham explicação num quadro de inércia histórica sem sentido. Preocupava-nos a discussão havida no Conselho de Assuntos Gerais acerca do GATT que tinha sido desnecessariamente politizada. A nós, o que nos interessava era concluir as negociações do Uruguay Round que tão importantes eram para o nosso sector têxtil. Mas havia quem insistisse no reforço dos instrumentos de defesa comercial (impedir o comércio selvagem, o “dumping” e outras coisas semelhantes...). Ora isso era óptimo para quem queria ver arrastada a discussão. Há processos que se prolongam tanto que, entretanto, causam mais danos que benefícios futuros.

Em relação ao “Paquet Delors II” a presidência britânica havia apresentado um documento sobre as suas linhas gerais que se admitia vir a ser a base para uma conclusão da própria presidência. Mas era um documento medíocre sem quaisquer referências quantitativas. Eu, como não sou boa pessoa, pensei logo que isso não acontecia por acaso. Estávamos a cerca de mês e meio da cimeira de Edimburgo e não haver, nessa ocasião, comprometimentos quantitativos, em matéria de tanta sensibilidade, tinha que ser lido como intencional. Apresentavam o problema da coesão como sendo uma coisa transitória e limitada no tempo a cinco anos; ora, quem alguma vez tratou de matérias de desenvolvimento, em geral, e convergência, em particular, sabe que aquele prazo é exíguo e que se tem de pegar na questão numa perspectiva de processo, porque o objectivo também se move e até costuma fazê-lo a ritmo mais rápido do que os que se querem dele aproximar. Nós pensávamos que seria bom haver um “conclave” em Novembro, ocasião boa para definir todos os parâmetros. Como lição de tudo isto

ficava-nos a certeza de que tínhamos de acompanhar toda a questão de muito perto, o que era publicado e o que não era, o que se dizia e o que se suspeitava... a informação precede todas as decisões!...

A Comissão apresentou, em finais de Outubro, um documento sobre subsidiariedade. Ele estava muito em linha com o que nós pensávamos; era evidente que tínhamos feito muito por isso. Ele seria retomado na Cimeira de Edimburgo, em Dezembro seguinte.

Nessa altura, a Grécia seria o nono Estado-membro a aderir ao Acordo de Schengen. Ficavam, ainda, de fora o Reino Unido, a Irlanda e a Dinamarca. A Irlanda queria muito entrar, mas estava amarrada ao Ulster e, portanto, ao Reino Unido; dependeria muito da maneira como Londres olhasse para as suas ambições. Isto interessava-nos, particularmente, porque, a partir de Julho de 1993 (portanto daí a oito meses), Portugal teria a presidência do grupo de países signatários do Acordo de Schengen.

O Parlamento Europeu, num exercício de co-decisão, havia subscrito a generalidade das nossas propostas para o Orçamento Comunitário para 1993. A discussão tinha ocorrido no dia 27 de Outubro. Além de ter subscrito um valor de 1.565 MECU para o Fundo de Coesão em 1993, havia aprovado as prioridades a conceder à investigação científica, à política industrial e às redes transeuropeias, todas elas domínios nos quais nós tínhamos o maior interesse.

Tivemos a notícia de que a Dinamarca queria realizar um novo *referendum* sobre a Comunidade Europeia, ao longo de 1993. Tomámos conhecimento. Queriam algumas coisas muito “nórdicas” como, por exemplo, serem públicas as sessões do Conselho de Ministros; era evidente que nunca o seriam!... Por outro lado, queriam ficar fora da política de defesa comum e da 3ª fase da União Económica e Monetária.

No âmbito da criação do Espaço Económico Europeu, que deveria entrar em funcionamento em 1 de Janeiro seguinte, estava em discussão o acesso ao bacalhau nas águas da Noruega; como se compreende, assunto do maior interesse para os Portugueses.

Nós acompanhávamos as taxas de execução dos diferentes programas em todos os países. Soubemos que, em Outubro de 1992 e no domínio do Fundo Social

Europeu, a percentagem de não-utilização pela Itália era de 60%! Tomei logo a decisão de ir a Bruxelas tentar captar alguma parte para nós...

*

No dia 4 de Novembro fui à Comissão Parlamentar da Administração do Território, Poder Local e Ambiente. O objectivo era discutir a proposta de Orçamento de Estado nas áreas da minha responsabilidade. Intervieram os Deputados Gameiro dos Santos, José Sócrates, que bisou, Duarte Pacheco, Filipe Abreu, Luís Martins, Manuel Moreira, António Murteira e Júlio Henriques.

Um deles disse que se deveria ter a maior prudência na transferência de novas competências para as Autarquias Locais; era um domínio da maior sensibilidade. O FEF não havia aumentado suficientemente; iriam verificar-se decréscimos reais em alguns Municípios, porque a inflação “roeria” os aumentos nominais. Tudo iria diminuir e isso seria um desastre!... Por outro lado, ainda não havia um novo código de avaliações e isso poderia vir a traduzir-se em aumentos substanciais das avaliações no mundo rural, com os efeitos negativos correspondentes. Queria quadros com a evolução das receitas municipais por distrito e em relação aos anos anteriores, pretendia verificar como eram exíguas as subidas de meios afectos às Autarquias e se eram razoáveis ou não os critérios de distribuição. Queria saber o conteúdo dos regulamentos dos fundos comunitários que ainda estavam a ser negociados com a Comissão Europeia. Sabia que eu era adepto do “overbooking” para salvaguardar a absorção total dos fundos face à não execução de alguns projectos apresentados, mas não executados; que critérios tinha eu para incluir novos projectos. Achava estranho que eu tivesse fixado um prazo para apresentação de projectos candidatos ao SIFIT; queria as candidaturas sempre abertas...

Outro dos Deputados estava muito preocupado com a desertificação do Alentejo; achava que se estava a fazer pouco... A regionalização era necessária e urgente. O Alqueva entraria no novo PDR? As verbas para as áreas metropolitanas eram exíguas... Quais seriam as formas que o Governo contemplava para compensar as Câmaras de certas isenções de impostos decididas a nível central para fixar investimentos empresariais localmente?

O Deputado José Sócrates quis saber da razão pela qual o Relatório do Ambiente havia sido editado pelo MPAT e não pelo MARN como entendia dever ser. Estava preocupado com os níveis de atendimento em matéria de saneamento básico; eles eram comparáveis com os da Grécia e isso não era bom. As competências ambientais haviam passado para as Autarquias Locais, mas deveriam permanecer como função do Estado por causa dos altos investimentos que era necessário fazer no sector; as Autarquias não aguentavam com o esforço a fazer. Em relação ao fundo de coesão, afirmou que a Europa estava a ser construída na base do segredo; ninguém sabia nada acerca do que iria acontecer; a Europa teria que ser construída pelos povos e não pelos governos; deveria haver muito mais informação pública, nomeadamente sobre o montante que nos iria ser atribuído (A verdade é que, nessa altura, nem a Comissão Europeia sabia porque a matéria estava em discussão com o Conselho).

A aposta na Juventude era um imperativo! Os PDM estavam sistematicamente atrasados; o que estava eu a fazer para os acelerar? Dever-se-ia procurar reduzir muito a parcela das despesas correntes por via da redução dos efectivos das Câmaras Municipais e do recurso à concessão; isto era particularmente adequado na área do ambiente. Alguém contrapôs o número exagerado de funcionários da Câmara Municipal de Lisboa; estimava em 4.000 os excedentários dispensáveis; contrapôs aos milhares existentes os 80 funcionários da cidade de Hanover, onde a maior parte das funções eram concessionadas ao sector privado. O esforço a fazer nas Câmaras respeitava, particularmente, à redução das despesas correntes. O Deputado José Sócrates lamentou a pequena participação pública na elaboração dos PDM e dos Planos Regionais de Ordenamento do Território e confessou-se adepto da criação de instituições regionais; ele e o seu partido defendiam a regionalização. Acrescentou que faltavam “regras ambientais” para a elaboração dos PDM; elas deveriam funcionar como orientações a ser seguidas pelas Câmaras. A proposta de Orçamento de Estado pecava por ter um “carácter de classe” muito marcado (seja lá o que isso for...). Não concordava com a legislação proposta que visava um aumento da produtividade do pessoal das Autarquias Locais e regularia a sua reforma.

Descrevi as grandes linhas das intervenções. Para mim, havia ficado claro que os Deputados dos diversos partidos não se tinham reunido para “distribuir trabalho” nem para definir as prioridades de cada bancada. Cada Deputado disse o que muito bem lhe apeteceu; algumas vezes eram as suas prioridades de atenção pessoais que tinham sido referidas. Faltava, neste tipo de trabalho, muita preparação conjunta e muita coordenação. A audição de um ministro por uma comissão parlamentar não pode reduzir-se a um ritual que se pratica e logo se esquece. É o País que perde com isso!

*

Em princípios de Novembro de 1992 chegou-me a informação de que ingressavam no mercado de trabalho entre 800 e 1000 novos advogados por ano! E, nessa ocasião, ainda não havia tantas universidades privadas a diplomá-los, como veio a acontecer posteriormente!...

*

No dia 5 de Novembro fui à Comissão Parlamentar do Equipamento Social para discutir a proposta de GOP e de Orçamento do Estado para 1993. Intervieram: as Deputadas Leonor Coutinho e Apolónia Teixeira e os Deputados Crisóstomo Teixeira, Hasse Ferreira, Armando Vara e Luís Martins.

Quais eram as linhas de força dos fundos estruturais e do fundo de coesão? Foi a primeira pergunta. Queria a Deputada saber com quanto se poderia contar para o sector dos transportes. No primeiro QCA tinha, de facto, havido um grande investimento das rodovias, mas pouco se realizara nas ferrovias. Uma actuação decente no sector, dizia ela, pressuponha a disponibilidade de 60 milhões de contos por ano; era evidente que não dispúnhamos de uma verba tão elevada. Queria que eu explicitasse uma verba que fosse realista para apoiar a CP. E no metropolitano de Lisboa, quanto se iria investir? E quanto poderíamos afectar às infra-estruturas de longa-duração nas duas áreas metropolitanas? Estas eram perguntas retóricas, porque na proposta de Orçamento estavam referidas as verbas destinadas a cada sector. O objectivo era pôr patente que elas eram insuficientíssimas para resolver os problemas com que cada sector se defrontava.

Vieram depois os transportes aéreos e os marítimos. O aeroporto de Pedras Rubras só seria competitivo se houvesse complementaridade de ligação com eixos rodoviários. Confirmava-se a construção de um novo aeroporto na Figueira da Foz? Eu nunca tinha ouvido falar em tal iniciativa. A construção da EXPO' 98 implicava a amputação de vastas áreas da zona portuária de Lisboa, com consequências potencialmente muito nefastas. E seria desta vez que se construiria o Mercado Abastecedor de Lisboa, no âmbito do Segundo QCA? As perguntas eram tão desconexas que era preciso ter imaginação para responder com algum sentido.

O PROT da Área Metropolitana de Lisboa era da maior importância; quando estaria pronto? Quais seriam as relações a estabelecer entre o MPAT e os órgãos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto? Que tipo de relacionamento político? E tinha eu previsto verbas para fazer face aos “custos de capitalidade”? Era preciso acertar as fronteiras regionais porque as das Administrações Regionais da Saúde não coincidiam com as das Comissões de Coordenação Regional. Voltou a ser criticada a afectação de verbas à FORD-VOLKSWAGEN, na Península de Setúbal; as taxas de desemprego na área continuavam elevadas; teria sido melhor distribuir o dinheiro pelas PME da zona... E estava definitivamente afastado o projecto do Fecho da Goulada, na foz do Tejo? E como se estavam a passar as coisas no Vale do Ave; poderia eu fazer uma descrição breve da situação? Porque não havia um parque tecnológico na região de Santarém?

Como explicava eu que a taxa de execução nos itinerários complementares fosse muito menor do que nos itinerários principais? Por alguma razão estes haviam sido classificados como principais!...

Um Deputado queixou-se de que as GOP não eram discutidas com tanto pormenor como o Orçamento de Estado. E, todavia, estava em causa a adopção das grandes linhas que deveria seguir o desenvolvimento do país. Queria uma discussão muito aprofundada do novo QCA. Esperava que a nossa proposta de PDR não estivesse já cristalizada e que fosse possível introduzir-lhe alterações. Daríamos nós privilégio aos investimentos intermunicipais? E, nesse caso, qual seria a instância política que as avalizaria? Expliquei-lhe que a lógica seguida até então havia sido a da aprovação pelas próprias Autarquias que se concertavam para levar a cabo

empreendimentos de dimensões razoáveis de que todas beneficiassem. Ele queria que a regionalização avançasse logo. As assimetrias de desenvolvimento no seio do país estavam a agravar-se; assistia-se a uma “litoralização” progressiva do desenvolvimento; o que é que o Governo tencionava fazer para a contrariar? As verbas de uma determinada medida do PRODAC eram exíguas. Entendia a Deputada que as prioridades municipais eram, seguramente, contraditórias das regionais. Quem arbitraria a escolha? O próprio Ministério?

Os comentários que fiz em relação a anteriores audições com comissões parlamentares aplicam-se de novo aqui. Talvez hoje eu esteja mais impaciente na minha reacção porque leio as intervenções feitas umas a seguir às outras...Ou, então, é porque estou mais velho e sem paciência... Suponho, no entanto, que o problema subsiste ou está, mesmo, agravado. Reclama-se melhor preparação dos Deputados e maior coordenação das suas intervenções! Talvez não fosse mau que a Câmara tivesse menos parlamentares e mais técnicos a preparar as suas intervenções. Mas a isto se opõem os partidos mais pequenos que temem correr o risco de não chegar a formar grupos parlamentares e a perder a representação de partes do território. Este é um problema grave!

*

No dia 16 de Novembro tive conhecimento de um protesto do Ministro das Obras Públicas contra um projecto de Decreto-lei da minha iniciativa que deveria definir um corredor Chelas-Barreiro que se teria de manter livre para não comprometer o lançamento de uma terceira ponte sobre o Tejo que, estava e estou seguro, um dia virá a acontecer. Invocava que isso não havia sido fixado na discussão em Conselho de Ministros, o que não correspondia à verdade. Insurgia-se porque o diploma comprometeria o concurso que pretendia lançar para a construção do caminho-de-ferro na ponte 25 de Abril e prejudicaria, também, o da ponte Olivais-Montijo. O corredor mantém-se livre, ainda hoje (2016) e não comprometeu nenhum daqueles dois concursos.

*

No dia 17 de Novembro houve uma reunião no Ministério dos Negócios Estrangeiros por causa do Acordo de Schengen. Havia vontade de que este entrasse rapidamente em vigor; estimava-se que isso pudesse acontecer em Julho de 1993 e que Portugal assegurasse a sua presidência nessa altura. Deveriam ser ouvidos os representantes de todos os ministérios, porque todos seriam, potencialmente, afectados. O ponto principal era o controlo das fronteiras externas, cuja responsabilidade estava confiada ao Ministério da Administração Interna; mas os outros eram convidados a enunciar eventuais repercussões sobre os sectores por que eram responsáveis. O MAI deveria garantir o funcionamento do chamado Sistema de Informação Schengen e o Ministério das Obras Públicas a concretização das obras necessárias nos portos e aeroportos relevantes; no território nacional estes eram sete e os investimentos correriam por conta da ANA.

Naquela ocasião ainda havia dúvidas de que o Tratado fosse mesmo para a frente. A reunião tinha ocorrido precisamente para desfazer quaisquer dúvidas: o Tratado ia mesmo avançar.

*

No dia 18 de Novembro começou a discussão em plenário das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de Estado para 1993. Na sessão de abertura falou o Ministro das Finanças e eu. As intervenções estão registadas no Diário das Sessões e, no meu caso, no Volume VIII dos meus Discursos, na pasta do Planeamento e Administração do Território. Não vale a pena, por isso, estar a transcrevê-lo.

Recordo que o Ministro das Finanças lembrou que, no ano anterior, tinha proposto poupança e paciência em troca de um orçamento de verdade e de rigor. Sublinhou como se havia conseguido uma redução das despesas de funcionamento em quase todos os ministérios. Lembrou que, pelo facto de as outras economias europeias terem crescido pouco ou nada, sendo importadoras do que produzíamos, tornava-se muito difícil fazer a convergência. Mas o aumento da nossa potencialidade endógena de crescimento era possível à custa do aumento da produtividade e da moderação salarial; era por isso, nestas que deveríamos apostar. Mas a solidariedade e a competitividade não eram conciliáveis sem concertação social.

Eu fiz a minha intervenção, apresentando as GOP e referindo-me ao Orçamento de Estado. A Oposição levantou a velha questão das finanças locais, afirmando que as Autarquias iriam receber menos do que a inflação, o que não era verdade. Eu estava a deixar morrer o Alentejo! É por isso que sempre que lá passo e vejo a nova agricultura alentejana, fico contentíssimo!... Queriam mais informação sobre as nossas relações com a NATO e manifestaram a sua curiosidade em relação ao facto de a Academia das Ciências ter passado para a tutela do Ministro que tutelava a Ciência... Perguntaram se se encarava a possibilidade de haver um Ministro da Ciência e Tecnologia, especificamente a elas votados. Enfim, uma discussão sem grande história...

*

Em fins de Novembro andávamos todos ocupados em ver como iríamos buscar apoios novos ou acrescidos no âmbito do Segundo Quadro Comunitário de Apoio. Ideias não faltavam! Havia quem propusesse que o Fundo EEE (Espaço Económico Europeu) fosse especialmente orientado para as eco-indústrias; mas havia, também, a preocupação de não avançar para um conjunto vazio; a reciclagem de produtos usados era uma actividade nova que poderia ser incentivada pelos fundos disponíveis. Mas também havia quem quisesse ter os jovens como grupo-alvo da nossa acção, nomeadamente no acesso à habitação. A recuperação dos centros urbanos era considerada como urgente e muito importante. Por outro lado, a Educação era tida como um sector prioritário, nomeadamente no que respeitava ao ensino superior com componente tecnológica. A florestação do País preocupava muitos. Eu relembrei que todas as achegas eram úteis, mas que os critérios para a definição dos sectores e das áreas elegíveis teriam de ser definidos por acordo entre a Comissão e o Governo Português. Todos queriam, naturalmente, taxas de participação comunitária mais elevadas do que as vigentes no Quadro anterior.

*

A minha preocupação com a floresta e com a praga dos fogos florestais era constante. Em 20 de Novembro tive a informação de que, em Portugal, haveria então cerca de 600.000 proprietários florestais dos quais 500.000 teriam como habili-

tações a quarta classe ou menos. Isso foi-me dito como argumento justificativo da dificuldade em criar associações de produtores, com o que eu vinha insistindo. Por outro lado, a extensão da propriedade florestal média era de 4 hectares sendo a moda de 2 hectares e, mesmo assim, parcelados.

A floresta representa, assim, a expressão perfeita do minifúndio nacional...

*

Em fins de Novembro eu continuava a impulsionar os estudos justificativos da construção do empreendimento do Alqueva. Vieram comunicar-me que tinha havido um técnico alemão que se tinha oposto à construção de barragens em Itália e na Grécia, porque elas iriam fomentar a produção de bens que eram contra o preceituado pela PAC!... E um outro técnico italiano da Direcção-geral da Política Regional disse-me das dificuldades que eles teriam com a D.G.VI (Agricultura) se insistíssemos em levar por diante o regadio. O Banco Europeu de Investimentos já se tinha mostrado desfavorável em relação à barragem. Como se sabe, ouvi todos com atenção, o que me fez aprofundar a argumentação. Mas fui adiante com o empreendimento, porque estava realmente convencido de que ela seria a chave para mudar a agricultura alentejana. Acertei na minha intuição!

*

No dia 23 de Novembro fui à Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano para discutir as GOP e o O.E de 1993 na especialidade. Foram comigo os três Secretários de Estado para serem dadas todas as explicações de imediato. O Presidente da Comissão Parlamentar começou por elogiar as boas relações que existiam entre a Assembleia da República e o meu Ministério que estava sempre pronto a fornecer todas as informações e explicações que eram solicitadas pelos membros da primeira. Era a nossa obrigação! Intervieram os Deputados Lino de Carvalho, Torres Marques, Álvaro Barreto, Fernando de Sousa, António Murteira, Jorge Lacão, Duarte Pacheco, Gameira dos Santos, Apolónia Teixeira, Julieta Sampaio, António Campos, Leonor Coutinho e Martins Goulart.

Um deles vaticinou que a desvalorização do escudo que ocorrera não seria a última; isso faria com que os cenários macroeconómicos apresentados fossem,

necessariamente, todos revistos. As bases em que assentavam as projecções não eram firmes. Tornava-se evidente que estes eram argumentos políticos, porque a desvalorização que tinha ocorrido passara-se naquilo que se designava como a “banda central”, não implicando nada que não estivesse previsto. E quanto à resposta que queriam que eu desse, lembrei que nenhum governo costuma anunciar uma desvalorização mesmo a grande distância da sua ocorrência.

Dentro das respostas à primeira leva de perguntas a Secretária de Estado do Planeamento deu a informação de que naquele momento, havia 12.000 projectos em execução, com apoio do FEDER. O número ilustrava bem a dimensão do esforço de coordenação que era preciso desenvolver para assegurar que tudo corresse sem sobressaltos, como era o caso.

Um Deputado achava que o orçamento para a Ciência era insuficiente (Também eu!...). Queria que eu distinguisse as despesas de funcionamento das de investigação propriamente dita. Dizia que alguns aumentos pontuais não tinham significado nenhum. Fui criticado por não ter multiplicado por muitos os orçamentos das diversas instituições (Isso não me fazia grande impressão...); queria o parecer do Conselho Superior da Ciência e Tecnologia; ser-lhe-ia enviado; queria conhecer, em pormenor, quais tinham sido os critérios usados para aumentar as verbas de umas instituições e diminuído as de outras. O que aconteceria à actividade editorial do extinto INIC? Punha em dúvida que fossem as universidades os melhores locais de acolhimento dos centros do INIC (Ele era professor universitário...); queria que fossem instituições criadas de novo (Mas nós tínhamos extinto o INIC exactamente por haver órgãos a mais e não coordenados...). Criticou o peso exagerado da Região de Lisboa e Vale do Tejo na absorção de verbas para a Ciência; mas era lá que estava localizada a maioria das instituições de investigação nacionais!... Queria que houvesse uma política explicitada para colocação de todos os bolseiros em formação avançada; era o Estado tutelar absoluto que ele defendia. (Encontrei, mais vezes do que se pode imaginar, políticos que não absorveram a realidade à sua volta e a sua evolução, permanecendo fiéis à ideologia em que haviam sido formados na sua juventude; não eram capazes de se aperceber das mudanças em curso).

As Finanças Locais ocuparam uma boa parte do nosso tempo. Constataram que as Autarquias tinham dado boas provas de que não ocorrera esbanjamento dos meios; era verdade mas isso não constituía razão para darmos, então, mais meios do que aqueles de que podíamos dispor. Alertaram para a centralização que se observava em alguns sectores (Era verdade e eu chamava, frequentemente, a atenção para esse facto, nas instâncias adequadas): Não queriam que a divisão percentual das despesas correntes e de investimento das Autarquias Locais fosse a mesma em todo o País; deveria haver distinções; mas com que critérios? Seria uma nova frente de críticas se arranjassemos uma outra chave para distribuir os dinheiros. Um deles queria que a retenção de fundos das Autarquias por dívidas das mesmas só tivesse lugar depois da sua confirmação por Tribunal; com o funcionamento lento do sistema judicial não haveria seguramente nenhuma retenção feita em tempo útil. Insistiram muito no programa de construção de novas sedes para as Juntas de Freguesia; construímos muitas; algumas estão hoje abandonadas na sequência da fusão de Freguesias operada durante o XIX Governo Constitucional. Queriam que fossem dadas compensações a numerosos Municípios por causa dos malefícios da seca (o ano de 1992 havia, de facto, sido particularmente seco). Queriam que o critério de distribuição do PIDDAC tivesse em conta as Autarquias, não atribuindo muita importância à dimensão e natureza das obras; era a distribuição equitativa que lhes interessava (a atomização das verbas) ... Tive de dizer porque é que isso não levava a nada. Qual havia sido o efeito induzido pelos fundos estruturais na economia portuguesa? Era de 2% do PIB como havia anunciado o Ministro das Finanças? Era preciso elaborar uma avaliação do “estado de dinamismo geral” da economia portuguesa para se poder saber do acerto das decisões tomadas. O mesmo Deputado queria uma revisão dos regulamentos dos fundos estruturais de modo a incluir, formalmente, as áreas da Saúde, da Educação e da Habitação (Ele sabia, perfeitamente, que isso já era possível de ser feito no quadro de programas integrados, sendo essa uma das razões pela qual eu era tão defensor dos mesmos). Queriam mais dinheiro do Fundo Social Europeu para investimento; mas essa não era a vocação do fundo!... Queriam que as Autarquias tivessem acesso ao novo Fundo de Coesão em termos idênticos aos da Administração Central (tive

de esclarecer quais eram os propósitos do dito fundo...). Queria que eu garantisse que, se os fundos estruturais tivessem um aumento para o dobro, também duplicaria o montante destinado às Autarquias (Isto era somente uma expressão de demagogia!... A verdade é que o Deputado em causa ainda está no Parlamento, sem interrupção desde essa data, quase passado um quarto de século!). Deveria não haver limite para o endividamento das Câmaras desde que fosse para investimento (Novamente a demagogia a imperar!...). Relembrei-lhe que, em toda a parte, se impunham tectos ao endividamento e que, em França, isso não tinha sido suficiente porque se haviam verificado situações angustiantes de bancarrota (por exemplo, Grenoble) e que nada nos faria abrandar a disciplina. Queria a descentralização, *súbito!* Achava que eu estava a promover uma transferência casuística de competências; o Leitor poderá ver no capítulo referente à Administração Local como é que tudo se passou de forma negociada, sopesada, discutida e aceite pelas duas partes, quem cedia e quem absorvia funções. A aplicação do princípio da subsidiariedade não abarcava os Municípios? Era só para os Estados em relação à Comunidade Europeia? (Novamente a demagogia a funcionar...).

Queriam saber quais eram as limitações existentes para os programas operacionais em 1993, financeiras e de outra natureza; mas incitaram-nos a continuar com eles e a expandi-los. Achavam, no entanto, que os contratos-programa deveriam “espelhar” uma solidariedade entre a Administração Central e a Local e não o inverso, da Local em relação à Central... Isto era um mero jogo de palavras, porque a celebração de contratos só se fazia em torno das iniciativas em relação às quais ambos os níveis estivessem de acordo. O Deputado que falava dizia que se deveria dar prioridade às escolas e não procurar construir palácios da justiça e outros equipamentos da responsabilidade da Administração Central; sucede que eu nunca assinei um contrato para a construção de um palácio da justiça; admito que alguma Autarquia tenha disponibilizado o terreno ao respectivo ministério; mas se fez isso, foi porque queria muito ter esse equipamento. A insinuação feita não tinha, assim, qualquer fundamento. O mesmo queria ver aumentada a parte do FEF destinada às Freguesias!...

Uma Deputada queria que houvesse um plano de desenvolvimento integrado para os transportes (ela dizia acessibilidades) da Área Metropolitana de Lisboa. Preocupava-a especialmente o corredor nascente, mas gostaria de ver um es-

tudo preliminar do corredor central. Outra protestou contra a exiguidade das verbas (19 milhões de contos!) destinadas à construção de escolas dos ensinos básico e secundário; a reestruturação da rede escolar era uma prioridade absoluta; queria saber se havia alguma articulação, a este respeito, entre os Ministérios do Planeamento e da Educação; havia e não somente entre membros das suas administrações; os próprios Ministros e Secretários de Estado debatiam, frequentemente, essas questões entre si. E em relação ao pré-primário, não se investia nada? Não estava a haver verbas para a recuperação das escolas secundárias degradadas; o que é que o Governo ia fazer?

O Fundo de Coesão ficaria situado em que Ministério? E o mecanismo financeiro do Espaço Económico Europeu? E quais seriam os critérios de distribuição?

O Governo tinha dado mostras de auto-satisfação em matéria de aplicação de fundos; ora o Deputado que intervinha não via razões para isso; no sector da Agricultura tudo estava em queda e o Governo tinha desperdiçado oportunidades para ter mais meios no sector. Deveríamos elaborar um plano hídrico nacional e concretizá-lo, porque sem rega não haveria Agricultura capaz de competir. Queria uma rede de mercados de origem e outra de mercados abastecedores. E lamentava a concentração de investimentos no litoral, condenando dessa forma o interior à desertificação. O Governo não estava preocupado com Portugal; o que tinha faltado era a política para fazer crescer o País acima da média europeia. Outra Deputada sublinhou o papel importantíssimo das estradas no desenvolvimento do país, mas queria saber se a Brisa também tinha acesso a participações dos fundos estruturais e em que condições; afinal era uma entidade privada e estava a concorrer com os Municípios; havia 45.000 km de estradas municipais a reclamar reabilitação. E o que é que se passava quanto ao financiamento dos sistemas de transportes públicos como a C.P. e o Metro? Haveria fundos comunitários para eles? Eu não havia falado em alterações à política de solos e os terrenos eram essenciais para concretizar uma política de habitação; queria apoios públicos para a constituição de bolsas de terrenos; com elas é que poderiam ser controlados os custos dos terrenos que, no mercado livre, encareciam enormemente os custos da habitação. Tencionava eu promover alguma medida fiscal para contrariar a detenção de terrenos não utilizados, mas aptos para a construção?

Finalmente, o Deputado açoriano lamentou que a nova gare do aeroporto de Ponta Delgada fosse totalmente financiada pela ANA. Perguntou se as redes transeuropeias de transportes chegariam ou não aos arquipélagos.

Relembro que a apreciação era das GOP e do OE 91. A discussão foi dominada pelos fundos europeus, seus montantes, sua distribuição e acesso a novos domínios que não figuravam nos respetivos regulamentos.

*

Em 26 de Novembro foi estabelecido o formato do debate na Assembleia da República sobre o Tratado de Maastricht que tão importante era para nós e que teria lugar nos dias 9 e 10 de Dezembro seguinte. Além da intervenção geral do Primeiro-Ministro haveria três outras intervenções específicas: a do Ministro das Finanças sobre a União Económica e Monetária; a do Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a do Ministro da Administração Interna sobre a livre circulação de pessoas. Todos os ministros com ligações comunitárias mais expressivas deveriam estar presentes.

No domínio da supressão dos controlos internos das fronteiras, tanto de pessoas como de mercadorias, havia atrasos diversos que se estavam a tornar arreliaiores. No Conselho de Ministros para o Mercado Interno tinha sido abordada a criação da Agência Europeia do Medicamento que tanta gente reclamava; também o inventário do património artístico dos Estados-membros havia sido abordado; a questão da definição da chamada “marca comunitária” voltara à discussão. No Conselho dos Assuntos Gerais tinha sido apreciado o “Paquet Delors II”; mas toda a gente era de opinião que a presidência britânica tinha “perdido” ingloriamente cinco meses; muitos de nós, entre os quais eu me encontrava, não acreditavam que isso tivesse acontecido por acaso; para mim era uma forma de mostrar o seu desapego em relação à Comunidade. A verdade é que estava a ser criado um clima de simpatia em relação aos “países da coesão”.

Em relação ao GATT, depois de um acordo celebrado em Washington, despertaram-se os “lobbies” dos dois lados do Atlântico e começou a ser esboçado um movimento no sentido da reapreciação da Política Agrícola Comum. Todavia, o Uruguay Round ainda estava longe de estar fechado; os “dossiers” mais atrasados eram os respeitantes aos têxteis, à propriedade intelectual e aos serviços. Mas o

acordo de Washington era considerado como positivo para Portugal; todavia, não era compatível com a reforma da PAC e isso constituía uma dificuldade adicional para o prosseguimento das negociações. A organização do mercado da banana, na Europa, é um assunto sério! Havia nitidamente uma fractura entre o Nordeste (Alemanha, Holanda, Bélgica e Dinamarca) e os restantes (França, Espanha, Portugal, Grécia, Reino Unido e Irlanda); o tópico é quente, porque está longinquamente ligado a aspectos partidários e ao financiamento dos partidos naquele primeiro grupo de países; daí as dificuldades e os cuidados de linguagem.

Um facto histórico ocorreu naqueles dias: a Noruega tinha apresentado, no dia 25 de Novembro, o seu pedido de adesão à Comunidade Europeia. Como se sabe, posteriormente, um “referendum” conduziu ao seu afastamento e à adopção de uma associação especial na qual eles aceitaram algumas condições para manterem alguns vínculos. Mas, nessa ocasião, ainda se pensava que tudo acabaria na sua integração.

A constituição do Espaço Económico Europeu (EEE) estava prevista para ter lugar no dia 1 de Janeiro seguinte. Mas a Suíça estava a ter atrasos em relação ao “referendum” que havia decidido lançar. Isso punha dificuldades em relação à constituição do fundo EEE que tanto nos interessava.

*

No dia 27 de Novembro recebi a Comissão Permanente da Área Metropolitana de Lisboa, constituída pelos Presidentes das Câmaras de Vila Franca de Xira, de Lisboa e de Oeiras. Queriam tratar de assuntos diversos: o seu funcionamento, o seu financiamento e o seu papel na elaboração do PDR e nas negociações do QCA. Não havia experiência na constituição de uma nova instituição; por isso ela estava a ser complicada. Mantinham-se instalados na CCR (diziam: há uma funcionária e um armário na CCR...). Para a realização das reuniões de trabalho era um “circo ambulante”... Havia a hipótese de irem para um edifício da Câmara Municipal de Lisboa, mas este tinha locatários, naquele momento, o que invalidava qualquer hipótese de instalação; era um edifício muito digno e as Câmaras da AML estavam na disposição de assinar um contrato-programa com o Ministério, tendo em vista a recuperação das instalações.

Protestaram porque não haviam sido ouvidas em relação à construção de grandes infraestruturas já anunciadas para investimento na zona. Apoiavam o Sistema de Informação Geográfica, mas queriam ver acelerado o processo de colocação de informação na malha de referência. Queriam que fosse realizado um estudo de impacto ambiental nos dois encontros da ponte anunciada entre Sacavém e Montijo; mas pretendiam que ele fosse levado a cabo por um especialista independente; disseram mesmo que tinham dúvidas relativamente à capacidade do GATTEL para o realizar. Em relação ao ambiente havia uma rede metropolitana de ETAR, mas queriam lançar um esquema geral de gestão de sistemas; quanto aos resíduos sólidos, a parte norte da AML dispunha de um estudo parcial, contudo, a margem sul não tinha projecto nenhum; e a situação que, então, se estava a viver era de ruptura. Em relação ao abastecimento de água não queriam nenhum contrato-programa novo, mas antes um reforço de colaboração com a EPAL; isto era um bom indicador do funcionamento da empresa de que eu tinha tido a tutela durante cerca de seis anos, vendo-a robustecer-se progressivamente. Preocupava-os a salvaguarda do aquífero da Península de Setúbal; eu não podia estar mais de acordo; a sua protecção respeitava muito à construção da ETAR, mas isso não chegava; era necessário um conjunto de regras para salvaguarda do que eu considerava ser uma reserva estratégica de água. Mas a maior prioridade ia para os transportes; a zona havia atraído muitos habitantes e construído muita nova habitação em partes periféricas; ora isso reclamava numerosos movimentos que haviam bloqueado os eixos existentes; era necessário investir em transportes públicos de massa. Eu estava de acordo. Entusiasmei-os a investirem num grande estudo de origem-destino dos movimentos existentes; sem ele não seria possível definir prioridades. Queriam constituir uma empresa metropolitana para a construção de habitações para a qual pretendiam o apoio da Caixa Geral de Depósitos; aconselhei-os a irem ouvir o parecer do ministro da tutela.

A realização da EXPO' 98 foi, naturalmente, escarpelizada; era um grande desafio, mas todos estavam convencidos de que o saldo iria ser favorável como, de facto, aconteceu. Queriam ligar todas estas acções ao PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território); mas era para isso que este existia; ele deveria articular

as acções de conjunto e as iniciativas de cada Câmara. Achavam que se deveria constituir rapidamente um grupo de trabalho para a coordenação dos transportes; seria a Câmara de Lisboa a assegurá-la. Dei todo o meu apoio à iniciativa, dizendo-lhes que as propostas feitas nesse âmbito aos fundos estruturais teriam natural prioridade, por representar a coordenação um indicador incontroverso da relevância da iniciativa. Era o esboço de uma Autoridade Metropolitana de Transportes com real capacidade de coordenação. Afirmaram que não queriam para ela uma estrutura pesada, mas que era indispensável que ela celebrasse um contrato-programa de colaboração com as instâncias centrais (neste caso com o responsável pela afectação dos fundos estruturais).

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Jorge Sampaio, disse que, pelo facto de terem passado a reunir-se e a debater questões concretas, tinha havido uma alteração qualitativa muito positiva no relacionamento entre os 18 Municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Havia Municípios de, pelo menos, três partidos diferentes; e conseguiam focar-se na resolução de problemas que a todos interessavam, ultrapassando a afirmação de posições partidárias. Era um grande avanço, relativamente ao costume.

Sabiam que tinha de haver um grande empenhamento das Câmaras, mas teria de se verificar correspondência por parte da Administração Central. Sem esta, a área metropolitana deixaria de existir. Reafirmei-lhes o meu apoio à concretização de empreendimentos com interesse comum.

O Presidente da Câmara de Oeiras, Dr. Isaltino de Moraes, mostrou-se um grande apoiante da constituição de uma empresa especial para resolver o problema da habitação na AML (Área Metropolitana de Lisboa). Disse que a situação era verdadeiramente dramática. Propôs a criação de um IGAPHE especial só para a AML. (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado). No seu entender, ele só teria sucesso se as Câmaras estivessem profundamente envolvidas na sua gestão; como a área não era da minha tutela, recomendei que fossem ouvir o parecer do meu Colega. Do ponto de vista operacional, a coisa mais importante que estava em jogo era a capacidade de expropriação. Entendia que, para resolver o problema das barracas, era necessário elaborar um plano especial que, ele estimava, reclamaria 20 anos

para levar a acção até ao fim. Mas, havendo uma tão grande determinação das Câmaras da AML, o sucesso estava assegurado.

A Presidente da AML e da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira resumiu a proposta de acção para a qual queria o meu apoio. Seriam constituídas as seguintes cinco áreas de acção: i) Ordenamento, Planeamento e Desenvolvimento, coordenados pela Câmara de Vila Franca de Xira; ii) Ambiente e Saneamento, coordenados pela Câmara Municipal de Loures; iii) Infraestruturas, coordenadas pela Câmara Municipal de Lisboa; iv) Habitação, da responsabilidade da Câmara Municipal de Oeiras e v) Fundos Estruturais, sob a égide da Câmara Municipal de Setúbal.

Disse-lhes do meu apoio a um trabalho tão bem estruturado e, manifestamente, merecedor do empenhamento dos Autarcas. Recomendiei-lhes, contudo, que a coordenação era indispensável, porque as cinco matérias se interpenetravam. Ficou combinado que nos haveríamos de ver depois da aprovação do Orçamento de Estado 93, porque a ambição de todos era que viéssemos a celebrar um contrato-programa geral, desdobrado nos projectos sectoriais necessários. A fonte de recursos mais importante seria o Fundo de Coesão, na sua vertente Ambiente, que parecia não oferecer dúvidas a ninguém; fiquei de averiguar se o tratamento secundário dos esgotos seria elegível para apoio.

Foi uma manhã magnífica de troca de impressões; construtiva porque se passava entre pessoas criativas, com determinação e que haviam, patentemente, conversado muito entre si antes de virem falar comigo.

*

Eu continuava a ser um interlocutor distinguido pelo Embaixador do Irão para receber os seus Ministros que vinham a Lisboa. No dia 3 de Dezembro recebi o Ministro do Comércio. Queixou-se de que havia falta de informação acerca das possibilidades de trocas entre os dois países. Disse que a liberalização da economia iraniana tinha começado já em 1990 e, por isso, as relações comerciais poderiam decorrer como entre quaisquer outros países do mundo ocidental. Estava particularmente interessado na área dos medicamentos e outros produtos farmacêuticos. As privatizações avançavam no seu país; não tinham, contudo, privatizado os bancos, dado que não havia condições para o fazer. As palavras de ordem

eram, naquela altura, privatização e planeamento. Sublinhou as oportunidades enormes que o Irão oferecia nas relações com Portugal.

*

O Sistema Estatístico Nacional havia experimentado uma grande mudança durante a gestão do Prof. Manuel Vilares. Como consequência, haviam sido criadas muitas novas funções e o edifício do Instituto Nacional de Estatística, construído nos anos 30, já não dava para acolher todas elas. Era preciso construir umas instalações novas ou ampliar aquelas de que dispúnhamos e que era a solução que mais me agradava. O novo presidente do INE, o Eng. Correia Gago, mostrava-se apostado em assegurar espaços que permitissem desenvolver todas as tarefas de que estava incumbido e nas melhores condições.

O INE dispunha de autonomia patrimonial e isso poderia ser usado. Vimos a possibilidade de recorrer a sistemas de “leasing”, muito em voga naquela ocasião, mas ele não gostava do sistema pelo ónus que impunha às fracções que ocupássemos. Admitia que se construísse e se alienasse em propriedade horizontal perfeita para buscar meios com que pagar os espaços que nos ficassem reservados. Isso deveria ser feito através de um concurso público. Admitia a possibilidade de se destacar um lote que seria submetido a um tratamento especial; o concurso que ele tinha em vista oferecia a promotores imobiliários com dinheiro, mas sem terreno, a possibilidade de construir no centro de Lisboa. E o INE reservaria para si uma área previamente definida. Ele próprio já estava a fazer um esboço do caderno de encargos. O edifício teria cerca de 30.000 m² acima do solo. Estimando um custo de construção de 500 contos/m², o valor do imóvel seria de 15 milhões de contos; atribuindo 30% para valor do terreno seriam 4,5 milhões de contos; se ficássemos com 10.000 m² seriam 5 milhões de contos. Nesta operação eu teria de arranjar somente 0,5 milhões de contos. Pedi-lhe para ele ir pôr o caso ao Director-geral do Património. Falámos em arquitectos. Sugerí-lhe o Arq. Arsénio Cordeiro que havia acabado de fazer a nova Torre do Tombo, com apazimento generalizado dos seus colegas e do público em geral. Efectivamente, o projecto foi desenvolvido, mas foi considerado demasiadamente caro pelos governos seguintes, perdendo-se a

oportunidade de termos num local de eleição umas instalações excelentes. Irá ser difícil retomar a iniciativa.

*

Aproximava-se o debate sobre o Tratado de Maastricht no Parlamento. Assistíamos ao embaraço tremendo do CDS que não conseguia separar-se dos argumentos do PCP para ter uma posição autónoma!... E não queria aproximar-se do Governo que era muito mais a sua área de identificação... Dificuldades da política...

*

As reuniões com o Primeiro-Ministro eram sempre curtas e objectivas. Nunca se comentava a actuação de pessoas, nem abordava nenhum caso particular. No dia 14 de Dezembro tive uma sessão de despacho. Eu sabia que meia hora era suficiente. Por isso marquei a assinatura de contratos-programa para três quartos de hora depois do começo do nosso trabalho que teria lugar à hora aprazada, sem qualquer atraso. Começámos pela preparação em curso do Plano de Desenvolvimento Regional. Manifestou que gostaria que tudo se processasse com o rigor de exigência com que havia decorrido a do primeiro. Nós tínhamos assumido compromissos em relação à convergência; havia que respeitá-los escrupulosamente. Gostaria que se fosse muito claro em relação ao envolvimento das Autarquias; as queixas eram frequentes nos jornais e não havia nenhuma razão para isso. Era verdade! Eu atribuía a profusão de notícias à agitação política que era preciso criar, porque daí a um ano (12/12/93) iria haver eleições autárquicas. Eu deveria encontrar mais ocasiões para dizer em público quais haviam sido os meios que elas tinham recebido do Orçamento e dos fundos comunitários. Era certo que elas estavam a apresentar trabalho; mas nunca haviam recebido tantos meios como nessa ocasião! E continuavam a queixar-se... Tudo muito português! Deveria assegurar-se que as Autarquias se associassem aos esforços que estávamos a fazer para a convergência e não fossem um factor de divergência.

Queria saber o que se estava a passar em matéria de redes transeuropeias. O Banco Europeu de Investimento iria receber muito dinheiro; era preciso assegurar que nós mobilizássemos algum para empréstimos a efectuar com infra-es-

truturas que gerassem meios para os pagar. E, em relação ao fundo EEE (Espaço Económico Europeu – antiga EFTA) não estava na disposição de aceitar qualquer redução da qual se ouviam alguns ecos na imprensa internacional.

*

A Cimeira de Edimburgo realizou-se em meados de Dezembro, sem grandes expectativas quanto aos seus resultados. Mesmo assim, foram resolvidos alguns problemas delicados. O mais complexo era o da Dinamarca, que se confrontava com uma opinião pública periodicamente assolada com dúvidas acerca das vantagens que tinha em ser ou não ser membro da Comunidade Europeia. Foi encontrada uma fórmula que resolvia os seus problemas cumprindo rigorosamente o Tratado, tendo ficado esclarecidos todos os eventuais “fantasmas” que pudessem subsistir. O importante para os outros era que não se abrisse nenhuma excepção para a Dinamarca, o que acabou por acontecer. Em matéria do Ambiente e da Defesa do Consumidor eles queriam dispor de legislação mais restritiva do que a comunitária; não havia nenhum mal nisso; qualquer Estado-membro pode fazê-lo. Foi decidido que as negociações, visando o alargamento, começariam no dia 1 de Janeiro seguinte. Elas teriam lugar com a Suécia, a Finlândia e a Áustria.

A questão das sedes das instituições europeias voltou à baila. Havia algumas capitais que já tinham sedes provisórias. Ficou definido que as outras teriam prioridade relativamente a novas decisões. Como se sabe, Portugal acabou por ficar com a EMSA (European Maritime Safety Agency) que tem prestado muitos e relevantes serviços.

Na distribuição do número de Deputados ao Parlamento Europeu, Portugal ficou com mais um dos que os que já tinha. Passou a dispor de 25 membros.

As perspectivas financeiras eram o ponto mais importante a discutir. Foi fixado o “Paquet Delors II”, com vigência para o período de 1993/99. Foi alterada a estrutura dos recursos totais; nessa operação a Espanha havia sido particularmente atingida; ela não tinha lutado muito pelos fundos estruturais, como nós havíamos feito; o seu Presidente do Governo apostava na questão dos recursos; mas, para a Espanha ganhar, a Itália teria de perder e isso arrastaria consequências que ninguém desejava.

Nessa ocasião a Grécia só falava na Macedónia... Era uma obsessão! O Primeiro-Ministro da Irlanda seria demitido no dia seguinte ao do Conselho Europeu.

Portugal iria ter, ao longo do período 1993/99, uma média anual de ajudas comunitárias igual ao dobro do que havia beneficiado durante os anos 1989/93. Não nos podia o Conselho ter corrido melhor.

O Fundo de Coesão acabou por ficar dotado com 15.150 MECU, para o período 1993/99, o que representava um valor global maior do que a Comissão algum dia tivesse proposto. Mas havia critérios a respeitar no domínio da dívida pública e do equilíbrio orçamental; quem não os cumprisse não teria acesso aos fundos. Os critérios aplicavam-se ao sector público como um todo (Administração Pública, Autarquias Locais, Regiões Autónomas, Segurança Social, etc.). Mas, para nós, as ajudas representavam uma oportunidade única para modernizar o País até 1999. Afinal, tratava-se de uma injeção de mais de quinhentos milhões de contos por ano!

Como era hábito, a Comissão reteria uma verba entre 5% e 10% para acções comunitárias. Tinha-se insistido muito na cooperação transfronteiriça e nas regiões ultraperiféricas.

As recomendações para o rigor e uso de grande selectividade na escolha dos projectos a financiar eram as maiores. Em relação ao Fundo de Coesão iria ser criado um instrumento a aprovar por unanimidade e definindo “fourchettes” e critérios; deveria estar operacional até Abril de 1993. Com esta duplicação dos fundos era bem possível que pudéssemos ter um PEDIP II, o que seria muito bom para prosseguir com as alterações do tecido industrial que estavam em curso.

Como se compreende, todos acompanhávamos o que se resolvia nas Cimeiras com grande atenção, mesmo com alguma ansiedade.

*

Tive logo uma reunião com o Ministro da Indústria para tratarmos de um sistema de incentivos novos. Propendíamos ambos para um sistema intermediado pela banca, posteriormente bonificado pelo Governo. Assim se alijaria muita carga burocrática. A parte técnica ainda seria feita pela Administração, mas o risco económico-financeiro passaria a competir a qualquer banco ao qual o projecto

fosse apresentado. A cargo do Governo ficaria o pagamento das bonificações estabelecidas na lei.

*

Todas as medidas positivas têm um reverso negativo. Depois de ter sido anunciado um grande aumento dos fundos comunitários, logo se começou a assistir a manifestações de excesso de confiança (para não dizer arrogância...) por parte de alguns funcionários da Administração Comunitária, particularmente daqueles que interfeririam na sua distribuição. Como sempre sucede, os mais atacados pela “moléstia” não eram os mais importantes! Eram aqueles que nós surpreendíamos, por vezes, a dizer “Eu dou”!, quando se respondia satisfatoriamente às dúvidas postas a respeito de um dado projecto. Eram pequenas manifestações de poder! Especialmente daqueles que tinham pouco...

*

No dia 18 de Dezembro tive uma longa sessão de trabalho na Comissão de Coordenação da Região do Norte. O presidente começou por me alertar para o facto de, no final da primavera seguinte, a nova ponte de Valença, sobre o rio Minho estar pronta. Tomei boa nota do sinal. Sucedeu que, no dia de verão em que ela acabou por ser inaugurada pelos dois Ministros das Obras Públicas de Portugal e de Espanha, eu estava em visita oficial à Galiza e àquela hora, numa reunião com o próprio Presidente da Xunta, D. Manuel Fraga, que não havia sido convidado para a cerimónia. Tratava-se de matéria que só aos dois Governos nacionais respeitava! Como o Presidente da Xunta era de partido diverso do do Governo não poderia este deixar que ele tirasse quaisquer louros dos acontecimentos. De maneira que a Cerimónia se passou sem qualquer lustro e sem nenhuma repercussão na imprensa regional; a de Madrid também ligou pouco ao acontecimento. E, no entanto, para as duas regiões vizinhas foi um acontecimento do maior relevo. As populações, essas comemoraram bem nos dias seguintes a nova infra-estrutura posta ao seu serviço! Eu próprio a inaugurei (particularmente) no meu regresso a Portugal. Porque será preciso olhar tudo sempre tão aplicadamente pelo prisma partidário? Aquela obra respondia a um anseio de muitas décadas! Não foram capazes de celebrar em conjunto!...



FIG. Na CCRN, no Porto, com o Ministro Silva Peneda e o Senhor José Coelho, Jardineiro Chefe.

Havia, nessa altura, a sensação espalhada entre os empresários de que o ICEP (Instituto do Comércio Externo de Portugal) não tinha uma percepção clara da realidade nortenha. Fiquei de propor ao meu Colega do Comércio que fizéssemos, algures no Norte, uma reunião com empresários sobre o tema da internacionalização. Ela veio a ser feita. Confirmavam-se os meus receios em relação à fragilidade da situação no Vale do Sousa. Era preciso lançar uma operação integrada na zona. A maior debilidade respeitava à mão-de-obra; não havia quadros nem técnicos intermédios. Era aí que se deveria atacar com prioridade. A operação concretizou-se. Alguns anos mais tarde já sem ter responsabilidades no sector, disseram-me que o espaço estava muito melhor, mas que os Autarcas sentiam que ele não tinha uma identidade comum. E isso era importante para levar a bom termo uma operação que os mobilizasse a todos. Estavam a ter dificuldades em encontrar o denominador comum até que alguém se lembrou de que na área havia uma invulgar concentração de pequenas igrejas românicas e que isso, talvez, representasse um traço de reunião entre todos eles. A sugestão foi bem acolhida e toda a zona integra hoje a “Rota do Românico”. Assim me confirmaram os Autarcas, numa sessão em que participei vinte anos depois! Deve ter sido a primeira vez que uma marca medieval serviu para unir um espaço que se sentia inorgânico!... O que é preciso é ter sensibilidade ... e imaginação.

No domínio do tratamento dos resíduos sólidos da Área Metropolitana do Porto, estava-se a chegar à conclusão de que seria muito mais operacional dispor de uma estrutura privada por trás da LIPOR para conseguir dar o salto gestor e tecnológico que era necessário. O modelo institucional até então vigente tinha esgotado as suas potencialidades. Apoiei a constituição do novo modelo que autorizou uma mudança muito expressiva e assegurou a estabilidade e a expansão da solução, colocando o sistema entre os mais modernos e bem-sucedidos da Europa.

Tive a informação de que a constituição de um conselho regional para o programa CIENCIA havia sido uma medida acertada. Os seus membros participavam nas reuniões com grande empenhamento, facilitando muito o processo decisivo ao nível central; já tinham sido escalpelizadas, ao nível regional, todas as candidaturas que iriam ser apresentadas.

O INTEREG II iria acontecer. Já se sabia que seriam votados 1.000 MECU para esse programa e mais 4.000 para outras iniciativas comunitárias ligadas à formação de redes regionais e à cooperação entre regiões europeias. Ao longo dos últimos anos (1986/92), haviam sido criadas 35 redes sobre os mais diversos temas; a Região do Norte de Portugal estava presente em 10 delas. Manifestamente, a criação de redes entre regiões europeias tinha sido adoptada pela Comunidade como um instrumento de fortalecimento da coesão e da identidade europeia.

*

Eu continuava a dar atenção ao sector da economia social por estar convicto de que, em alguns sectores, ele representaria uma boa resposta organizativa. Prosseguiam as minhas diligências para ver se se conseguia instituir o arrendamento de habitações pertencentes a cooperativas; relacionado com isso estava o estabelecimento da fórmula de cálculo do valor da retoma da habitação cooperativa; ela deveria ser objecto de uma portaria conjunta do MPAT e do MOPTC.

O sector do crédito cooperativo (Caixas de Crédito Agrícola Mútuo) merecia uma atenção especial; havia algumas que não estavam bem e tinham gente modesta sob a sua acção, o que poderia ter efeitos muito complicados em caso de acidente. Havia uma lei-quadro das instituições de crédito em preparação; era preciso contemplá-las na sua formulação. Por outro lado, havia também uma lei comunitária sobre o tema; tinha de se estar atento à sua regulamentação. Combinei com o Presidente do INSCOOP, em 21 de Dezembro, realizarmos um seminário sobre a revisão da legislação cooperativa. A primeira havia sido produzida nos tempos do ardor revolucionário. Precisava de uma chamada à realidade.

A Bélgica estava a organizar a IV Conferência Europeia da Economia Social. Na Conferência de Lisboa, havia sido decidido constituir um conselho consultivo das cooperativas a nível europeu; ficaram encarregados de produzir um “draft” os dois países, Portugal e Bélgica. Era preciso definir quem escreveria a primeira versão. A experiência aconselhava-me a que quem o fizesse teria maiores possibilidades de influenciar a sua forma final. Por isso recomendei que fossemos nós. Estava previsto que houvesse um comité executivo a coordenar esse conselho; ele seria formado por três membros representando as chamadas “famílias cooperativas” (mutualida-

des, cooperativas propriamente ditas, associações, etc.) e três outros, a representar as chamadas secções de estudo e os outros três a “troika” (ou seja, o País que exercia a presidência mais o seu antecessor e o seu sucessor). Nas secções de estudo estavam representados os “grupos de pressão europeus e um delegado por cada Estado-membro. Nessa ocasião, havia três secções de estudo: uma para as mutualidades, outra para as cooperativas e uma terceira para as associações.

Preocupava-me o financiamento das empresas cooperativas. Lançámos um estudo de colaboração com o IAPMEI. Mas era indispensável que elas estivessem sujeitas a auditorias. Sem isso não seria possível que as instituições de crédito bonificassem os empréstimos concedidos ou dessem prioridade à análise dos seus projectos; o mutuante diminuiria os riscos, logo aumentaria a segurança e poderia diminuir a taxa de juro.

Foi-me dada conta de que estava em preparação um encontro luso-marroquino sobre cooperativas; chamavam-lhe congresso, mas tratava-se de uma reunião relativamente modesta.

A Polícia de Segurança Pública propunha-se constituir uma régie cooperativa. Tinha solicitado o apoio do INSCOOP. Foi-lhe assegurada toda a colaboração necessária.

*

Nós havíamos herdado um sector público empresarial recheado de empresas industriais nacionalizadas. Muitas delas eram geridas por elementos competentes; mas havia outras em que as nomeações tinham sido muito determinadas por razões político-partidárias. No final do ano de 1992, tomou-se a decisão de proceder a reduções drásticas de efectivos procurando fazê-lo sem perturbações sociais, aproveitando o período de crescimento que então se vivia. No caso da EDP havia o mau hábito de muitos clientes não pagarem as suas facturas da energia fornecida. Em relação às Autarquias tomou-se a decisão de fazer a cativação do FEF; não fazia sentido que a EDP as estivesse a financiar a taxas mais interessantes do que as que os bancos lhes ofereciam. O problema grande era com os hospitais; o meu Colega da Saúde torcia-se todo, mas o orçamento manifestamente não lhe chegava para fazer face às despesas correntes e às passadas que haviam ficado por pagar. A dívida da Câmara Municipal do Porto era gigantesca: 50 milhões de contos!

Pôs-se a hipótese de a Câmara fazer dações em cumprimento de património que a EDP depois operacionalizasse, quer dizer, vendesse. A dívida dos clientes à EDP já havia, contudo, descido 70 milhões de contos. Tinha-se liberalizado o sector, permitindo a entrada de produtores independentes, mesmo sem privatizar a EDP. Passou, assim, a haver entidades privadas na produção e também na distribuição de energia. Mas era importante poupar no investimento da EDP; já tinha deixado de investir na distribuição, mas isso havia determinado a queda da qualidade do serviço; com falhas de energia que eram objecto de queixas repetidas por parte das empresas. Isso determinava, na realidade, custos ocultos para as próprias empresas; os técnicos distinguiam os “micro-cortes” dos “macro-cortes”; os primeiros reclamavam a introdução de mecanismos de estabilização que eram, obviamente, um investimento da responsabilidade das empresas. Quando eu fazia reuniões com empresários era certo que viria à baila a baixa qualidade do fornecimento de energia que afastava aliás, investidores estrangeiros potenciais, atentos a quanto pudessem pôr na mesa para reclamar compensações.

As licenças para novos empreendimentos hidro-eléctricos deveriam ser feitas por bacía. Mas havia outras formas de energia que era preciso tentar: o potencial eólico do nosso País era grande mas a legislação impunha limitações até 10 MW e os operadores queixavam-se de que isso não era rentável; as mini-hídricas, a que já me referi tantas vezes, tinham-se tornado muito populares, nomeadamente junto dos Autarcas; e a biomassa surgia sob novas formas. Era preciso aproveitar tudo e diversificar. E tornava-se fundamental estar atento à questão da qualidade de fornecimento da energia. Punha-se, nessa ocasião, a possibilidade de haver uma “holding” que assegurasse a produção, o transporte e a distribuição; ou uma empresa de produção, outra de transporte e outras de distribuição. O problema tinha que encontrar uma solução a breve trecho. O certo é que: a tarifa industrial era cara em termos europeus, prejudicando a nossa posição comparativa; a tarifa doméstica, em termos europeus era barata (resquícios do período revolucionário ...); no Índice de Preços ao Consumidor só pesava a tarifa doméstica, de modo que se ia aumentando alegremente a tarifa industrial, sem ligar muito às consequências a longo prazo; a verdade era que, nessa altura, a Alemanha, a Espanha e a Itália praticavam preços mais altos da energia.

A Gás de Portugal (GDP) tinha que reorientar a sua vocação para o gás natural de que, a breve trecho, seríamos abastecidos em abundância. Não fazia sentido que a empresa, em Lisboa, fosse pública. Tomou-se a decisão de a privatizar em 1993. A PETROGAL estava a trabalhar num mercado cada vez mais competitivo. E dispunha de um aparelho produtivo muito desajustado; fazia produtos pesados quando deveria fazer leves. Por outro lado, a sua rede de distribuição estava desajustada, sendo pouco eficiente. Havia uma necessidade urgente de mudança de imagem, nomeadamente nas auto-estradas que iam entrando ao serviço. Fiquei admirado com o preço estimado para uma estação de distribuição: um milhão de contos! Foi nessa altura que se começou a falar na internacionalização da PETROGAL para Espanha e para os PALOP, especialmente para Angola. Mas tinha de se pôr um alto à degradação progressiva que se observava, particularmente do equipamento que se tornava cada vez mais obsoleto. Nessa ocasião, a fábrica de Lisboa estava praticamente fechada. A refinaria, por causa da construção da EXPO' 98 iria sair daquela localização o mais tardar daí a dois anos, mas não seria necessário construir uma nova refinaria para a substituir. O problema sério que tínhamos de resolver respeitava à “tankagem” que envolvia a PETROGAL, mas também a BP, a Shell e a Mobil; ter-se-ia de a desmobilizar em dois anos, ou punha problemas e custos.

O caso da Quimigal era muito atípico. A Quimiparque dispunha de instalações em Estarreja e no Barreiro. No parque do Barreiro tinha-se criado muito emprego em pequenas unidades e isso era bom numa zona que havia atravessado uma grave crise que parecia ter sido ultrapassada.

A Portucel tinha uma estrutura financeira deficiente. A EDM (pirites alentejanas) e a Empresa Carbonífera do Douro eram consideradas como “desastres”. Pelo contrário, a SOMINCOR (cobre e estanho), nessa altura, apresentava-se com excelentes perspectivas; eu fui visitar a mina, num sábado de manhã e fiquei surpreendido com a exposição que, então, me foi feita; em determinada ocasião, antes de descer para as profundezas da mina, conversei com técnicos que me expuseram com grande rigor o que eu iria ver; quando referi a conversa ao director chamando engenheiros aos meus interlocutores ele sorriu-se e disse-me que eram os “novos mineiros”! Com preparação e um conhecimento profundo acerca do que estava a ocorrer. Eles tinham adqui-

rido uma grande capacidade profissional e não correspondiam, em nada, à imagem que se tem da profissão. A sorte da SOMINCOR, ao longo do tempo, tem flutuado de acordo com os preços internacionais do cobre e do estanho que, como se sabe, flutuam muito. De qualquer forma, o “escândalo geológico” de Neves Corvo representa uma riqueza única que haverá toda a vantagem em prospectar em permanência. Parece que há mais concreções semelhantes! Mas, nisto de minérios, são as cotações mundiais que impõem as suas regras e os seus efeitos. É, no entanto, certo que temos ali uma grande coisa que importa seguir de muito perto.

As minas de Aljustrel, naquela ocasião, representavam um grande problema que começava por ser tecnológico, mas que se estendia também à disponibilidade de água na zona.

No caso das minas do Pejão (eu conhecia bem, desde a minha infância, um dos produtos – os “briquettes” – que, em minha casa, eram usados no fogão e na salamandra que aquecia o ambiente) tínhamos o apoio do RECHAR para resolver muitos dos problemas determinados pela desmobilização da exploração mineira. Tratava-se de encontrar alternativas para o desemprego que iria surgir; até uma estrada foi construída para assegurar que os novos desempregados, continuando a residir nas suas casas, fossem trabalhar em povoações vizinhas onde havia escassez de braços.

Na FEIS (Fábrica-Escola Irmãos Stephens), na Marinha Grande, estava-se a vender o património. Eu havia visitado a fábrica, uns anos antes, onde pude ver o desfasamento do “design” e a perpetuação de tecnologias que eu conhecia desde a minha juventude, do Centro Vidreiro de Oliveira de Azeméis. No século XVIII, quando foi construída a fábrica houve réplicas noutros lados, nomeadamente no Covo, perto de Oliveira de Azeméis, onde ao lado do solar de um fidalgo apaixonado pela tecnologia havia nascido uma fábrica de vidro de que hoje se disputam, nos leilões, os poucos exemplares que aparecem; os outros, que não foram partidos, estão ciosamente conservados em museus.

Mas na Marinha Grande não se havia inovado em quase nada. Alguns dos trabalhadores passaram para a indústria dos moldes. Quem permaneceu no ramo original, assistiu à sua decadência inexorável. Discutia-se, em Dezembro de 1992, se a melhor solução seria a hasta pública, o concurso ou a venda da unidade por lotes.

Para mim, que tinha estudado o sector, era muito melancólico ver o que estava a passar-se.

Em relação à Siderurgia Nacional (SN) tínhamos a certeza de que a privatização seria pior amanhã do que hoje. A grande questão social era o despedimento de 2.400 trabalhadores no Seixal, uma zona já tão martirizada. A mini-siderurgia da Maia não punha grandes problemas. Ela transformava sucata com auxílio de energia que estava disponível no local da fábrica. Os grandes problemas respeitavam aos produtos longos do Seixal. Era urgentíssima a privatização.

Na SETENAVE já se havia perdido a esperança de voltar a fazer embarcações completas. Ainda seria possível construir cascos novos e proceder à reparação de navios.

Os Estaleiros Navais de Viana do Castelo eram uma coutada do Partido Comunista Português. Enquanto houve União Soviética as encomendas surgiam e ela foi uma das mais rentáveis unidades de construção naval da Europa. Com a “perestroika” tudo começou a descambar. A solução só ocorreu há poucos anos, depois de uma agonia em que se viu de tudo!...

Pela minha parte eu tinha que estar particularmente atento à utilização para urbanização de terrenos que integravam o domínio público. Era preciso alertar as Autarquias onde eles se situavam.

Nessa ocasião, existia a IPE (Investimentos e Participações do Estado) que era o instrumento que assegurava a presença do Estado na Economia. Dava-nos grandes cuidados como se pode imaginar. Ela tinha surgido para coordenar as numerosas participações públicas. Mas, nessa época, punha-se a hipótese de ela também se envolver nos chamados “mercados verdes”, ainda pouco atraentes para as empresas privadas. Admitia-se que ela também pudesse intervir para suprir as falhas do mercado e para se ocupar com domínios como o capital de risco, a internacionalização e a cooperação. Eu achava que não se deveria incumbi-la de demasiadas coisas. Tudo quanto lhe estava atribuído representava “dores de cabeça”. Não me parecia ajustado estar a incumbi-la de novas responsabilidades, ainda por cima em domínios nos quais não havia uma grande experiência. Além do mais, naquela ocasião a IPE já não era um grupo. Era uma agregação de empresas em dificuldades. Dispunha, todavia, de alguns bons quadros. Onde ocupá-los?

*

A disponibilização dos terrenos para a instalação da EXPO' 98 reclamou a intervenção de muitos responsáveis. Em 28 de Dezembro tivemos uma reunião, no gabinete do Ministro da Presidência e da Defesa Nacional, com ele, eu próprio e os meus Colegas da Indústria e Energia, das Obras Públicas, do Ambiente e do Mar. Tratava-se de fazer o ponto da situação e definir as acções imediatas. O principal problema continuava a ser a deslocação das empresas petrolíferas; muitas instalações já não estavam a funcionar, mas tudo tinha um preço; esta componente era fundamental, porque o terreno estava muito poluído e era preciso começar a limpá-lo. Aliás, já se tinha uma ideia de como fazê-lo; e sabíamos que isso iria tomar tempo. O Ministro da Indústria já havia reunido com aquelas empresas. Era preciso preparar legislação para facilitar a saída; não queríamos invocar somente razões ambientais; pretendíamos uma justificação mais ampla. Havia ainda os terrenos do porto de Lisboa que eram sempre invocados como, na sua desafecção, indo comprometer a normal expansão do porto... A Oposição queria realizar a EXPO' 98 (ainda o queria com mais força se soubesse que iria ser ela a inaugurar-la...), mas gostava de levantar dificuldades sem razões muito fundamentadas... Existia já legislação (preparada por mim, em 1987 – DL n.º 224/87, de 3 de Junho) que permitia fazer pressão sobre as empresas petrolíferas por razões ambientais e de segurança, face a riscos industriais elevados; mas, pelos vistos, não chegava, sendo preciso ser mais impositivo. Além disso, havia outras empresas que produziam artigos tóxicos e perigosos. Era preciso fazer legislação mais abrangente e conjugá-la com a elaboração de um plano de pormenor da zona. Pôs-se a hipótese de elaborar somente decretos regulamentares a partir dos decretos-lei já existentes, mas a maior parte preferia um diploma específico para o efeito. Para a desafecção dos terrenos do porto já havia enquadramento, mas a entidade que os receberia era uma sociedade privada, se bem que de dinheiros públicos... Tudo deveria ser feito à medida, mas com as maiores garantias constitucionais. Não poderíamos passar pelo contratempo de o decreto ou os decretos serem enviados ao Tribunal Constitucional! Havia, ainda, o caso do Depósito de Material de Guerra de Beirolas que talvez fosse a situação que menos problemas pusesse.

*

Não havia férias de Natal nem de Fim do Ano. No próprio dia 31 de Dezembro houve um Conselho de Ministros e, no meu caso, um longo despacho com o Primeiro-Ministro. O Orçamento do Estado iria entrar em vigor no dia seguinte! Tínhamos que fazer ponto de honra de que isso acontecesse sem falhas.

Havia Autarquias que começavam a impor taxas de valor diverso para as ligações da água e do esgoto, etc. Mas as empresas haviam-se queixado. Eu achava isso perfeitamente natural; as empresas que negociassem com as Câmaras. Eu recusava-me a definir uma taxa única para todo o País. Cada Câmara deveria fazer as contas e definir a política que entendesse. Nem todos pensavam assim.

No despacho com o Primeiro-Ministro ficou combinado que eu poderia começar as minhas conversas com os Ministros da Agricultura e da Indústria acerca do Alqueva. Isso tornaria praticamente irreversível a sua construção.

Falámos do PDR. Nós não nos poderíamos substituir às Autarquias Locais nas suas decisões. Mas ele pediu-me para eu fazer reuniões numerosas para as induzir a fazer escolhas criteriosas e com escala; mas isso era o que eu vinha a fazer há alguns anos...

Queria que eu desse a maior importância à base produtiva do país e que se privilegiasse o capital de risco. Deveríamos passar dos subsídios aos empréstimos o mais rapidamente possível. Era favorável à celebração de contratos-programa entre a Administração Central e as Autarquias Locais, especialmente se do lado dessas estivessem em causa empreendimentos intermunicipais com expressão, capazes de tirar vantagens da sua escala. Disse-me que era a favor da regionalização numa versão gradualista; encorajou-me a dar mais um passo. Queria que os projectos de âmbito regional passassem para o escalão regional da Administração. Estava preocupado com as despesas correntes dos hospitais que não paravam de crescer. Em matéria de custos de investimento, como já referi, desde que eles se inscrevessem no quadro de uma OID, poderiam ser objecto de algum apoio comunitário. Mas, em matéria de custos correntes, não era eu que poderia fazer fosse o que fosse.

A situação nos portos dava-lhe cuidados. Queria apoiar grandes investimentos para assegurar a sua adaptação à procura, mas temia que a situação laboral deitasse muito desse esforço a perder.

Queria decidir sobre as prioridades em matéria de Ambiente e assegurar mais meios para apoiar a Indústria. O Fundo EEE deveria ser todo orientado para a Habitação. Conversámos longamente sobre a estratégia de negociação dos fundos estruturais e de coesão em Bruxelas. A fase crucial estava a aproximar-se. Gostaria de ver reforçado o papel do FEDER, porque as coisas tinham corrido bem, nesse domínio. Pretendia ter, dentro de um mês, uma proposta com as orientações estratégicas. Todos os projectos cujos promotores tivessem revelado incapacidade deveriam cair sem serem substituídos por outros, nem dar nenhum prazo de prorrogação. Não se deveria premiar a falta de empenhamento ou de avaliação de capacidade dos executantes.

O ano de 1993 anunciava-se com uma tendência para a recessão. Isso complicaria a nossa vida. Deveríamos dar um impulso às obras públicas que tivessem uma pequena componente importada que não sofreria, desse modo, nenhuma alta de preços. Recomendou-me uma atenção particular aos empréstimos do BEI; eles eram pouco mobilizados. Mas isso devia-se à escolha dos donos das obras que preferiam o conforto dos subsídios às obrigações dos empréstimos.

Gostaria de ver lançado um plano transfronteiriço novo. Eu deveria ver, com os meus colegas espanhóis, quais eram os domínios em que teríamos concordância com eles, uma vez que eles dispunham de muitos mais meios comunitários para o fazer do que nós.

Analisámos, longamente, várias questões relacionadas com o financiamento de algumas grandes obras que estavam para ser lançadas. Falámos, especificamente, da ponte sobre o Tejo, da via de cintura interna no Porto e da Via do Infante.

Queria que os mercados abastecedores de Lisboa e do Porto fossem para a frente em breve. E entre apoiar mais um novo SIFIT ou reforçar um novo PRODIATEC, preferia o segundo que permitiria recuperar o património, pondo as construções beneficiadas ao serviço da cultura e do turismo.

Como se vê, para terminar o ano não foi mal! Havia, nessa ocasião, muito entusiasmo e determinação.

*

Em princípios de Janeiro de 1993 estávamos ocupados em garantir a convergência nominal e a convergência real com a Comunidade Europeia, conciliando as duas coisas com um desemprego baixo. Interessava-nos manter a economia portuguesa a crescer a taxas mais elevadas do que as outras economias europeias. A chave do problema estava numa coordenação eficaz entre todos os ministérios, incluindo os sectoriais; não chegava dispor de boas políticas orçamental, cambial e monetária; era preciso assegurar uma boa articulação com os ministérios sectoriais. As exportações tinham de continuar a crescer, tanto as de bens como as de serviços (turismo) e o investimento teria de se manter a crescer mais de 4%; crescimento esse que teria de combinar o do sector privado com o público no domínio das infra-estruturas; este era mais fácil de assegurar, porque havia os fundos estruturais e de coesão e a nossa máquina para a sua afectação estava bem oleada. Mas convinha, também, diminuir a componente importada do consumo e do investimento. Nós havíamos imposto que o consumo público não crescesse; e queríamos muito que o investimento privado crescesse.

Havia perigos de divergência salarial e financeira. A actuação teria de ser estrutural para assegurarmos a convergência real. Deveríamos garantir a moderação salarial para conseguir que a convergência também viesse desse lado. Por outro lado, deveria ocorrer também uma convergência financeira por via da aproximação das taxas de juro portuguesas de todas as outras.

A inflação, nessa altura, deveria andar à volta dos 9%; o seu abaixamento mantinha-se como objectivo.

A situação económica em Portugal era, para nós, insatisfatória. Havia sintomas de crise nos mercados cambiais, o que gerava alguns efeitos perversos na confiança dos operadores. Insistíamos na convergência salarial e na convergência financeira. Era preciso manter a competitividade, à custa da moderação da evolução dos custos dos factores; de outra forma, desceriam as exportações; daí a importância da moderação salarial e da política cambial; o preço dos bens que produzíamos deveria continuar a ser atraente face ao preço dos bens estrangeiros; ambicionávamos mesmo um embaratecimento relativo das nossas exportações e dos nossos bens transaccionáveis. Havia, de facto, uma dificuldade em relação à modera-

ção dos valores das taxas de juro praticadas. Estávamos a conseguir aguentar a nossa economia, mas tudo se passava em situação de equilíbrio muito exigente. Era preciso assegurar que não houvesse um nível elevado de conflitualidade social. Estávamos optimistas em relação ao acordo de concertação prestes a celebrar-se; a estratégia havia sido cuidadosamente desenhada; esperávamos que ele fosse assinado até ao fim de Janeiro de 1993. Preocupávamo-nos a moléstia dos salários em atraso que surgia aqui e ali: nem em regiões específicas, nem em sectores determinados; era perfeitamente aleatória. Mas, como havia emprego com facilidade, sabíamos que ocorriam muitas rescisões de contratos sem problemas de maior.

A nossa preocupação maior era com as pequenas e médias empresas. É que elas é que estavam por trás das exportações e, na maior parte das situações, por via da sub-contratação.

Nós estávamos a propender cada vez mais para a bonificação de juros em vez de dar subsídios a fundo perdido. Mas as nossas empresas não iam à banca europeia; estavam acostumadas a serem clientes dos bancos nacionais e estes aumentavam, sem grande relutância, a sua margem de intermediação. O Ministro da Indústria tinha promovido a elaboração de um “Programa de Engenharia Financeira para Apoio às PME”, com envolvimento do Banco Europeu de Investimento. Era urgente implementá-lo, porque 95% das PME haviam afirmado, nessa ocasião, que se confrontavam com problemas sérios de capital e de custo do capital. Procurávamos alternativas de financiamento através de sociedades de capital de risco e de “seed-money”; mas não estava a resultar. A garantia mútua também estava a ser tentada; mas os empresários do que tinham hábito era de ir ao banco. O meu Colega da Indústria actuava em muitas frentes: o “design”, a imagem de marca, a qualidade, a produtividade... O importante era não deixar esmorecer a nossa competitividade e, portanto, as nossas exportações. Eu procurava assegurar que houvesse uma difusão de novos conhecimentos e tecnologias; mas não era fácil alcançar, neste domínio, as PME; decidimos fazê-lo através dos centros tecnológicos já criados; nuns casos, com bastante sucesso; noutros, nem tanto... Havia, porém, alguns exemplos positivos: o SINDAVE estava a ser uma boa surpresa

Apoquentava-nos, porém, o facto de as exportações estarem a crescer em volume, mas a declinar em preço. Os bancos queixavam-se de que o chamado “crédito mal parado” estava a crescer. No Turismo, havia indicações de que abrandaríamos, ao longo de 1993; tinham surgido muitas novas alternativas de destinos turísticos. Todos tínhamos informações de que quem ganhava era a banca. Para complicar as exportações, os empresários que o faziam estavam habituados à desvalorização e não passavam sem ela, quando nós queríamos reduzi-la progressivamente. As prioridades que todos recomendávamos nas visitas que fazíamos eram: aumentar a produtividade; reduzir custos; racionalizar a estrutura de pessoal; reduzir o pessoal; fazer investimentos para inovação; moderar os custos salariais; qualificar o pessoal, através da formação; internacionalizar as empresas; etc. Pela nossa parte, continuávamos a tentar atrair capital estrangeiro; aquele que tinha vindo estava a produzir muito bons resultados; deveríamos insistir.

O investimento em infra-estruturas não somente contribuía para assegurar economias externas às empresas como criava emprego e mantinha muitas empresas do sector com boa capacidade para começar a abordar mercados externos.

No sector agrícola e na Comunidade Europeia, a situação era de grande desânimo geral. A modernização havia contribuído para o endividamento de muitos agricultores. As cooperativas estavam todas em situação periclitante. Íamos avançando com os processos de denominação de origem, mas os resultados só se veriam a médio-prazo. Aliás, das 500.000 explorações agrícolas existentes, nem 20% investia; as outras arrastavam-se sem adoptar uma postura activa.

No domínio das pescas a crise não era só nossa. Verificava-se na Europa e no Mundo. O seu tecido empresarial era, generalizadamente, muito frágil. Havia algumas, poucas, empresas com boa dimensão. O geral, todavia, era muito pequeno e, por isso, vulnerável.

Impunha-se, assim, manter a moderação salarial e procurar fazê-lo, também, em relação às taxas de juro e de câmbio. Perguntávamo-nos se a política do Banco de Portugal estava ou não a ser consonante com a do Governo; só o fazer a pergunta inculcava que alguma coisa não estaria a correr muito bem... Naquela ocasião o escudo era a moeda mais forte do Sistema Monetário Europeu. Perguntávamo-nos

para onde estaria a ir a poupança institucional? Habitualmente, ela ia para o mercado de capitais; parecia que, no nosso país, as coisas não se passavam bem assim!... Para nós, a concertação social era de uma importância vital. Por isso reafirmámos sempre a nossa disponibilidade permanente para o diálogo. O que menos nos conviria era qualquer ruptura.

*

Em Janeiro de 1993 havia já quase um ano de convivência de um canal de televisão privada com a pública. Tinha havido modificações manifestas; o grau de “assédio” aos membros do Governo tinha passado a ser muito maior e as entrevistas haviam adquirido um ar quase agressivo. Era, assim, que interpretavam a sua autonomia. Passou, também, a haver maior pressão para se verificarem fugas de informação a partir dos gabinetes. Isso determinou um reforço de cautelas.

Já todos estávamos conscientes acerca da celeridade com que deveria ser preparado o novo PDR. O seu título seria “Preparar Portugal para o século XXI” ou qualquer coisa próximo disso. Houve recomendações para se ser o mais selectivo possível e para apostar mais em projectos grandes; os pequenos davam mais trabalho e produziam menores resultados. Deveríamos apostar mais na qualidade e na produtividade da economia portuguesa. Tinha-se vindo a consolidar a ideia de que se deveria ir substituindo o sistema de subvenções a fundo perdido por capital de risco que seria reembolsado em condições a definir. Essa seria a ocasião para rever os mecanismos de fiscalização, acompanhamento e gestão do nosso sistema. A questão da observância dos critérios de convergência era, para nós, imperativa. A esse respeito deveria ser dada atenção particular aos casos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais. Eu deveria estar a reavivar, continuamente, obrigações como a redução do défice, a convergência nominal, a redução do endividamento, a constricção das despesas correntes, a elaboração de grandes linhas de orientação estratégica e a necessidade de terminarmos o QCA I nas melhores condições; se não o fizéssemos, o QCA II não iria ser tão bom quanto nós ambicionávamos.

Estava a iniciar-se a presidência dinamarquesa. Era manifesto o estado de inferiorização em que o estavam a fazer, depois do *referendum* que tinham realizado. Nós

sempre tínhamos tido boas relações com os seus ministros. Havia-me surpreendido muitas vezes a forma como aprovavam as decisões do Conselho, invocando que o faziam “ad referenda”, quer dizer, depois de o seu parlamento o confirmar; havia uns dias para que tal acontecesse; e não me lembro de nenhuma ocasião em que a confirmação não tivesse vindo. Mas, nessa ocasião, sabia-se pouco acerca do que seria o programa da sua presidência. Iriam entrar para a Comunidade a Áustria, a Suécia, e a Finlândia; até 1995 viria a Noruega (depois não veio...). As negociações decorreriam ao longo de 1993 para que a ratificação tivesse lugar em 1994. Portugal apoiaria, naturalmente, a adesão dos países da EFTA à CEE. Mas nós entendíamos que as negociações deveriam ser muito rigorosas; nada de facilidades... O Tratado iria ser revisto em 1996; durante as negociações deveríamos tomar posições que já se reflectissem nas condições em que se processaria o alargamento. No caso da Áustria havia que estar particularmente atento ao sector dos transportes e ao atravessamento do país; quanto à Finlândia era a revisão da Política Agrícola Comum e o desenvolvimento regional (“sparsely populated areas”) que mais cuidados mereciam; quanto à Noruega eram as pescas que reclamavam mais atenção. As negociações do EEE (Espaço Económico Europeu) continuavam; mas a Espanha havia adoptado uma posição maximalista face à Suíça; os suíços eram muito hábeis a defender os seus interesses e gostavam muito de adoptar o processo de “pick and choose”, recusando-se a aceitar o que lhes pudesse causar o menor embaraço. Lembro-me que eu próprio estive envolvido em negociações com o Conselheiro Federal da Ciência, Prof. Ursprung, com quem acabei por estabelecer relações muito cordiais: mas ele queria aderir em pleno à Política de Investigação da Comunidade, não cedendo numa vírgula em matéria de direitos dos trabalhadores ou de capitais; era realmente retirar da Comunidade o melhor que ela lhes poderia dar sem obter nada em troca. Pois a Espanha entendeu que isso era intolerável e queria renegociar tudo. Mas os outros preferiram salvar o EEE... Não deveríamos estar distraídos com as propostas dos dinamarqueses. Sob a capa da subsidiariedade e da transparência poderiam surgir coisas, para nós, um tanto desajustadas. Isso poderia, muito bem, suceder no domínio do ambiente, no qual eles eram reconhecidamente considerados como fundamentalistas...ou quase. Esperávamos, contudo, que sob a presidência dinamarquesa, ter-

minassem as negociações do GATT cujo atraso estava a penalizar tanto o nosso sector têxtil. Para nós interessava que, além disso, ficassem concluídos os regulamentos dos fundos, a definição do conjunto dos preços agrícolas, o regime da livre circulação das pessoas (corria-se o risco de a Dinamarca ir “esquecendo” este tópico, em relação ao qual não tinha um grande interesse...), o esclarecimento acerca do que viria a ser o Mercado Único...

Todos os países têm os seus interesses próprios. Não é por um país como a Dinamarca não ter conflitos patentes com Portugal, que nós poderíamos presumir que as prioridades que definia eram as que mais nos convinham. É preciso ter bem definidos quais são os nossos interesses e seguir, aplicadamente, todas as negociações, sempre com eles em mente.

*

No dia 11 de Janeiro recebi os Professores Jacinto Nunes e Xavier Pintado com quem eu gostaria de falar acerca do país, no quadro da preparação do novo PDR. Eu mantive com o Prof. Jacinto Nunes, durante toda a vida, uma relação muito amistosa. Conheci-o no Governo Mota Pinto, no qual ele era o Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e eu, o Ministro da Educação. Estivemos em desacordo na questão da regionalização. Mas discutíamos abertamente as questões e o respeito e a estima que tínhamos um pelo outro permitiam ultrapassar os motivos de dissensão e apreciar, de facto, conversarmos sobre os mais diversos temas, o mais frequente os quais era, naturalmente, Portugal. Não irei distinguir o que disse um e outro.

A fiscalização da utilização dos fundos era indispensável. Os universitários queixavam-se de que não tinham fundos suficientes, mas eles vinham em quantidade nunca suspeitada anteriormente; para onde iam? Um deles fez uma pergunta retórica: Como é que se transforma um Povo? Para dar a resposta: através de mais e melhores escolas, da concorrência entre todos e de uma grande abertura ao exterior. Era fundamental melhorar as infra-estruturas e ultrapassar os estrangulamentos. Não se poderia progredir sem transformar as instituições, em permanência, adaptando-as aos novos desafios. No domínio da burocracia, éramos os piores; havia que mudar isso! Os transportes reclamavam uma grande melhoria.

Havia inúmeras maneiras de ultrapassar as ineficiências. Não chegava medir o progresso através da evolução do PIB/capita; eram precisos muitos outros indicadores; nomeadamente os da convergência da produtividade; dever-se-ia proceder à transferência de recursos para as actividades de maior valor acrescentado bruto. Tinha que se olhar para o papel do automóvel privado nas sociedades modernas e para as consequências da sua utilização indiscriminada. Deveríamos atender muito ao funcionamento das redes de transporte e de telecomunicações e dos serviços que deixavam tanto a desejar. Era imprescindível aferir o seu nível de prestação através de indicadores de todos conhecidos. Disse um deles que o maior exemplo de um regulamento não-respeitado era o Código da Estrada; frequentemente incumprido sem pesos na consciência. Para ultrapassar esse desrespeito só a “tecnologia das multas” era eficaz; a persuasão não chegava (Em Espanha, nessa ocasião, isso era perfeitamente verdade: de povo incumpridor a condutor exemplar iam muitos milhões de pesetas de multas!...). Em relação à burocracia, foi dado o exemplo da dificuldade de constituir uma empresa na América Latina; tudo era incerteza e discricionariedade na burocracia; e, evidentemente, as ligações entre burocracia e corrupção comprometiam, irreversivelmente, o funcionamento da Sociedade. Um deles lamentou muito ter-se terminado com o ensino técnico; havia sido uma decisão demagógica e pouco reflectida. Muitos males haviam daí resultado para muita gente e para o País; precisávamos de quadros médios, como na Alemanha e de gente que soubesse organizar a produção. Muitas das nossas instituições eram ineficientes; isso repercutia-se no todo da Administração. Não aprovavam as condições de precariedade que se vivia em muitas empresas. Isso não ajudava ao crescimento.

*

Em princípios de 1993, a questão do sigilo e segurança das informações começava a preocupar-nos. A gota de água havia sido uma reprodução no “Independente” da agenda do Conselho de Ministros antes de ele se realizar. Deixou-nos a todos pouco confortáveis, tendo-se instalado um sentimento generalizado de desconfiança e suspeição que não era saudável. De onde é que a fuga teria vindo? A maior parte de nós sentia-se incomodada. Impunha-se a implementação do

SEGNAC (Instruções sobre a Segurança de Matérias Classificadas). Quando hoje vemos o que se passa na matéria, somos obrigados a considerar que tudo aquilo que se passou era próprio da infância da arte. Tratava-se de aplicar o sistema aos gabinetes dos membros do Governo. Eram 67 chefes de gabinete os responsáveis pela circulação de documentação reservada. Mas havia numerosos adjuntos encarregados da apresentação de variados comentários e observações necessários à formulação da posição do ministro que assessoravam. Em primeiro lugar, deveriam estar todos sob observação, expurgando-se dos gabinetes aqueles que, se sabia, serem indiscretos. Depois haveria que assegurar a vigilância dos locais de reunião. Em 12 de Janeiro verificava-se que havia cerca de quatro meses não se tinha verificado nenhuma quebra de sigilo relativamente às agendas do Conselho de Ministros. Eficácia do sistema ou temor dos intervenientes?

*

Estavam a ser dados os primeiros passos em matéria de segurança, informática e electrónica. Dizia-se, nessa ocasião, que a grande vulnerabilidade estava nos cabos de transmissão que eram necessários para fazer as ligações entre instalações físicas dispersas. O “fax” era uma linha telefónica mas precisava de ter introduzidos mecanismos de “perturbação” de informação à entrada e à saída.

Preocupava-nos, especificamente, o sistema de ligações entre o nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros e as legações de Portugal com as quais deveria corresponder-se. As descrições dos sistemas de cifra vigente durante a 2ª Guerra Mundial eram reminiscências de tempos românticos há muito volvidos. Começava a causar-nos grandes cuidados a alta criminalidade organizada: a droga, o branqueamento de capitais, o tráfico de armas... E a actividade das seitas religiosas que movimentavam milhões de contos para a compra de rádios locais e espaços públicos onde decorriam as suas sessões de doutrinação e convívio. Nessa ocasião temia-se particularmente uma seita chamada Maná que exigia aos seus fiéis 10% dos seus rendimentos... Também apareciam em cena alguns movimentos xenófobos e racistas. Mas tudo isso, apreciado à luz do que hoje (2016) se passa, deve ser considerado como exercícios de principiantes. Escusamos de ver filmes de ficção científica. Bastam-nos as descrições relativas à actividade de qualquer grupelho dissidente; não é preciso chegar aos terroristas internacionais...

*

As deslocações de funcionários ao estrangeiro são sempre muito apetecidas. Estas constituem um modo de manter contactos com os seus pares e uma forma de “arejar” a que os Portugueses dão grande valor. Se não se impõem regras muito bem definidas a tendência é para prolongar as estadias e compor grandes delegações, mesmo que seja somente um elemento a assegurar a representação do serviço.

Já me referi aos condicionamentos que tive de impor às missões das Câmaras Municipais ao estrangeiro, numa ocasião em que era preciso fixar limites às divisas estrangeiras gastas. No Ministério havia orientações para ser muito restrito na composição das delegações, na duração das missões e nas obrigações de prestação de contas em relação àquilo que se tinha ido fazer. Mas a verdade era que, com a entrada na Comunidade Europeia, passou a haver numerosas reuniões de grupos de trabalho dos mais diversos tipos, além, naturalmente, das que os altos responsáveis tinham de fazer para conduzir negociações variadas. Tive que voltar a fazer novas regras em princípios de Janeiro de 1993. Ou de reavivar as antigas. Distinguir-se-iam as reuniões em vários tipos: de simples representação, de formulação de políticas, de negociação, etc. Deveria impor-se a elaboração de relatórios que seriam dirigidos aos superiores hierárquicos. Por via de regra, cada missão deveria constar somente de uma pessoa, a menos que fosse imprescindível irem mais. Eu próprio dava o exemplo mas havia sempre a desculpa de que teria o apoio da REPER ou da Embaixada, o que era verdade. Se, por acaso, a deslocação tivesse em vista a participação numa conferência ou num seminário deveria ser apresentado o texto da comunicação a apreciar.

Devo dizer da minha impaciência relativamente ao chamado “turismo político”. Eu ficava sempre admirado quando via grandes delegações compostas por membros que se alternavam na sala de reuniões, indo os que saíam fazer compras ou simplesmente “flanar” na cidade. Curiosamente as grandes delegações eram sistematicamente dos países do sul e dos mais pobres.

Aquilo que deveria ser entendido como uma rotina de bom senso era, todavia, tomado como uma manifestação de mau-humor do ministro que procurava condicionar os movimentos dos funcionários. Encarreguei o Secretário-geral do ministério de definir o sistema de regras geral.

*

Em 14 de Janeiro soubemos que os valores da inflação eram os melhores dos últimos 22 anos. Desde 1970 que não eram tão favoráveis: 8,9 em termos médios e 8,4 em termos homólogos. Por outro lado, o acordo de concertação social havia sido cumprido na íntegra. Em termos reais, os aumentos salariais variavam entre 3,5 e 4,0, os maiores da Europa nesse ano. Pois, apesar disso, estava marcada uma greve da Função Pública para o dia seguinte!...

Era preciso acompanhar de perto a evolução dos preços. O pior seriam os serviços, uma vez que, em relação aos bens transaccionáveis, a concorrência externa encarregava-se de promover o equilíbrio; as dificuldades vinham dos não-transaccionáveis.

*

Dada a sobrecarga de trabalho que desabava continuamente sobre a Secretária de Estado, havia algumas instituições que despachavam directamente comigo. Era o caso do Instituto Nacional de Estatística cujo presidente, Eng. Carlos Correia Gago, veio a despacho no dia 18 de Janeiro. Tinha sido chamado à Assembleia da República, onde tudo havia corrido bem. Queixou-se acerca da sobrançeria de um ou outro Deputado...

Havia tido uma conversa com o Ministro das Finanças a respeito dos dados fornecidos ou a fornecer pela Direcção-Geral da Contabilidade e Impostos. Ir-se-ia celebrar um protocolo de colaboração entre o INE e o Gabinete de Estudos do Ministério das Finanças, com cujo director, o Prof. Victor Gaspar, tinha fixado um texto. Mas este fora substituído e era preciso retomar o assunto que, ainda por cima, reclamava uma alteração legislativa. Entretanto, o protocolo permitiria a cooperação. Mas era preciso que eu “empurrasse” o assunto, junto do meu Colega das Finanças. Havia uma diferença de pontos de vista em relação à realização do Inquérito ao Emprego. O INE, face à experiência e às variações que fora observando, entendia que dois inquéritos por ano eram mais do que suficientes. Para a Comunidade Europeia um chegava. O Ministério do Emprego queria quatro!... O problema é que fazer um inquérito custa muito dinheiro e eu não iria obter meios suplementares do Orçamento...

Quem tem que usar estatísticas acha sempre que elas são insuficientes. Quem as paga entende, por via de regra, que elas são muito caras. Recomendei que se consultasse o Ministério do Emprego para ver se pagaria os dois inquéritos considerados como dispensáveis, mas que, pelos vistos, lhes davam tanto conforto. Quando se tem de pagar acaba, geralmente, por se verificar que a necessidade de mais informação é, afinal, menos ingente do que se pensava...

*

As empresas do sector do Mar davam-nos, quase todas, muita preocupação porque eram geridas com grande negligência.

A SOCARMAR estava em condições de privatizar 49% do seu capital, mas, nas circunstâncias financeiras em que estava, temíamos que ninguém lhe pegasse. A DRAGAPOR não tinha viabilidade, porque todo o seu equipamento estava obsoleto; a solução seria a extinção ou a privatização ao desbarato. A Sociedade Nacional dos Armadores de Bacalhau tinha uma seca em Lavadores que valia muito dinheiro; estimava-se em 2,5 milhões de contos o seu valor; deveria ser privatizada. As Companhias Reunidas de Congelados e Bacalhau deveriam, também, ser privatizadas rapidamente. A Comissão Liquidatária da CNN/CTM conseguiu fazer muito dinheiro que foi, em larga parte, para os credores; ficaram pendentes 240 acções judiciais e um capital de reserva da ordem de 1,8 milhões de contos.

A grande excepção era a DOCAPESCA que, há 4 ou 5 anos, vinha apresentando resultados positivos. Parecia ser instrumental em termos de política de pescas, no meio das anémicas organizações de produtores que existiam. Considerava-se que ela prestava um serviço público importante. Por isso não deveria ser mexida. Mas tratava-se de um sector com grande irracionalidade de gestão.

No sector da Agricultura havia dois casos que se queria que tivessem resoluções rápidas e um que reclamava mais reflexão. O primeiro era a EPAC que importava cereais e geria os silos regionais existentes. Também comercializava adubos. Era muito conhecida por alimentar campanhas publicitárias muito conspícuas e por se saber que possuía um depósito de milhões de contos no Banco de Portugal. Mas o seu objectivo não fazia grande sentido. Deveria ser privatizada. O segundo era o IROMA que possuía 21 matadouros que teriam de ser encerrados. O terceiro caso

era a Companhia das Lezírias. Possuía 20.000 hectares da melhor terra agrícola nacional. Era difícil encontrar-lhe um destino consistente...

*

O dia 19 de Janeiro foi um dia muito especial para mim! Apresentei, pela primeira vez, em Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos o projecto do Alqueva. Nestes Conselhos nunca se podiam fazer exposições muito longas. Tinha de se ser quase telegráfico. Mas, tanto o Primeiro-Ministro como grande parte dos meus Colegas conheciam bem o projecto, porque eu o havia discutido com eles; por isso escusava de ser extenso.

Comecei por fazer uma citação de Manuel Severim de Faria (Séc. XVII) que viveu em Évora e escreveu longamente sobre o País em geral e o Alentejo, em especial (A e B). Era ela qualquer coisa como: “O Alentejo só será desenvolvido quando for verde!” Era isso que eu ia propor ao Conselho.

Não irei fazer aqui nenhuma descrição do projecto. A empresa cuja criação eu promovi (EDIA) tem várias publicações curtas com o que acabou por ser feito, porque ele teve algumas alterações ao longo do seu processo da realização. Direi somente o que não está nos livros...

Quando comecei a ir ao Alentejo para fazer reuniões com os Autarcas e outras forças vivas da Região, todos me falavam do Alqueva como sendo a chave do desenvolvimento daquela parte do país. Havia unanimidade, a despeito da variedade de cores políticas dos meus interlocutores. Impressionou-me tanta insistência. Foi isso que me levou a pedir mais estudos sobre as diversas componentes do projecto, particularmente a parte agrícola e a hidro-eléctrica que eram as mais importantes. Fui falando com muita gente; os locais eram todos a favor; os que eram contra viviam todos em Lisboa! Ao longo destas memórias fui relatando alguns encontros que tive. Foram muitas horas de análise da questão. As maiores oposições vinham de dois sectores: o do ambiente e o da arqueologia. Mesmo o da energia, achava que havia no país outras alternativas mais interessantes, a despeito da maior barragem deste projecto já estar meio construída (Daí o grande letreiro que eu vi quando lá fui pela primeira vez: “Construam-me, porra!” e que ficou célebre, antes e depois da concretização do projecto).

Eu sabia que o Banco Europeu de Investimento havia feito uma análise custo-benefício do projecto e que havia “torcido o nariz”... É preciso que se saiba que eu sou um fervoroso adepto desse tipo de estudos, mas que conservo uma saudável desconfiança em relação às decisões que os tomam como único critério. No meu tempo de Londres, eu segui com atenção a discussão sobre a construção do 3.º Aeroporto de Londres e aprendi a importância de se pesarem os factores intangíveis com base numa análise aprofundada de todos os factores. Vi como se avaliavam os benefícios de uma igreja normanda do séc. XI ou dos locais de postura dos gansos de Brent. E fiquei sempre sensibilizado para a importância de se sopesarem factores não redutíveis a números e de escutar atentamente o sentimento das pessoas directamente afectadas.

Houve muitos momentos críticos na formulação da minha opinião. Um deles foi num dia em que, numa visita ao Alentejo, fui a Juromenha e subi ao castelo para ver até onde se estenderia a albufeira. Do lado português tudo era um “escalvado, duro e estéril monte”, do lado de Espanha tudo era verde!... Tinham-me avisado de que, do outro lado, os Espanhóis estendiam a área do Plano de Badajoz, mandado executar por Franco, sem pedir licença a ninguém. Os campos em frente acolhiam um mostruário de todas as técnicas de rega: “pivots” e pórticos de todos os tamanhos asseguravam a rega de uma grande variedade de produções. Do nosso lado, não havia nenhum aproveitamento do recurso. Que força moral tínhamos nós para impedir que os nossos vizinhos ampliassem o seu regadio até onde a água desse (o caudal ecológico do Guadiana) para nós vermos passar até ao mar, sem lhe tocar, um elemento que também poderia criar riqueza entre nós? O contraste entre o verde e o seco apreciado naquele fim de tarde de verão era um símbolo da nossa incapacidade de realização. Eu senti-me incomodado com a constatação que tinha feito. Houve, naturalmente, muitas discussões concretas relativamente à mais-valia eléctrica dos aproveitamentos que se iriam construir, porque eles seriam, pelo menos, duas barragens com reversão da água para a cota mais alta a partir da segunda albufeira. E houve, ainda, mais discussões acerca da transformação do sequeiro em regadio. Que os Alentejanos não sabiam o que isso era; que sempre viveram com as culturas de sequeiro; que não sabiam o que era o milho ou o girassol; que a água iria ser boa só para os patos que lá pousassem no seu voo para



FIG. Albufeira do Alqueva.

paragens mais quentes; que isso só serviria para proporcionar terrenos e casas “para os ricos”, à volta da albufeira, onde andariam com os seus barcos velozes... Mas desenvolvimento... não iria haver nenhum.

Particularmente insistentes eram os dois grupos que já referi: o dos ambientalistas e o dos arqueólogos. Por isso fiz três reuniões de um dia inteiro cada uma com dois grupos dos primeiros e um outro dos segundos. Para podermos estar à vontade e sem interrupções reuni-me com eles no palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras, onde nessa altura funcionava o INA (Instituto Nacional de Administração) e eu costumava promover alguns encontros. Como sempre acontece nestas circunstâncias, eu comecei por fazer uma exposição introdutória sobre o projecto, pedindo que me dissessem a sua opinião, não hesitando em sublinhar os inconvenientes que nele vissem. Nas reuniões com os ambientalistas rapidamente se chegou a temas muito debatidos publicamente: a transformação do sequeiro em regadio iria acabar com a população das abetardas; iriam ser destruídos numerosos eco-sistemas de dimensões reduzidas e dispersos, mas, no seu conjunto, muito importantes para a preservação da vida animal e vegetal da zona... Muitos tinham-se preparado cuidadosamente apontando locais específicos onde o desastre seria irreparável. Adiante eu serei mais pormenorizado em relação ao conteúdo destas três reuniões. Por agora chega referir o tom geral das mesmas.

Havia uma localização particular onde a subida das águas acabaria por inundar um local de nidificação e postura de um tipo de garças muito estimáveis. Até à nova margem seriam umas poucas centenas de metros e em altura estávamos a falar de menos de uma dezena. Perguntei à académica em causa se não aceitaria conduzir, no seu departamento e ainda antes da barragem ser construída, um estudo em que nós fossemos alterando em planta e em altura a localização da zona húmida até à nova margem para ver se as garças mudavam ou não os seus locais de nidificação. Ficou perturbada com a proposta, mas não resistiu a fazer a experimentação: “Seria interessante ver o comportamento das garças “. Eu não tinha dúvidas: as garças saberiam adaptar-se às novas circunstâncias, porque estas eram iguais às antigas, somente deslocadas de alguns metros.

Na reunião com os arqueólogos e depois da minha exposição fui surpreendido com a violência da exposição de um deles que eu, aliás, conhecia de alguns artigos que ele publicava nos jornais. Vaticinou-me que aquela reunião estava conde-

nada ao fracasso, porque mostrava que eu não conhecia o meio dos arqueólogos em Portugal. Seria uma perda de tempo, porque eles não estavam interessados nem saberiam dar uma opinião geral do grupo porque o hábito era cada um trabalhar por si; assim, eu seria confrontado, ao fim da tarde, com tantas opiniões quantas os presentes; e muitas seriam contraditórias... Por isso seria um exercício fútil. Pedi-lhe paciência e que não menosprezasse as minhas capacidades para manter uma conversa útil com todos. Na falta de uma teoria geral sobre o tema eu contentar-me-ia com recomendações avisadas, apoiadas na experiência de quem fazia da arqueologia o objecto da sua profissão. Eu aproveitaria tudo quanto me dissessem para fazer as coisas da forma mais sensata possível.

No meio do dia pus-lhes mesmo uma questão prática. Havia, no espaço da albufeira, alguns elementos arqueológicos que não seria difícil fazer deslocar. Perguntava eu: Seria mais correcto acumulá-los num museu debaixo de telha ou tentar recriar num espaço vasto as localizações onde foram encontrados, dispondo-os num grande parque ao ar livre? Olharam uns para os outros e não me deram resposta prática nenhuma.

Como já disse, tentarei voltar ao assunto mais adiante, para não cometer nenhuma injustiça de julgamento das contribuições destes dois grupos. Fui ficando com a sensação de que teria de me apoiar no meu próprio julgamento para fazer avançar o processo em termos concretos, nas diversas dimensões que o projecto apresentava.

Na reunião do Conselho de Ministros que estou a evocar disse o bastante para uniformizar a informação. Todos sabiam que o Primeiro-Ministro era favorável à iniciativa, mas a minha obrigação era apoiá-lo com os argumentos que ele próprio teria de usar quando fosse chamado a pronunciar-se sobre o assunto. Os meus Colegas intervieram todos, chamando a atenção para pontos que convinha acautelar. Não direi quem disse o quê mas referirei tudo quanto foi recomendado: Não poderíamos avançar com um projecto destes sem ter a garantia de água por parte dos Espanhóis. Os nossos vizinhos haviam aumentado a potência das suas barragens no Douro internacional, alterando o ritmo de turbinagem no rio; isso deveria ser usado como argumento. Tratava-se de resolver um problema dramático para o desenvolvimento do Alentejo; não iríamos conseguir fazê-lo somente

com coutos de caça. Mas ainda não tínhamos agentes preparados para o regadio (Recomendou mesmo que se fizessem vir alguns israelitas...). Poderíamos estar a gerar um novo “elefante branco”; para que isso não acontecesse, deveríamos dar muita atenção à formação dos agentes que iriam tirar benefício da água. Quanto ao sector da energia, a importância do aproveitamento de fins múltiplos seria indiferente; mas a EDP estava em situação de séria restrição financeira e, por isso, deste ponto de vista, a análise económica não chegava. Admitia que a EDP fosse paga “em água” e que viesse a ser o gestor da barragem. De qualquer forma, teria de participar na entidade que viesse a ser constituída. Um outro Colega disse que estava mais preocupado com os Alentejanos do que com as garças e com as abetardas. Os países do Sul da Europa apresentavam uma singularidade especial no sector da água. Os Espanhóis já tinham definido uma estratégia de “transvases” entre bacias do norte e bacias do sul. Nós deveríamos fazer uma coisa semelhante, nomeadamente transferir água do Tejo para o Guadiana. Esta transferência deveria ser salvaguardada. Teria de ser levado a cabo um estudo de impacto ambiental muito escrupuloso. Estava em causa a gestão integrada dos recursos. Um outro confessou que era muito desconfiado em relação ao “lobby” dos engenheiros que defendiam que quanto maior melhor. Achava que o projecto só corria um risco grave que era o de não ser feito. Achava que fazer estudos a 30 anos era irrealista; todos seriam inconclusivos. Não seria possível, nunca, ter um projecto linearmente claro; nunca encontraríamos uma justificação económica para o projecto. Mas não havia outra alternativa para o Alentejo; se não fizéssemos nada seria a desertificação e a emigração. Era evidente que os efeitos imediatos constituiriam um enorme benefício para o Alentejo por via do dinheiro que lá seria injectado. A própria obra seria de um enormíssimo benefício. Um outro disse da sua grande desconfiança em relação aos grandes projectos feitos à custa do dinheiro dos contribuintes. Queria que fosse desde logo definida uma política do preço da água. Estávamos a lidar com o futuro das gerações que haviam de vir. O valor dos intangíveis a sopesar era enorme. E era com base neles que haveríamos de tomar uma decisão. Não deveríamos fazer mais nenhum estudo, mas antes decidir com os que já tínhamos. Os fundos comunitários que teríamos disponíveis poderiam muito bem constituir a última oportunidade para construir o empreendimento.

Haveria um ou outro retoque a dar ao projecto, mas eu saí do Conselho com a certeza de que a decisão era irreversível: o Alqueva seria feito! Fiquei de preparar uma nota para o Primeiro-Ministro de que constassem: uma descrição sumária do empreendimento; as razões básicas da escolha que havia sido feita; a forma de financiamento já assegurada (FEDER, FEOGA, Fundo de Coesão e empréstimo do BEI) e a linha geral da estrutura de organização em que estávamos a pensar para levar o projecto a cabo e para assegurar a sua exploração posterior.

*

No dia 19 de Janeiro, portanto bem longe da época dos fogos florestais, reuni-me com o Ministro da Agricultura, o seu Secretário de Estado, o Director-geral das Florestas e os dois Oficiais de Engenharia que me apoiavam numa acção que eu tinha iniciado em 1985. Tratava-se de dotar cada Concelho de Planos Municipais de Ordenamento Florestal (PMOF) que deveriam estar disponíveis e constituir os documentos de base para uma acção permanente que desencadeasse os actos necessários para precaver os fogos florestais que, desde os anos 70, passaram a representar uma visita estival indesejada. O conteúdo daqueles PMOF ia até onde se quisesse; começariam pela definição dos estradões que permitissem o acesso a todas as partes do território concelhio, pelos aceiros, pontos de água, torres de vigia, limpeza de matas, eliminação da arborização próxima das habitações e outras construções, podendo prolongar-se até à definição de acções que permitissem ordenar a floresta, fazendo com que ela não fosse espontânea e desordenada mas plantada com critério e devidamente explorada. Para este efeito havia que contrariar os malefícios do minifúndio de proprietários absentistas que nem se interessavam pelas suas terras, nem as vendiam.

Estou a escrever estas notas no dia 9 de Agosto de 2016, quando o Norte do país e o Funchal ardem noite e dia e o ar cheira a fumo de floresta ardida. Os incêndios florestais são o símbolo do que Portugal tem de pior: imprevidência, individualismo, aborrecimento na cooperação, negligência, pouca objectividade na gestão do património de cada um, para além do comportamento cívico deficiente, injeja, prática de crimes contra o outro ou contra a colectividade, escondendo a mão, deficiências de funcionamento do sistema de informações, do sistema de

justiça e de mais outros sistemas. Do outro lado, o positivo, sobressaem a coragem na luta contra os fogos, a abnegação e a solidariedade com os que sofrem. Todas estas virtudes não são suficientes para contrariar a imprevidência, porque eu estou convencido de que, em alguns poucos casos, não haverá resposta que não seja, mesmo, a luta contra os fogos, mas, na maior parte, o desastre poderia precaver-se por ordenamento das matas, por vigilância e pela aplicação de penas tão dissuasivas que poucos se atreveriam a atear fogos. Quando, timidamente, se fazem estimativas acerca da origem criminosa, as percentagens são muito impressionantes. Pois os incendiários que se apanham são em número desproporcionado com o dos fogos que ateiam, nele avultando a parcela dos inimputáveis e dos embriagados...

Houve uma época em que se culpava muito a cupidez dos madeireiros que enriqueciam com a venda da madeira queimada ou dos promotores imobiliários que queriam terrenos baratos. Foram feitas leis que impediam as duas coisas. Os fogos florestais continuaram. Tenho prosseguido com a animação de grupos que voltam a analisar as causas e a propor novas e velhas soluções. Nesta altura (2016), a recomendação mais insistente vai para a ocupação ordenada do espaço, dissociando a exploração da propriedade, o que implica o completamento do cadastro e a formação de empresas florestais viáveis pelo tamanho e pelo profissionalismo dos seus responsáveis. Porque é verdade que as grandes explorações florestais geridas pelas companhias de celulose ou de cortiça não costumam arder ou só o fazem nas zonas de contacto com outras matas. É certo que se evoluiu muito em termos de combate. Mas essa não é manifestamente a resposta. Ainda, ontem, um alto responsável da Protecção Civil dizia que o número de ocorrências no país havia sido de 400, quando a capacidade máxima do nosso dispositivo é de 200! Naquela reunião fomos informados de que já havia 43 exemplos de colaboração com os Municípios. Aconselharam a que as Câmaras fossem dotadas com máquinas para limpeza da floresta; mas aí punha-se a questão de saber quem pagaria o combustível das mesmas; então este seria pago pelos contribuintes, permitindo aos proprietários das matas ficar com o resultado da venda da madeira? Tudo se inclinava para que, sendo as matas privadas, deveriam ser os seus donos a tratar delas. Ficou combinado que se elaboraria um manual contendo instruções para

o que seriam as obrigações das Autarquias nesta matéria; seria preparado pela Direcção-geral das Florestas em colaboração com a CNEFF (Comissão Nacional Especializada dos Fogos Florestais) e com os referidos Oficiais de Engenharia que me assessoravam directamente.

A intenção era associar os produtores aos Autarcas. Afinal, estes estavam próximos deles, com excepção dos absentistas que, muitos, nem sabiam onde eram as suas terras. Por isso nós insistíamos em distinguir a posse da terra da exploração florestal. Deveria haver legislação em que se apoiasse o que pretendíamos fazer. Ficaram de a elaborar a Direcção-geral das Florestas, a Direcção-geral do Ordenamento do Território e os dois gabinetes dos ministros (os juristas, naturalmente). E, finalmente, teria de haver um instrumento de actuação e apoio ou, se se quiser, um programa operacional, devidamente dotado e que daria prioridade à prevenção.

Um dos Oficiais de Engenharia insistia na importância da adesão dos proprietários das matas que, por sistema, eram desconfiados. Por isso o recado e a oportunidade deviam chegar-lhes por via do Presidente da Câmara que tinha prestígio suficiente para sensibilizar os proprietários e os Presidentes de Junta. Eu devo confessar que tinha algumas reservas relativamente à possibilidade de suscitar a participação entusiasta dos proprietários: muitos eram absentistas; todos eram minifundiários, portanto, muitíssimos!

Foi sugerida a criação de unidades de gestão de cada bloco de 25 hectares, tida como a extensão mínima de uma associação de produtores. Eu penso que devemos ambicionar mais. Da parte do desenho desta linha operacional ficaram encarregadas a Direcção-geral de Florestas e a Direcção-geral do Desenvolvimento Regional que possuía larga experiência dos fundos comunitários. Tudo foi feito como combinado. Ninguém duvidava da aplicação de todos os envolvidos.

A execução foi insignificante. Em 2003 tivemos o mais pavoroso verão de sempre! Em 2016 vamos pelo mesmo caminho!... Era preciso que em Setembro, em todos os Setembros, as pessoas não esquecessem que daí a nove meses virá o verão e o problema surgirá de novo.

*

Em princípios de 1993, o sector da Habitação era um dos grandes “cavalos de batalha” contra o Governo. Havia-se avançado muito no domínio das estradas, do saneamento básico e em alguns equipamentos. Mas não tinha havido fundos disponíveis para atacar a habitação social. Os fundos estruturais, nessa altura, não eram aplicáveis ao sector, Estava-se à espera do Fundo da EEE para o devotar predominantemente a minorar as necessidades. Não é que não se tivesse construído muito; o subsector em falta era destinado aos estratos mais desprotegidos: os insolventes ou os de rendimentos muito baixos.

A habitação social é um sector que nunca há-de estar resolvido, nem em Portugal, nem em qualquer outro país. Subsistem sempre necessidades por atender. Mas, no nosso país, em 1993 já não devia haver barracas; a verdade é que elas existiam à vista de todos.

Em 1986/87 a política de habitação havia experimentado uma grande volta, distinguindo-se as habitações de mercado-livre (gama-alta), o realojamento das famílias residentes em barracas e uma faixa intermédia que precisava do apoio do Estado e que tinha nas cooperativas um instrumento muito adequado de resposta. Em relação ao primeiro grupo, só era preciso assegurar o funcionamento do mercado; em relação ao segundo, admitia-se que o Estado contribuísse a fundo perdido com 50%, os restantes 50% sendo pagos em 25 anos; em relação à terceira, o importante era assegurar o financiamento das cooperativas de habitação, dando um prazo de três anos para a construção e facilitando a compra.

O ponto vulnerável de todo este esquema estava nos agentes. A falência do Fundo de Fomento da Habitação deveu-se ao centralismo e aos seus custos, mas privou o País de um agente que possuía experiência técnica e operacional. Os agentes que foram procurados a seguir foram as Autarquias; elas sabiam onde estavam os terrenos e conheciam as necessidades; poderiam gerir o parque habitacional; os licenciamentos eram feitos por elas; grande parte dos instrumentos de acção estavam nas suas mãos. E, todavia, era o Governo que respondia pela habitação social. Tinha de se encontrar uma forma eficaz de colaborar com as Autarquias para dar resposta ao ingente problema.

Assistia-se, por outro lado, a uma subida dos preços dos terrenos. E, como ninguém se arriscava a comprá-los sem saber o que lá podia construir, tinha-se criado o hábito de vender os terrenos com projecto aprovado o que fazia elevar ainda mais o preço da terra e orientava os compradores para uns certos arquitectos, o que não tornava nada transparente a operação. Havia, ainda, por lubrificar a burocracia; as críticas, a este respeito, chegavam-nos de muitos lados: dos construtores, dos proprietários, ...

Queria-se privilegiar os jovens casais, no quadro de uma política de apoio à família. Eu não era muito a favor da compra de habitação por esses jovens casais, porque iria pô-los endividados logo no princípio da vida e, o que era pior, iria fixá-los a uma casa cuja tipologia eles não sabiam ainda se era a que lhes convinha e cuja localização tinha uma probabilidade alta de variar no tempo. Para mim, a resposta mais conveniente para esse estrato da população seria o arrendamento. Mas estava fora de causa construir casas do Estado para arrendar. A resposta mais adequada viria das Câmaras, mas era preciso convencê-las disso. O problema com o arrendamento era que as rendas eram muito elevadas para as possibilidades desses jovens casais.

Havia, obviamente, um problema político muito ampliado pelas televisões que gostavam particularmente de projectar imagens de barracas. E estas não faltavam porquanto se sabia que todos os meses chegavam a Lisboa 500 novos imigrantes que a primeira coisa que faziam era tentar erguer uma barraca.

Dever-se-ia racionalizar muito o processo de construção. Ainda se recorria a práticas tradicionais, com normalização limitada e, na realidade, com projectos de baixa qualidade (A situação melhorou muito neste particular; deixou de haver desenhadores ou pequenos construtores armados em arquitectos; hoje (2016) o País está bem provido nesta profissão). Havia que melhorar muito a produtividade da indústria da construção de habitação que se destacava por ser muito pior do que a da indústria transformadora.

Eu defendia a cooperação com as Autarquias, mas não qualquer atitude que as forçasse a fazer o que não era a sua prioridade; o campo prestava-se, por isso, à celebração de contratos-programa. Foi isso que eu defendi.

*

Eu procurava ouvir o sentimento de outras pessoas, que não as entidades oficiais, acerca do que se ia passando. Não havia sido feito de propósito para isso, mas a verdade é que eu dispunha de um conjunto de relações que me diziam com franqueza o que pensavam do que ia sucedendo, sem estarem com preocupações de agradar. Pelo contrário, até eram muito críticas. Mas eu estimava ouvi-las, porque não eram "politicamente correctas". E era gente das mais diversas origens: engenheiros, naturalmente, empresários, professores e outras profissões.

Em 24 de Janeiro quis ouvir um colega muito enfronhado na indústria da construção civil e, por via disso, na vida de numerosas Autarquias. Pedi-lhe para elaborar sobre o sector:

Os últimos governos tinham andado a fazer uma política de habitação a reboque dos empreiteiros que gostavam de fazer "blocos" em qualquer parte, desejavelmente onde o terreno fosse barato. Tinha de se andar muito depressa com os PDM e com os planos de pormenor que estes é que eram verdadeiramente operacionais. As Câmaras estavam a procurar receitas de qualquer forma: taxas diversas e elevadas; até havia uma "taxa de andaime" ou "taxa de grua" por ocupação do espaço aéreo... Manifestamente existiam empresas de construção a mais em Portugal; não seria possível aguentá-las por muito tempo, particularmente uma quantidade imensa de PME que se lançaram, porque viram a oportunidade de ganhar dinheiro, mas não dispunham de qualquer capacidade gestonária; muitas tinham origem em profissionais com prática de um sub-sector, todavia, sem nenhuns dotes de coordenação. Puro oportunismo dos mais ousados... Deveriam ser impostas regras mais exigentes em matéria de alvarás. Alertou-me para a dificuldade que nós teríamos para acompanhar alguma legislação europeia. Por exemplo, no domínio da chamada legislação técnica iria ser muito difícil cumprir com as regras que havíamos aceite; seria mais um engenheiro a que se teria de pagar, sem a certeza de poder cumprir todas as recomendações que ele fizesse. No domínio da acústica, as coisas estavam melhores, porque tinha havido o cuidado de adaptar a legislação através de uma versão considerada como praticável. Aconselhou-me a diligenciar no sentido de, no domínio térmico, se ir avançando por etapas.

A qualidade da obra pública estava a ser banalizada. Ele sabia da minha proposta para se definir um prazo de vida para as construções. E estávamos de acordo que as pontes, os viadutos, os liceus, os hospitais, as universidades, etc. deveriam dispor de infra-estruturas que durassem, pelo menos, cem anos! Quando percorríamos os grandes edifícios que conhecíamos, todos eles tinham décadas de existência... Havia blocos de habitação que era fácil de prever que durassem pouco; assim tem vindo a suceder. Mas, para as grandes obras públicas, tinha de se ser muito mais ambicioso. Não fazia sentido, por exemplo, que o viaduto do Jarmor, estivesse, nessa data, a necessitar de uma reforma profundíssima. Em suma, uma grande obra pública deveria durar muito, independentemente das obras de conservação que fosse tendo. Deveria, assim, olhar-se muito de perto para a qualidade da construção, particularmente das obras públicas.

Os erros de projecto deveriam recair sobre os projectistas e não sobre os proprietários. Muitas vezes só se dava por eles depois da construção ter sido erguida. Nem falávamos da observância do Regulamento de Solicitações em Edifícios e Pontes no que respeitava à protecção sísmica; só se sabia que alguns varões eram retirados depois do fiscal passar e antes de betonar... Nestas circunstâncias, eu costumo dizer: “coisas de país pobre!...” que está continuamente à espreita de enriquecer através de pequenas manobras que ludibriem os outros... O “chico-espertismo” ... E a pouca preocupação com a segurança.

A apreciação dos erros e omissões dos projectos deveria ser feita, de acordo com a Lei, no prazo de dois meses. Se excedesse muito o valor do orçamentado poderia ser causa de rescisão do contrato. Isso nunca se fazia. Deveríamos ser muito mais exigentes quanto à elaboração dos projectos. O crescimento insuspeitado da procura havia contribuído para o abaixamento da qualidade. Tinha que se inverter o processo.

Não deveríamos autorizar o pagamento de nenhuma taxa sobre o valor das facturas; isso prestava-se a grandes manobras. Mais valeria a pena definir o valor dessas taxas em função de um indicador objectivo, como por exemplo a área medida em metros quadrados.

Era muito a favor do restauro dos edifícios que integravam o nosso património. Mas, para poder realizar a sua manutenção, era preciso assegurar-lhes uma uti-

lização permanente. Se a não tivessem, teria de se aguardar muitas décadas para poder fazer um novo restauro.

Desta maneira eu ia obtendo informação de quem tinha de lidar com a legislação do outro lado...

Depois desta conversa fui ouvir o outro lado, o dos Autarcas. Era preciso falar com um Presidente de Câmara com larga experiência. Escolhi o de Oeiras, Dr. Isaltino de Moraes que, devo dizê-lo, lamento ter visto acabar a sua vida pública como acabou. Ele é um homem muito inteligente que compreendeu bem os desafios e as potencialidades de um grande Concelho colado ao de Lisboa. Foi ele que o estruturou da maneira como sabemos, articulando a sua base económica com todas as outras, incluindo a científica e a cultural. Não comento o resto, porque me entristece.

Falei com ele no dia 25 de Janeiro. Achava que as taxas cobradas pelos Municípios eram baixas. Eu deveria mandar recolher a informação disponível para poder avaliar o que se passava, nesta matéria, em todo o país. Foi o que fiz. Só os loteadores é que davam algumas compensações às Câmaras; os restantes só pagavam as taxas fixadas, com a aprovação das Assembleias Municipais. A construção civil, dizia ele, estava muito fora do sistema fiscal, por culpa deste que costumava complicar tudo. Os empreiteiros enriqueciam e as empresas iam à falência, porque eles trabalhavam na base do crédito, sem arriscarem capitais próprios. As casas não baixavam, porque os juros estavam sempre a subir e a pesar cada vez mais sobre os custos finais da construção. Os terrenos eram caros em Portugal, porque a procura excedia a oferta. Mas o que realmente encarecia as habitações eram os custos exagerados dos construtores; achava que nem eram os terrenos, nem os materiais; mas antes o que chamou os ganhos dos construtores/especuladores. Todavia, eles faziam-no porque “estavam no ar”, trabalhando totalmente com o crédito dos bancos, querendo arranjar um património próprio em poucos anos. Daí que a principal causa da carestia das construções, em Portugal, fossem os lucros ilegítimos. Concluía que a indústria da construção, em Portugal, afinal era pouco arriscada,

Os processos burocráticos haviam, ao longo dos últimos anos, sido progressivamente aligeirados. E os terrenos infra-estruturados, fora de Lisboa e do Porto, nunca eram mais de 15% do valor de venda dos imóveis.

Os juros eram elevados para quem não tinha capitais próprios; para quem fazia tudo à custa de empréstimos, a actividade ficava cara; quem mobilizava algum capital próprio era bem remunerado; os bancos ganhavam muito dinheiro. Mas era preciso moralizar os lucros dos construtores.

Apoiava a celebração de contratos-programa com as Câmaras Municipais para a construção de habitação social; os custos deveriam ser controlados de modo a que o preço do metro quadrado para venda não fosse superior a 50 contos. Quem fixava o preço de venda era o INH (Instituto Nacional de Habitação). Mas, Oeiras representava um caso muito especial: 60% das casas eram dos seus proprietários. Achava que a revisão da lei do arrendamento seria mais popular do que muitos diziam. E resolveria muitos problemas. Nessa ocasião, o sub-arrendamento constituía uma prática corrente, mas, curiosamente, o Ministério das Finanças não exercia uma fiscalização aturada; se o fizesse, estávamos ambos convencidos de que a situação poderia vir a ser muito moralizada.

Havia bastantes construções abandonadas, algumas só na sua estrutura de betão armado; as causas da interrupção eram variadas, mas a mais frequente tinha a ver com dificuldades financeiras ligadas a muita imprudência; ia-se para a frente sem fazer grandes contas; depois eram confrontados com a realidade. Era certo que a maior parte dos Portugueses, nessa época, não estava em condições de comprar a sua habitação própria. Mas o mercado de arrendamento não existia; havia sido quase totalmente anulado a seguir à revolução. E os bairros económicos de renda resolúvel também não existiam. A renda social deveria ser aferida em função do rendimento do agregado familiar; mas tinha de ser confrontada com a chamada renda técnica correspondente ao custo da casa com amortização ao longo de 25 anos, para se ter uma ideia acerca do valor relativo dos subsídios que estavam a ser dados.

Ele entendia que a capacidade de endividamento das Câmaras Municipais não poderia ser comprometida pelos empréstimos contraídos junto do INH; preferia que, para se resolver a questão financeira, se pudesse hipotecar a construção. Junto de quem? Mas estava aberto a contemplar a definição de uma política para a habitação social concertada entre as Câmaras Municipais e o Governo. A verdade é que estavam milhares de fogos aprovados à espera de meios. Uma pura situação de “mais olhos que barriga”...

Era a favor do regime de renda resolúvel. Ele não poderia aplicar-se às famílias insolventes ou quase. Essas teriam de ficar sob a protecção da colectividade através de esquemas de renda muito bonificada. Aquela, para funcionar em bons termos, deveria estar associada ao regime de previdência social.

As “barracas” só se resolveriam em colaboração com as Câmaras Municipais que, para o efeito, deveriam mobilizar a Polícia Municipal para evitar que houvesse nova erecção de barracas. De outro modo, elas renasceriam automaticamente como instrumento eficaz para obter um alojamento nas redondezas. A operação tinha que ser suportada pelo Governo, através das regras existentes (INH e IGA-PHE); apenas haveria que reforçar os meios financeiros; as regras, em si mesmo, eram operacionais. Impacientava-o o que chamava a “cultura da barraca”; havia gente que vivia em barracas há vinte anos ou mais e não fazia nada para ir para um alojamento definitivo; deixava-se ficar à espera de que lhe resolvessem o problema. Ele entendia que o problema poderia ser erradicado em 5 ou 6 anos, desde que houvesse fundos em montante adequado.

Sobre o mesmo tema, quis ouvir, também, um antigo e competente presidente da Caixa Geral de Depósitos. Fi-lo no dia 26 de Janeiro. Nessa ocasião, dizia, já ninguém fazia transacções “no papel”; só sobre construções já feitas. Mas a construção de habitação estava a atravessar uma grande crise; o “stock” de habitações não vendidas era muito grande. Estávamos a aproximar-nos de uma crise como a de 1983. Uma política de habitação só daria resultados a médio e a longo prazos. Isso não excluía a adopção de medidas conjunturais, mas estas reclamavam grandes meios financeiros.

Entendia que as Câmaras Municipais poderiam ajudar muito à resolução do problema se pusessem no mercado muitos terrenos devidamente infra-estruturados e localizados próximo dos centros, reduzindo, desse modo, os “custos de exploração” das próprias habitações. A desburocratização dos processos de urbanização e de loteamento era imprescindível; quanto mais pesada fosse a máquina burocrática maior era a probabilidade de corrupção; sabia que esta estava a ser corrente, assumindo formas muito “subtis”... Os construtores costumavam comprar os terrenos já urbanizados sendo eles próprios a recorrer ao crédito. A maior parte deles fazia a construção sub-empregando as diversas “artes”; a estrutura

de cada empresa de construção costumava ser pequeníssima e de nível técnico e gestor muito limitado.

Confirmou o que eu já havia ouvido ao Presidente da Câmara: o pequeno promotor imobiliário recorria totalmente ao crédito; estava descapitalizado; mas, se se fixassem regras muito exigentes, neste campo, desencadear-se-ia um emaranhado de consequências muito complicado. Do ponto de vista da banca, achava que eram aplicações de capital relativamente seguras. As vicissitudes da operação estavam ligadas ao mercado. Os bancos emprestavam, normalmente, a 5 anos e num montante que oscilava entre 50% e 70% do valor do imóvel, correntemente 60%. Mas, em Janeiro de 1993, o “stock” das construções não vendidas era grande, representando a acumulação de juros uma penalização que poucos estavam em situação de suportar. O certo era que os construtores não estavam a iniciar novos projectos. Para ele, o que pesava mais nos custos da construção de uma “torre” eram: o terreno, a organização deficiente das operações, as interrupções frequentes devidas a essas deficiências, os encargos financeiros, os custos em que se incorria para formalizar uma hipoteca, os emolumentos notariais, os custos das escrituras de transmissão de propriedade, os registos provisórios e definitivos e uma série enorme de passos burocráticos. Todo o sistema existente para a formalização de garantias era pesado e, portanto, caro. A sisa, apesar de haver um esquema variado de isenções, era uma carga considerada como elevada.

Concordava que os custos do financiamento também pesavam, porque estavam presentes em todas as fases; tudo se fazia ou se comprava a crédito...

Havia, nessa ocasião, fundos de investimento imobiliário que também poderiam ser mobilizados para construções para arrendamento. Mas preferiam investir em prédios de escritórios de que havia uma carência manifesta, “fugindo” às habitações quanto podiam. Também não havia quase ninguém a investir poupanças em andares para arrendar; sem uma alteração da lei do arrendamento urbano ninguém arriscava no sector. Estimava que o abaixamento progressivo do valor da taxa de juro iria estimular aplicações alternativas em casas para arrendar, porque isso teria vantagens de natureza fiscal traduzidas no valor do IRS.

Era a favor do sistema de renda resolúvel, associado à Previdência Social.

E tinha esperança no papel das cooperativas (Já falei a esse respeito nestas memórias: as cooperativas são uma resposta excelente para famílias da classe média, mesmo da classe média baixa, que tenham rendimentos suficientes e um nível cultural suficiente para saberem quais são as suas obrigações; já citei, como positivo, o caso de Matosinhos). Disse-me que as cooperativas estavam a vender tudo quanto construíam; aconselhava que se fomentasse a associação de várias cooperativas para negociar volumes de empréstimo grandes e, desse modo, minorarem o custo do dinheiro; as cooperativas eram, geralmente, pequenas. Eu sabia isso. Recomendou-me que se fizessem acções para a melhoria da gestão das cooperativas.

E terminou fazendo um apelo surpreendente para um banqueiro: eu deveria forçar a normalização do sector! Faziam-se muitos disparates porque ela não abarcava todas as dimensões do sector e este precisava muito de racionalização!

*

Em fins de Janeiro de 1993, as medidas legislativas relativas ao Mercado Único estavam quase todas tomadas. Era preciso agora traduzi-las em instrumentos regulamentares de gestão. Talvez fosse interessante efectuar alguma troca de experiências com os outros Estados-membros que tinham, exactamente, os mesmos problemas. Mas não havia grande disponibilidade de ninguém para dar o primeiro passo!... Sentíamos, por outro lado, que deveríamos lançar uma campanha de informação mais dinâmica sobre o tema, envolvendo os meios económicos e sociais; eles não procuravam, por sua iniciativa, a informação que lhes seria indispensável para a tomada de decisões.

Havia quem identificasse a eliminação dos controlos nas fronteiras com a sua ausência total. Ora, a verdade é que permaneciam controlos de fiscalidade, de qualidade fito-sanitária, etc. E Portugal estava mal colocado, nessa altura, em matéria de controlo de produtos de má qualidade, arriscando-se a ser o seu “vazadouro”... Por outro lado, era preciso dar maior atenção ao controlo das fronteiras externas; ele era assegurado por uma unidade de coordenação interna. Dever-se-ia constituir um núcleo para acompanhamento do mercado interno no âmbito da Comissão Interministerial; para isso, cada Ministério deveria designar o seu representante que deveria ser identificado por todos os seus pares. O desafio que

tínhamos diante de nós era enorme; deveríamos, por isso, dar muita atenção a este capítulo da integração europeia.

Constatámos, em 28 de Janeiro, que, afinal, o Acordo de Schengen não havia entrado em vigor em 1 de Janeiro devido às dificuldades que, em alguns Estados-membros, se tinham feito sentir em matéria de adaptação dos postos transfronteiriços.

No Conselho de 28 de Janeiro teve lugar a discussão sobre a Política de Habitação, para a qual eu me havia preparado da forma anteriormente relatada. Insisti, particularmente; na recuperação das áreas urbanas degradadas; no aumento das participações do IGAPHE; na celebração de parcerias com as IPSS, em moldes semelhantes ao que se fazia com as Câmaras Municipais; na necessidade de alteração da fórmula de cálculo da renda social; na conveniência de se reintroduzir o regime de renda resolúvel e na disponibilidade do IGAPHE para se vir a encarregar da construção de casas económicas para os insolventes. A discussão generalizou-se:

Era preciso desenhar um programa de irradicação das barracas que deveria começar por atacar a situação das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, onde o problema atingia níveis incomportáveis; deveria fixar-se um horizonte temporal para o mesmo; parecia que o ano de 2000 era realista. Mas isso não se poderia fazer sem um envolvimento muito grande das Câmaras Municipais; aventou-se uma participação de encargos de 50% para cada lado como sendo equilibrada. Mas teria de se começar por elaborar um inventário exaustivo da situação, o que, surpreendentemente, não existia. Diziam que estava a mudar todos os dias!... E, obviamente, teria de se pôr um alto à construção de novas barracas. Nessas parcerias teria de ser fixado o valor da renda técnica e as condições em que ele se poderia alterar em função do rendimento das famílias. As Câmaras Municipais deveriam ficar com as opções de comprar alojamentos no mercado, em vez de construir, como já se tinha feito em Loures, por exemplo. Parecia haver muitas dificuldades na reintrodução do regime de renda resolúvel, tal como ele havia sido anteriormente; eu insistia somente no princípio; se houvesse que proceder à introdução de novas regras, que isso se fizesse; o que me parecia de aproveitar era o conceito em si próprio.

Houve alguns Colegas a protestar contra as Autarquias, como de costume... Nessas ocasiões, olhavam para mim, como se eu fosse o plenipotenciário dessa “potência”...

A experiência do antigo Fundo de Fomento de Habitação parecia não ser de recuperar. A sugestão de chamar as IPSS à colaboração foi retida, porque o problema era, de facto imenso. Tornava-se preciso ver que alterações à legislação existente era necessário produzir. Por outro lado, as medidas dirigidas à redução do preço das casas foram abundantemente escarpelizadas, desde a normalização até ao crédito, passando pelo valor das diferentes taxas e pela redução da burocracia. O estímulo ao arrendamento suscitava simpatia e a chamada ao mercado das casas devolutas também, mas era preciso alterar a lei do arrendamento urbano. Todavia, uma acção de despejo, em 1993, ainda demorava entre 18 e 24 meses! Com estes prazos quem é que investiria em casas para arrendar, sabendo que perderia dois anos de renda só para se livrar de um inquilino incumpridor?... Avançou-se alguma coisa nesta matéria.

*

No dia 31 de Janeiro de 1993 fui à Guiné-Bissau, em visita oficial, a convite do Ministro de tutela das Autarquias Locais. Já me referi, ao longo destas memórias a algumas recordações pitorescas desta minha estadia. Hoje (2016), o País vive uma situação difícil; meteu-se nas redes do narco-tráfico para a Europa e isso subverteu completamente o sistema. Ele próprio é um país difícil! Pequeno, sem grandes recursos naturais, com mais de vinte etnias e muitas línguas, com uma parte islamizada sujeita às pressões que internacionalmente se espalharam... tudo é muito complicado de resolver. Seria preciso um governo sem tensões internas que definisse metas alcançáveis, dando prioridade à educação e à saúde e sabendo atrair a ajuda externa para projectos que contribuíssem para a progressiva melhoria material das condições de vida da sua população. Mas o que se vê é o oposto: níveis elevados de corrupção, competição interna das lideranças, recurso fácil à violência, falta de respeito pelo outro... Lembro-me de ter lido um livro de René Dumont, intitulado “L’Afrique noire est mal partie” (C). Ele nunca visitou a Guiné-Bissau; mas esta encaixava-se no panorama geral que traçou com base na observação de alguns dos países vizinhos. Estava lá tudo: aeroporto, auto-estrada até ao palácio-presidencial, palanque permanente no aeroporto para os desfiles da guarda de honra, hotel frequentado pelos membros das famílias da

“nomenclatura”... e muitas ausências (escolas, dispensários de saúde, bairros económicos, água e esgoto...). Com o valor da vida humana a não contar para nada... Quando lá fui as coisas ainda não tinham entrado na fase degradada pela qual têm passado a seguir. Havia, nessa ocasião, somente um voo semanal. Mas eu decidi ficar somente os três dias da praxe. O Presidente Nino Vieira estava ausente. Eu conhecia-o do Porto, onde ia muitas vezes, mas nunca tive uma conversa longa com ele. Havia-me limitado sempre às fórmulas de cortesia, sem nunca lhe ter dito que conhecia muito bem o seu país. Mas fui cumprimentar o Primeiro-Ministro e todos os Ministros que estavam em Bissau nessa altura. As conversas foram civilizadas. Lembro-me, particularmente, da que tive com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, um jovem muito bem informado e, manifestamente, mais realista do que todos os outros.

Houve um dia em que fui ao Cacheu, atravessando uma área que eu conhecia muito bem, de outros tempos. Uma das rampas da barca de João Landim havia-se avariado, de modo que a entrada ou saída dos veículos fazia-se para a frente numa das margens, mas em marcha atrás na outra. Não havia competência técnica nem energia para recuperar a barca. Tinham-se acomodado, com fatalismo e resignação, à nova situação. E, todavia, não teria sido difícil fazer a reparação. Mas era preciso que não se conformassem com o resultado do acidente.

Tive duas longas reuniões com o meu homólogo para combinar o apoio de que precisavam no âmbito da estruturação do poder local e do ordenamento do território. Em países com etnias e línguas diversas é preciso uma habilidade especial para desenhar as fronteiras das Autarquias Locais. Não é possível fazê-lo de régua e esquadro, como tinha sido a prática do Congresso de Berlim relativamente aos países do século XIX. A coesão teria de ser assegurada, nomeadamente através da língua e das condições de desenvolvimento, mas não se lucraria muito em procurar a homogeneização de modo forçado; ela teria de ocorrer em ambiente de confiança mútua, com o exemplo a vir de cima.

O meu homólogo queria muito que eu ficasse mais três dias para irmos caçar “chocas” e pombos verdes numa sua propriedade nas margens do Corubal. Mas eu tinha a certeza de que isso daria mau resultado. Limitei-me aos dias de trabalho formal, pretextando uma reunião urgente em Lisboa para me retirar.

Tive que o fazer através da Gâmbia. O representante das Nações Unidas no país era um antigo quadro do nosso Secretariado Técnico da Presidência do Conselho que me fez visitar o Ministro dos Negócios Estrangeiros e dois programas que ele coordenava de pesca e secagem de peixe que era exportado para os países vizinhos do interior. Assim se garantia o trabalho de homens que iam para o mar com mulheres que amanhavam o peixe, mais homens que o fumavam e outras mulheres que o embalavam. As crianças circulavam por todo o lado. Segundo ele me disse estava prevista a sua ida às escolas, mas era difícil assegurar que elas fossem; preferiam a brincadeira na praia e os pais não valorizavam suficientemente a sua preparação.

Passei o dia, em Banjul e arredores, nestas visitas, porque cheguei de manhã cedo e o meu voo para Bruxelas só aconteceria depois do jantar. Tive, por isso, ocasião de ver que, no local, havia restaurantes muito requintados para a exígua elite local e para o restrito grupo de funcionários internacionais ali fixado. E pude aperceber-me dos traços irremovíveis da colonização inglesa: fardas conspícuas e impecáveis, aprumo militar natural e exibido com convicção, cada um no seu lugar sem convivências julgadas como despropositadas, correção de trato sem grandes sorrisos... e pensar que aquelas paragens haviam sido descobertas para o mundo ocidental por um Português, no tempo do Senhor D. João I!...

Devo dizer que aprendi muito, nesse dia, com a visita aos dois projectos que asseguravam a sobrevivência de tanta gente. O meu guia foi de uma afabilidade enorme e gostou do interesse que eu exibi pelo seu trabalho. Repetiu-me muitas vezes que o ambiente era seguríssimo e que a prova estava em andarmos os dois num jeep, sem qualquer espécie de guardas a acompanhar-nos. Mas, antes de jantar, fomos a sua casa tomar um aperitivo com a sua mulher que, depois, nos fez companhia; era uma moradia rodeada de um jardim bem tratado, mas com cães ferozes presos a correntes que manifestavam ruidosamente as suas capacidades de guarda. O pior era que, dentro de casa, havia outros dois que ladravam furiosamente na minha direcção, só se acalmando com as recomendações do dono. Este resolveu ir mudar de camisa ou fazer outra coisa qualquer, deixando-me na sala sozinho a tomar um gin-tónico sob o olhar e o rosnar dos dois corpulentos animais. Eu não me atrevi sequer a levantar-me para ir apreciar a paisagem. Quando levava o copo à boca rosnavam com maus olhos

os encantadores bichos. Como acontece, frequentemente, com os proprietários deste tipo de “animais de estimação”, quando ele regressou e viu a posição relativa dos três, comigo perfeitamente paralisado no sofá, disse logo que eles não faziam mal a ninguém e que eram encantadores... Fiquei na dúvida que a segurança que ele afiançava fosse assim tão perfeita... Então porque tinha tantas feras à solta?...

Cheguei a Bruxelas às cinco da manhã, ao velho aeroporto desse tempo, com uma enorme vidraça e sem aquecimento a essa hora. Esperei, com ansiedade, a abertura de um café onde pudesse equilibrar a fraca protecção do meu fatinho “tropical”, muito pouco ajustado ao inverno belga sem calefacção...

*

No dia 8 de Fevereiro recebi o Ministro do Equipamento Social de S. Tomé. Tínhamo-nos conhecido durante a minha visita ao seu país. Estava preocupado com o planeamento físico do território, tanto a nível nacional como das diversas povoações. Queria apoio técnico para elaborar a legislação atinente e os planos propriamente ditos. Estava particularmente interessado na formação de quadros que, depois, pudessem assegurar a autonomia de S. Tomé neste domínio. Eu não podia estar mais de acordo. Pretendia que eu enviasse uma pequena missão técnica a S. Tomé para identificar as necessidades. Já havia um esboço de plano de ordenamento a nível nacional que era preciso discutir. Ele ainda não incorporava os dados do recenseamento de 1991 porque, embora tudo estivesse recolhido, ainda não havia sido publicado. O que o preocupava mais, compreensivelmente, era o plano de ordenamento da própria Cidade de S. Tomé. Ficou estabelecido que seria enviada a missão solicitada. Pedi-lhe, no entanto, para designar como contraparte os técnicos mais dinâmicos que tivesse. Eles poderiam vir estagiar em Portugal, mas teriam de ser eles próprios a produzir a legislação e os planos, porque Portugal não poderia intrometer-se na execução de uma tarefa cuja responsabilidade era deles. Entendeu, perfeitamente, a razão de ser dos meus escrúpulos e das minhas recomendações. Seria, seguramente, um assunto controverso; eu não poderia deixar que pudesse ser invocada a responsabilidade de Portugal nessa matéria. As decisões seriam sempre dos São-Tomenses.

*

É preciso ter sempre muito cuidado com os dinâmicos com pouco senso. Na vida pública encontramos algumas vezes agentes para os quais não há dificuldades e que surgem com propostas admiráveis que nos fascinam, mas que eles, na maior parte das vezes, não têm capacidade para agarrar. Têm sempre um lado visionário, deixando-nos na dúvida acerca da nossa capacidade para entender as grandes propostas que nos fazem e que, a não serem realizadas, será por incompreensão ou hesitação ou falta de visão do ministro. Habitualmente, estes entusiastas do desenvolvimento, após atacarem sem sucesso o ministro que julgam dever responder-lhes, sobem rapidamente de patamar, buscando o interesse e o apoio do Primeiro-Ministro. É evidente que procuram sempre apoiar-se em argumentos de natureza política, sempre difíceis de “agarrar”...

Será bom estar de pé-atrás em relação a estes arautos dos tempos novos. Costumam custar muito caro as suas propostas. Tive ocasião de ver isso em Portugal, em Espanha, em França e em Itália... Quando é preciso procurar justificações para o fracasso já não estão no seu lugar...

*

O nosso sistema financeiro havia passado por grandes mudanças! Com uma regulamentação muito apertada no regime anterior, ele havia sido nacionalizado no dia 11 de Março de 1975, tendo-se começado a libertar desse estatuto posteriormente, durante o Primeiro Governo Constitucional. Nós estávamos em funções desde 1985; já havia, em 1993, o dobro dos bancos que nós tínhamos encontrado. O sistema era considerado como sólido. Então, 60% dos bancos eram privados, uma percentagem maior do que a média da Comunidade. Os fundos de pensões dos trabalhadores bancários eram tidos como sólidos e as reservas de caixa muito elevadas. Mas, apesar dessa solidez, achava-se que o sistema não era muito moderno e o sub-desenvolvimento do sistema financeiro acabaria por conduzir a um funcionamento caro e bloqueador da intermediação financeira, em relação ao qual, aliás, eram recorrentes as queixas dos empresários e investidores. Especialmente as taxas de juro praticadas para as PME eram muito elevadas. Onde quer que eu ou qualquer Colega meu fossemos, o mínimo que os nossos interlocu-

tores chamavam a essas taxas era “usurárias”... e isso comprometia, naturalmente, a vontade de investir e de tomar iniciativas como tão importante era. Sabíamos que a estabilidade do sistema, que havia que preservar, nos impedia de ir muito de pressa. Por outro lado, os bancos estavam com excesso de pessoal, ainda por cima pouco actualizado. Sabíamos das grandes crises que tinham afectado os sistemas financeiros da Finlândia, da Suécia e dos Estados Unidos. Por isso, atribuíamos a maior importância à qualidade da supervisão. Já tínhamos tido a má surpresa da pequena Caixa Açoriana, mas isso alertou-nos para a necessidade de acompanhar de perto o que se ia passando. Por outro lado, não se poderia desligar a nossa situação em Portugal do Sistema Monetário Europeu. Existia, já nessa altura, uma política monetária alemã muito restrictiva. Entendíamos, por isso, haver boas razões para ir avançando em direcção ao Instituto Monetário Europeu.

O meu Colega da Indústria estava, muito justamente, preocupado com a degradação das margens conseguidas pelas empresas industriais portuguesas. O crédito mal-parado estava a aumentar muito expressivamente e os relatórios do Banco de Portugal não reflectiam esse aumento. Havia necessidade de libertar efectivos da banca, mas isso não iria ocorrer na melhor altura; acrescia que, na sequência do período revolucionário, os trabalhadores bancários auferiam de vantagens sociais excepcionais e isso pesaria gravosamente sobre os seus fundos de pensões que eram robustos, mas não aguentariam tudo.

Não havia nenhuma ligação do sistema à defesa do consumidor. E o custo do dinheiro era elevadíssimo! O consumidor estava, manifestamente, desprotegido.

O Banco de Portugal tinha tido enormes prejuízos em 1992. Estimava-se que fossem 350 milhões de contos, mas havia quem pretendesse que, se as avaliações fossem bem feitas, poderia chegar ao dobro. Coisas que se repercutiriam, parcial ou totalmente, no Orçamento de Estado. Seria a primeira vez que o Banco de Portugal apresentava prejuízos! Mas nós não podíamos dizer nada: o Banco de Portugal podia criticar o Governo, mas o Governo não podia criticar o Banco de Portugal!... O estatuto do Banco de Portugal garantia-lhe uma das maiores autonomias dos bancos centrais da Comunidade Europeia. Em Portugal nós temos destas incongruências... Não somos o país mais rico, mas temos o banco central mais autónomo!...

Deveríamos estar preparados para as dificuldades da necessária contracção da mão-de-obra. E a dos “colarinhos-brancos” é sempre pior do que a dos azuis ... Os sindicatos dos bancários eram dos mais difíceis para negociar. Havia quem dissesse que eles eram comparáveis aos dos tipógrafos, no século XIX.

A indústria havia feito a adaptação em bom tempo. O arrastamento da mudança, no sector bancário, só estava a complicar a situação. Mas o problema realmente complicado era o valor da taxa de juro de retalho, destinado, entre outros, às Pequenas e Médias Empresas. É que se falava em valores entre 15% e 17% ou mesmo mais! Não havia quem aguentasse! A questão da concorrência não era de somenos. Por isso eu vim à baila com a defesa do consumidor... Mas havia novos bancos a despontar. Tinha que se ser muito exigente quanto à solidez dos capitais de entrada.

Mas a estabilidade financeira, para nós, era um bem público inestimável, embora tivéssemos a consciência de que ele nos estava a sair muito dispendioso. Reconhecíamos defeitos grandes à banca. Ela não estava, por exemplo, preparada para avaliar o risco de um grande projecto. Deveria haver a possibilidade de o fazer avaliar no exterior. Temíamos os efeitos potencialmente devastadores da falência de um banco. Era, por isso, preciso identificar as insuficiências do sistema financeiro e tratar de as reduzir. Não se poderia pensar numa desvalorização do escudo porque isso traduzir-se-ia, imediatamente, numa subida das taxas de juro. E tal coisa seria absolutamente paralisante para a actividade económica. O que tinha de ser prioritário era a baixa do valor das taxas de juro.

*

Como digo noutra lado, no primeiro semestre de 1993, a presidência do Conselho de Ministros da Comunidade Europeia competia à Dinamarca. No campo da Bioética, eu deveria combinar com o ministro dinamarquês a sequência a dar às conclusões do nosso conselho de Julho, uma vez que a presidência britânica não havia feito nada para as explorar. Aliás, o domínio da Bioética não interessava, manifestamente, aos Britânicos. Os mais entusiastas a este respeito eram os Alemães e nós. Eu estava preocupado em relação aos estudos em que se basearia um trabalho intitulado Europa 2000. Estávamos falhos em estudos de prospectiva. O meu ministério havia produzido alguma coisa, através do Departamento de Planeamento

e Prospectiva mas, sectorialmente, não dispúnhamos de mais nada. Por isso, dei indicação ao GEPAT para desenvolver os termos de referência de um estudo de prospectiva que se intitularia Portugal 2015 e que seria encomendado a universidades ou a centros universitários que se candidatassem. Foi identificado o membro do GEPAT que estava em melhor posição para os preparar e para acompanhar o processo. Era evidente que o exercício em causa deveria começar por fazer o levantamento dos estudos de prospectiva europeia que estivessem disponíveis. Nesse tempo, tanto a Comissão, em Bruxelas como a OCDE, em Paris, tinham células de prospectiva muito competentes e activas. Recomendiei que se comesse por contactar os seus responsáveis, através da REPER e do nosso Embaixador junto da OCDE e que se fizesse o levantamento da base estatística de que dispúnhamos, para apoiar o trabalho

*

Em 17 de Fevereiro recebi o Governador Civil de Santarém que me vinha dar nota das suas preocupações. As Câmaras Municipais não entendiam a importância dos PDM, nem dos PGU, nem dos PP. Sabiam a legislação, mas não atribuíam qualquer valor ao ordenamento do território. Era preciso fazer acções de sensibilização. Alguma coisa tinha corrido sem controlo, porque em 21 concelhos haviam sido construídos 25 parques industriais! Em Portugal sucede muito este tipo de coisas. Quando um faz, os outros imitam sem reflectir na adequação do instrumento usado à sua situação. A modificação deste estado de coisas só se consegue pedindo reflexão aos decisores. Era por isso que eu insistia muito na elaboração de planos estratégicos ou, pelo menos, em reflexões estratégicas precedendo a elaboração de PDM. Deveria haver mais humildade democrática. Mas é mais fácil encontrar arrogância e auto-suficiência.

Em 1993, ainda havia quem insistisse em assegurar a navegabilidade do Tejo até Santarém. Hoje há abundância de auto-estradas nas duas margens. Ou, então, sabe-se mais de transportes e do que representam em custos, os pontos de quebra de carga. Não se tinha conseguido sensibilizar todas as Câmaras da bacia do Alviela para a importância da despoluição do rio. Havíamos conseguido a colaboração da de Alcanena; as outras não se interessavam. Grassava uma grande

indisciplina em matéria de realização de furos de captação de água em Minde e Mira d’Aire; não se importavam nem com o esgotamento do lençol freático nem com a sua contaminação. E, todavia, tinham informação abundante para avaliar as consequências dos seus actos.

A formação profissional no distrito merecia uma atenção especial. Os seus responsáveis não iam aos locais onde deveriam ver o que se estava a passar. Limitavam-se a receber a informação escrita que lhe enviavam. Entretanto, havia um centro de formação enorme, em Santarém, que estava em construção há dez anos!

No campo da assistência social passavam-se coisas semelhantes; havia centros de dia que estavam em construção há cinco anos sem mapas de trabalho, nem cronogramas financeiros. Ninguém sabia nem quando estariam prontos nem quanto custariam!

Estas visitas deixavam-me muito deprimido. Dava comigo a perguntar-me se, na realidade, o País queria ser desenvolvido ou se teria de o ser à força... Verifiquei e verifico ainda, muitas vezes, que as elites são fracas, porque não estão comprometidas. Cada um acha que só deve tratar de si. Não há consciência cívica que assegure a coesão. É por isso que eu acho que ela tem de ser estimulada em permanência e desde cedo!...

*

Em fins de Fevereiro tive uma reunião com o Presidente do Instituto Nacional de Estatística. Eram esperadas grandes perturbações no âmbito do comércio externo. Depois de elas acontecerem tudo se reflectiria nas estatísticas e, como de costume, culpar-se-ia o INE pelos maus resultados. Havia que fazer “avisos à navegação”... Foi isso que combinámos. Havia também movimentações, porque os PALOP tentaram a sua sorte de ver se nós pagaríamos as suas estatísticas. Estava fora de causa fazê-lo. O INE arcava com os vencimentos dos seus técnicos destacados nos diferentes países, mas as despesas directamente relacionadas com a produção de estatísticas nesses países teriam de ser suportadas por eles.

As nossas Delegações Regionais de Estatística estavam a funcionar bem, mas o seu regime jurídico não havia sido acautelado em pormenor, aquando da sua constituição. Combinámos como haveríamos de proceder. Este género de coisas sucede, sendo resolvido somente quando surge o primeiro contratempo.

*

O Primeiro-Ministro interessou-se pelo projecto do Alqueva ao ponto de querer fixar, directamente, orientações gerais para a repartição dos custos. Para isso reuniu-se comigo e com os meus Colegas da Agricultura e da Indústria e Energia, em 23 de Fevereiro. Foi aí que ficou estabelecido que o FEDER apoiaria a EDP em 30% dos custos da barragem. Os 70% restantes seriam suportados pelo Fundo de Coesão (85%) e pelo Orçamento do Estado (15%). Tinha que se definir de quem seria a posse da barragem pela razão prática de estabelecer a quem pertenceriam os activos que iriam garantir o empréstimo a contrair. Foi então que se começou a falar acerca do modelo institucional a adoptar. Eu propendia para a criação de uma empresa de capitais maioritariamente públicos, mas era extemporâneo estar a dizê-lo, até porque tínhamos solicitado um estudo a esse respeito que ainda não estava concluído. Deveria haver uma estrutura de coordenação que permitisse fazer a articulação com os outros ministérios, nomeadamente com os dois que estavam presentes, além de mim próprio. No conselho de administração deveriam figurar membros não executivos. O gabinete ou a empresa a criar não faria, obviamente, a execução da obra; contratá-la-ia. Dever-se-ia começar a falar na possibilidade de se fazer o abastecimento de água a Sines.

As coisas iam tomando forma.

*

Eu sempre tive as mais cordiais relações com o Eng. António Cardoso e Cunha que foi um bom Ministro da Agricultura, um excelente Comissário Europeu e um notável presidente da Comissão Executiva da Expo' 98. Além disso, conhece muito bem a Sociedade Portuguesa e tem sentido de humor! Veio trabalhar comigo e com os meus Secretários de Estado em 24 de Fevereiro para tratarmos de assuntos da EXPO' 98.

Tinha, como é natural, uma grande ambição para ela. Queria aproveitar o pretexto para “abandar” os Portugueses. Invocou Monet: “Há homens que querem ser e há outros que querem fazer!”. Estes é que levavam as sociedades para a frente. Considerava-nos um país frívolo e superficial. Eu penso o mesmo e já o disse, sob várias formas, nestas memórias. Eu atribuo uma grande importância

à vontade e ao trabalho. Ele também. Queria que a EXPO' 98 fosse boa, em primeiro lugar para os Portugueses, estimulando-lhes o “self-pride” que está sempre em baixo (Ao contrário do que se passa com os nossos vizinhos Espanhóis que pecam pelo oposto).

Havia coisas a promover rapidamente, para as quais ele precisava do nosso concurso: a elaboração de um grande projecto de reordenamento urbano; a despoluição do rio Trancão (que eu logo lhe disse ser um problema difícilimo, devido à quantidade de focos de poluição complexa de tratar; teríamos de remeter para o topo norte do espaço, ocupações que não dependessem muito da qualidade da água que se via e que se cheirava...); a faixa de intervenção seria de 310 hectares, mas havia uma larga zona envolvente, pertencente aos concelhos de Lisboa e de Loures que reclamavam urgentemente um plano de pormenor; queria que fixássemos qual seria a figura legal que haveria de presidir ao ordenamento da área.

Como se sabe, o título da EXPO 98 era “Os Oceanos”. Ele queria provocar uma grande agitação sobre o tema, em Portugal e lá fora. Isso teria de ser feito, nomeadamente, através da Ciência. Ela é que proporcionaria resultados duráveis. Existia um grande entusiasmo em torno da realização. Dei-lhe os parabéns pelo que estava a fazer e disse-lhe que ele era um homem de sorte. Com a bonomia e a simpatia habituais concordou, mas acrescentou que lhe dava imenso trabalho tê-la...

*

A segunda maioria absoluta do PSD criava problemas para o Governo, mas especialmente para a Oposição. Esta tinha ficado muito perturbada e sem energia aparente. Estava a mover-se nos bastidores como era óbvio e apoiando-se muito na acção do Presidente da República que já não escondia a sua impaciência. Os sintomas viam-se bem no Parlamento. Não havia iniciativas legislativas relevantes. As intervenções dos seus Deputados em relação às propostas do Governo eram mornas. Verdadeiramente animado era o chamado PAOD (Período Antes da Ordem do Dia)! ... Na Ordem do Dia não figuravam iniciativas da Oposição. Começámos a desconfiar de que não lhes interessava fazerem Oposição na Assembleia. Tanto o Partido Socialista como o Partido Comunista preferiam

que os ataques ao Governo fossem feitos na rua e nos jornais. Mas isso para nós era muito mau! Interessava-nos, por isso, apresentar iniciativas legislativas e forçar as perguntas ao Governo; gostaríamos de que houvesse debates em torno de matérias de fundo. Teríamos, contudo, de ser nós a estimulá-las. Em fins de Fevereiro havia duas interpelações ao Governo previstas. Uma sobre Educação, do PCP e outra sobre Política de Imigração. Mas era pouco!

Deveria ser o grupo parlamentar do PSD a promover a animação de que precisávamos. Era evidente que todos os ministros estavam à disposição para intervir em discussões com substância e que não fossem meramente políticas como seriam, de certeza, as duas previstas sobre Educação e sobre Política Económica e Social. Foi nessa ocasião que se começou a falar na abertura à comunicação social das reuniões das Comissões Parlamentares. Não foi uma grande ideia. Mudou por completo a sua natureza: em vez de constituírem oportunidades para esclarecimento e melhoria das propostas, passaram a ser mais uma instância de afirmação de posições sem procura de convergência; esta, se existir, passou a decorrer nos bastidores. Essa alteração fez pensar em mudar de tática: ir com as propostas directamente ao plenário para tirar vantagem do efeito-surpresa. Era evidente que as Comissões Parlamentares iriam perder eficácia. Passados 23 anos (escrevo em 2016) é aquilo que podemos constatar. Mas vai ser muito difícil instituí-las de novo, nos termos operacionais antigos. Por outro lado, o anúncio de que uma reunião de comissão será vedada à Comunicação Social, só fará despertar o apetite para obter informações através dos próprios Deputados, entrando-se numa outra ordem de procedimentos que tem muitos e variados vícios.

*

A presidência dinamarquesa mostrava mais diligência do que a britânica. E nós participávamos com o entusiasmo de sempre na construção europeia. Mas os dinamarqueses surpreendiam-nos com algumas propostas de certa “candura nórdica”... Queriam, por exemplo, que o Conselho de Ministros em que se debatesses os preços fosse aberto à comunicação social. Seria a porta aberta à demagogia, o fim da prática da negociação e a declaração de guerra entre muitos países... Era preciso ter em atenção alguns aspectos formais: os embaixadores dos nossos par-

ceiros em Lisboa eram de uma diligência e voluntarismo extraordinários; não hesitavam em abordar, directamente, Ministros e Secretários de Estado; não sei de nenhum caso de contacto directo com Directores-gerais; mas com os primeiros isso era frequente. A nossa cordialidade tradicional levava muitos a darem respostas directas, o que impacientava, com razão, o Ministro dos Negócios Estrangeiros que tinha o encargo de coordenar todas essas relações. É por isso que eu sou a favor do formalismo; tratar bem toda a gente mas desempenhar cada um o seu papel! Sem entorses...

Havia, nessa ocasião, alguns Estados-membros com níveis de fraude em relação à aplicação dos fundos comunitários que criaram um clima de suspeita generalizada. Portugal era o que tinha menor índice. Mas aquela generalização e os riscos de contágio incomodavam-nos. Tínhamos de exhibir ainda maior rigor.

Em Fevereiro de 1993 preparavam-se negociações intensas no campo do alargamento. Em Abril começariam com a Noruega; deveríamos estar particularmente atentos aos “dossiers” das pescas e do desenvolvimento regional; o segundo passava-me pela porta.

Estavam em ultimação as negociações com os países da EFTA. A nós importava-nos particularmente que não houvesse mexidas no chamado fundo EEE; ele já estava destinado quase todo à habitação... Os regulamentos tanto do Fundo de Coesão como do Fundo EFTA deveriam ir ao próximo Conselho dos Assuntos Gerais. Era muito importante que isso acontecesse, Precisávamos de ambos para fazer muita coisa!

Continuavam a marcar passo as negociações do Uruguay Round; não eram prioritárias para os Estados-Unidos e estes “arrastavam os pés”, o mais que podiam.

Já em 1993, a situação dos jovens desempregados na Europa causava muita apreensão. Sabia-se que um quinto dos jovens com menos de 25 anos, que haviam manifestado intenção de integrar o mercado de trabalho, não teriam essa oportunidade. Não havia criação de emprego. Era o contrário o que se passava.

*

O último Governador de Macau, General Vasco Rocha Vieira, sabia fazer as coisas com grande estilo, tanto no aspecto material como na forma como tratava de tudo. Visitou-me no dia 25 de Fevereiro. Iria realizar um seminário no Porto, cujo título

era “Vocações e Oportunidades”, para chamar a atenção dos empresários do Norte relativamente às virtualidades da cooperação com Macau e com a China e, em sentido contrário, para mostrar a um grupo de empresários de Macau as potencialidades da indústria nortenha. Queria que eu participasse, o que fiz com gosto.

Havia um protocolo alinhado entre o Governo de Macau e a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia. Eu estava de acordo com o conteúdo. Ele seria assinado, em Macau, durante uma visita próxima do Secretário de Estado. Ainda hoje (2016) há iniciativas que são desenvolvidas ao abrigo dessa umbrela geral.

Também havia um protocolo de apoio do nosso INE aos Serviços de Estatística de Macau. O anterior tinha funcionado bem. Queriam reeditá-lo e alargá-lo. Era preciso ver das possibilidades de resposta do INE. Fiquei de o fazer.

O Governador havia formado uma colecção de grande qualidade de obras de arte chinesas que viria para Lisboa. Era preciso encontrar um lugar para a alojar. O Instituto de Investigação Científica Tropical dispunha, na Rua da Junqueira, de umas instalações folgadas que poderiam ser “re-arrumadas”. Assim se fez, permitindo ver hoje, no local, um acervo de grande valor.

Ele queria constituir um Centro de Inovação e Produtividade, em Macau. Gostava de conhecer os Estatutos da nossa Agência de Inovação e assegurar o nosso apoio para os adaptar às condições locais. Assim foi feito.

Como se pode ver, o Governador trabalhou, até ao fim, sempre com o longo-prazo em vista. Isso é, também, reconhecido pelos Chineses.

*

O sector dos seguros, em Portugal, sempre teve um pendor conservador. Mas eu suponho que isso é também um indicador de país pobre, em que os seguros são um bem de luxo e, portanto, pouco solicitado. É preciso impor à força segurar muitas coisas, desde os automóveis às casas e a outros bens. Na minha infância, fartei-me de ouvir falar em incêndios em fábricas que, por não terem qualquer seguro, conduziram os seus proprietários à penúria absoluta. Lembro-me de que, nos jornais, as notícias relativas a incêndios especificavam quase sempre se o sinistro estava ou não coberto pelo seguro; era uma excepção quando estava! Todavia, em princípios de 1993 verificou-se que a actividade tinha crescido

muito expressivamente, 25% por ano em volume de negócios e ao longo dos três últimos anos. Alguma coisa de novo se estava a passar. Os PPR (Planos Poupança Reforma) representavam 70% do ramo vida e os ramos não/vida 70% do total dos seguros feitos. Mas os resultados da exploração tinham-se vindo a degradar progressivamente. Dizia-se que era o resseguro que salvava as companhias. Na opinião dos empresários eles consideravam que o sector era muito ineficiente e carente de ideias novas. Quer dizer, eram necessários novos produtos e muito maior agilidade interna nas companhias de seguros. Preocupava-nos o facto de não estarem a ser constituídos fundos próprios para aplicação dos PPR. Quando fosse preciso pagá-los, aonde é que se iria buscar o dinheiro? Os responsáveis não sabiam, nem parecia estarem muito preocupados com isso. A comparação com a situação nos países do centro e do norte da Europa era pouco lisonjeira para nós.

*

Em 1993, verificávamos que o crescimento do sector do Turismo, ao longo da década anterior, havia sido verdadeiramente explosivo. As taxas eram triplas das médias europeias correspondentes. Porém, havia algumas debilidades: a oferta estava muito dependente do produto “sol e praia” que o sul oferecia; havia uma enorme carência de estruturas de animação; a imagem do nosso turismo estava personalizada, fazendo-nos distinguir dos nossos concorrentes; estávamos demasiadamente dependentes dos turistas espanhóis; padecíamos de um elevado grau de sazonalidade, ... A média da estadia dos turistas era de 7,4 dias. Mas verificava-se que os turistas gastavam pouco, fora do que haviam pago, nos seus países, pelo programa completo. Tinha de se apostar na qualidade e contrariar a sazonalidade. Impunha-se a recuperação do património histórico para o mobilizar como factor de atracção. Já estava em curso um plano considerado como ambicioso. Mas não tínhamos uma imagem que nos fosse associada. Hoje (2016) talvez possamos dizer que é a “cordialidade” mas, em 1993, nada nos distinguia... Invocava-se muito a imagem dos outros: a elegância associada à França, a tradição do Reino Unido, a paixão de Espanha, a cultura à Itália, a música à Áustria, etc... mas Portugal era incaracterístico, visto de fora. Já éramos conhecidos pelos desportos aquáticos e pelo mar; a EXPO' 98 veio acentuar essa componente. Mas

ainda não tinham brotado nem os festivais, nem as exposições... Éramos “cinzenões”, sob o ponto de vista de imagem. Mas pior era o facto de 1993 se apresentar sombrio. Tinha de se fazer qualquer coisa. A mais imediata era reforçar a actualização de propaganda no mercado espanhol. Foi isso que acabou por ser feito.

*

Em 2 de Março fui à Assembleia da República para comunicar aos Deputados, em primeira mão, a decisão do Governo de relançar o projecto do Alqueva. Comecei, por fazer uma descrição do que havíamos decidido realizar e quais as componentes do empreendimento que gostaríamos de ver valorizadas. Não elaborei, obviamente, sobre pormenores de financiamento ou de organização que ainda não estavam fixados. Intervieram a seguir os Deputados Helena Torres Marques, Lino de Carvalho, André Martins, Mário Tomé e Capoulas Santos, todos da Oposição: O projecto era muito importante. Felicitavam o Governo. Era fundamental dispor de uma reserva de água com aquela dimensão. Por quê só naquela altura? Foram oito anos perdidos, sem o relançar. De onde viriam as contrapartidas para o projecto? E quem iria pagar a água? Seríamos todos nós ou somente os donos das terras? Deveríamos articular os três fundos estruturais e não deixar de envolver o Instituto Politécnico de Beja. Quais as produções agrícolas que iriam ser instaladas? O turismo também iria ser explorado? Um Deputado achou que era insólito o momento da minha intervenção. Mas mais valia tarde do que nunca... O projecto tinha padecido de atrasos e hesitações, mas ainda bem que havíamos decidido fazê-lo. Quem faria a gestão institucional do projecto? Mas o projecto do Alqueva não resolvia a situação de seca que se estava a atravessar; como entendia eu atacar o problema? O projecto do Alqueva seria bem-vindo se respeitasse o ambiente; para os ecologistas estavam em primeiro lugar o homem e o seu progresso e bem-estar; opor-se-iam ao projecto se fosse para lá instalar 80 campos de golfe! (Nunca ninguém havia falado sequer num campo!... “Fantasmas”!...). Por que é que o Governo tinha decidido tão precipitadamente o relançamento do projecto? (Ele não sabia que eu vinha trabalhando nele há anos!...). Iria resultar uma grande concentração de humidade que iria provocar alterações no clima; como tencionávamos proteger a fauna tradicional? E que culturas alter-

nativas propúnhamos! A nossa decisão não teria sido precipitada pela iminente aprovação do Plano Hidrográfico Espanhol? O projecto era de envergadura nacional, com repercussões em todo o País. Era necessário proceder ao reordenamento das infra-estruturas; quem o faria? O projecto iria ficar “ad eternum” nas mãos do Governo? Por que razão tinha havido tanto secretismo? E para quando é que estava prevista a regionalização? O que o Primeiro-Ministro havia decidido fazer foi somente apresentar o projecto a Bruxelas; isso não foi um favor feito a ninguém! Foi um imperativo de justiça feito aos Alentejanos! Um imperativo de solidariedade social! O Governo, com isto, iria passar a dizer que resolveu todos os problemas do Alentejo!... E quais as contrapartidas para o distrito de Évora que iria ficar com muita área inundada? Alguns dos perímetros de rega já existentes estavam mal aproveitados ou mesmo não-aproveitados; o que iríamos fazer para os mobilizar? E como se faria a reconversão da agricultura alentejana? Não tinha o Governo incentivado a produção cerealífera; tencionava fazê-lo? E quais eram as alternativas que propúnhamos em termos de produção agrícola? Como se pode ver por este relato, a Oposição foi apanhada de surpresa! Só isso explica o teor de muitas intervenções. Chocou-me o facto de não ter havido nenhum Deputado do partido do Governo que não tivesse aproveitado para “explorar o sucesso”... Também foram surpreendidos!...

*

Passei todo o dia 3 de Março em Bruxelas em reuniões sucessivas. Comecei pelo Comissário Schmidhuber com quem tinha coisas a tratar relativamente ao fundo de coesão. Diante da lista das primeiras candidaturas disse-me que gostava de ver mais projectos do ambiente e menos de transportes. Mas eram estes que nos estavam a fazer mais falta!... Depois fui ao Parlamento Europeu, falar com os Deputados portugueses para lhes dizer as linhas gerais do Plano de Desenvolvimento Regional em elaboração e recolher as suas recomendações. Estiverem presentes os Deputados seguintes: Rui Amaral, Manuel Porto, Mendes Bota, Miranda da Silva, João Cravinho, Marques Mendes (pai), Coimbra Martins, Luís Marinho, Lucas Pires, Maria Santos, Cunha Oliveira e José Apolinário. Nem todos falaram. Fiz uma apresentação do que o PDR iria ser. As intervenções sublinhavam o seguinte:

O Parlamento Europeu deveria acompanhar o processo de aprovação do PDR, logo desde o início. Em relação às redes transeuropeias não estava previsto que o Parlamento interviesse, a menos que o Conselho o solicitasse. Era indispensável o tríplice (Parlamento/ Conselho/ Comissão); se o não se praticasse, corria-se o risco de o Parlamento bloquear o processo dessas redes. O Conselho tinha interesse em evitá-lo. Por isso se deveria insistir na apreciação por parte do Parlamento. Em relação à participação do Fundo de Coesão entre transportes e ambiente, já era possível avançar algo? Também interessavam as ligações intermodais, nomeadamente as ferroviárias dentro dos portos. E os radares de aproximação aos aeroportos? As infra-estruturas portuárias e aeroportuárias seriam consideradas? A conexão ferroviária pesada Porto/Braga/Corunha seria possível? A nossa energia era cara! Deveria procurar-se torná-la mais barata; em que pé estava o projecto do gasoducto europeu? As telecomunicações também eram importantes; seriam abrangidas? Haveria um novo sistema de incentivos à indústria? E no sector da agricultura, haveria apoio à primeira transformação e comercialização? A articulação entre modos de transporte era fulcral para o correcto desenvolvimento da actividade económica. Outro Deputado disse que nós tínhamos boas iniciativas, mas também havia estruturas mal utilizadas; tal era o caso do LNETI. Folgavam com a construção do Alqueva; mas os regadios do Baixo Mondego e da Beira já estavam totalmente aproveitados? Deveria haver um programa especificamente orientado para o aproveitamento das estruturas existentes. Estava a haver pouca preocupação com a harmonização do país; deveria haver um estudo sobre as deseconomias existentes. Eram as cidades intermédias que deveriam merecer prioridade. Dever-se-ia premiar as exportações através de incentivos. O gás natural tinha de ser instalado o mais rapidamente possível. Nas telecomunicações deveria haver uma “flat fare “ (tarifa única) à semelhança dos correios; isso penalizaria menos o afastamento. Os Deputados Europeus, deveriam intervir nas redes, nos fundos e no IV Programa-quadro da Ciência e Tecnologia (Estava-se numa fase muito aguda de reclamação de mais poderes para o Parlamento...). Folgavam estar a ser auscultados relativamente ao PDR; isso trar-lhes-ia maior responsabilização. Gostariam de ver a nossa estratégia mais nitidamente definida, estabelecendo as prioridades para cada sector. Aconselhavam a redução

do número de programas operacionais (Também eu a queria... mas as pressões para os multiplicar eram muitas). Seria desta vez que a regionalização iria ser feita? As assimetrias entre o Litoral e o Interior eram muito inconvenientes e estava criado um círculo vicioso; como era no primeiro que se concentravam as actividades produtivas era nele que se investia mais; ao fazê-lo aprofundava-se a desigualdade. Compreendiam a minha preocupação por projectos maiores ou mesmo grandes, mas isso contribuiria para uma intervenção maior do Governo em detrimento dos agentes locais; os empreendimentos intermunicipais seriam a resposta equilibrada? Deveria haver uma articulação entre o novo Quadro Comunitário de Apoio que entraria em vigor em 1 de Janeiro de 1994 e o Fundo de Coesão que o faria daí a três semanas, em 1 de Abril de 1993 (Mas era isso que eu andava a fazer e que me tinha ocupado uma hora antes!...). Um Deputado queria saber como seria o financiamento do Alqueva e qual a data de apresentação do novo Plano de Desenvolvimento Regional. Recomendava um esforço suplementar de informação, porque não lhe chegava tanta quanta queria. Um outro Deputado achava que se deveria fazer uma discussão aprofundada nas duas fases em curso: na elaboração do diagnóstico e na formulação da estratégia mas nesta, especialmente, porque era muito importante. As novas eleições para o Parlamento Europeu seriam em Junho de 1994; seria, portanto, com os Deputados presentes que a discussão teria lugar. Mas era necessário reforçar o papel do Parlamento Europeu; os Deputados portugueses deveriam ter um conhecimento muito aprofundado acerca dessa estratégia (Mas era para isso que eu lá tinha ido...). Não poderíamos cair no casuísmo; daí a importância de sabermos para onde íamos. O Parlamento Europeu iria ter cada vez mais peso político; deveríamos contar com isso. A um tinha-lhe sabido a pouco a minha exposição; queria que eu disponibilizasse um dia inteiro para uma discussão! Antevia algumas dificuldades com o novo regulamento dos fundos estruturais; a proposta deveria estar concluída em Maio para ir ao Conselho em Junho. Por isso, o mês adequado para nos revermos seria em Abril. O que eu havia dito era lógico e interessante, mas havia duas áreas que eram especialmente complicadas – a Educação e a Ciência e Tecnologia – e ele queria uma reunião “intensiva e com documentação previamente distribuída”. Um outro Deputado disse que seria bom disporem de informação acerca das prio-

ridades e dos montantes afectados a cada uma dessas áreas. Havia uma parte dos fundos estruturais que estaria para a outra margem da convergência nominal. O desemprego iria representar um problema central nos próximos tempos. A questão social estava no centro de tudo; deveria atravessar toda a estratégia definida, nomeadamente no que respeitava à Saúde e à Habitação. Na Educação era fundamental a reciclagem dos professores, a valorização das formas alternativas do ensino universitário e o pluralismo das formas educativas. Um outro Deputado queria mais reuniões como aquela. Afinal o título do documento era “Preparar Portugal para o século XXI” e isso pressupunha que quiséssemos contribuir para o surgimento de uma sociedade diferente. Na qual a componente social fosse mais central e em que houvesse uma redistribuição do rendimento. Qual seria essa sociedade de destino? Ela não poderia ser de agravamento da situação actual. Ora os Censos 91 haviam mostrado uma evolução negativa da Sociedade; era urgente promover o equilíbrio. Achava que a afirmação de Portugal no Mundo estava a merecer muitos discursos mas pouco dinheiro... Temia os grandes projectos, porque desconfiava da Administração Central; propunha a criação de “pacotes regionais” definidos em função de critérios que fossem muito discutidos antes de serem adoptados. A questão da Agricultura era estratégica e, por isso, fundamental. A regionalização teria de ter lugar na legislatura corrente. E queria um TGV a ligar o Algarve à Andaluzia. Um outro Deputado, antigo ministro que eu conhecia bem, começou por dizer que nós não tínhamos nada que “pedir batatinhas” a Bruxelas, mas fazer exigências... Em relação aos caminhos-de-ferro, não concordava com a vontade de os melhorar; tinha que se ser muito mais radical! Havia desproporções entre certas orientações que eu tinha referido e a dotação orçamental das ditas. Tinha que se promover, com determinação, a Língua Portuguesa; a geopolítica das línguas era um assunto da maior importância; nesse âmbito deveria haver arquivos de imagens, de documentos e de sons; tudo isso era vital para a defesa e afirmação da Língua. O nosso património musical deveria ser preservado; isso poderia ser feito em articulação com a criação de um museu dos instrumentos musicais. Mas também se interessou pelo desemprego; impressionava-o que, naquela altura (1993), ainda chegassem a Paris e a Bruxelas novos trabalhadores emigrantes portugueses.

Eu lucrava sempre com estas conversas. Mas, pelas referências que fiz, pode-se ver bem a disparidade de interesses sectoriais e uma permanência clara dos interesses regionais das zonas por que eram representantes. Uma coisa era certa: havia entre eles quem sabia muito bem o que estava a dizer. E o nível das intervenções era nitidamente mais consistente do que aquelas a que eu tinha de responder no Parlamento em Lisboa. Mas eles constituíam uma elite dentro da elite. É por isso que eu insisto, uma vez e outra, na importância da escolha dos candidatos a Deputados com base na sua preparação e capacidade e num esforço de formação e informação, por parte dos partidos. Para mim é sempre melancólico ver os chamados Deputados do contingente a levantar-se e a sentar-se consoante lhes dão indicações para o fazer. Para que tal não se passe eles têm de ser menos, muito bem escolhidos e com meios de apoio muito profissionalizados.

De tarde fui visitar o Ministro Dehousse com quem havia que acertar posições relativamente ao Conselho de Ministros da Ciência que se aproximava e onde eu não tinha a certeza de ser ele a representar a Bélgica. Seguiu-se o Comissário Bruce Millan. Tratámos dos regulamentos dos fundos. Disse-lhe da minha ida nessa manhã ao Parlamento e ele falou-me nas complicações que estava a haver nas relações da Comissão com ele, porque o que estava definido era que houvesse “consultation” e o Parlamento queria mais... Esse movimento veio em crescendo... A co-decisão (Comissão/ Conselho/ Parlamento) é que era o objectivo. Nesse processo, o mais renitente era o Conselho, dado que temia que a representação de cada país fosse comprometida pelas divisões partidárias que constituíam a base de funcionamento do Parlamento. Mas, com o Comissário Millan havia assuntos “portugueses” a tratar; pagamentos a fazer que ele me assegurou que seriam efectuados ainda naquele mês. Estava preocupado porque a transposição para a legislação portuguesa das novas directivas do Ambiente estava a demorar e a Comissão atribuía a isso muita importância. Iria haver um “green paper” sobre as iniciativas comunitárias, mas o valor a elas devotado seria 10% dos fundos comunitários (a Comissão havia proposto 15%); todos os ministros achavam muito... Depois, ainda nessa tarde, fui a uma entrevista com o Comissário Ruberti que eu conhecia bem. Queixou-se acerca dos meios de que dispunha: com 4% do orçamento não se poderia fazer política europeia de Ciência. Quando muito po-

deriam ser realizados alguns projectos europeus, o que significava que o que haveria seriam políticas de Ciência dos países da comunidade mais alguns projectos europeus... Era pouco!

Queria introduzir algumas iniciativas visando favorecer a convergência; mas isso teria de ser feito gradualmente. Iria privilegiar alguns países com problemas mais visíveis, dando prioridade aos que formassem redes para resolver questões em conjunto, desse modo favorecendo a convergência. Pretendia celebrar um acordo com a ESA, no domínio dos problemas ambientais que, por natureza, eram conjuntos. Mantinha a aposta na pesquisa pré-competitiva, porque estávamos a atravessar um momento de grandes dificuldades no domínio da competitividade industrial; considerava que os meios usados na transferência do conhecimento eram muito limitados, com excepção do BRITE-EURAM, que funcionava muito adequadamente. A Comunidade Europeia deveria dispor de um programa eficiente de “Technological Assessment”. Não tínhamos um instituto apto a fazê-lo; por isso era preciso criá-lo. Em causa estava conseguir níveis de competitividade semelhantes aos Estados Unidos e ao Japão. Achava que nós, na Europa, fazíamos as coisas “muito a sentimento”... Deveríamos passar a fazê-lo de forma mais cuidada e objectiva. Preocupava-o a pesquisa no domínio da Educação para a Ciência; deveríamos ser inovadores nesse aspecto e procurar processos formativos novos que fizessem despertar o gosto pela Ciência.

Não se pode dizer que não tivesse sido um dia variado e preenchido!...

*

A situação dos portos portugueses complicou-se desde as lutas laborais que vieram a seguir a 1974. Hoje (2016) temos três bons portos e um continuamente em sobressalto, o de Lisboa. Mas, em 1993, estavam quase todos instáveis. Era frequente, nessa ocasião, os industriais do Norte servirem-se do porto de Vigo e todos se queixarem acerca da carestia da factura portuária e dos artifícios que eram usados para a fazer aumentar. Havia grupos profissionais dentro dos portos que pertenciam a “clãs” de natureza familiar ou de proximidade. E pairava a suspeita de que se articulavam com outros portos cujos trabalhadores pertenciam a grupos ideológicos próximos ou a organizações de outra natureza mas com objetivos comuns.

E, todavia, é pelos portos que a economia respira! Mais de 85% do que os países europeus exportam ou importam, partem ou chegam pelos portos. Por isso, ou eles funcionam bem ou a competitividade das empresas é afectada por factores externos que não está nas suas mãos comandar.

Em 1993, quatro portos comerciais – Leixões, Lisboa, Setúbal e Sines – movimentavam cerca de 95% da carga do país. Mas, nunca tão poucos portos tinham tido tantos dirigentes para tão pouca carga! Havia investimentos redundantes e muita rigidez na atribuição de meios financeiros. O exercício da administração portuária focava-se nas obras; o resto, quer dizer, a actividade da autoridade portuária, não era exercida. Daí que os custos fossem muito elevados: aqueles que se traduziam em dinheiro e os menos tangíveis, como o tempo e a qualidade do serviço, que também aumentavam, a seu modo, os custos dos transportes. Nessa ocasião, em Portugal, 94% das importações e 73% das exportações passavam pelos portos. Os custos eram muito gravosos comparados, por exemplo, com Roterdão e com Antuérpia; era vulgar as exportações seguirem de camião TIR até portos como aqueles para depois irem para o seu destino. E os transportes rodoviários tinham uma quota desproporcionada no conjunto dos movimentos efectuados; foi isso que determinou a constituição de numerosas empresas de transporte com um ou dois motoristas que não sobreviveram, quando começou a haver alguma racionalidade nas administrações portuárias. A gestão era a mais conservadora e sempre com conflitos de toda a ordem, nomeadamente com as Autarquias Locais onde estavam localizados. Nessa ocasião, a administração portuária era uma só unidade dentro de todo o espaço portuário; não havia concessões. Era preciso rever o regime de trabalho e acção portuária, cheio de entorses com raízes antigas.

Já tínhamos, em Março de 1993, autorização legislativa para avançar na revisão do regime de contratação laboral. Era preciso dar-lhe sequência. Nessa ocasião havia, pelo menos, 500 trabalhadores a mais nos portos portugueses, mesmo após a racionalização, ocorrida no porto de leixões, no verão de 1992. Recomendava-se que houvesse uma só instituição central, do tipo da ANA, para apreciar os projectos de investimento dos portos que haviam entrado em descontrolo. Eu não sou favorável a esses exercícios de centralização. Cada porto tem de possuir

autonomia para decidir o que mais lhe convier fazer, mas, naquela ocasião, andava tudo um pouco à solta; talvez fosse conveniente centralizar para, depois, ir descentralizando à medida que houvesse maior capacidade gestonária em cada porto. Enfim, era necessário haver menos dirigentes portuários com mais responsabilidades. E impunha-se começar a criar condições para ir atraindo para os portos o sector privado que, em regime de concessão, desempenha mais eficazmente muitas funções; nessa ocasião ainda não se encontravam interessados, no sector privado, para o desempenho de quaisquer funções. Era certo que a concorrência internacional, mesmo dentro da Europa, era desenfreada. As instâncias comunitárias deveriam, também, definir regras disciplinadoras.

Havia recomendações para instalar rapidamente o VTS – “Vessel Traffic System” – de que eu ainda me ocupei em 2002. Oportunamente direi alguma coisa sobre isso. Num outro sector – o das pescas – que muito dependia dos portos, a pulverização da acção era a regra. Mas o Estado estava a retomar o controlo. A pesca longínqua estava em decréscimo, concentrando-se praticamente em Aveiro. Mas havia uma grande discrepância entre os valores dos preços de venda na lota e na segunda venda (o consumidor); os intermediários beneficiavam de margens inaceitáveis. Por outro lado, a indústria transformadora das pescas era a que menos fundos comunitários tinha absorvido; era, efectivamente, muito frágil. Assim, tanto no domínio dos transportes como no das pescas, era preciso actuar com determinação no sistema portuário.

O facto de os custos dos nossos portos serem em média o dobro do de Roterdão deixava-nos perplexos! Mas tinha de se começar por estimular a consciencialização dos intervenientes privados para a necessidade de mudanças no estado das coisas. Foi nessa altura que se começou a falar na logística dos transportes marítimos e dos portos, com a vontade de reduzir drasticamente a factura portuária que pesava desproporcionadamente no custo dos transportes.

*

Como foi conferida prioridade política à questão da Habitação, nomeadamente por se prever que a atribuição do fundo EFTA estaria para breve e que havia a possibilidade de o aplicar para resolver este problema, o meu Colega das Obras Pú-

blicas queria fazer tudo: projectar, licenciar, construir, fiscalizar, etc. Mas havia legislação atribuindo funções específicas às Câmaras Municipais. Ele queixava-se de que elas eram lentas, Mas eu não podia admitir que houvesse atropelos às suas competências.

Começar-se-ia por aproveitar os terrenos de que o IGAPHE já dispunha. Ele poderia fazer muita coisa por ele próprio. Mas as Câmaras teriam de licenciar e assumir as suas responsabilidades próprias. Eu insistia, ainda, que houvesse uma fiscalização rigorosa das construções; não chegava fazer uma verificação posterior, tinha de haver acompanhamento. É que eu sabia como era conduzida a fiscalização de muita coisa que estava a ser construída...

Muitas vezes, quando se é voluntarioso e há dinheiro para fazer o que tarda a ser feito, pretende-se passar sobre as regras que nós próprios havíamos definido. Não podiam contar comigo para isso.

*

No dia 10 de Março recebi o Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, o Eng. Daniel Branco que era, também, Presidente da Câmara de Vila Franca de Xira. Membro importante do Partido Comunista Português, não trazia a ideologia para as reuniões. Muito pragmático e sabedor ia directamente aos assuntos e mostrava-se construtivo na procura de soluções.

Queria ver de que modo se poderia financiar a Junta tanto para programas de actividades, projectos e estudos como no que respeitava a investimentos propriamente ditos. Gostaria de celebrar contratos-programa nos quais as obrigações das partes ficassem bem explicitadas; mas pretendia que houvesse um contrato-programa “chapéu” ao abrigo do qual todos os outros fossem assinados. Comunicou-me que o seu programa de actividades já estava aprovado; poderíamos passar à fase seguinte quando eu achasse oportuno. Já haviam constituído grupos de trabalho para as áreas prioritárias a apoiar tanto pelos fundos estruturais como pelo fundo de coesão.

Eles tinham feito um levantamento exaustivo dos projectos no que respeitava à rede viária e outras infra-estruturas de transporte, habitação e equipamentos colectivos. Estimava que fossem necessários oito milhões de contos para es-

tudos e duzentos milhões para o saneamento básico, a que davam prioridade; para os transportes precisavam de 215 milhões e para a habitação e equipamentos 260 milhões. Já íamos em 700 milhões, para as primeiras impressões. Pedi-lhes para fazer o exercício ao contrário: seriar cada grupo de empreendimentos por ordem de prioridade; iríamos até onde houvesse meios. Mas, realmente, a urgência indicava as ETAR e a estação de tratamento de resíduos sólidos como as primeiras a realizar. Já havia Associações de Municípios constituídas e tinham visto as localizações da incineração, dos centros de compactação e dos aterros sanitários. No campo dos transportes a urgência ia para os terminais e centros de coordenação de transportes e para as interfaces entre modos distintos. Disse-me que já haviam estabelecido contactos para terem encontros com os Comissários Millan, Schmidhuber e João de Deus Pinheiro. Eles gostavam muito de ir a Bruxelas e os comissários não estavam em posição de dizer que não os receberiam. Mas, na realidade, tudo se decidiria em Lisboa. Pretendiam uma nova sede no Palácio da Rosa que teria de ser adaptado às novas funções. Perguntou-me se já havia qualquer estudo de impacto funcional da nova ponte, quer dizer um estudo dos fluxos de tráfego estimados.

Estavam ocupados com a elaboração de um Plano Director de Tratamento de Resíduos Sólidos, em articulação com o Ministério do Ambiente. Recomendei que fosse no quadro desse plano que se fizessem propostas de empreendimentos. Era sempre indispensável saber-se para onde íamos. A rede de ETAR deveria ter um enquadramento institucional que permitisse fazer a sua coordenação. Perguntei-lhe se não tencionavam mandar elaborar uma matriz Origem/Destino dos movimentos na Área Metropolitana de Lisboa, uma vez que o último havia sido realizado em 1968. Tinham pensado nisso, mas ele custava 4,5 milhões de contos; disse-lhe que talvez se pudesse fazer um menos dispendioso e que apoiasse as grandes decisões acerca do sistema de transportes; recomendei que pensassem nisso porque se tratava de um instrumento de decisão fundamental; pareceu-me a verba exagerada...

Como se pode ver, ele sabia o que queria e as prioridades que havia que dar às coisas. Desapareceu da “circulação”... Nunca mais soube do seu paradeiro. E, todavia, era competente.

*

No dia 10 de Março fui almoçar com o Prof. Michael Porter, que estava em Lisboa para realizar um estudo sobre a Economia Portuguesa. Era um académico bem-disposto, entusiasta e, manifestamente, com uma cultura que ultrapassava, largamente, a esfera da Economia. Sabia que eu tinha a tutela da Ciência e Tecnologia. Queria saber qual era a orientação que eu estava a dar ao nosso programa nesse domínio. Esteve muito de acordo com a importância que eu dava à formação de redes (“networks”) entre instituições científicas, entre elas e as empresas e entre estas. Sublinhou a importância que tinha para o progresso a cultura das empresas. Com unidades que valorizassem o conhecimento e a sua aquisição em permanência, ir-se-ia mas depressa. Atribuía muita importância à criação de elites, em todos os domínios: na academia, nas empresas, nas associações... em toda a parte. Achava que nós deveríamos premiar a qualidade e adoptar uma postura de “selective radicalism”. Só dessa forma se avançaria à velocidade necessária.

*

Ao contrário do que certa imprensa da época gostava de insinuar, ou mesmo de dizer, o Governo preocupava-se com o sector da Cultura e com o que nele se passava. Escuso de invocar a construção do Museu de Serralves para lembrar que esse interesse vinha desde o 10.º Governo, durante o qual foram feitas numerosas reformas. Mas, em Março de 1993, as circunstâncias eram outras, convindo actualizar posições e redefinir políticas. Tinha havido uma progressiva diluição do papel do Estado, havendo surgido novos actores institucionais que desempenhavam o seu papel a contento. Eu lembrava-me bem dos anos 60. em que o surgimento da Fundação Calouste Gulbenkian havia representado a entrada em cena de um parceiro privado que muita gente considerava como o verdadeiro Ministério da Cultura, tal era a exiguidade de verbas de que dispunham os governos de então para animar o sector. Importava-nos que se preservasse activamente a identidade nacional e que se considerasse o vector cultural como factor de desenvolvimento. Para isso deveria fazer-se o mapeamento dos equipamentos e ver quais eram as áreas com maiores carências. Não precisava o Estado de ser o actor exclusivo; as Câmaras e muitos outros agentes poderiam muito bem assumir a sua quota-parte de

responsabilidades. Para nós a Cultura havia deixado de ser uma repartição que funcionava em Lisboa, para Lisboa e por causa de Lisboa. Isso deveria ser apercebido por todos os Portugueses, morassem eles onde fosse.

Já referi, nestas memórias, a importância que atribuo aos arquivos. Pelos locais por onde tenho passado – tutela das Autarquias Locais, instâncias regionais, associações empresariais... – preocupa-me sempre acautelarem a documentação existente. É ela que permitirá escrever a história das instituições. Por isso, insistia sempre, por maioria de razão, em que os arquivos com importância nacional fossem, mais do que acautelados, mantidos em condições de serem explorados.

O nosso património móvel está espalhado por todo o País. Algumas grandes exposições de importância nacional têm permitido restaurar umas tantas pinturas, esculturas, mobiliário e até mesmo tecidos. De particular relevo tem sido a imaginária recuperada. Mas, até ao princípio da década de 90, as oficinas de restauro encontravam-se em Lisboa; o Instituto José de Figueiredo tem vindo a desenvolver grandes competências no sector. Mas, no resto do país, tirando alguns restauradores particulares de formação e de experiência muito variáveis, não há nada! Era importante que houvesse.

A área da leitura e do livro preocupavam-nos particularmente. O número de livrarias que fechavam era apreciável. Mesmo sabendo-se que, nos centros comerciais, abriria uma ou outra pertencente a cadeias nacionais ou internacionais, a verdade é que tinham vindo a fechar muitos estabelecimentos com um papel de relevo na cultura das populações; a questão era mais grave nas pequenas povoações. As bibliotecas municipais ainda não estavam na primeira linha das preocupações das Câmaras.

Hoje (2016), há muitas Autarquias que investem no sector da Cultura e com resultados muito interessantes sobre a população. Mas, em 1993, as prioridades eram outras e elas entendiam que isso não era da sua competência. A situação tem vindo a melhorar de modo expressivo. Ainda há debilidades evidentes na área do teatro ou da ópera; mas na música, por exemplo, os avanços têm sido notáveis.

Preocupava-nos, também, o ritmo a que se recuperavam os monumentos e palácios. O sector do Turismo veio ajudar bastante nesse domínio. Mas, não dispondo da riqueza monumental da França ou da Itália, a verdade é que temos muito património e ele está desacautelado.

O PRODIATEC tinha vindo ajudar muito a alterar a situação. Induziu novas acções por imitação e isso tem sido bom. Interessava-nos muito reforçar o mecenato. Havia uma nova lei a regulá-lo. Era preciso generalizar mais a sua aplicação.

Por outro lado, a área da Cultura criava emprego em domínios especiais que havia que fomentar. Mas era preciso dar mais visibilidade à política cultural. Um domínio difícil era o da língua, nomeadamente como dimensão da nossa política externa. Havia quem temesse os efeitos de uma supra-nacionalidade dissolvente e, por outro lado, a acentuação radical de certos regionalismos como era o caso dos Açores. Os dois aspectos deveriam merecer atenção. Dávamos muita importância ao papel do Instituto Camões que ambicionávamos ver comparado às grandes instituições congéneres europeias (British Council, Alliance Française, Instituto Cervantes, Goethe Institut, etc.). Era preciso ajustar a sua forma institucional, os seus métodos de trabalho e a sua imagem. Mas tudo isso requeria meios financeiros acrescidos.

Uma coisa era certa. A área da cultura preocupava-nos a todos nas suas múltiplas dimensões e como factor da realização pessoal de cada um.

*

Eu havia prometido passar mais algum tempo com os Deputados portugueses no Parlamento Europeu e cumpri. Fui a Bruxelas de propósito, passando com eles toda a manhã do dia 19 de Março. O assunto era o mesmo da reunião anterior: o Plano de Desenvolvimento Regional que serviria de base à negociação do II Quadro Comunitário de Apoio. Desta vez, intervieram os seguintes Membros do Parlamento: Cunha Oliveira, Luís Marinho, José Apolinário, Torres Couto e Mendes Bota.

O PDR ia alterar a base económica e modernizar o País e um deles achava isso bem. Mas dever-se-ia ter mais em conta o Interior, estimulando o crescimento dos seus centros urbanos. E o que é que estava previsto em matéria de mudança de mentalidades? A Educação e a Formação dos jovens deveriam curar disso. E o que é que se iria fazer, nesse particular, com a restante população que representava um peso enorme em relação ao desenvolvimento do País? Era preciso actuar de modo a que as pessoas aceitassem a mudança. Mas tinha de se lutar contra a uniformização; uma maneira possível de o fazer seria através da recuperação

dos monumentos, “impressões digitais de oito séculos de História”... Deveriam ser consultados os Governos Regionais dos Açores e da Madeira, mas eles não eram os únicos representantes das populações insulares; a auscultação deveria alargar-se às Câmaras de Comércio, às Associações de Agricultores e a outros representantes dos interesses regionais. A modernização do tecido produtivo e a competitividade pareciam ser o grande contributo do PDR; mas a questão do emprego era fundamental. O voluntarismo não conduziria à defesa de um modelo de desenvolvimento muito rígido? E não se estava a dar à banca um protagonismo demasiado? Parecia haver uma fé excessiva na lógica do mercado. Seria possível definir um quadro com as vantagens comparativas de Portugal? E haveria lugar para a intervenção do Estado numa perspectiva correctora do mercado? No que tocava à participação, como é que o Governo olhava para a intervenção do Comité das Regiões, recentemente criado? Aliás, como é que o Governo entendia que se deveria fazer a representação das colectividades locais portuguesas no Comité das Regiões? A Educação e a Formação deveriam constituir preocupações fundamentais. Dever-se-ia atender à formação e à reciclagem dos professores. O Deputado que fazia esta recomendação afirmou que os professores nunca haviam sido envolvidos na reforma do sistema educativo! E haveria apoio para o sector da Saúde? O que é que eu me propunha negociar a esse respeito? Em relação aos programas transfronteiriços já havia sido acordado o quadro de cooperação com Espanha? E como assegurar, no sector do Turismo, a qualidade e a imagem? Deveríamos dar grande atenção ao transporte ferroviário e, especialmente, à travessia do Tejo (o Deputado era algarvio!...). E as ligações ferroviárias Norte-Galiza e Algarve-Andaluzia?

Um outro estava de acordo com a opção de valorizar mais os recursos humanos do que as infra-estruturas. A exigência de apresentação dos planos estratégicos era boa, mas poderia induzir bloqueamentos burocráticos e calendários desadequados. As crises eram sempre globais; não havia “núcleos” de crises; por isso deveríamos estar preparados para enfrentar aquelas. Não poderíamos hesitar em orientar os empresários portugueses, porquanto havia muitos deles fora das associações, não podendo ser alcançados através destas; aliás, era preciso ter cuidado em relação a estas; havia uma necessidade de grande difusão de conheci-

mentos e de simplificação de procedimentos. Propunha a criação de uma “task force” para se encarregar da extensão empresarial, a nível regional. Dever-se-ia dar atenção especial ao “marketing” e à criação de marcas. Conviria definir factores de mobilidade crescentes; não chegavam as economias externas; as pessoas eram fundamentais em qualquer empresa; daí a importância da Educação e Formação. O nosso sistema de ensino tinha distorções graves que era preciso corrigir, particularmente no domínio da matemática, da física e do inglês. A capacitação dos trabalhadores deveria figurar em primeiro lugar nas nossas preocupações. A habitação era um estrangulamento grave; merecia prioridade; as casas actuais traduziam um modelo muito rígido de localização das habitações e isso não era conveniente para os trabalhadores.

Um outro Membro do Parlamento voltou com a conveniência da definição de quotas regionais para a distribuição dos fundos comunitários a que eu já tinha dito que não, na sessão anterior. Se não as definíssemos ao menos deveríamos publicar números indicativos. Visava uma sociedade mais equilibrada; por isso, preocupava-o a desertificação de algumas regiões. Achava que não se deveria apostar tudo no revigoramento das cidades intermédias; recusava o abandono do conceito de vida rural que gostaria de ver perdurar. Disse mesmo que deveria haver uma aposta na ruralidade. A grande assimetria, em Portugal, estava nas pessoas e no interior e não no estilo de vida.

Como se pode ver pela “toada” quase só falaram membros da Oposição. E o único do partido do Governo veio com propostas um tanto originais. De qualquer forma, cumpri a minha promessa de prolongar a discussão até se esgotarem os temas.

*

Quem se dedicar ao desenvolvimento ou ficar com encargos na sua promoção, não pode deixar de se interessar pela política agrícola. Eu devo dizer que isso não reclamava de mim nenhum esforço especial, porque eu sempre gostei de acompanhar o sector. Em fins de Março de 1993 participei numa discussão sobre o tema. Em Portugal, os anos 70 haviam representado um grande retrocesso no sector. A emigração, em conjunto com a guerra em África, tinham imposto um êxodo de muita gente que não voltou a trabalhar mais na terra. A população

activa no sector primário seria, nessa altura, à volta de 12%; em países como o Reino Unido isso aconteceu há muitas décadas, mas, entre nós, representava o ponto mais baixo de uma evolução descendente acentuada. Praticávamos uma agricultura, em grande parte, de subsistência. Na realidade, não era uma actividade económica moderna; se comparássemos o nosso uso de fertilizantes com o da Holanda, verificávamos que usávamos cerca de um quinto do que eles faziam; eles, por causa disso, confrontaram-se com outros problemas (eutrofização das águas subterrâneas, por exemplo) mas, em termos de produtividade, não havia comparação possível.

Estava a assistir-se, contudo, a uma evolução, no sentido positivo, da dimensão média da propriedade; em 1980 ela era de 5 hectares e em 1987 de 7; o que estava a representar uma mudança rápida... Mas ainda estávamos no domínio do minifúndio. A política de preços do Governo do bloco central havia sido muito inconveniente, nas vésperas da adesão à Comunidade Europeia; tinham aumentado o preço dos produtos e não o preço dos factores; ora isso não contribuiu para uma racionalização da produção. As fronteiras estavam abertas para os “écus”, mas não para os produtos agrícolas europeus. Por isso, desde 1986, se tinha começado a privilegiar a reforma estrutural do sector. Procurou-se estimular a grupagem das superfícies cultivadas e ir acabando com o proteccionismo.

Tinha-se apoiado a aquisição de maquinaria agrícola, talvez demasiadamente. Mas, quando os vendedores de máquinas sabem que há subsídios conseguem vender o que o agricultor precisa e aquilo que ele o convence de que virá a precisar... Dever-se-ia ter olhado mais para as explorações numa perspectiva integrada; mas, para isso, era preciso dispor de técnicos muito preparados e espalhados por todo o território. Havia, manifestamente, incapacidade empresarial no sector (O que felizmente não se verifica hoje em muitos domínios, de que são exemplo a vinha, as oliveiras e o montado de sobro). Deveríamos aplicar-nos na industrialização das frutícolas (O que já acontece, largamente, hoje). E diversificar os produtos do sector dos laticínios (A Universidade de Rennes, que apoia a grande bacia leiteira da Bretanha, aplica-se continuamente a inventar novos produtos que facilitem a vida das donas de casa e sejam populares junto das crianças...). Mas estava-se a assistir a uma evolução no sentido de aumentar a capacidade de

concorrência e aumentar a competitividade. Mas isso fazia-se muito através da subsídio (cerca de 49%) que era acompanhada de endividamento, porque os agricultores estavam largamente descapitalizados.

Era preciso diversificar muito os instrumentos de actuação para conseguir fazer a modernização. Para complicar as coisas tinha havido uma reformulação da PAC (Política Agrícola Comum) que, como sempre, não tinha sido orientada para responder aos problemas da periferia, mas, para resolver os dos agricultores do núcleo fundador da Comunidade Económica Europeia. Algumas coisas estavam, todavia, a correr bem no mundo rural. A aplicação do projecto LEADER; a construção de uma rede de mercados abastecedores; a realização de projectos hidro-agrícolas de fins múltiplos, alguns com dimensões apreciáveis... Mas devia-se continuar a investir na rede de infra-estruturas que serviam as zonas rurais (caminhos agrícolas e caminhos rurais) e na modernização das explorações agrícolas. A floresta era (e é ...) um nosso recurso incontestável mas precisa de ser olhado como tal. A transformação e comercialização dos produtos agrícolas e florestais tinha de ser incentivada, apostando sempre na qualidade. Era evidente que se devia dinamizar a investigação, o desenvolvimento experimental e a organização do sector (Já me tenho referido a alguns bons exemplos como a Estação de Melhoria de Sementes de Elvas, ou a Estação ligada à fruticultura em Alcobaça e outras ligadas à vinha). A administração do sector tinha que ser toda repensada (Já me referi ao “exército” de funcionários em serviço no Alentejo...). Tinha que se olhar com determinação para o problema da constituição de agrupamentos de produtores, sempre tão avessos a qualquer forma de associativismo.

Havia, por outro lado, os problemas relacionados com o Ambiente. A poluição causada pelos suínos era imensa; equivalia à originada por seis milhões de habitantes! Eu próprio havia sido confrontado com casos gritantes neste domínio, como era o da barragem da Bravura, completamente inutilizada para o abastecimento doméstico por causa das pocilgas da Serra de Monchique. Os ambientalistas estavam a começar a sua campanha a favor da agricultura biológica. Foi um nicho que se começou, então, a desenvolver. E estavam muito preocupados com a desertificação de algumas zonas; e tinham razão, nomeadamente nas áreas florestais.

Os comerciantes ligados aos produtos agrícolas queixavam-se muito acerca do papel das grandes superfícies. Mas, manifestamente, não tinham grande razão; os canais alternativos a essas grandes unidades eram longos, pouco eficientes e, portanto, mais caros; e o consumidor não queria pagar esse sobre-custo. A comercialização dos produtos agrícolas era um ponto fraco de todo o caminho desde a terra até ao consumidor final. Mas não estávamos a ver que se modernizasse muito!...

Decididamente, o sector agrícola era importante pelo número dos envolvidos e pelo seu peso político (Veja-se na Europa!...). Os subsídios eram irracionais, mas a situação nos Estados-Unidos era pior do que na Comunidade Europeia. Deveríamos estar atentos a alguma subsidiação; o problema era fazê-la nos sub-sectores certos e da forma certa. Eu era de opinião que deveria haver um observatório permanente para ajudar os decisores a fazerem o “fine-tuning” em permanência, porque isso é indispensável, face à componente social e política do sector, mas, também, face à dimensão económica que ele apresentava.

Eu insistia, particularmente, em que se aproveitassem as virtualidades das organizações interprofissionais que juntassem à mesma mesa os produtores e os comerciantes sob a arbitragem do Estado ou de uma entidade independente. Consegui fazer isso no Douro e para o vinho. Deveria ser possível fazê-las noutras partes do país e para outros produtos.

*

No dia 24 de Março tive uma interessante conversa com o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Dr. Paulo Teixeira Pinto, a respeito da Imprensa Nacional – Casa da Moeda. A fusão das duas entidades tinha tido lugar em 1972. As nossas notas não eram impressas na Casa da Moeda, mas as de Macau e as dos PALOP sim. Tratava-se de uma obstinação do Banco de Portugal que não queria lá mandar fazer as notas. Os selos haviam deixado de lá ser impressos em 1985. Por outro lado, assistia-se a uma redução das encomendas de moeda metálica.

Sucedia que, em alguns ministérios, com maior produção gráfica, havia uma espécie de “mini-imprensas” que concorriam com a actividade da Imprensa Nacional. Esta tinha meios para fazer face a todos esses encargos; o que era preciso era haver coordenação entre quem encomendava e quem executava; ora a coordena-

ção é a função que os Portugueses menos gostam de praticar; o individualismo e a autonomia é que “são a sua praia”, como agora se diz.

Nessa altura, o Estado devia à Imprensa Nacional quase um milhão de contos! E o capital estatutário desta era baixo (700.000 contos) para tantos encargos e dívidas. Ela dispunha de um terreno em Albarraque que estava disponível e que, em seu entender, deveria ser vendido, porque toda a produção se passava no bonito edifício da Rua da Escola Politécnica onde, nos diversos andares, ela tinha lugar. O que não tinha havido era uma racionalização do “lay-out” das oficinas e isso encarecia a produção e não facilitava a rapidez com que tudo deveria ser feito. Assim, ele sugeria que fosse constituída uma distribuidora ao lado da INCM e que dela se servissem todas as editoras do Estado que são numerosas e dispersas. Novamente, a necessidade de coordenação!... A Editora associada à INCM deveria funcionar como um órgão de prestígio que desempenhasse devidamente o seu papel de projecção da Cultura Portuguesa.

Havia, também, um importante Museu Numismático Português. Faria mais sentido que ele estivesse na tutela do Instituto Português de Museus, mas as instituições, em geral, são muito ciosas do património que acumularam ao longo do tempo e reagem sempre, com veemência, a qualquer tentativa de desapossamento.

A fusão operada em 1972 merecia ser repensada. O Estado não deveria ter empresas suas a concorrer com o sector privado. A Imprensa Nacional deveria ser uma empresa pública; a Casa da Moeda, não. Por outro lado, o Conselho de Administração da INCM tinha cinco membros. Julgávamos que três deveriam chegar. Mas estes “emagrecimentos” nunca são populares...

À Casa da Moeda competia, ainda, fazer a contrastação de metais preciosos, o que representa uma tarefa da maior importância, num país que sempre trabalhou o ouro e a prata com competência invulgar.

Ele veio falar comigo para ver se eu o apoiava nesta operacionalização da racionalização que pretendia promover. Ela pareceu-me fazer todo o sentido. Mas, pelos vistos, não foi feita, porque hoje está tudo na mesma! Fazer mudanças, em Portugal, nunca é fácil!

*

Era manifesta a incapacidade de gestão de muitas cooperativas, nomeadamente das de habitação. E, todavia, elas eram importantes para resolver um problema ingente; as cooperativas haviam provado ser um instrumento adequado para resolver a questão em relação à classe média, com alguma poupança e rendimentos suficientes para fazer face aos empréstimos que teriam de contrair. Eu gostaria de alargar o seu campo de actuação, mas fazê-lo de modo sólido. Por isso, pedi ao presidente do INSCOOP para fazer uma auscultação para ver como é que elas reagiriam à organização de cursos curtos sobre rudimentos de gestão, a dar em localidades onde houvesse uma concentração expressiva de cooperativas ou da intenção de as constituir. No despacho que tivemos em 24 de Março disse-me que elas haviam respondido que se o ministro lhes arranjasse mais dinheiro, este seria bem-vindo; relativamente aos cursos não estavam para aí virados...

Estava na nossa ideia promover uma revisão do Código Cooperativo no sentido de conferir maior dimensão empresarial às cooperativas. Ele tinha auscultado a CONFAGRI a esse respeito e a resposta havia sido muito positiva. De modo que lhe pedi para ir analisando com os seus técnicos a maneira de preparar uma proposta de lei ou de autorização legislativa, nesse sentido. Depois se decidiria por qual delas optaríamos, em função da carga de diplomas que houvesse em apreciação no Parlamento.

A comercialização dos produtos agrícolas preocupava-nos a todos como já dei notícia em páginas anteriores. Mas as respectivas cooperativas não davam mostras de se quererem modernizar. O presidente do INSCOOP propôs-me encontrar formas de apoio (leia-se subsídios...) para algumas cooperativas irem à FIL (Feira das Indústrias de Lisboa) - FILCOOP - para se realizar uma meia dúzia de palestras sobre o tema e para suportar uma secção da exposição a realizar em Novembro seguinte orientada para as “embalagens”, novos materiais para acondicionamento dos produtos, máquinas de calibração e técnicas de grupagem. Pedi-lhe para avaliar de quanto estávamos a falar.

Os países da CPLP continuavam a dar mostras de grande interesse pelo apoio que lhes dávamos na área do cooperativismo. Iria haver o 2.º Encontro Cooperativo dos Países de Língua Portuguesa. As Nações Unidas (PNUD) contribuía

com meios para esse encontro. Pedi-lhe para ele ver se seria possível realizá-lo aquando da FILCOOP, a que atrás me referi. Era importante provocar sinergias entre todas as nossas iniciativas.

Em 1993, o Dia Mundial da Cooperação competia ao sector das Cooperativas de Habitação. Seria organizado pela FENACHE que, muito justamente, havia escolhido Matosinhos para o fazer. Ficou logo combinada a data.

A cooperação com Espanha e com o Maghreb, na área do cooperativismo, ia andando muito bem. Queriam realizar um encontro em Portugal. Recomendei que envolvessem o Instituto Superior de Agronomia e o Politécnico de Santarém e o fizessem metade em Lisboa e outra metade em Santarém e que não deixassem de convocar estudantes daquelas duas instituições, tanto para a discussão como, especialmente, para a organização da reunião.

Iria haver, em Lisboa, um seminário com institutos europeus ligados à economia social. Era promovido pelo Clube Europeu de Economia Social e teria como entidade de acolhimento o Montepio que é uma organização mutualista. O tema principal seria o elenco das principais componentes de um programa de formação para dirigentes cooperativos.

Assegurei o meu apoio e a minha presença. Tomei nota das datas de realização.

*

Em fins de Março de 1993 o Ministro das Finanças incentivou-nos a todos nós a reduzir o número de funcionários o mais que pudéssemos. Era importante fazer baixar as despesas correntes. Tinha esperanças de que os Directores-gerais pudessem fazer escolhas, mas as operações dolorosas deste género acabam sempre por ir bater à mesa dos Ministros. Ele comunicou-nos os números, ministério a ministério, dos que tinham de ir para o Quadro Interdepartamental de Excedentes. O que devia enviar mais era o da Defesa Nacional (5.900), mas isso envolvia os três ramos e mais os serviços centrais; seguia-se o Ministério da Educação, com 1845. Surpreendentemente para mim, o que teria de dispensar menos era o da Saúde (103). A mim couberam-me 325, somando os lugares centrais e regionais. Estavam alguns ministérios em reestruturação. Mas ele insistia em que a redução dos quadros deveria ter lugar logo de seguida, sem esperar pelas reestruturações. Eu antevi logo o que me iria esperar ...

*

A situação económica internacional tinha-se agravado, seriamente, ao longo do segundo semestre de 1992. O atraso na ratificação pela Dinamarca do Tratado de Maastricht tinha tido as suas consequências, nomeadamente no campo da turbulência monetária. A recuperação estava a ser lenta e modesta. O pior era que se instalara a chamada “psicologia de crise” que não ajudava nada os países e as empresas a reerguerem-se. Não víamos que houvesse grande saída que não fosse pela via de uma reestruturação profunda do tecido produtivo. As “prime-rates” vinham a baixar de forma contínua mas, curiosamente, as taxas de curto-prazo mantinham-se muito elevadas; os empresários queixavam-se disso. Deveríamos dar grande atenção ao sector do Comércio Externo e ao da Agricultura porque não estávamos a exportar o suficiente mas importávamos mais do que devíamos e podíamos. Tínhamos informações acerca de uma grande iniciativa que a Comissão Europeia iria tomar para facilitar o relançamento da economia europeia. Privilegiar-se-ia o investimento. E nós estávamos preparados para fazer a nossa parte; o nosso PDR estava praticamente pronto (mas só deveria ser entregue mais tarde, possivelmente em Julho) e tínhamos adquirido experiência com os sistemas de incentivos às empresas, estando em posição de fazer mudanças para assegurar um funcionamento mais adequado dessas ajudas.

*

Em Março de 1993 decidiu-se produzir um documento fazendo o balanço de “Sete Anos na Comunidade Económica Europeia”. Entretanto, prosseguiram as negociações para o alargamento à Áustria, Finlândia, Noruega e Suécia. Como era hábito, neste género de negociações, tudo o que punha poucos problemas já estava negociado e fechado; os temas mais difíceis continuavam a “patinar”...

O regulamento provisório do Fundo de Coesão tinha sido aprovado bem como o do Fundo EFTA, este tal como nós desejávamos que fosse. Os outros regulamentos estavam em vias de conclusão. Asseguravam-nos a duplicação do que havíamos tido. Mas a Comissão queria um reforço da transparência e do rigor na aplicação dos fundos, o que nós achávamos bem. Admitíamos que a negociação

viesses a ser mais difícil do que em 1988, mas nós também tínhamos muito mais experiência. Era natural que o Parlamento Europeu quisesse ter uma intervenção maior, nomeadamente quanto ao acompanhamento dos processos; queriam mesmo fazer uma análise periódica da aplicação dos fundos. Era a reprodução, neste sector, daquilo a que eu já tinha assistido e mesmo interpretado no sector da Ciência. No domínio dos fundos estruturais havia 6 grandes objectivos (1, 2, 3, 4, 5a) e 5b); mas alguns insistiam em desdobrar o Objectivo 1. No regulamento do fundo social estavam previstos apoios à mutação industrial, particularmente em relação aos seus efeitos sociais. Haveria um fundo específico para as pescas. E as iniciativas comunitárias ainda oscilavam (em Março de 1993) entre 5 a 10% dos fundos estruturais; viria a fixar-se em 10%, apesar de alguns Estados dizerem que não aceitariam nem mais um cêntimo acima dos 5%!... Os regulamentos previam uma acentuação do chamado “partneriat” com as regiões e as autarquias locais; nós já o vínhamos praticando há muito, internamente. Não apreciávamos nada os contactos directos desses dois níveis da Administração com a Comissão; esta exibia uma tendência irreprimível para ser a parente boa, deixando o papel de pai disciplinador para os governos dos Estados-membros. Os regulamentos, estimávamos, nunca seriam aprovados antes de Junho de 1993, o que nos impacientava um bocado. Era por isso que nós achávamos um tanto precipitado apresentar o nosso PDR antes de Julho. Parecia-nos mais prudente aguardar pela aprovação dos regulamentos... não fosse o diabo tecê-las...

Havia uma pressão muito grande para a redução da produção de CO₂; isso tinha repercussões em muitos sectores e empresas e, em particular, nos transportes. Nas mutações industriais nós valorizávamos muito a questão do desemprego; é que este iria aumentar, com as repercussões sociais que se seguiriam. Os “dossiers” da imigração e da livre-circulação estavam a marcar-passo. Daí a uns dias, no dia 1 de Abril, iria começar a funcionar o Mercado Único, em matéria de agricultura; havíamos acautelado muitas coisas, mas deveríamos estar preparados para o inesperado; daí a importância do acompanhamento.

*

O lançamento de medidas que minorassem as consequências dos fogos florestais continuava a ocupar-me. Em 25 de Março tive uma reunião com o Secretário de Estado da Administração Interna e com os Directores-gerais do Desenvolvimento Regional e das Florestas. O nosso objectivo, nessa reunião, era ver como se havia de dinamizar a constituição e a intervenção de associações dos proprietários florestais. Tinha de se começar por produzir legislação para a formação de agrupamentos de proprietários; sem ela, não deveria haver qualquer espécie de subsidiação. As Câmaras Municipais poderiam ter, nessa dinamização, um papel de liderança. O manual que tinha sido encomendado para servir de orientador na criação e operação desses agrupamentos estaria pronto muito em breve, foi-me prometido. Deveriam ser fixadas áreas mínimas de gestão (Posteriormente foi fixado o limiar de 25 hectares mas tenho ouvido recentemente – 2016 – recomendações a aconselhar 100 hectares...). Para as constituir deveria haver brigadas concelhias que funcionassem de modo integrado, atendendo a todas as vertentes da questão. Havia acordo generalizado em relação às zonas prioritárias – o Pinhal e o Vale do Tâmega – por causa da sua riqueza florestal e do domínio do minifúndio. Nos baldios, as unidades de gestão viáveis deveriam ter, pelo menos, 500 a 600 hectares. Deveria ser obrigatória a elaboração de planos de gestão da floresta. Nesse ano já haviam sido apresentados projectos candidatos a apoios comunitários num valor que ultrapassava 1,3 milhões de contos. Havia, portanto, procura para a florestação. Ela teria de ser bem-feita!

Quanto ao combate aos fogos florestais, sobre o qual também falámos, era entendido que o equipamento aéreo mínimo era de quatro helicópteros de turbina que deveriam ficar sediados na Guarda Nacional Republicana. Eles seriam elegíveis para um auxílio comunitário.

Como se vê, já nessa ocasião se começava a actuar sobre a prevenção dos fogos, tratando de instalar florestas viáveis e preparadas para virem a dispor de uma gestão competente.

*

Eu já havia feito numerosos contactos relativamente à preparação do Plano de Desenvolvimento Regional que iríamos apresentar em Bruxelas e que constituiria a base para a negociação do 2.º Quadro Comunitário de Apoio. Os resumos dos diversos encontros estão referidos no capítulo sobre Planeamento e Desenvolvimento Regional. Mas o Primeiro-Ministro queria ouvir um grande grupo de “Senadores”, cuja lista de nomes combinámos em conjunto. Convidámos-os para um encontro no Instituto Nacional de Administração, ao tempo instalado no Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras, onde eu costumava fazer algumas reuniões. Ele teve lugar no dia 30 de Março. O Primeiro-Ministro agradeceu e enunciou o que pretendia: ouvir a opinião dos presentes acerca de quais eram as grandes questões nacionais e as recomendações que faziam em relação aos sectores específicos que entendessem. Participaram as seguintes personalidades: os Profs. Carvalho Rodrigues e Ricardo Bayão Horta, a Dra. Manuela Morgado, o Dr. Joaquim Aguiar, os Profs. Pires Santana e António Xavier, o Eng. Cardoso e Cunha, o Prof. José Tribolet, a Dra. Ana Vicente, o Comandante Virgílio de Carvalho, o Dr. Francisco Lopes dos Santos, o Prof. Manuel Braga da Cruz, o Dr. Nuno Vitorino, os Profs. Fraústo da Silva, Jorge Gaspar, Marcelo Rebelo de Sousa e Eduardo Catroga, o Eng. Viana Baptista, a Dra. Helena Vaz da Silva, os Drs. Vasco Pereira Coutinho e João Salgueiro, o Prof. Francisco Avilez, o Eng. Roberto Carneiro, o Dr. Salgado de Matos, o Prof. José Manuel Viegas, o Eng. Melo Franco, o Dr. Vasco Graça Moura e o (então) Tenente-Coronel Pinto Ramalho. Resumirei o que disseram sem mencionar quem disse o quê:

O primeiro a falar abordou o tópico da Ciência e Tecnologia. Referiu tratar-se de duas escolhas em paralelo; ironizou dizendo que se tratava da teoria da relatividade generalizada, mas que, sem ela, não teria havido telecomunicações por satélite... Os grandes avanços feitos na biotecnologia, nomeadamente no domínio do DNA tinham sido rupturas levadas a cabo por homens revolucionários. Os Estados haviam financiado a “revolução” (leia-se, a ciência). Poderíamos ambicionar gerar uma parcela dessa revolução. Na realidade, tratava-se de apoiar a investigação para a revolução. Tinha que se evoluir! Se não evoluíssemos mor-

reríamos (Darwin). Estávamos com pendor para financiar a revolução, promovendo a competição na revolução, investindo na revolução. Para isso deveríamos manter a competitividade nos “nichos”; mas isso reclamava grandes laboratórios, nomeadamente o reator português de investigação que estava em Sacavém. Fechá-lo-íamos ou mantê-lo-íamos aberto? Deveríamos contemplar a instalação de laboratórios competitivos, na nossa reestruturação. A legislação que tínhamos não dava para reestruturar, porque não estava baseada em escolhas individuais. Admitia-se que, pelo facto de serem Portugueses, eram bons e, na prática, as coisas não se passavam assim. Era preciso fazer escolhas. Mas importava, antes do mais, assegurar a coesão dos Portugueses.

O 2.º PDR representava a oportunidade para proceder à mudança estrutural do País. Os recursos deveriam ser aplicados de tal forma que não viéssemos a precisar de um novo impulso. Tratava-se de criar uma força motriz permanente. A aposta nas pessoas seria a forma de criar essa força. Para isso deveríamos equilibrar a “pirâmide das formações”: tínhamos um topo estreito e uma base muito básica; a grande aposta deveria ser encher o meio da pirâmide. Tinha que se generalizar o 11.º ano de escolaridade; teria de ser o mínimo em todos os sectores. Naquele momento, tinha-se criado um ambiente no qual a juventude se sentia “descartada” da sociedade se não fosse para a universidade; ora, todos eram válidos, mas nem todos podiam nem deviam entrar na universidade. Podia-se contratar as universidades para formar quadros médios de que estávamos necessitados. A Educação nunca estava acabada; deveria acompanhar-nos ao longo de toda a vida. Quanto à Ciência e Tecnologia, deveríamos concentrar-nos no fomento da “inovação acrescentada”, pondo as infraestruturas científicas ao serviço das actividades económicas. O grande salto seria conseguir que os projectos de investigação passassem a ser comandados a partir de fora dos laboratórios ou gabinetes onde se faziam (quer dizer a partir das empresas). Na formação dos recursos humanos que apoiava, deveria haver uma interpenetração da C&T com o tecido económico. Isso é que geraria a tal força motriz. Na formação profissional a reciclagem era fundamental. No ano 2000 (Estávamos em 1993), 50% das tecnologias que iriam ser usadas ainda não estavam em operação, mas 50% da mão-de-obra que as utilizaria já cá

estava! Por isso teria de ser reciclada. Os portos estavam esquecidos, sendo urgente reabilitá-los e modernizá-los. A nossa energia era cara e pouco diversificada. As telecomunicações precisavam de um grande impulso. No domínio do Ambiente deveríamos ser muito equilibrados; se fôssemos demasiadamente depressa criaríamos desvantagens competitivas à nossa economia, mas se o fizéssemos muito lentamente faríamos despertar desvantagens de outro género. Por isso, deveríamos ser gradualistas, não criando desvantagens comparativas naquele momento ou no futuro. Era um problema muito delicado.

A terceira interveniente começou por alertar para o risco da grande dispersão de meios. Deveria haver alguma concentração, em grandes projectos que potenciasses as iniciativas privadas. Sublinhou a importância da Educação; tinha dúvidas relativamente à formação de técnicos médios nas universidades; deveria haver para isso, instituições próprias. O sector da Habitação tinha de merecer muita atenção, começando-se pela eliminação das “barracas”; isso teria repercussões ambientais positivas. A infra-estruturação do país deveria ser feita através de fórmulas de cooperação com os Municípios; dever-se-ia dar prioridade ao saneamento básico. Era importante abrir frentes de urbanização através de esquemas de financiamento adequados, dando-se prioridade à criação de casas para a classe média e para a baixa classe média. O sector da floresta merecia a maior atenção; dispúnhamos de 8,9 milhões de hectares, o que fazia de Portugal o país europeu com maior intensidade florestal potencial. Todavia, havia falta de competitividade do preço da nossa madeira. Teria de haver uma reconversão das nossas terras agrícolas; aquele era o momento para a introdução de uma nova actividade florestal mais competitiva. Deveríamos começar por rever e uniformizar a legislação sobre a floresta; havia, naquela altura, um caos legislativo, em matéria de produção florestal. As Autarquias deveriam envolver-se na florestação, mas tinham receio dos grupos ecológicos, aos quais faltavam, muitas vezes, bases científicas sólidas; limitavam-se, muitas vezes, à prática de um idealismo sem racionalidade. A biodiversidade era importante e nós estávamos em condições de a estimular. Recomendava que se estudasse o recente livro de Michael Porter e que seguissemos as suas reflexões.

Não estávamos numa ocasião de oscilação de tendências; estávamos mesmo num corte da continuidade, não só em Portugal mas também na Europa; portanto, num corte duplo para nós. O período de 1991/95 representou um tempo de pagamento de muitas “facturas” anteriores; 1995 pertenceria a um novo ciclo político. O novo PDR seria decisivo, sobretudo para nos apercebermos da mudança estratégica. O PDR não era só dinheiro; consistia especialmente, numa mudança estratégica. Estava a acabar-se o proteccionismo e a começar a competitividade em sociedade aberta. E isso iria iniciar-se pela alteração das relações de conflito. A regulação tradicional dos equilíbrios sociais havia rompido. O “welfare state” tinha falido. Era preciso encontrar novos modos de financiamento. Assistia-se a desenvolvimentos no sindicalismo e, também, no mundo das empresas; estavam a convergir; o ajustamento que deveria ser feito estava em curso. O quadro da formação profissional era inteiramente novo; deveria passar-se a uma fase de obtenção de créditos profissionais que a fossem acumulando e traduzindo em melhores rendimentos para cada um. A rigidez dos contratos colectivos que conhecíamos deveria acabar e dar lugar a um sistema muito mais elástico. Tinha de se instalar uma cultura da competitividade que aliás, deveria ser amplamente divulgada para acabar de vez com as tentações protecionistas. Por outro lado, era preciso resolver a questão do financiamento pela sociedade que trabalhava àquela que já não o fazia. O confronto sério que se aproximava era entre os que trabalhavam e os que já não trabalhavam. O único verdadeiro recurso para a Sociedade Portuguesa era o recurso humano; mas não poderíamos competir pelos baixos salários; teríamos de nos dotarmos de uma boa organização: política, do trabalho, da formação, etc. Havia necessidade de formações polivalentes. Teríamos de enfrentar uma nova configuração das relações. Acabou perguntando: o PDR havia sido concebido para fazer face à oscilação das tendências ou para um corte?

Devia tentar-se obter o máximo de fundos possíveis. A aposta tinha de ser na qualidade em tudo. Deveríamos associar a nossa especificidade à qualidade, entendendo esta como uma responsabilidade partilhada. Teria de ser o Estado a promover essa qualidade. Aquilo que tínhamos de bom deveria ser preservado

e valorizado. Recomendou que se desse a maior atenção ao mar e às suas potencialidades; era o nosso grande recurso.

O seguinte começou por enaltecer a importância da valorização dos nossos recursos humanos. As instituições ainda não estavam preparadas para isso, não sabiam o que fazer a quadros altamente qualificados. Lamentava que a investigação só ocorresse dentro das universidades; deveria ser muito mais generalizada. Sublinhou a importância das bibliotecas, das oficinas tecnológicas e de muitos outros equipamentos indispensáveis à investigação e extensão dos resultados. A lei da autonomia universitária estava totalmente desajustada dos problemas das universidades; haviam sido delegadas competências sem transferência das mesmas, o que significava desresponsabilização dos receptores. Havia-se abandonado a ideia de formação nas universidades; elas só davam informação. Nas universidades imperavam o carreirismo e o corporativismo. Impunha-se a responsabilização de todos os actores que intervinham na valorização dos recursos humanos. Era importante e urgente a ligação entre a universidade e o tecido produtivo.

Portugal tinha de querer ser optimista, o que não era o mesmo que ser voluntarista. O pessimismo nacional transbordava de todos os lados, como se o mundo estivesse à beira de uma catástrofe. Era preciso ter energia para lutar. A dissolução de uma metade do mundo trazia-nos ameaças enormes; mas tínhamos de reagir. Devia-se distinguir entre “crise” e “sinistrose”. As crises eram fenómenos naturais que tinham de ser susceptíveis de gestão; os sinistros não o eram. O mundo moderno tinha uma “overdose” de informação; a Sociedade Portuguesa não a sabia gerir, nem dispunha da capacidade crítica para a seleccionar. O mundo rural estava cheio de contradições mas elas eram consequência das opções tomadas ao longo de vários anos; mas também não era fácil passar de 24% para 5% da população afecta à agricultura... Em Portugal havia flexibilidade e era preciso aproveitá-la. Deveríamos dar muita atenção à Educação nos níveis primário e secundário; os nossos estratos superiores eram iguais a todos os outros; a base é que era diferente e a nossa não tinha preparação suficiente. Era preciso insistir na modernização da administração pública, assegurando que

ela tivesse credibilidade e eficácia. Deveríamos procurar que houvesse uma elite na administração pública. O Estado era indispensável, mas não aquele Estado. Reinava o caos nas finanças e nos impostos; os cadastros não estariam atualizados, quando era preciso dispor de uma base sólida de registo. Estava a haver uma experiência positiva com a Segurança Social, no Emprego e na Formação Profissional. Conviria dar muita importância ao programa sectorial de modernização da administração pública. No fundo tratava-se da modernização das mentes!... O CIENCIA ainda não tinha sido objecto de uma avaliação profunda; deveria sê-lo. As actividades de formação deveriam ter lugar nas instâncias mais adequadas. O PEDIP havia corrido bem. Mas tinha que se juntar sempre aos investimentos em coisas os investimentos em pessoas. Considerava que a EXPO' 98 era um exercício integrado que iria fazer bem ao país. Achava que, para a preparação do PDR, os ministérios deveriam falar mais uns com os outros (As reuniões poderiam contar-se por dezenas!...); parecia-lhe faltar uma figura nova de articulação intersectorial. O conceito de autonomia que tínhamos no País não era operacional nem eficaz; faltava a responsabilização. Entendia que deveria haver mais discriminação positiva nas decisões sobre muitas matérias. Não queria ver a universidade a formar quadros médios. Dever-se-ia procurar as instituições mais convenientes para o fazerem. Todos os politécnicos ambicionavam ser universidades e, se fossem, ficaria desguarnecido um estrato importante da formação. Deveria recorrer-se mais ao regime contratual para atingir certos fins; o PDR tinha de recorrer muito a essa fórmula. Mas seria importante a avaliação de resultados. Propunha que fossem seleccionadas as melhores vinte instituições do país para produzirem documentos a dizer o que elas próprias poderiam fazer pelo país.

Havia preocupação com a situação das mulheres, no plano educativo, na conciliação da vida profissional com a familiar, na guarda de crianças e de idosos. Era preciso gizar soluções flexíveis para o trabalho e uma formação profissional que não discriminasse nenhuma delas. Preocupava-a a baixa da natalidade a que se assistia; tornava-se urgente definir uma estratégia para fazer inverter a tendência. Deveria haver uma articulação entre os Ministérios da Educação e



FIG. Os terrenos antes da construção da EXPO'98.

do Emprego em matéria de formação profissional. Portugal sempre havia sido um país com êxito, quando se fazia um acicate da sua falta de recursos naturais. Ao longo da sua História, haviam-se valorizado sempre os seus recursos humanos e definido estratégias certas. Mas achava que nos devíamos aplicar na definição de uma estratégia. Propunha, mesmo, a criação de um Instituto de Inteligência Estratégica que deveria aprofundar o conhecimento sobre o País e sobre a região em que estava situada “à esquina de dois mares”. Deveria jogar-se na qualidade humana; isso funcionava sempre. A melhor forma de promover o desenvolvimento regional seria através de polos universitários e de empresas com eles ligados. Os Deputados à Assembleia da República deveriam estar muito bem informados acerca do país e serem activos; lembrou, a este respeito, que o caminho-de-ferro passava por Santarém por causa de Almeida Garrett e por Aveiro por causa de José Estevão. Para fazer funcionar o país deveríamos jogar com o litoral e fazer com que ele “corresse para o mar”. Deveríamos tirar partido do nosso território, porque o País era, simultaneamente, europeu, regional e universalista. Deveríamos tirar vantagem do prestígio que soubéssemos construir. Para isso, a estratégia teria que ser definida com qualidade. O discurso português tinha de ser optimista! Nos nossos dias, a soberania e as fronteiras eram definidas de modo diverso do do passado. Citou o exemplo da Holanda que jogava predominantemente na litoralidade; e fazia-o tão bem que ninguém pensava na Holanda como um país pequeno. Deveríamos curar da nossa competitividade interna e internacional. Lembrou que estávamos no centro da cabotagem europeia. Por isso, tínhamos que valorizar o mar que dava riqueza em tempo de paz e poder em tempo de guerra. Achava que não estávamos a valorizar suficientemente os nossos recursos para fomentar o turismo histórico-cultural. Tinha-se de atribuir muita importância à informação, à constituição de bases de dados, à acessibilidade à informação sem ruído e sistematizada. Achava que nós deveríamos tentar atrair alguma imigração científica e técnica e criar um “centro de inteligência viva”; era importante dispor de capacidade técnica de absorção. O problema da coesão que enfrentávamos não era só social mas também geográfico; para a assegurar era precisa uma rede viária segura

e confortável. Tinha de se desenvolver a logística. Mas a coesão também deveria ser estimulada entre o sector público administrativo e o tecido produtivo que tão divorciados andavam. Impunha-se uma grande rapidez de resposta do primeiro, generalizando o sentido da competitividade. Mas a coesão também tinha uma dimensão vertical: ciência, tecnologia e formação; esta pirâmide tinha que ganhar competitividade. Esta não era só apanágio das empresas; também deveria ser dos Cidadãos e da administração. A questão da competitividade tinha de passar para a Sociedade. Impunha-se o alargamento da fronteira económica, do fluxo das correntes económicas e dos mercados pertinentes. As regiões insulares portuguesas tinham de passar a ser regiões insulares europeias; isso conseguia-se através de voos directos para as capitais da Europa. Não se deveria esquecer, no PDR, o sector da Cultura, não só como objectivo, mas também como estratégia. O PDR tinha de tentar mudar a cultura da iniciativa e de maior protagonismo de cada um. Deveria haver uma mudança de atitude dos Portugueses. A Cultura deveria ser vista como um investimento, fomentando a exportação e a transmissão de uma imagem de marca. Também recomendava o desenvolvimento do turismo histórico-cultural.

Devia começar-se por fazer a avaliação do 1.º PDR. Ele tinha tido um grande sucesso. Mas não se deveria repetir a mesma receita; tinha que se inovar. Até porque se haviam alterado a situação interna e o contexto internacional. O PDR anterior tinha sido muito abrangente, por boas razões; integrara todas as iniciativas públicas e privadas susceptíveis de apoio; essa abrangência deveria dar, então, lugar a uma maior selectividade. Ele também tinha sido muito marcado pelas infra-estruturas; deveriam manter-se alguns investimentos nessa área mas também orientar meios para as chaves potenciais do sucesso. Tínhamos visto em Portugal uma melhoria das condições de vida e das infra-estruturas. Aumentaram, também, as exigências em matéria de qualidade de vida. Mas tinha havido uma alteração da envolvente económica que nos punha desafios novos. Durante os cinco anos anteriores, haviam-se acentuado as nossas debilidades económicas tradicionais na indústria, na agricultura e no emprego. Deveríamos dar mais atenção à melhoria dos recursos humanos e

da nossa qualidade de vida. A estrutura produtiva precisava de modernização; tínhamos de olhar tanto para as PME como para as grandes empresas; só com apoios às primeiras não seria possível modelar padrões de especialização da economia portuguesa; era, por isso, importante apoiar, também, as grandes empresas. Deveria preocupar-nos a especialização da actividade produtiva; isso impunha como áreas prioritárias de atenção o sector energético, a Ciência e Tecnologia e a modernização da administração.

Estávamos num ponto de mudança de fase com profunda transformação de tudo; isso exigia preparação para fazer face a uma coisa que não conhecíamos. Daí a importância da valorização dos recursos humanos. Achava que as nossas universidades não estavam preparadas para o desafio; haviam-se transformado em instituições carreiristas e corporativas (Já outro tinha dito o mesmo...). Os politécnicos estavam a querer modelar-se como universidades, o que era errado. Na universidade portuguesa de raiz franco-germânica havia-se enxertado o sistema de mestrados e Ph.D. anglo-americano, sem olhar muito para as condições de acolhimento nem para as consequências; tinha sido mau. Preocupava-o a formação de elites. Tinha que se levar a cultura às regiões; para isso deveriam ser formados gestores de projectos da cultura. Entendia que era muito mais dispendioso o desenvolvimento de uma ideia do que a descoberta dessa ideia; estimava que o custo da exploração da ideia era dez a cem vezes mais caro do que a sua descoberta. Deveria insistir-se na valorização dos recursos humanos através da investigação.

Era necessário avaliar os resultados do 1.º QCA. Tinha que se manter a continuidade de algumas linhas que haviam dado bons resultados. Mas chegara a ocasião de fazer duas apostas fortes: uma na política ambiental; outra na política da saúde. Os Portugueses eram muito sensíveis a esta última e deveríamos aproveitar o estímulo para exportar serviços nesse domínio. Face aos resultados, era preciso explicitar uma política demográfica; nos anos 80, havíamos voltado a ser um país de emigração; tinham partido mais de 300.000 Portugueses! O balanço migratório, nessa ocasião, não nos era favorável, nem qualitativa, nem quantitativamente. A política do território tinha de experimentar um novo re-

forço porque se iria assistir à explosão do consumo de espaço humanizado para numerosos usos; por isso, o espaço tinha de ser acautelado. Os nossos Municípios, no contexto europeu, tinham uma boa dimensão para fins de ordenamento. Deveríamos procurar fixar professores nos Municípios; isso induziria uma mudança qualitativa consistente. Havia cidades grandes que eram dormitórios dos professores das escolas secundárias das vilas circunvizinhas.

Em vez do PDR preferia ter um PDN (Plano de Desenvolvimento Nacional). O que se tornava preciso era provocar uma mobilização nacional e uma participação alargada na implementação e gestão do plano. A sociedade civil tinha de sentir que era protagonista. A solidariedade tinha de estar patente. O apelo da competitividade era forte, mas havia fenómenos de ruptura na sociedade portuguesa a que era preciso atender. Havia alterações que exigiam mudanças institucionais, nomeadamente no sector da Saúde, herdeiro de uma visão estatista, e nos da Segurança Social e da Educação, especialmente em relação ao papel das universidades. Deveria haver uma grande imaginação no que respeitava às fórmulas de gestão que tinham de ter maior envolvimento do sector privado. A opção da regionalização teria de ser decidida; ou haveria e, então, os respectivos órgãos deveriam ser instalados; ou não haveria e, nesse caso, teria de ser alterada a Constituição. O municipalismo tinha virtudes e defeitos; era preciso potenciar as primeiras e minimizar os segundos. A dimensão das freguesias deveria ser repensada. Para a desconcentração do Estado teríamos de fixar uma matriz comum. As áreas metropolitanas eram uma virtualidade, mas também poderiam ser uma debilidade por causa das assimetrias que provocavam. A forma de gestão das áreas metropolitanas que estava em vigor era ineficaz.

O orador seguinte insistiu no sistema educativo. Era preciso afectar recursos ao ensino técnico, mas fazê-lo com a participação das empresas e estabelecendo “curricula” adequados às necessidades das regiões. O sector dos transportes e comunicações reclamava uma grande atenção, particularmente as estruturas portuárias; a legislação laboral do sector deveria ser revista. Era preciso olhar de perto para a competitividade das empresas e do aparelho do Estado. Os sobre-custos empresariais (energia, fiscalidade dupla, burocracia, etc.) tinham de ser

minorados. E deveria flexibilizar-se a legislação laboral. O quadro dos apoios a conceder tinha de ser horizontal; impunha-se estimular o aparecimento de indústrias novas e investir em sectores não tradicionais; nestes não se encontrava uma capacidade de crescimento superior à média e era deste que deveríamos ir à procura. Mas havia que não esquecer as grandes empresas e os grupos económicos porque era nesses que residia a capacidade de dar um salto expressivo. A reestruturação da economia portuguesa não poderia ser feita somente com base nas pequenas e médias empresas. As potencialidades do Conselho Económico e Social, como fórum permanente de novas iniciativas, deveriam ser aproveitadas. O clima de pessimismo que se vivia tinha de ser combatido com um discurso político adequado. O PDR que estávamos a discutir deveria ser objecto de uma acção de “marketing” político que afinasse um tipo de mensagem que entusiasmasse as pessoas.

A competitividade em que insistíamos deveria ser definida num contexto de independência nacional ou de interdependência? Haveria recursos financeiros para reforçar a competitividade? Era preciso definir os mercados pertinentes. E em matéria de assimetrias, o desenvolvimento do Interior deveria ser feito mais virado para Espanha ou ao contrário? Deveríamos favorecer a mobilidade ou a fixação no Interior? Tínhamos vindo a apostar muito na primeira e nada na segunda. Deveria dar-se atenção às empresas de construção civil, porque elas estavam com muito equipamento e muito poucas encomendas. A liberalização do regime de arrendamento era urgente e aquele momento parecia ser o “timing” político adequado. No sector dos transportes e comunicações deveria investir-se mais no “software” do que no “hardware”, particularmente no que tocava à organização dos portos e à fiscalidade nos transportes. No domínio do ambiente era preciso um grande esforço didáctico para educar a população, porque se estavam a construir fantasmas que seria muito difícil, posteriormente, anular. Nós estávamos a padecer de “legislite” aguda; havia muitas leis que não resolviam problemas nenhuns. Para construir o futuro era preciso ter presente esse futuro. Estávamos a atravessar uma mudança de fase que não era só nossa. Mas o futuro não era feito pelos governos mas pelos cidadãos; todavia, eram os go-

vernos que dispunham dos meios para promover a mudança de mentalidades. Acreditava no optimismo voluntarista; a tensão institucional que se observava era excelente, porque sem tensão não havia avanço. Todavia, não se estava a saber comunicar aos Cidadãos a razão por que se tomavam as medidas; havia, manifestamente, um problema de comunicação. A auscultação das populações não estava a ser feita sistematicamente. Havia um problema visível de articulação entre ministérios, entre ministérios e cidadãos e entre regiões. A mensagem não estava a passar. Temia que houvésssemos perdido a identidade, deixando de ser quem fomos. Uma acção eficaz, neste domínio, teria de passar pela Educação e pelo Património; a Educação era a pedra de toque absoluta; representava a prioridade das prioridades. A Educação tinha de ser vista como binómio com a Formação. Não se deveria usar a Cultura como instrumento de propaganda. Impunha-se que aproveitássemos a oportunidade para intervir, tendo protagonismo, na cena internacional. Para isso, deveríamos criar uma imagem tanto no exterior como em nós próprios. Os esquemas que usávamos, tanto na Educação como na Formação, padeciam de rigidez; deveriam ser muito mais elásticos. A Ciência deveria estar ligada à Universidade. O Desporto e a Música não eram para profissionais, mas para todos. A conservação do património representava um imperativo; isso implicava que fossem criadas escolas de restauro, que se incentivasse os mecenas e que se rentabilizasse o que fosse adequado para o turismo. Deveria haver uma grande articulação entre departamentos e programas; neste caso entre os da Cultura, do Turismo e do Ambiente. Deveria criar-se qualidade na vida do dia-a-dia: nos transportes, na rua, no enquadramento urbano, em tudo... Era bom levar por diante grandes projectos mobilizadores; a EXPO'98 era um deles. Nós tínhamos possibilidades para contribuir para a criação de uma Europa diferente: a Europa das regiões, das cidades multi-étnicas, etc.

O tecido empresarial português estava, então, em plena formação. Teríamos de fazer, nessa ocasião, aquilo que os grandes grupos europeus já faziam no centro da Europa. As pequenas e médias empresas não tinham capacidade para realizar os estudos prospectivos que eram necessários; mas precisavam de ter “luzes orientadoras”... Dever-se-ia fazer o planeamento de quais os sectores que eram

prioritários no nosso país e comunicá-los aos empresários. Em que sectores é que se deveria apostar e o que fazer para eles florescerem? Os grupos económicos andavam muito ao sabor das modas e isso não deveria suceder. Não estavam a ser criados grandes sectores industriais; isso levaria tempo; impunha-se ajudar os que fossem emergindo até que eles alcançassem dimensões europeias. Não poderíamos pensar que o apoio, no futuro, não iria estar à medida do esforço de coesão e de solidariedade que era necessário. As ajudas não constituíam um subsídio mas representavam o esforço de correcção do efeito de polarização pelo centro. Teríamos de articular recursos humanos com recursos financeiros e com informação. O reforço da capacidade empresarial portuguesa era indispensável. Deveríamos aprender com o “brain-drain” que tanto estava a penalizar a Irlanda e a Islândia. Impunha-se muita atenção à burocracia e à parte fiscal; nós tínhamos de criar um mecanismo de mercado mais eficiente do que o que havia naquele momento; o mercado é que era a grande força motriz; o sistema de mercado e o sistema político pluralista. A mudança que estávamos a viver era, para nós, maior do que a que tinha sido imposta pela descolonização. Mas havia um excessivo imobilismo político; o Parlamento não estava a ter o seu papel de “forum” de debate político alargado; havia só uma conversa entre três ou quatro pessoas... Deveríamos preocupar-nos com a instituição de um mecanismo alargado de participação. O Governo não poderia assumir o ónus de todas as frustrações por causa das expectativas não cumpridas. Dever-se-ia fazer o levantamento das vantagens comparativas das regiões, por via da definição do perfil de actividades de cada uma.

A Agricultura ir-se-ia confrontar com dois grandes desafios: i) de um lado a produtividade e a competitividade e ii) do outro a viabilização de sistemas agro-florestais adequados ao ambiente, ao desenvolvimento regional e à conservação da Natureza. A reconversão profunda da nossa agricultura já se havia iniciado mas iria reclamar muitos mais meios. As medidas de acompanhamento do sector, contidas no PDR, eram restritivas; haveria que flexibilizá-las. No PDR I, a agricultura havia recebido relativamente pouco. Deveria receber mais para se fazer a mudança. Mas a grande assimetria que, no sector, existia em Portugal respeitava aos agricultores. A maior parte dos fundos que eram destinados à

Agricultura tinha sido aplicada em investimento e revelara ter sido bem usada. A Agricultura, em Portugal, havia tido, nos poucos anos anteriores, o maior crescimento de produtividade de que havia memória. Mas tinha de se apostar na investigação, no ensino e na extensão no sector agrícola. A água era indispensável! A floresta era uma potencialidade evidente. Mas a mudança institucional era inadiável; o Ministério da Agricultura não poderia ser olhado como o inimigo dos agricultores.

Por que é que alguns países andavam mais depressa do que outros e umas regiões avançavam mais do que outras? A primeira chave do sucesso tinha a ver com o capital intangível que o factor humano e toda a cultura organizacional representavam; da cultura organizacional das empresas e das instituições. Tanto era importante ser-se feliz na organização como ter qualidade de vida. A qualidade de tudo era determinante. Deveria fomentar-se o casamento entre a escola e o tecido produtivo através de um sistema de formação em alternância. A investigação nas universidades estava a crescer, mas não chegava; a que fosse promovida pelas empresas também era importante; deveria, por isso, haver apoios à investigação e à inovação nas empresas. Deveríamos insistir na formação de empresários, cultivando a excelência. Macau estava em vias de mudar de estatuto; deveríamos pensar no papel que poderia desempenhar na sua nova posição; ela seria interessante, para nós, por permitir um diálogo mais intenso com a orla asiática; mas isso teria de ser construído! Era muito importante fomentar a poupança nacional; ela já tinha sido muito elevada; não o era naquela altura; mas deveria voltar a sê-lo. A poupança era merecedora da definição de uma política especial. O Estado deveria reforçar a sua função estratégica na definição de uma visão de longo-prazo; e definir caminhos para os sectores nevrálgicos. Era importante o papel das unidades de avaliação e de prospectiva. Tinha que ser combatido o Estado hegemónico e ineficiente. Impunha-se evitar a subsídio-dependência. O modelo de gestão dos fundos estruturais deveria ser mais descentralizado e com maior parceria com o sector privado. Portugal tinha vocação para estabelecer o diálogo entre muitos mundos e estabelecer pontes entre eles. Estava-se a assistir a uma desaceleração do crescimento e ao aumento das ameaças. O PDR representava uma espécie de guia para o caminho que os Portugueses

deveriam trilhar. Mas, para isso, ele deveria ser um instrumento de racionalização e de regulação. Não nos tínhamos integrado na Comunidade Europeia para ter só uma reforma. A nossa ambição era maior. Por isso o PDR deveria exprimir as dimensões do desafio que nos impusemos e a que teríamos de responder.

Nós tínhamos de mudar a forma de actuar do Estado desde as pequenas coisas até às grandes. O que é que iríamos fazer aos doutorados cuja formação avançada havíamos apoiado nas melhores instituições europeias e norte-americanas? Deveríamos estabelecer o princípio da gemação entre o sector público e o privado para a consecução de muitos objectivos. Deveria haver a divulgação sistemática dos casos de sucesso e o estímulo das situações exemplares. O sector dos transportes merecia a maior atenção, como apoio à economia e, em especial, à exportação e como elemento vital nas cidades. A segurança rodoviária representava um sector a que se tinha de dar a maior atenção; a nossa sinistralidade era tripla da média europeia e seis vezes a inglesa! A sinalização rodoviária não cumpria as suas funções, impondo-se, por outro lado, ser-se mais exigente na definição e na divulgação das novas regras de condução. O ordenamento do território merecia a maior atenção e, dentro dele, a situação da rede viária intermunicipal.

Tinha que se insistir na divulgação de um espírito de escassez de recursos que impunha a sua boa gestão. Dever-se-ia privilegiar a generalização de modelos de gestão de características empresariais.

O património edificado tinha de ser salvaguardado e feito o inventário do património móvel. A Língua Portuguesa deveria ocupar um lugar destacado nas nossas preocupações.

A questão da segurança devia estar sempre presente.

Este resumo, apesar de longo, traduz palidamente, o conteúdo de uma manhã em que o me surpreendeu mais foram o entusiasmo e o empenhamento dos intervenientes. Todos eles pertenciam à verdadeira elite portuguesa!

*

Em 31 de Março recebi, para uma entrevista, Martha de la Cal, correspondente do Wall Street Journal, em Lisboa. Ela vinha algumas vezes ao meu gabinete para conversarmos sobre o País e a sua evolução. Quando este deixou de ser “palpi-

tante”, mudaram-na para Madrid, de onde ela vinha de vez em quando. Era uma pessoa admirável! Culta, simpática, conseguia quase sempre obter o que queria sem ser agressiva nem insistente, quando se lhe dizia que o assunto ainda estava em estudo. Sempre muito bem informada acerca dos assuntos europeus que era o que mais interessava ao seu jornal, não deixava de articular esse tema com os assuntos internos. Conhecia toda a gente pois ninguém lhe regateava uma conversa. Era um modelo de jornalista!

*

A exemplo do que havia sucedido em Lisboa, no dia 2 de Abril tive uma reunião no Porto sobre a preparação do PDR, para a qual foram convidados alguns “senadores” residentes a norte do Mondego. Eles foram: os Profs. Cunha Vaz e Poças Martins, o Eng. Paulo Vallada, os Drs. António Figueiredo e Rui Azevedo, o Eng. Belmiro de Azevedo, os Drs. Fernando Guilherme e Xavier de Basto, o Prof. Pedro Dias, o Eng. Luís Vaz Pinto, o Dr. Paulo Mendo, a Eng.^a Isolete Matos, o Dr. João Oliveira, os Profs. Melício Silvestre e Oliveira Marques, o Eng. Eurico de Melo, o Prof. Augusto Medina, o Eng. Duarte Silva, o Dr. Artur Santos Silva, os Profs. Bianchi de Aguiar, Traça de Almeida e Freire de Sousa, o Dr. Mário de Carvalho, os Profs. Soares de Albergaria, Lucas Pires e Carvalho Guerra, o Dr. Rocha Melo, o Eng. José Fernando Pinto dos Santos, a Prof.^a Elisa Ferreira, a Dra. Cândida Morais e os Profs. Paulo Tavares de Castro e Luís Adão da Fonseca. Resumirei o que todos disseram sem referir quem disse o quê. As principais recomendações foram as seguintes:

Dever-se-ia procurar criar massa crítica no domínio da Ciência e Tecnologia. O Programa CIENCIA havia permitido identificar já algumas áreas de excelência; seria nelas que deveríamos insistir. Tinha que ser dada uma atenção especial ao implemento das acções preconizadas; não poderiam ser comprometidas as intenções por falta de habilidade na concretização. Era importante assegurar acessibilidade ao Interior, mas tinham de ser garantidas boas condições de movimento aos do Litoral. A modernização da Administração era fundamental. Os nossos recursos hídricos eram suficientes, mas, naturalmente, caros; e a capacidade de intervenção das Autarquias estava, em larga medida, esgotada; impunha-se contemplar

novas formas institucionais para a gestão da água. Deveria haver menos institucionalização, mas mais intervenções; e a primeira deveria respeitar à Justiça que tão grande modernização reclamava. A organização do futuro teria de ser matricial e não “em arborescência”; esta seria sempre muito rígida. Dever-se-ia falar mais em capital de risco e menos em subsídios. O conceito de avaliação deveria abranger a eficiência e a equidade. A questão urbana deveria ser explicitada e definidos modelos para o ordenamento do território; a infra-estruturação da urbanização difusa era demasiadamente dispendiosa; donde a necessidade da concentração urbana e a preferência pela incentivação das cidades de tamanho médio. As cidades do Interior eram instrumentais para o desenvolvimento rural e para a retenção da população jovem no Interior. A industrialização deveria merecer muita atenção através dos vectores da formação, da comercialização e da internacionalização; teriam de ser exigidos planos estratégicos às empresas que viessem a beneficiar de qualquer apoio público. Os agentes difusores de tecnologia deveriam merecer um cuidado especial no quadro das ligações das necessidades das empresas ao potencial de investigação. Os recursos humanos impunham-se como preocupação permanente; mas a situação era muito diversificada ao longo do país. A procura de escala nos investimentos deveria ser sistemática; donde a necessidade de levar por diante iniciativas inter-municipais. A procura de inovação deveria ser generalizada a todos os sectores; entre elas figuravam os “contratos de cidade” que poderiam contribuir para um melhor ordenamento da rede urbana. A formação tinha atendido muito ao lado da oferta; deveria dar-se, também, oportunidade ao lado da procura para se manifestar. No domínio do capital humano deveria incluir-se o desporto como componente indispensável; a sua internacionalização era fulcral. Havia, nessa ocasião, milhares de casas vagas em cidades do Interior; era importante possuir-se uma orientação geral em relação aos centros urbanos que interessava consolidar; o enunciado de uma rede urbana em torno da qual se concentrasse o investimento público era importante como elemento de orientação para a aplicação do investimento privado. A florestação tinha de representar um sector a privilegiar. Era importante reafirmar a identidade do país; este salientava-se no mundo por uma espantosa combinação de unidades, coesão e segurança

que havia que reforçar, continuamente. Estávamos a experimentar, pela primeira vez, uma exposição aos problemas da imigração; conviria anteciparmo-nos aos problemas potenciais que isso nos causaria; nós éramos acolhedores, por natureza; mas nunca tínhamos experimentado um afluxo demográfico tão expressivo de imigrantes com culturas tão diversas da nossa. A Língua Portuguesa deveria merecer mais atenção do que a que lhe estava a ser dada. A administração económica precisava, urgentemente, de ser simplificada; e a Justiça precisava de uma profunda mudança. A Cultura tinha que entrar nos eixos estratégicos que definíssemos para o nosso desenvolvimento; ora ela era somente 10% de inspiração; os restantes 90% correspondiam a trabalho árduo que deveria ser devidamente organizado. O bem-estar dos Cidadãos também teria de ser procurado através do desenvolvimento cultural. Entre outras coisas este passava, também, pela conservação do património e pelo desenvolvimento das chamadas “indústrias culturais”. Era preciso criar o “mecenato para a investigação”, nomeadamente através de um fundo de investigação. Por outro lado, deveriam ser criadas novas fontes de financiamento para as Pequenas e Médias Empresas; as sociedades de capital de risco não estavam a atingir os seus objectivos. Dever-se-ia reanimar o mercado de capitais, nomeadamente por via da criação de um segundo mercado da bolsa. Portugal deveria assegurar a sua manutenção na Comunidade Europeia através de um projecto próprio situado entre a Europa Continental e a Europa Atlântica; para isso ajudaria muito manter a dinâmica que havíamos exibido durante a presidência portuguesa da Comunidade. Deveríamos começar a repensar o Estado-providência, passando para uma segunda geração do seu modelo; a solidariedade social era importante, mas havia que pensar em novas formas de financiamento com a participação do Cidadão. Teria de ser assegurada maior flexibilidade às instituições do Estado, prestadoras de serviços. Neste domínio deveria procurar articular-se melhor a saúde com a velhice, a juventude e a emigração; só pensando os quatro vectores em conjunto se conseguiria abordar as questões sociais mais importantes. O ordenamento florestal impunha-se, porque o sector representava uma potencialidade que estava a ser negligenciada; não se poderia levar a floresta somente para áreas marginais; isso significava diminuir o rendimento da floresta quando

nos interessava o contrário; os objectivos a alcançar no sector florestal deveriam ser ambiciosos; para isso, teria de ser sistematicamente estimulada a rentabilização das propriedades rústicas. O sector da Saúde deveria ser regionalizado rapidamente para se poder dar resposta cabal às necessidades das pessoas; era urgente criar núcleos de excelência no sector, articulando a parte pedagógica com a parte da investigação científica. O PDR deveria ser unicamente um quadro de referência para poder ser consensual e executado especialmente pela sociedade civil. O Estado não deveria ser avaliador de projectos, particularmente dos candidatos ao FSE; o Estado agiria melhor se encarregasse agentes económicos adequados para fazer as avaliações, pedindo-lhes, naturalmente, responsabilidades; seria melhor incumbir dessa tarefa instituições já existentes, não criando outras novas para o fazer. A intervenção do Estado em parceria com instituições privadas representava um campo promissor; assim, a sociedade civil é que deveria fazer, criando o Estado as condições necessárias para que ela fizesse. Nessa ocasião, a economia subterrânea representava um factor negativo que importava analisar; toda a economia deveria “vir à superfície”. A educação das elites deveria preocupar mais a sociedade portuguesa nas suas vertentes cívica, moral e técnica; era muito importante investir nas pessoas. A nossa competitividade, até aí, tinha sido garantida à custa de uma mão-de-obra barata; mas as coisas estavam a mudar, sendo preciso, por isso dar muita atenção a outros factores, à frente dos quais estava a formação; era importante introduzir melhores processos de fabrico. Mas a primeira prioridade continuava a ser a Educação; e, nesse domínio, deveria conferir-se prioridade à organização; os professores deveriam saber ensinar, os investigadores investigar e os gestores das escolas geri-las. Houve grandes vazios no sistema de formação profissional de que eram exemplos o “marketing” e o “design”. Deveria dar-se muita atenção à criação de uma nova geração de gestores; o mundo das empresas iria mudar radicalmente e isso reclamava novos intérpretes. Dever-se-ia fomentar uma maior aproximação entre a universidade e as empresas. Impunha-se fomentar o robustecimento e a dimensão dos grupos económicos portugueses. Só deveriam ser apoiadas as empresas que tivessem um projecto assente numa estratégia devidamente explicitada e justificada. Deveria haver uma nova lei das falências; a então existente só complicava e atrasava o processo falimentar, em nome de uma

perspectiva garantista que estava ultrapassada. O sistema financeiro era fundamental e deveria ser mais chamado à análise dos projectos; era certo que a falência do sistema produtivo se iria reflectir no sistema bancário e isso não era bom, porque este ainda não estava devidamente robustecido após os fortes abanões que havia sofrido. Deveria haver muito mais doutores a ir para a indústria; o STRIDE havia sido muito positivo no fomento da investigação em consórcio; deveria, por isso, continuar a ser reforçado. Teria de ser dada atenção à cultura tecnológica dos jovens, de modo a atraí-los para a C&T; deveria haver, para isso, centros de divulgação de C&T e concursos e feiras de C&T nas escolas secundárias. A aposta de desenvolvimento exclusivamente do litoral era de alto risco; deveria, por isso, olhar-se para o Interior. O esforço de construção de estradas em que nos vínhamos aplicando deveria continuar a ser reforçado. A Comunidade Europeia representava um quadro de competitividade pacífica entre nações; deveríamos extrair daí todas as vantagens. Mas era preciso atender à coesão social da Sociedade Portuguesa; estávamos a atravessar um período de mudanças muito rápidas e isso não favorecia a estabilidade; era, assim, importante olhar pela coesão. Os oceanos eram uma área prioritária para nós; seria uma grave desatenção não olhar para eles, em todas as suas virtualidades. Deveria ser instituído o direito à formação profissional permanente; a atitude, neste particular, deveria ser “ir além”, de forma constante. Os cursos de engenharia deveriam ser duplicados no país e conviria que fossem privilegiadas as Ciências Biológicas por serem muito promissoras,. A mortalidade por acidentes rodoviários era, nessa ocasião, a maior da Europa; isso traduzia comportamentos de uma incivilidade inaceitável; mas, além dos mortos, havia que atender às sequelas com que ficavam os que não morriam; para complicar a situação não havia hospitais de retaguarda para convalescentes; a organização do sector não era a mais adequada, o INEM deveria perder o seu carácter centralizador que tão pouco se ajustava na resposta às situações que surgiam. A Terceira Idade estava a constituir um enorme problema em Portugal; a resposta teria de passar pelas instituições de solidariedade social; mas estas ainda não estavam devidamente preparadas para o fazer. Nós estávamos a ser bons na formulação de diagnósticos e na obtenção de verbas, em Bruxelas, mas não nos mostrávamos tão bons como deveríamos, em matéria de realização; por isso teríamos de

olhar melhor para este aspecto da questão. O PDR era, talvez, o mais importante instrumento de política económica de que dispúnhamos; deveríamos aproveitá-lo nesse sentido; a Comunidade Europeia havia imposto um excesso de formação profissional, logo de FSE, porque essa havia sido a leitura que fizeram da nossa situação; ora nós deveríamos introduzir maior variedade de instrumentos para assegurar o nosso desenvolvimento. Havia um sentimento generalizado de “subsídio-dependência” que deveria ser combatido; correspondia a uma atitude “preguiçosa”; tinha de ser estimulado o dinamismo e a iniciativa. Os incentivos do FSE haviam sido desperdiçados em formações inconsequentes; por isso, tudo deveria ser levado a cabo no quadro de um estudo estratégico dentro de cada empresa. Deveríamos curar da formação das chefias; estas estavam, em numerosos casos, muito antiquadas nas suas mentalidades e nas suas formas de acção. Como se vê, as preocupações eram variadas, mas o sentido geral ia direccionado para uma maior responsabilização dos agentes. O que se notava, nestas reuniões, era um entusiasmo patente em relação à construção do futuro; ninguém ficava indiferente ao desafio; todos participavam com empenhamento e acreditando no exercício em que participavam.

*

Em princípios de Abril de 1993 estávamos, naturalmente, ocupados na ultimação do nosso PDR. Tínhamos realizado duas interessantes reuniões com “senadores”, uma em Lisboa e outra no Porto, além de numerosos encontros com eleitos locais e outros responsáveis em cada uma das regiões. Sabíamos que as negociações com a Comunidade Europeia iriam ser determinantes da nossa capacidade para concretizar as nossas ambições. Estávamos seguros de que não haveria um “Paquet Delors III” e que era bem possível que, em 1998, Portugal deixasse de ser país de coesão. Daí a importância das escolhas que teríamos de fazer para incluir no PDR e da sua negociação. Neste sentido, o Primeiro-Ministro marcou uma reunião para o dia 15 de Abril com vista a tratarmos do tema, praticamente em exclusivo. Eu trabalhei com a Secretária de Estado na afinação do diagnóstico, na preparação das opções estratégicas, numa organização por fichas do próprio PDR, na definição do instrumento financeiro de coesão em conexão com os projectos que

iríamos apresentar ainda em 1993 e nas questões relacionadas com o acesso a todos os fundos, incluindo do fundo EEE que seria praticamente todo orientado para o sector da Habitação. Mas eu sabia que, após a introdução do Primeiro-Ministro, era certo que me caberia fazer a intervenção de lançamento da discussão. Por isso alinhei os pontos a que me deveria referir. Deveria começar por sublinhar que o Segundo Quadro Comunitário de Apoio representava talvez a última oportunidade de relevo para darmos um grande impulso ao nosso desenvolvimento. Não se tratava só de dinheiro; era, também, uma mudança estratégica. O anterior tinha sido muito razoavelmente concebido, mas havia experimentado algumas deficiências de execução que conviria corrigir. Nós teríamos de privilegiar projectos com dimensões fiáveis. A aposta deveria ser nas pessoas; por isso, tínhamos de fixar como objectivo a cobertura a 100% da população com a escolaridade básica e conseguir alcançar a maior escolaridade possível para toda a população. Dentre os valores em que deveríamos apostar figurava o espírito de iniciativa; a criação de novas elites era a nossa ambição. O trio “Ensinar/Trabalhar/Agir” deveria representar um enquadramento para a formação. A educação cívica tinha que constituir parte dessa acção. Queríamos qualificar as universidades e os institutos politécnicos, conservando, naturalmente, a sua diferença de vocação; pretendíamos promover uma ligação mais forte de ambas as instituições ao tecido económico e social. Sabíamos da importância da formação dos professores a todos os níveis e tínhamos a esperança de que, em algumas partes do país, fosse possível lançar a formação em alternância. O Estado não deveria ser o avaliador dos projectos candidatos a apoios económicos relativos a empresas; seria bom ensaiar parcerias com associações que o fizessem. Deveria estimular-se a formação de engenheiros e curar-se da matemática e de outras disciplinas científicas no âmbito do ensino secundário.

A competitividade teria de nos merecer a maior atenção. Ambicionávamos ver surgir uma nova classe empresarial. Para nós estava assente que os apoios só seriam concedidos a candidatos que exibissem os planos estratégicos que tinham para as suas empresas; além disso, deveríamos assegurar-nos de que elas tivessem uma estrutura financeiro-técnico-gestionária adequada; de outra forma, não se estaria a otimizar a afectação de fundos. Deveria privilegiar-se a bonifi-

cação de juros e de capital de risco sem admitir a possibilidade de o Estado se tornar sócio de qualquer iniciativa; os subsídios a fundo perdido somente poderiam ser concedidos em casos excepcionais; nós queríamos expressamente evitar a subsídio-dependência. Pretendíamos favorecer a competitividade em sociedade aberta. A imagem dos produtos portugueses teria de ser promovida, assentando naturalmente na sua qualidade. Dever-se-ia fomentar a poupança com vista ao investimento e apoiar a constituição de grupos económicos importantes.

A Floresta deveria representar um sector a privilegiar. Seria bom que surgissem “núcleos de especialização” que contribuíssem para a modernização da estrutura produtiva. Esses é que teriam de ser apoiados com prioridade. O Turismo também merecia distinção, particularmente o que ajudasse a projectar uma imagem adequada do país; para isso deveria cuidar-se do património e mobilizá-lo para fins turísticos.

Em matéria de infra-estruturas deveríamos preocupar-nos com as externalidades e com os estrangulamentos. Os portos, os custos dos portos, a gestão portuária e a cabotagem europeia teriam de merecer prioridade de atenção. As ligações intermodais deveriam ser privilegiadas de maneira a conseguir os melhores custos de transporte. O custo da energia teria de ser baixado e as telecomunicações objecto de uma atenção que assegurasse a sua “reliability”.

A Ciência e a Tecnologia deveriam ser estimuladas, nomeadamente nas suas relações com o tecido produtivo. Impunha-se fomentar as ligações entre as universidades e as empresas. Queríamos que Portugal fosse um ponto de encontro entre os agentes que possuíssem conhecimentos e outros que os mobilizassem. A cultura tecnológica tinha de ser generalizada, particularmente junto dos jovens.

O Ambiente surgia como uma grande questão. Deveria ser dada prioridade à Educação para o Ambiente.

Tínhamos a consciência de que o Estado-providência estava a atravessar maus tempos. A Terceira Idade havia-se transformado num problema grave. Teriam de ser encontrados novos meios de financiamento da Segurança Social, nomeadamente através de planos de pensão privados e de novas formas de financiamento com a participação dos Cidadãos.

A modernização da Administração Pública tinha de ser estimulada a todos os níveis. Nesse quadro impunha-se a avaliação das instituições, dos projectos e das pessoas. Tinha de se introduzir, generalizadamente, a perspectiva de avaliação e de responsabilização pelos resultados.

Foram estes os tópicos que “teceram” a minha intervenção. Como se vê, não se tratava apenas de “betão”!... O importante eram as actividades e, especialmente, as pessoas.

*

No dia 15 de Abril houve o apazado Conselho de Ministros especial para afinar o Plano de Desenvolvimento Regional que iria representar a nossa proposta para negociar o 2.º Quadro Comunitário de Apoio. O Primeiro-Ministro fez uma longa introdução. Era preciso focar-nos nos problemas fundamentais que o País tinha para resolver na Economia e na Sociedade. Por isso era importante desenhar uma estratégia global de desenvolvimento ajustada. O PDR iria contemplar um sub-conjunto da estratégia geral com as acções que seriam co-financiadas por Bruxelas. O PDR era um instrumento negocial do QCA que representava o contrato a estabelecer com a Comissão Europeia. As opções estratégicas que fizéssemos tinham de ser correctas, apesar do contexto carregado de incertezas que nos rodeava e das profundas mudanças em curso na cena internacional. As opções não eram feitas para uma ilha isolada, mas para um país inserido num enquadramento volátil e cheio de vulnerabilidades; porém, também de potencialidades. Deveríamos saber identificar os desafios e os problemas específicos de Portugal. Tínhamos testemunhado a ocorrência de grandes mudanças na cena internacional, incluindo alterações demográficas muito expressivas. A crescer, havia preocupações ambientais justificadas. Mas o crescimento estava a ser lento e a terciarização forte. Assistia-se a uma afirmação crescente da importância do Pacífico. No caso europeu a abertura a Leste era inevitável, com o alargamento da Comunidade. Estava em afinação uma nova Política Agrícola Comum e em consolidação o Mercado Único. Os aspectos da Defesa e Segurança não poderiam ser negligenciados.

Em Portugal, deveríamos crescer a ritmo mais forte do que a Comunidade Europeia, de modo a assegurar a convergência. Tínhamos de o conseguir fazer, apesar

das incertezas e da grande concorrência. Por outro lado, assistia-se a um menor dinamismo económico da própria Europa, o que não era bom para nós. Devíamos reconhecer a debilidade do nosso tecido produtivo e dos nossos próprios empresários. Daí a importância geral da qualificação dos recursos humanos, incluindo os da Administração Pública. Punha-se o problema de como criar empregos e reestruturar as empresas com libertação de mão-de-obra e com pressões crescentes para aumentos salariais. Como conseguir manter o controlo das finanças públicas ao mesmo tempo que assistíamos ao desmoronar do “Welfare State”? Os sistemas da segurança social e da saúde punham-nos grandes dificuldades, nomeadamente em relação à sua compaginação com as garantias constitucionais. Impunha-se transformar a situação de um país periférico inserido num grande espaço. Havia, por outro lado, que contar com as potencialidades da nossa mão-de-obra jovem e de um tecido de PME com grande vocação exportadora. Em matéria ambiental, a nossa situação não punha problemas severos, como acontecia com alguns países do Centro e Leste da Europa. Mas até onde é que deveríamos conceber a intervenção do Estado? Criar as condições para o florescimento do sector privado ou assumir o papel de agente activo das transformações a médio-prazo. A regulação económica e a gestão da regulação social competiam ao Estado. Havia investimentos do Estado que deveriam actuar sobre as externalidades e sobre o bem-estar social. Mas era preciso cuidar da nossa competitividade, assegurando o apoio conveniente à iniciativa privada.

As nossas Opções Estratégicas e o PDR deveriam ser discutidos ao mesmo tempo. A Assembleia da República só tinha que aprovar as primeiras, mas o segundo convinha que fosse apresentado em conjunto para esclarecimento cabal das nossas propostas. Sabíamos que a discussão do QCA se iria passar num contexto político complexo, uma vez que se sobrepunha ao período que antecedia as eleições autárquicas; era inevitável a interferência. A Comunicação Social não deixaria de aproveitar a tensão criada para extremar posições. Devíamos, por isso, ser ainda mais cuidadosos do que habitualmente.

Como eu previa, fui eu que intervim a seguir, seguindo o roteiro que havia preparado e que consta do parágrafo anterior.

Afinal, do diagnóstico apresentado, verificava-se ter havido melhorias mais significativas dos desequilíbrios regionais do que as esperadas. A formação profissional tinha de representar um instrumento de acção, mas convinha ver tudo numa perspectiva global. Era importante reduzir o número dos programas operacionais (O que eu apoiava). Mas era preciso atender às condicionantes demográficas e à manifesta bi-polarização do país. A vitalidade demográfica estava reduzida e muito concentrada. Ainda iríamos assistir, durante duas décadas, à entrada de braços no mercado de trabalho, especialmente na Região do Norte. Era preciso atender à grande vitalidade demográfica da Galiza (3 milhões de habitantes). Deveríamos ter uma ideia sobre os centros urbanos a reforçar, nomeadamente através do investimento público. Por outro lado, não podíamos esquecer uma eventual pressão por parte do Maghreb, ainda vivendo com altas taxas de natalidade. A componente da Saúde ligada aos maiores de 65 anos iria aumentar de peso. Era evidente que a componente de infra-estruturas de acessibilidade iria continuar a ser grande. A transferência de tecnologia deveria reclamar muita atenção, porque o maior desafio que tínhamos era a modernização do nosso tecido produtivo. As acções previstas de formação dos recursos humanos tinham já incorporado os ensinamentos da experiência recente; a novidade era a formação contínua que deveria ser realizada por contrato com grandes associações empresariais. Não poderíamos deixar de atender à exclusão social e à pobreza. A experiência aconselhava à descentralização das acções, mas, também a um apuramento grande dos contratos e à instalação de um sistema de acompanhamento muito robusto. Iríamos assistir, seguramente, à recentragem da política europeia no Centro e no Leste da Europa em detrimento do Sul. Isso poderia induzir uma perda de velocidade desta parte da Comunidade. O Mediterrâneo continuaria a ser uma zona de clivagem económica, demográfica e religiosa. Assistiríamos, seguramente, ao reforço da tendência para a liberalização do comércio. Deveríamos contar com uma concorrência enorme do Sul da China, onde o valor do salário mínimo médio europeu correspondia a 60 salários mínimos chineses. Seria bom contarmos com uma revolução tecnológica sem precedentes para a transição do milénio. Assistiríamos a “mega-fusões” empresariais nas quais Portugal não participaria seguramente. A África da década de 90 que conhecíamos estava

condenada. A nossa classe média tinha-se robustecido e havia, manifestamente, um grau elevado de coesão nacional; esta não podia ser desbaratada. Era certo que estava em ascensão nacional o grau de auto-estima dos Portugueses que confiavam mais nas suas próprias capacidades. A Educação tinha de constituir a nossa principal aposta. Deveríamos começar a pensar em definir uma política de imigração; estávamos a ser muito solicitados neste domínio. A nossa projecção no mundo lusófono impunha-se. A Segurança Interna era uma prioridade. Deveria cuidar-se da “cabelagem do País”, por fibra óptica; era importante para assegurar a nossa competitividade. O mar e a floresta eram recursos óbvios que não poderiam ser desatendidos.

O ambiente era difuso, mas também apresentava oportunidades para tomar opções e dar-lhes consequência. A infra-estruturação geral deveria continuar; havia que remover, ainda, muito bloqueio ao “funcionamento” do país. A desburocratização impunha-se. O municipalismo deveria ser revisto.

Havia acordo geral em relação à importância da Educação, mas importava tornar mais claros os regulamentos do sector. Deveria apostar-se na formação dos funcionários públicos e na formação contínua dos professores. A questão fundamental era assegurar a governabilidade do País. Em matéria de condições sociais ele deveria ser equilibrado. A Educação era sector prioritário. A cultura da exigência era indispensável, logo a partir do sistema educativo. No campo da economia o importante era criar-se um clima de confiança. Deveria preparar-se as pessoas para assumir iniciativas e riscos, no quadro da tal cultura de exigência, assegurando a promoção social dos qualificados. Seria importante actuar na área dos factores intangíveis, assegurando o respeito dos mercados pelos bens e serviços por nós produzidos. A imagem do País era fundamental. Dever-se-ia ajudar na criação de grupos económicos com massa crítica e procurar atrair investimento estrangeiro quando ele fosse estruturante. Conviria enunciar sem complexos as vantagens comparativas portuguesas e reforçá-las.

A formação de recursos humanos não faria mal que fosse feita em excesso. Era importante curar da ocupação dos tempos-livres da 3ª e da 4ª idades que iriam ter um peso crescente na sociedade portuguesa e seriam diferentes dos correspondentes das gerações anteriores.

Os circuitos de distribuição mostravam ter um grande atrito, o que contribuía para a inflação. Os quadros intermédios faziam muita falta; os institutos politécnicos deveriam curar mais aplicadamente da sua formação. A Ciência e a Tecnologia deveriam merecer atenção, mas tinha de se procurar rentabilizar o esforço feito no âmbito do CIENCIA e do PEDID. Seria mais adequado insistir nos subsídios reembolsáveis e no capital de risco e menos nos subsídios a fundo perdido. O ensino superior privado não estava a ajudar a resolver problema nenhum. Os portos e o sector da energia deveriam merecer a maior atenção.

Dever-se ia apostar nas infra-estruturas, no regadio, na electrificação e no emparcelamento. A floresta iria ter concorrentes fortes (Suécia, Rússia, etc.) e representava um recurso que importava mobilizar.

No 1.º QCA, o sector do Ambiente havia tido uma pequena expressão (17%); neste teria de ser reforçado. Dever-se-ia assegurar a colaboração dos Municípios neste domínio. A educação ambiental era importantíssima. Os custos da poluição deveriam ser internalizados e generalizado o princípio do utilizador-pagador. A gestão dos resíduos iria ser a área que mais haveria de crescer.

Não havia grandes divergências em relação às grandes questões nacionais. Sobressaía como grande questão a competitividade, especialmente centrada nas questões económicas.

Houve muitas mais intervenções. Nestas circunstâncias há sempre quem teorize acerca dos grandes desígnios nacionais, do papel de Portugal no mundo, o amor a Portugal, do papel das elites, da identidade do País, do atlantismo versus o europeísmo, da ética no plano político, do “projecto europeu”, do neo-corporativismo, da Ásia como continente do futuro, da cultura do povo, da crescente infantilização dos adultos, da cultura da exigência versus a exigência da cultura, da comparação entre os Espanhóis, povo auto-congratulatório e os Portugueses, povo autocrítico, auto-depressivo e auto-flagelador, da dignidade do Estado e de outras coisas muito importantes, mas um tanto desfocadas do objectivo em vista que era produzir um documento para negociar verbas com a Comissão Europeia.

Mas é sempre preciso ouvir, com atenção. Ficou combinado que cada um me enviaria notas com as observações que entendesse fazer ao documento que havia sido distribuído. Eu trataria da sua incorporação no documento final. Este

deveria ser o mais consensual possível e muito cuidado na linguagem adoptada de modo a assegurar a mobilização da Sociedade à volta da nossa proposta. Em caso de subsistirem dúvidas eu deveria conversar pessoalmente com quem o desejasse. Assim foi feito.

*

No dia 19 de Abril tive uma longa sessão de despacho com o Primeiro-Ministro, na sequência do Conselho em que tinha sido apreciada a nossa proposta de Plano de Desenvolvimento Regional. Era preciso proceder à distribuição do Fundo de Coesão entre o sector dos transportes e o ambiente; fizemos um primeiro ensaio. Nós não éramos a favor do recurso a subvenções globais; preferíamos bonificar os juros dos empréstimos que as Câmaras Municipais decidissem contrair; dessa forma o risco de cada empreendimento seria, seguramente, mais rigorosamente avaliado. Decidimos que as Opções Estratégicas deveriam ser apreciadas pela Assembleia da República bem antes das férias, para nos podermos aplicar na afinação da versão final, durante o verão. Eu deveria dar elementos para as negociações com Espanha que iriam ser encetadas em breve, no domínio dos recursos hídricos. A parte institucional do Alqueva estava praticamente definida; mas era imprescindível ouvir três Colegas meus; ficou então definida a data de agendamento para apreciação em Conselho.

Uma vez discutidos os assuntos não era costume deixá-los a “marinar”; as decisões eram tomadas e executadas.

*

Um dos meus conselheiros “privados”, em matéria de recursos hídricos, era o Eng. Faria Ferreira, a quem já me referi nestas memórias. Técnico distintíssimo, havia exercido as funções de Director-geral do sector, todos lhe reconhecendo a sua competência; não era apenas um administrador exemplar; era um engenheiro muito sabedor, sempre a par das evoluções experimentadas internacionalmente no seu domínio. E era dotado de uma memória assombrosa. Quando eu fui para o Ministério do Planeamento ele já se havia aposentado; mas, sempre que eu solici-

tava, ele vinha contente por ainda ser útil e desvanecido pelas mostras do muito respeito que eu tinha por ele. Estava muito satisfeito, em 19 de Abril, quando veio conversar comigo, por já se saber que o empreendimento do Alqueva iria ser retomado. Disse-mo logo que entrou no meu gabinete. Mas, dessa vez, eu queria ouvi-lo acerca das negociações com Espanha no domínio dos recursos hídricos. A comissão luso-espanhola que havia regulado o uso e aproveitamento dos rios fronteiriços tinha-o feito, pela última vez, em 1968; em 16 de Março de 1993 (havia pouco mais de um mês), com outra composição, naturalmente, tinha sido celebrada uma reunião de rotina com representantes dos dois lados que ele enumerou exaustivamente. Sabia tudo! Mas havia sido apresentada uma versão do novo plano hidrológico nacional de Espanha, uma versão de fotocópia a preto e branco que ele me recomendou logo que eu não aceitasse para fundamentar qualquer decisão; tinha de ser o original e a cores para se poderem distinguir as diversas áreas dominadas por cada aproveitamento. Ele insistiu para que se propusesse a Espanha a celebração de um novo convénio de gestão integrada das bacias hidrográficas comuns, tratando a água nos seus aspectos quantitativos e qualitativos. Eu relembro que o convénio anterior havia procedido à partilha dos recursos somente em termos energéticos (produtividade – queda – caudal), o que não nos convinha sem ser acompanhada de outras garantias. Deveria começar a pensar-se nos objectivos a definir para o trabalho da nova comissão; aquela que havia sido constituída em 1968 estava a chegar ao fim do seu objecto. A gestão dos recursos deveria ser geral, mas com uma distinção por bacia; conviria que se formassem comités de bacia, todavia, com uma visão integrada de todas elas para facilitar eventuais compensações. Não deveria haver nenhuma comissão para tratar de aspectos ambientais sobreposta à comissão de gestão da água; aquela vertente da questão tinha de ser integrada no convénio geral. As coisas tinham evoluído tanto, em termos técnicos, que a comissão deveria ser assessorada por um grupo de trabalho que integrasse os mais distintos profissionais do sector que possuíssemos e a quem teria de ser encomendado trabalho específico que tinha, naturalmente, de ser remunerado; este grupo conviria que funcionasse no âmbito da Direcção-geral dos Recursos Naturais que dispunha de toda a informação

eventualmente necessária. Tanto o LNEC como a EDP tinham ao seu serviço especialistas que não podiam deixar de intervir, porque eram do mais alto nível. Não se deveria esperar pelo nosso plano de recursos hídricos para negociar o novo convénio porque este era urgentíssimo e aquele não se sabia quando estaria pronto. Conviria informarmo-nos com profundidade acerca dos aproveitamentos e outras realizações, entretanto feitas em Espanha, porque se impunha verificar quais as que teriam vantagem para nós. Ele achava que nós nos havíamos deixado atrasar em matéria de embalses; no domínio do “fio-de-água” estávamos avançados, mas atrasados naquele aspecto. Alertou-me para a posição dos Espanhóis que nos queriam fazer pagar pela regularização que as suas numerosas barragens tinham permitido assegurar. Mas recomendou-me que não fizesse, a este respeito, nenhuma diligência em Bruxelas; os Espanhóis eram muito ciosos da sua autonomia (soberania) e aceitariam muito mal não serem abordados directamente a este respeito. Mas, como se aproximava a data para negociação do novo convénio, insistiu em que o grupo técnico preparatório das nossas propostas começasse a trabalhar desde logo e com reuniões semanais; antevia um grande volume de trabalho. O primeiro passo deveria ser uma análise exaustiva do Plano Hidrográfico Espanhol; era seguro que ele conteria numerosas medidas, iniciativas e empreendimentos que apresentariam reflexos negativos para nós. Sucedia que aquele Plano estava em fase de inquérito público em Espanha; era, por isso, a ocasião adequada para o alterar, antes de ele estar “cristalizado”, sob forma legal. Dever-se-ia fazer um estudo para a tomada de água para o empreendimento dos Álamos e para o Ardila; em relação a este deveria ficar apontada, desde logo, a solução para a tomada de água. Era cedo para dar conhecimento, aos Espanhóis, da totalidade das nossas intenções; e, sobretudo, não devíamos levar gabinetes técnicos privados na nossa delegação, quando se fizessem contactos com Espanha. Haveria, seguramente, que fazer algumas expropriações em Espanha por causa do regolfo das albufeiras que se estendia para montante; a operação deveria ser sempre acompanhada por elementos da Administração portuguesa. A jusante do Alqueva havia cerca de 1.000 milhões de metros cúbicos de água para aproveitar; isso impunha que se viesse a construir brevemente o aproveitamento da Rocha da Galé (Acabou por ser Pedrogão).

O que eu estimava, nestas conversas com o Eng. Faria Ferreira, era o conhecimento profundo dos recursos e do comportamento dos homens, tudo fruto de muito estudo e de uma larga experiência, com os olhos abertos ...

*

A questão da Segurança Rodoviária em Portugal era um caso muito sério. O número de mortos por mil habitantes, em 1993, era três vezes o do Reino Unido e quatro vezes o dos países Nórdicos. Não se podia atribuir o facto exclusivamente às características geométricas das estradas, porque elas haviam melhorado muito sem inflectir a curva do número de acidentados. A Espanha tinha conseguido melhorar expressivamente a situação por via da aplicação inflexível das regras do Código da Estrada; as multas eram pesadíssimas e a sua aplicação feita com mão-de-ferro; muitos condutores apanhados em infracção, além de terem de pagar a multa “in situ”, não podiam seguir viagem porque ficavam automaticamente sem carta de condução. Muitos de nós éramos favoráveis à adopção de uma postura semelhante; mas isto iria, seguramente, causar a maior celeuma ... Nós, Portugueses, somos brandos mesmo quando isso não nos favorece...

*

A Administração Pública, em Portugal, havia crescido sem controlo nos anos a seguir à revolução de 1974-75. Tinham sido admitidos funcionários de forma indiscriminada, uns por simpatias políticas outros por meras pressões pessoais ou familiares. A verdade é que vinte anos depois havia serviços cheios de gente que não era necessária e outros que necessitavam de quadros que não podiam entrar porque não se dispunha de recursos para lhes pagar. Sabia-se que havia falta de pessoal nos sectores da Saúde, da Educação, da Cultura e da Justiça e que havia excesso na Agricultura, na Segurança Social e nas Finanças. Mas, mesmo nestes, havia carência de quadros preparados simultaneamente com excedentes que não estavam em condições de desempenhar qualquer função. Foram, assim, definidos os chamados “disponíveis”, havendo legislação para lidar com a questão. Mas era uma questão delicada, nomeadamente o mecanismo para fazer aplicar o dispositivo de elaboração da lista de disponíveis. A fórmula usada era complicadíssima, porque recorria

simultaneamente à discricionariedade e à flexibilidade; era difícil de passar à prática, sem ambiguidades arreliadoras. O recurso à disponibilidade voluntária não dava resultados visíveis. Por outro lado, nos sectores com carência havia muitos contratados, com os contratos a terminar e sem possibilidade de virem a ser de novo recrutados. Iriam ser eles os mais sacrificados, o que era injusto. A indisciplina das admissões estava a funcionar como uma “bomba-relógio”...

*

Já me referi às reuniões que o Primeiro-Ministro fazia, de tempos a tempos, com os Governadores Cívicos. Eram uma ocasião excelente para “tomar o pulso” político do País e para nos informarmos acerca dos problemas mais ingentes. Eu era sistematicamente convidado porque muitas das questões passavam pela minha área ou tinham a ver com os Autarcas, o que era uma maneira indirecta de também passar por ela. Houve um encontro com todos eles no dia 26 de Abril. Os tópicos principais a abordar seriam as eleições autárquicas que se aproximavam e a segurança, porque estava a haver algumas manifestações menos tranquilizadoras, especialmente nos subúrbios das áreas metropolitanas e no Algarve. Segundo o “Financial Times” daquele mesmo dia, Portugal tinha sido o último país da Comunidade Europeia a sofrer as consequências da crise que se estava a atravessar e o primeiro a sair dela; isso era bom, mas nós tínhamos que crescer mais do que a média comunitária; de outra forma, seria impossível assegurar a convergência real. Era preciso informá-los, em primeira mão, acerca do conteúdo do Plano de Desenvolvimento Regional e das perspectivas que tínhamos para o seu financiamento. Muitos deles haviam participado nas numerosas reuniões que eu promovera em todo o País, para afinar quer o PDR, quer os programas operacionais que estavam em curso. O assunto não lhes era, por isso, estranho. Mas convinha ouvi-los a todos. Resumirei o que disseram sem referir o que disse cada um. Dominou a conversa a escolha dos novos candidatos, especialmente em Concelhos em que as presidências não eram do partido do Governo, mas foram levantados muitos outros assuntos: Tinha havido pouco dinheiro para a Segurança Social e isso sentira-se. Havia que fazer mais no domínio do saneamento básico. Alguns hospitais pequenos, que

tinham sido decididos, estavam a progredir devagar; isso impacientava muito as populações. Os Concelhos fronteiriços queriam todos ver as suas fronteiras com Espanha abertas durante todo o dia. As estradas estavam sempre presentes; era preciso fazer mais e assegurar numerosas saídas das novas auto-estradas. Também se pretendia mais equipamento desde escolas até igrejas! Havia fraudes detectadas em matéria de desemprego; era preciso fazer actuar mais prontamente a sua fiscalização, porque nos locais em que elas existiam, o tema era motivo de escândalo público e o Governo saía mal. Convinha tranquilizar os funcionários públicos que estavam em alvoroço por causa da elaboração das listas dos “disponíveis”. Havia alguns casos de despedimentos colectivos que tinham repercussões políticas evidentes; e alguns sectores industriais estavam a atravessar um mau momento, quase sempre porque não haviam inovado quando teria sido oportuno fazê-lo. As estruturas de comercialização dos produtos agrícolas mereciam uma atenção urgente; a recolha da produção e a sua distribuição eram, generalizadamente, defeituosas. A indústria da construção naval, nos Concelhos onde existia, estava em má fase; era preciso olhar para ela. A situação da floresta mereceu referência por alguns deles. Estava a assistir-se ao esvaziamento dos serviços de alguns centros urbanos, nomeadamente de algumas sedes de distrito. De uma maneira geral estava-se consciente acerca dos Municípios nos quais se ganharia ou perderia as eleições. Veio a passar-se muito do que foi vaticinado.

*

Da mesma forma que nos reunimos com autoridades continentais e com “senadores”, no dia 27 de Abril houve uma sessão de trabalho do Primeiro-Ministro com os Governos Regionais a respeito do Plano de Desenvolvimento Regional. Eu participei, tendo ficado à minha conta a apresentação do documento. Os dois Presidentes dos Governos Regionais fizeram-se acompanhar de alguns Secretários Regionais. Os dois Ministros da República estavam, obviamente, presentes.

O Primeiro-Ministro começou por enunciar os objectivos do nosso encontro, mas juntou-lhe alguns comentários gerais que afectariam as nossas escolhas. O mundo estava cheio de incertezas e a experimentar muitas mudanças. As perspectivas de crescimento na Europa eram muito lentas quando comparadas com os 12%

previstos para a China. Assistir-se-ia, seguramente, a um aumento fortíssimo da concorrência. A construção do Mercado Único continuaria, mas era preciso atender à abertura a Leste; havia, mesmo, uma proposta para a constituição de uma zona de comércio livre com a Rússia. A PAC representava uma preocupação; nós tínhamos de definir e de implementar a nossa própria PAC. A construção da União Económica e Monetária também prosseguia. Era evidente que o alargamento da Comunidade Europeia tinha de ser considerado como um dado nas negociações do nosso 2.º QCA. As negociações com os países da EFTA, que já vinham a decorrer, alongar-se-iam, seguramente, até ao fim de 1994 ou mesmo para 1995; isso era importante, nomeadamente pelas verbas que nos iriam caber. Mas o mais certo era que o “Paquet Delors II” fosse o último de que os países do sul da Comunidade haveriam de beneficiar. Portugal tinha de crescer mais do que a Comunidade, construindo um sistema económico competitivo à escala global. Deveríamos criar novos empregos, o que não era fácil, em tempos de reestruturação. Por isso insistíamos em reforçar a nossa competitividade. Para tal, era fundamental valorizar os nossos recursos humanos. O PDR que estava em ultimação agregava todos os instrumentos financeiros disponíveis; em paralelo existiam os programas comunitários que, como já foi dito, beneficiavam de um montante igual a 10% dos fundos estruturais. Conviria não esquecer a potencial contribuição dos empréstimos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) que visavam, prioritariamente, as actividades respeitantes ao chamado Objectivo 1.

Fiz depois a minha apresentação, sublinhando particularmente aqueles instrumentos de acção que me pareciam mais ajustados aos problemas das Regiões Autónomas.

Posto isto entrevistaram os dois Presidentes Regionais. Começou o dos Açores:

Tinha as mais altas expectativas acerca dos montantes de que poderiam beneficiar. Visava a inserção dos Açores no quadro globalizado em que tínhamos passado a viver. O seu tecido produtivo era débil, nele pesando muito a agricultura e as agro-indústrias. Os nichos de qualidade que tinham não possuíam grande dimensão. Queria apostar na diversificação. Mas havia exigências ambientais grandes, porquanto pretendiam desenvolver o turismo e este só vingaria se fosse da mais alta qualidade, incluindo a vertente ambiental. Nunca seriam os grandes

números de turistas que imperariam; portanto, teria de ser tudo de qualidade. Pretendia desenvolver em moldes modernos, o sector das pescas. Mas havia graves limitações estruturais na região, nomeadamente por ser arquipelágica. Era importante valorizar os recursos, mas debatiam-se com os problemas causados pelo aumento das despesas correntes; isso determinava novas dificuldades financeiras. Queria dotar a universidade com mais meios; esta deveria jogar na especialização, desenvolvendo particularmente os sectores da climatologia e da vulcanologia. Pretendia valorizar a iniciativa privada, dava, por isso, preferência ao reforço do capital de risco. Preocupavam-no a eutrofização das Lagoas de S. Miguel, a segurança, a fixação e o rejuvenescimento da população, o despovoamento de algumas ilhas e a fixação de cidadãos comunitários que haviam escolhido os Açores para se fixarem. Os serviços de Saúde eram os que mais dores de cabeça davam. Mas as externalidades mereciam-lhe as maiores atenções.

O Presidente do Governo Regional da Madeira falou a seguir:

Estavam afastados dos centros de decisão. A insularidade cultural e outros ónus pesavam sobre a Região. A estratégia de desenvolvimento da Madeira tinha de atender a uma grande variedade de situações específicas. O sector público teria de continuar a assumir um papel preponderante no desenvolvimento da Região, motivando e arrastando o sector privado. Os cinco grandes objectivos que haviam definido eram os seguintes: i) o reforço do potencial económico; ii) a redução das assimetrias externas e internas; iii) a criação de emprego (Lembrou que um contingente de três vezes a população madeirense estava emigrado em zonas de grande instabilidade: Venezuela, África do Sul e outras) não havendo condições para receber “retornados” e sendo a taxa de desemprego, nessa ocasião, de 4,5%; iv) a educação a que ligava os problemas de insularidade cultural, a habitação a certas formas de consumismo e a agressividade devida à limitação do espaço e v) a melhoria da qualidade ambiental.

Para os alcançar, haviam estabelecido seis grandes orientações estratégicas: i) a continuação do programa de construção de infra-estruturas em curso; ii) a educação, na qual se incluía a consolidação da Universidade da Madeira; iii) o reforço e diversificação da estrutura produtiva, atendendo a que somente 1/3 do solo é que era susceptível de aproveitamento económico; iv) o aumento da competi-

vidade e a melhoria das comunicações com o exterior; v) o desenvolvimento da capacidade de inovação e da internacionalização e vi) a preservação do ambiente e ordenamento do uso do solo. A principal prioridade era o aeroporto de Santa Catarina, mas para tudo o resto iriam articular os fundos estruturais com as iniciativas comunitárias.

O POP I apresentava-se com bons indicadores (110% de realização! ...); por isso a pretendida imagem de dinamismo estava dada. A solidariedade pública também havia funcionado. Tinha de se conseguir conciliar o plano de desenvolvimento da Região da Madeira com um programa comunitário de período diferente (o Paquet Delors II); mas era o que tinha de ser.

Estava em curso a renegociação do protocolo relativo à situação financeira com o Ministério das Finanças; alertou para as dificuldades que iriam ser criadas pelo peso da dívida pública. Não queria perdões da dívida mas moratórias para o seu pagamento. Havia demoras nocivas por parte do Tribunal de Contas e da burocracia central. Pretendia maior rapidez na transferência de fundos. Folgaria, naturalmente, com a duplicação dos fundos comunitários, mas tinha preocupações em relação à formação das suas contra-partidas. O conceito de “ultraperiféricas” (aliás introduzido pelo nosso Primeiro-Ministro, na Cimeira de Rhodes) tinha que ter uma tradução quantitativa expressiva; as regiões ultraperiféricas não eram meras regiões do Objectivo 1. Referiu que as Canárias e os DOM (Départements d’Outre-Mer) não estavam a fazer muita força pela outorga de 85% de participação, contentando-se com 75%, mas nós deveríamos continuar a bater-nos pelo valor máximo possível. Tinham dificuldades em relação ao FEOGA e ao IFOP (pescas), ao contrário do SIBR e do SIFIT em que tudo estava a correr bem. Mas, no sector da agricultura dominado pela produção de banana, havia dificuldades patententes. O aeroporto era “a chave das chaves” por isso não poderia haver atrasos. Tinha que estar concluído até ao fim do século! Esteve antes (1999)... O argumento da ultraperiferia poderia justificar programas específicos; queria continuar a reforçar o POSEIMA, o REGIS II e outros programas. Para ele era indispensável participar no programa de apoio à habitação. Atribuía muita importância à concretização do parque tecnológico da Madeira.

O Primeiro-Ministro lembrou que estávamos a falar de um horizonte temporal alargado até 1999. Fez considerações acerca da formação profissional, incentivando as universidades a articularem-se com os politécnicos para a formação de um leque variado de profissões. Sublinhou a importância do aumento da competitividade e da capacidade de vender, portanto da actividade comercial. Relembrou o compromisso comunitário da duplicação dos fundos e o facto de Portugal ter sido bem tratado quanto às iniciativas comunitárias, ao longo do QCA. Sublinhou o facto de as Regiões Autónomas terem sido bem tratadas, no quadro nacional. Recomendou que não houvesse atrasos na apresentação do nosso PDR; a Espanha havia diferido a apresentação do seu mas a Irlanda tinha-se antecipado; nós não poderíamos deixar que houvesse hiatos entre o 1.º e o 2.º QCA.

O Presidente dos Açores voltou a intervir para sublinhar a “verdadeira revolução copernicana” que a sua região tinha levado a cabo. Referiu-se às dificuldades das transferências. Contava com o Governo da República para assegurar a duplicação dos fundos. Compreendia que a prioridade da Comunidade a Leste correspondia à garantia de paz na Europa. Estimava que a aproximação aos níveis europeus fosse trabalho para uma geração.

Eu esclareci as questões de procedimento levantadas e o Primeiro-Ministro recomendou a maior contenção das despesas correntes.

O Secretário Regional das Finanças dos Açores sentiu que tinha que esclarecer alguns pontos: o programa PEDRAA tinha que ser reajustado, porque já ia com uma taxa de execução física de 120% em relação à financeira; a Universidade dos Açores tinha despesas da ordem dos três milhões de contos agravadas pelo novo sistema retributivo: os encargos correntes regionais, para 1994, seriam de 62,3 milhões de contos; algumas obras teriam de ir para o próximo QCA; o novo hospital de Ponta Delgada custaria 10 milhões de contos (Eu havia sido muito crítico em relação à dimensão do mesmo!...) e determinaria custos de exploração ainda não definidos... O nosso bom Secretário Regional estava apavorado! Eu sabia que o Presidente gostava de lançar as iniciativas e o responsabilizava por encontrar meios! Procurei sossegá-lo dizendo que a resposta era prolongar, ao longo do tempo, a realização do plano e poupar muito nas despesas correntes. A sua intervenção correspondia a um grito de alma pedindo apoio como um naufrago sem bóia...

Os Ministros da República para as duas Regiões participaram com muito empenhamento. E, como seria de esperar, recomendaram alguns esclarecimentos relativamente aos processos legislativos que pudessem comprometer a realização de tão promissores planos que, aliás, eles deveriam acompanhar através da observação dos procedimentos fixados que não deveriam deixar dúvidas a ninguém. O ambiente em que a reunião decorreu foi cordial e cheio de esperança. Havia, manifestamente, uma diferença de atitudes que tinha muito a ver com a personalidade dos dois Presidentes. Mas, no que a mim me tocava, eu não podia queixar-me de que houvesse embaraços à minha acção. Ajudava um tanto eu ser “the master of the purse”... mas o segredo estava nas numerosas reuniões de trabalho que eu mantinha, em Lisboa e nas Ilhas acerca dos programas em que havíamos acertado.

*

No Conselho de Ministros de 6 de Maio, apresentei a versão final das Opções Estratégicas. Ainda faltavam dois sectores que, mais de uma vez, foram prometidos para daí a poucos dias. O Primeiro-Ministro recomendou que se evitasse algum pormenor excessivo pelo qual nós viéssemos a ser chamados a responder. Todos os meus colegas intervieram. E houve algumas recomendações:

Deveria ser dada mais ênfase à questão da convergência real e da convergência nominal. Tinha de se “compactar” mais as medidas respeitantes a uma ou outra área, de modo a ser mais simples consultar o documento por quem só se interessasse por um determinado sector. Poder-se-iam manter as referências dispersas que lá estavam, mas elaborar um ou outro pequeno capítulo referindo as medidas específicas de um sector. Dever-se-ia propor uma hierarquização de objectivos dentro de um sector, porque seria certo não se poder atender a todos, ao mesmo tempo. O texto mencionava mais vezes o CIENCIA do que o PEDIP; seria bom valorizar, também, o segundo. A concentração proposta era muito importante em relação ao Ambiente; as medidas estavam lá todas, mas seria bom haver um “apartado” com uma referência específica a Espanha; a nossa relação com o país vizinho havia-se transformado muito. (Eu acho que isso não é tanto assim; nós temos alguns interesses próprios que não se fundem necessariamente com

os de Espanha). Deveríamos assumir um discurso mais assertivo contra a burocracia e contra o sub-desenvolvimento. Tínhamos de dar maior ênfase às pescas. Seria bom sublinhar ainda mais a importância da Educação. O acordo do GATT era compatível com a reforma da PAC; por isso tínhamos que insistir no primeiro, sem temores. Em vez de se falar no apoio das associações empresariais deveria dizer que era indispensável a sua mobilização activa. Seria bom sublinhar o papel da informação e da educação ambiental. O documento deveria mencionar a importância do desporto escolar e do desporto de alta competição. E mais umas tantas sugestões com idêntico carácter de pormenor facilmente inseríveis.

Como se costuma dizer, nestas ocasiões, o responsável foi muito felicitado...

O Primeiro-Ministro fez umas recomendações finais: dar ênfase à natureza “nacional” do documento; ampliar a referência à nossa convicção europeia; individualizar uma referência ao sector das pescas; expandir um tanto a referência às comunidades portuguesas no estrangeiro e à importância da Língua Portuguesa; mostrar a nossa preocupação com a qualidade ambiental.

Em meados de Maio o documento deveria ser presente ao Conselho Económico e Social. As últimas contribuições dos ministros teriam de ser dadas até ao dia 10. Tínhamos que resistir à tentação de acrescentar mais uma nova linha de acção (elas eram como as cerejas...). O maior problema era o facto de a Assembleia da República encerrar formalmente a 15 de Junho; a nossa proposta tinha de ser discutida antes de férias; talvez houvesse um prolongamento dos trabalhos. Assim, parti para a ultimização das Opções Estratégicas, com base nas quais decorreriam as nossas discussões com Bruxelas e o 2.º Quadro Comunitário de Apoio. Nesse mesmo dia, avistei-me com o Presidente do Conselho Económico e Social para, com a Secretária de Estado, combinarmos como decorreriam os trabalhos naquele órgão. E, à tarde, houve uma conferência de imprensa sobre o assunto.

*

No dia 8 de Maio intervim num debate sobre o futuro da Europa que teve lugar no Grémio Literário. O meu discurso está publicado (Discursos – Vol. VIII). Por isso não o reproduzo.

*

No dia 10 de Maio fui visitar, em Bruxelas, o comissário Padraig Flynn. Como era hábito recebeu-me com as mais desvanecedoras manifestações de estima; éramos velhos amigos. Fiz a minha exposição sobre o nosso PDR, insistindo muito na importância que atribuíamos à preparação dos recursos humanos. Falei nas escolas secundárias e nos institutos politécnicos e na formação dos professores. Chamei, também, a atenção para os sectores em crise, na Europa (a siderurgia, o carvão e o automóvel) e em Portugal (o têxtil e o calçado). Expliquei a razão pela qual a taxa de desemprego ia aumentar, devido às reconversões das unidades fabris. Referi-me à necessidade de flexibilidade. Disse-me do seu entendimento sobre a questão: deveriam ser os Estados-membros a explicitar o que gostariam de ver apoiado e falou muito no Objectivo 4 (“Adaptar os recursos humanos às diversas mutações e evoluções do sistema produtivo”) e no que estavam a fazer para o concretizar.

No dia seguinte de manhã, avistei-me com o Comissário Matutes, um espanhol cordial que haveria de ser Ministro das Relações Exteriores do seu país. Era um grande proprietário em Ibiza e considerado como muito rico; isso não o impedia de ser de trato simples e directo. Começámos por falar nas redes transeuropeias. Apresentei-lhe o modelo que já havia sido discutido com os ministros espanhóis e solicitei apoio para a sua concretização. Compreendeu os nossos objectivos concordando e pediu-me para o avisar pessoalmente logo que a nossa proposta tivesse sido enviada para Bruxelas. Justifiquei o peso dos nossos eixos rodoviários no documento que tínhamos apresentado ao fundo de coesão o que, naturalmente, fazia diminuir a parte devotada ao ambiente. Referiu-se ao facto de nós – Portugueses e Espanhóis – poluirmos pouco em comparação com os europeus do centro e norte. Isso justificava as nossas prioridades. Em relação ao regulamento dos fundos estava de acordo com a necessidade de eles consagrarem a flexibilidade, a intervenção dos parceiros sociais e o partenariado. Foi ele que trouxe à conversa a questão do gás; recomendou-me que se andasse depressa para aproveitar os fundos do REGEN; deveríamos gastá-los na sua totalidade e depressa.

Ficou claro que tínhamos um programa bem estruturado. Depois falámos sobre as eleições em Espanha que iriam ter lugar em 6 de Junho seguinte. Preocupa-

va-o muito a criação de emprego (a Espanha exibia valores altíssimos da taxa de desemprego).

Visitei, de seguida, o Comissário Bruce Millan. Estava ansioso por ver os problemas resolvidos. Temia que o trípulo não desse resultados ainda em Junho; se tivéssemos sorte seria lá para o fim de Julho, apesar de toda a boa vontade da Comissão e do Conselho. Deveria haver um encontro-extra do Conselho de Assuntos Gerais, exactamente no fim de Julho, para partirmos para férias com o assunto resolvido. Disse-me que o próprio Presidente Delors se envolveria pessoalmente nas negociações com o Parlamento. Se tudo corresse bem, a primeira sessão seria a 21 de Junho e a segunda a 13 de Julho. Perguntei-lhe por que não se faziam sessões parcelares, especializadas; ele designou-as por “mini-sessions”; e disse-me que os parlamentares não gostavam nada de as fazer; preferiam as sessões plenárias. Isso era, naturalmente, mais pesado. Mesmo se não se conseguisse o acordo sobre os fundos estruturais e de coesão até ao verão, seria certo que o acordo de Maastricht se veria ratificado e isso levava à constituição do Comité das Regiões, o que imporia uma nova série de discussões adicionais com os seus membros a quererem afirmar-se. Era importante, disse-me, que os quatro países da Coesão não se deixassem atrasar em matéria de procedimentos; no nosso caso tudo estava praticamente concluído. A maior parte das disposições contidas nos regulamentos iria continuar a vigorar. Mas seria melhor consolidar primeiro os regulamentos e só depois fazer a distribuição dos fundos; de outro modo, poderia haver uma grande confusão; por isso, não queria ter uma grande discussão sobre dinheiros naquela altura; pedia-me paciência e colaboração na afinação dos regulamentos. Era conhecida a média de distribuição dos fundos em 1992; deveríamos começar com a distribuição à volta desse número (os números relativos a 1992, em ECU e per capita haviam sido: Irlanda – 288; Portugal – 194; Grécia – 179; e Espanha – 118). A média era de 161 ECU/capita. Ele recordou que a Espanha tinha tido, em 1989, uma média baixa; deveria agora ser compensada; o pior, para nós, era que a Espanha representava quase metade da população dos quatro países; por isso, quando se passava da distribuição/capita para o total, o seu montante global era muito expressivo. Para podermos chegar a uma solução que fosse agradável aos países menos populosos não deveríamos falar muito de

dinheiros, em público. Seria melhor insistir no conteúdo dos programas. Eu não queria nada que houvesse soluções “ad hoc”, nem me interessava que se optasse por uma solução transitória; esta só geraria dificuldades de gestão. Para complicar as coisas havia algumas outras regiões que tinham manifestado a vontade de serem classificadas como do Objectivo 1.

Recomendou que se fizesse alguma pressão junto do Parlamento Europeu. A instância adequada para o fazer era o “Regional Policy Committee” presidido por um espanhol chamado Gutierrez-Diaz; para dificultar a nossa acção, ele não pertencia a nenhuma das principais famílias políticas presentes. Estimava-se, contudo, que ele não levantasse grandes problemas; estes costumavam vir da grande “família” socialista, a que, aliás, o próprio Comissário pertencia (ele era Labour e da sua ala esquerda!). Aconselhou-me a entregar a nossa proposta logo que fosse possível. Mas essa era a nossa disposição. Por isso eu queria ir à Assembleia da República antes de férias. Entre os “rapporteurs”, estava o Eng. João Cravinho; sabia-se que ele era crítico em relação aos regulamentos do Fundo Social. O alemão que presidia à comissão de orçamento estava a ser muito cooperante.

Em relação aos sectores a apoiar havia oposição generalizada em relação à Educação. Teria de ficar de parte a ligação das acções propostas ao desenvolvimento económico; era certo que o mesmo se iria passar em relação à Saúde. Por isso eu havia encaixado sempre as nossas propostas nesses dois sectores em programas operacionais integrados. Mas havia uma oposição expressa dos países do Norte a admitir o apoio a esses dois sectores. Achavam que eles deveriam ser da responsabilidade exclusiva de cada Estado-membro.

*

A reformulação do Objectivo 4, a que já fiz referência, estava a dar que falar. Em Bruxelas só queriam considerar empresas com mais de 500 trabalhadores, o que não nos conviria nada, porque deixaria de fora o grosso dos nossos destinatários. Por outro lado, eles queriam contrariar enormemente o número de programas operacionais; de 14 queriam passar para 1 ou 2, o que nos punha alguns problemas de focagem num determinado tema. Para nós a reciclagem dos professores era indispensável; para fazer vencer essa ideia propúnhamo-nos fazer a ausculta-

ção dos parceiros sociais através do Conselho Económico e Social (Comissão Permanente), no entendimento de que ela era um elemento determinante do sucesso. E assim nos íamos ajustando às novas regras para tentar resolver os nossos problemas.

*

O sector da Habitação preocupava-nos. Ou, de outra forma, passou a preocupar-nos mais porque o Fundo EEE trazia consigo a oportunidade de actuar com determinação sobre os problemas que ele levantava. Poderíamos enunciar três ordens de prioridades de actuação: i) a irradicação das barracas, especialmente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto; ii) a construção de casas económicas, para aqueles que não podiam arcar com a resolução do problema de habitação e iii) aperfeiçoamentos legais diversos relativos ao arrendamento, aos condomínios, ao licenciamento e a outras áreas semelhantes.

A solução da questão das habitações económicas reclamava um pedido de autorização legislativa; mas a Assembleia não gostava nada de um pedido desses, feito sem ser acompanhado do próprio diploma ou, pelo menos, do enunciado dos seus traços gerais. Deveria incluir-se, também, a simplificação dos registos e das formalidades notariais. O regime do arredamento comercial também deveria ser revisto mas tinha-se a consciência de que era matéria muito delicada. As Câmaras conheciam as nossas intenções e não haviam reagido mal àquilo que sabiam ser a linha de actuação proposta; mas era preciso ouvir, formalmente, a ANMP; e, sobretudo, era conveniente não publicar nada antes das eleições; isso só baralharia a situação. Depois dessa data, contudo, a actuação político-mediática seria decisiva.

*

A internacionalização da Economia Portuguesa era um tema recorrente nas nossas preocupações e discussões. Por isso, de vez em quando, o revisitávamos. Havia algumas empresas portuguesas que estavam a criar redes de lojas no estrangeiro (confeções, porcelanas, têxteis-lar, rochas ornamentais, etc.). Em Maio de 1993 havia anunciadas 122 intenções de investimento no estrangeiro. Eram,

quase todas, empresas de dimensão média. Mas os que o faziam queriam apoio, queixando-se, todavia, de que o processo era muito demorado; uma vez apresentada a candidatura, a análise do processo levava muito tempo (Quando me falam em coisas semelhantes, a primeira explicação que me ocorre é a falta de segurança dos “analistas”...; não sabem realmente o que dizer, porque há numerosos elementos intangíveis que eles não podem pôr no prato da balança... e não querem ser chamados a capítulo por qualquer recomendação qualitativa que façam...).

Havia, manifestamente, uma falta de perspectiva da intervenção das sociedades de capital de risco. Apesar de a atractividade dos incentivos concedidos não ser má. Existiam os chamados FRIE – Fundos de Reestruturação e Internacionalização da Economia – no Banco de Fomento. Mas eles não funcionavam como capital de risco. Desconfiávamos de que não houvesse um empenhamento suficiente daquelas sociedades, porque, se calhar, no seu entender o risco era muito elevado. Havia casos interessantes como o da cooperação no campo da construção civil no Irão; mas tudo foi por água abaixo a seguir. Existia uma convicção generalizada de que não se podia contar com os resultados do investimento directo estrangeiro em Portugal; havia muitos outros sítios para onde ir, nos quais eram oferecidas condições que nós não podíamos assegurar. A questão da imagem contava muito. Ainda estava generalizada a ideia de que nós só produzíamos coisas sem grande qualidade; e, para essas gamas, o mundo estava cheio de concorrentes com preços e com apoios à exportação que nós não podíamos praticar. Havia coisas que estavam a dar bons resultados: o SINDAVE excedia as expectativas, contribuindo para a diversificação do tecido produtivo no Vale do Ave; o RETEX estava quase pronto e a gerar muitas expectativas; o PRISMA representava uma continuidade do PEDIP que tinha entrado muito bem no mundo das empresas.

No sector da Agricultura tinha sido apresentado em Bruxelas um programa para reforço da competitividade, mas não havia merecido grande acolhimento. Eles estavam “submersos” com os problemas da PAC; não lhes fossem falar em programas para criar ainda mais concorrência àqueles que se manifestavam nas ruas ruidosamente e todos os meses...

*

No dia 20 de Maio tive uma reunião com o Ministro do Comércio e Turismo e com o Secretário de Estado do Turismo. Do meu lado estavam a Secretária de Estado do Planeamento e o Secretário de Estado da Administração Local. O tema era o Algarve!

O Algarve apresentava, naquela altura, um grave problema de competitividade internacional. Ele tinha de ser “vendido” como produto turístico por grandes operadores de turismo de massas. Havia, na Europa e fora dela, numerosos destinos alternativos. Por isso, impunha-se melhorar profundamente a qualidade da oferta no Algarve e isso não deveria acontecer somente no campo do equipamento hoteleiro; a melhoria tinha de ser geral. Por isso, aqueles meus dois Colegas se interessavam tanto pelos PDM e sua aprovação e pelo PDR e sua negociação. Tudo quanto fosse no sentido da melhoria da qualidade lhes importava: infra-estruturas básicas, recuperação urbana, alindamento das ruas, praças e jardins, arborização, vias secundárias, recuperação das praias, etc. Tudo isto só se poderia fazer em colaboração com as Câmaras Municipais, porque se tratava de uma actuação “manucurée”...

O Secretário de Estado do Turismo trazia, devidamente sublinhado, o livro de Philip Kotler, “Marketing Places” e queria aplicar as receitas já testadas ao nosso caso. Estimava em 5 milhões de contos o que se necessitava para esta acção de adaptação às novas exigências da procura. Em seis anos havíamos passado de mercados realmente pouco exigentes a novas circunstâncias em que eles não paravam de subir a fasquia.

O Secretário de Estado Alexandre Relvas era muito imaginativo na procura de soluções e incansável na concretização das respostas. Fomos encaixando muitas das suas sugestões quer no PDR quer nas obras municipais que concorriam aos fundos. Mas a acção era infundável porque todos procuravam avançar. Temos de ser exigentes, criar e projectar uma imagem de marca e zelar para que ela se mantenha. Trata-se de uma operação que tem de envolver todos os agentes: os nacionais, os regionais, os locais, os públicos e os privados.

*

Estava agendada a minha ida ao Conselho Económico e Social para apresentação das Opções Estratégicas antes do seu envio para a Assembleia da República. Eu deveria recolher sugestões que pudessem melhorar o conteúdo e eles teriam de produzir um parecer que acompanhasse a nossa proposta. Isso aconteceria na manhã do dia 21 de Maio. Na véspera estruturei a minha intervenção que não deveria ser lida mas assumir uma forma mais ligeira até porque acompanhava dois documentos extensos: uma Análise Económica e Social e as Opções Estratégicas. Eu deveria começar por fazer algumas referências à evolução da situação económica e social, especialmente durante o período pós-adesão. Conviria que sublinhasse o acréscimo de produtividade verificado mas referisse também a necessidade de crescer ainda mais. Tinha de mencionar o dinamismo do investimento; a Formação Bruta de Capital Fixo co-financiada no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, ao longo do período de 1989/93, era sensivelmente 21,5% da FBCF total. Tinha havido um progresso significativo na luta contra a inflação e no controlo do défice público. No período 1986/92, a relação investimento/PIB havia sido, em Portugal, 25% e a média comunitária 20%; no mesmo período, o desemprego em Portugal tinha sido de 4,2% contra uma média comunitária de 9,6%. A aproximação do nosso PIB/capita, em relação à média comunitária estimava-se em 4,7 pontos percentuais. Mas não estávamos satisfeitos! Persistiam diferenças que nos arrelhiavam. Por isso havíamos reflectido no que se havia de fazer, tendo recolhido numerosas sugestões e ouvido muitos responsáveis. O trabalho que lhes havia sido entregue era o resultado desse exercício de auscultação e síntese a que nos tínhamos dado. Referi as linhas gerais do documento, após o que a discussão se generalizou. Intervieram os seguintes membros do Conselho Económico e Social: Dr. Manuel Carvalho da Silva (CGTP), Prof. Viriato Soromenho Marques, Dra. Manuela Teixeira (FENPROF), Dr. Ferraz da Costa (CIP), Padre José Maia, Dr. Vasco da Gama (CCP), Dr. Mendonça Tavares (CAP), Dr. Agostinho Roseta (UGT), Dr. Belo Pinheiro, Dr. Alberto Ramalheira, Padre Victor Melícias e Dr. António Godinho (Câmara Municipal de Aljustrel). Resumirei o que disseram, sem mencionar expressamente o que referiu cada um deles:

Um queria mais tempo para analisar os documentos. Achava que se teimava em considerar Portugal como um oásis, valorizando o bom e minimizando o mau. Deveria haver maior preocupação com os trabalhadores. Conviria dar mais atenção aos salários reais e à competitividade; não se podia apostar nos baixos salários (O documento não o fazia em parte nenhuma; pelo contrário...). No período a que havia referência no documento 1986/92 conviria destacar dois subperíodos – 1986/89 e 1989/92 – não se podendo tomar como representativa a média geral, porque o primeiro subperíodo tinha tido um carácter muito excepcional; ao referirmos a média de sete anos estávamos a tentar iludir o País. Era muito importante a Educação e a Formação; mas estávamos a distanciar-nos das médias comunitárias, nomeadamente no grupo etário 18/25 anos. O que nós sublinhávamos no documento, relativamente ao sector da agricultura, não correspondia à verdade (Eu não me atrevia a fazer qualquer afirmação que não estivesse solidamente apoiada em estatísticas; não aguentaria a vergonha de um desmentido fundamentado). Em relação à indústria, estava-se a apostar em mega-projectos (Era o oposto; os sistemas de incentivos estavam orientados para as PME e com sucesso patente). O futuro do país não se iria construir só com empresas novas; era preciso fazer evoluir o que já existia. Estávamos a apostar em soluções milagrosas. Era preciso assumir a responsabilidade social do Estado. E dar mais relevo à convergência real. A terciarização que se estava a viver em Portugal não era natural. As Opções que eu tinha apresentado eram muito genéricas; queria ver o quadro financeiro que lhes estava associado; através dele é que se ficariam a saber as prioridades que definíamos. No PEDIP II não havia referência nenhuma à higiene e segurança no trabalho; havia-se dado tratamento preferencial às associações patronais... (Esta intervenção era uma conjugação de um exercício de “How to lie with figures” com a leitura mais enviesada possível das propostas; esta é uma boa maneira de perder credibilidade: “martelar” números e destacar o que não foi afirmado, não representa uma maneira decente de criticar seja o que for, mesmo sabendo-se que a posição ideológica do crítico estava bem caracterizada e identificada). Eu havia apresentado um documento sobre a “Análise Económica e Social” e outro sobre as “Opções Estratégicas”. Um dos participantes ma-

nifestou apreço por ambos. Nos dois, as referências ao Ambiente eram abundantes e rigorosas, mas preferia que os indicadores que referiam o valor de algumas variáveis “per capita” fossem substituídos por essas variáveis pelo valor do PIB; isso identificaria melhor a dimensão do esforço que estávamos a fazer. Deveríamos destacar mais a avaliação do 1.º QCA e referir a capacidade de execução da própria Administração Pública. Nas Opções, a referência à Educação e Formação teria de ser mais expressiva, nomeadamente a formação de quadros técnicos. Dever-se-ia promover uma maior articulação entre os sectores (recursos hídricos, águas sujas, resíduos sólidos urbanos, etc.). O primeiro volume (Análise Económica e Social) era muito optimista. Deveria dar-se mais peso à profissionalização dos docentes, referindo o esforço feito não só em termos quantitativos, mas também qualitativos. Na Educação Pré-escolar, deveria ser sublinhado o esforço feito pelas associações de solidariedade social. Havia instalações escolares insuficientemente aproveitadas, ao mesmo tempo que outras estavam saturadas. A educação tinha de representar uma actividade recorrente. Concordava esta participante com a necessidade de aumentar a formação técnica mas perguntava: com que professores? Era preciso preparar professores qualificados nas áreas tecnológicas. A formação contínua dos docentes representava uma necessidade. O Conselho Económico e Social deveria discutir particularmente três domínios: (a) a Saúde; (b) a Segurança Social e (c) a Educação e Formação. Tínhamos feito muito “hardware”; havia chegado o momento para olhar mais para o “software”. Era importante estabelecer ligações entre a educação/ investigação e a indústria. O papel que os subsídios haviam tido deveria ser analisado com profundidade; talvez não tivesse sido tão bom como nós admitíamos. O Taguspark representava o exemplo do que não deveria ser feito (Não estou certo de que o mesmo participante fizesse, hoje, a mesma afirmação...). Deveria ter-se dito muito mais sobre a Segurança Social; ela iria determinar problemas muito sérios no futuro próximo (Tinha toda a razão). Queria mais referências a montantes concretos (Mas nós ainda não os havíamos negociado com Bruxelas...). Tinham que ser mais nítidas as relações entre objectivos e instrumentos. Era importante criar um grande aeroporto para servir Lisboa. Havia desaparecido a marinha mercante; queria-

mos que desaparecesse agora a companhia aérea? Não fazia sentido apostar nas pescas se na própria Comunidade Europeia não houvesse uma mudança radical da sua política; estávamos a financiar o abate de embarcações e isso era um erro (Eu pensava o mesmo) e estava a contribuir para destruir um sector e fazer perder todo o “know-how” que possuíamos. Deveria olhar-se com mais cuidado para a forma como nos propúnhamos apoiar a indústria nacional; conviria baixar o limiar a partir do qual “os nacionais eram tratados como estrangeiros”. Deveria apertar-se mais os critérios em matéria de infra-estruturas tecnológicas. Os recursos minerais, a energia e a floresta mereciam referências mais aprofundadas. Dever-se-ia elaborar mais sobre Aljustrel, sobre Neves-Corvo e sobre as relações entre as duas ocorrências. Os custos de energia em Portugal eram, inconvenientemente, elevados; era urgente reduzir a tributação sobre a energia. As instituições particulares de solidariedade social não eram candidatas a fundos estruturais; mas deveriam poder sê-lo. A radiografia apresentada era boa; mas deveria aprofundar-se a referência à exclusão social; não chegava referir a necessidade da sua prevenção e redução; importava que se fosse radical. Deveria mencionar-se mais a qualidade de vida e a dignidade de vida. Havia velhos que não tinham medo de morrer; Tinham era medo de viver!... A família deveria ser objecto de maior referência. Não queria um Estado-providência, nem um Estado-missionário, mas a Administração Pública tinha de intervir mais profundamente no sector. O ensino pré-primário era uma prioridade. Os documentos estavam muito bem-feitos, mas não mencionavam medidas concretas e eram estas que se tornava necessário conhecer. Havia satisfação por se reconhecer o sector terciário como importante para o desenvolvimento. Por isso era preciso reestruturar o comércio e curar da formação profissional no sector. A desertificação do mundo rural era inconveniente; dever-se-ia fazer uma análise exaustiva acerca do rendimento dos agricultores; em algumas áreas tinha havido aumento, mas também se viam quebras. Concordava com as nossas opções estratégicas. Era preciso que elas fossem ouvidas pelo maior número. Defendia um apoio expressivo às florestas. Qual era a eficácia prática dos dois documentos apresentados? Quando chegasse a ocasião teríamos de nos ocupar da avaliação rigorosa dos programas que cons-

tassem do Quadro Comunitário de Apoio negociado com base nestes documentos. A redução das assimetrias de desenvolvimento deveria permanecer como objectivo. Tinha que se olhar, em permanência, para a produtividade e para os salários. Era importante assegurar a estabilidade do emprego. Novamente, a segurança social! Não deveria haver desperdícios em relação ao que já existia; este também tinha de contar. Não deveríamos ser conformistas em relação às regras definidas pela Comissão Europeia em relação aos fundos estruturais; teríamos de lutar pelas alterações que mais nos conviessem (Eu não tinha feito outra coisa, ao longo dos últimos sete anos!...). Os documentos eram bons mas havia três áreas em que eles se mostravam incompletos: i) na avaliação do impacto da evolução da Europa de Leste, em relação à qual havia um desconhecimento generalizado; ii) no papel da Defesa Nacional e das Forças Armadas e iii) na área da Cultura, onde se deveria expandir a referência às políticas de apoio à criação e à produção. Não havia uma referência suficiente ao papel da Família e ela representava a célula fundamental da Sociedade. A solidariedade seria indispensável no futuro próximo. A humanização da sociedade também. As necessidades humanas não eram satisfeitas somente através da economia; havia que atender aos outros vectores de resposta. A desertificação do Alentejo era preocupante; tinha de ser atalhada rapidamente; talvez o Alqueva fizesse alguma coisa por isso (Acabou por fazer muito...). O projecto das minas de Aljustrel deveria ser objecto de maior atenção.

Como se vê, as intervenções eram como “os pimientos de Pádron: unos pican y otros no”... Houve recomendações ajustadas que eu me apressei a dar indicações para serem incorporadas, mas também surgiram expressões de posições políticas feitas para serem reproduzidas cá fora ou nos órgãos de comunicação social que habitualmente se faziam eco das opiniões de certas forças. Eu achava imprescindível ouvir um leque variado de opiniões, mas fui aprendendo a criticar as críticas; umas eram fundamentadas, outras só se faziam para uso externo. De qualquer modo, estas reuniões, para mim, não constituíam uma mera formalidade. Eu aprendia genuinamente com o que era dito, embora tivesse de ser muito selectivo.

*

O Comissário Bruce Millan havia-nos assegurado que o nosso projecto do gás poderia contar com um apoio de 14 milhões de contos; era uma ajuda substancial. Mas o regulamento para a utilização do subsídio ainda estava por definir em fins de Maio de 1993 e nós teríamos só até ao fim do ano para assinar o compromisso, porque a linha de onde a ajuda sairia extinguir-se-ia nessa data. Teríamos de andar depressa.

Por essa altura, a cooperação com os países de Leste é que era “chic”... Em Bruxelas gostavam muito de lá ir, sucedendo-se as propostas de apoio. Eu olhava para esse afã com pouco entusiasmo. Recomendiei que a cooperação com aqueles países tivesse muito mais expressão política do que económica. Esta sairia, inevitavelmente, do mesmo bolo onde nós nos abastecíamos... A França iria realizar, por essa ocasião, uma conferência sobre essa ajuda. Simultaneamente, visitar-nos-ia uma delegação do Senado francês e o Grupo de Schengen com quem nós poderíamos ir avançando a nossa posição. O Governo francês havia sugerido a existência de uma comissão de gestão para cada fundo: queria controlar de perto as aplicações de cada um; o Presidente Mitterand tinha sido sensibilizado para isso por um relatório recheado de maus exemplos e, por isso, não perdia a oportunidade para manifestar o seu desagrado.

Em Maio de 1993 estávamos preocupados com a falta de dinamismo da presidência dinamarquesa; esta seguia-se à do Reino-Unido que havia sido pouco entusiástica, para dizer o mínimo. Estava a ser irreversível a abertura a Leste. Também havia o alargamento aos países da EFTA mas, em relação a estes, nós éramos muito favoráveis; isso só nos poderia trazer vantagens.

Em Maio de 1993 soubemos que as datas previstas para as eleições para o Parlamento Europeu, em 1994, eram os dias 9 ou 12 de Junho... dias fatais para uma grande afluência às urnas, porque, em Portugal, caíam no meio de “pontes”. Pedimos para se transmitir isso a Bruxelas com a certeza de que poucos perceberiam a natureza do problema que nós teríamos de enfrentar... Estávamos, então, a assistir a uma diminuição da competitividade europeia. Isso preocupava-nos muito pelo reflexo que teria na nossa própria situação económica.

*

Antes de férias há, sempre, uma sucessão de acontecimentos que tornam a nossa vida demasiadamente cheia. Foi o que aconteceu nos dias 4 e 5 de Junho. Na sexta-feira à tarde participei em Aveiro nas II Jornadas Sociais que trataram dos problemas do mundo real, no sábado de manhã estive em Viana do Castelo para intervir no 1.º Congresso Ibérico do Urbanismo (o discurso está publicado – Discursos VIII) e de tarde no Porto numa sessão com Autarcas sobre financiamento do Poder Local. O domingo seria aproveitado para preparar a semana seguinte. Era uma vida sem tempos vagos!...

*

No princípio de Junho de 1993 havia uma agenda parlamentar activa. Tinham sido avançadas três interpelações ao Governo sobre a transparência da vida política, sobre a agricultura e sobre a degradação da democracia. Nós tínhamos apresentado algumas iniciativas legislativas: lei de programação militar; autorização legislativa para a realização da EXPO' 98; outra sobre os recursos hídricos; uma quarta sobre condomínios e, como já referi, as Opções Estratégicas do Desenvolvimento Regional que iriam ser apresentadas em Bruxelas. Nessa ocasião preocupava-nos muito a questão dos “disponíveis” que queríamos arrumar até ao verão. Havia concursos internos; o Ministério da Saúde tinha mandado abrir concursos de uma forma considerada como impecável. Mas, a mim, tocava-me de perto o problema dos excedentes de investigadores; não era nas universidades que o problema se punha de forma aguda mas nos Laboratórios de Estado, nos quais muitos deles se haviam “funcionarizado”. O Ministro da Indústria queixava-se de que não poderia ficar com quem queria. Por outro lado, em algumas das instituições poderia haver secções que acabariam, criando os maiores problemas. Uma grande parte pensava que as universidades estariam abertas a acolher todos os doutorados; mas isso não era assim, porque havia a concorrência dos que já lá estavam. A atitude pouco activa dos quadros daqueles laboratórios estava a causar-nos problemas sérios; por um lado, não queríamos desguarnecer instituições que, em teoria,

eram úteis; por outro lado, não havia expressões materiais dessa utilidade. O assunto era, de facto, da maior sensibilidade.

*

Em princípios de Junho chegou ao nosso conhecimento o relatório da OCDE sobre Portugal. Já o referi noutros lugares: a OCDE é uma organização que desempenha bem as numerosas funções que lhe estão cometidas. Por isso, a publicação de um relatório destes merecia sempre atenção. Referiam-se à nossa política macro-económica a médio-prazo. Salientavam o controlo da despesa pública e a consolidação das contas públicas. Mencionavam as reformas feitas no processo orçamental. Salientavam as transferências feitas para as Autarquias Locais e o seu envolvimento e competências ligadas ao desenvolvimento. Davam relevo ao sector da Saúde. Referiam-se ao privilégio que dávamos às despesas de investimento mas apontavam o grande peso das despesas de consumo público. Achavam que deveríamos aplicar-nos na realização do inventário do património público e que, no contingente dos funcionários públicos, seria conveniente que tivessem mais peso os técnicos (ou de outro modo, os funcionários deveriam ter maior preparação técnica). O peso das Autarquias Locais era baixo, mesmo para um estado unitário. Apontavam o crescimento permanente das despesas com o Serviço Nacional de Saúde. E anteviam que o séc. XXI fosse explosivo em matéria de segurança social, reclamando, por isso, medidas urgentes. A crítica maior respeitava à lentidão da redução da taxa de inflação. Eu sabia bem o que custava fazer descê-la porque, todos os meses, competia-me anunciar os valores correspondentes ao Primeiro-Ministro e ao Ministro das Finanças. Lembro-me bem da manifestação de júbilo deste último quando passámos só para um dígito! Em termos de investimento público o nosso nível não era considerado como elevado. Em resumo, estávamos a andar bem, com necessidade de maior focagem em dois ou três domínios.

*

O sector da Saúde é sempre muito sensível. Qualquer notícia má é sistematicamente ampliada, suscitando uma grande comoção. Foi o que aconteceu em Évora, em princípios de Junho, por causa do sistema de hemodiálise. Aquilo que se apurou indicava que o sistema de abastecimento público de água tinha-a fornecido com dez a quinze vezes o teor de alumínio adequado. Isso havia-se reflectido no sensível sistema de hemodiálise, causando treze óbitos confirmados e um doente em estado de coma. Foi logo nomeada uma comissão de investigação presidida por um magistrado.

O sector da hemodiálise absorvia cerca de 10 milhões de contos por ano ao Estado. Ele assegurava a qualidade de vida e mesmo o seu prolongamento a muitos compatriotas nossos. Mas tinha que funcionar com margens de tolerância muito baixas. O que quase passava sem consequências visíveis para pessoas sãs era crítico para os doentes. Daí a prolongada referência que a comunicação social fez ao acidente.

*

Em meados de Junho estávamos preocupados com a moléstia dos salários em atraso. Para o Ministro da Indústria tratava-se, antes, de falências em atraso... Mas a verdade é que se tratava de uma originalidade portuguesa em que uma das partes de uma relação contractual faltava ao cumprimento das suas obrigações, com um grande e chocante à-vontade. A prática tinha tido a sua expressão máxima em 1985, decrescendo e atingindo um mínimo em 1990, para voltar a crescer em 1991. Estavam a ser os próprios trabalhadores a pedir à Inspecção para não accionar os mecanismos de punição do crime; nas pequenas e médias empresas a relação com a entidade patronal era próxima e eles mantinham a esperança em melhores dias, Mas 50% do montante dos salários em atraso respeitavam a empresas que já não trabalhavam; não deveria haver, por isso, grande convicção em ver corrigida a situação. Havia um Fundo de Garantia Salarial, alimentado por 0,1% da massa salarial, que assegurava algum pagamento; os trabalhadores ficavam imediatamente protegidos socialmente. Mas voltava a questão das demoras associadas ao processo falimentar. Eu ouvia recomendações a este respeito desde os meus tempos na Comissão de Planeamento da Região do Norte. Nós mantínhamos dúvidas

sobre a capacidade daquele fundo; quando muito, pagaria uma pequena parte do salário. Mas não resolvia a situação. Queríamos, por isso, acentuar a dimensão do incumprimento do vínculo salarial. Não nos parecia que uma pequena prestação substitutiva de salários viesse a solucionar o problema.

*

Preocupavam-nos as contínuas agitações no sistema educativo. Eu, quando havia passado pela sua tutela, quinze anos antes, tinha aprendido a graduar a minha inquietação de acordo com quem se manifestava; tinha-se adquirido o hábito de protestar, todos os dias, na Avenida 5 de Outubro, a maior parte das situações não correspondendo a casos que merecessem qualquer sobressalto. Mas, entretanto, algumas organizações haviam-se estruturado e robustecido, não se podendo minimizar os efeitos que a sua acção causava sobre a opinião pública.

O Ministério da Educação havia nascido, com outro nome, em 1870. Tinha tido, ao longo da sua existência cinco grandes reformas, uma das quais em 1993. Entre 1979 (depois de eu sair...) e 1984 tinha duplicado o número de professores; não havia emprego lá fora e refugiavam-se no ensino. Era o resultado de cedências sucessivas. Continuava a grande partidização da máquina do Ministério. Começava a haver sérias razões para se proceder ao reordenamento da rede escolar, o que libertaria docentes e a impor-se a ideia de que a avaliação era indispensável. A parte curricular era objecto de muitas críticas; cada um tinha a sua ideia acerca do que se deveria ensinar e do modo de o fazer e dizia-o “alto e bom som”. A questão da formação dos professores ganhava acuidade. Assistia-se a uma queda do peso do 1.º ciclo e a um aumento do 3.º ciclo e do secundário. A educação pré-escolar, muito justamente reclamada, tinha crescido 2,5 vezes nos últimos dez anos; mas já era preocupante a baixa de natalidade. Por outro lado, o abandono escolar na sequência de reprovações apoquentava-nos. O domínio que nos merecia mais cuidado era o da Matemática, com as maiores repercussões nas possibilidades dos discentes virem a beneficiar de formação adequada. A taxa de abandono escolar no final do 5.º ano era expressiva e muito desapontadora quando se havia definido a meta dos 12 anos de ensino obrigatório. Ainda tínhamos uma taxa de analfabetismo a rondar os 11%! Estimava-se que, em cinco anos, se

atingissem taxas de nível europeu, mas, a verdade é que ainda era muito elevada. Havia a crítica justificada de que o ensino secundário era muito “livresco” e pouco mobilizador do interesse dos jovens. Tinha que se actuar sobre isso, o que implicava começar pela formação dos professores.

Havia a pretensão de racionalizar o parque escolar e apostar na qualidade. Os aspectos orçamentais do Ministério davam cuidado, dado que ele era responsável por mais de 50% dos funcionários da Administração Central. Havia-se assistido a uma evolução positiva da relação do número de alunos por professor, mas, até então, isso devia-se sobretudo à contratação de mais professores. A percentagem da Educação no PIB, nessa altura, era maior em Portugal do que em Espanha, da ordem da da Holanda e a aproximar-se da da França. No nosso país salientava-se o grande peso do financiamento da Educação pela Administração Central. Eu não estava a ter grande sucesso na transferência de competências desse sector para as Autarquias Locais; estas resistiam o mais que podiam à absorção de novas responsabilidades. O Ensino Básico, nessa ocasião, absorvia quase dois terços dos recursos (63,90%), quando deveria ser qualquer coisa à volta dos 40%. As Direcções-escolares vinham dos primeiros tempos da República e estavam habituadas a um grande à-vontade na contratação de professores; tinham que ser guarnecidas com elementos mais habilitados no domínio da gestão. Nessa ocasião (1993), pensava-se que o ensino pré-escolar deveria estar integrado nas mesmas escolas do que o primário. O pior é que ainda estava, quase na totalidade, na dependência da Administração Central. Eu achava que ele deveria ser o escalão privilegiado para a acção das Autarquias Locais e das IPSS... A rede escolar primária exibia grandes índices de insucesso. A reversão da situação passava pela formação de professores, especialmente pela actualização dos mais velhos que confessavam a sua ansiedade diante do ensino de matérias novas. Havia uma grande falta de laboratórios nas escolas, o que comprometia a sua modernização.

Por outro lado, constatava-se um grande “desligamento” da escola em relação à sociedade, particularmente do secundário em relação às empresas (Uns anos mais tarde, vim a tomar a iniciativa, com o Dr. Artur Santos Silva, de propor ao Presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Rui Rio, para lançar uma geminação entre os agrupamentos escolares da cidade do Porto (17) e outras tantas

empresas; os resultados têm sido excelentes; o programa chama-se “Porto do Futuro”). Mas, na generalidade, as Autarquias mostravam relutância em assumir responsabilidades que achavam não deverem ser suas.

As escolas não tinham instalações para a componente não lectiva que estava a crescer. E os professores não ficavam nas escolas; davam as suas aulas e iam-se embora; havia que averiguar se isso acontecia por falta de instalações. Mas não se verificava qualquer reflexão negativa sobre os docentes responsáveis por tão altos níveis de insucesso. E, todavia, eram elevados os níveis de falta de assiduidade que, aliás, não eram sequer controlados. Por outro lado, os pais não se envolviam nas actividades das escolas. É sempre difícil manter associações de pais a funcionar; hoje (2016) a situação é melhor, mas reclama muita dedicação por parte dos respectivos “animadores”.

Para fazer uma reforma do Sistema Educativo, o Governo tem de comunicar com todos os agentes por fora do sistema; os professores recebem e ligam mais às comunicações dos sindicatos do que às orientações formais que lhes chegam; os pais talvez ouçam a Comunicação Social, mas não têm acesso directamente às informações oficiais. Por outro lado, é certo, como dizia Michel Rocard que “uma reforma de Educação nunca se faz com os professores”...

Aborreciam-nos as cedências constantes às corporações de professores. (Mas ainda não havíamos chegado à situação actual - 2016 – em que se pode dizer ser a FENPROF quem está a dar instruções ao ministro; e, por isso, está calada há vários meses...).

Não havia a “cultura da exigência” de que tanto precisávamos. Mas ainda era corrente a moda dos pedagogos que sugeriam reforma atrás de reforma (O Leitor lembrar-se-á de eu ter referido não ter aceite nenhuma nova experimentação pedagógica quando passei pelo Ministério da Educação; é que elas sucediam-se umas atrás das outras, sem se fazer a avaliação de nenhuma daquelas que se punham de lado). Dever-se-ia chamar mais as empresas e as associações industriais à colaboração.

Mas, também, se deveria assegurar que não houvesse, no sistema educativo, tanta compartimentação como a que existia.

Eu insistia muito na avaliação de alunos, de docentes, de estruturas ... Tudo deveria estar a ser avaliado para se poderem tomar iniciativas que ajudassem a corrigir o sistema na direcção que fixássemos.

Havia, nessa ocasião, cerca de mil escolas com menos de cinco alunos. Isto, além de muito caro, era anti-pedagógico! Impunha-se alterar a situação. Em termos de paridade de poder de compra, a nossa despesa por aluno era elevadíssima. Devíamos racionalizar os gastos.

O sector da Educação é, sempre, um dos domínios mais árduos para qualquer Governo. A clientela é muita e os aliados são poucos!

*

Com vista à melhoria das condições de negociação das verbas do novo QCA a orientar para o tecido produtivo reuni-me com os meus Colegas da Indústria e do Comércio e com a Secretária de Estado, em 21 de Junho. Deveríamos promover a inovação e a internacionalização das nossas estruturas empresariais. O apoio a projectos que fossem definidos como estratégicos deveria ser gerido em regime contratável. Havia saído um trabalho do Prof. Êrnani Lopes que fazia recomendações ajustadas. A componente de internacionalização das empresas tinha de ser confiada ao ICEP. Os projectos integrados conviria que fossem aprovados sempre por dois ministérios. A internacionalização representava um programa horizontal que competia ao Ministério do Comércio gerir.

*

No dia 22 de Junho fui à Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano para discutir a proposta de Opções Estratégicas que constituíram a nossa base de negociação do 2.º Quadro Comunitário de Apoio. Estavam presentes, também, outras Comissões. Intervieram os seguintes Deputados: Jorge Lacão, Lino de Carvalho, Rui Rio, Menezes Ferreira, Guilherme d'Oliveira Martins, Silva Pinto, António Campos, António Murteira, Nuno Ribeiro da Silva, Domingos Azevedo, Gameiro dos Santos, Julieta Sampaio, António Martinho, José Sócrates e Manuel dos Santos. Resumirei o que disseram sem mencionar o que foi dito por cada um:

Começou por haver protestos por se estar a ouvir mais do que uma Comissão Parlamentar; cada uma deveria fazer o seu relatório e não ser elaborado um único para todas elas. Ainda não dispunham do parecer do Conselho Económico e Social e achavam ser isso um inconveniente. Não tinham ouvido nada relativamente à aplicação do princípio da subsidiariedade; ela seria feita através da celebração de parcerias? Queriam conhecer atempadamente as proposta do Governo sobre os regulamentos comunitários. Interessava, particularmente, o modo como seria aplicado o princípio da adicionalidade. Deveria haver articulação entre as propostas nacionais e as comunitárias. Queriam ter conhecimento acerca da avaliação que estava a ser feita do 1.º QCA. Temiam que o Governo se contentasse só com uma avaliação “financista” que lhe seria favorável, porquanto sabiam que estava a haver uma alta taxa de execução; mas o que interessava era a modernização da estrutura socio-produtiva, a atenuação das assimetrias regionais, etc. Os fundos estruturais haviam tido um real impacto ou não? A desertificação e o envelhecimento de certas parcelas do território não haviam sido contrariadas. Estávamos a assistir a uma invasão da economia espanhola. Onde é que estava um programa para a descentralização e para a regionalização? Sabiam que estávamos ocupados a decidir sobre a aplicação do “Paquet Delors II”; quais eram as prioridades que estávamos a definir? (Mas era isso, exactamente, o que estava em discussão naquela reunião!). Um dizia que tinha dificuldades em realizar uma discussão profunda sobre o tema; estávamos a partir com cinco meses de atraso para essa discussão; o debate em plenário iria iniciar-se daí a uma semana; era pouco o tempo para discutir e reflectir (Não seria se tivessem o trabalho de casa feito, como eu já referi algumas vezes, ao longo destas memórias). Estas eram as opções estratégicas do partido do Governo e não do País; tinham que dispor de mais elementos; queríamos realmente discutir ou somente informar? Um deles recordava o debate de há quatro anos atrás; as opções não eram muito diferentes (Alguma coisa grave teria de ter acontecido para o serem...). O Governo estava a fazer descobertas que eles já tinham visto há anos; deu como exemplo o Plano Hidrológico Nacional para o qual estávamos a partir tarde. O meu discurso não jogava com a realidade: era optimista de mais! As regiões fragilizadas estavam

cada vez mais débeis. Que modelo de desenvolvimento é que eu tinha na cabeça? Quanto ao diagnóstico, eu até estava a ir bem; o pior era o tratamento que propunha, 90% do país era rural e o que eu havia apresentado representava, na prática, o abandono do mundo rural. Tinham-me ouvido invocar a importância da constituição de “nichos de qualidade”; era com “núcleos” que iríamos reforçar o nosso tecido industrial? Isso não seria suficiente para travar a “desindustrialização” a que assistíamos. E como ia avançando a OID do Alto Alentejo? Quais os modelos de gestão que eu propunha? Outra vez a coordenação pelas Comissões de Coordenação? E a participação das Autarquias Locais?

Houve quem reclamasse sobre os protestos relativos ao formato da reunião; haviam sido os “leaders” partidários que, por razões de calendário (estávamos quase no fim de Junho), haviam aceite aquele formato. O documento apresentado estava bem elaborado. A questão de fundo era sobre se o que nele se continha, como proposta, contribuiria ou não para a convergência real.

Um outro Deputado avisou-me de que iria ser violento, roçando o limite da correcção; mas não poderia agir de outra forma. Queria que eu dissesse quais as diferenças que havia entre o enunciado das Orientações Estratégicas e a proposta de Plano de Desenvolvimento Regional. A nossa proposta era só para os Deputados lerem e discutirem a nossa sugestão de PDR e não para a aprovarem porque, afinal, ela era um mero documento negocial para definir as verbas de que iríamos beneficiar, em Bruxelas. Por isso, a minha apresentação era uma manifestação de “esperteza”, porque o Governo ainda poderia modificar o PDR, durante a discussão sobre o QCA. Queria ter a possibilidade de aprovar o documento final. Concluiu com ameaças várias.

Na próxima revisão constitucional deveria fazer-se menção ao papel dos Planos de Desenvolvimento Regional, porque nada constava sobre eles na Constituição. Os planos de médio-prazo eram discutidos no início da legislatura e não desta maneira. Na revisão constitucional de 1992 falava-se no acompanhamento, pela Assembleia da República, das matérias comunitárias (era o que eu estava a tentar que eles fizessem!...). Mas estávamos diante de um sistema dualista, em relação aos planos: dois órgãos tinham afinal competências semelhantes: a Assembleia

da República e o Governo; não podia ser! Estávamos a discutir o PDR; mas as competências estavam divididas. Depois de 1992, as da Assembleia ficaram reforçadas. Viram que eu tinha promovido amplos debates junto da opinião pública, durante meses! Mas aqui só lhes dávamos oito dias para essa discussão. A Assembleia também deveria apreciar, discutir e aprovar a reforma dos fundos. Não interessava considerar esta apresentação como uma mera formalidade, porque a grande questão viria depois. Atribuía a maior importância à educação e à formação; isso tinha de ficar claro no documento.

Um outro tinha ficado preocupado com o texto. Ele não fazia a integração das diversas partes nem apontava para uma selecção clara dos instrumentos a usar. O PEDIP havia sido uma experiência frustrante, porque não apoiara muitos tipos de iniciativas; impunha-se que tivéssemos sido muito mais selectivos; deveríamos fundir o PEDIP com o SIBR, “sem Tordesilhas” (Eles haviam sido distinguidos, porque, de facto, tinham propósitos distintos). Não lhe pareciam mal os “núcleos”; correspondiam a uma perspectiva correcta; não estava nada de acordo com uma divisão Litoral/Interior; deveria ser tudo considerado em conjunto. A reforma da estrutura do Estado era obsoleta; “cheirava” aos anos 60! No sector das pescas poderíamos ser uma grande potência porque dispúnhamos de uma costa imensa! (Não falava dos fundos nem de outras condições indispensáveis à existência de recursos pesqueiros). Não estávamos a tomar o sector a sério. Os nossos portos eram caríssimos (Tinha toda a razão!). Era importante mobilizar a inteligência e a investigação; havia acompanhado a evolução do INETI; tinha passado da “chama” à burocracia; um retrocesso! A Educação e a Formação estavam em compartimentos estanques; deviam fundir-se! Era preciso dar mais relevo ao Ambiente.

Outro Deputado disse da sua grande desilusão com as Opções Estratégicas; o País estava numa grave crise e elas não o ajudariam a sair dela. Não se fazia o suficiente pela agricultura e pelo mundo rural. Não havia, realmente, Opções Estratégicas em relação aos dois. Deveria dar-se muita mais importância aos aproveitamentos hídricos; ainda não se havia feito o aproveitamento hídrico de Trás-os-Montes, do Vouga, do Algarve e da Beira Interior. O factor “água” tinha de ser muito mais realçado. Teria de se renegociar a PAC com muito mais determinação nos sub-sec-

tores da horticultura, da fruticultura, da floricultura, da floresta, etc. Os milhões de MECU que aí viriam teriam de ser aplicados Em coisas com futuro. Os mercados abastecedores teriam de ser constituídos; havia operações de calibragem, de “frigorificagem” e outras que deveriam beneficiar de estruturas de concentração preparadas pelo Estado. A agricultura representava um sector estratégico; no ano 2000 estaríamos a consumir mais de 80% do que produzíamos. As assimetrias iriam aumentar: começava a ser trágico viver no mundo rural. Os fogos florestais constituíam em flagelo inominável. Havia que retirar biomassa da floresta e que elaborar programas integrados. As Opções Estratégicas tinham um valor nulo porque a população portuguesa precisava de ter esperança e elas não lha davam. A metodologia usada havia sido lamentável. Queriam proceder a uma avaliação crítica do 1.º QCA, antes de se pronunciarem acerca do 2.º PDR. Daí é que se deveria partir para o novo (Mas o primeiro ainda não estava concluído e demoraria algum tempo a ser avaliado; e nós precisávamos de partir para o segundo Quadro...). A região de Évora tinha 17% de desempregados, segundo uma comunicação da CGTP; ora, via-se no horizonte o encerramento das Pirites Alentejanas. Em alguns Concelhos do Alentejo o único empregador era a Câmara Municipal (Isso só era verdade em relação a Barrancos! Mas quem tinha contribuído para acabar com o investimento privado no Alentejo havia sido o grupo político a que o Orador pertencia! ...). Estávamos a aplicar um dogma neoliberal e muito radical que não resolvia os problemas das assimetrias espaciais. Em relação ao mundo rural eu só me havia referido à floresta e ao turismo; ora estes representavam apenas duas componentes de uma política mais vasta que eu não tinha explicitado. Era preciso preparar o País para o consumo agro-alimentar. Um outro Deputado considerou os dois documentos (Opções Estratégicas e PDR) como bons, exaustivos e objectivos. Havia uma sólida apreciação da evolução do País. As Opções Estratégicas estavam bem-fundamentadas e, afinal, haviam chegado ao Parlamento há cerca de um mês; podiam, por isso, ter sido estudadas com profundidade. O 1.º QCA não podia, ainda, ser avaliado porque estava em curso. As negociações em Bruxelas constituíam um processo muito complexo e volátil; era preciso começar cedo a aguentar muita concorrência.

Para quando é que eu tencionava levar ao Parlamento Português as iniciativas comunitárias? A quanto é que elas montavam?

Os documentos apresentados haviam resultado de um sonho mau!... Mas eu deveria atalhar o que havia corrido mal no 1.º QCA. Tinha de ser dada mais atenção aos recursos humanos, ao sistema de ensino e à formação dos trabalhadores que não haviam tido a oportunidade de a ter feito na idade própria; a experiência com o Fundo Social Europeu não tinha sido boa; era preciso revê-la! Quais as alterações que propúnhamos para o sistema educativo e para o de formação profissional? Portugal não dispunha de nenhuma estratégia industrial; quais eram os sectores que se deveria privilegiar? Havia a megalomania das grandes empresas (Era uma referência velada à Ford-Volkswagen); e as PME tradicionais que criavam tanto emprego? As empresas já estavam lançadas às feras; não podiam, agora, ser deixadas ao abandono. Dever-se-ia reanimar os transportes marítimos e encomendar navios nos estaleiros navais portugueses que estivessem em posição de os construir (Não disse se era ao Estado que competiria pagar esses navios...).

O que é que se estimava para montante do Fundo de Coesão? A sua mobilização seria feita pela Administração Central ou pelas Autarquias Locais? Quais seriam os portos que nós privilegiaríamos? E para quando a navegabilidade do Tejo? Seria de avançar já com o seu projecto? Sabia que haveria uma rede de distribuição de gás natural no Litoral; e o Interior? Os sistemas de incentivos seriam só financeiros ou também fiscais? E os primeiros seriam a fundo perdido? E as zonas em crise? O que faríamos em Portalegre, em Gouveia e noutras terras com problemas de emprego? Eu havia dito que as transferências comunitárias duplicariam, no 2.º QCA; e as correspondentes para as Autarquias Locais também duplicariam? As Autarquias haviam desempenhado um bom papel no 1.º QCA; mas o dinheiro não chegara; seria possível deslizar o remanescente ainda não concluído, para o 2.º QCA?

Os recursos humanos é que representavam a grande questão. Era preciso qualificá-los mais. Deveria ter sido feita uma avaliação do PRODEP I. Deveria atender-se ao ensino especial e assegurar uma cobertura do país por uma rede do pré-escolar. Não poderiam ser encerradas as escolas do Interior. A escola deveria ser considerada como um polo cultural em cada povoação! E o ensino artístico? O ensino profissional deveria estar ligado à escolarização obrigatória.

Nós falávamos em coesão económica e social, mas só o Partido Socialista é que estava a manifestar preocupação em relação à coesão entre regiões. O que transparescia das minhas propostas era um país a duas velocidades. Disse que que a minha proposta de reforçar o papel das cidades intermédias não tinha dado nenhum resultado.... Quais eram as medidas que eu propunha para atenuar as assimetrias regionais? Seria optando por novas macro-cefalias? O IP4 ainda não havia mostrado representar um verdadeiro eixo de penetração no Interior. Como evitar o retrocesso de certas regiões? Eu não havia mencionado a transferência de recursos hídricos entre bacias; seria que ela iria ter lugar?

O Deputado José Sócrates começou a sua intervenção com uma tirada de grande efeito: Não valorizava nenhum documento! Nem a Bíblia! Soavam-lhe mal palavras como Opções Estratégicas; eram grandes de mais! Onde é que se iriam materializar as aplicações dos dinheiros! Isso é que interessava saber. Em relação à atenuação das assimetrias regionais, não acreditava em nada do que eu dizia. O Estado ou se reformava ou era reformado por via dos acontecimentos que se iriam sucedendo. Deveriam ser criadas instâncias de discussão regional. A grande prioridade era a água. Mas o grande agente poluidor eram as empresas industriais e isso deveria levar-nos a agir. Seria que teríamos uma programação séria em relação à modernização das empresas industriais debaixo do ponto de vista ambiental? Quando é que eu apresentaria um tal programa? Era preciso tratar da inserção social dos grupos marginais; seria possível incluir isso num programa do PDR que se referisse à exclusão social? Houve, finalmente, um Deputado da Oposição que pediu a palavra para afirmar que o segredo do Governo residia na sua capacidade para polarizar a comunicação social; tinha-o feito mais para si próprio do que para a importância das Opções Estratégicas. relatei esta audição com alguma detença para ilustrar de novo aquilo que tenho dito muitas vezes. Não é com intervenções destas que se avança e se credibiliza o regime parlamentar. Grande parte das intervenções ou se prenderam com formalismos ou reproduziram queixas vulgares na imprensa, ou foram paroquiais... Poucas ajudaram a melhorar a nossa proposta. E, todavia, estávamos a tratar de um documento importante para o desenvolvimento do País! Não é nada popular a minha recomendação: tem de haver menos Deputados, mais preparados e

mais apoiados em gabinetes de estudos que estruturam e fundamentam as suas intervenções. Não interessam intervenções pouco sólidas mesmo com esmeros de oratória (que não tinham), nem erudição (que tinham ainda menos), nem com expressões de interesse paroquial. A Assembleia é composta por Deputados da Nação. É esta que tem de merecer as suas atenções e trabalho.

E, nesse tempo, toda a discussão se passava sem a Comunicação Social estar presente!... Imagine-se o que seria se ela estivesse...

*

No dia 28 de Junho de 1993 houve uma reunião, na Assembleia da República, das Comissões Parlamentares de Economia, Finanças e Plano dos doze Estados-membros da Comunidade Europeia. Também participou um representante do Parlamento Europeu. O Deputado Manuel dos Santos, o qual chefiava a Comissão Portuguesa, sublinhou a importância para Portugal da ajuda financeira comunitária. Era interessante que esta reunião coincidissem com outros acontecimentos convergentes: a discussão das Opções Estratégicas e do Plano de Desenvolvimento Regional. Apontou os pontos fortes e fracos da economia portuguesa. Referiu-se à modernização da nossa estrutura produtiva e à preocupação que tínhamos em relação à atenuação das assimetrias regionais. Em relação ao futuro, o mais importante era a convergência real.

O representante do Parlamento Europeu chamou a atenção para a eventualidade de haver contradição entre as prioridades definidas pela Comunidade e as dos Estados-membros. Referiu-se, nomeadamente, à possibilidade de haver choque entre as prioridades de Portugal e de Espanha, em domínios como os transportes ou as redes eléctricas de alta tensão. A reforma dos fundos havia sido uma iniciativa comunitária; como é que eu a avaliava?

Depois falaram todos os representantes dos países-membros. Foram abordados os seguintes assuntos:

Definição e utilidade do fundo de coesão. Redes Transeuropeias. O princípio da abertura e do controlo democrático das decisões. O acesso aos documentos fundamentais por parte dos parlamentares europeus; a presença destes como

observadores nos comités de gestão dos diversos programas, para acompanhar a avaliação. Cooperação e intercâmbio entre os Estados-membros. Os potenciais conflitos de interesses entre Portugal e Espanha. As regiões elegíveis para apoio comunitário e a definição dos critérios de distribuição por que se pautaria essa ajuda. A insuficiência do controlo democrático. As relações com os países da Europa Central e de Leste e a afirmação que alguns dos seus representantes haviam feito, dizendo que não queriam dinheiro, mas estradas! Com estas asseguraríamos a convergência. Como olhava eu para o apoio a conceder à Polónia e à Hungria? Flexibilidade da economia portuguesa e concorrência internacional. As economias periféricas debatiam-se com problemas semelhantes aos nossos. O desenvolvimento do sector dos transportes representava um imperativo. Para alcançar a convergência real era preciso, antes, identificar as divergências; em meu entender, quais eram estas? E a imigração vinda de países terceiros? (Quem punha esta questão era um parlamentar italiano!.. Já nessa ocasião, o seu país tinha problemas especiais nesta área). Os fundos estruturais deveriam ser majorados em função das divergências observadas (O Mezzogiorno tinha mais de 25% de taxa de desemprego; isso não poderia deixar de afectar os critérios de distribuição das ajudas!). Como é que se iria resolver o problema do défice orçamental? E o caso da Jugoslávia? Como entendia eu que se lhe deveria pegar? Um senador italiano achava que havia insuficiência de participação dos parlamentos europeus na definição dos regulamentos dos fundos; deveria haver uma adaptação dos parâmetros de distribuição à definição das zonas de elegibilidade; não se estava integrar a taxa de desemprego e ela deveria ser considerada (A Itália não deveria levantar esta questão; o Mezzogiorno tinha “engolido”, durante décadas, milhões de liras de ajudas, fazendo crescer a Lombardia com as suas encomendas de equipamento e só sustentando algum emprego local à força de subsídios; manifestamente, um caso de má definição da estratégia seguida). A taxa de co-financiamento deveria ser aumentada. Dever-se-ia falar mais em poupar dinheiro do que em gastar dinheiro (RFA). Portugal estava a querer criar instrumentos para melhorar a qualidade de vida. E o aumento da produção? Deveria procurar-se alcançar a maior eficácia possível na aplicação dos fundos. A Europa estava cada vez mais democrática; mas ainda havia défi-

ce democrático em alguns sectores ou áreas. Devíamos estar preparados para experimentar os efeitos de uma taxa de desemprego da ordem dos 50%, como era a dos novos “länder” alemães do Leste (antiga RDA). Um Deputado achava que o Conselho não estava a cumprir os seus deveres, em matéria de controlo, nomeadamente das fraudes que toda a gente sabia serem correntes, mesmo em programas comunitários.

Lá respondi a cada uma das intervenções, sem produzir considerações contundentes como mereciam algumas delas. A minha suspeita era de que a maior parte deles pretendia mais que as suas palavras fossem reproduzidas ou em Bruxelas ou nas suas capitais do que suscitasse respostas aprofundadas da minha parte. De qualquer forma, elaborei sobre todos os pontos levantados, tendo-nos todos separado com a expressão de votos de bom-trabalho para cada um dos participantes.

*

No dia 29 de Junho iria haver na Assembleia da República a apresentação das Opções Estratégicas e da proposta de PDR. Ela duraria quatro horas! Como era habitual a discussão seria muito focada no Primeiro-Ministro, mas estaria presente todo o Governo, cabendo a cada ministro responder às perguntas sectoriais mais importantes. A mim cabia-me a apresentação inicial dos dois documentos para o que me foi dado um tempo de 50 minutos. A minha apresentação consta do livro VIII dos meus Discursos; por isso não a reproduzo. Para preparar a discussão, houve uma reunião no fim da tarde do dia 18.

Com a duplicação dos fundos comunitários nós estimávamos que aquela fosse a última grande oportunidade para adaptar o País aos novos tempos. O sector das infra-estruturas avultava nas nossas intenções de investimento; a rede de estradas avançava bem, mas a rede de caminho-de-ferro não progredira quase nada; esse era um ponto fraco. Não deveríamos fornecer informações demasiadamente minuciosas, porque isso poderia embaraçar-nos no futuro. As alterações da PAC teriam, seguramente, repercussões em Portugal; o sector da Agricultura, em Portugal, era, provavelmente, o que mais profundas mudanças iria experimentar; por isso, teríamos de lhe dar muita atenção; as prioridades que o sector havia definido respeitavam à água, às florestas e à comercialização. A promoção da imagem do

país no estrangeiro era, para nós, uma tarefa inadiável; fazia parte da internacionalização, num propósito em que nos aplicaríamos.

Era evidente que a nossa proposta vertida no documento que iria para Bruxelas tinha um carácter eminentemente político e como tal teria de ser tratada. Seria conveniente que ele fosse flexível, porque se destinava a uma negociação. Por exemplo, não conviria nada ser exaustivo numa referência à localização precisa dos novos hospitais a construir; poderíamos ter de alterar uma ou outra; bastava apontar o seu número global. Por outro lado, ainda não havíamos colhido a opinião do Conselho Económico e Social e esta poderia levar-nos a uma ou outra alteração. Deveríamos ser cautelosos em relação aos órgãos de gestão de cada programa; a experiência anterior tinha provado tratar-se de matéria complexa que deveria ser ajustada caso a caso; por outro lado, sabíamos que seria conveniente reduzir o seu número; a multiplicação de órgãos por programa havia induzido dificuldades de gestão desnecessárias. Era evidente que os meus Colegas que não tinham acesso ao fundo de coesão não poderiam ver duplicada a sua quota-parte dos fundos; a duplicação respeitava ao conjunto dos fundos e o fundo de coesão só poderia ser aplicado em transportes e no ambiente; por isso, era certo que, fora destes dois sectores, não seria possível garantir a duplicação dos fundos. Com estas preocupações e precauções, preparámo-nos para a discussão.

*

No sentido de preparar a participação dos Deputados do PSD na apresentação das Opções Estratégicas e da proposta de Plano de Desenvolvimento Regional reuni-me com os Deputados do partido do Governo na véspera da apresentação. Fiz uma breve apresentação dos dois documentos que eles, aliás, já possuíam e dispus-me a responder às perguntas que quisessem fazer. O seu porta-voz disse que iria distinguir, na sua intervenção, o passado, o presente e o futuro. Em relação ao primeiro, chamaram-me a atenção para o facto de muitas das aplicações dos fundos na Agricultura e na Indústria não terem sido boas; a transparência de afectação do Fundo Social Europeu e de alguns fundos da Agricultura deixava muito a desejar; tinha havido dificuldades de acompanhamento por parte da Assembleia da República em relação à aplicação dos fundos. Em relação ao

presente, não lhes estávamos a dar todo o tempo de que necessitavam. Tinham visto notícias das minhas sessões de preparação em várias reuniões pelo país ou de apresentação das propostas (no CES), mas ficavam com a sensação de que a tramitação dos documentos na Assembleia da República estava a ser um tanto apressada. Precisavam de mais tempo! (Tudo havia sido combinado através do Ministro-adjunto que tinha a tutela dos Assuntos Parlamentares).

Em relação ao futuro queriam que eu assegurasse: i) que a gestão dos fundos seria flexível e aproveitadora de todas as oportunidades; ii) que se promoveria uma alteração do perfil industrial do nosso tecido empresarial; iii) que os fundos não excluíssem um esforço nacional expressivo; iv) que o acompanhamento da execução fosse feito através de relatórios a que os Deputados tivessem acesso e v) que se recorresse abundantemente à contratualização para assegurar que todas as partes envolvidas soubessem claramente quais as suas responsabilidades e que cada uma assumisse as suas.

*

No dia 19, depois do almoço, haveria a grande sessão para apresentação das Opções Estratégicas e do PDR. A minha intervenção, como já disse, consta do Vol. VIII dos meus Discursos. Depois de a fazer, vieram as perguntas. Foram feitas pelos Deputados Menezes Ferreira, Lobo Xavier, Ferro Rodrigues, Octávio Teixeira, Helena Torres Marques, Mário Tomé, António Martinho, André Martins, Leonor Coutinho, Lino de Carvalho, Oliveira Martins, Silva Pinto e Manuel dos Santos. Houve, depois, uma intervenção do Deputado Jorge Lacão. O que se passou está nas Actas das Sessões da Assembleia da República, mas resumirei as perguntas e comentários feitos:

Foi criticado o método de trabalho; um Deputado achava que só no final da leitura do Volume II é que tinha percebido que a proposta do PDR era só para informação, porque ela consistia somente de um documento negocial sobre o qual ainda muitas decisões (alterações) poderiam vir a ser tomadas. Esse facto não lhe retirava, obviamente, a necessidade de ser discutido no nosso Parlamento (Já o tinha sido com as Comissões Parlamentares e estava agora a ser apresentado ao Plenário). Queria mais quantificação; de outro modo o interesse da discussão estaria limi-

tado. Um outro achava que o documento era consensual; perguntava se havia alguma opção nova; parecia-lhe haver continuidade de objectivos, sem rupturas; afinal, havia muito pouco de novo. Um outro queria discutir o PDR mais tarde. As interpretações consensuais não queriam dizer documentos consensuais. A diminuição do diferencial de crescimento com a Comunidade representava um objectivo ou não? Os salários portugueses eram muito diferentes da média comunitária; o que iríamos fazer para os aproximar? O diferencial de competitividade também era expressivo; como pretendíamos atenuá-lo? E por que forma de Segurança Social optaríamos? No quadro de recessão em que vivíamos, como se iria assegurar a convergência? Mas, afinal, o que estávamos a discutir: as Opções Estratégicas ou o PDR? Havia um livro cinzento, de capa e de conteúdo, que referia o que pretendíamos fazer para preparar Portugal para o futuro; mas ele só tinha generalidades! Ainda por cima era para seis anos, ultrapassando o período da legislatura! (Mas o período 1994-2000 havia sido fixado pela Comissão Europeia e respeitava a todos os Estados-membros). A constituição não proibia o Governo de ir ao Parlamento apresentar o PDR mas a responsabilidade política era nossa (O PCP era contra a Comunidade Europeia, contra Maastricht e contra tudo o que cheirasse a economia liberal). Os nossos documentos estavam cheios de banalidades. Os números eram tão elevados que parecia que já não impressionavam ninguém. O nosso PIB/capita era 55% da média comunitária e o nosso salário médio era 1/3 do da Dinamarca e metade do da Irlanda. Tínhamos um longo caminho pela frente! As assimetrias regionais haviam aumentado. Só ligaríamos ao Alentejo quando não houvesse lá ninguém. Falava-se do gás natural; mas de onde é que ele viria? Tínhamos 1,2 milhões de reformados, o produto agrícola a descer e o industrial também; como iríamos resolver a situação? Como é que eu poderia propor um PDR no qual se gastassem 3.500 milhões de contos? O Governo estava a padecer de grande desorientação; não conseguia ver quais eram as Opções Estratégicas. A nossa desorientação era parecida com a que vinha da Europa. A regionalização era cada vez mais urgente. Perpassava uma sensação de êxito, de confiança e ambição, enfim, a alquimia do optimismo! O Governo não via as falências que iam acontecendo e o aumento do desemprego? E a perda da competitividade? Qual era a política para além dos “pacotes”, para a agricultura,

para a indústria e para a pesca? Ou apenas queria investir no factor humano? No Douro, o sector do vinho generoso estava em estagnação; nele vivia-se uma grave crise; o Deputado que intervinha, havia feito uma proposta de desenvolvimento integrado que montava a 52 milhões de contos; iria eu dar-lhe sequência? (Esta intervenção era para mero uso local!). Quais eram as diferenças significativas entre os documentos apresentados e os de índole semelhante anteriores? Tinha havido alterações no País que todos reconhecíamos; onde estava o resultado disso? Preocupavam-no o desenvolvimento sustentável e a diminuição das assimetrias regionais. A criação das regiões administrativas era urgente. A nossa dependência relativamente ao exterior ia-se acentuando. Eu falava muitas vezes na boa utilização dos fundos, mas a verdade é que, na nossa própria análise, nós havíamos recorrido a 25 indicadores e por eles se via que as assimetrias regionais persistiam; 70% dos recursos do FEDER haviam ido para o Interior e ele continuava a não convergir! O sector da Habitação não nos tinha merecido muita atenção e, todavia, haviam sido construídas 750.000 novas casas ao longo dos últimos dez anos; e continuava a haver um défice habitacional; e um aumento das casas vagas... Qual era o perfil de especialização da economia portuguesa? Portugal apresentava uma economia cada vez mais fragilizada; isso devia-se a uma deformação da estrutura produtiva; o documento proposto deveria apontar soluções para a sua correcção. Seria com base nas empresas estrangeiras e exportadoras? Pondo-nos ainda mais na dependência do ciclo da crise internacional? A verdade era que Portugal estava cada vez mais dependente e periférico. Um Deputado via que na bancada do Governo estava o Ministro da Educação; que novidades havia em matéria de Educação e Formação? Os objectivos do PRODEP I haviam sido alcançados? Iríamos adiar os objectivos fixados? De acordo com as estatísticas publicadas relativas ao sector, estávamos com três anos de atraso. Que domínios de actuação prioritária apontávamos para a política industrial? Porque não fazer a concentração de todos os sistemas de incentivos (SIBR, PEDIP, etc.)? Os contratos-programa a celebrar sê-lo-iam com grupos económicos de matriz portuguesa ou preferíamos um sotaque estrangeiro? Devíamos curar dos apoios às PME, numa perspectiva de organização e de informação, mas pondo-nos fora de qualquer forma de clientelismo político.

Para terminar as perguntas e considerações diversas o Deputado Manuel dos Santos referiu-se à Lei de Hoffstater (que eu não conhecia...) e que dizia: “As coisas demoram sempre mais tempo a realizar do que aquilo que se pensa!”. Tomei boa nota. Com um rol de observações e perguntas como este não era fácil escolher, entre elas, as que deveriam merecer um comentário ou uma resposta. Ainda, por cima, eu não deveria deixar passar em branco nenhum dos intervenientes. Lá fiz o que pude.

A intervenção do Partido Socialista foi confiada ao Deputado Jorge Lacão:

O Governo não estava com tempo para ouvir os seus parceiros. Só se estava a cumprir um ritual parlamentar. Quem perdia com isso era o Povo. Olhando para o passado viam-se as promessas que o Governo tinha feito e deixado por realizar. Os Orçamentos de Estado eram a expressão dos nossos fracassos! Onde estava a reestruturação necessária do sector têxtil? E das empresas mineiras? E da Lisnave que ia fechar? E das indústrias de conserva? O nosso sector alimentar estava a ficar todo na mão de estrangeiros. Quais eram as nossas políticas de inovação e de diversificação? Assistia-se a um falhanço programático! Era manifesta a degradação do nosso sistema educativo! No campo do desenvolvimento regional, ou o levávamos até à fronteira ou a fronteira faria alargar a área de influência espanhola. Tinha de se proceder à reforma do Estado-Providência e ao seu financiamento. Reclamava-se uma luta contra o clientelismo e a favor da transparência, da concentração estratégica e da descentralização funcional. Em vez de pacotes “ad hoc”, precisávamos de um exercício de integração global. Era urgente a definição de um modelo de especialização produtiva.

Não era fácil comentar ou fazer perguntas na sequência de uma intervenção deste teor!

*

Em 1 de Julho de 1993 houve, na Assembleia da República, um debate sobre o Estado da Nação. Seria uma longuíssima sessão, porque antes de férias não haveria outra de importância política equivalente. Estas sessões repousavam sempre muito sobre o Primeiro-Ministro. Os ministros deviam estar todos presentes e intervinham dois ou três previamente designados. Para mim, era a quarta vez que

eu iria ao Parlamento nessa semana. Fui, por isso, dispensado de fazer qualquer intervenção, mas deveria estar atento, porque as Opções Estratégicas e o PDR poderiam vir de novo à baila. O Primeiro-Ministro fez um longo percurso pela situação que se vivia:

Era preciso mudar e nós estávamos com coragem para o fazer. Tínhamos confiança nos Portugueses. E detestávamos o pessimismo decadentista de alguns políticos. Os índices de bem-estar, em Portugal, haviam crescido e isso era bom. Os órgãos do Poder Local eram autónomos e actuantes. Mas, apesar dos sinais positivos, o Primeiro-Ministro era o primeiro dos insatisfeitos. Tínhamos de valorizar mais a Língua Portuguesa. Havia mais de 150 milhões de pessoas a falar Português, no mundo e isso era um factor positivo, para nós, mas trazia-nos responsabilidades acrescidas. Havia a possibilidade do acordo de Maastricht entrar em vigor ainda durante 1993 e isso era positivo. Estava-se a viver uma recessão sem paralelo nos últimos cinquenta anos e isso trazia-nos dificuldades acrescidas. As suas causas eram difíceis de detectar. Tinha havido uma expressiva queda do investimento e o desemprego situava-se em níveis muito elevados. Nós não queríamos ser uma fortaleza, mas tínhamos de combater todas as situações de ilegalidade. O Governo iria continuar a apostar no trabalho do Conselho Económico e Social e nas suas virtualidades, nomeadamente no que à concertação social respeitava. Para nós o combate ao desemprego representava uma prioridade; por isso atribuíamos tanta importância ao investimento, à criação de emprego e à formação profissional. O Ambiente representava um sector de actuação indiscutível; deveríamos conjugar o desenvolvimento com o ambiente. Tinha deixado de ser suficiente plantar para colher; era preciso também saber organizarmo-nos para vender. A conciliação da governabilidade com a estabilidade era o nosso cuidado maior. Era preciso ousar para fazer enriquecer Portugal. Nenhum político tinha o direito de fazer abalar a confiança dos Portugueses. Dispúnhamos dos instrumentos necessários para levar a acção por diante.

O discurso traduzia uma enorme confiança no que estávamos a fazer. Suscitou numerosas perguntas e críticas que estão nas Actas das Sessões.

Como eu havia passado quatro horas, dois dias antes, a tratar de assuntos do meu pelouro não houve comentários a esse respeito: Só uma intervenção se referiu à nossa propensão “federalista” na Europa. O Primeiro-Ministro atalhou logo: enquanto o orçamento comunitário representasse 1,4% do PIB europeu, não haveria qualquer probabilidade de adesão realista a soluções federalistas para a Europa. Muitas vezes, vão buscar-se “fantasmas” para agitar a discussão política, sem qualquer fundamentação realista.

*

O Governo queria assinar um acordo com os parceiros sociais. Por isso, o Primeiro-Ministro e os Ministros que faziam parte do Conselho de Concertação Social reuniram-se no dia 5 de Julho. O encontro teve lugar na Sala D. Maria, no Palácio de S. Bento, porque ainda não havia instalações próprias para o CES.

O Primeiro-Ministro começou por referir os resultados da cimeira de Copenhaga que tinha ocorrido uns dias antes. A intervenção focou-se, especialmente, em questões económicas e sociais, tendo transposto para a situação portuguesa, os efeitos de algumas linhas de acção adoptadas. O desemprego e a competitividade haviam dominado a Cimeira; o número de desempregados, previa-se que atingisse, em 1994, o valor recorde de 19 milhões! Estava a observar-se uma perda de competitividade em relação aos Estados-Unidos e ao Japão, tanto nos sectores de procura fraca como, mesmo, nos de procura débil. Havia-se tentado delinear uma estratégia para o curto e médio-prazo; iria ser apresentado um livro-branco para o qual deveriam contribuir todos os Estados-membros que teriam de enviar as suas achegas até Setembro seguinte. Era certo que cada Estado-membro não resolveria por si só, os seus próprios problemas. Até a grande Alemanha estimava-se que tivesse um decréscimo desse indicador da ordem de -2,3%, em 1994! Deveríamos desenvolver acções nacionais e acções comunitárias, devidamente coordenadas. Um dos vectores dessa acção seria o investimento em infra-estruturas, no ambiente e na renovação urbana e o apoio à actividade económica, especialmente através das PME. No âmbito nacional, levar-se-iam a cabo algumas reformas estruturais, especialmente em relação à flexibilidade do emprego. O nosso défice orçamental situava-se na média europeia que, todavia, era muito

elevada (6,5%); alguns países já iam em 8%. Portanto, seria de manter uma vigi-
lância apertada sobre os desequilíbrios orçamentais. Deveríamos manter a ca-
minhada para a moeda única, se possível acelerando; nunca retardando. Tinha
havido, pela primeira vez, em 22 Conselhos, uma discussão sobre taxas de juros
reais. Quando comparadas com as dos Estados-Unidos e do Japão (2% a 3%), as
dos países europeus eram três vezes maiores; tinham, por isso, que baixar. Para
isso, deveria haver uma estratégia de pressão concentrada. Verificava-se que o
marco já não estava a dominar como o havia feito anteriormente. Esperava-se
que, dessa forma, houvesse uma descida das taxas de juros reais, aproximando-
-se das norte-americanas e das japonesas sem, contudo, atingir os seus valores.
Se o défice orçamental e a inflação disparassem, a tendência observada para o
crescimento pararia logo. Em relação ao Sistema Monetário Europeu a política
cambial era de interesse comum porque fazíamos parte de um sistema, não sen-
do possível a cada país, de per si, resolver a situação. Pretendia-se ver reforçada
a linha de crédito do BEI com 3.000 MECU, 2.000 para as redes transeuropeias
e 1.000 para as PME, esta com uma bonificação de 3%; mas este reforço ainda
teria de ser apreciado e ratificado pelo ECOFIN. Havia a convicção generalizada
de que só as PME seriam capazes de criar os postos de trabalho que eram neces-
sários. Era urgente aprovar os novos regulamentos dos fundos estruturais e do
fundo de coesão. O número de regiões do Objectivo I havia subido. Havia uma
linha de crédito intercalar, no valor de 5.000 MECU que estaria disponível até ao
fim de 1995, especialmente destinada aos países da coesão; teria, naturalmente,
de ser ratificada pelo ECOFIN. Dar-se-ia muita importância à concretização das
redes transeuropeias (transportes, telecomunicações e energia). Em resumo, as
grandes preocupações, haviam sido o reforço da competitividade e a criação de
emprego que, também, eram as nossas. Ficaria grato pelas sugestões das duas
partes, a patronal e a sindical, tendo em vista a celebração de um acordo global
que abarcasse todo o ano de 1994.

Falaram muitos dos Conselheiros presentes: o Dr. Ferraz da Costa (CIP); o Dr. Vas-
co da Gama (CCP); o Dr. Pedro Feist (CLP); o Prof. Rosado Fernandes (CAP); o Dr.
Torres Couto (UGT); e o Dr. Carvalho da Silva (CGTP-IN). Alguns deles, por duas
vezes. Não individualizarei as suas intervenções.

As razões da não-competitividade europeia deviam-se aos custos não-salariais na Europa que eram muito elevados. Não se estava a proceder à modificação do padrão estrutural da economia europeia. A apreciação das moedas europeias face ao dólar e ao yen tinham vindo complicar mais a competitividade da Europa. Mas não havia soluções milagrosas; as transformações tinham de se construir ao longo dos anos. A burocracia estava a ser nociva, particularmente para as PME. Tinha havido afirmações arrogantes sobre as taxas de juro por parte dos responsáveis portugueses. Tinha-se dado uma protecção excessiva ao sistema financeiro; este havia “engordado” demasiadamente. A supressão do imposto de selo sobre os encargos daria um alívio de 2 a 3%. O nosso sistema fiscal não era competitivo; não se admirasse ninguém se, por isso, houvesse uma fuga para “paraísos” fiscais. Havia um problema no mercado de capitais, a que era urgente atender. Tinha que se controlar firmemente a despesa pública. No âmbito do OE 94 e do PDR, em últimação, deveria olhar-se para os portos, os caminhos-de-ferro, a TAP e a marinha mercante que forneciam exemplos abundantes de má gestão; deveria privilegiar-se uma perspectiva de privatização de numerosos serviços. Em relação ao desemprego, os problemas maiores iriam ocorrer nas indústrias tradicionais, os quais não eram susceptíveis de resolução através de obras públicas! A sua mão-de-obra era dificilmente reconvertível. Seguiriam de perto a realização da EXPO’ 98; recomendavam que se curasse de assegurar vantagens aos projectistas e às empresas portuguesas.

Viram com satisfação a reactivação da concertação social e estavam abertos à participação. Mas a conjuntura era desfavorável para iniciativas deste género. As PME estavam a enfrentar dificuldades insuperáveis e os seus empresários desmoralizados. Dever-se-ia mostrar às PME do Comércio que o Governo compreendia a sua situação aflitiva. Deveríamos ter a consciência de que não haveria sobrevivência assegurada para um grande número de empresas. Os efeitos da proliferação das grandes superfícies haviam sido fatais. Era preciso ampliar a formação de modo a assegurar a mobilidade de emprego.

O valor das taxas bancárias representava um grande problema. Os montantes do crédito mal-parado não eram salutares. Os custos bancários representavam o dobro dos custos salariais (2/3 para custos financeiros; 1/3 para salários!). Portugal,

era, nessa ocasião, o país da Europa com o valor mais elevado da relação “número de comerciantes /habitante”; isso dava uma medida da vulnerabilidade do sector. Ir à trela do Bundesbank não era agradável. A RFA tinha sub-avaliado as suas potencialidades para integrar, de uma feita, os “länder” da RDA. O problema da competitividade europeia era um caso sério. Era muito difícil ser um bom empresário em Portugal com a má administração pública que tínhamos; deveríamos reformá-la de alto a baixo. Tínhamos de curar de fortalecer o associativismo, para isso, tendo de alterar as mentalidades. Os princípios do rigor orçamental e da “domesticação” da inflação mereciam óbvio acordo. A, Agricultura, em Portugal, não era para acabar! Havia zonas que sobreviveriam bem a nível internacional. O problema da educação era grande!

Na Cimeira de Lisboa havia sido recomendado que se procedesse primeiro ao aprofundamento e depois ao alargamento da Comunidade. Ninguém estava a ligar a isso e os acontecimentos políticos inesperados estavam a levar a fazer o contrário. O que se estava a querer era constituir uma grande EFTA com uma moeda única; era uma incongruência! Haveria, agora, que pensar em dois modelos: um económico e outro institucional. A recomendação do Presidente Delors de ter primeiro uma Europa forte para depois vir uma Europa generosa ia ser difícil de conseguir. Estava a assistir-se à penetração de produtos sensíveis no espaço europeu, vindos de fora; devia-se chamar, para isso, a atenção do Comissário Leon Brittan. O apoio à Europa Central e de Leste deveria fazer-se mas com modulação da taxa de penetração dos produtos sensíveis. Era certo que não haveria soluções exclusivamente nacionais; daí a importância da acção das instâncias comunitárias. O “livro branco” de que tinha sido dada notícia era uma questão importante; a sua elaboração deveria ser levada muito a sério. A crise que atravessávamos tinha uma fortíssima componente importada; mas a crise portuguesa também mostrava uma forte dose de deficiências estruturais. O PDR representava uma oportunidade que deveria ser aproveitada. A Educação e as actividades de I&D mereciam a maior atenção. Portugal não poderia limitar-se a ser um país de serviços; ele precisava de ser re-industrializado, mas, para isso, era preciso assegurar a recapitalização das empresas. No novo PDR deveria ser aproveitada a experiência positiva do PEDIP, mas adaptando-se aos ensinamen-

tos que poderiam ser colhidos. Havia sectores tradicionais que ainda poderiam ser salvos. Recomendava-se a elaboração de um Plano Nacional de Emprego. O sector da Habitação tinha que merecer atenção; além do mais, ele contribuiria para a criação de emprego; o problema não se confinava à eliminação das “baracas”; era mais amplo e tinha maiores virtualidades. A situação do desemprego em Portugal estava a começar a ser muito complicada; não poderíamos só olhar para os números; tínhamos de ir atrás das explicações. O alto valor da taxa de desemprego em Espanha estava muito ligado às profundas reestruturações que eles haviam feito. Os desempregados em Portugal pertenciam a uma faixa etária insusceptível de reconversão. A situação da cristalaria da Marinha Grande era preocupante. Na marinha de comércio assistia-se a alterações pouco tranquilizantes; uma companhia havia substituído os marinheiros portugueses por outros polacos e filipinos com ordenados muito mais baixos. Este interveniente estaria de acordo com a moderação salarial se também houvesse moderação nos lucros através do reinvestimento tendo em vista a modernização das empresas.

A mensagem de Copenhague era positiva, mas com uma opção política de fundo que não conduzia à solução adequada. A situação portuguesa era pior do que a europeia. Estava de acordo com o acréscimo da competitividade, porém, sem destruir elementos sociais essenciais; não se deveria perder a dimensão social do problema, a Sociedade tinha de assegurar aos Cidadãos números que eles já adquiriram. Tinha de se reforçar e não fragilizar a dimensão social. Avaliando os resultados do 1.º QCA achava que os meios não haviam sido canalizados para as empresas que ficaram em desvantagem, em relação à vulnerabilidade criada pela concorrência (Isto não era, pura e simplesmente, verdade; o SIBR, o PEDIP e outros sistemas de incentivos haviam esgotado os meios atribuídos através de uma selecção exigente de candidaturas). Não era possível construir um país novo à margem daquele que existia. Deveria fazer-se uma discussão sector a sector, se não mesmo empresa a empresa. Continuava a não haver política para o sector têxtil. Deveríamos contar com o papel dinamizador do Estado. Tínhamos que insistir na valorização dos recursos humanos, não deixando generalizar a desmotivação. Não poderia haver soluções por imposição. Conviria cuidar da forma-



FIG. Terrenos limpos antes da construção da EXPO '98.

ção na Administração Pública. Deveríamos procurar identificar as empresas e os serviços com problemas, sector a sector e região a região. Os empresários tinham de ser mais responsabilizados pela situação das suas unidades. Os processos relativos às empresas falidas deveriam ser acelerados. O País estava com sinais de ostentação e isso era negativo. A moderação dos salários já existia; a dos lucros é que não. Mas era preciso pôr um termo ao alarmismo. O sector da Saúde era muito sensível numa situação de recessão; deveria por isso mexer-se na reorganização do sistema para o tornar mais eficaz. Estávamos a assistir à generalização da evasão e da fraude fiscais. Havia direitos individuais e colectivos; a discussão do PDR representava uma boa ocasião para os debater. O parecer do CES sobre as Opções Estratégicas deveria ser lido com atenção e tido em linha de conta.

O Primeiro-Ministro voltou a intervir:

Em relação a algumas das medidas concretas sugeridas era preciso ter em atenção as suas repercussões no défice orçamental. Referiu-se aos estabilizadores automáticos. Em relação às despesas, agradecia sugestões em relação aos cortes que achavam dever ser efectuados. Em relação à EXPO' 98, já poderíamos antecipar os sectores em que iria haver procura; as indústrias do ambiente, as infra-estruturas de transportes, de habitação, de renovação urbana, etc. Estava de acordo com a recomendação feita em relação à necessidade de desburocratização e de melhoria da Administração Pública; mas não acreditava em remodelações globais. Víamos, muitas vezes, os Autarcas a defender as grandes superfícies. Não havia sido possível concretizar o acordo com a Rússia. Tinha de haver uma mudança nas negociações do GATT; ainda bem que a França havia aceite liderar as negociações. O "Livro Branco" a que se tinha referido incorporaria as sugestões dos parceiros sociais. Ele articularia o desenvolvimento, com a competitividade e o desemprego. Naquela mesma semana estava a ser ultimado o PDR que seria enviado ao CES. Iria haver um novo PEDIP no qual se reconhecia a especificidade do caso português. Seguir-se-ia a negociação do 2.º QCA. Até, então, os quatro países da coesão haviam estado unidos; esperávamos que continuassem. Mas havia uma pressão temporal. O Governo já estava, obviamente, a elaborar o Orçamento do Estado para 1994; o resultado daquela negociação poderia vir a afectá-lo; ha-

via, no entanto, continuidades com as quais contávamos. Relembrou que, com a mesma taxa de crescimento económico, a Europa costumava criar menos empregos do que os Estados- Unidos e o Japão.

Houve uma nova ronda de intervenções: Estavam dispostos a fazer uma parceria no âmbito do PDR, ajudando-nos a identificar os problemas da Agricultura Portuguesa e a procurar soluções para os mesmos; e a colaborar na transferência de funções de informação e de gestão; não queriam, obviamente, imiscuir-se em funções de fiscalização. Um país não era feito à base de génios, mas de uma vasta camada de gente que sabia fazer as coisas.

De outro lado, veio uma nova manifestação de disponibilidade para colaborar. Era preciso preservar o PEDIP e redistribuir funções. Lamentavam que nas Opções Estratégicas não constasse nenhuma ideia inovadora para conciliar as despesas com a reorganização dos serviços. Evidenciou-se esta nova disponibilidade para trabalhar em conjunto, de outro lado, dada a vontade de ver elaborado um plano integrado de apoio ao comércio com formação, acções estimuladoras da mudança de mentalidade e apoios à modernização. As grandes superfícies continuavam a ser a “bête-noire”. (Afinal, a mudança de mentalidades deveria começar pelos próprios dirigentes). Outra manifestação de disponibilidade, propôs a criação de um grupo de trabalho. A nossa conversa, naquele dia, havia sido positiva; por isso, manifestava esperança de entendimento. Queria a elaboração de um plano de emergência para a criação de emprego e de outro para o turismo; mas para este sector pretendia turistas para captar divisas e não turistas de mochila às costas... O País tinha de aproveitar bem os fundos comunitários. Apoiava a atracção de alguns mega-projectos (como o da Ford-Volkswagen), a construção de um grande aeroporto para servir Lisboa, o crescimento da competitividade e do emprego. Lamentou a existência de dificuldades na entrada dos nossos produtos em Espanha, o que não se passava no sentido contrário; estávamos, assim, a importar algum desemprego. Outro participante, antes de se comprometer com qualquer promessa de colaboração, disse que queria ver o PDR... para crer,...; antes, como S. Tomé. Concordava que alguns mega-projectos teriam de existir mas as prioridades não deveriam ficar por aí. Manifestou preocupação quanto aos salários e

recomendou maior focagem na dimensão social. Acabou por manifestar disponibilidade activa “para o levantamento dos problemas”... Não para qualquer acordo quanto às soluções.

O Primeiro-Ministro propôs uma metodologia de trabalho: o presidente do CES promoveria uma reunião técnica na qual participariam Secretários de Estado da área das Finanças e do Emprego; haveria reuniões sectoriais diversas (agricultura, comércio, indústria, habitação,...). Tudo isto tendo em mente a celebração de um acordo de concertação que englobasse todo o ano de 1994. O PDR e os Programas Operacionais seriam objecto de análise e sugestões cuja inclusão seria assegurada.

*

O Ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, estava encarregado de promover acções que mostrassem uma imagem de um PSD moderno, aberto e empreendedor. Propunha para isso a realização de uma série de seminários: i) um sobre os aspectos constitucionais do sistema; ii) outro sobre o ambiente urbano que ficaria sob a responsabilidade do Ministro do Ambiente e iii) um outro sobre o mundo rural que me seria confiado. O meu teria lugar em fins de Outubro, duraria todo um dia e realizar-se-ia na Sala do Senado. Eu deveria apresentar um programa, a lista dos convidados e os três ou quatro oradores que propunha para duas sessões.

Importava que ficasse claro que o Governo estava a atacar áreas consideradas críticas, mas mostrava abertura para ouvir recomendações de entidades competentes que deveriam participar no seminário.

*

A valorização dos recursos humanos era um tema recorrente nas nossas discussões. Em princípios de Julho de 1993 analisámos as condições em que isso se poderia fazer através da celebração dos contratos-programa com as principais associações empresariais; a preocupação era alcançar as PME. A descentralização da acção visava a sua eficácia. Recomendava-se uma articulação entre o Ministério do Emprego, de um lado e os da Educação e da Defesa do outro. Éramos a favor da criação de um observatório do emprego com a participação do Ministé-

rio da Educação e dos parceiros sociais. Um dos problemas respeitava à avaliação das necessidades de formação que as PME não conseguiam fazer por si próprias; a resposta era a constituição de uma rede de consultores credenciados que se encarregassem dessa fase do processo. A entidade avaliadora das acções não seria o Estado, mas foi recomendada uma organização diferente da do QCA anterior com as correcções que a prática havia aconselhado.

Preocupava-nos que abandonassem o sistema educativo cerca de 50.000 alunos, por ano, com os nove anos de escolaridade ou sem eles e sem qualquer formação tecnológica. Que postos de trabalho poderiam eles preencher?

Era importante assegurar a formação contínua dos professores. Sem ela teríamos aquilo que um responsável do Ministério exprimiu dizendo: “sem essa formação, teremos professores incompetentes e inseguros, sem capacidade para ensinar mas com grande vocação para ocupar posições de delegados sindicais!...”.

A evolução tecnológica estava a ser muito rápida. Isso fazia complicar os processos utilizados para a formação tecnológica. Donde as vantagens do sistema dual. No sector da Agricultura, a formação teria de ser largamente confiada a cooperativas ou a associações de agricultores; naturalmente, muito acompanhadas em todo o processo.

Esperava-se que a duração dos diferentes cursos de formação profissional fosse demasiadamente longa e que isso afastasse os intervenientes. Houve uma recomendação para analisar este aspecto da questão recorrendo a peritos independentes, por se ter a impressão de que os próprios docentes achavam sempre as suas matérias indispensáveis.

*

Em fins de Julho de 1993 havia estado entre nós uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI). Algumas vezes o seu chefe visitava-me, mas nessa vinda não o fez, tendo-se limitado a uma conversa com o Ministro das Finanças e feito as suas recomendações que nos foram transmitidas em princípios de Julho:

A convergência deveria permanecer como objectivo. Constatava que o tecto global das despesas estava sob controlo e estimava que continuasse em curso um processo de concertação social. Achava que deveria ser aprofundada a questão da

tributação local que, de facto, não avançava. Deveria procurar-se garantir maior flexibilidade ao mercado de capitais. Importava melhorar muito a produtividade, porque havia um diferencial patente em relação à média comunitária e nós teríamos de forçar o aumento da relação produto/trabalhador que tinha de ser maior do que a média comunitária para haver, de facto, convergência real.

Esta era uma apreciação genérica, vinda de fora. E, na realidade, fácil de fazer. Poderia repeti-la praticamente em todos os outros Estados-membros!...

Visto de dentro, podia ser-se mais concreto.

No sector da Agricultura, a maior parte dos problemas advinham da abertura das fronteiras; os preços haviam baixado em quase todos os produtos, mas, particularmente, nos horto-frutícolas e na carne de porco; a queda dos preços tinha sido abrupta; todos reclamavam a sua harmonização. As grandes superfícies negociavam duramente os preços, conseguindo, por via da quantidade comprada, esmagá-los enormemente; ponto é que o resultado chegasse ao bolso dos consumidores... Ora já havia grandes superfícies por todo o lado, incluindo no Interior! O ano agrícola de 1993 iria ser um ano medíocre mas não mau. A área cultivada de girassol tinha aumentado quase 40%! Mas tratava-se de uma “cultura de recurso”. Havia grandes preocupações com a situação do sector no Oeste.

Continuava a haver insatisfação em relação às estatísticas do sector do Comércio: externo e interno, comunitário e extra-comunitário. O assunto já me tinha feito ter reuniões com o Presidente do INE e com os Secretários de Estado do Ministério do Comércio. Estava-se a melhorar, mas a ritmo insatisfatório. Por outro lado, em matéria de comércio externo, não eram referidos todos os países relevantes; estava a haver mudanças nos parceiros comerciais que deveriam ser consideradas.

O sector das obras públicas e construção respirava optimismo! Estava cheio de encomendas. Por isso as expectativas eram tranquilas. Mas queixavam-se acerca da entrada de empresas estrangeiras... elas vinham atrás do trabalho que aqui havia; estava fora de causa adoptar qualquer atitude protecionista.

O sector das pescas queixava-se; a entrada de produtos da Rússia a preços baixos estava a assustar toda a Europa. Mas não havia desemprego na pesca. Era evidente que o facto de os Portugueses consumirem três vezes mais peixe do que a média europeia garantia um lastro da procura muito interessante.

Mas o desemprego, em termos globais, preocupava-nos muito. Possivelmente conviria fazer uma revisão do PIDDAC, um pouco mais para diante. Nessas ocasiões, voltava-se à conveniência de dispor de mais capital de risco para estimular a criação ou a expansão das PME; além disso, era preciso dinamizar novos serviços às empresas, particularmente o “marketing”.

Havia estudos norte-americanos que apontavam Portugal como a melhor localização europeia para o investimento estrangeiro... mas nem todos os investidores o liam... O presidente da Thyssen tinha confidenciado a um Colega meu que achava que deveríamos investir mais no marketing da nossa imagem porque a realidade era melhor do que o “retrato”... Por outro lado, as nossas faculdades formavam um grande número de engenheiros e de gestores que asseguravam um apoio potencial como nunca havíamos beneficiado. Mas era preciso investir! O negócio das grandes superfícies, tão criticado pelo comércio tradicional, representava em 1993, cerca de 800 milhões de contos por ano com manifesta tendência para crescer. O problema do desemprego era europeu; e nós víamos desenhar-se, em alguns países, uma vaga protecionista em que não embarcávamos. Ela era resultante de bem-estar a mais e de ética do trabalho a menos. Mas também havia alguma rigidez ecologista e social dissuasora do investimento. Era certo, contudo, que a Europa tinha de trabalhar mais e com maior produtividade.

*

No dia 7 de Julho houve uma reunião do Conselho de Ministros expressamente para se fazer uma última leitura da proposta de PDR para a enviar para o Conselho Económico e Social e para a Assembleia da República. Foram dadas as últimas notícias de Bruxelas. A Irlanda havia manifestado a sua posição de reserva em relação aos regulamentos, enquanto não soubesse quais os montantes que lhe caberiam. O indicador do desemprego tinha jogado contra nós, nomeadamente frente a Espanha, onde ele era elevadíssimo e à Grécia que publicava o número que lhe desse mais jeito. Havia verbas que eram mencionadas a título indicativo; seria a execução orçamental que iria fixar os montantes finais, em algumas das medidas apontadas. Os projectos seriam aprovados pela sua valia e não em função de qualquer quota regional (Já o disse por diversas vezes: a fixação de quotas estimula a “preguiça”; o melhor exemplo disso

foi o que se passou, uns anos atrás, em relação ao FEDER, nas suas divisões “quota” e “hors quota”; a primeira estava sempre garantida, de modo que muitos não a aplicavam; em relação à segunda havia uma verdadeira competição). Nós tínhamos que dar muita atenção à reformulação dos sectores industriais tradicionais críticos, não somente no Norte, mas, também, noutras partes do país. O 2.º QCA poderia determinar uma carga potencial suplementar nas despesas de funcionamento. Não seria melhor desenhar uma solução de reforma administrativa especificamente orientada para o efeito? Em meu entender, cada sector deveria tratar deste aspecto como entendesse; se estivéssemos à espera de uma grande solução ela nunca mais viria, comprometendo tudo o resto; além disso, eu não contava nada com o concurso dos “disponíveis”; por alguma razão eles haviam sido classificados como tal.

Houve uma recomendação para se incluir uma acção relativa aos problemas da 3ª Idade; começava a haver muitos idosos na Sociedade Portuguesa; isso poderia ser feito no seio de outros programas; a recomendação surgiu sem haver qualquer programa delineado, criticado, quantificado... Não poderia ser assim, à última hora, que se iria reservar uma verba.

Era preciso deixar claro que os 18.000 MECU que iríamos anunciar já incluíam as iniciativas comunitárias e que as intervenções regionais incluíam as municipais. Se não o fizessemos, haveria sempre quem contasse com essas verbas por fora. Nesse dia e à hora do Conselho, a verba que nos estava atribuída já era 17.000 MECU. Mas esteve tudo bloqueado pela Irlanda; sabíamos que o Primeiro-ministro belga havia telefonado de Tóquio para o irlandês a pedir-lhe para levantar a reserva, o mesmo tendo feito o Presidente Delors; por outro lado, o Presidente Felipe Gonzalez também havia insistido com o Presidente da Comissão... Tínhamos que estar informados relativamente a todos os passos que todos davam... O nosso objectivo era assegurar o máximo para o nosso País!

O anúncio à comunicação social da finalização do PDR e da sua entrega às duas instâncias que referi seria feito no final daquela reunião do Conselho de Ministros.

*

No dia 12 de Julho começou o meu trabalho com a comissão de política económica e social do Conselho de Concertação Social, em torno da nossa proposta de

Plano de Desenvolvimento Regional. Comecei por percorrer os documentos com alguma detença. Mesmo antes de se generalizar a discussão, o Presidente da Câmara da Nazaré solicitou logo um quadro comparativo com o QCA I; interessava-lhe, especialmente, ver quem subia e quem descia... Entrevieram todos os grupos ali representados: Dr. Agostinho Roseta (UGT); Dr. Ferraz da Costa (CIP); Prof. Rosado Fernandes (CAP); o Dr. Lage Raposo (CCP), o Dr. Orlando Mendes (Região Centro); o Prof. Soromenho Marques (Ambiente), o Dr. Monteiro da Silva (Açores) e o Pres. Luís Monterroso (C. M. Nazaré). Resumirei o que disseram:

Afinal quem tinha mais meios; a qualificação dos recursos humanos ou a modernização do sector produtivo? Os dois conjuntos interceptavam-se, obviamente. Achava, um deles, muito modesta a ambição de criar novos 35.000 postos de trabalho. Parecia-lhe haver uma melhoria significativa relativamente aos primeiros esboços sectoriais que tinham visto da parte do Ministério do Emprego, em matéria de qualificação. Queria saber se, no domínio do gás natural, nós viríamos a ter um projecto nosso ou se seríamos “um anexo de Espanha”? (O projecto até estava muito bem desenhado com duas fontes de abastecimento: uma de gás da Argélia vindo através do gasoducto espanhol e outra a partir do gás liquefeito que chegava a Sines). O que é que aconteceria às empresas públicas? E em matéria de apoio à Ciência e Tecnologia? Ele seria para as empresas e instituições públicas ou também chegaria às privadas? Como é que se faria a distribuição das verbas? Seria o MPAT que ficaria com todas elas ou haveria distribuição? Um outro achava que o poder político estava mais interessado em inaugurar coisas do que em reforçar a vida económica. O aeroporto intercontinental da Madeira nunca serviria para o turismo de massas! Quem havia decidido a construção daquele aeroporto? O que é que se iria cultivar no perímetro do Alqueva? Tinha imensa curiosidade em saber. E como se iria fazer da EXPO' 98 uma experiência rentável? Este plano iria levantar problemas de Administração Pública: quem havia decidido o regime de instalação das universidades novas que se fizeram? (Vinte anos atrás!...). Um deles preocupava-se com a “pequena corrupção” que o PDR não iria deixar de suscitar. Em relação ao Alqueva, o projecto era bom, mas revelava-se importante não praticar “a arte de abandalhar”... Tinha ou não o País o direito a possuir uma reserva alimentar? O consumidor havia-se tornado uma “vaca sagrada” da

sociedade ocidental! Devia-se olhar também para as produções não alimentares. O documento conviria que possuísse um índice mais pormenorizado. Os nove anos de educação obrigatória eram a pedra-base para o país não ser exportador de mão-de-obra inqualificada. Havia uma proliferação de escolas muito ligada a questões de bairrismo; isso deveria acabar! Não poderiam ser tolerados desperdícios de recursos! Os Portugueses tinham mesmo uma vida difícil diante deles. Deveria ter havido mais participação na elaboração do documento. Estávamos a desperdiçar pelo menos, um terço da nossa vida útil. A indústria que construía os equipamentos é que deveria aprender a assegurar a sua manutenção; em Portugal eram as empresas comerciais a fazê-lo! Passava por essa manutenção uma grande parte da transferência de tecnologia para o nosso país; havia falta de recursos humanos especializados nesse domínio. Iríamos assistir à entrada maciça das grandes empresas estrangeiras (Isso não veio a verificar-se...). O segundo factor de estrangulamento era o acesso aos gabinetes dos consultores. Estava-se a assistir à destruição maciça das PME. Os nossos industriais haviam começado pela área comercial. Eram os empresários o grupo que mais falta nos fazia. O abastecimento de água a partir da barragem da Aguieira estava contemplado? E as barragens de Coice e de Fronhas onde é que estavam? Tínhamos um grande problema de florestação e outro de renovação urbana. Era importante recuperar sem construir de novo. Haveria uma conduta de gás natural a partir de Coimbra e seguindo o Vale do Mondego? O CES teria algum papel no acompanhamento e na avaliação da execução do PDR? Além do diálogo com o Observatório e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, naturalmente. Não poderíamos ficar pela auto-avaliação do Plano. Havia exemplos de coisas correctas que podiam ser defraudadas por uma má execução dos projectos. Não poderiam ser contemplados projectos com impacto ambiental negativo. Em matéria de recursos hídricos houve quem lembrasse que, sendo as bacias hidrográficas as unidades naturais para o planeamento, não representavam necessariamente os espaços mais adequados para a sua gestão. Estávamos a assistir a uma revolução no domínio da gestão dos resíduos sólidos urbanos. A aposta generalizada na incineração poderia não representar a solução mais conveniente; ele era muito o resultado da acção de “lobbying” dos fornecedores de equipamentos. Deveríamos perder os complexos em matéria

de solidariedade política com as Regiões Autónomas; o que deveria contar era a avaliação dos projectos. Possuir uma reserva alimentar estratégica era muito importante. O projecto do Alqueva era, por isso, conveniente desde que preservasse a RAN e a REN da sua área. Não se podia ser simplista na análise da situação das Regiões Autónomas; ela tinha sido de grande atraso na década de 60. Mas não se podia insistir na “política do betão”, porque as ilhas iam possuindo um conjunto de infra-estruturas, mas não tinham PIB! O diálogo com as autoridades regionais havia melhorado muito, ao longo dos últimos anos. Era preciso “libertar” a Sociedade Civil! Ela responderia positivamente. Como é que haviam sido definidos os critérios dos investimentos regionais no Continente? Não havia quotas regionais? A Área Metropolitana de Lisboa apresentava óptimos indicadores, mas havia, na própria Região de Lisboa e Vale do Tejo, Concelhos com capitações muito baixas, inferiores ao que poderia ser considerado como mínimo do investimento adequado. Estavam indicados muitos investimentos centrais no sector das estradas; porque é que esse dinheiro não ia para as Autarquias? No domínio do ambiente não havia participações de origem central e isso era mau. As verbas previstas não iriam chegar; tinha sido feita uma subavaliação das necessidades que eram muitas, espalhadas por todo o País. Os projectos sugeridos para o sector da água apontavam para uma estatização da água em Portugal! (Não sei como é que se poderia extrair essa conclusão!...). Nos mapas dos investimentos e relativamente aos projectos das Regiões Autónomas não apareciam individualizadas as contrapartidas locais; por quê? As Autarquias haviam apresentado muitos outros projectos que não foram contemplados; por quê? Defendia-se a descentralização e a transferência de competências para as Autarquias Locais; mas isso pressupunha a assinatura de um “pacto” entre as Administrações Central e Local, de modo a que todas as questões fossem apreciadas de forma global. Os Municípios poderiam ter uma participação mais efectiva em certos programas, nomeadamente na realização de cursos e na melhoria da informação.

Um bom número das intervenções começaram por felicitações pelo trabalho desenvolvido. Mas, em matéria de análise e de recomendações, as que foram feitas são as que eu registei. Suponho que não se vai muito longe com este tipo de trabalho não preparado, saído ao sabor do improvisado ou reproduzindo “cli-

chés” locais muito estafados. Para não falar de posições de natureza exclusivamente político-partidárias ou sugestões impraticáveis como foram as do Autarca que falou em último lugar.

Dizia-se, na Europa, que os Holandeses são duros, ou mesmo brutos, neste tipo de reuniões. Mas preparam-se para elas! Eu tenho uma larga experiência de reuniões com Portugueses nas quais eles não foram menos duros do que os Holandeses e nas quais abusaram da sua inegável capacidade de improviso e de crítica fácil. O País lucraria se houvesse um pouco mais de estudo e reflexão e se se tratasse, nas reuniões, daquilo para que elas foram convocadas e não se fizessem desabafos que se repetem em todo o lado sem resultados objectivos nem consequentes.

*

A discussão das Opções Estratégicas e do Plano de Desenvolvimento Regional prosseguia na Assembleia da República. A Oposição ainda estava muito descoroçada com a segunda maioria absoluta do Governo. Só começou a recompor-se depois das eleições municipais de 1993. Por isso, em vez de se aplicar a discutir o conteúdo dos documentos em apreço, começava por mandá-los para a Assessoria Jurídica da Assembleia da República para ver se, do ponto de vista formal, qualquer deles era atacável. E, como não há em Portugal segredos bem guardados, eu soube, no dia 14 de Julho, qual era a linha geral da intervenção que o Partido Socialista se preparava para fazer no dia seguinte: o plano havia sido elaborado “nas costas do Povo”; havia críticas que tinham aparecido nessa manhã no Diário de Notícias e que constavam também do “plano de ataque”; as assimetrias regionais não haviam parado de crescer; o Norte tinha saído prejudicadíssimo; havia dissonância entre o que se dizia sobre a Administração Central e sobre a Local; era visível, no documento, uma dispersão de objectivos; não havia Autarcas nas comissões de gestão dos diferentes programas e isso era muito inconveniente; a área da Saúde continuava a representar um parente menor, sendo necessários muitos mais hospitais e centros de saúde.

Concluí que eles haviam estudado as duas propostas. Mas preparei-me para aguentar a discussão.

*

As dificuldades determinadas pela envolvente internacional são cíclicas. E, numa economia tão aberta como a portuguesa, qualquer vento exterior reflecte-se no nosso estado. Assim acontecia em Julho de 1993, exactamente quando estávamos a encetar os trabalhos de preparação do Orçamento de Estado para o ano seguinte. A recessão mundial estava a afectar as nossas exportações; iríamos, seguramente, fazer melhor do que a média dos outros países europeus, mas, de qualquer forma, muito longe dos valores que pretendíamos e que eram indispensáveis para o nosso progresso. Isso era suficiente para o Ministro das Finanças reclamar ainda maior rigor orçamental, nomeadamente quanto à moderação salarial. De qualquer forma, o défice andaria à roda de 6% (e a Comissão Europeia não se afligia com esse valor!...). Havia dificuldades na Segurança Social e a arrecadação de receitas estava a ser inferior aos valores estimados. Quase todos os sectores teriam crescimento zero; haveria uma excepção de 20 milhões de contos para o PIDDAC para assegurar as contrapartidas nacionais dos fundos comunitários... Mas o montante era praticamente irrelevante. Estimava-se que não conseguiríamos diminuir o défice, em percentagem do PIB; mas também não o agravaríamos. Pela minha parte, eu não me poderia queixar muito, porque a absorção das ajudas comunitárias estaria assegurada e isso seria um dos parâmetros pelos quais eu seria avaliado.

Houve recomendações para separar o défice estrutural do défice conjuntural e do risco de uma parte do segundo passar para o primeiro. Era inevitável que a leitura política de um tal orçamento era a de uma contenção forte que tinha de ser justificada pela conjuntura internacional muito difícil. Daí a dias, a OCDE iria divulgar um relatório sobre as perspectivas de emprego e Portugal estava na terceira posição, tendo o Reino Unido e a Dinamarca à frente.

Nos outros países europeus, o panorama era idêntico; a Alemanha tinha aumentado o horário de trabalho; muitos previam elevar a carga fiscal. Em Portugal, a Segurança Social tinha grandes devedores do próprio Estado: hospitais, empresas públicas de transportes, etc.

Eu relembrei que todos sabiam que o Orçamento para 1993 seria insuficiente e, daí, algumas das dificuldades por que estávamos a passar. Mas não me podia

queixar muito, porque o PIDDAC, além de cobrir as contrapartidas nacionais, também asseguraria as despesas de investimento não comparticipadas.

O Ministro da Saúde lembrou que a conflitualidade com os médicos iria desembocar, seguramente, num aumento de despesa. E, mesmo negociando, se ele não dispusesse de mais alguns meios, a situação seria de ruptura!...

Era evidente que muitas das políticas que faziam parte do nosso programa teriam de ser apertadas ou adiadas. Isso, em ano de eleições, era muito inconveniente.

Foi nessa ocasião que eu soube que o número dos nossos reclusos havia aumentado para 3.000! Era um indicador pouco tranquilizador... para um país que queria fazer passar uma imagem de ser muito seguro.

*

No dia 15 de Julho fui à Assembleia da República para discutir o Plano de Desenvolvimento Regional no Plenário. Suponho que as intervenções estão nas Actas das Sessões, mas, de qualquer forma, resumo agora as notas que, então, tomei:

Intervieram os Deputados Ferro Rodrigues, Mário Tomé, Guilherme d'Oliveira Martins, Lobo Xavier, António Campos, André Martins, Silva Pinto, Octávio Teixeira, Castro Almeida e Jorge Lacão.

Começou por haver protestos em relação à falta de uma discussão aprofundada nas comissões parlamentares (eu devo dizer que esta matéria havia sido acertada nas chamadas reuniões de líderes). Os resultados do 1.º QCA haviam ficado aquém do esperado. O PDR em discussão representava uma última oportunidade para convergirmos; a partir do ano 2000 teríamos de prosseguir sozinhos, o nosso esforço de desenvolvimento. A intervenção pública tinha de ser assumida. Deveríamos preocupar-nos mais com a situação das PME e com a criação de emprego a nível local; seria bom que definíssemos padrões de especialização (Esta é uma posição de orientação muito socialista...). As obras públicas seriam muitas e temiam a perspectiva de uma descoordenação governamental. (Não tinham razões para isso...). Queria saber qual era a estrutura de coordenação que eu propunha. O número apontado de 100.000 novos empregos a criar era pouquíssimo; não cobria as necessidades. O País precisava de um PDR de mudança e o que estávamos a apresentar era de continuidade e conservador (Aqui era o

efeito das palavras que era procurado...). Estávamos num estranho galinheiro em que a raposa (a crise internacional...) matava as galinhas, E, todavia, parecíamos optimistas. Havíamos partido do pressuposto da retoma internacional; esta não vinha, mas continuávamos a admitir que ela viria!... Estávamos “acorrentados” à convergência nominal. Como ainda não existiam regiões administrativas, não tinha havido, seguramente, participação. O problema maior que iríamos ter pela frente era o desemprego... (A Renault tinha começado a despedir...). Não entendia um PDR com gestão centralizada. Um outro Deputado disse que constatava a disponibilidade do ministro para a discussão e para o esclarecimento mas que não a via por parte do PSD. Não bastava falar na prioridade dada à Educação e à Formação; era preciso demonstrá-la com factos. Havia falta de clarificação de objectivos, como era exemplo o PRODEPI. Impunha-se uma coordenação entre os meios e os objectivos, a Assembleia da República não dispunha de informação sobre o sector da Educação, nomeadamente sobre a percentagem de jovens com dezoito anos e com acesso ao ensino superior. E a formação contínua? O pré-escolar não era elegível? E o desenvolvimento do ensino superior? Privilegiava-se o ensino público ou o particular? E que impulso teria o sector da Ciência e Tecnologia? E as relações entre este e o da Educação?

As questões de processo preocupavam um Deputado. A ausência de trabalho prévio das comissões transformava este debate num pró-forma desigual com discursos desencontrados e meras perguntas de esclarecimento. Deveria haver um debate político sério acerca do que havia mudado no país e onde é que ele havia melhorado; a competitividade merecia-lhes cuidados. Para um outro Deputado estávamos numa situação de descabro; anteriormente produzíamos, no sector da agricultura, 50% do que consumíamos: agora era apenas 20%! Este sector tinha a ver com a sobrevivência do país. Onde estava o plano de aproveitamento hídrico nacional? E notícias do Alqueva? O clima era a maior vantagem competitiva de que dispúnhamos. A floresta ardia! Folgava ver que, pela primeira vez, havia menção no PDR aos mercados abastecedores; era preciso haver locais de concentração da produção. O que faltava era políticas e não dinheiro! Outro Deputado dizia que era importante comparar o conteúdo dos documentos com a realidade. Deveria haver uma grande aposta no Ambiente. O nosso crescimento deveria ser

maior do que a média europeia e teria de revelar-se sustentável. Deveríamos fazer do nosso País um grande entreposto comercial. Um outro parlamentar lamentou não me ver acompanhado pelos meus Colegas da Indústria e do Comércio; estava a haver uma descontinuidade na política industrial; no 1.º QCA havíamos defendido a alta tecnologia; agora estávamos a apostar nos “clusters”! No sector da Indústria havia grandes vacuidades. Como se faziam as concentrações? E como se iria promover a produtividade? E a qualidade? Como se articulava a acção do Ministério da Indústria com a do Comércio? O que é que significava a referência a estratégias de adaptação à legislação nacional? Era fugir à lei?... Como é que seriam constituídos os órgãos consultivos mencionados? Como se faria a promoção da imagem do País? E qual o papel das Câmaras de Comércio? Para outro Deputado o sentido útil do debate estava fortemente limitado; sabia que tinham sido ouvidas as elites mas que não houvera real participação. Qual era o impacto macro-económico previsto no PDR? Este estava amputado porque as iniciativas nele contidas eram somente as cofinanciadas por fundos comunitários; e as outras? Não estava explícito o impacto sobre os empregos directos e indirectos; era preciso estimá-lo e referi-lo.

A série de perguntas e comentários foi encerrada pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano. A duplicação dos fundos iria exigir do Governo uma séria mudança de atitudes e reclamava um entendimento fluído entre a burocracia nacional e a comunitária. A maioria estava virada para si própria e não curava do entendimento com a oposição. Estava mais preocupada com a propaganda do que com o exercício do contraditório. O que eu havia apresentado era mais o resultado de um labor de laboratório mais próprio de sociedades colectivistas do que o produto de uma sociedade democrática. Era o resultado de um Estado feitor, autoritário, centralista e burocrático. A estrutura socio-produtiva não se havia modificado com o 1.º QCA. Por que forma se iria concretizar o desenvolvimento sustentável? Por via da aplicação do princípio da subsidiariedade ou de parcerias? Havia o desafio da concertação estratégica; que mecanismos de concertação entre decisores públicos e privados propunha eu? Havia, depois, o desafio da descentralização; o que sugeria eu para fortalecer as cidades intermédias que tinham um papel fundamental como instrumentos de

desenvolvimento? Criticou os representantes em Bruxelas que eram do Governo e não delegados do Estado. Finalizou dizendo que o Governo pretendia o aplauso e a auto-glorificação em vez da participação.

Tenho pena de dizer que a maior parte destas observações não ajudavam nada a melhorar o nosso PDR. Não havia, manifestamente, nenhuma disponibilidade para ajudar o País a robustecer a sua proposta em Bruxelas. A perspectiva partidária era mais importante do que o reforço da nossa posição junto das instâncias comunitárias. É evidente que eu tinha de responder às perguntas que haviam sido feitas. Mas devo confessar que o fiz por “disciplina democrática”. Tinha de ser! Mas não carreei para o documento nenhuma ideia nova e brilhante que nos ajudasse a afirmarmo-nos em Bruxelas e a arrecadar mais benefícios para Portugal. Será que o jogo partidário impõe este deserto de ideias? Pergunto, com temor, se este é o caminho da democracia partidária? Ou teremos de aprender a formular a vontade colectiva de outra maneira? Algumas vezes, sentado na bancada do Governo, em S. Bento e diante da vacuidade de tantas intervenções eu interrogava-me: não foi assim que foi enterrada a Monarquia Constitucional? E a República Velha? O que é que se tem de fazer para melhorar a política partidária? Ou ela não tem conserto e o melhor é começar a pensar nas receitas que se hão-de seguir. A nível local são já evidentes novas fórmulas, porque alguns partidos estão prisioneiros de lealdades pessoais viciadas que só conduzem a impasses. Os sinais de aviso já vêm de muito atrás!

*

Nós não tínhamos, obviamente, “espiões” em Bruxelas. Mas fazíamos recomendações para os nossos funcionários estarem com os ouvidos bem abertos, captarem e inter-relacionarem todas as informações que conseguissem obter e no-las transmitissem. Assim, em 15 de Julho à tarde, eu fiquei a saber que o Presidente Jacques Delors e o Comissário Bruce Millan iriam ter uma conversa que se pretendia definitiva sobre a distribuição dos fundos. O Comissário Irlandês Padraig Flynn (Assuntos Sociais) e o Luxemburguês René Steichen (Agricultura e Desenvolvimento Regional), o primeiro responsável pelo Fundo Social Europeu e o segundo pelo FEOGA, também queriam participar, mas não havia grandes orientações a

fixar nesses domínios; por isso, tudo o que estava em aberto se referia ao FEDER e ao Fundo de Coesão. Soubemos que o Presidente queria ficar por orientações gerais, mas que o Comissário pretendia fixar mesmo quantitativos (Eu percebia muito bem porquê!...). Se houvesse acordo entre os dois o tema começaria por ser abordado, “em confessionário”, no Conselho de Assuntos Gerais, daí a quatro dias. Se não houvesse, teria mesmo de ir a Colégio de Comissários daí a oito dias para ser presente ao anterior daí a cerca de duas semanas. Isso impacientava-nos, porque estávamos quase em cima das férias e o que menos queríamos era que o assunto fosse postergado para Setembro. Mas o que iria a Conselho dos Assuntos Gerais seriam os regulamentos dos fundos que nós deveríamos aprovar “ad referenda”, até sabermos a almejada “chave de repartição”. Acompanhávamos a par e passo o encontro. Soubemos que não tinha havido acordo, mas que também não se tinham desentendido. Estava instalado o “suspense”!... Só na segunda-feira saberíamos... Não estava nas nossas mãos fazer fosse o que fosse...

*

No dia 16 liguei, directamente, para o Comissário Millan para saber novidades. Confirmei a linha geral das informações que havia recebido na véspera: iriam ter lugar reuniões bilaterais (“confessionários”) no dia 19; os textos legais dos regulamentos estavam prontos; aquelas reuniões seriam feitas com ele próprio e Portugal seria recebido de manhã. Eu aproveitei para referir que considerávamos o montante que nos havia sido indicado como baixo. Ele recomendou que o dissessemos na reunião do dia 19. Apressei-me a transmitir tudo isto ao Secretário de Estado dos Assuntos Europeus que seria o representante de Portugal naquela reunião. Não se pode deixar correr as coisas sem estar sempre em cima delas...

*

Nos dias 19 e 20 de Julho fiz uma visita oficial à Galiza. Cheguei na véspera ao fim da tarde para poder começar as reuniões de trabalho logo de manhã. O Presidente da Xunta de Galicia, D. Manuel Fraga Iribarne, que já referi anteriormente, era uma personalidade invulgar: havia sido ministro de Franco e feito a transição com participação activa na elaboração de muitas peças legislativas importantes,

incluindo a Constituição. Ganhara as eleições autonómicas por maioria absoluta e estava a realizar uma obra da maior importância. Era um político com a maior projecção nacional. Tinha sido professor de Direito e presidente do seu partido. No plano pessoal era uma personalidade da maior afabilidade, cultíssimo, muito profissional à mesa de negociações, mas cheio de humor à das refeições. Eu havia-o conhecido em Lisboa, durante uma exposição para projecção das potencialidades da Galiza. Guardo dele uma gratíssima recordação. A última vez que o vi foi num seminário sobre a economia galega, em Baiona, no qual lhe entregaram uma medalha; já estava de cadeirinha de rodas e com manifesto alheamento ao que se passava à sua volta (Não aprovo este género de aparições, exibindo uma imagem que era a oposta da que todos estávamos habituados a ver). Recebeu a delegação portuguesa com uma deferência inesquecível. Já me conhecia de tradição, porquanto tinha amigos em Portugal que lhe haviam falado de mim. Estava seguro de que nos entenderíamos bem, o que veio a acontecer ao longo de muitos anos. Começou por falar da colaboração entre as nossas universidades e centros de investigação, a que atribuía muita importância. A “ley de investigación” havia sido aprovada durante a legislatura vigente. A Galiza havia passado a ter três universidades; à de Santiago haviam-se juntado a de Vigo e a da Corunha. Atribuía muita importância a que encetássemos linhas de investigação comuns; e como a Galiza sofria com uma doença dos castanheiros que também assolava Portugal, sugeriu que se comesse por aí.

Havia outras leis que percorremos para nos determos na “ley de expansión financiera y económica” que era importante, porquanto tanto a CIMPOR como a Caixa Geral de Depósitos haviam começado a operar na Galiza.

O instrumento de funcionamento escusava de ser inventado; havia já a Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal que tinha sido criada no meu tempo na Comissão de Coordenação da Região do Norte. Era aproveitá-la, porque funcionava bem, mas poderia ser sempre aperfeiçoada: sugeriu que ela evoluísse para a forma de agrupamento europeu com interesse económico, figura já regulamentada por lei.

O INTEREG também havia conduzido a bons resultados; era aconselhável prosseguir com ele.

Havia necessidade de olhar mais de perto para a questão do emprego, porquanto o diferencial de salários existente fazia ir para a Galiza muitos Portugueses do Alto-Minho. Por outro lado, nada se perderia se nos entregássemos a uma reflexão estratégica sobre o conjunto das duas regiões vizinhas. De um ponto de vista tático os sectores que mereciam mais atenção seriam o ambiente, os parques naturais e as pontes sobre o Rio Minho (Hoje há mais duas do que nessa ocasião). A mim preocupava-me a poluição do rio Minho e a pesca indiscriminada de “angulas”, um prato altamente apreciado na Galiza que se abastecia de uma forma anárquica naquele rio, com o risco manifesto de acabar com o recurso. Havia um entendimento já estabelecido com o Eng. Luís Braga da Cruz para se dar mais atenção aos aspectos imateriais; eu estava de acordo, porquanto haveria instituições portuguesas diversas que estavam em posição de beneficiar desse tipo de colaboração.

Percorremos as candidaturas ao INTERREG II. As taxas de execução eram nessa altura elevadas (mais de cinquenta por cento) com a afirmação de que tudo estaria concluído até ao fim do ano.

Ambas as partes estavam interessadas em aprofundar o sector do turismo. O caminho-de-ferro entre o Porto e Vigo merecia ser revisitado; à força de haver boas ligações rodoviárias ele tinha sido deixado para trás.

Os incêndios florestais também nos preocupavam aos dois. A Galiza havia investido enormes somas para o combate ao fogo; eu fui, aliás, visitar as respectivas instalações; nós não tínhamos meios para construir nada tão dispendioso; mas era bom ver o que eles tinham e fazer cálculos de benefícios/custos. Eu inclinava-me mais para a prevenção; já havíamos investido muito, em Portugal, no sector do combate e com resultados muito aleatórios; um ano mais quente ou com mais incendiários à solta e aí víamos por terra todos os nossos esforços. Mas havia acordo acerca da importância da prevenção ao longo de todo o ano; da rapidez do ataque e da realização do que chamaram de “estudos de causalidade”. Retive um número que nos pareceu peculiar: na Galiza, 70% dos fogos florestais ocorriam fora do verão!

Falámos sobre a reintrodução da cabra hispânica no Gerês. No fim-de-semana passado fui a Montalegre (Outubro de 2016); falei com gente em Covelães e Pitões das Júnias; disseram-me que o Parque estava cheio delas! O Leitor não imagina como

fiquei contente; elas haviam sido dadas como extintas mais de um século antes! Decidimos fazer o levantamento de todas as espécies piscícolas do rio Minho e tratar delas.

O turismo rural, nessa altura, estava mais desenvolvido em Portugal do que na Galiza. Tratava-se de um sector em que éramos mais complementares do que concorrentes. Seria bom pôr em contacto os empreendedores do sector dos dois lados. O Comité das Regiões representava uma instância onde poderíamos trabalhar em conjunto em temas de interesse comum. Mas convinha ser selectivo e “não ir a todas”; somente àquelas que poderiam dar resultados mais consistentes.

O Conselheiro para a Indústria tinha muitas esperanças no Parque Tecnológico de Orense que, aliás, era coordenado por um homem com enorme dinamismo. As instalações haviam sido concluídas; começava a parte mais difícil: encontrar locatários. Nessa perspectiva éramos concorrentes; já havia um parque em Vila Real, quase vazio e o Autarca de Chaves abalaçava-se a construir outro.

Passámos em revista o sector da energia (rede de gás a partir da unidade de gaseificação do Ferrol), as telecomunicações, a electrificação rural...

O que conservo na memória dessa reunião é o entusiasmo com que todos nos entregávamos à ambição de desenvolver duas regiões periféricas, com recursos modestos, mas com grande vontade de avançar. E acreditávamos que poderíamos beneficiar-nos mutuamente pela via da troca de experiências ou pela associação em torno de empreendimentos que reclamassem escala ou que patentemente interessassem às duas regiões.

Fomos fazer, depois, visitas de campo diversas a um mosteiro recuperado para o turismo, à central de combate aos fogos florestais e a outros empreendimentos próximos de Santiago. Ele ficou lisonjeado quando eu perguntei se havia meia-hora livre para eu ir à livraria “Folhas Novas” (em galego) em Santiago de Compostela, local muito meu conhecido e onde não ia há quase dez anos! A arrumação não é famosa, mas eu “tropeço” sempre em coisas que me interessam...

*

Estávamos quase em férias. O ano seguinte não seria fácil, em matéria de orçamento e em muitos outros domínios. O Primeiro-Ministro quis fazer uma reunião,

fora do enquadramento habitual e, por isso, convocou o Conselho de Ministros para a Residência, em 26 de Julho. Não havia agenda. Como era habitual, nestas circunstâncias, começou ele por fazer uma reflexão sobre a situação:

A nossa margem de manobra para 1994 era estreitíssima. Importava que ficasse claro que tínhamos o défice controlado. Como não queríamos cortar no investimento, só nos restava fazer grandes restrições nas despesas correntes; estas tinham que ser vistas à lupa porque também estava fora de causa aumentar os impostos. Os investimentos criavam emprego e não tinham uma componente importada muito elevada. Era importante assegurar o movimento descendente das taxas de juro. Dever-se-ia actualizar os preços de numerosos serviços prestados pelo Estado e que estavam, há anos, sem ser mexidos. Impunha-se continuar a reestruturação da Administração Pública, racionalizando-o, melhorando a sua qualidade, desburocratizando. Mas essa reestruturação deveria traduzir-se em ganhos orçamentais. Tinha de se dar atenção à mobilidade dos funcionários. Mas a operação não deveria arrastar-se; isso implicava custos políticos e despertava angústia nos funcionários.

Tínhamos vindo a produzir muita legislação nova e a decidir a construção de muitas infra-estruturas e equipamentos. Algumas vezes havia-se mesmo agregado as medidas em “pacotes”, para ser mais fácil suscitar a atenção do público para a importância da acção que desenvolvíamos. Mas era preciso acompanhar de perto a execução das diferentes medidas. Isso teria de ocorrer em todos os sectores. Ao mesmo tempo, deveríamos ver qual era a legislação ainda não produzida e que daria coerência completa à já publicada; tornava-se urgente prepará-la.

Portugal era um país de PME que, como em toda a parte, dependia muito delas para a criação de emprego. Nessa ocasião o número de desempregados na Europa andava à roda dos 19 milhões; era insuportável. Em Portugal elas também eram responsáveis por uma boa parte das exportações. Não poderíamos esperar pela entrada em vigor do 2.º QCA; ela ainda demorava alguns meses; os Ministérios das Finanças e da Indústria deveriam concertar-se para produzir esquemas intercalares de apoio que as ajudassem a manter o seu dinamismo. Tinha de tratar, desde logo, dos factores dinâmicos de competitividade (marca, moda, design,

qualidade, marketing, etc.). Seria bom que se estimulasse a preferência por produtos portugueses, nomeadamente no fornecimento às grandes superfícies que se queixavam muito em relação à falta de cumprimento de prazos e de garantia de qualidade por parte dos produtores. Havia, ainda, que estar atento a algumas empresas estrangeiras que cá estavam fixadas e que, facilmente, se mudariam para outros países que lhes oferecessem condições marginalmente favoráveis.

A concertação social representava uma orientação básica da nossa política. Portugal era mesmo, nessa ocasião, o único país da Europa que tinha em funcionamento regular mecanismos de concertação social. As nossas preocupações maiores eram a defesa do emprego e a melhoria da competitividade. Por outro lado, fazíamos do combate à exclusão social, uma marca do nosso estilo de governação. Para isso era importante manter o diálogo com os parceiros sociais, o que vínhamos fazendo, aliás com sucesso. Mas era evidente que estávamos preocupados com a recessão económica que se vivia e que era a maior desde a Segunda Grande Guerra. Nós tínhamos claro que tão importante como a acção dos empresários inovadores era a dos trabalhadores competentes e aplicados. O acordo de concertação social deveria ser assinado antes de fecharmos o orçamento para a eventual contemplação de quaisquer medidas que tivessem expressão orçamental. Era claro, para nós, que a defesa do emprego, naquelas circunstâncias, reclamava moderação salarial. Os Espanhóis admitiam, mesmo, diminuir os salários reais para assegurar a competitividade e defender os empregos. Era óbvio que a taxa de inflação teria de ser consolidada.

As questões sociais mereciam um lugar especial nas nossas preocupações. Havia mais de cem programas de combate à pobreza! Era preciso dar visibilidade a essas acções, porque a “desinformação” era ostensiva. Também o Ambiente nos estava a merecer uma atenção especial.

Havíamos preparado o Plano de Desenvolvimento Regional com enorme cuidado. O resultado tinha sido um conjunto de três documentos da maior importância política e operacional. Tratava-se de aproveitar uma oportunidade única para modernizar o país e promover o seu desenvolvimento sustentado. Havíamos tomado Opções Estratégicas, fixado objectivos e prioridades e definido interven-

ções operacionais. O PDR funcionava como “carta de navegar”. Mas ainda havia, pela frente, negociações difíceis acerca do próprio PDR e dos meios necessários para o levar a bom-terminho. Teríamos de demonstrar, a seguir, grande capacidade de execução no qual deveríamos verter a experiência adquirida com a execução do 1.º QCA, quanto: à fiscalização na utilização dos fundos; à sua eficiência; à luta contra a ideia do “dinheiro fácil” e ao realismo das políticas. Admitia-se, nessa altura, que face à gravidade da recessão, pudesse ter de se realizar uma cimeira europeia extraordinária em Outubro, tal era a dimensão das preocupações!...

As eleições autárquicas teriam lugar brevemente (seriam em 12 de Dezembro). Com elas inaugurar-se-ia um ciclo eleitoral completo: em 1993, autárquicas; em 1994, europeias; em 1995, legislativas e em 1996, presidenciais. Haveria, potencialmente, grandes mudanças nos actores políticos. Houve, de facto! Mas, naquela altura, preocupavam-nos especialmente as autárquicas que eram difíceis, porque representavam 305 competições duras em 305 Concelhos (eram os que existiam nessa altura). Deveríamos manter a nossa capacidade de diálogo e disponibilidade para a cooperação.

A chamada “rentrée política” deveria ser preparada com o maior cuidado, mostrando iniciativa própria e capacidade ofensiva. Iriam surgir, seguramente, algumas “chantagens” com base nas eleições autárquicas; era o costume. Mas deveríamos precaver-nos contra elas. O discurso social assumiria grande importância. Nós tínhamos que ganhar o futuro. Era muito oportuna uma insistência na moralização e na ética na vida política; tinha que se dar relevo ao combate contra a corrupção. A crise económica não representava uma fatalidade; ela poderia ser vencida.

Tinha de ser dada grande atenção à forma de transmitir os nossos propósitos e isso era da responsabilidade de todos e de cada um. Era importante projectar uma imagem de coesão e de solidariedade, sublinhando o valor da estabilidade. O discurso deveria ser simples, claro e credível, susceptível de ser compreendido pelo Cidadão comum. Deveríamos tomar a iniciativa de comunicar e não ir a reboque de nenhuma provocação.

A seguir, todos os ministros intervieram. Era uma ocasião de charneira muito importante; estávamos a meio da legislatura e a atravessar um tempo de muitas dificuldades. Era imperioso que o Governo não esmorecesse; pelo contrário, deveria

ir buscar todas as suas energias. A conjuntura era difícil. Mas nós estávamos a ser mais credíveis do que as oposições. Estas iriam mobilizar o descontentamento. O PDR não representava uma chuva de milhões; era o resultado do esforço dos Portugueses. A nossa política económica tinha favorecido a estabilidade e o progresso. Havia obrigações do Estado (Segurança, Defesa, Justiça, projecção de Portugal no mundo) cujas despesas tinham de ser por ele asseguradas. Mas o resto merecia discussão. O Estado-providência estava a atravessar uma crise; deveríamos reflectir sobre as maneiras de desempenhar numerosas funções. O sector do ambiente havia irrompido com força no conjunto das nossas preocupações; deveríamos dar-lhe respostas adequadas. As novas tecnologias permitiam acesso a novos produtos e a novos serviços, eventualmente criando novos empregos; mas era preciso descortiná-los a todos. Deveria haver uma política específica para as cidades onde já se concentrava uma parcela importante da nossa população. Nessa ocasião, as prioridades do sector estavam no saneamento básico e na água; mas ambas reclamavam novos regimes financeiros que, em alguns casos, aconselhavam a privatização de certas operações. Em relação à conservação da Natureza não era possível adoptar uma atitude defensiva; impunha-se tomar iniciativas. A qualidade de vida tinha passado a ser um propósito generalizado. O atraso na inovação e na investigação científica tinha de ser recuperado; só através delas nos actualizaríamos. O discurso da confiança deveria ser enfatizado. Havia “lobbies” organizados em muitos sectores; um dos mais visíveis estava no sector da Saúde e não hesitava em mostrar-se; era preciso explicar a razão de ser de cada medida. Mas estava a haver um consumismo exagerado, em todos os sectores, até nos serviços de Saúde; daí a importância das taxas moderadoras. Tinha que se lutar contra os discursos negativos que abundavam. Devíamos tomar, todos, consciência de que cada vez dispúnhamos de menor margem de manobra orçamental; os dinheiros teriam de ser geridos com muita maior exigência do que nos anos transactos. Não podíamos continuar a expandir o Estado-providência; não havia meios para isso. Tratava-se de um tema que deveria ser amplamente discutido. Os Governos têm sempre dificuldades em financiar o “imaterial”; o pior era que precisávamos de algum para impulsionar certos sectores. Os países da Europa de Leste estavam a atrair muito investimento que, noutras circunstâncias, teria vindo para Portugal; isso implicava que aguçassemos o engenho. Todos os

sectores para nós eram bons; não havia sectores obsoletos; o que existia eram empresas que não se haviam modernizado e outras que ainda não estavam dispostas a fazê-lo. Tínhamos, nessa altura, cerca de 200.000 agricultores a precisar de apoios directos; havia um problema etário visível que levou tempo a ultrapassar; hoje (2016) há muitos jovens agricultores bem-preparados; mas isso só se tornou visível vinte e tal anos depois! Deveríamos desonerar mais o factor trabalho a nível patronal para favorecer o investimento; a haver crescimento fiscal conviria que ele tivesse lugar antes no consumo; mas a discussão deste tema conviria que ocorresse no quadro comunitário, porque todos se confrontavam com as mesmas questões. Os salários em atraso eram intoleráveis. A exclusão social e os problemas das minorias étnicas tinham de merecer atenção crescente. Deveríamos alimentar o discurso com as associações cívicas; elas representavam uma boa maneira para comunicar o que fazíamos.

Ao contrário do habitual eu fiz uma intervenção relativamente extensa. Era imperioso mobilizar os Portugueses. Mas a Sociedade Civil, em Portugal, era, em grande extensão, uma ficção, dado que não estava estruturada; era difícil contar com ela. Ninguém aprecia devidamente o que lhe é dado de graça; por isso todos os bens e serviços deveriam ter um preço, sabendo-se o seu custo e explicitando o subsídio que a colectividade dava a cada um deles. A defesa do consumidor poderia se encarada como um instrumento de reforço da sociedade civil; principalmente em tempos de consumismo exagerado como aquele que, então, vivíamos. Havia sectores críticos com manifestações recorrentes; os fogos florestais eram um deles; a sua repetição inconsequente dava uma imagem muito negativa do Estado. Em relação à imagem do Governo eu era talvez mais optimista do que os outros porque tinha vivido directamente a preparação do Plano de Desenvolvimento Regional que havia mostrado mais coesão do que aquela que muitos se compraziam em fazer crer. Recomendei que a discussão acerca do Estado-providência fosse animada pelo partido que apoiava o Governo em vez de o ser por este; havia razões óbvias para isso; dessa forma escapávamos à suspeita de estarmos a defender a nossa própria acção; e eu tinha razão, porque a questão atravessava todos os partidos e respeitava a toda a Sociedade: a que então vivia e as sucessivas gerações.

Quando havia este tipo de reuniões almoçávamos todos juntos e o encontro, habitualmente, prolongava-se pela tarde, mas já com intervenções menos estruturadas. Ao contrário do que defendem alguns velhos políticos, eu não gostava nada de ser dos últimos a intervir; preferia fazê-lo quando os ouvintes ainda estavam com alguma capacidade de atenção. Inevitavelmente, à medida que as intervenções se sucediam, ia havendo menos novidade e, por isso, menos disponibilidade para escutar.

*

Eu continuava a dar atenção ao sector cooperativo onde os diferentes sectores se afirmavam ou se fragilizavam. Nos primeiros sobressaiam as cooperativas agrícolas e as de habitação; todas as outras estavam no segundo grupo. Tinha havido a inauguração de um grande bairro na Prelada, no Porto; chamavam-lhe a Cidade Cooperativa da Prelada.

A revisão do Código Cooperativo continuava, esperando-se que estivesse concluída em Outubro de 1993. A formação de capital nas cooperativas é que estava a ser objecto de grande discussão; era, mesmo, o ponto mais complexo. Todas as versões contemplavam a existência de sócios investidores das cooperativas, fundamentalmente sócios institucionais; as dificuldades tinham a ver com as formas de remuneração desse capital. Outro ponto difícil era a abertura da possibilidade, como já existia em alguns códigos estrangeiros, de transformar sociedades cooperativas em sociedades anónimas. Tínhamos propostas para o fazer no sector do leite; as cooperativas ficariam somente para a parte da recolha; a transformação exigia outra agilidade; mas havia o temor de quem, se houvesse aumentos de capital nas sociedades anónimas, as cooperativas não estivessem em posição de acompanhar a operação, vendo degradar-se a sua quota e abrindo portas a manobras que não me agradavam. Eu, aliás, já tinha fechado a porta a transformações desse género em relação às cooperativas de educação.

A FILCOOP iria ter lugar em Lisboa, de 18 a 21 de Novembro, ocasião em que se celebraria o 2.º Encontro Cooperativo de Países de Língua Portuguesa, cuja primeira edição tinha deixado boas recordações. Era preciso angariar apoios, coisa difícil nessa ocasião.

Havia o pedido para criar em Cabo-Verde uma escola de formação cooperativa. Como já referi várias vezes, a cooperação com Cabo-Verde é sempre muito gratificante. Mas nós não estávamos em posição de arcar com os custos da criação de uma nova instituição. Pedi para elaborarem uma proposta em que nós só contribuíssemos com a ida de um técnico ou outro para colaborar nos cursos.

A 2ª Conferência Europeia de Economia Social iria ter lugar em Bruxelas. Recomendei que o nosso representante fosse um especialista de méritos reconhecidos para que a sua comunicação fosse boa.

As relações com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) estavam a correr bem. Repousávamos nelas para assegurar alguma formação aos dirigentes cooperativos.

Havia uma proposta para se produzir uma publicação periódica. Mas esta não era autossustentável. Por isso teria de ficar para melhores dias.

*

Soubemos, em 29 de Julho, que o acordo de Schengen iria entrar em vigor no dia 1 de Dezembro de 1993. Parecia uma coisa relativamente simples; pois não era! E até à última hora houve necessidade de fazer acções de formação que se revelaram indispensáveis. Mas, para ele entrar em operação naquele dia deveria estar pronto um sistema de informações que não estava a revelar-se fácil.

Nessa altura já estavam aprovados seis regulamentos sobre os fundos. O acordo a que se chegou havia sido plenamente satisfatório para nós. O sistema das “fourchettes” que iria vigorar dependia ainda do Plano de Desenvolvimento Regional que apresentássemos; aí eu estava seguro de que iríamos ser bem pontuados; eu conhecia o que os outros estavam a preparar e não havia comparação com o nosso, tanto em termos de participação como de avaliação “ex ante” dos projectos como, ainda, de integração.

Soubemos, então, que a presidência belga, que havia começado, iria dar prioridade à criação de emprego, o que para nós era bom. Isso, apesar de estarmos com uma taxa de desemprego à volta dos 5,2%, o que era quase pleno emprego...

No Uruguay Round soubemos que a França iria tentar obter compensações no sector agrícola. Mas, para nós, o que interessava era o “dossier” dos têxteis e a abertura

de alguns mercados; sabíamos que o dos Estados-Unidos era dos mais fechados. Estávamos com um problema inesperado em relação ao gás natural. Como se sabe ele tinha duas fontes principais: a Argélia, através de Espanha e com criação de reservas de gás na própria Espanha e Sines, onde existia uma unidade de gaseificação de gás liquefeito vindo de onde fosse mais conveniente. Mas o Presidente da República não ratificava os diplomas sobre a introdução do gás em Portugal! Vá-se lá saber por quê!... Para entravar a acção do Governo, obviamente. O Banco Europeu de Investimento já havia dado apoio financeiro ao projecto e ele até já tinha começado a ser construído na Argélia. Importava-nos muito diversificar as nossas dependências em matéria de energia. Não havia mercado “spot” em relação ao gás; os mercados eram sempre consolidados por contratos a longo-prazo. Em relação ao gasoducto o contrato com a Argélia era a 25 anos. Como se compreende, os aspectos de segurança preocupavam-nos; o terminal em Sines era, deste ponto de vista, mais vulnerável do que um gasoducto; este, em caso de sabotagem seria reparado em duas semanas; o terminal era insondável, quer o período de reparação, quer o montante dos estragos.

*

Na minha qualidade de cabeça de lista do meu partido pelo Distrito de Vila Real eu procurava informar-me de como iam as coisas, particularmente, em matéria de economia. A grande “mola”, nesse aspecto, era o Douro, ainda nessa altura, muito focado no vinho generoso. Tive em 3 de Agosto uma reunião com alguns exportadores. Estes eram, nessa ocasião, oitenta. As coisas poderiam melhorar, mas era preciso ser muito mais ordenado e rigoroso. A rentabilidade das empresas havia descido aos preços de venda que eles eram obrigados a praticar. Os erros da Casa do Douro eram imensos e ela tinha poderes que não sabia gerir; dispunha de um “stock” de 110.000 pipas a mais; mais do que uma vindima! Eram reservas que haviam entrado para cumprir a lei do terço, mas que excediam tudo quanto se revelava sensato. O pior era que isso se reflectia nos preços, e como, em França, (o nosso maior importador), tudo se sabia, as pressões para o esmagamento dos ditos eram enormes. A Casa do Douro e a Companhia Velha, em conjunto, tinham 140.000 pipas; se tivessem de liquidar esse quantitativo seria o descalabro para

o sector. Havia muitas vinhas por granjear. A organização inter-profissional, em instalação, resolveria uma boa parte dos problemas, se funcionasse com coragem. A Casa do Douro não se justificava em muitas matérias; o comité inter-profissional desempenharia, com vantagem, muitas das suas funções. Começava a haver sinais de falta de confiança no produto e da capacidade financeira para granjear. Citaram valores dos preços das garrafas vendidas que não dariam para pagar o trabalho. A crise era a resultante dos excessos que se haviam feito. O benefício definido para 1993 havia sido de 90 mil pipas o que eles achavam de mais, 80 mil chegariam bem. Impunha-se retirar 70 a 75 mil pipas do circuito, o que não era praticável. Estávamos a tratar de um negócio importante; ele orçava por 50 milhões de contos! Havia um problema com os fiscais das vinhas e com os fiscais do vinho. Recomendaram que se impulsionasse uma reforma rápida de muitos. Eles não exerciam as suas funções com isenção. Não deveria ser difícil mandá-los embora porque eles não era vitalícios.

*

Em 5 e 6 de Agosto fui visitar as ilhas do Corvo e das Flores. Na véspera voei para Ponta Delgada e na manhã seguinte para o Corvo, onde tive uma reunião com o Presidente da Câmara. Acompanhavam-me o Secretário Regional Gualter Furta-do que estava bem dentro dos problemas da ilha. Tratava-se de fazer pequenos investimentos. O maior projeto havia sido o da pista de aviação que tinha quebrado o isolamento quase absoluto em que se encontravam. Apesar disso, não eram tristes nem viviam o seu carácter remoto com grandes angústias. Foi mesmo com grande satisfação que depois da reunião na Câmara percorremos as ruas da povoação. Depois, fomos numa embarcação de pesca para as Flores. O mar estava calmíssimo e a viagem foi inesquecível. As reuniões repetiram-se nas duas Câmaras Municipais da Ilha. Em determinada ocasião fui ver o porto que havia sido objecto de uma grande reformulação apoiada pelo PODEIMA. O director da obra tinha sido meu aluno, de modo que a conversa adquiriu rapidamente contornos de grande afabilidade. O tempo e o mar estavam bons naquele dia, mas eu perguntei-lhe qual tinha sido o momento mais difícil que ele havia passado durante a construção. Chamou-me a atenção para que, por trás do molhe, existia, no fundo

da doca, uma grande quantidade de equipamento que ele iria remover nas semanas seguintes. Ela estava lá porque no inverno tinha havido uns dias com vagas de 16 metros de altura (é mais ou menos um prédio de cinco andares!...). Durante muitos dias ele assistira ao galgamento permanente da obra que praticamente se tinha deixado de ver! Mostrou-me fotografias do que se passara. A ilha das Flores é linda mas com um temporal daqueles deveria assustar o mais afoito!...

CAPÍTULO XXIV

- (1) FARIA, Manuel Severim de (2003). *Notícias de Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- (2) FARIA, Manuel Severim de (1999). *Discursos Vários Políticos*. Lisboa: Edição Moderna – INCM.
- (3) DUMONT, René (2012). *L'Afrique noire mal partie*. Paris: Seuil.

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

A maior parte das fotografias reproduzidas pertencem à coleção do autor. Outras, porém, foram graciosamente cedidas por pessoas ou entidades a quem agradecemos a especial atenção com que o fizeram. São estas as seguintes:

AEP. Associação Empresarial de Portugal – ANA. Aeroportos da Madeira – ANMP. Associação Nacional de Municípios Portugueses – Associação Comercial do Porto/ Palácio da Bolsa – Câmara Municipal de Tavira – Câmara Municipal do Porto – CCDRN. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CITEVE. Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário – Confraria dos Enófilos do Dão – Contemporânea, Lda. Ateliê de Arquitetura – DGADR. Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Direção Regional de Cultura do Alentejo/ Pousada do Crato – EDIA. Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. – EXPONOR. Feira Internacional do Porto – Fernando Guerra – Fundação de Serralves – Jorge Dias – IBET. Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica – INA. Instituto Nacional de Administração – Laura Soutinho – LIPOR. Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – Museu dos Transportes e Comunicações – Museu Nacional de Etnologia – RISCO. Ateliê de Arquitetura e Desenho Urban – TAGUSPARK – Universidade do Porto – UTAD. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Volkswagen Autoeuropa.

PLANO GERAL DA OBRA

VOLUME 1 – INTRODUÇÃO E CAPÍTULOS I A IX

CAP. I / INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA;

CAP. II / A UNIVERSIDADE;

CAP. III / O SERVIÇO MILITAR;

CAP. IV / OS PRIMEIROS TEMPOS DE DOCENTE;

CAP. V / OS TEMPOS DA HOLANDA;

CAP. VI / OS TEMPOS DE LONDRES;

CAP. VII / O REGRESSO AO PORTO;

CAP. VIII / O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA;

CAP. IX / NOVO REGRESSO AO PORTO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 2 – CAPÍTULOS X A XIV

CAP. X / A IDA PARA O MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO;

CAP. XI / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1985-87);

CAP. XII / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

CAP. XIII / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

CAP. XIV / A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 3 – CAPÍTULOS XV E XVI

CAP. XV / NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

CAP. XVI / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 4 – CAPÍTULOS XVII A XX

CAP. XVII / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

CAP. XVIII / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XIX / A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XX / A SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 5 – CAPÍTULOS XXI A XXIII

CAP. XXI / ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1989-1991)

CAP. XXII / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXIII / A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 6 – CAPÍTULO XXIV

CAP. XXIV / NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 7 – CAPÍTULOS XXV E XXVI

CAP. XXV / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XXVI / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 8 – CAPÍTULOS XXVII E XXVIII

CAP. XX/ A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XX/ NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 9 – CAPÍTULOS XXIX E XXX

CAP. XXIX/ A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XXX/ O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 10 – CAPÍTULOS XXXI A XXXV

CAP. XXXI/ A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

CAP. XXXII/ UM NOVO REGRESSO AO PORTO

CAP. XXXIII/ O “CAVAQUISMO”

CAP. XXXIV/ A REGIONALIZAÇÃO

CAP. XXXV/ A PREPARAÇÃO DO PROGRAMA ELEITORAL DO PSD PARA AS ELEIÇÕES DE 1995

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 11 – CAPÍTULOS XXXVI E XXXIX

CAP. XXXVI/ NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (DE ABRIL DE 2002 A ABRIL DE 2003)

CAP. XXXVII/ AS OBRAS PÚBLICAS NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXXVIII/ OS TRANSPORTES NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXXIX/ A HABITAÇÃO NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 12 – CAPÍTULOS XL A XLIX

CAP. XL/ O ÚLTIMO REGRESSO AO PORTO

CAP. XLI/ A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

CAP. XLII/ AS AUTO-ESTRADAS DO MAR

CAP. XLIII/ AS VIAGENS

CAP. XLIV/ A BIBLIOFILIA

CAP. XLV/ A MINHA ACTIVIDADE COMO EDITOR

CAP. XLVI/ COMEMORAÇÕES, EVOCAÇÕES, EXPOSIÇÕES E CONFERÊNCIAS

CAP. XLVII/ ALGUMAS PESSOAS NOTÁVEIS QUE CONHECI

CAP. XLVIII/ GENTE SEM A QUAL EU PASSO BEM

CAP. XLIX/ CONTRARIEDADES E INSUCESSOS

CODA

POSFÁCIO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÚLTIMA NOTA

AGRADECIMENTOS

UM DEPOIMENTO

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Trilhos. Memórias.
Por vezes, quase um diário.
(VOLUME 6 DE 12)

DESIGN E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rui Mendonça

TEXTO

Luís Valente de Oliveira

REVISÃO DO TEXTO

Norma Pott

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Greca Artes Gráficas

DEPÓSITO LEGAL 00000/22

ISBN 978-972-8961-17-6

DATA 09/2022

EDIÇÃO

Edições Gémeo
Rua da Reboleira, 49
4050-492 Porto



AS EDIÇÕES GÉMEO
MANIFESTAM O SEU RECONHECIMENTO
A TODAS AS PERSONALIDADES E INSTITUIÇÕES
QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EDIÇÃO
DESTE DOCUMENTO.

VOLUME 6/12 CONTINUA

Este documento faz parte de uma obra composta por doze volumes, não devendo qualquer um deles ser entendido autonomamente. É possível consultar no final de cada um o Plano Geral da Obra.

Existe, também, uma edição limitada em suporte digital com embalagem especial em madeira (gentilmente produzido pela SPSS).

A obra completa em suporte digital e de papel está alojada na Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

OBRA COMPLETA (12 VOLUMES)

<https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6>

VOLUME 6

https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6_06

